

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO

CAPITÃO AMADEU S.^{TO} ANDRÉ PEREIRA

TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES

TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DE SPÍNOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SÉDE QUARTEL DO CARMO
L I S B O A
PROVISÓRIA TELEF. 2 2 1 2 2

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

S u m á r i o

IMPÉRIO	RAMIRO GUEDES DE CAMPOS	3
A D. C. B. E D. C. A. NA CAVALARIA	MAJOR BUCETA MARTINS	5
O «ESPÍRITO CARRISTA» E O «ESPÍ- RITO CAVALEIRO»	TENENTE ANTÓNIO DE SPÍNOLA	29
O SANTO CONDESTÁVEL	COMANDANTE JOSÉ NAVAS SANJUAN	45
TEMAS TÁTICOS	MAJOR AGUIAR FERREIRA	56
HIPISMO:		
CONCURSO HÍPICO DE PORTA- LEGRE	TENENTE SOUTO CARDOSO	69
O CAVALO DE SELA	TENENTE CORONEL CARLOS ABRANTES	72
AS PROVAS DE ENSINO	MAJOR J. M. DA CUNHA MENEZES	94
BOLETIM DA E. P. C.		
TRANSPosição DE CURSOS DE ÁGUA	CAPITÃO PEIXOTO DA SILVA	99
BRONZE «REVISTA DA CAVA- LARIA»		104
ACTIVIDADE ESCOLAR		113
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS		118

A DOUTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 30\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5\$00

Revista da Cavalaria

3.º Ano - n.º 1

ESTADO MAIOR DO EXERCITO
BIBLIOTECA

Janeiro

N.º ~~1179~~ 1204
Em 27 / 2 / 1942

Impéria



*A palavra flutuava arrastada no vento
Que passava sem rumo ao de cima do mar ;
Vazia ainda de inflexões e pensamento
Era apenas um som que se perdia no ar.*

*Mas no dia em que o mar esfarrapou o véu
Da névoa que o cobria em farrapos de bruma
Uma onda mais alta arrebatou-a ao céu
E levou-a a tremer na sua crista de espuma.*

*E duma onda a outra onda, oceano a oceano,
Cavando abismos, levantando glaucas serras,
Já ganhara inflexões de alto sentido humano
Quando o mar a atirou de encontro às novas terras.*

*Em salpicos de sílabas ardentes,
A palavra desfez-se, alagada em mistério,
Traçando na orla azul dos continentes
As sete letras da palavra IMPÉRIO.*

Revista da Cavalaria

*Mas às letras saindo assim virgens das ondas
Faltava a perfeição das linhas paralelas.
E Portugal mandou para as tornar redondas
A curvatura audaz do arfar das suas velas.*

*A palavra já tinha as letras alinhadas
Mas talhadas na pedra eram tôscas e estreitas.
E Portugal mandou o gume das espadas
Para no chão rasgar as suas linhas direitas.*

*Cada letra se abria em contornos lendários.
Mas faltava uma luz que as fizesse esplender.
E Portugal mandou a cruz dos missionários
Para que ao seu fulgor Deus as pudesse ver.*

*E coroando por fim o deslumbrante distico,
Nimbado já de transcendente e pura glória,
Aquêles vieram, em impulso místico,
Que lhe escreveram a espantosa história.*

*Império Português! Venha a inveja embora,
— E embora vás de extremo a extremo do universo —
Venha, hostil, comparar teu Império de agora
Como a um sol desfeito em fragmentos disperso!*

*Dum mar a outro mar, ficarás a envolvê-la
À terra tôda em monstruosa escuridão!
Cada terra de Império é a luz duma estrela
No total esplendor duma constelação!*

RAMIRO GUEDES DE CAMPOS



a D. C. B. e
D. C. A.

na Cavalaria

pelo Major HUMBERTO BUCETA MARTINS

(Continuação) (1)

D) *A artilharia anti-aérea, os canhões metralhadoras e as metralhadoras na D. A. T. e na D. T. C. A. dos exércitos em campanha:*

A defesa de uma zona ou ponto sensível do território, implica o emprego de meios de defesa activa terrestres que garantam a defesa a qualquer altitude. Os exemplos recentes das campanhas da Polónia e da Finlândia puzeram bem em evidência as consequências funestas de dispor, para aquêlê efeito, de meios apenas próprios para a defesa alta — artilharia — ou para a defesa baixa — metralhadoras portáteis —, ou mesmo para uma e outra mas sem meios para a defesa eficaz nas altitudes médias dos 1.000 aos 3.000 ms.

(1) V. n.º 6 da *Revista da Cavalaria* de Novembro de 1941 — pág. 633.

Revista da Cavalaria

Com efeito, se para a defesa de objectivos importantes se dispõe apenas de meios que, por mingua de alcance, não podem combater os aviões inimigos às médias ou grandes altitudes, a defesa baixa é inútil porque, como já vimos, os objectivos de extensão apreciável podem ser bombardeados a 6.000 ms. de altitude, ou até mais, e mesmo objectivos de extensão limitada podem ser bombardeados com suficiente precisão até 1.500 ou 2.000 ms.

Se — como sucedeu algum tempo na Finlândia, na França e até na Inglaterra — as armas da D. A. T. se prestam apenas à defesa alta — artilharia — e à muito baixa — metralhadoras portáteis — os aviadores escolhem para os seus ataques as altitudes entre 1.000 e 3.000 ms., para as quais a artilharia — mesmo a de 7,5 — já não oferece o necessário rendimento e onde não chegam os projecteis das metralhadoras portáteis.

Se, por outro lado, se organiza a defesa no espaço compreendido entre os 1.000 e os 4.500 ms. apenas com canhões metralhadoras de grande calibre (37 a 40^{mm}), cujo emprêgo impõe a utilização de correctores de tiro e cujo manejo implica a existência de sectores dentados ou cremalheiras para a deslocação angular do canhão, a arma não tem a velocidade angular de pontaria que já se impõe para seguir o alvo às altitudes inferiores a 2.000 ms., nem a velocidade de tiro que convém. Baseando-se nisso, é na fraca eficácia do tiro das metralhadoras, os aviadores inimigos passam a executar os ataques em vôo razante.

Explica-se, assim, a razão por que os alemães utilizam como materiais de defesa contra aeronaves: peças de artilharia de vários calibres; canhões metralhadoras de 37^{mm} com velocidade angular de pontaria de 4 a 8° por segundo em altura (podendo chegar a 12° ou pouco mais em direcção) e com velocidade de tiro de cerca de 100 a 150 tiros por minuto; canhões metralhadoras de pequeno calibre (20^{mm}) de grande velocidade angular de pontaria (8 a 16° por segundo em altura e 30° por segundo em direcção) e grande velocidade de tiro (chegando nos canhões de 20^{mm} alemães a 300 tiros por minuto e nos modernos canhões Madsen de 20^{mm} a 500 tiros por minuto), com pontaria feita a braço livre, como com as metralhadoras portáteis.

Revista da Cavalaria

A combinação destes materiais depende da natureza, importância e extensão dos objectivos a defender.

Genêricamente é fácil de concluir que quando se trata da defesa de alvos terrestres de dimensões tão restrictas que o seu ataque não pode ser feito senão às médias e pequenas altitudes (até aos 2.000 ou 3.000 ms.) se torna desnecessário o emprêgo de materiais de grande alcance (peças de artilharia de calibres 7,5 ou superiores). Semelhantemente, tratando-se de objectivos móveis, fluidos e de restrictas dimensões — como são os que apresentam as tropas — não sendo preciso o seu ataque senão a baixa altitude, parece inútil empregar materiais de alcance superior a 800 ou 1.000 ms. Intervêm, porém, outros factores que complicam o problema, tais como, por um lado, a eficácia dos projecteis contra os alvos aéreos e o raio de acção da arma, quer dizer, a distância a que o ataque dos aviões inimigos pode ser começado, e por outro lado o grau de mobilidade táctica e de velocidade angular de pontaria convenientes.

A este respeito, é evidente que a um maior calibre corresponde, com o maior alcance, a vantagem de dispor de mais tempo para o ataque dos aviões e de um maior efeito dos projecteis; mas essas vantagens podem ser totalmente eliminadas pelos inconvenientes de uma mobilidade táctica insuficiente, de excessiva morosidade na execução e deslocção da pontaria e de uma reduzida velocidade de tiro.

De tudo resulta que a fixação dos tipos — designadamente dos calibres — das armas a empregar num dispositivo de defesa territorial, ou de defesa das tropas e das instalações dos serviços das G. U. dos Exércitos em Campanha, é um dos pontos mais importantes na organização da defesa, quer sob o ponto de vista económico, que é importantíssimo — sobretudo para os exércitos dos pequenos países — quer para a boa eficiência do sistema.

Por isso, e porque o assunto se tem prestado a larga discussão nos meios técnicos militares e industriais, acontecendo em assuntos desta natureza, não poucas vezes, que a influência da dialéctica hábil e capciosa dos reclames dos fabricantes introduz, insidiosamente, elementos perturbadores na apreciação puramente militar do assunto, vamos entrar nêle mais a fundo.

Revista da Cavalaria

Assim, quando tratarmos da defesa anti-aérea das tropas, que é o objectivo principal dêste estudo, estará já esclarecido, em grande parte, um problema que tanto influi nêle: — o das características que deve revestir o emprêgo de cada material.

A defesa alta: Incluo nesta designação a da zona só acessível, praticamente, aos projecteis de artilharia — mais de 3000^m —.

A questão do calibre para as peças anti-aéreas, iniciada antes mesmo da guerra civil de Espanha, tornou-se mais activa depois dela e recrudesceu com as campanhas da Polónia e da Finlândia.

Até à guerra de Espanha, a despeito das dúvidas e discussões que já surgiam nas revistas, os calibres clássicos da artilharia de D. C. A. eram os de 75 a 88.

Em Espanha, o «enfant gaté» era o 88 alemão. É de crer, contudo, que a notável eficácia do 88 em Espanha resultasse mais da superior competência do pessoal que o servia e da qualidade dos aparelhos de direcção de tiro, do que do calibre do projectil, cuja eficácia não deve ser praticamente superior à do 75.

Entretanto surgia a opinião da superioridade do 105: depois das campanhas da Polónia e da Finlândia o debate acusou nitidamente a tendência para os grandes calibres — 105, 120 e, até, 150 —; considerava-se muito reduzida a eficácia dos pequenos calibres (75 a 88). A maioria dos sufrágios inclinava-se para o 105.

Mas analisemos o fundo do problema.

É evidente que quanto maior é o calibre, maior é o peso de metal projectado contra o alvo, traduzindo-se em aumento do número de estilhaços e do seu poder vulnerante e raio de acção. Além disso, o rendimento económico de um projectil de peso elevado é mais favorável: diminui-se a quantidade de projecteis a emitir para um mesmo efeito, economizando no número das espoletas e no peso total morto que elas roubam ao peso total dos estilhaços. O fabrico das espoletas é, precisamente, o que mais encarece o

Revista da Cavalaria

preço dos projecteis e que mais dificulta o reabastecimento de munições.

Mas, por outro lado, o aumento do calibre implica maior peso e volume, traduzindo-se em menos mobilidade do material e, até, em menos velocidade de tiro, porque as operações de carregar e descarregar são mais morosas. A velocidade de deslocação angular dos planos de tiro em direcção e altura também pode diminuir.

Se para os canhões de instalação fixa a questão da mobilidade pode não influir na decisão, o mesmo não sucede com a da velocidade de tiro, porque para apreciar a eficácia de uma peça não basta considerar a do seu projectil; é preciso ter em conta o tiro no seu conjunto, cuja eficácia depende, em grande parte, da velocidade de tiro.

É certo que, dentro de certos limites, o grande raio de acção da eficácia do projectil e o maior número de estilhaços, podem compensar o abaixamento da velocidade de tiro, com a vantagem de absorver, em parte, os erros de pontaria e a dispersão natural de tiro. Mas não é menos certo que, excedido aquêle limite, o excessivo abaixamento da cadência de tiro torna illusória a vantagem do aumento de calibre.

Parece, portanto, que quando não haja que ter em conta a mobilidade do material se deve aceitar o aumento do calibre, enquanto não se traduza numa queda pronunciada de velocidade de carregamento das peças e, por isso, da cadência de tiro, nem da velocidade inicial, que influi sobre a duração de trajecto do projectil e, por isso, sobre a precisão de tiro.

Conservada a mesma velocidade inicial e supondo ser o mesmo o indice de forma, o aumento de peso e, por isso, do coeficiente balístico, dá ainda ao projectil um maior alcance e, para trajectórias iguais, menor duração de trajectos e menor dispersão.

Parece serem os calibres 100 a 105 os que melhor garantem as condições que indiquei e é para duvidar que o 150 ofereça ainda aquelas vantagens ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ É evidentemente vantajoso que a artilharia de defesa local possa deslocar-se, designadamente para poder mudar as suas posições quando o perigo das baterias serem descobertas e atacadas pelos aviões inimigos é iminente. Mas uma peça de 100 a 105 pode des-

Revista da Cavalaria

O problema é outro quando se trate de peças destinadas ao exército de campanha, para a cobertura aérea das G. U. Aí, o problema da mobilidade do material impõe-se de tal maneira, que os calibres de 75 a 88 devem prevalecer, apesar de todas as considerações já feitas. De resto, aparece ultimamente a militar em favor dos calibres da artilharia ligeira para as unidades de D. C. A. de campanha, a eficácia incomparável que essa artilharia tem revelado contra os carros pesados — para os quais os calibres dos canhões anti-carros da infantaria, mesmo quando de 40 a 50^{mm}, já não dão plena satisfação — e no ataque de obras de fortificação, devido à sua elevada velocidade inicial, que junta ao enorme poder perfurante o efeito dinâmico de um choque brutal.

O canhão de 75 do tipo D. C. A. faz, assim, ressurgir, mais uma vez, o problema da arma «à double fin», cuja consagração encontra sempre pertinases contraditórios.

Os alemães têm feito da artilharia anti-aérea um frequente emprêgo em missões de tiro terrestre, designadamente nas Divisões Couraçadas, aproveitando a grande velocidade dos seus projecteis para perfurar as couraças dos carros e das fortificações, e a sua grande velocidade de tiro para obter, em espaços de tempo curtíssimos, concentrações de projecteis enormes, com dotações de bôcas de fogo reduzidas.

Quando em 1935 apresentei a opinião, que eu próprio anotara como atrevida, de dar à Br. Cav., em vez das clássicas peças de 75 do Grupo a Cavalo e das peças de 10,5 que muitos pretendiam, um ou dois grupos de obuses muito ligeiros (75 a 90) para o apoio directo e um grupo de peças de 75 D. C. A., a empregar como material de defesa anti-aéreo e de acção de conjunto, quere dizer, de manobra de fogo, creio que as minhas idéias teriam sido por muitos consideradas como pouco menos do que disparatadas⁽¹⁾. Afinal

locar-se com velocidade de uns 10 km., se dispuser para isso de estradas de pavimento duro, e pode entrar em bateria nuns 10 minutos, o que deve considerar-se suficiente para o caso de que se trata. Parece que os alemães têm empregado ultimamente uma peça anti-aérea de 120 de grande velocidade de tiro (para o calibre) e, até, de grande mobilidade táctica.

(¹) Opiniões que expus nas conferências sobre Acções ofensivas das Br. Cav., insertas no volume «Táctica e Serviços da Cavalaria» publicado pelo Ex.^{mo} Sr. Major General do Exército, em 1935, e que mantive na sessão do Conselho Superior do Exército em que foi discutido o problema do Rearmamento da Artilharia, e a que tive a honra de assistir.

Revista da Cavalaria

os alemães, e os factos que elles tão magistralmente têm sabido comandar, encarregaram-se de demonstrar que as minhas opiniões não resultavam de alucinação do meu espirito, mas antes de uma longa e profunda meditação sobre as possibilidades do material moderno e as necessidades da minha Arma.

A defesa baixa: A generalização do ataque em vôo rasteiro e de bombardeamento a picar, impõe também a defesa baixa, com armas especiais. A artilharia não serve.

Entre vários exemplos que conheço, citarei um, narrado no artigo «Comentários sobre a guerra actual» da «Revue Militaire Suisse» de 1940, de uma estação de caminho de ferro fortemente defendida por Artilharia de D. C. A. de calibres fortes e médios, que tendo sido atacada por bombardeiros a 800^m metros de altitude, foi fortemente atingida sem que a artilharia pudesse valer-lhe para alguma coisa: nem os telemetros nem as peças eram adequadas para o tiro a tão curtas distancias.

É fácil provar que só para altitudes superiores a 1.500^m é que a artilharia pode utilizar-se na D. C. A. Com efeito, mesmo para as peças de 75, a velocidade de deslocação angular da linha de tiro não vai além de 2 a 4° por segundo. Ora para as altitudes abaixo de 1.500^m a deslocação angular do alvo, quando constituído pelos modernos aviões de médio bombardeamento e de batalha, é superior. Percorrendo os aviões 125^m por segundo, a sua velocidade angular de deslocação a 1.500 metros de altitude (ax) corresponde a cerca de 4° por segundo; mas desde que a altitude de vôo seja a'x inferior a 1.500^m essa velocidade passa a ser superior: basta a elucidação da figura para o compreender.

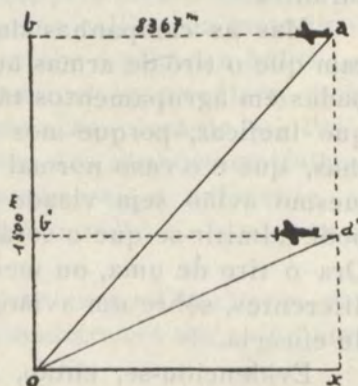


Fig. 1

$$a'Ob' > aOb$$

Revista da Cavalaria

Este simples raciocínio permite tirar duas conclusões importantes:

1.^a — Que para as actuais velocidades de vôo dos aviões — quer de reconhecimento e de caça, como de médio bombardeamento e de batalha — só para altitudes superiores a 1.500^m se pode obter a possibilidade de seguir o alvo, com peças de 75, ou quaisquer materiais cuja velocidade angular de pontaria não seja superior a 4° por segundo.

2.^a — Que os canhões de 20^{mm} dispõem de velocidade angular de pontaria suficiente para seguir o vôo dos aviões, mesmo às baixas altitudes.

Ora até há pouco tempo confiava-se a defesa baixa dos pontos sensíveis do território a metralhadoras portáteis, equipadas com aparelhos de pontaria anti-aérea. O dispositivo comportava, em geral, várias secções de duas armas; O emprêgo de aviões blindados, no ataque, conduziu a adoptar-se, como regra, que o tiro fôsse feito com balas perforantes.

Mas as campanhas da Noruega e da Finlândia mostraram que o tiro de armas automáticas isoladas, embora agrupadas em agrupamentos tácticos de D. C. A., é pouco menos que ineficaz, porque nos ataques por pelotões e esquadrihas, que é o caso normal de dia, não há a certeza de que o mesmo avião seja visado por várias armas; quando muito pode admitir-se que o será pelas duas armas de uma secção. Ora o tiro de uma, ou mesmo de duas armas com pontarias diferentes, sobre um avião, não dá probabilidades aceitáveis de eficácia.

Evidenciou-se, então, a necessidade de «acoplar» várias armas sobre o mesmo reparo, constituindo o que alguns designaram por «metralhadora de vários canos».

As metralhadoras de quatro canos, dos russos, foram citadas como as únicas que deram rendimento satisfatório durante a primeira campanha russo-finlandesa desta guerra.

Revista da Cavalaria

Outras conclusões importantes que as campanhas do Norte ofereceram, acerca do emprego das metralhadoras no tiro anti-aéreo, são:

- 1.^a — Que o tiro anti-aéreo, sobretudo contra ataques a baixa altitude em vôo razante ou a picar, exige que o material seja servido por um pessoal de «*elite*», de finíssima instrução e nervos a tóda a prova ⁽¹⁾.
- 2.^a — Que a distância máxima de tiro não deve exceder 800^m e que o tiro só terá probabilidades de qualquer eficácia quando a rota do avião se encontre no plano de tiro, o que *implica a colocação* das armas sôbre o próprio objectivo a defender ⁽¹⁾.

Quando não se respeitem estas conclusões, o tiro das metralhadoras não representará mais do que um «inútil consumo de munições».

Por outro lado, uma vez que modernamente existem canhões metralhadoras com cadência de tiro que, para os canhões de 20, atingem já 300 a 500 tiros por minuto, e quási tão fáceis de manejar para o tiro como as metralhadoras, é lícito perguntar se ainda se justifica o emprego de metralhadoras portáteis no tiro anti-aéreo, pelo menos na D. A. T.

Com efeito, o projectil de pequeno calibre da metralhadora só tem eficácia real quando atinge o piloto, a hélice, o motor, ou os depósitos de combustível, quer dizer, uma pequena parte da superfície total do alvo (cêrca de $\frac{1}{12}$). Pelo contrário, um só projectil explosivo dos canhões metralhadoras, munido de espoleta ultra-sensível, é suficiente, a maior parte das vezes, para obrigar o avião a abandonar o combate, quando não o abata.

Em fins de 1940, encontrando-me eu na Dinamarca, em serviço, aterrou num aeródromo dinamarquês um avião ale-

(1) «Notas extraídas dos ensinamentos das campanhas da Polónia, da Finlândia e da Noruega» — Revue Militaire Suisse de Agôsto de 1940.

Revista da Cavalaria

mão que regressava de um «raid» a Inglaterra com o bonito *récord* de 700 empates de projecteis de 7,7 e 12,7. Creio que não é preciso outro argumento para justificar a opinião, que sempre tive, de que a defesa baixa deve ser baseada no tiro de canhões metralhadoras. O pretexto de maior concentração de projecteis, obtida pela maior velocidade de tiro, só seria aceitável quando a velocidade de tiro do canhão fôsse inferior a $\frac{1}{12}$ da das metralhadoras portáteis, quando afinal se dá o caso que são hoje quasi iguais.

As mesmas razões condenam o emprêgo das metralhadoras super-pesadas de 12,7 a 13,5.

Uma razão deve, contudo, aconselhar ainda o emprêgo das metralhadoras portáteis na D. C. A., sobretudo quando se trata de países que não possam dispor de grandes quantidades de canhões metralhadoras para a D. C. A. É que a D. C. A. tem de ser garantida por um número elevado de armas. De contrário, as poucas que se revelem são facilmente referenciadas pelos aviões inimigos e, em pouco tempo, neutralizadas. Só uma grande profusão de origens de tiro desorienta e se impõe aos aviadores inimigos. Como nem sempre é fácil, por dispendioso, conseguir isso só com canhões metralhadoras, justifica-se o emprêgo das metralhadoras portáteis para *estofar* a defesa; mas nesse caso, note-se bem, com unidades de duas a quatro armas solidárias sobre o mesmo reparo.

Demonstrada a necessidade de basear a defesa baixa anti-aérea no emprêgo de canhões metralhadoras, surge novo motivo de discussão: qual o calibre que devem ter estas armas. ¿Armas de 20^m/m ou armas de 37 a 40^m/m?

Entendo que umas e outras, porque cada uma tem o seu papel.

Até há pouco tempo considerava-se o canhão de 20^m/m como o protótipo do canhão metralhadora destinado à defesa anti-aérea. Dispondo de eficácia até aos 2.000 m., com uma velocidade angular de pontaria tão rápida como a de uma metralhadora, (pontaria livre como a feita com essas armas, isto é, com manejo à mão, sem órgãos mecânicos de deslocação), parecia na realidade a arma ideal para aquêle efeito.

Porém, desde que estalou a nova guerra europeia, começou-se a ouvir dizer que já se não considerava o 20^m/m sa-

Revista da Cavalaria

tisfatório, porque muitas vezes aviões tocados por um projectil de 20 não eram abatidos e conseguiam regressar à sua base. Voltou-se então a falar na necessidade de ir para os calibres maiores, dando-se a preferência aos canhões metralhadoras com calibres de 37 a 40^{mm}.

O projectil de 40, diz-se, dá absoluta garantia de abater o avião por ele tocado, o que não sucede com o de 20^{m/m}.

Convém, também, analisar este aspecto do problema mais a fundo, porque tem importância para as conclusões que hei de tirar quando tratar do estudo da protecção anti-aérea das tropas.

Foram os resultados do emprego dos canhões de 20^{mm} alemães e finlandeses, na Finlândia, que deram lugar às críticas a esse calibre, e foram certos êxitos dos canhões de 40^{mm} Bofords, nessa campanha, que deram voga aos grandes calibres.

Em primeiro lugar, basta o emprego generalizado que depois disso os alemães têm feito do 20^{mm} e o entusiasmo com que se referem às suas proezas, como caçador de aviões e caçador de carros, para aconselhar a rever e analisar as críticas que lhe foram feitas. Foi o que eu fiz.

Antes de mais nada é preciso focar que os exemplos de aviões atingidos por projecteis de 20 e não abatidos, diziam todos respeito a bombardeiros pesados; esta observação impõe-se, porque se o facto ainda pode merecer atenção quando se trate da D. A. T., perde qualquer valor ao tratar-se de defesa activa das tropas, uma vez que aqui a defesa apenas tem de encarar a protecção das colunas ou de objectivos muito restrictos (pontes, P. C., etc.), cujo bombardeamento só pode fazer-se a baixa altitude, o que exclui os vulneráveis bombardeiros pesados, como já vimos ao tratar de ameaças aéreas.

Mas há outras observações a fazer, e uma delas é que todos que conheciam bem as possibilidades dos projecteis de 20 não esperavam que o toque do avião por um desses projecteis correspondesse, em qualquer caso, á descida infalível do avião atingido. O que se presumia é que os aviões atingidos seriam abatidos em muitos dos casos e, nos outros, obrigados a abandonar a missão, senão logo, com certeza dentro de pouco tempo, para evitar que a acção da resistên-

Revista da Cavalaria

cia do ar, completando o efeito da explosão, tornasse irremediável o desastre ⁽¹⁾.

Não está provado que não fôsse precisamente este o caso de alguns bombardeiros que aterraram com vestígios de explosão de projecteis de 20^{mm}, durante as campanhas da Finlândia e Noruega.

Mas o que parece estar provado é que as críticas feitas à falta de precisão dos canhões de 20^{mm} fornecidos aos finlandeses por alemães e dinamarqueses, resultou de se lhes ter pedido mais do que elles podiam dar, e para que haviam sido concebidos e equipados ⁽²⁾. Destinados ao tiro a distancias inferiores a 2.000^m, em que a velocidade de deslocação da pontaria que se exigia não comportava a sua regulação mecânica com aparelhos especiais de correcção de pontaria, nem, por isso, o comando da pontaria por meio de manivelas e sectores dentados ou cremalheiras, os canhões enviados para a Finlândia eram equipados com simples alças anti-aéreas do tipo das das metralhadoras portáteis (*grades e pontos de mira*): baseava-se a correcção do tiro, em grande parte, nas indicações dadas pelos projecteis tracejantes, que eu próprio tive ensejo de verificar serem suficientes.

Ora quando o tiro seja feito contra alvos a grandes altitudes, as indicações dos projecteis tracejantes perdem o seu valor, que só é real até distancias de cerca de 1.500^m; por outro lado, os desvios muito maiores, devidos à maior duração de trajecto dos projecteis, passam a impor a utilização de correctores de tiro, cujo emprêgo passa também a ser compatível com o regime de variação angular do ângulo de sitio e de direcção.

E o que sucedeu foi que os finlandeses empregaram os seus canhões de 20 indiferentemente no tiro às baixas alti-

(1) Havia ainda possibilidade (dada a velocidade de tiro dos canhões e o seu baixo preço, que permitiria dispor de maior número de armas) de que cada avião fôsse atingido por vários projecteis.

(2) É o que pode deduzir-se de vários comentários apresentados sobre o assunto nas *Revue Militaire Suisse*, *Rassegna di Cultura Militare* e *Rivista di Fanteria*, e que eu tive ensejo de controlar através de officiais dinamarqueses que tomaram parte na campanha da Finlândia, entre elles o seu illustre Comandante, com quem tive de trabalhar em íntima colaboração nos trabalhos de recepção de material que realizei em Copenhague.

Revista da Cavalaria

tudes e às superiores a 2.000^m. Sempre que se tratava d'êste último caso, notavam-se naturalmente as deficiências, que não resultavam, afinal, de deficiência das armas e do seu calibre mas apenas do sistema de pontaria.

Nessas condições, quando começaram a ser empregados os canhões de 40^{mm} Bofords, equipados com bons correctores de tiro, deviam ter-se notado vantagens, que se generalizaram sem cuidado, em meu entender. O maior efeito dos projecteis nos empates obtidos, completava a impressão favorável, em detrimento da apreciação das características do 20^{mm}.

Ora sôbre a excelência dos canhões de 20^{mm} na defesa baixa contra aviões, não deixam dúvida os resultados que os alemães dêle têm sabido tirar até hoje, e o seu entusiasmo por esta arma, a despeito de dispôrem também de canhões automáticos de 37^{mm}, que empregam no tiro a altitudes superiores a 1.500^m, na defesa contra os bombardeamentos às médias altitudes de pontos sensíveis do territorio ou de instalações dos Comandos ou Serviços das G. U., e também para completar o sistema de defesa, mesmo das zonas e objectivos de grandes dimensões (designadamente dos pontos mais sensíveis dessas zonas ou objectivos).

Na realidade, sempre que se trate de alvos aéreos voando a mais de 1.500^m, sendo já suficiente a velocidade angular de pontaria dos canhões de 37 a 40, vale a pena aproveitar as vantagens da maior eficácia do projectil e impõe-se o emprego de *correctores* (predictores). As características do canhão de 20^{mm} não permitem bom rendimento no seu emprego a distâncias superiores à indicada (de preferência até 1.200^m), mas impõe-se estofar a defesa nas altitudes médias (1.500 aos 4.000^m) com uma arma automática, porque o número de peças de artilharia disponíveis para êsse efeito deve considerar-se sempre escasso e o seu tiro é muito lento, apesar de tudo.

Resta ver se mesmo para a defesa às altitudes inferiores não convirá substituir o 20^{mm} pelo 37 ou 40^{mm}.

Se tratarmos das armas destinadas à defesa baixa das colunas de marcha e elementos restrictos dos dispositivos do escalão de combate, as necessidades de grande mobilidade, grande facilidade de manejo e rapidez de instalação, podiam ser argumentos suficientes para eliminar o canhão de 37 ou 40^{mm}.

Revista da Cavalaria

Mas mesmo para a organização da defesa de pontos sensíveis do território entendendo que não se podem dispensar os canhões de 20^{mm}, para a defesa contra os bombardeamentos em vôo horizontal a baixa altitude e em vôo picado.



Fig. 2

«Alarme...» a infantaria deixa a estrada e abriga-se.

O irmãozinho do quádruplo (fig. 4) em plataforma T. T., e que se encarrega da protecção anti-aérea entra em acção.

É um C. M. de 20^{mm}.

A baixas altitudes a velocidade de tiro impõe-se acima de tudo, de tal forma, que na defesa das colunas de marcha,

Fig. 3

«O canhão de 20 em plataforma tem-se distinguido também na protecção anti-carro e na neutralização rápida de ninhos de metralhadoras, casamatas, fortificações e povoações».



a arma que os alemães continuam a utilizar e de que falam com particular carinho, é o canhão de 20^{mm} em reparo blindado T. T., e que na defesa dos «pontos sensíveis» do território empregam já o canhão de 20^{mm} «quádruplo» (como chamam à reunião em um mesmo reparo de quatro canhões,

Revista da Cavalaria

com disparo eléctrico simultâneo, como se verifica pelas fotografias que publicamos e pelas respectivas legendas⁽¹⁾.

E é fácil de demonstrar porque, para a defesa baixa, os canhões de 37 a 40^{mm} não podem substituir os de 20^{mm}.

A cadência de tiro de um canhão de 40^{mm} é de cerca de 2 tiros por segundo; a do canhão de 20^{mm} normal é de



Fig. 4

O «quádruplo», irmão mais forte do canhão singelo de 20^{mm}, está instalado. Pertence às companhias anti-aéreas de exército e os seus serventes são infantes

5,8 tiros por segundo; quando se empregue o canhão de 20^{mm} de grande velocidade⁽²⁾ é de 8,3 tiros por segundo. Podemos considerar semelhante, e muito pequena, a dispersão do tiro dos canhões de 40 e de 20^{mm}.

Admitamos, por exemplo, que o tiro é aberto a 1.800 m.⁽³⁾ contra um avião voando a 1.000 m. de altitude. Admitamos,

(1) É evidente que dispondo de canhões metralhadoras com uma velocidade de tiro de 500 tiros por minuto, dois canhões solidários são bastantes para produzir um efeito semelhante ao do quádruplo alemão, em que cada canhão dispõe de uma velocidade de tiro de cerca de 250 a 300 t./m.

(2) Só conhecemos um canhão desse tipo, de fabrico Madsen, que tem sido fabricado para o exército alemão desde 1940. O canhão é instalado em plataforma fixa ou automóvel. É de prever que, mais cedo ou mais tarde, outros aparecerão.

(3) Limite da boa utilização das indicações oferecidas, para a correcção da pontaria, pelos projecteis tracejantes.

Revista da Cavalaria

ainda, que qualquer desses canhões pode seguir o alvo até à vertical, com a sua pontaria ⁽⁴⁾ e admitamos, por fim, que a distância horizontal da rota do avião ao plano vertical da arma, paralelo à rota, é de 400 m.

Nestas condições, o avião cruzará na frente da arma um espaço em que pode ser batido eficazmente, de $2 \times 1.442 = 2.884$ m., que serão percorridos em 23 segundos.

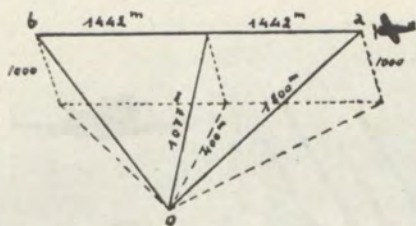


Fig. 5

Ora os projectéis dos canhões de 20^{mm} sucedem-se no espaço com intervalos de tempo de cerca de 0,17 a 0,20 segundos (conforme a velocidade de tiro é de 500 ou 350 tiros por minuto). Os projectéis

de 40 ^{mins} suceder-se-ão com intervalos de 0,5 segundos (vel. de 110 t./min.).

Assim, nos 23 segundos, serão lançados no espaço indicado :

— projecteis de 20 ^{mm}	134 a 191 projecteis
— » » 40 ^{mm}	43 »

Mas se entrarmos em linha de conta com o factor económico, podemos afirmar que com despesa igual à do emprêgo de um canhão de 40^{mms} se podem empregar pelo menos 3 ou

(1) Para atacar um avião que voa directamente sobre a arma (no seu plano de tiro) a 1.000 m. de altitude e à razão de 125 m. por segundo (450 km/h.) é preciso que se possa deslocar a linha de mira da arma, em elevação, com velocidade crescente e que próximo da vertical é de cerca de 7° por segundo.

Se a altura de vôo é inferior a 1.000 m. ou se, mesmo a 1.000 m., a velocidade do avião é superior, já o canhão de 40^{mm}, cuja velocidade angular de pontaria não pode exceder 7 a 8°, não pode facilmente seguir com o tiro o avião. Pelo contrário o canhão de 20^{mm} pode alvejar os mais rápidos aviões, às mais baixas altitudes; a sua velocidade angular de pontaria, comandada por manivela, pode atingir 16°/seg; a sua leveza, permite apontar a braço livre, sem dificuldade, como eu próprio experimentalmente.

Revista da Cavalaria

4 canhões de 20^{mm} (1). Nesse caso, os números indicados acima, deverão substituir-se por:

- projecteis de 20^{mm} projectados nos
2.884 m. da rota do avião 402 a 764
- projecteis de 40^{mm} projectados nos
2.884 m. da rota do avião 43

Por outro lado, se atendermos às velocidades restantes dos projecteis, que à distância média de 1.500 m. são da ordem dos 300 m. para os projecteis de 20^{mm} e de uns 400 m. para os projecteis de 40^{mm}, conclui-se que esses projecteis se sucedem, respectivamente, às distâncias de 36 a 60 m. para os de 20^{mm} e de 200 m. para os de 40^{mm} (2). Quere dizer, num determinado momento, admitindo que o avião cruza o plano de tiro da arma, os projecteis sucedem-se ao longo da linha de tiro com distâncias de 36 a 60 m. no caso do canhão de 20^{mm} e de 200 m. no caso do canhão de 40^{mm}. Se tivermos 3 canhões de 20^{mm} os intervalos entre os quais o avião pode passar sem ser atingido, são apenas de 12 a 20 m., contra 200 m. no caso de um canhão de 40^{mm}.

Se, por fim, verificarmos qual é o intervalo entre os projecteis que cruzam a rota do avião, admitindo que a linha de tiro se desloca em direcção com velocidade idêntica à do avião, concluimos que os projecteis se sucedem na rota do avião a distâncias de 7 a 8 m. no caso dos 3 canhões de 20^{mm} e de 62 m. no caso do canhão de 40^{mm}.

Resumindo: as probabilidades de o avião passar entre dois tiros sem ser atingido, correspondem, em alcance, à relação 17 a 20/200, ou seja, cerca de $\frac{1}{11}$, e em direcção à relação 7 a 8/62, ou seja cerca $\frac{1}{8}$.

É certo que o canhão de 40^{mm}, tendo um alcance maior, poderá abrir fogo a maior distância e, por isso, ter o avião

(1) O aumento do calibre da boca de fogo traduz-se num aumento de peso, volume e preço do material na proporção 1:3; o aumento do calibre do projectil traduz-se em geral num aumento de peso e volume do projectil da ordem do cubo daquêle.

A diferença é ainda mais sensível ao tratar-se dos canhões de 20 e 40^{mm}.

(2) Visto que o intervalo de tempo entre dois tiros é de 0,12 a 0,20 segundos para o C. M. de 20 mm. e de 0,5 segundos para o C. M. de 40 mm.

Revista da Cavalaria

durante mais tempo sujeito ao seu tiro, mas a diferença não destrói o que dissemos.

Com efeito, todo o espaço que uma arma pode bater se pode considerar encerrado numa calote tendo por base um círculo, cujo raio corresponde ao máximo alcance horizontal da arma, de altura correspondente ao seu alcance vertical e cuja geratriz é uma linha parabólica de forma dependente das características balísticas do tiro, mas que para os projecteis modernos de pequeno calibre, como os de 20 e 40 ^{mms}, projectados com grande velocidade inicial, se pode considerar igual à da figura, que é organizada para o canhão de 20 ^{mms}.

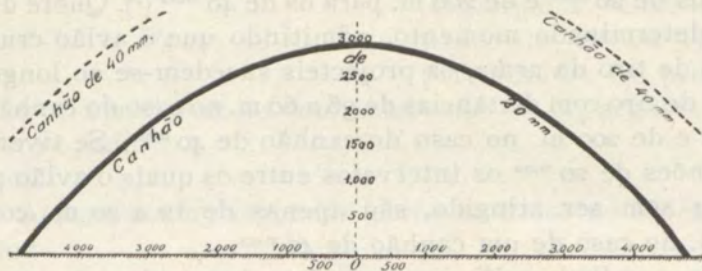


Fig. 5 - Esquema do espaço batido por um canhão-metralladora em tiro anti-aereo

Fig. 6

Assim, se para o canhão de 20^{mm}, com um alcance horizontal de 4.700^m e flecha máxima de tiro de 3.000^m, verificamos pela fig. 6 que um avião a 2.000^m percorrerá 2.700^m até atingir a vertical da arma, sempre sob a acção do tiro, para um canhão de 40^{mm} cujo alcance horizontal pode computar-se em 6.000^m o mesmo avião entraria no raio da acção da arma quando se encontra a 4.750^m da vertical.

Quere dizer, o alvo estaria exposto, no caso dos 3 canhões de 20^{mm} durante cerca de 21'', em que seria visado por 315 a 525 projecteis distribuídos por um espaço de 2.700^m, e no caso do canhão de 40^{mm} durante cerca de 38'', em que seria visado por uns 69 projecteis, distribuídos por 4.000^m. Para probabilidades iguais, o avião atingido por 1 projectil de 40 seria atingido por 5 a 8 projecteis de 20^{mm}.

Revista da Cavalaria

Não entramos em linha de conta com o valor do *cone morto*, que deve ser maior para o canhão de 40, o que reduziria ainda mais a proporção.

De tudo resulta que a utilização de canhões de 37 a 40^{mm} só é admissível quando se trate de atingir alvos voando a altitudes e distâncias superiores às possibilidades do canhão de 20^{mm}... a menos que se considere o efeito de destruição do projectil de 20^{mm} insuficiente para pôr fora de combate um avião de reconhecimento, caça ou meio bombardeamento.

Creio bem que um avião atingido por 6 a 10 granadas de 20^{mm}, não ficará melhor do que quando atingido por uma só granada de 40^{mm}.

E para que não subsistam dúvidas a este respeito, vale a pena citar alguns exemplos de emprêgo de canhões de 20^{mm}, feito pelos alemães, que apesar de disporem de canhões de 37 consideram o canhão de 20^{mm} como a sua arma ligeira anti-aérea de mais rendimento.

Eis alguns exemplos extraídos de uma conferência feita por um oficial alemão em 12 de Agosto de 1940:

- 1.º Durante o embarque de tropas alemãs em aviões de transporte para se dirigirem para o aeródromo de Rotterdam, os bombardeiros ingleses atacaram por 3 vezes o campo de embarque. Os canhões de 20^{mm} da D. C. A. do campo de embarque abateram uns 4 aviões ingleses.
- 2.º Na protecção de um sector de ataque por canhões da *flak* alemã, foram derrubados por projecteis explosivos e incendiários de 20^{mm}, 23 aviões ingleses. A excelência dos resultados foi atribuída à velocidade de tiro (e tratava-se de canhões com velocidade de tiro de 300 tiros por minuto e não 350 a 500 t/m).

É interessante, também, citar um curioso exemplo de emprêgo de canhões de 20^{mm}, nos combates da fronteira Sul da Dinamarca, quando da invasão alemã.

Revista da Cavalaria

No dia 9 de Abril, dia da invasão, 3 baterias anti-aéreas dinamarquesas, encontravam-se em posição junto da fronteira S. da Dinamarca.

Cada bateria, segundo a teoria dinamarquesa, compreendia 3 peças anti-aéreas de 7,5 e 3 canhões-metralhadoras Madsen de 20^{mm}, com velocidade de tiro de 350 tiros/m. e montadas em «reparo universal». Algumas metralhadoras Madsen em reparo Jessen completavam a defesa.

No decorrer dos curtos combates travados contra a aviação alemã, ocorridos antes de terem chegado às tropas as ordens reais para cessação da resistência, só os canhões de 20 tiveram eficácia, abatendo em pouco tempo 4 aviões. As peças de 75 não puderam actuar, porque os aviões alemães, habituados a lutar contra adversários que não dispunham para a defesa baixa senão de metralhadoras portáteis e metralhadoras de 12,7 ou 13,2 de fraca eficácia, repetiram a sua táctica do ataque a baixa altitude, que os defendia da acção da artilharia de D. C. A.

*

Chegamos, assim, às seguintes conclusões finais, que julgamos estarem inteiramente de acôrdo com o critério de emprêgo dos materiais de D. C. A. no exército alemão:

1.^a Defesa dos pontos sensíveis do território:

Ao escolher os calibres a empregar, deve-se ter presente que êsses materiais devem contar com o ataque de bombardeiros pesados, sólidamente construídos, e também de aviões de médio bombardeamento.

O ataque pode ser feito a grande e a média altitude.

O inimigo escolhe muitas vezes um tempo propício — chuva, crepúsculo, madrugada, nuvens baixas — para se dissimular, dificultando o emprêgo da artilharia às grandes distâncias.

Revista da Cavalaria

Por consequência, para a defesa das localidades importantes, impõe-se:

a) Artilharia para actuar a grande distância e grandes altitudes.

Apesar das vantagens assinaladas dos calibres 100 a 105, em geral tem-se de dispor, além desse material, do de calibre médio (75 a 88), para estofar a defesa.

A escassez de disponibilidades de dinheiro para aquisição, ou de matérias primas para o fabrico de peças e munições, pode aconselhar mesmo a basear a defesa alta apenas em material de 75 a 88.

b) Canhões-metralhadoras de 37 a 40^{mm} capazes de combater eficazmente aviões de bombardeamento, mesmo dos mais pesados, atacando às médias altitudes — 1.500 a 3.000 m. e as formações que evoluem a essas altitudes para tomar a formação de ataque e preparar o ataque a baixa cota.

Impõe-se — pelo menos para o tiro a distâncias superiores a 1.500^m — que os projecteis sejam armados com espoletas de tempos de regulação automática no carregamento, visto que os projecteis luminosos não dão indicações suficientes para a regulação do tiro a tais distâncias.

c) Canhões de 20^{mm} para a defesa dos pontos sensíveis da localidade, tais como fortes, fábricas, centros de energia, estações ferroviárias, e outros objectivos de dimensões restrictas que os aviões atacantes hão de visar.

Esta é afinal a parte mais importante da defesa.

d) Canhões de 20^{mm} e até metralhadoras portáteis serão também empregadas na protecção das baterias de artilharia, que não deixarão de ser atacadas a baixa altitude pelos aviões de caça e de batalha que escoltam os bombardeiros.

Os canhões-metralhadoras de 20^{mm} serão, com vantagem, acoplados em grupos de dois a quatro sobre o mesmo reparo.

As metralhadoras portáteis deverão ser acopladas em grupos de tiro de quatro armas, solidárias no mesmo reparo.

Se se trata de um objectivo isolado de dimensões restrictas (ponte, nó de comunicações, desfiladeiro, depósito, etc.), poderá ser dispensada a artilharia, baseando-se a defesa sobre canhões de 20^{mm} e metralhadoras portáteis.

Revista da Cavalaria

2.^a Defesa das tropas e dos trens das G. U. dos exércitos em campanha:

Conclui-se que, em rigor, a protecção das colunas de combate de tropas de infantaria ou a cavalo, em marcha sobre estrada, ou já articuladas em dispositivos de aproximação ou de combate através do terreno, pode basear-se apenas no emprêgo de canhões-metralhadoras de 20^{mm} e de metralhadoras de pequeno calibre. A defesa só tem que encarar os ataques a baixa altitude *em vôo razante* ou *a picar*, de aviões de grande velocidade mas fraca protecção; a preparação do assalto, sobre a zona de marcha, não é feita com certeza a mais de 1.500^m. Por outro lado, as tropas baseiam em grande parte a sua protecção na dispersão, ampla e rápida, e no aproveitamento dos abrigos que o terreno oferece, o que são outros tantos motivos para que só ataques a muito baixa altitude adquiram a conveniente precisão.

Nestas condições, a necessidade de uma grande densidade de projecteis e de grande facilidade e velocidade angular de pontaria das armas de D. C. A., prevalece sobre quaisquer exigências de potência ou alcance.

Contudo, esse material não basta às G. U. dos exércitos de campanha.

Durante a marcha podem surgir pontos particularmente sensíveis e visados pela aviação inimiga, por serem pontos de passagem obrigatória, e onde o desenvolvimento rápido não é possível (desfiladeiros militares, tais como: pontes, troços de itinerários encaixados em desfiladeiros topográficos, pequenas povoações de ruas estreitas, etc...). Por outro lado, tratando-se de colunas de tropas motorizadas ou de trens, está-se sempre sujeito — mesmo quando se trate de viaturas T. T. — a uma imobilização das colunas de viaturas sobre a estrada, com toda a sua grande vulnerabilidade, o que pode provocar uma concentração de aviação inimiga que execute um bombardeamento em massa a altitudes superiores a 1.500^m, uma vez que saiba que a coluna só dispõe de defesa baixa (até aos 1.500^m).

Há ainda que atender à protecção dos parques de viaturas durante o combate, ou nos bivaques, e das zonas de estacionamento dos cavalos desmontados, umas e outras su-

Revista da Cavalaria

jeitas, pela grande densidade que apresentam, a bombardeamentos a altitudes médias (1.500 a 2.500^m).

Como, em qualquer dos casos, o ataque não pode ser feito a mais de 2 a 3.000^m de altitude, poderá concluir-se que basta, por isso, que as G. U. disponham também de canhões-metralhadoras de 37 a 40^{mm}, e que é desnecessário atribuir-lhe artilharia anti-aérea de 75 ou calibres superiores.

Há, todavia, três razões que aconselham a proteger a zona de acção das tropas também com artilharia de 75, pelo menos as partes dessa zona mais descobertas ou que pela sua configuração topográfica implicam uma maior concentração e densidade dos dispositivos (zonas encaixadas).

Por um lado é o raio de acção do material. Com efeito, se quisermos nas marchas ter uma defesa muito eficaz, baseada sobre *postos de defesa fixa* instalados ao longo da estrada de marcha, o esqueleto do sistema deverá ser baseado sobre postos constituídos por artilharia de 75.

Para os materiais mais ligeiros, mas de menor raio de acção, a distância entre os postos tem de ser tão pequena que a eficiência do sistema é muito prejudicada.

Por outro lado, torna-se necessário interdizer, ou pelo menos dificultar, a acção dos aviões de reconhecimento actuando a grandes altitudes sobre a zona de acção das tropas em terra. Pelo menos devem estar protegidas as partes do dispositivo que podem oferecer mais fáceis indícios à observação a grandes altitudes.

Por fim, o emprêgo da artilharia na protecção anti-aérea tem uma repercussão moral benéfica sobre as tropas.

E convindo, para obter um rendimento elevado da D. C. A., que a defesa em cada zona de altitude e alcance seja garantida por duas gamas de material, só o emprêgo dos quatro tipos de armas — metralhadoras portáteis, canhões-metralhadoras de 20 e de 37 a 40^{mm}, e artilharia de 75 — permite essa combinação completa, como se indica:

a) Até aos 600^m de altitude e para distâncias até 1.000^m:

— zona de acção normal das metralhadoras portáteis;

— zona de acção eventual dos canhões-metralhadoras de 20^{mm}.

Revista da Cavalaria

b) Dos 600 aos 1.500^m de altitude e para alcance até 2.000^m:

— zona de acção normal dos canhões-metralhadoras de 20^{mm};

— zona de acção eventual dos canhões-metralhadoras de 37 a 40^{mm}.

c) Do 1.500 aos 3.000^m de altitude e para alcances até 4.000^m:

— zona de acção normal dos canhões-metralhadoras de 37 a 40^{mm}.

— zonas de acção eventual da artilharia de 75;

d) Altitudes superiores a 3.000^m e alcances superiores a 4.000^m:

— zona de acção normal da artilharia de 75;

— zona de acção eventual dos canhões-metralhadoras de 37 a 40^{mm} (até ao limite do seu alcance).

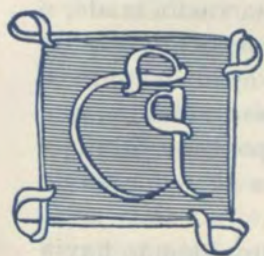
(Continua)





Notas e impressões de uma viagem à Alemanha

pelo Tenente ANTÓNIO DE SPÍNOLA



O iniciarmos a nossa viagem de estudo à Alemanha, eramos, ainda, dos oficiais de cavalaria que se poderiam considerar mais retrógrados, dada a nossa errónea concepção quanto ao modo de emprêgo da cavalaria nos modernos campos de batalha.

Apaixonados do cavalo, essa paixão levava-nos a não querer ver, e talvez mesmo a não compreender, de forma alguma, a cavalaria a cavalo banida dos campos de batalha.

Pressentimos a grande relutância que os velhos cavaleiros da nossa arma, vão ter, em perfilhar as nossas actuais opiniões. Talvez mesmo tenhamos de escutar, de parte dêles, a indignada afirmação de que não possuímos *espírito de arma*.

Para êles vão as nossas desculpas pela nossa retractação, e a afirmação de que, as duras e tristes verdades que

Revista da Cavalaria

somos levados a dizer, só têm por fim mostrar à cavalaria portuguesa, qual o caminho a seguir para sermos verdadeiramente úteis na guerra. Isto em nossa opinião.

Outro intuito não nos pode mover, senão o de trabalhar pelo bem da nossa arma, para que o seu prestígio entre as outras, e a natural consideração que lhes deve merecer, não diminua, antes suba de valor.

Vamos descrever, apenas sob o ponto de vista que interessa ao tema que enunciamos, as nossas impressões sobre as visitas feitas à Escola de Carros de Combate, à Escola de Equitação, ambas do Exército Alemão, e à frente germano-russa em Leninegrado, afim de nos justificarmos perante os que nos lerem, dos motivos que nos fizeram mudar de opinião.

Na Escola de Carros de Combate

Iniciámos a nossa visita de estudo na Alemanha, pela Escola de Carros de Combate, escola que se encontra situada nos arredores de Berlim.

Recebidos pelo Comandante da Escola, antigo Coronel de Infantaria, hoje de carros, foi-nos logo por êste, feita uma ligeira palestra, como preliminar da nossa visita.

Procurou-nos êle mostrar, com evidência raciocinada, o lugar primacial que as unidades de carros ocupam num exército moderno. São, disse êle, com essas unidades que os exércitos quebram as linhas inimigas. Frisou também, que era necessário penetrar no interior do dispositivo inimigo, custasse o que custasse, e que só os carros são capazes de cumprir essa importantíssima missão.

Tendo-lhe nós perguntado se no Exército Alemão havia infantaria motorizada, cavalaria motorizada, etc., foi-nos respondido que não existiam *armas motorizadas*, mas sim *tropas motorizadas*.

Esta maneira de dizer envolve, segundo nos parece, uma subtil distinção, isto é, a negação da eficiência de unidades híbridas nos campos de batalha.

Constatámos, mais tarde, que esta opinião está generalizada em todos, os oficiais desta Escola, inclusivé, nalguns antigos e distintos oficiais de cavalaria, hoje de carros.

Revista da Cavalaria

Visitando várias aulas, e fazendo notar ao oficial que nos acompanhava, a atenção surpreendente com que os alunos ouviam as prelecções dos professores, foi-nos por êle respondido que as palestras eram, como vimos, orientadas num sentido prático, e quasi tôdas baseadas sôbre *casos concretos de guerra* passados com os professores. Cada um dêles focava em cada caso de guerra a parte que lhe interessava focar. Acontecia, por vezes, os alunos estarem a ouvir durante a mesma semana a critica de um determinado caso concreto de guerra, mas focado sob pontos de vista diferentes pelos vários professores.

Interessante a forma como é exaltado aos alunos, o culto da bravura, da heroicidade, do amor à Pátria, e dos deveres para com esta. Nas prelecções são sempre narrados os feitos conhecidos dos officiais de carros que tiveram morte heróica, ou foram altamente condecorados.

A tropa de Carros do Exército Alemão é, indiscutivelmente, uma tropa de elite, que prima pelo culto da bravura no mais elevado grau.

Para atestar êste culto é oportuno notar que todos os professores da Escola de Carros de Combate são condecorados com a Cruz de Ferro.

Cada disciplina tinha, em regra, dois ou três professores, todos muito novos, e enquanto alguns, acabados de chegar da frente, estavam comunicando aos alunos os mais recentes ensinamentos por êles colhidos no campo de batalha, outros, os que tinham sido rendidos nesta missão de ensino, marchavam para as frentes (Rússia, África, etc.). Ali deveriam permanecer pelo menos 6 meses, em comando de unidades de carros para, mais tarde, poderem voltar à Escola com o peito novamente condecorado, quantas vezes mutilados, atestando assim, a bravura e decisão com que se bate a tropa de Carros do Exército Alemão.

Vários professores, que vimos, todos de muito pouca idade, estavam mais ou menos mutilados.

Para vincar bem, qual o grau de bravura que se exige à tropa de Carros, basta notar, que só podem ser professores na Escola, officiais condecorados com a Cruz de Ferro, isto é, com comportamento heróico em campanha, pois só êsses são considerados com autoridade para poder transmitir aos

Revista da Cavalaria

futuros carristas os mais úteis ensinamentos colhidos no campo da luta.

O forte predomínio das qualidades de bravura pessoal sobre a técnica, é bem manifesto.

Nã campanha da Rússia, — disseram-nos os oficiais de Carros —, que tinham de marchar para o inimigo com meio corpo fora das tórres dos seus carros, só se recolhendo quando notavam que os atiradores adversos os estavam visando, para de seguida, emergirem das mesmas tórres desafiando a morte.

Este sistema tem causado inúmeras baixas, umas mortais, outras com ferimentos mais ou menos graves, mas, dizem os oficiais de Carros, ser esta a única maneira de observar o campo de batalha, para bem comandar, pois — acrescentavam — por mais perfeitos que sejam os aparelhos ópticos, eles nunca dão a visão total, rápida e perfeita do terreno em tôdas as direcções, indispensável a quem comanda.

Embora com dificuldade, motivada pelo facto de não serem conhecidas as armas de origem dos oficiais de Carros, conseguimos falar com alguns que eram oriundos da arma de cavalaria, e, entre eles, dois ou três distintos concursio-nistas.

Até pela bôca destes, ouvimos, estupefactos, confirmada a opinião do Comandante da Escola, de que cessara o papel da cavalaria no combate.

Evidenciando a sua tristeza, no início da guerra, ao pressentirem que os seus esquadrões a cavalo deixavam, na moderna guerra, de ter a utilidade que supunham, hoje, ingressados nas tropas de carros, estão absolutamente conformados e só para estes querem viver. Entretanto, são de opinião, e afirmam-no com convicção, que a psicologia do *carrista* é inteiramente semelhante à do *cavaleiro*.

Afirmaram-nos, contudo, que a nova tropa de carros nada tem de comum com as antigas armas, pois aquela possui um espírito de corpo absolutamente novo, em que predomina o culto da bravura audaz, e uma mentalidade absolutamente nova e com características sem semelhança com as de outra qualquer arma.

Hóspedes da «Escola de Carros» dois dias, nela vivemos o ambiente alegre e leal da brava mocidade alemã, ambiente

Revista da Cavalaria

que, a nosso ver, tem inúmeros pontos de contacto com o da nossa arma.

Êles observam uma disciplina militar bem compreendida, vivendo numa atmosfera de grande à vontade e de leal camaradagem, quer nas refeições, quer noutros actos não constituindo serviço, contrastando tal proceder, grandemente, com a rigidez de atitudes a dentro dos actos de serviço.

É interessante frisar, que êste à vontade e camaradagem, nas relações entre comandos, oficiais superiores e oficiais subalternos, é caracterizadamente maior do que o que existe na nossa cavalaria, já tão conhecido e notado pelas outras armas.

As conclusões a que nós, cavaleiros, fomos obrigados a chegar, quanto ao emprêgo da cavalaria na guerra, apesar da nossa natural relutância inicial, são sem dúvida dolorosas, para os abencerragens da cavalaria a cavalo.

Tivemos que reconhecer que esta modalidade da cavalaria na presente guerra, deixára de existir na Alemanha, mas que, em compensação, se deu o aparecimento e o desenvolvimento de uma nova arma, «*Os carros de Combate*», sem qualquer interdependência com as antigas, e recrutando os seus primeiros oficiais entre os voluntários das outras, como o fez entre nós, no princípio e até há bem pouco tempo, a nossa aviação.

Em contrapartida dêste desgosto, para nós, cavaleiros, dir-vos-ei que ao professor de táctica desta Escola, oficial oriundo da arma de Infantaria, tivemos o prazer de ouvir, «que eram os oficiais de cavalaria, talvez pela sua mais característica maneira de ser, traduzida no *«atirado para a frente»*, isto é, na presteza de atitudes e na mobilidade de pensamento, aquêles que mais depressa se adaptavam à nova psicologia que esta arma exigia dos seus elementos componentes». E acrescenta: «o oficial de infantaria, menos rápido nos deslocamentos e mais reflectido na concepção do que o de cavalaria, estranha mais do que êste, a mudança para o Carro».

O carro é mais veloz, as situações sucedem-se mais vertiginosamente, o imprevisto é a regra e o verdadeiro oficial de cavalaria tem de pensar e raciocinar instantaneamente.

Revista da Cavalaria

Na Escola de Equitação

A antiga e tradicional Escola de Cavalaria do Exército Alemão, em Hanover, encontra-se presentemente nos arredores de Berlim, nas proximidades de Postdam, denominando-se actualmente «*Escola de Equitação*».

É já por si sintomática para nós esta mudança de designação, dadas as nossas considerações anteriores.

Tem esta Escola por função: — a preparação equestre dos oficiais de cavalaria, que por ela devem transitar periódicamente; preparação para competições equestres internacionais; instrução equestre dos oficiais das diferentes armas montadas; e, instrução de condução, para oficiais, de viaturas hipomóveis. Esta última instrução foi a que vimos em curso neste período de guerra.

Sentimos nesta Escola o ambiente de vida da nossa Escola de Cavalaria, e que sabemos existir também em França, Itália e decerto em tôdas as outras, o à vontade e alegria natural da nossa arma, a leal e franca camaradagem fora dos actos de serviço, contrastando com a rigidez a dentro dêle.

No entanto, essa alegria natural ensombrava-se, quando preguntávamos aos poucos oficiais que se encontravam presentes na Escola, qual a sua opinião sobre o papel da cavalaria na actual guerra.

As opiniões foram unâнимes em concordar que a presente guerra dera um mortífero golpe na nossa arma.

Afirmava-nos um oficial acabado de chegar da Rússia, onde se encontrava comandando um esquadrão a cavalo, que ali lhe tinham sido atribuídas só missões próprias de uma infantaria montada, transportando-se os homens a cavalo como se poderiam transportar utilizando outro qualquer meio.

Contava ter feito com o seu esquadrão grandes marchas a pé, pois os cavalos eram normalmente abandonados a grandes distâncias. Só na exploração de algumas florestas, onde os carros não podiam actuar, é que chegou a entrar com os seus cavaleiros montados.

Constatáramos, que eram os próprios oficiais da antiga e tradicional Escola de Cavalaria do Exército Alemão, que aca-

Revista da Cavalaria

bavam de nos declarar, embora com bastante mágoa, que a cavalaria morreria para sempre.

A confirmar esta conclusão, estão os inumeráveis insucessos que a cavalaria polaca teve na campanha da Polónia e que a cavalaria russa experimentou na frente oriental europeia.

E devemos notar, que as cavalarias polaca e russa têm tradições de bravura e de irresistibilidade, que não ficam atrás de nenhuma outras.

Na frente germano-russa de Leninegrado

Analizada esta visita somente debaixo do ponto de vista que interessa ao nosso trabalho, poucas conclusões podemos tirar, pois tratando-se de uma frente estabilizada, guarnecida



Frente de Leninegrado: Carros de combate russos avariados no campo da luta. —
A chenille continua sendo a parte vulnerável dos carros. Todos os carros inutilizados que observámos, tinham sido primeiramente imobilizados pela destruição das chenilles.

com divisões de infantaria tipo normal, as tropas de cavalaria, atribuídas às divisões, nos grupos de reconhecimento, estavam guarnecendo as posições como tropa de infantaria, se bem que, normalmente, empregadas nos flancos. No entanto,

Revista da Cavalaria

pela conversa tida com os oficiais do Estado Maior do Corpo do Exército, onde estivemos instalados, e das Divisões que visitámos, tivemos de chegar à mesma conclusão sôbre o futuro da nossa arma.

Contudo devemos frisar, que, através de alguns interessantes casos concretos de guerra sucedidos com as Divisões que visitámos, e que nos foram brilhantemente expostos pelos generais comandantes e oficiais do Estado Maior destas Divisões, observámos que as concepções dos comandantes



Oficiais de Cavalaria da G. N. R., na frente de Leninegrado

de Divisão eram arrojadas, ou melhor, absolutamente *cavaleiras*. Elas eram, em regra, muito arriscadas, de resultados um pouco problemáticos, jogando-se com a sorte, despresando-se até, por vezes, a segurança de um ou outro flanco. É que conhecendo a psicologia do inimigo, e as circunstâncias que se davam, o comando alemão entendia arriscar pela certa.

Decisões, estamos convencidos, aparentemente imperfeitas para um trabalho de gabinete, ou para um meticuloso

Revista da Cavalaria

oficial do Estado Maior ou de Infantaria, elas tiveram pleno êxito, e despertaram em nós, cavaleiros, uma especial emoção.

Foi-nos dado conhecer uma curiosa situação de ataque à povoação russa X que num dado momento se poderia ter afigurado temerária demais, mas que, graças à feliz e oportuna actuação de uma unidade de Carros, foi resolvida, repentinamente, a favor do atacante.

É interessante a semelhança entre esta acção, e algumas acções outrora executadas, por esquadrões de cavalaria, que com a sua intervenção, salvaram situações delicadíssimas.

Assim se demonstra que, embora a cavalaria tenha desaparecido da cena na condução das batalhas, por parte do Exército Alemão, nem por isso este deixou de herdar da sua nobre cavalaria o seu *espírito cavaleiro*, que palpita através das suas acções de guerra, e das decisões rápidas, oportunas e até fulgurantes daquêles que conduzem essas acções.

*

EM nossa opinião, a presente Guerra, trouxe profundas modificações, quanto à maneira de combater das diferentes armas.

Não só surgiram no campo de batalha novos elementos de luta, como também o agrupamento e o momento escolhidos para actuação dêsses elementos, não coincide exactamente, com os que estávamos acostumados a observar. Quere dizer, novos ensinamentos há a tirar, embora se possam considerar absolutamente prematuros quaisquer ensaios nesse sentido.

Verifica-se hoje, que as grandes unidades de Carros de Combate ocupam um lugar primacial dentro de um Exército animado de espírito ofensivo, e tão primacial que podemos dizer, afoitamente, que os factores materiais que mais influem

Revista da Cavalaria

na obtenção da vitória, são: os *carros* em terra e os *aviões* no ar.

Os carros são essencialmente elementos de rotura, capazes de romper e penetrar profundamente nos dispositivos inimigos. Graças à sua velocidade de progressão, rapidez de actuação e ao seu grande poder penetrante, são os elementos principais da manobra estratégica de um Exército.

Devido a esse grande poder de penetração e às grandes profundidades que podem atingir nos dispositivos adversos, os carros de combate são utilizados nas operações, primeiro na manobra estratégica e depois no campo tático.

O Exército Alemão tem empregado, na actual guerra, os carros, como elementos poderosos de rotura, vibrando com eles golpes fortes e profundos na linha inimiga, em várias direcções, bem estudadas. Criam-se, assim, grandes bôlsas estratégicas, as quais depois, graças à actuação imediata das grandes unidades motorizadas e de outras tropas, se transformam em bôlsas táticas, pelo alargamento das brechas abertas, e pela conjugação de acções oblíquas dos próprios carros. É então que a infantaria se encarrega de acabar de fechar e de liquidar essas bôlsas táticas.

Assim, como no nosso pelotão de cavalaria tudo gravita em redor das duas armas automáticas, podendo-se dizer, sem exagero, que os 37 homens do pelotão trabalham para aquelas armas automáticas, que constituem o esqueleto da organização do pelotão, assim, hoje, num exército moderno, tudo parece gravitar em redor das grandes unidades de carros de combate, pois que o papel de tôdas as outras armas, é o de explorar os sucessos obtidos pelos carros, ou, pelo menos, a não deixar colmatar as brechas abertas por aquelas grandes unidades.

Eis, pois, desenhado em traços largos, pelo atrevido lápis de um tenente de cavalaria, um esquema sumário da missão que, admitimos, pode competir às grandes unidades de carros.

*

O aparecimento em massa das duas modernas armas, carros e aviação, revolucionou totalmente a organização dos exércitos modernos, não se limitando essa revolução apenas

Revista da Cavalaria

ao simples desaparecimento da cavalaria a cavalo, e a pequenas modificações na arte de fazer a guerra.

Num exército organizado para a ofensiva, as grandes unidades de cavalaria tendem a desaparecer completamente, e as grandes unidades de infantaria perderam indiscutivelmente, pelo menos em grande parte, o lugar primacial que ocupavam no campo da luta, limitando-se hoje, mais a um órgão de acompanhamento e exploração do sucesso inicial obtido pelas grandes unidades de carros, do que a conduzir, por si só, operações de carácter ofensivo. Entretanto, continua reservada à infantaria, a importantíssima missão de ocupação e defeza do território conquistado, bem como a preparação e organização das posições defensivas.

As antigas missões longínquas da artilharia, começaram a passar sem esforço e com vantagem, à aviação, tendendo a artilharia a ser aproveitada apenas para as menores distâncias, isto é, àquelas em que as suas possibilidades de alcance, e mais particularmente, de observação, lhe permitem ser eficaz.

Novo papel coube à engenharia, e este foi o de acompanhar, ou seguir imediatamente, os carros de combate, não só para lhes prestar o seu auxílio técnico mesmo em plena acção, como também para lhes facilitar, com o auxílio dos seus pioneiros, a passagem de determinados obstáculos.

Mas para que estas unidades, que tão profundamente revolucionaram a moderna orgânica, cumpram a sua imperiosa missão de romper e penetrar fundo nas linhas inimigas, custe o que custar, é necessário uma grande audácia e valentia dos seus quadros, isto é, é necessário que a tripulação dos carros, possua, em alto grau, aquilo que se tem chamado «*Espírito Cavaleiro*».

Algumas das missões da cavalaria que possam, ou devam, subsistir, poderão ser desempenhadas, na maioria dos casos, por tropas ligeiras mecanizadas, e até motorizadas, mas o que é indiscutível, e nós sentimo-lo bem, quando em contacto com muitos oficiais do Exército Alemão, é que o espírito cavaleiro se sublimou, pode-se dizer com fundamento, nas modernas unidades de carros de combate.

Os cavaleiros alemães acorreram, em massa, para as unidades de carros, certamente porque reconheceram, que mesmo que a cavalaria a cavalo subsistisse, e subsistissem todas

Revista da Cavalaria

as suas missões, jámais poderiam pensar em escrever com os seus sabres as brilhantes façanhas da antiga cavalaria.

Acima das tradições de uma arma, está a convicção dos seus quadros, de que essa arma no presente possa repetir as façanhas do passado.

De que servem as narrativas dos livros célebres das velhas lendas da cavalaria, se nós temos a convicção de que hoje não é possível tentar imitar essas proezas cuja leitura tanto nos encanta.

Eis, pois, quanto a nós, explicada a razão por que a fina flôr da cavalaria alemã se apresentou nas unidades de carros, continuando a usar o seu antigo emblema de husards, hoje o mesmo das tropas de carros de combate.

Mas não sejamos sectários, pois não são só os oficiais de cavalaria que têm o privilégio de possuir espírito cavaleiro, e tanto que as tropas de carros alemães abriram os seus braços a todos os voluntários que estivessem firmemente decididos a honrar o seu emblema de *«Morte ou Glória»*, e a sua divisa *«Sempre em frente»*.

Cavaleiros! Não desanimeis como tal. O momento, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não é de pesar para nós, porque embora desde a guerra de 1914, sejamos olhados com certa descrença pelas outras armas, chegou a ocasião em que o nosso espírito triunfa, revivendo com orgulho nesta recente arma.

Se está provado que a história se repete, não está menos provado que os princípios de guerra são imutáveis, e que as acções militares de hoje têm muitos pontos de contacto com as antigas acções militares, diferindo apenas destas, na extensão dos campos de batalha e nos modernos materiais que se utilizam.

Senão vejamos. Transportemos o nosso espírito aos primeiros tempos da nossa nacionalidade para não remontarmos ao tempo dos medas, dos persas e dos povos que se lhes seguiram na conquista do mundo.

Nas campanhas dessa época os fossados eram a cavalaria em acção.

Mais tarde, em plena idade média, a nata da sociedade portuguesa era cavaleira e assim se continuou até princípios do século passado.

Revista da Cavalaria

Na idade média, e na época da Renascença era a Cavalaria que constituía, por assim dizer, o exército permanente das Nações. As batalhas eram resolvidas, por assim dizer, única e exclusivamente à ponta de lança.

O conjunto de qualidades viris, audácia e valentia desses cavaleiros, já constituía «*Espírito Cavaleiro*».

Vivia-se, nesse tempo, o tempo da bravura ardente, da valentia pessoal, não se conheciam abrigos, nem se conjugavam os verbos rastejar, abrigar, camouflar, etc.

A luta era leal e nobre, e vencia sempre o mais valente, o que maior espírito cavaleiro mostrasse possuir. Foi o *tempo áureo da cavalaria*.

Os séculos foram passando, a arte da guerra foi evoluçionando, devido sobretudo, primeiro ao aparecimento, e depois ao aperfeiçoamento das armas de fogo, e a guerra foi perdendo gradualmente as suas primitivas características.

A cavalaria começou apeando para o combate, a luta passou a ferir-se entre tropas apeadas. Adoptaram-se novas maneiras de combater, começaram-se a utilizar abrigos, procurou-se a dissimulação no terreno, e os processos de combate passaram a ser diferentes. Criou-se o vazio dos campos de batalha.

Vivemos assim até há bem pouco tempo. Êsse período pode ser considerado como o *tempo áureo da infantaria*.

Novas características se observam no modo de fazer a guerra. A aviação ensombra e torna ruidoso o céu. O vazio dos campos de batalha preenche-se com o irrompimento dos Carros de Combate.

Êstes, tal como outrora a cavalaria, não conhecem obstáculos. Rompem as linhas inimigas, vão desfazer os seus dispositivos, alcançam as retaguardas da defesa, lançam a perturbação e a morte, e, até mesmo quando imobilizados, vomitam metralha.

Se compararmos o conjunto de qualidades que são indispensáveis às modernas tropas de Carros, com as qualidades viris que sempre foram apanágio da Cavalaria, não será difícil chegar à conclusão de que efectivamente a história mais uma vez se repetiu, e que a época que vivemos tem muitos pontos de contacto com a época áurea da Cavalaria.

Revista da Cavalaria

É por isso que nós dissemos há pouco, ter chegado de novo a nossa hora.

Não tendes, cavaleiros, razão para estar desanimados ou tristes, porque, como vos acabo de demonstrar, a ocasião é, espiritualmente, nossa, e digo espiritualmente, porque se os nossos cavalos forem substituídos, o nosso «*espírito cavaleiro*» terá que subsistir nas tripulações dos modernos Carros de Combate, para que êstes possam continuar a honrar o emblema «*Morte ou Glória*» que herdaram da velha Cavalaria.

Cavaleiros! Se quizermos continuar a ocupar com brilho o nosso lugar a dentro dos modernos exércitos, e se quizermos continuar também a ser olhados pelas outras armas com admiração, temos que evolucionar.

E, como o verdadeiro oficial de Cavalaria pensa e raciocina instantâneamente, não há tempo a perder, há sim que evolucionar rapidamente, antes que as outras armas se apercebam da nossa fraca utilidade nos modernos campos de batalha, e deixem de olhar para a Cavalaria com aquela natural consideração que esta lhe deve merecer.

Se não quizermos perder nos modernos campos de luta, o lugar onde possamos continuar a marcar a nossa bravura ousada e atrevida, só temos, em nossa opinião, um caminho a seguir: acorrer sem demora a preencher os quadros da mais moderna arma terrestre — *Os Carros de Combate* —.

Se exortamos os oficiais de Cavalaria a acorrer aos Carros de Combate, é porque pensamos que diminuído o valor da nossa arma, e surgindo outra que sublima as características da Cavalaria, como acabamos de expor, não podemos desejar melhor do que ingressar nela.

Têm as unidades de Carros de Combate de ter uma psicologia comum, psicologia *sui-generis* bem caracterizada, e, é evidente, ser a psicologia da Cavalaria, a que mais dela se aproxima.

É, a nosso ver, grave erro ir procurar numa só espécie de quadros, os oficiais tripulantes de Carros, e mais particularmente, entregar pura e simplesmente à infantaria a organização e constituição desta recente arma.

Bastaria só considerar a sua maneira de combater para se reprovar esta prática.

Revista da Cavalaria

Não compreendemos uma unidade de Carros, com espírito de infante, de cavaleiro ou de artilheiro, compreendemos porém perfeitamente uma unidade blindada de choque com «*espírito carrista*».

É esse «*espírito carrista*» que vimos acentuando, e ele só poderá ser criado entre nós, seleccionando entre tôdas as armas aquêles que pela sua maneira de ser, pelas suas tendências e pelo seu «*espírito cavaleiro*», melhores garantias ofereçam de que, chegado o momento próprio, saberão bem cumprir as missões que, na batalha actual, competem aos carros.

De resto, foi assim que se procedeu entre nós para com a aviação, arma que, a nosso ver, como a cavalaria, tem psicologicamente muitos pontos de contacto com a moderna arma de carros.

*

Nós bem sabemos que vamos encontrar opositores às nossas actuais opiniões, que vamos sofrer rudes críticas, mas não nos arrearemos disso, porque, pelo que vimos e ouvimos, outra não pode ser a nossa verdade.





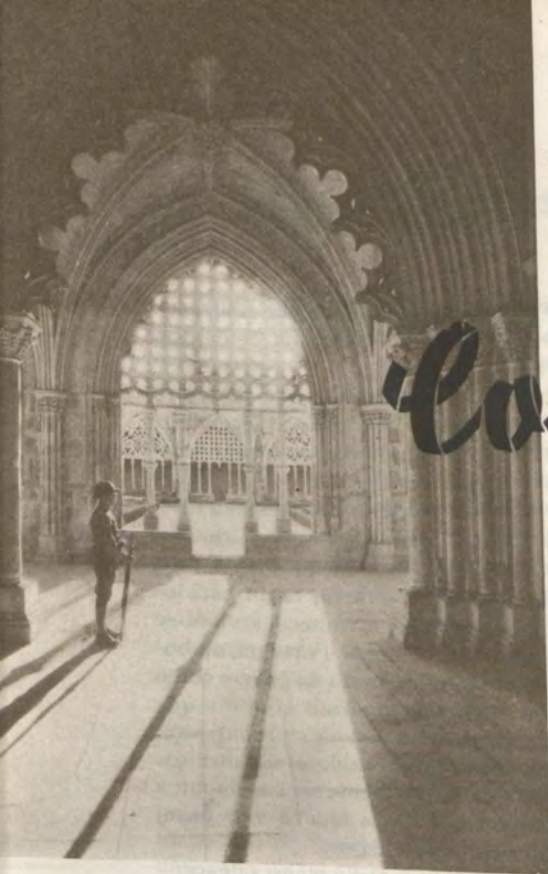
É com satisfação que transcrevemos para as páginas da nossa Revista o primoroso artigo da autoria do Comandante de Infantaria José Navas Sanjuan, professor da Academia de Saragoça, da excelente revista espanhola, «O Ejercito».

A elevação, o cavalheirismo espanhol, a nobreza, que se traduzem em cada uma das linhas desse artigo, é sem dúvida alguma uma eloqüente manifestação dos poderosos laços de amizade que ligam os dois povos irmãos, ciosos ambos das suas glórias passadas, mas não desdenhando caminhar a par na senda do sã patriotismo, do respeito mútuo, e do amparo recíproco que nos devemos.

Pequenas diferendas que porventura tenhamos tido no passado, elas de maneira nenhuma prejudicarão o bater unísono dos corações das duas Pátrias, nem a individualidade de cada uma delas.

É hoje mais do que nunca preciso que esse ritmo de corações se mantenha, porque nêle reside o principal factor da ligação espiritual, moral, e até material que, na época presente, verificamos ser indispensável aos dois povos irmãos.

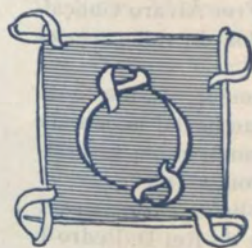
Numa conjugação de almas, numa comunhão de interesses superiores, costas com costas defrontando o temporal que passa, Espanha e Portugal não se degladiam, antes mostram ao mundo inteiro e com fervor patriótico, que sabem bem unir-se na defesa do seu rincão peninsular.



O Santo Condostável

Nuno Alvares Pereira
vencedor de *Aljubarrota*

pelo Comandante JOSÉ NAVAS SANJUAN



S defensores da tese de que a Providência foi sempre contrária à fusão num só estado do Reino de Portugal com o resto da Península Ibérica, têm, certamente, um argumento de força na jornada de Aljubarrota. E aqueles que pugnam para que o chefe vencedor ocupe um lugar nos altares, podem também encontrar naquela jornada detalhes e feitos portentosos que tocam o sobrenatural. Para nós, espanhóis, e muito principalmente para os da profissão militar, encerra aquela acção tal quantidade de conhecimentos que julgámos conveniente a publicação d'este modesto trabalho, coincidindo com o aniversário que a Nação irmã celebra com legítimo orgulho. Às suas alegrias nos associamos sinceramente, pois reputamos limpidas as suas glórias e reconhecemos, *com nobreza castelhana*, que em Aljubarrota ficou vencedor quem era mais digno de sê-lo.

Revista da Cavalaria

Porém, é impossível desligar o relato da acção militar dos seus principais protagonistas, nem tão pouco poderíamos compreender êstes, sem os collocarmos no ambiente em que viveram.

Para tal tende êste ensaio e dar-nos-emos por satisfeitos se contribuímos para divulgar entre os nossos camaradas de armas a verdadeira significação de um acontecimento histórico, de que muitos apenas conhecem o facto em si e a sua transcendência unilateral.

Na segunda metade do século xiv o território peninsular estava dividido em cinco monarquias: Castela, Portugal, Aragão, Navarra e Granada. Salvo esta última, que representava o ocaso da dominação *muçulmana*, tôdas aspiravam à hegemonia. Porém, Aragão e Navarra, eram estados transmontanos, e pela sua visinhança com ingleses e franceses viam-se envolvidos, com freqüência, nas suas contendas. Castela e Portugal, ambos vassallos do reino de Leão, influíam-se mutuamente, tanto na guerra como na paz, e ainda que não possamos dizer aqui que tiveram aquilo a que hoje chamamos uma política internacional, os dois Estados procuravam subjugar-se mutuamente, protestando os seus monarcas diversos direitos à outra coroa; coisa bem fácil, pois que sendo freqüente os casamentos entre os príncipes de ambas as casas reinantes, nunca faltava uma base, ainda que mínima, para alimentar semelhantes pretensões.

Em Castela, depois da tragédia de Montiel, ocupava o trono a descendência do bastardo Henrique de Trastamara. Em rigor, pertencia a coroa à filha mais velha de D. Pedro I, casada em Inglaterra com João de Gante, Duque de Lancaster, filho de Eduardo III de Inglaterra, e irmão, portanto, do cavalleiresco Príncipe de Gales, conhecido pelo Príncipe Negro. Os 2 ramos juntaram-se logo, pelo casamento do príncipe herdeiro de Castela, D. Henrique, com a neta de D. Pedro, D. Catarina, (que desta forma chegou a ser Rainha de Castela) depois de haver ostentado pelo matrimónio, pela primeira vez na nossa história, — o título de Príncipe das Astúrias, que desde então têm usado todos os herdeiros da coroa castelhana.

Durante o reinado de D. Pedro de Castela, filho de uma Infanta de Portugal, foi quasi constante a influencia portuguesa no Estado castelhano. D. João Afonso de Albuquerque e o Prior do Crato, Frei Álvaro Gonçalves Pereira, governavam de modo efectivo os negócios do reino, certamente com desagrado dos castelhanos.

Em Portugal começava a declinar a dinastia afonsina, e à morte do seu último descendente, D. Fernando, também um ramo bastardo ocupou o trono, depois de uma breve regência. Houve aqui também um assassinato, o do Conde de Andeiro, amante da Rainha D. Leonor Teles.

Famosa familia, esta dos Teles, gente de grande linhagem mas sem escrúpulos, êles e elas: um Teles foi amante da mãe do Rei D. Pedro I de Castela, e sua filha D. Leonor, chamada pela sua beleza Flôr de altura, contraiu com o Rei D. Fernando de Portugal, matrimónio não válido, visto ser casada com Lourenço da Cunha. O seu abandonado esposo, desterrado para Castela, fazia gala em ter sido traído, levando adornado o seu morrião com duas magnificas hastes de ouro. Os Condes, irmãos de D. Leonor, eram também modelo de imoralidade e de cínico e desvergonhoso oportunismo.

Revista da Cavalaria

O responsável da morte do Conde de Andeiro, era irmão bastardo do defunto Rei D. Fernando, filho, como éle, de D. Pedro I de Portugal, que, como o seu homónimo de Castela, era para uns Cruel e para outros Justiceiro. Este bastardo, D. João, era Mestre de Aviz, e vago o reino de Portugal — que a filha de D. Fernando, Rainha de Castela, não podia herdar por lho impedir a Lei Sálica — tinha tanto direito à coroa como os outros bastardos, filhos de D. Inês de Castro, e desde o momento em que estes pegaram em armas contra Portugal, mais direito do que eles. Ao direito de origem ensombrado pela bastardia, juntavam os filhos da desditosa dama «que depois de morta foi Rainha» a falta de legitimidade de exercício por haverem pegado em armas contra o seu País.

Assim como Portugal se opôs à fundação da dinastia de Trastamara com o pretexto de favorecer a legitimidade, assim Castela, no caso português, se opôs à dinastia de Aviz, visto D. Beatriz, mulher de D. João I de Castela ser a única filha do Rei D. Fernando de Portugal. Temos de constatar, para sermos imparciais, que não podendo ser válido o segundo matrimónio de Leonor Teles, D. Beatriz era, indubitavelmente, filha adulterina.

Não se deve julgar que o Mestre de Aviz, ao *alçar-se* à coroa de Portugal, tivesse sob sua mão todo o reino, visto grande número de praças fortes terem prestado obediência a D. João I de Castela, que para melhor defender os direitos de sua mulher se tinha feito proclamar em Torrijos, Rei de Portugal. Na realidade, aquêle que se chamou logo D. João I de Portugal, encontrava-se assistido por muito pouca gente: o belicoso Arcebispo de Braga, digno émulo dos seus contemporâneos de Santiago e de Toledo, que acudia à frente das suas hostes à chamada do seu Rei e Senhor; o velho Álvaro Pais, cuja influência entre as várias classes do povo de Lisboa, era enorme; o legislador João das Regras, genro do anterior, que doutorado em Bolonha se encarregava de dar base jurídica aos factos consumados, e principalmente, muito principalmente, D. Nuno Álvares Pereira, filho do Prior do Crato, que tanto influíra em Castela nos tempos de D. Pedro I, e a quem os votos monásticos não impediram de ter 32 bastardos reconhecidos. Eram assim aquêles monges guerreiros. D. Nuno Álvares foi nomeado Condestável, quere dizer, generalíssimo das hostes portuguesas.

O novo Condestável, apesar da sua bastardia, era um modelo de qualidades. Valoroso, honrado, virtuoso e casto. Bom cavaleiro no torneio e na caça. Fervoroso e sincero devoto de Nossa Senhora, jámais entrou em combate sem se considerar na graça de Deus. Confessando-se muito a meúdo, comungava 4 vezes por ano, naquela época em que o Santíssimo Sacramento da Eucaristia não era recebido com a frequência de hoje. Era marido leal e pai amantíssimo.

Temos de notar duas circunstâncias interessantes. Castela inclinara-se por fim para o Pontífice Cismático de Avinhão, enquanto Portugal permanecia fiel a Roma. Por outro lado, muitos bens da nobreza e dos judeus foram repartidos e até se permitiu com liberal benevolência muitos excessos demagógicos. Quere isto dizer que à resolução portuguesa, feita com o fundamento patriótico de negar obediência a um monarca castelhano, não lhe faltaram razões religiosas e sociais. O castelhano era um herege

Revista da Cavalaria

que desobedecia ao Santo Velho que em Roma se sentava na cadeira de Pedro. E com o castelhano vinha grande parte da vergonhosa nobreza portuguesa, cujos bens tinham sido confiscados em benefício do povo. São rebentos de árvore apodrecida, era o que representavam o Mestre de Aviz e o seu Condestável; ambos jovens (25 e 23 anos respectivamente), ambos bastardos; porém ambos arrebatados por fé mística nos destinos da sua Nação.

Não podemos aqui narrar os trabalhos sem conta que tiveram de executar, nem daquilo de que se teve de deitar mão para constituir o Exército português. Não podemos tão pouco determo-nos nos detalhes da campanha de 1384, cujos principais acontecimentos foram o domínio do Alentejo por Nuno Álvares, e o cerco a Lisboa pelos castelhanos.

Sobre este cerco particularmente, sim, queremos fazer ressaltar alguma coisa. Fechada a barra de Lisboa pela esquadra castelhana, estava a cidade cercada por terra e mar. Nenhum auxílio podia chegar em provisões de bôca, cuja escassez aumentou com o grande número de refugiados que se acolheram às suas muralhas, com a inevitável seqüência de misérias e sugidades. No acampamento castelhano, limpa cidade improvisada, havia tudo quanto era necessário e até *supérfluo*, sem que *faltassem* casas de jôgo e mancebias. Era uma côrte brilhante que se tinha feito acompanhar das suas galas, . . . e dos seus vícios. Os mais preclaros homens de Castela ali estavam representados, assim como o Príncipe Carlos de Navarra, com 300 das melhores lanças de Bearn. Não levavam material de cerco; apenas escadas e manteletes para o assalto, quando a cidade faminta, estivesse, como fruta madura, capaz de ser colhida.

Frisámos o relato do cerco, no qual D. Nuno Álvares conquistou de uma vez para sempre o fervor popular, porque queremos falar do seu desenlace. O sítio terminou com a aparição daquela calamidade, tão freqüente nas guerras daquele tempo, que se chamava a peste

Porém, coisa estranha, a peste respeitou a cidade faminta, nua, piohosa, e varreu o limpo e asseado arraial castelhano. Ali morreu sem combater, a fina flôr da nobreza castelhana: o Mestre de Santiago, González de Mejias, o Almirante Tovar, os Marechais Pedro Sarmiento e Fernando Alvarez de Toledo; o Comendador de Castela, Pedro Ruiz de Sandoval e muitos outros grandes personagens morreram; e depois de embalsamados ou mumificados foram reexpedidos para os seus Estados, acompanhando os seus despojos os macilentos e atemorizados restos dos seus brilhantes séquitos. Os castelhanos levantaram o cerco e o seu exodo deu lugar a que infinitas inscrições alçadas por tôda a parte, umas por ódio, outras por vingança, os fustigassem até muito longe, aumentando as proporções do desastre.

Pouco antes da epidemia, que parece não ter atacado também os portugueses que estavam do outro lado, fazendo com que muitos destes reconsiderassem e se unissem ao Mestre de Aviz, tinha havido um eclipse de sol. O povo juntou todos estes detalhes na sua imaginação, e enquanto encontrava desculpa — julgando-se guiado pela mão de Deus — aos muitos desmandos cometidos durante a revolução, trasbordou de entusiasmo delirante. Enormes procissões que se transformaram logo numa manifes-



Revista da Cavalaria

que desobedecia ao Santo Velho que em Roma se sentava na cadeira de Pedro. E com o castelhano vinha grande parte da vergonhosa nobreza portuguesa, cujos bens tinham sido confiscados em benefício do povo. São rebentos de árvore apodrecida, era o que representavam o Mestre de Aviz e o seu Condestável; ambos jovens (25 e 23 anos respectivamente), ambos bastardos; porém ambos arrebatados por fé mística nos destinos da sua Nação.

Não podemos aqui narrar os trabalhos sem conta que tiveram de executar, nem daquilo de que se teve de deitar mão para constituir o Exército português. Não podemos tão pouco determo-nos nos detalhes da campanha de 1384, cujos principais acontecimentos foram o domínio do Alentejo por Nuno Álvares, e o cerco a Lisboa pelos castelhanos.

Sobre este cerco particularmente, sim, queremos fazer ressaltar alguma coisa. Fechada a barra de Lisboa pela esquadra castelhana, estava a cidade cercada por terra e mar. Nenhum auxílio podia chegar em provisões de bôca, cuja escassez aumentou com o grande número de refugiados que se acolheram às suas muralhas, com a inevitável seqüência de misérias e sugidades. No acampamento castelhano, limpa cidade improvisada, havia tudo quanto era necessário e até *superfluo*, sem que *faltassem* casas de jôgo e mancebias. Era uma côrte brilhante que se tinha feito acompanhar das suas galas. . . e dos seus vícios. Os mais preclaros homens de Castela ali estavam representados, assim como o Príncipe Carlos de Navarra, com 300 das melhores lanças de Bearn. Não levavam material de cerco; apenas escadas e manteletes para o assalto, quando a cidade faminta, estivesse, como fruta madura, capaz de ser colhida.

Frisámos o relato do cerco, no qual D. Nuno Álvares conquistou de uma vez para sempre o fervor popular, porque queremos falar do seu desenlace. O sítio terminou com a aparição daquela calamidade, tão frequente nas guerras daquêl tempo, que se chamava a peste

Porém, coisa estranha, a peste respeitou a cidade faminta, nua, piohosa, e varreu o limpo e asseado arraial castelhano. Ali morreu sem combater, a fina flôr da nobreza castelhana: o Mestre de Santiago, González de Mejias, o Almirante Tovar, os Marechais Pedro Sarmiento e Fernando Alvarez de Toledo; o Comendador de Castela, Pedro Ruiz de Sandoval e muitos outros grandes personagens morreram; e depois de embalsamados ou mumificados foram reexpedidos para os seus Estados, acompanhando os seus despojos os macilentos e atemorizados restos dos seus brilhantes séquitos. Os castelhanos levantaram o cerco e o seu exodo deu lugar a que infinitas inscrições alçadas por tôda a parte, umas por ódio, outras por vingança, os fustigassem até muito longe, aumentando as proporções do desastre.

Pouco antes da epidemia, que parece não ter atacado também os portugueses que estavam do outro lado, fazendo com que muitos dêstes reconsiderassem e se unissem ao Mestre de Aviz, tinha havido um eclipse de sol. O povo juntou todos êstes detalhes na sua imaginação, e enquanto encontrava desculpa — julgando-se guiado pela mão de Deus — aos muitos desmandos cometidos durante a revolução, trasbordou de entusiasmo delirante. Enormes procissões que se transformaram logo numa manifes-



O Santo Condestável



Revista da Cavalaria

tação magna, religiosa, militar e civil, na qual também figuravam o Condestável, dando respeitosamente a direita ao Mestre de Aviz, todos descalços, nobreza, prelados, monges, soldados, povo, encaminhavam-se até à Sé, onde se entouu um Tedéum de agradecimento ao Deus dos Exércitos que daquela forma se havia manifestado pelo reino de Portugal. O Condestável, que para os seus compatriotas era ao princípio da campanha um herói, ao terminar esta tinha-se transformado, perante o seu povo, num eleito de Deus.

No ano seguinte (1385) o Rei de Castela torna a invadir Portugal. Como na vez anterior, entra pela Beira Alta, atravessando a raia sêca em direcção ao vale do Mondego. Apodera-se de Celorico e Viseu. O novo Rei de Portugal e o seu Condestável, esperavam, mal informados, que a invasão se efectuasse pelo Alentejo; porém, conhecedores da verdade em Muge, tornam a forçar os destacamentos castelhanos que desde a campanha anterior guarneciam as margens do Tejo e concentram as suas fôrças em Tomar onde se realiza uma grande parada ou revista, marchando em seguida sôbre Ourém. Entretanto, D. João I de Castela, chega a Leiria. Os 2 Exércitos rivais, um em procura do outro, seguem direcções opostas, pois enquanto o Português sobe o vale de Zézere, o Castelhamo segue o caminho mais próximo da costa, subindo por sua vez o vale do Liz.

Porém, o Condestável de Portugal, muda a sua direcção de marcha ao ter conhecimento, em Pôrto de Mós, do itinerário que há de seguir o castelhamo. O encontro torna-se inevitável e D. Nuno deseja-o, apesar das informações trazidas do lado castelhamo por emissários e espões que lhe falam de fôrças consideráveis, bem armadas e abastecidas, trazendo inclusivamente como terrível novidade — que por certo falhou — 16 «truenos» ou bombardas, rudimentares peças de artilharia de madeira ferrada.

Porém, êste aparato do Exército castelhamo, era mais aparente do que real, se dermos crédito ao cronista Ayala:

«Había pocos o ningunos caudillos en la hueste que pusiesen en ella recabdo cual cumplía, porque los que la sabían ordenar eran muertos en la pestilencia que fuera sobre Lisboa... (los Capitanes) eran mancebos que no se habían visto en guerras nin en batallas».

Na grande parada ou revista celebrada nos arredores de Leiria, o Exército castelhamo formou em 6 corpos. O 1.º era constituído pela brilhante cavalaria castelhana da guarda pessoal do monarca, brasões reais à frente, com as armas de Castela e Portugal nos seus quartéis, leões e quinas unidas, barras de ouro e prata simbolizando os 2 reinos, pendões de campo verde que era então a côr de Castela. O 2.º corpo era formado pelas lanças e peões das Ordens Militares de Santiago, Calatrava e Alcântara, e sôbre as ordens dêste último mestre estava o esquadrão de cavaleiros mouros, excelente cavalaria ligeira. O 3.º corpo era constituído pelas mesnadas dos senhores, cavaleiros e prelados, com suas insígnias e brasões. Constituía o 4.º corpo o contingente arranjado em cidades, vilas e aldeias, tropas heterogêneas em que tanto havia homens de armas e cavaleiros mouros, como besteiros e peões, rudimentarmente armados. No 5.º corpo havia que ver os bizarros veteranos das companhias francas de Bearn e da Gasconha. Constituía o último corpo um milhar de portugueses parti-

Revista da Cavalaria

dários de D. Beatriz, entre os quais se encontravam 2 irmãos do Condestável de Portugal: Diogo Álvares e Pedro Álvares, Prior do Crato, e que em Castela tinha sido nomeado Mestre da Ordem de Calatrava.

Segundo as opiniões mais autorizadas, o Exército castelhano era constituído por 32.000 homens, dos quais apenas 20.000 eram combatentes. Oferecemos a enorme cifra restante a quantos se queixam da grande quantidade de homens que hoje absorvem os **Serviços**.

O Exército português, depois da parada de Tomar, foi dividido em 4 corpos: o 1.º, da guarda real, com 200 homens; o 2.º, o do Condestável, com 2.000; o 3.º, de besteiros ingleses, com 700; o último, o da gente a pé, com 7.000. Deste efectivo de 10.000 homens só $\frac{2}{3}$ eram combatentes. Era um pequeno Exército bisonho, mal armado e sem homogeneidade; porém como muito acertadamente diz Oliveira Martins, na sua *Vida de Nuno Álvares*: «Ao inverso do que sucedia no magnífico exército castelhano em que a ordem era só aparente, aqui era-o só a desordem».

Do lado castelhano, o Exército avançava conduzido por um Rei doente, rodeado de gente sem experiência. Do lado português, o Rei era um adolescente também (só faziam um ano de diferença os dois Reis); porém friamente forte, educado nas adversidades que a vida apresenta, contando além disso com o génio do seu Condestável, dois anos mais novo, porém tão ajuizado, tão hábil tático, que sabendo o que o seu Rei arriscava procurou tirar o maior partido possível da sua entusiástica e pequena hoste, escolhendo sãbiamente o lugar do combate, não só para obrigar a encurtar a frente de ataque inimiga, como também para se defender do possível medo dos seus, encurralando-os num lugar donde só se poderia sair marchando para o inimigo.

A magnífica estrada que hoje une a Capital portuguesa com Coimbra, no seu km. 134, sai de um pinhal, outrora um bosque, para continuar pelo lombo de uma colina que, elevando-se uns 80^m sobre o terreno adjacente, constitui como que um ferro de lança dirigido até Leiria. Dois arroios de margens abruptas limitam por norte e sul esta colina e logo se juntam na ponta da lança, para, reunidos, tributarem suas águas ao rio Lena. Antes de se juntarem, os dois arroios procurando confluir perto da povoação de S. Jorge, estrangulam o terreno, formando uma garganta cujas margens descem em cortes ou barrancos sulcados pelas águas da chuva, que no inverno se convertem em torrentes. Este foi o baluarte natural que D. Nuno Álvares, depois de minucioso reconhecimento, escolheu para local de combate.

Antes do romper do dia pôs em movimento as suas tropas desde Porto de Mós, e com os primeiros alvores começou a *dispor a batalha* e a organizar o terreno. Para a vanguarda, sobre Leiria, donde haviam de vir os castelhanos, mandou os seus homens de armas: 600 lanças, que com os peões somavam mais de 2.500 homens. Na ala esquerda estendia-se a chamada «Ala dos Namorados» por ser composta de jovens fidalgos que levavam enorme quantidade de vistosas bandeiras com motes alusivos a seus amores; eram 200 lanças. Na ala direita misturavam-se com os portugueses os auxiliares estrangeiros; a força era igual: 200 lanças, uns 900 homens. Na retaguarda, fechando o quadrado, estava o Rei com 700 lanças, uns 5.000 homens. Perto de S. Jorge, onde o terreno se aperta, cons-

Revista da Cavalaria

truíram um grande parque para as equipagens e para o gado, visto que a batalha se havia de travar a pé: eram os tempos preliminares do renascimento da Infantaria.

Era já dia claro, e o sol, bastante alto começava a morder (14 de Agosto) sem que os esculcas destacados da vanguarda dessem sinal da aproximação dos castelhanos. O Rei de Portugal, acompanhado do Arcebispo de Braga, pitorescamente ataviado, armava cavaleiros, sendo um deles, Vasco de Lobeira, o futuro autor do *Amadis de Gaula*.

O Condestável arvorou a sua bandeira e ajoelhado orou fervorosamente à mãe de Deus e a S. Jorge, fazendo a promessa solene de lhes erguer templos votivos.

Perto das 10 começou a ver-se da posição portuguesa o deslumbrante espectáculo do Exército castelhano avançando, magnífico, com as suas ricas armaduras reflectindo ao sol estival. Atrás de 100 cavaleiros exploradores, armados à ligeira, seguia o Mestre de Alcântara com a vanguarda; depois, o grosso do Exército com os auxiliares franceses, as lanças e os homens de armas de Castela, o Rei e a sua guarda. E depois o trem das 16 bombardas, os peões e os besteiros; finalmente, o combóio de carretas e azémulas custodiado pelos restantes cavaleiros e peões.

Nem sequer tinham formado em batalha, vinham em coluna de marcha, tão ilusória era a sua confiança. Ocupavam todo o terreno até onde a vista alcançava, e tendo por fundo o bosque ao iniciar a subida da encosta, era aquela hoste uma gigantesca reprodução viva do estandarte castelhano: dragão rompante em campo verde.

Porém aquela massa, detendo-se, vacilou; depois os exploradores, ao divisarem os exploradores fortificados no alto da colina, pararam, e essa paragem transmitiu-se, depois dos inevitáveis ajuntamentos, a toda a hoste. Era um caso imprevisito. Havia que deliberar. E suspensa a marcha, reuniu-se o conselho em volta do Rei de Castela, cheio de febre, estendido na sua liteira. Talvez que à sua imaginação lhe viesse aquele inoportuno obstáculo com o *mau agoiro* daquele estandarte que o vento desgarrara um ano antes, separando casualmente os leões das quinas. Talvez o assaltasse também o remorso por se ter apoderado, para custear a campanha, do tesouro do mosteiro de Guadalupe, facto criticado acerbamente até pelos seus mais íntimos.

O calor abrasava. O Exército castelhano começou a evolucionar e de princípio os seus movimentos foram falsamente interpretados como desistência da luta. Não era assim; porém, não se atrevendo a atacar de frente a forte posição portuguesa, tinham resolvido torneá-la e atacá-la pela gola. Observada a manobra por D. Nuno Álvares, este ordenou uma nova disposição invertida e fez frente à retaguarda. Assim desaparecia a vantagem da posição sobre eminências escarpadas, visto que do lado oposto o terreno se abria em ondulações suaves e sem obstáculos. Em compensação o dispositivo português, com a vanguarda agora na estreita garganta de S. Jorge, flanqueada pelos profundos barrancos das duas vertentes, apenas oferecia ao castelhano uma estreitíssima frente, onde o número perdia o seu valor.

O que antes servira para cortar a retirada aos seus, servia agora a D. Nuno de estreita entrada que se não podia envolver. Rápidamente, o

Revista da Cavalaria

Condestável, se colocou com a sua fracção na estreita garganta, atravessando a retaguarda comandada pelo Rei. As duas alas, esquerda e direita, avançaram, contornando os ribeiros, para fecharem o novo quadrado. O ferro de lança apontado contra Leiria, oferecia agora a sua conteira sobre Aljubarrota, com disposição e distâncias aproximadamente iguais.

Entretanto a imensa coluna do Exército castelhano continuava avançando para poente, para onde o sol já francamente declinava. A primeira linha castelhana, precedida pelas bombardas, formava à frente da vanguarda à distância de dois tiros de bala, e ocupava de lado a lado toda a planície, enquanto a segunda linha se começava a formar; porém, ainda a larga serpente continuava lentamente a sua marcha.

Do lado castelhano foram destacados três parlamentários: o cronista Ayala, o Marechal de Castela, Diego Fernandes e Diogo Álvares, irmão do Condestável de Portugal. Eram portadores de propostas do Rei de Castela, que não foram aceites. Recebeu a resposta quando mais o atormentava a febre, tendo que se apoiar ao ombro de um cavaleiro do seu séquito para se poder manter de pé. E assim ouviu os debates e presidiu ao conselho, enquanto o dia declinava. Os parlamentários que «cataron e avisaronse bien de la ordenança que tenían los de Portugal» eram de parecer que a batalha ficasse para o dia seguinte. De resto, já era tarde e o Exército estava extenuado pela marcha e pelo calor, sem ter comido nem bebido todo o dia; e o grosso da gente a pé ainda não tinha chegado e não se tinha ainda podido formar a segunda linha. Eram, portanto, do parecer que se esperasse, pois a fome obrigaria os portugueses a saírem da sua «toca» e a sua hoste dissolver-se-ia por si só. Esta foi também a opinião do Rei, que ordenou que se não combatesse; porém, não lhe cumpriram a ordem. Veja-se o que o próprio D. João I de Castela, logo escrevera à cidade de Murcia, à qual, como a outras, se dirigiu pedindo-lhes recursos:

«Entonces, los más de los cavalleros que con nosotros estaban, que se habían visto en otras batallas, acordaban que no diese ésta en aquel día: lo uno, porque nuestra gente iba fatigada, y lo otro, para mirar la gente portuguesa cómo estaba. Mas toda la otra nuestra gente, con la voluntad que habían de pelear, fuéronse sin nuestro acuerdo allá y nos hallamos con ellos, aunque con mucha flaqueza, que había catorce días que íbamos camino de litera, y por esta causa no podíamos entender ninguna cosa del campo como cumplía a nuestro servicio».

Não cumpriram as ordens do Rei de Castela e quando apenas restava uma hora de sol, souu um estampido que ainda não era familiar aos ouvidos militares. As bombardas fizeram fogo sem causarem sequer dano aos portugueses. Ao mesmo tempo, entre um clamor infernal, soaram as trompetas; a vanguarda castelhana precipitou-se sobre a gente de D. Nuno. Misturaram-se os gritos por Castela e S. Tiago com os de por Portugal e S. Jorge.

A linha portuguesa, apesar de forte em profundidade, arqueou, e então as alas, que sem combater observavam, deslocaram-se e foram alinhar atrás da vanguarda que cedia. D. João de Aviz também avançou da reta-

Revista da Cavalaria

guarda em reforço das linhas rotas do seu Condestável. Porém, deixemos a palavra ao Rei de Castela, que na sua já citada carta, continua:

«Después que los nuestros se vieron fronte a fronte con ellos, hallaron tres cosas: la una, un monte cortado que les daba hasta la cinta; y en la segunda, en la frente de su batalla, una cava tan alta como un hombre hasta la garganta; y la tercera, que la frente de su escuadrón estaba tan cercada por los arroyos, que la tenían alrededor, que no había de frente de 340 a 400 lanzas. Pero aunque esto estaba así y los nuestros vieron todas estas dificultades, no dexaron de acometer los y por nuestros pecados fuimos vencidos».

Apenas durou meia hora a batalha. Seus episódios homéricos fariam grosso volume. Camões immortalizou muitos deles nos Cantos 35 a 40 dos Lusíadas. O Rei de Castela teve de fugir, ajudado por um servidor a montar um cavalo de fortes estacas, a cuja ligeireza se entregou. Hurtado de Velarde conta o facto nos seguintes versos:

«El caballo vos han muerto;
Sobid, Rey, en mi caballo;
Y si no podéis sobir,
Llegad, sobiros he en brazos.
Poned un pie en el esribo
Y el otro sobre mis manos;
Mirad que carga el gentío;
Aunque yo muera, libradvos.
Un pouco es blando de boca;
Bien como a tal sofrenadlo;
Afirmadvos en la silla,
Dadle rienda, picad largo.
No os adeudo con tal fecho
A que me quedéis mirando,
Que tal escatima debe
A su Rey un buen vasallo.
Y si es deuda que os la debo,
Non dirán que non la pago.
Ni las duennas de mi tierra
Que a sus maridos fidalgos
Los dexé en el campo muertos
Y vivo del campo salgo.
E a Diegote os encomiendo,
Mirad por él, que mochacho
Sed padre y amparo suyo
Y a Dios que va en nuestro amparo.
Dixo el valiente Alavés,
Señor de Fita e Buytrago,
Al Rey Don Juan el Primero
Y entróse a morir lidiando».

Revista da Cavalaria

A bandeira de castela, o cetro real e até um relicário de um monarca que tinham trazido de Burgos, caíram em poder do Rei português, que cedeu alguns troféus ao seu Condestável e depositou os outros no Mosteiro da Batalha, pois com este nome se designou o templo votivo edificado em recordação do feito de armas.

A esta vitória seguiu-se uma ofensiva portuguesa pelo vale do Serena onde o Condestável voltou a provar a sua ténpera e o seu talento, bastando para o provar a jornada de Valverde. Não nos podemos deter a relatá-la; só diremos que uns 3 séculos antes que em Rocroi a Infantaria espanhola merecesse do ilustre Bossuet, aquela célebre frase de «que formava muros que sabiam reparar as suas brechas», outro baluarte humano, conduzido pelo Condestável de Portugal, executou a proeza de forçar a passagem do Guadiana, acossado em tôdas as frentes sem perder a ordem do quadrado e sem deixar tão pouco de reparar as brechas causadas pelos certos ataques Castelhanos.

Mais tarde assistiu o Condestável à conquista de Ceuta, outra faceta de límpida talha da fulgurante epopeia portuguesa.

Seu Rei deu-lhe todas as honras, todos os títulos e tôdas as rendas que lhe podia dar. E chegado a esta fase de material abundância e de honras sem conta, o Condestável, que depois da sua prematura viuvez não quiz tornar a casar-se, foi o mais belo exemplo de generosidade e magnanimidade que jámais se viu.

Não vendia o trigo das suas numerosas Terras para poder reparti-lo, e em tempo de paz levava a sua caridade ao outro lado da fronteira, remediando a fome da Estremadura Castelhana. Jamais a propriedade cumpriu melhor a sua missão social e cristã do que nos Estados do Condestável, Conde de Ourém. Porém, quiz aspirar a mais. Ele que tudo tinha, entendeu que podia superar-se renunciando a tudo. E repartiu as suas terras, com grande escândalo dos juristas, e em 15 de Agosto (1423) dia da Assunção de Nossa Senhora, aniversário de Aljubarrota e de Ceuta, professou no Convento do Carmo de Lisboa, edificado a expensas suas.

O poderoso Condestável tinha-se convertido no Frei Nuno de Santa Maria, substituindo os trajes da Córte e as cotas de armas pelo tósco burel de estamemha. A sua maior ambição foi sair do Mundo pobre e despedido de honrarias.

Morto, cheio de Santidade, no dia de Todos os Santos de 1431, foi o seu túmulo lugar de devoção onde floresceram os feitos milagrosos que a voz popular conserva em seus cantares e lendas:

O rapaz de cobertura
Que morre e cai para traz,
Já não vai à sepultura
Que outra vez vive o rapaz
E o Conde lhe fez bem
E bem! E bem!

Revista da Cavalaria

Desde 1674 que se vem falando da possível canonização de Nuno Álvares Pereira. Esta é uma questão em que a Igreja procede com todo o rigor. Porém, seja qual fôr a sua resolução, a figura do Santo Condestável continuará projectando a sua sombra evocadora na alma portuguesa, e qualquer que seja a sua Pátria, será perene exemplo dos militares crentes, que com esforçado braço e sereno valor, estão sempre prontos a oferecer as suas vidas, AD MAJOREM PATRIÆ GLORIAM.

L. R.





Temas táticos

pelo Major AGUIAR FERREIRA

De entre as soluções ao tema n.º 4 que nos foram enviadas, aquela que a seguir publicamos pode considerar-se francamente boa, e se algumas observações lhe fazemos, isso não lhe diminui o valor, antes representa talvez o resultado de uma certa deformação profissional que exageradamente procura uma perfeição impossível de obter.

Algumas outras soluções se podem considerar muito razoáveis, firmando-nos a impressão de que alguma coisa tem progredido a instrução dos oficiais da nossa Arma.

Revista da Cavalaria

III C. E.
G. C. D. 7
N.º...

Exemplar n.º 7
P. C. em **S. Gião**
17-VI-94...
às 13 h. 45

Ordem preparatória n.º...

1) O G. C. D. 7, reforçado a partir das 15 h. 00 com 1 C. At. e pel. M. P. ambos at. constituindo um Dest. Av., vai marchar hoje, 17, para o N.

2) Os Comandantes de Esquadrão, F. C. e cerra-filas dos Esquadrões apresentam-se no meu P. C. às 14 h. 00, tendo antes dado as suas ordens para que às 14 h. 30 estejam no mesmo local, prontos a marchar, 2 pelotões a cavalo/1.º E. C., 2 pelotões moto, 1 sec. C. E. M. E. e 3 estafetas moto/pel. tr.

3) As restantes unidades devem estar prontas a partir às 15 h. 00: — unidades moto e auto, respectivamente a E. e W. da estrada **Chamboeira — S. Gião**, deixando livre a estrada **S. Gião — Sobreira**, unidades hipo imediatamente a SE. de **S. Gião**.

4) Deve ser prevista a deslocação do meu P. C. em viaturas auto.

5) O 2.º comandante e os cerra-filas dos Esquadrões devem estar prontos a partir para a região de **Carmões (S. Domingos)** afim de procederem ao reconhecimento de posições para operações ulteriores, conforme ordens que oportunamente lhe serão dadas.

6) As unidades deverão informar até às 14 h. 15 acerca do número de homens e solípedes doentes a evacuar.

7) Os T. C. 1 acompanham as unidades.

8) Os T. C. 2 reúnem-se em **S. Gião** até às 16 h. 00 onde ficam sob as ordens do Comandante/T. C./G. C. D. 7.

9) A sec. rep. auto mantém-se em funcionamento em **Fanhões**.

O Comandante do G. C. D. 7

F...

Ten.-cor.

Revista da Cavalaria

Distribuição

Para execução

- N.º 1 — Ao Comandante do E. M. E.
N.º 2 — » » » Esquadrão Moto
N.º 3 — » » » 1.º E. C.
N.º 4 — » » » 2.º E. C.
N.º 5 — » » » F. C.
N.º 6 — » » » do T. C./G. C. D. 7.
N.º 7 — Arquivo.

III C. E.
Dest. Av. W.
N.º...

P. C. em S. Gião
17-VI-94...
às 14 h. 35

Ao Comandante da C. At. at.

Constituindo a sua C. At. e 1 pel. M. P. reforço do G. C. D. 7, organizando-se assim 1 Dest. Av., queira reunir o pel. M. P. que ficará sob o seu comando e tome as medidas julgadas necessárias para que às 15 h. 20 possa estar no meu P. C. afim de receber ordens.

O T. C. 2 da Companhia reunirá até às 16 h. 00 de hoje, 17, aos outros T. C. 2 em S. Gião, ficando sob as ordens do Comandante do T. C./G. C. D. 7.

O Comandante do Dest. Av. W.

F...

Ten.-cor.

Revista da Cavalaria

III C. E.
Dest. Av. W.
N.º...

Exemplar N.º II
P. C. em S. Gião
17-VI-94...
às 15 h. 25

Ordem de operações n.º...

I— Situação e missões:

1) Fôrças inimigas na noite 16/17 obrigaram as nossas fôrças de cobertura a retirar de **Caldas da Rainha**, as quais manobrando em retirada, durante o dia de hoje, 17, ocupam agora a região de **Cadaval — Bombarral**.

— Outras informações dão **Rio Maior** ocupada por fôrças importantes inimigas, cujos elementos avançados estão em contacto na linha **Quebradas — Arouquel** com elementos da nossa 2.ª Br. Cav. que actua na região de **Cartaxo**.

— Estando o inimigo em contacto com as nossas tropas de cobertura na região de **Cadaval — Bombarral** é de prever que a sua progressão para S. seja demorada.

2) O III C. E. (6.ª Div. na direita e 7.ª Div. na esquerda) recebeu a missão de deter a progressão do inimigo para S. da Rib.ª de **Alenquer**, entre o **Tejo** e o **Sirol**, para o que vai deslocar-se na noite de hoje, 17/18, para as regiões de **Alenquer** e de **Carmões (S. Domingos)**, afim de ocupar a frente: margem S. da Rib.ª de **Alenquer**, entre o **Tejo** e **Espeçandeira — Sirol**, estabelecendo a L. V. P. Av. na linha geral:.....
Murganheira — **Bairro 1.º (Δ)** — **St.ª Quitéria** — **Fôrça (Δ)** — **Arre Nuues (Δ)** — **Almagre**, coberto na frente por 2 Dest. Av., na direita pela 2.ª Br. Cav. que opera na região do **Cartaxo**, actuando na esquerda o II C. E. a S. de **Sizandro** entre **Sirol** e o Oceano.

— Na nossa direita actua o Dest. Av. E., segundo o eixo: — **Cardosas — Cadafaes — Alenquer — Ota — Abrigada** — com missão idêntica à nossa.

3) O Dest. Av. W. tem a missão de explorar a sua zona de acção (a da 7.ª Div.), progredindo segundo o eixo **Bucelas — Arranhó — Sobral de Monte Agraço — S. Domingos de Carmões — Merceana — Vila Verde dos Francos**, devendo ocupar no final

Revista da Cavalaria

da marcha a **Portela de Vila Verde**, para barrar ao inimigo a direcção **Vilar — Vila Verde — Atalaia**, ligar-se com o Dest. Av. E. e com as forças de cobertura que retardam o inimigo segundo o eixo: **Cadaval — Maxial**.

— Zona de acção:

— Limite E.: — **Arruda — Carnota — Pipa (△) — Carneiros — Olhalvo — Cabanas de Tôrres (△)** (todos excl.).

— Limite W.: — **Ferraz (△) — Cordeiro (△) — M.º da Patameira — Carvoeira — Aldeia Grande**.

— Meios suplementares: 1 C. At. e 1 pel. M. P. todos at.

II — Idéia de manobra:

4) É minha intenção:

a) Alcançar rapidamente **Vila Verde de Francos**, para o que vou marchar numa só coluna, (escalão motorizado na testa), executando para isso os seguintes lanços:

1.º lanço: **Sobreiros (△) — Carmões (S. Domingos) (△) — Carmões (△) — Moiro (△)**.

2.º lanço (ulteriormente previsto): **Cabanas de Tôrres (△) — Vila Verde de Francos — Malpique**;

b) Prever a execução do 2.º lanço com os meios reunidos;

c) Estabelecer a ligação com as nossas forças de cobertura que operam na região de **Bombaral — Cadaval** e manter a ligação com o Dest. Av. E. com os mesmos elementos que estão junto do G. C. D. 6.

Revista da Cavalaria

III — Disposições:

5) Segurança afastada:

— Flecha (1 sec./E. moto e 1 estafeta moto/pel. Tr. sob o comando de um subalterno) marcha segundo o eixo: **S. Gião — Arranhó — Sobral de Monte Agraço — Carmões (S. Domingos) — Aldeia Galega de Merceana — Atalaia** sôbre **Vila Verde de Francos**, onde se mantém em observação, vigiando as direcções de **Serra, Vilar e F. da Noiva**. Não podendo agüentar-se, balisa a progressão do inimigo segundo o seu eixo de marcha, retirando sôbre o grosso.

— Informações obrigatórias — ao atingir **Carmões (S. Domingos)** e **Vila Verde de Francos**.

— Partiu às 14 h. 45.

— Velocidade: 30 km.

6) Escalão de exploração:

— Patrulha n.º 1 (1 sec. moto, menos 1 eqd., e 2 exploradores/E. moto) marcha por:

1.º lanço: — **S. Gião — Sobreiras — Carvalho Mota (△)**

Sabugos — Carneiros — Pataios — Sobreiros (△).

2.º lanço: — **Aldeia Gavinha — Qt.ª Aragão — Labru-**

geira — A. dos Penados — Portela do Sol, com a missão de explorar o seu itinerário e até 1.000^m para cada lado, devendo, ao atingir **Sobreiros (△)**, instalar-se, aguardando ordens, e vigiar nas direcções de **Massaróvia e Aldeia Gavinha**.

— Patrulha n.º 2 (1 sec. moto, 2 exploradores/E. moto, 1 sec. C./E. M. E. e um estafeta moto/pel. Tr.) marcha por:

Revista da Cavalaria

1.º lanço: — **S. Gião — Sobreira — Tesoureira — Arranhó — Sobral de Monte Agraço — Carmões (S. Domingos).**

2.º lanço: — **Aldeia Galega de Merceana — Atalaia — Vila Verde de Francos**, com a missão de explorar o seu itinerário e 1.000^m para cada lado, devendo, ao atingir **Carmões (S. Domingos)**, deslocar-se para **Corujeira (Δ)**, instalar-se, aguardando ordens, e vigiar nas direcções de **Aldeia Galega de Merceana** e de **Barba de Porco**.

— Patrulha n.º 3 (1 sec. menos 1 eqd. e 2 exploradores/E, moto) marcha por:

1.º lanço: — **S. Gião — Sobreira — Passarinho (Δ) — Val de Vez — Cabeda — A. de Sovelas — Moiros (Δ).**

2.º lanço: — **Corvel — Casais Brancos — Santa Luzia — Marvela — Conde**, com a missão de explorar o seu itinerário e 1.000^m para cada lado, devendo, ao atingir **Moiros (Δ)**, instalar-se, aguardando ordens, e vigiar nas direcções de **Carvoeira** e de **Almagre**.

— Ponto inicial — Saída SW. de **Sobreira**.

— Hora de passagem no P. I. — às 15 h. 30.

— Velocidade — 25 km.

— Informações obrigatórias: — da transversal **Carneiros — Sobral de Monte Agraço — A. de Sovelas** — e no final de marcha.

— As patrulhas n.ºs 1 e 3 ligam-se com a n.º 2 que centralizará as informações e as enviará ao P. C.

— A patrulha n.º 3 inicia o seu serviço em **Rolia**.

As n.º 1 e 2 seguem juntas (a n.º 1 na frente) até bifurcação a S. de **Adão** (.188), iniciando desde logo o seu serviço.

— Partida para o 2.º lanço: — à ordem.

Revista da Cavalaria

7) Movimento do grosso:

a) Constituir-se-ão dois agrupamentos de marcha:

— Agr. 1 — (D. C., E. Moto, E. M. E. menos os elementos destacados, C. At. at. e pel. M. P. at.) sob o meu comando directo.

— Agr. 2 — (1.º e 2.º E. C., menos os cerra-filas), sob o comando do comandante do 1.º E. C.

b) Itinerário:

1.º lanço: — **S. Gião — Sobreira — Arranhó — Sobral de Monte Agraço — Carmões (S. Domingos).**

2.º lanço: — **Aldeia Galega de Merceana — Atalaia — Vila Verde de Francos.**

c) Ponto inicial: saída SW. de **Sobreira**;

d) Passagem no P. I.:

G. Av. moto	15 h. 45
Comando e D. C.	15 h. 55
E. Moto	15 h. 56
E. M. E.	15 h. 58
C. At.	16 h. 02
Pel. M. P.	16 h. 03
T. C. 1/G. C. D. 7	16 h. 04
Testa do grosso do Agr. 2	16 h. 05

e) Velocidades:

— Agr. 1.	20 km.
— Agr. 2.	8 km.

f) G. A. (1 pel. menos 1 sec./E. Moto) ao atingir **Carmões (S. Domingos)** instala-se em (.212) imediatamente SN. e vigia as estrada para **Aldeia Galega de Merceana**, para **Carvãoeira** e caminhos frontais que a ela conduzem.

Revista da Cavalaria

7) O Agr. 1 ao atingir **Carmões (S. Domingos)** prevê a sua ocupação e a sua ultrapassagem pelo Agr. 2.

8) *Protecção do dispositivo:*

a) D. C. B. a cargo do pel. C./E. M. E. que cobrirá os dois Agrs. de marcha;

b) D. C. A.

— O pel. D. T. C. A. cobrirá o Agr. 1.

— A cargo dos T. C. 1 dos Esquadrões.

9) *Postos avançados*— A sua missão de segurança cessa logo que sejam ultrapassados pelo escalão de exploração.

IV — *Ligação:*

10) *P. C.*

— Do Dest. Av. W. na testa do Agr. 1. Deslocação prevista: em **Sobral de Monte Agraço** às 16 h. 13, em **Carmões (S. Domingos)** às 16 h. 55.

— Do III C. E. — em **Loures** até às 03 h. 00 de amanhã, 18.

— Da 7.^a Div. em **Via Longa** até às 23 h. 00 de hoje, 17.

11) *Transmissões*

— C. A. I./III C. E. em **Alenquer** a partir das 01 h. 00 de amanhã, 18.

— C. Tr. Dest. Av. W. mantém-se em **S. Gião**, prevenendo a sua deslocação para **Carmões (S. Domingos)** a partir das 16 h. 00 de hoje, 17.

12) *Agentes de ligação*

— O agente de ligação junto do G. C. D. 6, passou a exercer funções idênticas junto do comando do D. Av. E.

Revista da Cavalaria

— O oficial de ligação/G. C. D. 7 com 1 estafeta moto/pel. Tr. tem a missão de estabelecer a ligação com as nossas forças de cobertura que actuam na região de **Cadaval-Bombarral**, devendo informar da atitude e actividade inimigas, se as nossas tropas se mantêm ou se cedem terreno em face da pressão inimiga e, tendo que retirar, em que condições ela se executa. Partiu com a flecha às 14 h. 30, devendo enviar as suas informações sobre ela, que as enviará ao P. C.

V — Serviços

13) T. C. 1 — Acompanham as suas unidades; o T. C. 1/G. C. D. 7, menos a sec. rep.: marcha na cauda do Agr. 1, mantendo a distância de 300^m.

14) S. S.

— Evacuações sobre **Sóbral de Monte Agraço**.

15) S. V.

— Evacuações sobre **Arruda**.

16) S. Sub.

— Os T. C. 2 reunidos em **S. Gião**, sob o comando do comandante/T. C./G. C. D. 7 aguardam ordens, prevendo a sua deslocação para **Carmões** a partir das 17 h. 00.

— L. R. em **Louza**, às 18 h. 00 de hoje, 17.

17) S. Mec.

— A sec. rep. auto mantém-se em funcionamento na sua actual situação, prevendo o seu avanço a partir das 17 h. 00.

— Eixo de desempanagem: o itinerário do grosso.

Revista da Cavalaria

18) S. Auto

— L. R. Gazo. em **Bucelas**.

— Evacuações sobre **Bucelas**.

Distribuição (p. 1.)

O Comandante do Dest. Av. W.

F...

Ten.-cor.

Na Ordem preparatória dada às 13h.45 há talvez um tanto de precipitação na hora calculada para a expedição visto o aviso de marcha telefónico ter sido recebido às 13h.30. Nela é previsto o reconhecimento de posições na região de **S. Domingos de Carmões** a reservar pelo 2.º Comandante do G. C. D. 7 e cerra-filas dos esquadrões. Dando por boa a vantagem do reconhecimento previsto, parece porém que em 15 minutos é impossível o Comandante do destacamento avançado W. chegar a uma conclusão que depende de um estudo mais profundo do problema proposto e em especial da situação, que êle aliás ainda não conhece, por não ter recebido ainda a O. Op. do III C. E. Tem-se a impressão de que a Ordem preparatória foi redigida depois da O. Op. para o movimento do destacamento. De resto é discutível a utilidade do reconhecimento e em qualquer caso há inconveniente em que os Comandantes e cerra-filas dos esquadrões abandonem as suas unidades na fase da preparação para a marcha. É possível que as ordens que seriam dadas ao 2.º Comandante do G. C. D. 7 esclarecessem a questão, mas como estas não fazem parte dos documentos enviados, fica-se na dúvida sobre as verdadeiras intenções do Comando.

Na O. Op. dada pelo Comandante do Destacamento Av. W. às 15h.25 seria vantajoso que o n.º 1 desse inicialmente a informação de que o nosso II C. E. ocupa a margem esquerda do **Sisandro** entre **Sirol** e o Oceano. A previsão feita sobre as possibilidades do inimigo, elemento tão importante para a determinação da idéia de manobra, é bastante impre-

Revista da Cavalaria

cisa e nada nos diz sobre as condições de situação em que o movimento do Dest. Av. se vai realizar. Não se estabelece claramente a hipótese em que assentou o raciocínio do Comandante e isto é fundamental, pois que toda a O. Op. assenta numa hipótese e é sobre ela que a idéia de manobra e conseqüentemente toda a ordem é elaborada. Afinal de contas tudo se resume em determinar se, na idéia do Comandante, o inimigo pode ou não perturbar o movimento a realizar, e, caso afirmativo, em que condições, isto na pior das hipóteses que deve ser a considerada. A previsão feita limita-se a dizer que a progressão do inimigo para S. deve ser demorada pelas tropas de cobertura existentes da região de **Cadaval — Bombarral**, mas da idéia de manobra expressa no n.º 4 da Ordem parece poder deduzir-se que o Comandante julga poder fazer essa parte da marcha (1.º lanço) sem probabilidades de encontro, e não estar tão seguro disso durante a execução da 2.ª parte (2.º lanço).

O n.º 2 da O. Op. poderia ter uma redacção mais clara, sobretudo na última parte, resultado talvez de um período demasiado longo. Talvez que a seguinte redacção mais curta seja suficiente e mais clara:

«O III C. E. (6.ª e 7.ª Div.) vai deslocar-se na noite 17/18 para a região de **Alenquer e Carmões (S. Domingos)** afim de ocupar a margem esquerda da Rib.ª de **Alenquer** entre o **Tejo** e o **Sirol**, estabelecendo a L. V. P. A. na linha..... O movimento será coberto na direita pela nossa 2.ª Br. Cav. e na esquerda pelo Dest. Av. E. actuará segundo o eixo..... com missão idêntica à nossa».

A idéia de manobra expressa no n.º 4 está clara: vai realizar um lanço sobre a região de **S. Domingos de Carmões** com os motorizados na testa e prevê a execução de um novo lanço para atingir a região de **Vila Verde dos Francos** quer com os motorizados na testa, quer com os hipos, segundo as informações que receba dos elementos de informação a destacar (flechas e agentes de ligação para as forças de cobertura). Para melhor seqüência lógica seria preferível a redacção da intenção do Comandante referir-se em primeiro lugar à procura da informação a obter na região de **Vila Verde** e junto das forças de cobertura, visto as informações deste modo

Revista da Cavalaria

obtidas irem influir fundamentalmente na forma de executar a progressão para além de **S. Domingos de Carmões**. Quanto à ligação a estabelecer com o Dest. Av. L., embora conveniente, não merece qualquer referência na Idéia de manobra.

São lançadas três patrulhas moto nos itinerários penetrantes principais. Num terreno fechado como o que têm que percorrer, afigura-se-nos impossível que elas possam explorar o terreno até 1.000^m para cada lado do itinerário à velocidade de 25 km. Por outro lado a exploração dos itinerários convergentes até 1.000^m é inútil para o comando por falta de seqüência; para segurança das próprias patrulhas é outro caso, mas isso é com elas. Não vemos também vantagem em dividir o itinerário nos dois lanços previstos, tanto mais que só são dadas missões ao atingir o 1.º lanço, embora sejam pedidas informações obrigatórias no final da marcha. Como não é fixada a atitude no final do 2.º lanço, existe uma certa incoerência nas duas determinações.

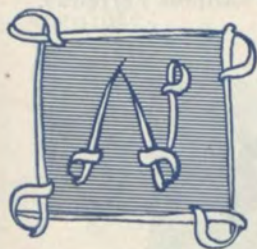
O transparente que acompanhou a resolução, e que não publicamos, representa bem a situação pedida no tema e a resultante das Ordens dadas.





Concurso Hípico de Portalegre

Crónica pelo Tenente SOUTO CARDOSO



O dia 5 de Outubro de 1941, realizou-se em Portalegre um festival hípico a benefício das cantinas das escolas primárias, tendo-se registado grande número de concorrentes.

As provas a disputar, decorreram num ambiente de extraordinário entusiasmo por parte da numerosa assistência, que apesar do campo estar situado a uns dois quilómetros da cidade e não haver circulação de automóveis particulares, não deixou de afluir em número bastante elevado.

Dêste campo ficaram duas recordações bem nítidas.

Uma, o lindo panorama que dali se disfrutava, aparecendo-nos ao longe, numa elevação, o casariò da cidade e tórres das suas igrejas, branquejando à luz do sol poente.

Outra, o péssimo piso que apresentava, para uma prova de obstáculos, pois o campo havia sentido ainda há pouco tempo o gume do ferro da charrua, o que causou enorme mágoa aos cavaleiros, e, sabe-se lá quanta, aos nobres equídeos!...

Será conveniente afirmar, para evitar possíveis más interpretações, que a comissão organizadora envidou todos os seus esforços para conseguir, primeiro, um campo em melhores condições, e na sua impossibilidade, o melhoramento daquêle.

Revista da Cavalaria

Os percursos, atendendo às dificuldades do terreno, foram criteriosamente marcados por Sua Ex.^a o Sr. Brigadeiro Júlio de Oliveira, Comandante da Brigada de Cavalaria, que presidia ao Júri.

Prova «Cidade de Portalegre»

O Júri atribuiu a seguinte classificação:

- 1.º — Tenente Souto Cardoso, G. N. R. na «Soja» — Taça «Direcção Escolar de Portalegre».
- 2.º — Alferes Rhodes Sérgio, R. C. 1 — Taça «Caçadores 1».
- 3.º — Tenente José Carvalhosa, G. N. R. — Taça «Alferes Ferreira».



O Tenente Santos Cardoso montando a égua Soja em que ganhou a Prova «Cidade de Portalegre»

- 4.º — Tenente José Carvalhosa, G. N. R. — Objecto de arte oferecido pela Comissão de Turismo.
- 5.º — Tenente Francisco Valadas, R. C. 3 — Laço.
- 6.º — Alferes Miliciano, Aguiar, R. C. 1 — Laço.

Revista da Cavalaria

Prova «Governador Civil»

A classificação obtida foi a que segue:

- 1.º — Tenente José Carvalhosa, G. N. R. no «*Almourol*» — Taça «Governador Civil».
- 2.º — Tenente Francisco Valadas, R. C. 3 — Taça «Professores Primários».
- 3.º — Tenente Souto Cardoso, G. N. R. — Taça «Câmara Municipal».
- 4.º — Alferes Sacadura Cabral, G. N. R. — Taça «Grémio do Comércio».
- 5.º — Alferes Silvério, R. C. 1 — Taça «Instituto Nacional do Trabalho».

Prova «Cantina Escolar»

A disputar entre sargentos e cuja classificação foi a seguinte:

- 1.º — Sargento Rijo.
- 2.º — Sargento Antunes.
- 3.º — » »
- 4.º — Sargento Falé.
- 5.º — Sargento Domingues.
- 6.º — Sargento Gonçalves.

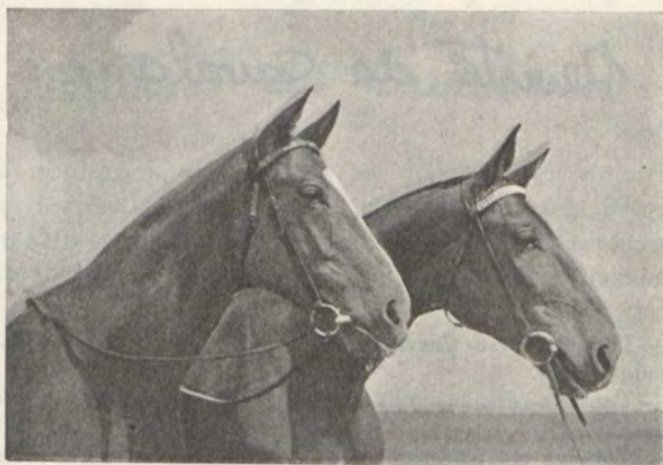
Prova «Mocidade Portuguesa»

Sendo classificados em:

- 1.º — Comandante de «Castelo», Manuelito, da «Ala» de Elvas — Taça Mocidade Portuguesa de Portalegre.
- 2.º — Comandante de «Castelo», Proença, da «Ala» de Portalegre.
- 3.º — Chefe de «Quina» Galiano Tavares, da «Ala» de Portalegre.

Para a distribuição de prémios, realizou-se à noite, no edifício do Liceu, uma sessão solene, presidida pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Ernesto Subtil, secretário geral do Governo Civil, que proferiu um brilhante discurso, bem como o Ex.^{mo} Sr. Major José Carrilho.

Em seguida dançou-se animadamente até de madrugada, ficando todos os concorrentes, muito gratos às gentis senhoras de Portalegre, pela sua graciosa presença.



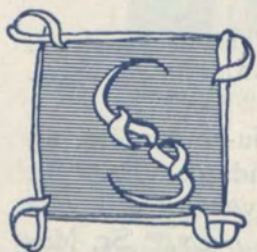
O Cavalo de Pêla

⓪ que é preciso saber para a sua utilização

(Continuação)

Pelo Ten. Cor. CARLOS ABRANTES

B) — *Conservação*



ABIDO como é feito e como funciona o cavalo, vejamos agora o que será preciso saber, para bem o conservar, aquilo que «Comminges» chamou «cuidados práticos».

Se soubermos alojar, alimentar e tratar, julgo que poderemos afirmar que sabemos conservar. Serão êstes três têrmos, alojar, tratar e alimentar, algo vagos, imprecisos, não definindo bem cada um o valor da sua expressão íntima?

Reconheço essa falta de precisão designativa, mas reconheço a dificuldade e impossibilidade de lhes encontrar os

Revista da Cavalaria

limites separatistas das idéias e factos, que procuram abranger; mas no vastíssimo quadro dos conhecimentos gerais do cavaleiro, que agora pretendemos focar num rápido esboço, é necessário, para bem compreender tudo quanto se relaciona com o cavalo, não nos encerrarmos na miopia de uma especialização, e não encararmos isoladamente um qualquer factor, porquanto, como as cerejas, êles se ligam naturalmente, não podendo precisar onde um acaba, para dar origem a outro. Não nos preocupemos também com o termo, não nos armemos de bisturi para escarpelar as dermes que envolvem as idéias, mas sim para que estas se mostrem bem claramente, e possamos apreciar o seu valor.

Entendemos por conservação tudo aquilo que conduz à manutenção daquêle estado de vigor, de energia e de saúde, que são necessários para a máxima utilização do animal. Assim como um automóvel não permite que a sua alimentação (a gasolina) lhe falte, que a sua lubrificação não seja cuidadosamente vigiada, que as suas baterias não andem tratadas, que se esqueçam de lhe dar água, e não lha saibam dar quando em marcha, etc., etc., assim também um cavalo não perdoa que ignorem ou se esqueçam das suas necessidades, e que depois lhe peçam os maiores esforços. E muito nobre e leal é êle e daí os desleixos e abusos; bastantes vezes ao terminar uma prova dura, em que empregou generosamente tôda a sua energia e boa vontade, recebe a recompensa de o pendurarem numa argola, suado e sequioso, cheio de calor e quantas vezes à chuva, enquanto o seu cavaleiro anda recebendo os aplausos da vitória ou discute — em geral facciosamente — a derrota. Estas ingratidões não são perdoadas pela máquina; um pequeno descuido é por vezes duramente pago.

Na conservação do animal há um personagem importante a considerar, que merece referência especial pelo papel que desempenha: é o tratador.

Pelo pouco tempo de permanência nas fileiras, pelo aumento do número de transportes e ferramenta mecânica, vão rareando cada vez mais aquêles indivíduos, que pela profissão que exerciam, adquiriam hábitos e modo de ser, que muito os condicionava para serem bons tratadores. Para bem merecer êste qualificativo, é condição indispensável,

Revista da Cavalaria

como o é para o cavaleiro, o conhecer o animal, que constitui por assim dizer a sua ferramenta; mas este conhecimento só é verdadeiro quando se adquire com o hábito da profissão, e quando é influenciado pelo meio em que se trabalha, dependendo portanto da maior ou menor categoria desse meio. Por estas considerações e ainda porque aquilo que é bom, não se encontra a todos os cantos, sucede ser difícil achar um bom tratador; mas se é difícil encontrá-lo, é fácil fazê-lo, e para isto é apenas necessário e suficiente que o proprietário do animal a tratar, tenha por ele aquela paixão, que nunca o deixa esquecer, que apesar dos seus muitos afazeres, estes não o impedem de amiudadas vezes o visitar, que tenha um tão elevado sentimento do cavalo, que nessas rápidas visitas, não lhe escape um qualquer sintoma de anormalidade, (para o que é recomendável mirar debaixo a cima, começando mesmo pela ferradura e acabando nas orelhas, sem salto algum); que nunca a qualquer pretexto, lhe falte com o que é necessário, e que tudo isto seja rodeado de uma atmosfera de bom gosto e de «coquetterie», manifestada não só num elevadíssimo grau de asseio e de limpeza, mas também nuns pequenos nada's que dão a boa e agradável impressão, que faz com que se olhe para um animal, que pelo seu valor absoluto nada tem que desperte a atenção dos estranhos, mas que com esses cuidados é alvo de olhares, mesmo dos mais indiferentes.

Etudo isto é saber conservar, e todos estes conhecimentos estão incluídos no capítulo que chamamos «Conservação».

Temos de saber alojar e isto subentende todos aqueles cuidados referentes às instalações onde os animais passam uma grande parte da sua vida, onde descansam das fadigas do trabalho. O mau pavimento, de inclinação excessiva, desigual e permeável, pode dar origem a diferentes acidentes, chegando a criar posições defeituosas e a dar lugar a quedas de conseqüências mais ou menos graves.

A manjedoura, em que as dimensões devem estar devidamente calculadas, não só no que respeita à altura, o que pode originar atitudes prejudiciais e fadiga para os membros, mas também no respeitante à sua capacidade que pode dar lugar a uma má distribuição e portanto perca e inutilização dos alimentos.

Revista da Cavalaria

A má capacidade dos lugares destinados a cada animal, que por serem escassos não permitem uma boa posição de descanso, ou que por serem excessivos desprezam as condições de segurança, não os defendendo das mútuas agressões.

A cama espaçosa e limpa, aliada a um sadio comprimento e sistema de prisão, que permita o animal descansar sem os inconvenientes das encabrestaduras.

A cavalariça deve ser bem arejada, mas sem correntes de ar, pelo que o arejamento deve ser sempre feito bem alto.

Tem o cavaleiro também de saber alimentar o seu cavalo, e isto exige não só uma constante e aturada observação sobre o apetite do animal, mas ainda sobre a maneira como ele aproveita a sua alimentação. Um animal que come com gôsto e enfraquece, sem trabalho excessivo, ou é roubado ou está muito doente. A alimentação não interessa só debaixo do ponto de vista de quantidade, mas sim e principalmente pela qualidade, e ainda na variedade e na boa e regular distribuição das rações.

A nós, militares, que temos para os nossos cavalos uma variedade que em principio é constante, resta-nos o sábio aproveitamento do que nos é dado, que com pouco custo e um pouco de trabalho e boa vontade permite alguma coisa se fazer e atenuar os inconvenientes duma má condição dos géneros.

No que diz respeito a quantidade, é bom não esquecer que o alimentar bem, não implica dar os alimentos em profusão; o cavalo excessivamente alimentado torna-se obêso, perde a sua condição e fica incapaz de produzir um trabalho de duração; o seu intestino tem um trabalho mais intenso e de uma maneira contínua, donde resulta a fadiga e irritação, origem de perturbações, cólicas e sobretudo perda de apetite.

Sabendo que tãda a ração é formada de duas partes, uma chamada de *conservação*, destinada à conservação e desenvolvimento dos órgãos e tecidos, e outra de *produção*, que vai constituir nos tecidos e sobretudo nos músculos, reservas de fôrça e de energia, a traduzir depois em utilidades dinâmicas, conclui-se que a ração total, deve pelo menos ser igual à ração de *conservação*, isto é: um animal com saúde e que não trabalhe, não deve emagrecer. Para o que trabalha é preferível errar por excesso do que por deficiência

Revista da Cavalaria

de alimentação; pelo seu estado, pelo seu vigor, pela sua aptidão aos esforços pedidos, pela sua condição, poderemos alguma coisa concluir, acerca da suficiência ou insuficiência da alimentação.

No respeitante a quantidade há um pormenor importante, que é o que diz respeito ao volume, que se pode concretizar dizendo que uma ração necessita de fornecer lastro, quer dizer, o intestino seja dilatado, distendido pelos alimentos. O feno, por exemplo, que embora mastigado chega ainda ao intestino, duro, irrita-o mecânicamente pelo seu contacto com as paredes, dilata-o e excita-lhe a contracção dessas paredes e a secreção das suas glândulas; actua como um excitante mecânico da digestão. Disto se conclui os inconvenientes de «mashes» ou de alimentos muito triturados; traz seguramente a retracção e a atonia do intestino.

São do nosso conhecimento os inconvenientes de pedir um grande esforço imediatamente a seguir a uma ração. Há animais que vulgarmente apresentam os seus excrementos normais e que ao pedir-se-lhes um trabalho em que tenham de se empregar, apresentam logo sintomas de diarreia. Se entre as várias causas, podemos encontrar uma questão nervosa, muitas vezes essa diarreia é proveniente do animal trabalhar em plena digestão, donde se conclui a necessidade de uma distribuição de rações, conforme as horas de trabalho.

Íntimamente ligada à alimentação está a questão da água; a sua importância é de tal maneira conhecida, que não me detenho a detalhá-la. Contudo frizarei que, não por ignorância, mas por esquecimento, imprevidência e abandono, muitos erros se cometem. Um official francês, homem de cavalos, e que pretendia ter os seus cavalos sempre bem abeberados, usava o seguinte processo: numa das suas constantes visitas à cavalaria, mandava dar água aos seus cavalos; se um deles bebia muito, dando indicações de ter sede, castigava o tratador. Êste official tinha sempre os seus cavalos muito bem tratados, que é como quem diz, tinha bastantes conhecimentos acerca da *conservação* do cavalo.

A alimentação é um dos dois factores da *condição* de um animal, pelo que nenhum cavaleiro pode ser dispensado de conhecer as suas regras gerais, pela razão simples de que sendo a condição o mais alto grau de saúde, combinado com

Revista da Cavalaria

a maior potência muscular e respiratória, é por assim dizer, o máximo da afinação para a melhor utilização.

Ao tratarmos da terceira parte, detalharemos o assunto *condição*, notando apenas por agora, a confusão que por vezes se faz entre o «estado» do cavalo e a sua *condição*. Êstes termos são dependentes, mas não sinónimos; o primeiro refere-se ao desenvolvimento muscular do cavalo, o segundo, à sua aptidão para o trabalho. O primeiro é uma espécie de qualidade estática, que se vê ao aproximarmos-nos do animal, o segundo é uma qualidade dinâmica, que se observa só quando o cavalo está em acção.

Por vezes confunde-se também o «estado» do animal com o aspecto das suas carnes, o que faz dizer que um animal coberto de toucinho está em bom estado. Ora um cavalo está em bom estado, quando o aparelho locomotor adquiriu o seu máximo desenvolvimento, enquanto que os tecidos e os órgãos que não concorrem à locomoção, estão reduzidos a um limite permitido pela integridade das funções a que são destinados.

E assim teremos que o estado do cavalo variará com a sua utilização, como esta variará também com o seu sistema de alimentação.

Penso que um cavalo militar, que tem de prestar um serviço quotidiano, caracterizado normalmente pela pouca exigência de grandes esforços, desejando-se apenas obter dele um trabalho constante, de resistência e duração, deverá possuir um excedente de gordura razoável, que constituirá uma reserva destinada a suprir as deficiências e irregularidades de alimentação, provenientes das irregularidades do serviço de campanha. O animal com uma manta de gordura, tem menos probabilidades de se ferir, que aquêle que tenha a pele sobre os músculos. Êstes são duros, aquela é elástica; um pneu «balon» cede às asperezas da estrada, patina menos que a «bandage» bem cheia, que lhe resiste.

Vastíssimos são todos êstes assuntos, que de todos são certamente conhecidos, e que apenas procuro enunciá-los num resumidíssimo esboço.

Foi a propósito do assunto tratador, que entrámos a divagar e perguntar-se-á, se dessas divagações se concluirá alguma coisa. Conclui-se o que quer dizer, saber alocar e

Revista da Cavalaria

saber alimentar, e conclui-se também da necessidade de o saber, e têmos que o ensinar.

Das três condições que propusemos como necessárias, para saber conservar, resta-nos o que diz respeito a «tratar».

Nestas condições englobamos todos aquêles conhecimentos que, quer mecânicamente (limpeza, ração, duches, massagens, medicamentos, etc., etc.), quer subjectivamente (assistência, fiscalização, método de horário de trabalho, observação do estado do animal, etc., etc.), concorre em proporcionar ao animal um bem estar, um conforto e uma saúde, que não só, bem o disponha para o trabalho, como também o compense das fadigas e dos acidentes conseqüentes do mesmo.

Bem entendido que abstraímos, a alimentação e o alojamento, única e exclusivamente porque não só foram assuntos já expostos, mas ainda porque pela sua natureza, merecem menção especial.

Todos os três factores «alojar, alimentar e tratar» concorrem com a sua quota parte para *conservar*, e nenhum pode proclamar a independência ou superioridade.

Se a parte mecânica do tratar é da responsabilidade do cavaleiro, como de resto da sua responsabilidade é tudo quanto diz respeito ao seu cavalo, a execução, contudo, pertence a outros (tratador, ferrador e enfermeiro).

E como nem sempre se têm à mão aquêles elementos com a qualidade que seria para desejar, ainda mais uma vez se vê a necessidade de o saber, que neste caso é saber tratar, que é como quem diz conservar.

E assim é necessário que o cavaleiro conheça os efeitos de uma boa limpeza, para que bem possa apreciar como ela é feita. A boa limpeza tem como objectivos, conseguir o máximo estado de asseio do animal, e de boa hygiene, pela massagem a que dá lugar, e deve incidir sobre tudo que está em constante contacto com êle, como arreios, cobrejões, cabrestilhos, cama, boxe, etc., etc. E é nisto que o papel do tratador se torna importante, e como pelas razões já anteriormente expostas, não se topa com facilidade com indivíduos aptos em qualidade para aquêles mistérios, teremos nós de os fazer, o que traz pelo menos a vantagem de não ter de lutar com a rotina ou maus hábitos adquiridos, por aquêles que julgam saber muito.

Revista da Cavalaria

Para se ser bem servido, é de boa regra exigir-se pouco, para que esse pouco seja bem feito, e assim deve-se estabelecer um horário de trabalho, de maneira que resulte o mais cómodo possível e facilite ao tratador, a execução das suas obrigações. O segredo de conseguir óptimos resultados, não está no muito, mas sim no bom; pensar nas ordens antes de as dar; ordens e contra-ordens fazem desordem; e quantas menos, melhor se fiscalizam, e variando pouco, mais fácil é adquirir o hábito do cumprimento dessas obrigações. Com estes cuidados, que parecem ser atenções dispensáveis ao tratador, é o cavaleiro quem mais ganha com elas; e... sobretudo, desconfiar dos tratadores, que como cavaleiros são muito desembaraçados.

De uma maneira geral, aquelas considerações servem para todos os outros auxiliares do cavaleiro, (ferrador e enfermeiro); sobre estes parece-me haver uma certa vantagem em tomar para com eles uma certa diplomacia, que consistirá em fingir que se acredita em tudo que eles dizem, convencendo-os mesmo, que adoptamos como boas tôdas as suas opiniões, mas ir procurando sempre que façam o que desejamos; para isto é absolutamente necessário saber o que queremos, porque tôda a diplomacia cairá estrondosamente, quando aquêles se aperceberem da nossa ignorância.

Se a época actual é caracterizada pela especialização, tendente a fazer desaparecer o enciclopédico, pela razão simples da impossibilidade de um indivíduo poder açambarcar tôdas as manifestações do cérebro humano, sucede que para o cavaleiro este princípio tem de ter uma modalidade especial, que o defenda de todos aquêles especialistas, que lhe são necessários. E assim, se não é fácil nem necessário, que tenha conhecimentos profundos de ferração, a ponto de poder suprir a falta do ferrador, tem contudo a necessidade e a obrigação de saber o suficiente para poder distinguir se a ferração do seu animal é lógica e racional, se a ferragem foi feita para o pé e não o pé para a bota. E de resto, não é preciso ser sapateiro, para distinguirmos se o nosso calçado nos satisfaz ou é mau. Igualmente não é necessário ser-se um enfermeiro completo, para o substituir na falta dêle, ou para suprir a existência de um que é ignorante. Para pôr umas ligaduras, (que tantas vezes são mal postas), dar um duche,

Revista da Cavalaria

uma massagem, uns primeiros socorros, enquanto não chega o técnico, é necessário conhecer-se o indispensável, que com um pouco de estudo e aplicação, e sobretudo com amor ao cavalo, se adquire facilmente.

Anteriormente, e nos conhecimentos que classificamos de ordem mecânica, falávamos em medicamentos.

Para esclarecimento do termo, que pode originar idéias com que não concordamos, daremos duas pequenas explicações:

1.^a — Que partilhemos absolutamente com o que Botin, na sua obra magistral, descreve no capítulo que intitulou — «La sombra del Veterinário» — e que se pode sintetizar dizendo: a distância entre o cavaleiro e o veterinário diminui na proporção directa do que cada um sabe do ofício do outro. Assim como é para desejar que o cavaleiro saiba alguma coisa de hipologia, é bom que o veterinário frequente os campos de obstáculos e pistas de trabalho. E assim nunca há mal entendidos.

2.^a — Que é bom considerar o cavalo, como de resto qualquer outro ser vivo, um campo experimental de remédios, porque poderá suceder o animal adoecer por sugestão. E mais uma vez — é Botin que o diz — «Entre algodões não se fazem atletas».

C) — *Afinação*

Como testa de ferro dêste capítulo, ponho a seguinte frase de Gustave Le Bon:

— «Por muito modestas que sejam as qualidades de um cavaleiro, as suas observações serão sempre para apreciar».

Assim como o motorista da cidade traz o seu carro afinado, para paragens rápidas e marchas lentas, e aquêle que anda por estradas, afina-o em sentido diametralmente oposto, o cavaleiro terá também que afinar o seu cavalo, conforme a utilização que lhe dá.

Em qualquer dos casos o fim a atingir é sempre o mesmo: o máximo rendimento com o mínimo de prejuízos, e assim encontramos o motorista a afinar o seu carborador, a

Revista da Cavalaria

direcção, embraiagem, etc., etc., isto é, a mexer nos órgãos que êle sabe como são e para que servem e a graduá-los de maneira que lhe dê a máxima confiança, na condução do seu carro.

O cavaleiro que conhece como é o cavalo e como êle funciona, gradua-o também de maneira a obter dêle o máximo rendimento, dando-lhe confiança para a sua pilotagem.

É isto equitação? É isto ensino?

Como a êstes termos se lhes dá geralmente significação diferente daquela que nos interessava no nosso caso, foi esta a razão por que preferimos designar pelo termo *afinação*, o trabalho dinâmico do cavaleiro, destinado a adaptar o seu cavalo, a uma determinada utilização, em que lhe tire o seu maior e mais perfeito rendimento. Abstraimos do trabalho de conservação, porque o consideramos, como já vimos, um trabalho estático.

Aquêle termo permite-me ainda continuar na exposição do meu resumido inventário dos conhecimentos do cavaleiro; e como não há nenhum cavaleiro que não saiba muito de equitação, eu, não me atreveria, se empregasse êste termo, a continuar êste trabalho.

Mesmo assim e por êstes motivos, serei breve.

Se ao abordarmos êste capítulo, fomos buscar como termo de comparação, o homem que lida com o motor, que o cavalo nos perdoe se com isso se sente atingido na sua dignidade, no que lhe damos tôda a razão, tanto mais que sabemos o que êle sofre, com os que o consideram uma máquina e como tal o tratam.

A velha discussão sôbre a tese, se a equitação é uma ciência ou uma arte, deve ter um pouco a sua razão de ser, na maneira como se encara a afinação do cavalo.

Se se julga que usando dinamómetros e quilogrametros, se pode afinar um cavalo, é porque então êle é considerado uma máquina. E nesse caso grandes desilusões se devem ter!!

E já agora diremos: se usando apenas aquêle instinto que forma como um sexto sentido, mesmo que êle seja maquiavélico, e se despreze tôda e qualquer observação, todo e qualquer estudo e se julgue que assim se pode afinar um cavalo, também algumas surpresas se terão, e quanto mais não seja aquelas que, caprichosamente, a natureza se lembra

Revista da Cavalaria

de apresentar, quando quer reduzir o homem à sua insignificância.

Cada cavalo constitui um caso que se precisa estudar experimentalmente com toda a atenção e intuição. Nas diferentes manifestações dessa enorme variedade, está o encanto para quem ama o cavalo e também... muito desespero.

E porque o cavalo não é uma máquina, e porque possui um aspecto subjectivo, conseqüente das suas faculdades psíquicas, instinto ou inteligência, vontade e carácter, resulta que o seu ensino não é uma luta em que o homem sai vencedor pela sua força, mas sim, uma captação de vontade, sempre possível, ante uma inteligência muito inferior e uma vontade muito débil.

E porque o cavalo não é uma máquina, a sua afinação não se limita a um apêto maior ou menor de porcas, a um uso de chave inglesa; a sua afinação consiste em colocar a personalidade do cavalo perante a personalidade do homem e repartir responsabilidades e deveres; consiste em o homem usar da sua inteligência para se apoderar da do cavalo, se quiser ser obedecido.

Pouco importam os processos de execução, variáveis com o tempo, com as raças e temperamentos; importa sim, conhecer as leis psíquicas e notáveis da educação. E assim o ensino do cavalo, limita-se a reduzir o seu campo de vontades possíveis, e porque é uma creatura essencialmente emotiva, tem de se governar com o sentimento, a que vulgarmente se chama, o tato. Concluimos então da necessidade de se conhecerem as faculdades psíquicas do cavalo, se o queremos utilizar, não como um carro eléctrico que nos transporta mecânicamente a casa ou a qualquer outro ponto, mas sim como um ser vivo, que dispõe de vontade própria, da qual nos temos de apoderar para o fazer transpor e vencer todas aquelas dificuldades, que, ou seja no campo do sport ou na sua utilização em campanha, só serão transponíveis, quando a sua obediência ao cavaleiro suplante o pavor que todo o ser vivo sente por tudo aquilo que põe em risco a sua vida.

A característica fundamental da psicologia do cavalo é a memória, característica que sendo utilíssima na educação do mesmo, torna infinitamente perigosos, os erros do ensino

Revista da Cavalaria

conseqüentes da ignorância de um fraco cavaleiro; e é assim, que uma errada transigência dêste a uma pequena resistência do cavalo, transforma esta última numa negativa formal e absoluta, que por vezes exige uma luta fortemente vigorosa para o vencer, porque graças à sua memória, êle sabe que basta esboçar as suas defesas, para se opor ao cavaleiro.

O cavalo é natural e normalmente medroso, e dominado pelo medo cessa de obedecer ao seu cavaleiro, se essa obediência não assenta numa disciplina firme, se não lhe foi dada por meio de um ensino racional o hábito da obediência absoluta.

Como todo o ser tímido, o cavalo confia na proximidade dos seus semelhantes, o que lhe dá a tendência para a imitação, o que como todos nós sabemos, é aproveitado no ensino, principalmente como meio prático de lhe fazer adquirir confiança e o hábito dos objectos ou factos que lhe possam despertar a sua característica de medroso.

Ponderando êstes dois factores poderemos concluir, que para lhe aumentar a valentia teremos dois argumentos: o da submissão e o da imitação. Êste último é um preliminar e auxiliar daquêle, e que tem de ser usado com discernimento, pois o seu abuso pode fazer esquecer a vontade do cavaleiro e conseqüentemente o hábito da obediência.

O cavalo é um animal meigo e bondoso e quando assim não é, há em regra um ser humano que disso é culpado. Sendo assim aprecia o bom tratamento e as carícias, pelo que estas serão sempre oportunas, excepto quando se seguem a uma desobediência, caso em que os efeitos são contraproducentes. Igualmente um castigo ou violência intempestivos, e considerando a sua forte memória, tornam-no num revolucionário, que hipicamente falando se chama um ressabiado.

O cavaleiro que segue um método de ensino racional, lógico, em que uma coisa nova a aprender, é naturalmente obtida em conseqüência das coisas velhas já sabidas; em que a velocidade adoptada para as dificuldades a apresentar e a vencer, é de tal maneira lenta, que não dá a noção do movimento, mas que dá a noção do avanço; o cavaleiro que não cria situações confusas, afagando quando deve castigar; aquêle que não pede impossíveis, mesmo quando apeado; esta espécie de cavaleiro nunca faz revoltados e quando com

Revista da Cavalaria

algum dêles lida, é porque lhe foram criados por outros, e por outros lhe foram enviados. Mil vezes mais fácil é a tarefa da afinação de um animal saído da pastagem, sem nunca ter conhecido o homem, do que aquêlê que passou pelas mãos dos que se apeiam para bater, dos que exigem grandes saltos em liberdade, dos que nunca castigam e dos que têm sempre que recompensar, dos que mandam em tom de súplica e dos que castigam pedindo desculpa.

O cavalo possui ainda uma característica de ordem psíquica, para a qual não encontro têrmo para a definir, apresentando apenas os seus efeitos. Essa característica dá ao cavalo a possibilidade de tatear o seu cavaleiro, de observar, por assim dizer, como êste recebe as suas resistências, regulando êle, conseqüentemente, as suas defesas. O cavalo nota perfeitamente o estado de espírito daquêlê que o monta.

Todos temos observado como um determinado cavalo que resiste, que não obedece a um determinado cavaleiro, corre apressadamente a satisfazer as ordens de outro. Montado por um cavaleiro que sabe o que quer, e que quer o que deseja, êle obedecerá. Essa característica faz estabelecer entre o cavalo e o cavaleiro, umas vibrações, uma espécie de fluido magnético, uma transmissão nervosa, que ainda com pouco poder no poldro vai aumentando à medida que o animal aumenta as suas relações com o homem.

É a existência desta característica que por sua vez exige que o cavaleiro nas suas decisões, nas suas ordens, seja francamente decidido, que saiba querer com aquela audácia resultante da fé e confiança em si mesmo. Quando se aborda um obstáculo, temendo uma recusa, é certa a nega, a não ser que o animal seja de uma franqueza rara e imperturbável.

Aquela decisão, aquela vontade de querer, exige a energia, que de maneira nenhuma querê dizer brusquidão; exige sim, uma firmeza de convicção na ordem, usando para a obtenção dos resultados dessa ordem, de uma insistência incansável, mais do que uma energia violenta. O cavaleiro perfeito será sempre tranqüilo e na aparência insensível. A impaciência e a irritação prejudicam muitos dias de trabalho.

O cavalo reflete sempre na maneira como obedece, nas suas resistências ou hesitações, no grau da sua afinação, o

Revista da Cavalaria

carácter do seu cavaleiro. Gustave Le Bon, disse: — «Não é geralmente muito difícil, sendo dado um cavalo, diagnosticar a inteligência e o carácter daquele que o monta habitualmente» —.

Destas mal alinhavadas considerações, só pretendemos tirar uma conclusão: que para tirar do cavalo a melhor utilização é necessário estudar o seu carácter, a sua maneira de ser, a sua psicologia e nunca considerá-lo como um ser desprovido de acções e sensações emotivas, e cuja afinação possa ser regulada por equações matemáticas, cujos resultados são sempre matematicamente certos.

No ensino do cavalo, dois mais três, podem não fazer cinco.

E de tudo isto concluimos que na afinação do cavalo ter-se-á não só de começar pela conquista da sua vontade, mas também de se adoptar uns princípios, que esquecidos ou ignorados, podem transformar a sua predisposição à obediência, numa firme e inquebrantável resistência.

Já anteriormente vimos, que a *condição*, é um dos factores importantes da utilização do cavalo; sendo assim, será um dos elementos a afinar.

Representada a *condição*, a aptidão para o trabalho, levada ao maior limite, isto é, um máximo grau de saúde aliado a uma elevada potência muscular e respiratória, fácil é concluir, que a sua obtenção será consequência de um elevado grau de higiene, baseada no que já expuzemos sobre *Organização e Conservação*, acompanhada de um grau de treinação, proporcional ao fim a atingir.

No animal em *condição*, os músculos, principalmente os respeitantes à locomoção, atingem um grande desenvolvimento; ligamentos e tendões, uma grande resistência; os pulmões passam a fornecer um máximo de oxigénio; o coração satisfaz, suficientemente, às necessidades do sangue, os aparelhos depuradores funcionarão activamente; o intestino está apto a elaborar ao máximo, o que é necessário a uma vida mais intensa; o sistema nervoso no máximo de faculdades; desaparecem as gorduras inúteis.

Sendo a *condição*, uma aptidão ao trabalho, fácil é concluir, que é variável com a natureza do serviço que o ani-

Revista da Cavalaria

mal tem de prestar, sendo portanto, o seu grau, dependente do critério do cavaleiro. Um cavalo de caça ou de concursos não necessita a mesma condição que um animal de corridas; cada qual vai até onde é necessário, pois o excesso, como em tudo, é prejudicial.

Os dois factores basilares da *condição*, são a alimentação e o trabalho. Ao primeiro já nos referimos ao tratar da *Conservação*.

O segundo, mais propriamente chamado, *treinagem*, é o trabalho constante, lento e conscienciosamente progressivo, que se impõe ao animal, para o pôr na *condição*, que se tem em vista. Se se toma um cavalo com saúde, mas saído de um grande repouso, e o collocarmos bruscamente num regimen de trabalho, podem não se ver imediatamente os prejuízos resultantes desta maneira de proceder, mas o seu organismo ficará sentido e em más condições para continuar a suportar o exercício. Êste será constante, excepção feita para aquêles descansos semanais, a que todos têm direito e assim períodos de um trabalho intenso, alternados com repousos absolutos, numa inconsciência difícil de definir, é a ruína do animal.

O treino tem por fim, afinal de contas, acostumar o cavalo ao trabalho; como a função faz o órgão, o trabalho desenvolve os músculos, agentes produtores de esforços, pelo que se aumentam os meios de acção do animal.

Para a *treinagem* de um cavalo é preciso tempo, paciência, vontade e sobretudo um tato, que dê não só a progressão a seguir mas também a forma de o fazer.

Marcado um programa, só será modificado pelo estado do cavaleiro, pelo estado do tempo, pelo apetite, ou pelos diferentes accidentes, que apesar dos muitos cuidados, não se podem evitar; uma observação constante dos membros, do apetite e da fadiga, dão-nos a regulação a seguir no trabalho.

Para a *afinação da condição*, é necessário dispor-se dos conhecimentos anteriormente referidos nos capitulos *Organização e Conservação*; é necessário o estudo atento de todos os princípios reguladores de trabalho, a adoptar para as diferentes especialidades da utilização do cavalo; mas é necessário sobretudo e como condição indispensável, ter-se «sen-

Revista da Cavalaria

timento» do cavalo, aquêlê sentimento que supre tôdas as dificuldades dos livros, pois nestes é ponto assente, que tudo corre bem, que nunca há dificuldades, que tudo é normal.

Aquêlê sentimento, que é nato com o indivíduo, que é desenvolvido por uma prática constante, por uma grande observação do que os outros fazem, por uma constante reflexão feita sôbre os nossos erros, investigando das causas, por uma constante conversa com o travesseiro pensando na solução das constantes dificuldades, que nunca vêm nos livros.

Quando menos se espera, aparece sempre um caso novo, inédito e desconcertante, e que só os não encontra quem os não quiere ver.

O cavalo não montado e vivendo em liberdade, é um ser naturalmente equilibrado.

Partindo dêste principio, pergunta-se:

Desde que o cavalo passe a ser montado, há necessidade de o equilibrar?

É necessário afinar o seu equilibrio natural?

Os que respondem afirmativamente, isto é, aquêles que reconhecem a necessidade de equilibrar o cavalo, para a sua utilização, baseiam-se em que o pêso do cavaleiro é uma quantidade nada para desprezar, e que é necessário rectificar o desequilíbrio provocado; reconhecem que o instinto do animal o levará a vencer as dificuldades resultantes dêsse desequilíbrio, mas ficam as dúvidas resultantes do seguinte problema:— As atitudes aconselhadas pelo instinto do animal, serão em beneficio dêle ou do seu cavaleiro?

A experiência prova que o cavalo, como todo o ser vivo, procurará a attitude que momentâneamente menos o incomode, não se preocupando com o futuro. Quantos individuos haverá, que portadores de um pêso às costas, não se dobrarão para diante, para evitar os inconvenientes futuros da curvatura da coluna vertebral, má respiração, etc., etc.?

Por outro lado, os defensores do principio que se deve respeitar o equilibrio natural do cavalo, argumentam, que sendo normal dar tôda a liberdade, para nas circunstâncias críticas, o animal se tirar de dificuldades, deixando-o entregue ao seu equilibrio, melhor será habituá-lo sempre a esta

Revista da Cavalaria

maneira de proceder. Afirmam ainda, que nenhuma afinação é capaz de transformar o mecanismo do cavalo, e que tudo quanto se oponha à direcção natural das suas forças, irá contra a sua economia e aproveitamento, quando não fôr, contra a sua estabilidade.

Por minha parte, julgo que mais uma vez tem razão de ser, o velho ditado que afirma que a verdade está no meio termo.

Se classificarmos por ensino (abandono momentaneamente o meu termo *afinação*, por julgar isso oportuno) a ginástica que se dá ao cavalo, para corrigir os seus defeitos corrigíveis, do mesmo modo que hoje se corrigem as curvaturas da coluna vertebral, as deficiências da caixa torácica, a má direcção dos membros, etc., etc., da espécie humana, entendemos que essa ginástica é não só conveniente, mas ainda necessária e que o seu equilíbrio, resultante dessa ginástica, melhorará.

Se admitirmos por ensino, o trabalho conducente a pôr a cabeça e pescoço de um cavalo onde Deus não o pôs, classificamos essa ginástica de um pecado mortal.

Se se *afinar* um cavalo de maneira contrária às suas condições natas de equilíbrio, se o ensinarmos, por exemplo, a fingir que anda, collocámo-lo num grau de acuamento que é contrário à sua tendência natural do movimento para diante, obtendo um equilíbrio falso e pernicioso.

Se no trabalho de um cavalo nunca lhe concedemos o mais pequeno momento de iniciativa, succeder-lhe-á o mesmo que àquêlê indivíduo, que é criado e educado junto às saías da mãe, como é uso dizer-se, e de repente é lançado no turbilhão da vida.

Se na preparação de um animal de temperamento excessivamente nervoso ou excessivamente poltrão, não dispomos as coisas, para nos defendermos dos prejuízos que resultam para a utilização desse temperamento, julgo que a liberdade permanente e constante, concedida a êsse indivíduo, acabará mal.

Concordo que na equitação moderna, o instinto do animal faz muito e que o melhor será habituá-lo a equilibrar-se por si, para o que, a repetição dos exercícios, com penalidades automáticas e imediatas para as faltas cometidas, será o

Revista da Cavalaria

melhor processo, mas que nunca o cavaleiro deixe de mandar, de o dirigir, dando-lhe liberdade absoluta no que respeita aos meios de que o animal dispõe para cumprir, podendo e devendo, o cavaleiro predispor-lo para a execução da ordem.

Um exemplo, para melhor explicar a idéia: — Suponhamos um galope feito num pinhal; dando tódia a iniciativa ao cavalo, estamos certos de que êle não irá projectar-se sôbre nenhum pinheiro, mas poderá passar por sítios, em que só o cavaleiro sofrerá prejuízos; ocorre portanto a êste, corrigir-lhe o movimento, ampliando-o no sentido da sua defeza.

E assim, por exemplo, o pescoço que é um factor importantíssimo do equilíbrio, nunca se deve impedir que o animal disponha livremente dêle, entravando-lhe os seus movimentos.

Pescoço e membros são os agentes de equilíbrio do cavalo; os meios de que dispõe o cavaleiro para influenciar, são as chamadas ajudas, e o seu próprio pêso. É a influência dêste último meio, que dá origem às diferentes maneiras de montar, assuntos interessantíssimos, que outros têm tratado e que continuarão a fazê-lo, a bem do progresso.

Tôdas as considerações anteriores podem resumir-se dizendo: é necessário não encarar o cavalo como uma máquina e estudar a sua psicologia para sabermos como são estabelecidas as nossas mútuas relações; é conveniente saber como se coloca um cavalo na *condição* necessária à utilização que dêle se deseje fazer; para evitar mal entendidos e prejuízos materiais de parte a parte, é de bom conselho que se tenha uma noção exacta acêrca de equilíbrio do grupo, CAVALO-CAVALEIRO.

Resta, finalmente, estabelecer a linguagem de que nos havemos de servir, não só na sua utilização, mas também na sua *afinação*, aquilo a que se chama propriamente, o ENSINO, que tem por fim obter um cavalo calmo, direito, ligeiro e sempre pronto e rápido para o seu movimento para a frente.

Esta finalidade do ensino nunca deve ser esquecida nem tão pouco adulterada.

A simplicidade do objectivo traz como consequência, a clareza dos meios a empregar. Abandonem-se os métodos

Revista da Cavalaria

complicados, conducentes a muitos erros; os processos simples e racionais, baseados no conhecimento exacto das razões de proceder, nunca esquecem no momento difficil, saem por si mesmo, intuitivamente e de um modo automatico.

Aqui mais uma vez se vê, que não são os tratados o meio único de se aprender. Os livros partem todos do falso principio de que nunca há equívoco, de que tudo se passa matematicamente normal. E depois essas obras, são quasi todas um trabalho de análise, obedecendo portanto a uma determinada ordem de exposição dos diferentes assuntos, donde resulta que a oportunidade de um determinado trabalho, nunca é indicada e só o tato e a reflexão do cavaleiro, são juizes da escolha do momento dessa applicação.

Está ainda para apparecer o livro que seguido á risca como catecismo, permita a um cavaleiro, preparar um cavallo, sem que tenha necessidade de apelar para a sua intelligência, para o seu espirito, para o seu tato.

Há a considerar ainda, que, por exemplo, na simples applicação de uma qualquer acção de rédea, há tantas «nuances» na maneira de a applicar, a começar logo, no tom mais ou menos firme e imperativo da applicação, que ninguém é capaz de a definir, nem tão pouco de marcar a oportunidade da intervenção, da indicação de qual o momento proprio.

E, os casos dificeis, diferentes todos uns dos outros, originados por difficuldades psíquicas ou fisicas do cavallo, ou ainda por erros do cavaleiro, psiquica e fisicamente também fraco, difficuldades que constituem verdadeiros problemas, para a resolução dos quais é necessario ter o prazer e o gosto pelas difficuldades, e uma grande reflexão, investigadora das causas, visto que encontradas estas, acha-se a meia solução do problema.

É por tudo isto que entendemos que o método de ensino deve ser baseado em regras logicas, racionais, de fácil comprehensão e estas baseadas na maneira de ser normal e material do cavallo.

E é ainda por tudo isto, que entendemos, que a principal ajuda a empregar no ensino do cavallo, é a cabeça do cavaleiro, que supre todas as deficiências dos tratados, que sabe ver o que estes contêm nas suas entrelinhas, que conhece a oportunidade dos diferentes meios a empregar,

Revista da Cavalaria

que distingue uma desobediência moral de uma deficiência orgânica e que sabe dominar as más paixões que cegam, não deixando, portanto, ver claro.

O fim que se tem em vista é simples.

Ter o cavalo rápido e pronto no movimento para diante.

Fixado este objectivo tudo o mais resulta simples; sabemos que as pernas provocam a marcha e a sua aceleração e que as rédeas exploram esses efeitos, moderando-a ou detendo-a; logo, temos que os seus efeitos são contrários, portanto nunca devem estorvar-se, coincidindo. As mãos nunca devem ceder sem que o pescoço se alongue e o animal vá francamente para diante; imobilidade absoluta da mão, impõe a paragem e se elle persistir, o recuar; a menor cedência da mão, o cavalo escapa-se-lhe, indo para diante.

Ter o cavalo calmo.

Fixado este objectivo, implicitamente serão excluídos todos os movimentos bruscos e violentos, que produzirão a surpresa e, conseqüentemente, a perturbação, inimiga da serenidade. Para que se evitem esses movimentos, fácil é concluir a necessidade de uma íntima ligação entre cavalo e cavaleiro, concretizada num contacto suave com a bôca do animal através das rédeas, e num equilibrio do cavaleiro que lhe permita não só acompanhar todos os movimentos do cavalo, mas ainda facilitá-los por uma providente previsão desses movimentos.

Ter o cavalo direito.

Impossível qualquer trabalho com um animal, em que a sua coluna vertebral não esteja perfeitamente direita, no seu plano vertical; no caso contrário, as impressões transmitidas pelos membros posteriores, não serão absolutamente aproveitadas e haverá fugas. Significativa e expressiva frase do Comandante de Salins: — «É impossível andar às perdzes com uma espingarda de canos tortos».

Ter o cavalo ligeiro.

A ligeireza tem o limite que é correspondente ao tato do cavaleiro.

A ligeireza, coroação e consequência final de um método de ensino, terá como objectivo a condução do animal feita por rédeas compridas, permitindo absoluta liberdade do pescoço, afim de facilitar todos os movimentos do cavalo e pro-

Revista da Cavalaria

porcionar-lhe andamentos amplos e deslizantes. Isto, é dependente da arte e finura do cavaleiro; é coisa fácil para aquêles cavaleiros, que nunca pezam, que nunca se descompõem, que dominam, sem que de fora se note a imposição, que fazem com que os seus cavalos empreguem sempre a dose de energia necessária aos respectivos movimentos e que essa energia seja inextinguível; são cavaleiros que adivinhavam as resistências, motivo por que as evitam; são aquêles a quem nunca os cavalos puxam ou pezam nas suas mãos.

*

Provado que a utilização do cavalo não é feita da mesma maneira absoluta que a da máquina, podemos agora, para terminar, referirmo-nos a esta, como termo de comparação, para melhor e mais claramente se poder expor o resumo do assunto que nos propusemos.

O rendimento superior do motor, comparado com o do cavalo, é muitas vezes devido à superioridade profissional do pessoal encarregue da sua condução e conservação, reconhecendo desde já que esta superioridade de habilitações dos mecânicos, é pelo menos, pelas razões anteriormente expostas, muito mais fácil de obter.

Sendo assim, teremos que o rendimento económico do cavalo, aumentará com a aptidão de quem o saiba conduzir longe e depressa, sem o fatigar.

E assim como o motorista conduz o seu carro, sem olhar para o volante e sem pensar quais os movimentos que as suas mãos têm de efectuar, para as diferentes manobras a executar, assim também a condução do cavalo é feita por reflexas; o cavaleiro não pensa senão no fim a atingir não se preocupando com os movimentos a fazer, porque êles devem ser feitos instintivamente e ao serviço da sua vontade.

Concluimos então, que o cavaleiro tem não só que conhecer bem todos êstes assuntos que temos vindo relacionando, mas tem também que fazer uma constante e intensa aplicação prática, para que no seu espírito se desenhe claramente o amplo quadro de todos êstes conhecimentos, que é necessário aqambarcar, para bem se compreender tudo quanto

Revista da Cavalaria

com o cavalo se relaciona e em que os diferentes assuntos estão ligados uns aos outros de tal maneira que se não pode dominar um, sem conhecer, pelo menos, o lugar que outro ocupa no conjunto.

Essa constante prática, tem ainda o objectivo de dar ao cavaleiro consciencioso, uma fé em si mesmo, uma audácia, que lhe dá a propriedade, quando a cavalo *quere* conseguir qualquer coisa, sabe exigí-la sem vacilações, desprezando todos os escrúpulos, filhos da hesitação.

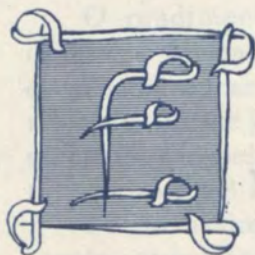
Fiquem para depois as reflexões, emendem-se o mais depressa possível os erros, mas a cavalo seja-se francamente DECIDIDO.





As provas de ensino

pelo Major JOSÉ MANUEL DA CUNHA MENEZES



NTENDO que tôdas as tentativas de desenvolvimento do Hipismo devem ser acolhidas com o maior desvêlo por todos os que fazem uso do cavalo, incluindo o Estado que é quem mais o utiliza.

Tem sido o cavalo quem mais me tem ajudado a ganhar a vida e por isso tenho por êle a maior veneração.

A Sociedade Hipica Portuguesa, incluindo no seu programa do concurso hipico uma prova de ensino, merece a minha completa aprovação, cumprindo-me felicitá-la por mais êste empreendimento e ao mesmo tempo agradecer à sua ilustre Direcção a honra que me deu nomeando-me para membro do júri.

Vou fazer algumas considerações sôbre êste assunto, mas antes, presto a minha homenagem aos meus colegas do júri, agradecendo-lhes as gentilezas que tiveram para comigo.

Devo dizer em primeiro lugar que, em provas desta natureza, acho pouquíssimo elegante e nada clássico, muito especialmente para um oficial de Cavalaria, a condução dos

Revista da Cavalaria

cavalos com as rédeas separadas. Êste género de condução ensino eu aos meus discípulos, mas sòmente nas primeiras lições, e aos meus ajudantes na doma dos potros. Um cavaleiro que se preza, um cavaleiro digno dêste nome, conduz a sua montada com as rédeas na mão esquerda, auxiliada pela direita, quando muito, por ligeiros e discretos toques de bridão.

Eu não ignoro que em provas desta natureza últimamente efectuadas no estrangeiro, assim se têm conduzido os cavalos. Mas isso, quanto a mim, só prova a pouca perícia dos cavaleiros estrangeiros nesta modalidade de desporto hípico, o que de resto, nada me surpreende, para o que me bastou examinar com o cuidado com que examino sempre as fotografias dos primeiros premiados nas últimas Olimpíadas.

Entendo que devemos copiar, mas só o que é bom, e repudiar tudo quanto é mau, venha de onde vier.

Segundo a opinião dos cavaleiros portugueses e de alguns estrangeiros, eu estou habilitado a abordar êste assunto. São uns e outros que me consideram versado na Equitação, são os cavaleiros portugueses que ao regressarem de Berlim manifestaram a opinião de que eu teria subido os primeiros degraus da classificação se tivesse concorrido às Olimpíadas com o meu cavalo «Baudelaire», e é ainda um cavaleiro português que o mesmo afirma, também no seu regresso de Berlim, em um jornal da Capital.

Julgo necessário que em futuras provas os nossos cavaleiros se apresentem conduzindo a uma mão, e esta na posição clássica, nunca mais, pelo menos com a minha aprovação, com as mãos em cima do garrote dos cavalos.

As provas de ensino, servem mais de proveito ao cavaleiro que apresenta o seu cavalo, do que de entretenimento para o público, que, não tendo a menor noção do que é Equitação, está longe de poder apreciar ou diferenciar o que é bom do que é mau.

Vou agora abordar, ainda que pela rama, a parte técnica do assunto.

— Ê principio aceite pelos tratadistas que se têm dedicado a fundo ao estudo da Equitação, por aquêles que pretendem mais alguma coisa dos cavalos além da simples

Revista da Cavalaria

condução a rédeas separadas, por aquêles que pensam na colocação do cavalo, na sua ligeireza, na sua facilidade em executar sem a menor hesitação tôdas as ordens emanadas do cavaleiro, etc., que para progredir no ensino dos cavalos se torna indispensável o seu flexionamento a pé.

Sei bem que a maioria dos cavaleiros, não obstante a abundância de provas em favor das flexões, ainda contesta o seu valor, julgando sempre possível obter resultados satisfatórios sem as executar.

A esses, aos que não acreditam no valor das flexões, só lhes darei razão quando me apresentarem algum cavalo que não tendo sido submetido a esse processo de ensino se encontre com a ligeireza e obediência que caracteriza o ensino de todos os meus cavalos.

A grande maioria julga possível obter-se a verdadeira ligeireza por outro processo que não seja o flexionamento do maxilar, e confunde a ligeireza dos meus cavalos, que é a ligeireza absoluta, com o estado em que se apresentam os ensinados por método diferente.

É verdade que esses cavalos, muitas vezes, não pesam na mão, mas não flexionam o maxilar inferior, condição indispensável para haver verdade em Equitação, e executam certos movimentos com o pescoço, com a cabeça e até mesmo com o maxilar inferior, que para os leigos ou pouco versados na teoria das flexões se confundem com o verdadeiro destaque do freio, o qual só se pode conseguir por meio de flexionamento feito a pé.

É o que observo quando vejo fazer Alta Escola, para não falar nos mais simples trabalhos nos andamentos normais, com cavalos que não foram flexionados, ou que o foram mal, o que vem a dar na mesma.

No passo espanhol, por exemplo, há, na maioria dos casos, uma grande elevação dos membros anteriores, mas o cavalo não caminha, ou caminha de maneira duvidosa, não marcando, ou marcando mal as batidas do passo, dando saltinhos com os posteriores e endurecendo-se especialmente do quarto trazeiro.

O cavalo endurece-se e contrai-se por não poder ir para diante, e isto porque não pode obedecer totalmente à acção impulsiva, a qual, logo de início, foi neutralizada, em parte,

Revista da Cavalaria

pela acção da mão, produzindo-se o acuoamento em virtude de se não ter realizado a desconstracção do maxilar.

Qual a razão pela qual todos os cavaleiros que praticam, ou melhor, que julgam praticar Alta Escola sem flexionarem os seus cavalos, apresentam «passages» sem qualquer espécie de «rassembler»? É que para levar o cavalo a executar a «passage» dentro do «rassembler» é necessário o destaque nítido das partidas, que só se pode obter pela ginástica de certa espécie de flexões.

Esta falta de «rassembler», na «passage», resultante da falta de flexão do maxilar inferior, que se traduz pelo aumento dos lados maiores do rectângulo constituído pela base de sustentação, leva ao refluxo de pêso sôbre o quarto trazeiro, convergindo as forças para trás das pernas do cavaleiro, de que resulta acentuar-se a perda de impulsão. Os rins diminuem de convexidade elevando-se o garrote, parecendo o cavalo mais delgado, e trazendo como consequência a elevação exagerada dos joelhos, — de que gostam muito aquêles que não conhecem bem as regras — destacando-se pouco do solo os posteriores. Os bolêtos dos posteriores flectem-se demais e os dos anteriores de menos.

Nesta «passage» que nos últimos tempos só tenho visto executar, as espáduas constituem quási totalmente a base do movimento, trazendo a reboque a garupa, com os posteriores «rasant le tapis», como dizem os franceses, e perdendo os jarrêtes tôda a sua elasticidade.

Todos os trabalhos de Alta e de Baixa Escola sem flexionamento dos maxilares e sem «rassembler» são facilimos de ensinar aos cavalos, da mesma maneira que o são a um cão, a uma cabra ou a outro qualquer quadrúpede. Ainda há pouco vi no Coliseu dois elefantes a fazerem «piaffer».

O «piaffer» sem destaque do freio, conduz a oscilações da garupa no sentido lateral, acompanhadas do competente afastamento dos posteriores, indicação segura, neste caso, de falta de impulsão.

No «piaffer» correcto, o joelho do anterior em suspensão fica à altura do codilho e a ponta do casco do posterior associado à altura da canela do posterior em apoio.

Na «passage», como o movimento já não é no mesmo terreno mas sim avançando, o anterior em suspensão não

Revista da Cavalaria

deve elevar-se tão alto mas somente de forma que a ponta do casco fique à altura do meio da canela do anterior em apoio. No posterior em suspensão a ponta do casco deve elevar-se à altura do meio do bolêto do posterior em apoio.

Da muita prática que tenho dos antigos mestres e do que tenho lido, estudado e praticado dos modernos, sou levado à conclusão de que muito pouco se tem progredido depois de Baucher. Vou mais longe:— As inovações introduzidas nos processos dos velhos mestres têm levado os modernistas a incorrer em graves erros.

Os modernismos nesta modalidade da Equitação só servem aos que não têm habilidade para praticar os velhos autores.

A maior parte dos cavaleiros que ultimamente têm apresentado cavalos em provas de ensino com paragens e movimentos obrigatórios em sítios determinados do Picadeiro, se amanhã os mandarem fazer a mesma prova trocando-lhes as paragens e os locais de início dos movimentos, garanto-lhes que se vêem em sérios embaraços para se saírem bem da empresa.

O galope em três pernas sem que o cavalo levante o garrote mais do que no galope ordinário, e o galope a tempo de forma que o cavalo não desloque transversalmente o plano vertical que passa pelo eixo maior, são dois movimentos impossíveis de executar sem a absoluta mobilidade do maxilar inferior.

O brilho e a precisão de todos os trabalhos que se exigem dos cavalos provém do «rassembler» e só do «rassembler».

Termino estas considerações invocando o capitão Raabe, o mestre dos mestres de todos os tempos:

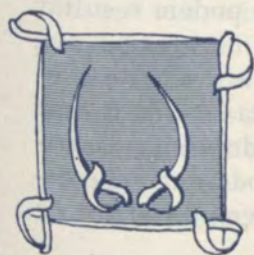
«— Sans légèreté pas de souplesse, sans souplesse pas de grace, pas de rassembler, sans rassembler pas de domination».

Outubro, de 1941.



Transposição de Cursos de Água

pelo Capitão PEIXOTO DA SILVA



M dos assuntos da mais elevada importância na instrução de sapadores de cavalaria, e até certo ponto na instrução geral de toda a tropa a cavalo é sem dúvida aquêle que hoje vamos iniciar — a transposição de Cursos de Água na Cavalaria.

Todos nós sabemos que uma das grandes particularidades do cavalo, é fornecer à arma de cavalaria a possibilidade de actuar por surpresa; e todos nós sabemos também as razões porquê.

Porque se adapta muito bem ao terreno, e porque, graças à sua qualidade natural de nadar instintivamente, elle nos permite deslocar pelo caminho mais curto sem conhecer obstáculos.

A arma de cavalaria, tornando-se assim uma arma excepcionalmente apta à transposição de cursos de água, con-

Revista da Cavalaria

vida a que neste sentido se explorem e se desenvolvam as suas possibilidades. Mas o facto do cavalo nadar na realidade por instinto não é caso para que, só com êste recurso ou por exploração local se considere resolvido o problema, e ponhamos de parte a idéia de nos dotarmos com outros meios complementares adequados.

Êles deverão existir de facto. Primeiro, porque os recursos locais são falíveis e há que garantir sem falta, em todos os casos, um meio pelo menos indispensável à grande percentagem de indivíduos que não sabem nadar, e em segundo lugar porque, além dos homens nestas condições, determinado material existe também que tem de acompanhar as unidades e que de forma alguma pode ir sôbre os cavalos.

Seja porém qual fôr o processo de transposição utilizado, a vau, a nado, com passadiços, em barcos ou em jangadas, o certo é que a todos êles existe sempre um factor comum que é a necessidade da adaptação do cavalo à água e a necessidade do desenvolvimento do gôsto do cavalo pela natação.

De facto, todo o cavalo de cavalaria deve estar metido à água tal como deve estar metido ao campo, e mantido em treino para que no momento preciso não se sintam as dificuldades inerentes ao cavalo debutante numa operação desta natureza, e se evitem todos os riscos que podem resultar dessa sua tão grave falta de hábito.

Às unidades de cavalaria cumpre pois a tarefa de educar os seus cavalos neste sentido, como se esta medida fizesse parte integrante do seu ensino. E procedendo assim contribuirão com a parte mais importante dêste todo que é necessário para assegurar o bom êxito das passagens de cursos de água às tropas da sua arma.

A parte técnica do assunto, relativa a qualquer dos processos ao nosso alcance, é por seu turno de particular interesse dos sapadores, e é para êsses, sobretudo, que destinamos a exposição que se segue.

Começaremos por dizer o que julgamos necessário conhecer, para a utilização do material B. P. m/932.

O material B. P. tem duas modalidades de emprêgo:

— em meios contínuos

— em meios descontínuos

Revista da Cavalaria

Consiste a primeira modalidade no lançamento de um passadiço de uma margem à outra do curso de água a transportar, e sobre o qual o pessoal poderá passar apeado a um de fundo, com o respectivo material compatível com as possibilidades d'este meio.

Na segunda modalidade, em vez do passadiço, construir-se-ão jangadas, em que o pessoal e o material se poderá transportar por qualquer dos sistemas de navegação conhecidos — a remo, a croque, ou à sirga.

Em ambos os casos, o transporte dos cavalos terá de se efectuar sempre a nado; a jusante e acompanhando o deslocamento dos homens no primeiro caso, à ré, a bombordo e a estibordo, acompanhando o deslocamento das jangadas no segundo. O emprêgo de uma ou de outra modalidade é condicionado por um determinado número de factores de ordem táctica e de ordem técnica, e por consequência a escolha de uma ou de outra dependerá evidentemente do estudo do conjunto de todos elles.

São pois as condições de segurança, em que se tem de executar a passagem do curso de água, a sua largura e fôrça da corrente, a sua profundidade, a acessibilidade das suas margens, as facilidades de dissimulação que o terreno nos oferece e outras facilidades que o rio nos apresente, o tempo de que dispomos, os efectivos a passar e o material existente, o rendimento susceptível de cada um dos nossos meios, etc., os elementos que levarão o official de sapadores a tomar tôdas as suas disposições neste sentido.

Para a utilização do material B. P. m/932, de que estamos tratando, duas operações, antes de mais nada, se torna necessário conhecer:

— O carregamento e o descarregamento da viatura.

A equipa necessária para este efeito, compreende 16 homens agrupados em 8 filas.

O carregamento engloba duas fases, a saber:

a) — A arrumação do material dentro dos tramos

b) — A arrumação do material na viatura.

Revista da Cavalaria

Para a arrumação do material dentro dos tramos, as filas procedem da seguinte forma:

Depois de collocarem todos os tramos ao lado uns dos outros, com o pavimento assente no solo, e com o seu eixo mais ou menos orientado no sentido do eixo da viatura e à sua retaguarda, vão buscar para junto deles todo o material que lhes é necessário para a execução desta operação e que só difere quando se trate da arrumação do tramo número treze. Uma vez munidos com os artigos abaixo indicados:

1 flutuador	4 cordas de ligação	2 ferrêlhos
1 remo	2 espias	2 fiadores de ferrêlho
1 croque	1 amarra de flutuador	2 prumos de guarda

os dois sapadores de cada fila, ajudando-se mutuamente, arrumam-nos da seguinte forma:

Dentro das vigotas e na extremidade mais afastada da viatura, collocam, dobrado e encostado à vigota da esquerda, o flutuador e do lado direito o remo e o croque, este entre aquêle e a vigota. Em seguida, collocam de cada lado do tramo e nos passadores respectivos, os ferrêlhos. Na extremidade oposta collocam os dois prumos de guarda, ficando o do lado esquerdo com a base voltada para a travessa de consolidação do tramo e encaixada nesta pelo garfo, e do lado direito com a base voltada ao contrário. No meio do tramo, no espaço compreendido entre o flutuador e os prumos de guarda arrumar-se-ão as cordas, primeiro a amarra de flutuador formando estropo, e dentro dêste o estropo das duas espias e duas das cordas de ligação. Terminam este trabalho ligando entre si e as vigotas do tramo, segundo a forma regulamentar (ver depois Capitulo das ligações) os diferentes artigos:

- O ferrêlho, o remo e o croque, por intermédio do fiador de ferrêlho.
- Os prumos de guarda, com uma das cordas de ligação.
- Os estropos collocados a meio, com a outra corda de ligação.

Logo que os oito primeiros tramos estejam prontos e que portanto já seja possível começar o carregamento da viatura,

Fila 1	Fila 2	Fila 3	Fila 4	Fila 5	Fila 6	Fila 7	Fila 8
Arrumam o material nos tramos 1 a 8							
Dirige-se à viatura, mete a caixa da ferramenta e acessórios no seu alojamento, desce o taipal trazeiro e sobe para o leito da viatura. Recebe e assenta a 1. ^a fiada de tramos.	Transporta e entrega pela direita, 2 tramos.	Transporta e entrega pela esquerda, 1 tramo.	Arrumam o material nos tramos 9 a 13				
Recebe e coloca sobre os tramos, os suportes.	Transporta e entrega 1 suporte de tramo.	Transporta e entrega 2 suportes de tramo.					
Recebe e assenta por fiadas alternadas os tramos e suportes do tramo até ao 12. ^o	Transporta e entrega alternadamente, 1 tramo, 2 suportes de tramo, 2 tramos, 1 suporte de tramo até ao 10. ^o tramo e 11. ^o suporte.	Transporta e entrega alternadamente 2 tramos, 1 suporte de tramo, 1 tramo, 2 suportes de tramo até ao 12. ^o tramo e 12. ^o suporte.					
Recebe e assenta o 13. ^o tramo.	Transporta e entrega o 13. ^o tramo.	Levanta e fixa o taipal e sobe à viatura.					
Chefe de fila recebe e coloca os cabos de amarração, sirgas e cordas de guarda do lado direito; cerra-fila recebe e coloca 4 estacas grandes e 4 pequenas.	Transporta e entrega as estacas. Coloca 2 pás e 2 picaretas.	Chefe de fila recebe e coloca os cabos de amarração, sirgas e cordas de guarda do lado esquerdo. Cerra-fila recebe e coloca 4 estacas grandes e 4 pequenas. Salta para a terra.	Transportam pela direita 2 cabos de amarração, 1 sirga e 1 corda de guarda.		Transportam pela esquerda 2 cabos de amarração, 1 sirga e 1 corda de guarda.		Depois de arrumarem o seu tramo. Chefe de fila auxilia as filas 4 e 5. Cerra-fila auxilia as filas 6 e 7, e
Recebe os chicotes das espias para amarração da carga à viatura, passa-os por onde foi indicado e entrega-os. Salta para terra.	Liga do lado esquerdo a espia da frente e entrega o chicote.		Liga à viatura a espia do meio e entrega o chicote.	Recebe o chicote da espia do meio e liga-a do lado direito.	Liga à viatura a espia da retaguarda e entrega o chicote.	Recebe o chicote da espia da retaguarda e liga do lado direito.	recebe o chicote da espia da frente, que liga do lado direito.

Para descarregar a viatura procede-se de harmonia com o quadro que se segue :

Revista da Cavalaria

as oito filas livres terão nesta nova fase a seguinte distribuição:

- As três primeiras, de harmonia com o quadro de carregamento da viatura que se segue, iniciam-no procedendo conforme êle nos indica.
- As outras cinco filas continuam com o trabalho de arrumação dos tramos que ficaram vazios e procedem da mesma forma, com excepção feita para a fila oito, a quem cabe a arrumação do tramo treze.

Para isto a fila oito irá então buscar, além do tramo, o seguinte material:

12 cordas de ligação	2 apoios de margem
3 espias	3 maços
3 amarras de flutuadores	6 fiadores de ferrólho
2 prumos de guarda	1 talha gornida

e colocá-lo-à conforme se segue:

Na extremidade do tramo mais afastada da viatura, coloca os maços lado a lado com as cabeças encostadas à travessa de consolidação e os cabos voltados para o meio. De cada lado e encostado às vigotas, colocam-se de cutelo os apoios de margem com as travessas de encaixe voltadas para dentro, e no espaço compreendido entre êles, colocam-se os estropos formados com as três amarras de flutuadores, três espias, nove cordas de ligação, seis fiadores de ferrólho e a talha gornida. Na outra extremidade, colocam-se os prumos de guarda como nos outros tramos. O material que falta mencionar ou sejam 3 cordas de ligação, destinam-se a efectuar a ligação dos apoios de margem e dos maços às vigotas dos tramos, e ainda dos estropos e dos prumos de guarda.

Uma vez livres dêste trabalho, as cinco filas que dêles se ocupavam, passarão a coadjuvar também no carregamento da viatura, cumprindo as missões que lhes vão fixadas no quadro seguinte.

Bronze

"REVISTA DA CAVALARIA"

Apresentamos hoje a solução enviada pelo furriel do Regimento de Cavalaria n.º 7, Alvaro Marques Dias, que concorreu ao Bronze Revista de Cavalaria, sob o pseudônimo de R. K. L. O júri nomeado para apreciar o trabalho, bem apresentado no conjunto, deliberou atribuir o 1.º prêmio a este concorrente. Dado o pouco interesse que despertou entre os nossos concorrentes, a Revista dá por terminado o concurso, resolvendo atribuir o 1.º prêmio ao furriel Alvaro Marques Dias e o 3.º prêmio ao concorrente Henrique Abel Marques. Verifica-se assim que não foi atribuído o 2.º prêmio. Publicamos o trabalho apresentado pelo furriel Alvaro Marques Dias, seguido da crítica feita pelo júri.

Resolução do Tema n.º 2

Ao serem-me transmitidas as ordens para a Pat. procedi:

I) — PREPARAÇÃO:

A) — *Estudo prévio sobre a carta, donde cheguei às seguintes conclusões:*

— Que era desnecessária a exploração na zona de marcha desde **Aveiras de Cima à L. V. — (Táboas — Felisberto)** — pois já devia ter sido feita pelos elementos de segurança das forças em P. Av. e ainda por me encontrar marchando a coberto dos mesmos P. Av.

— Que o sector de exploração da Pat., era de 1.500,^m750 para cada lado do eixo de marcha.

— Que o eixo de marcha da Pat., desde a L. V., ao final do 1.º lanço (**Ribeira de Caneira**), tinha uma extensão aproximada de 5.000^m

— Que a estrada **Alcoentre — Aveiras de Cima**, eixo de marcha da Pat. tinha as seguintes características:

- 1) — Estrada arborizada desde o P. I. (L. V.) até ao final do 1.º lanço.
- 2) — Ladeada por inúmeros casais, e por consequência propícia ao abrigo de elementos inimigos, sendo necessária uma exploração cuidada.
- 3) — Que em quasi toda a extensão do 1.º lanço o terreno desce de *W.* para *E.*, exceptuando a região próxima de **Torre Bela (Δ)**, no flanco direito do sector de exploração, donde qualquer força

Revista da Cavalaria

inimiga poderia ter comandamento sobre todo o anterior sector de exploração.

- 4) — Que a *W.* de **Tôrre Bela** (Δ), existe um cruzamento de estradas propício a uma espera por elementos inimigos.
- 5) — Que no flanco esquerdo do sector de exploração só **Parada** (Δ) merecia especial atenção dos flanqueadores.
- 6) — Que de **Parada** (Δ), teria comandamento sobre **Ribeira de Caneira** onde provavelmente ficaria em observação, até à cuidada exploração da referida ribeira pelos exploradores e flanqueadores.
- 7) — Que a ponte sobre a **Ribeira de Caneira**, merecia cuidada exploração.
- 8) — Que na região onde me tinha sido determinado estabelecer-me, tinha a considerar:

- a) — Que a *NW.* da ponte sobre a **Ribeira de Caneira**, existe outra ponte de provável acesso para a posição que ulteriormente me fôra determinada.
- b) — Que a *N.* desta ponte existe uma pequena região com vegetação, provavelmente propícia para o estabelecimento da Pat. em vigilância.
- c) — Que d'este ponto é provável a observação para **Boiças**, em virtude do terreno subir até esta povoação.

d) — Que com a E. M. poderei enfiar toda a estrada até ao tiro eficaz da E. M.

e) — Que a observação sobre **Alcoentre** é pouco provável, pois que o sector de observação se encontra cortado por uma elevação de .90, onde se encontra situado o casal do **Caneira**, e que todo o terreno desce para *N.* até **Alcoentre**.



~ Lenda ~

- Δ - Pat.
- \sim - Itinerário flang. - expl.
- δ - flang. - expl.
- ||| - Sector vigilância
- \Rightarrow - Ex (atravessando o estado Alentejo - Alentejo C)
- δ - vedettes
- M - Gr. Com. Desembarcados
- δ - vedete (em ligação com o grito)

Revista da Cavalaria

B) — *Ordens particulares e conhecimento da missão aos componentes da Patrulha.*

- 1) — Arranjo de equipamento, arreios, armamento, munições, víveres e forragens.
- 2) — Trato cuidado dos solípedes antes do início da marcha.
- 3) — Trato de homens.
- 4) — Destruição de todos os elementos que pudessem elucidar sobre: as nossas tropas, sua situação, etc.
- 5) — Conhecimento à Pat. da missão a desempenhar e qual o seu fim.
- 6) — Nomear o cabo mais antigo para prosseguir na missão caso se desse o meu desaparecimento.
- 7) — Lembrar-lhes a responsabilidade dos elementos de segurança, maneira de procederem durante os lanços intermédios a coberto da observação inimiga.

C) — *Lanços intermédios ao lanço principal :*

Em virtude da extensão do lanço principal, necessário se tornava decompô-lo em pequenos lanços para boa execução da exploração. E assim temos :

- 1.º lanço — L. V., até apròximadamente 1000^m a S. de **Tôrre Bela (Δ)**.
- 2.º lanço — Até cruzamento de estradas **Alcoentre — Aveiras de Cima — Lapa**.
- 3.º lanço — Até cruzamento de estradas **Alcoentre — Aveiras de Cima**, com caminho 400^m a NW. de .93.
- 4.º lanço — Até à linha **Parada (Δ)** — (.92).
- 5.º lanço — Até à linha .75 — .77, a S. da **Ribeira de Caneira**.
- 6.º lanço — **Ribeira de Caneira**.
- 7.º lanço — **Ribeira de Caneira**, ponte a NW. da ponte sôbre a estrada de marcha.
- 8.º lanço — Até ao estabelecimento da posição, em terreno com vegetação 300^m a N. da ponte a NW. da ponte sôbre a estrada de marcha.

II) — **EXECUÇÃO :**

A) — *Em todos os lanços :*

O procedimento em todos os lanços foi assim executado :

- 1.º) — Lançamento de exploradores e flanqueadores para o lanço determinado.
- 2.º) — Verificação pelo comandante da Pat. da observação feita pelos seus elementos.
- 3.º) — Reunião da Pat. e lançamento de exploradores e flanqueadores para o lanço seguinte.

Revista da Cavalaria

B) — Em cada um dos lanços:

1.º lanço — Exploração de todo o **Vale Salgado** e casais vizinhos no flanco direito.

Exploração de todo o **Vale de Táboas** e casais no flanco esquerdo.

2.º lanço — Exploração de toda a encosta S. de **Torre Bela** (Δ).

Exploração de todo o **Vale de Massaroco**. Exploração cuidada até ao .90 e de todos os casais a W.

3.º lanço — Exploração da encosta a NW. de **Torre Bela** (Δ).

Continuação da exploração do **Vale de Massaroco** atendendo que existe o .93 com comandamento sobre este lanço.

4.º lanço — Exploração do flanco direito onde nada existe de importante.

Exploração de **Parada** (Δ).

5.º lanço — Exploração de terreno arborizado no flanco direito.

Exploração da encosta a N. de **Parada** (Δ).

6.º lanço — Exploração cuidada nos dois flancos de **Ribeira de Caneira**.

7.º lanço — Exploração de **Ribeira de Caneira** até à ponte a NW. da ponte sobre a estrada de marcha por dois exploradores.

8.º lanço — Exploração por dois exploradores da posição 300^m a NW. da ponte sobre a estrada de marcha.

C) — Entrada em posição:

a) — Depois de ter verificado que as observações feitas pelos exploradores eram realmente negativas, fiz o reconhecimento da posição.

Escolhi os pontos para a colocação das vedetas, E. M. e Grp. cav. desm.

b) — Depois de apeados os elementos da Pat. e nomeado um cabo duma E. E. para comandar os cav. desm. (grupo), fiz seguir para a posição uma esquadra de exploradores a coberto da E. M., tendo depois avançado esta para a posição indicada no croquis de instalação.

Uma esquadra de exploradores ficou de reserva, com uma sentinela em ligação com os elementos da Pat. em posição.

Considerações:

1) — A velocidade de marcha da Pat. era de maneira a permitir uma boa exploração.

2) — Atendendo a que dispunha de um estafeta moto, as comunicações poderiam ser enviadas no final de cada lanço intermédio, o que em todo o caso achei desnecessário.

3) — As comunicações para as Pat. 1 e 3, ao atingir a **Ribeira de Caneira** foram transmitidas por estafetas a cavalo.

Revista da Cavalaria

- 4) — É de prever que os elementos inimigos avistados pelos habitantes devem fazer parte de um reconhecimento, pois à distância a que foram assinaladas forças inimigas (**Alguber — Figueiros**), não é provável que Pat. de Expl. sejam lançadas a tão grande distância.

Pode-se ainda prever que sejam desertores que convinha serem detidos para recolha de informações.

NOTA: — Para melhor esclarecimento, remeto um croquis do itinerário de marcha da Pat.

R. K. L.
furriel

R. C. 2/3.º E.
1.º Pel./Pat. n.º 2
N.º 1

1000^m S. Torre Bela
31-8-941
06h.15

Do Comandante da Patrulha n.º 2
Ao Comandante do 3.º Esquadrão, R. C. 2

Atingi ponto estrada marcha, 1000^m a S. Torre Bela (△) sem novidade.

R. K. L.
furriel

R. C. 2/3.º E.
1.º Pel./Pat. n.º 2
N.º 2

Cruz. Est. Alcoentre-Lapa
31-8-941
06h.25

Do Comandante da Patrulha n.º 2
Ao Comandante do 3.º Esquadrão, R. C. 2

Atingi cruzamento estradas Alcoentre — Aveiras de Cima — Lapa, sem novidade.

R. K. L.
furriel

Revista da Cavalaria

R. C. 2/3.º E.
1.º Pel./Pat. n.º 2
N.º 3

Parada (Δ) — (.92)
31-8-941
06h.40

Do Comandante da Patrulha n.º 2
Ao Comandante do 3.º Esquadrão, R. C. 2

Atingi linha Parada (Δ) — (.92) sem novidade.

R. K. L.
furriel

R. C. 2/3.º E
1.º Pel./Pat. n.º 2
N.º 4

Ponte Ribeira de Caneira
31-8-941
06h.55

Do Comandante da Patrulha n.º 2
Ao Comandante do 3.º Esquadrão, R. C. 2

Atingi Ribeira de Caneira. Vindos de Cercal habitantes informam
que elementos cavalo inimigo pernoitaram em Quinta de Santo António.
Transmiti informação a Patr. 1 e 3.

R. K. L.
furriel

R. C. 2/3.º E.
1.º Pel. Pat. n.º 2
N.º 5

Ponte Ribeira de Caneira
31-8-941
07h.00

Do Comandante da Patrulha n.º 2
Ao Comandante da Patrulha n.º 1

Informações positivas de inimigo em Quinta Santo António, em
Cercal.

R. K. L.
furriel

Revista da Cavalaria

R. C. 2^o 3.^o E.
1.^o Pel. Pat. n.^o 2
N.^o 6

Ponte Ribeira de Caneira
31-8-941
07h.05

Do Comandante da Patru'ha n.^o 2
Ao Comandante da Patrulha n.^o 3

Informações positivas de inimigo em Quinta Santo António, em Cercal.

R. K. L.
furriel

R. C. 2^o 3.^o E.
1.^o Pel. Pat. n.^o 2
N.^o 7

750^m NW Ponte Rib. de Caneira
31-8-941
07h.15

Do Comandante de Patrulha n.^o 2
Ao Comandante do 3.^o Esquadrão, R. C. 2

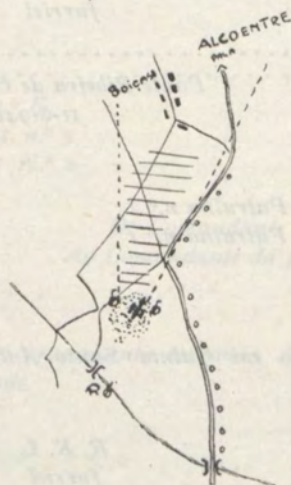
Atingi ponto 750^m NW. — Rib. de Caneira sem novidade onde me instalei.

Aguardo ordens.

R. K. L.
furriel

(Junto croquis de instalação).

Croquis de Instalação



Legenda

|| - EN

6 - vedação

⊗ - Gr. Cav. desm.

||| - Sedor vigilância

Revista da Cavalaria

Crítica à solução do Tema n.º 2

Apenas uma solução do tema n.º 2 foi enviada, a qual satisfaz de um modo geral. Trabalho bem apresentado no conjunto. Verifica-se, também, ser mais completo que qualquer dos enviados sobre o tema n.º 1, merecendo que lhe seja conferido o 1.º prémio.

Ácerca do estudo prévio sobre a carta, apenas uns ligeiros esclarecimentos:

- não chamar «sector», mas sim «zona»; além daquele termo ser, no geral, aplicado a situações estacionárias, há vantagem em generalizar o uso para todos os casos do segundo — zona — pois evitará emprêgo menos próprio e confusões;
- exagera quando diz que há «inúmeros casais»; não seria difícil, creio, afinal, contar todos;
- ao contrário do que diz, o terreno não desce de *W* para *E*, mas antes de *N* para *S* ou de *E* para *W*, no geral;
- parece-me que ficaria longe demais em **Parada** (Δ) durante a exploração de **Ribeira de Caneira**; é certo que diz «provavelmente» o que até certo ponto permite supor que no terreno corrigiria o que fôsse necessário; porém, mesmo sobre a carta, o assunto tem melhor solução; de resto para que marcou o 5.º lanço? Há, pois, contradição entre o que escreveu e o que na realidade executou; e parece-me mais razoável optar pela execução.
- quanto à escolha da posição onde se instala no fim do lanço de exploração, pode satisfazer, ainda que se deva frizar que a situação da elevação 90 a que se refere, em nada impede a observação na direcção de **Alcoentre**; seria mesmo um óptimo local para colocar uma vedeta.

Ácerca das «Ordens particulares», falta indicar que nomeou o comandante do grosso da Patrulha; bem entendido que se fala nesta falha, apenas porque detalhou com minúcia o que deveria fazer.

Sobre o trabalho da patrulha e escolha de lanços deve acenar-se que:

- parece ainda haver confusão com a missão de «flanqueador» (vide crítica à solução do tema n.º 1);
- que os lanços em geral satisfazem;
- que o comandante da patrulha não só verifica a observação feita pelos exploradores, como é ele próprio que antes de cada novo lanço e de fazer partir os exploradores «observa» o terreno onde estes irão depois trabalhar;
- que devia definir melhor o trabalho em cada lanço; é de admitir que, quando diz «exploração de tal e tal», desejará apenas indicar o que merecia melhor atenção, porque a «exploração» incide sobre toda a zona de acção da patrulha;

Revista da Cavalaria

- que devia ter indicado sempre qual o local donde no fim de cada lanço, fazia a sua observação sobre o terreno do lanço seguinte.

Quanto à entrada em posição, o mais natural é que a instalação se faça a coberto de uma das pareshas de exploradores ou de qualquer elemento na ocasião destacado, e não a coberto da Esquadra de Metralhadora Ligeira. Parece mesmo que será este o pensamento do resolvente, mas que não está bem definido na descrição que faz, a qual pode estabelecer certa confusão.

Acêrca das «Considerações» esclarece-se que:

- não se devem mandar informações no final de cada lanço particular da patrulha; as informações a enviar pelas patrulhas são as pedidas superiormente ou no caso de haver incidente; o facto de dispor de um estafeta moto, não dá ao comandante da patrulha a faculdade de o utilizar sem necessidade; a principal razão de ter sido atribuído à patrulha n.º 2 tal estafeta, reside no facto de, sendo a centralizadora das informações, ter um elemento para mais rapidamente as poder enviar ao comando de que depende;
- não havia necessidade de mandar às patrulhas 1 e 3 as informações dos habitantes de Cercal, visto terem um carácter vago e nada adiantarem sobre a situação conhecida já, antes das patrulhas iniciarem o trabalho;
- que sendo de **Alguer** à **Quinta de Santo António** cerca de 4 kms. não se justifica o que diz no n.º 4 das considerações; ao contrário, é de admitir que sejam elementos de segurança das forças que atingiram aquela localidade; quanto à hipótese de serem desertores, é bom nunca fantasiarmos a nosso favor; melhor é pensar que do lado inimigo raras vezes, em regra, virá o que mais nos convém.

Quanto às comunicações feitas:

- desnecessárias as n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6;
- o que diz na n.º 4 bastava ser incluída no n.º 7, por nada de novo adiantar ao que o Comando do Esquadrão já sabia;
- mesmo se fôsseem necessárias, as comunicações n.ºs 5 e 6 são muito vagas.





Actividade Escolar

Curso de oficiais milicianos (2.º ciclo)

Terminou este curso, após três meses de duração, tendo sido frequentado por 49 instruendos.

Exercícios finais do C. O. M.

Com o exercício final do C. O. M. coincidiu o dos aspirantes que frequentaram a Escola do Exército durante 3 anos e cujo tirocínio, por determinação superior, se resumiu a 3 meses no corrente ano lectivo.

Uma das fases mais interessante do exercício, porventura, aquela que mais prendeu a nossa atenção, foi a da passagem do rio Tejo, o que pode resumir-se no seguinte:

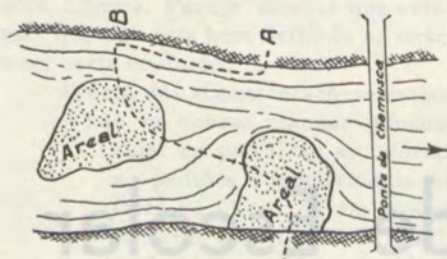
— «Um G. C. D. fazendo parte da guarda da retaguarda de uma Divisão que operava na margem esquerda do **Tejo**, recebe na tarde do dia D ordem para fazer retirar nessa noite os seus elementos auto pela ponte da Chamusca, que será seguidamente destruída: os elementos hipo continuarão constituindo testa de ponte e retirarão na manhã do dia seguinte, após a destruição desta, atravessando o rio pelos vaus ou a nado».—

Revista da Cavalaria

Logo que tomou conhecimento da ordem, o comandante do G. C. D. determinou o reconhecimento dos vau e deu as ordens necessárias para a retirada dos elementos auto.

Como resultado do primeiro, verificou-se que o vau era extenso e irregular, quer no caminho a seguir, quer na sua profundidade, chegando a água a tocar as abas do selim.

Assim, os elementos a cavalo, chegando ao rio no ponto A (fig.) tinham de subir até B, onde inflectiam para a esquerda afim de atingirem o primeiro areal; dêste passavam ao segundo areal por um itinerário balizado com bandeirolas, pois que a dar-se um desvio de 5 a 10^m para um ou outro lado o vau já não existia.



A última patrulha, porque não teria tempo para percorrer um vau tão extenso, atravessaria o Tejo a nado, directamente para o segundo areal.

Como se tratava de um simples exercício, tomaram-se as providências necessárias para garantir a segurança de homens e cavalos, atendendo a que a força da corrente era muito grande. Assim se entendeu por bem montar a jusante do trôço de vau entre B e o primeiro areal, um passadiço para evitar que algum cavalo ou homem fôsse arrastado pela corrente,



Um dos pelotões inicia a passagem a vau

trabalho executado pelo pelotão de sapadores e dirigido pelo Cap. Peixoto da Silva e Alferes Miranda Dias, e que representou um esforço verdadeiramente extenuante.

As fotografias que apresentamos, dão-nos idéia desta fase dos exercícios.

Revista da Cavalaria

A parte do vau a montante do pontão estabelecido



A última patrulha passa o Rio Tejo a nado

Um aspecto do bivaque



Revista da Cavalaria

Curso de Comandantes de Grupo

Por ter sido bastante alterado o programa do C. C. G. publicado no nosso Boletim n.º 5, damos neste número um resumo do programa que nêle foi versado.

Terminou em 20 de Dezembro este curso, iniciado em 10 de Novembro e em que tomaram parte os Cap. Azinhais de Melo, Ivens Ferraz, Freire de Menezes, Sousa de Magalhães, Vasco Lopes e Craveiro Feio.



Transposição de um obstáculo, pelo Curso de Comandantes de Grupo

Sendo o objectivo do curso a preparação dos Capitães de Cavalaria para o exercício dos postos imediatos, dentro do quadro da arma, a instrução teve, o mais possível, uma feição prática e objectiva, sendo a teoria reduzida ao absolutamente imprescindível.

Os processos empregados na instrução foram :

- Teorias, exposições e demonstrações ;
- Estudo analítico e resolução de temas completados por exercícios de aplicação.
- Exercícios no campo com tropas a cavalo e motorizados.

Assim a progressão seguida foi :

- 1.ª semana : — Trabalhos de adaptação aos métodos da Escola e unificação de doutrina.

Revista da Cavalaria

2.^a e 3.^a semanas: — Técnica e tática do G. E. e R. C.

4.^a e 5.^a semanas: — Orgânica e emprego dos G. C. O. (e noções complementares); constituição da Br. Cav. e seu emprego, com constituição e emprego dos seus elementos de manobra e combate a que correspondam comandos da categoria de major ou de tenente-coronel.

6.^a semana: — Exercícios gerais da aplicação.

Em resumo: nos 35 dias úteis, nas seis semanas que teve de duração o Curso, houve:

- 17 teorias;
- 9 exposições;
- 4 demonstrações;
- 5 exercícios, no campo, de tática abstrata (exercício de comando);
- 15 exercícios, no campo, sobre serviço de campanha (exercício de comando);
- 1 exercício sobre serviço de campanha no Quadro de areia;
- 4 temas analíticos, em salas;
- 4 temas colectivos, em salas;
- 2 provas hípicas (1 de obstáculos e 1 de corta-mato);

Na 6.^a semana realizou-se um exercício sobre aplicação de um G. C. D. havendo 2 dias de trabalhos em salas e outros dois no campo para execução, com as alterações provocadas pelos incidentes apresentados aos instruendos durante a execução. Este exercício, que se realizou na região a N. de **Entroncamento-Tancos**, teve no 1.^o dia duas fases: a 1.^a, uma marcha de aproximação com o escalão auto na frente que, devido ao incidente dado, foi substituído pelo escalão hipo no fim do 1.^o lanço de marcha; a 2.^a, uma ocupação de posição, que devido ao incidente apresentado, teve que ser feita na linha que definia o 2.^o lanço de marcha. No 2.^o dia realizou-se a 3.^a fase, manobra em retirada, em que depois de iniciada, foram dados incidentes que obrigaram a uma modificação do dispositivo.

Os exercícios, cuja execução foi feita sob o comando dos capitães instruendos, decorrendo como a Direcção da Instrução havia planeado, tiveram a comparência do Ex.^{mo} Comandante da Escola e nos três últimos dias do Curso, assistiu aos trabalhos efectuados, o Ex.^{mo} General Director da Arma de Cavalaria.

Comando da Escola

Assumiu o Comando da Escola, o Ex.^{mo} Coronel Ruy da Cunha Menezes.

Jornaes revistas livros

A Gazeta

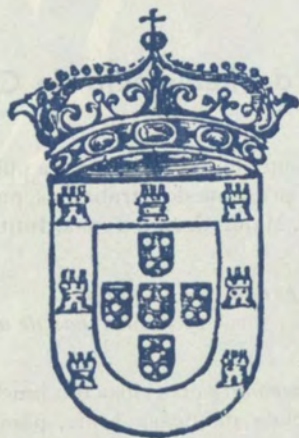
*P*OR iniciativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas, comemorou-se em Dezembro do passado ano, o tricentenário da publicação da primeira «Gazeta» que viu a luz em Portugal, em 5 de Dezembro de 1641.

A Revista Militar, o mais antigo periódico militar de todo o mundo, conforme diz no seu último número, deliberou comemorar tal facto, publicando um esplêndido artigo da autoria do Sr. Capitão de Mar e Guerra, A. N. Tancredo de Moraes, para o qual remetemos os nossos leitores, certos de cumprir um grato dever.

Teve relêvo e brilho a parte das comemorações do tricentenário da «Gazeta», em que a Revista Militar interveio mais directamente.

A Revista Militar os nossos affectuosos cumprimentos e felicitações, e ao Sindicato Nacional dos Jornalistas os nossos agradecimentos pelo exemplar comemorativo que nos ofereceu, e de que reproduzimos o fac-símile da página de rosto.

GAZETA,
EM QV ESE
RELATAM AS NOVAS
TODAS, QVE OVVE NESTA
CORTE, E QVE VIERAM DE
varias partes no mes de Nouem-
bro de 1641.



Com todas as licenças neceſſarias.
E priuilegio Real.
EM LISBOA.
Na Officina de Lourenço de Anueres,

«Fac-simile» do frontispicio do primeiro numero
da «Gazeta» publicado em Dezembro de 1641

Revista da Cavalaria

Império

A «*Revista da Cavalaria*» honra-se em abrir este número, com o poema inédito «*Império*» do ilustre poeta Ramiro Guedes de Campos. Repleto de sentimento, com imagens poéticas que realçam momentos de epopeia da nossa história pátria, o canto heróico de Ramiro Guedes de Campos é uma eloquente demonstração do alto valor deste príncipe de poetas portugueses.

A sua gentil e valiosa colaboração, a nosso pedido, neste número da nossa Revista, é para nós motivo de grata satisfação, e por isso endereçamos a Ramiro Guedes de Campos os nossos cordiais agradecimentos por nos ter cedido a primazia da publicação do seu poema «*Império*».



Publicações do Regimento de Cavalaria 8

Não se limita o Regimento de Cavalaria 8 a publicar o seu útil e interessante Boletim. Temos presente dois trabalhos, publicados por este regimento, da autoria do Snr. Major Cruz e Sousa. Intitulam-se:

Serviço de Campanha: I — Ataque

II — Marchas de aproximação.

Os livros, tipo *Aide-memoire* criteriosa e minuciosamente elaborados, são um auxiliar dos oficiais da nossa arma, para a resolução de temas táticos, e para a campanha.

Através deles se vê o cuidado que continua a merecer ao autor a instrução dos oficiais do seu regimento.

Felicitemos o Regimento de Cavalaria 8 e agradecemos ao Snr. Major Cruz e Sousa a gentileza dos exemplares oferecidos.

Relatório da Gerência de 1940 da L. C. G. G.

Temos presente o Relatório da Gerência de 1940 da L. C. G. G.

O Relatório é primorosamente elaborado, e dá-nos a ideia clara do muito que se trabalhou e produziu na L. C. G. G. durante o ano de 1940. Agradecemos o exemplar enviado.

Actualidades Gráficas

O Exército Alemão na Campanha da Rússia



Soldado alemão camouflado, observando as posições inimigas

A Campanha de Inverno do Exército Alemão



Soldados procurando desencravar um carro pesado, colocando palha e junco sob as rodas e chenilles para evitar que patine sobre o gelo



Soldados alemães patrulham uma floresta na Carélia

A Campanha de Inverno do Exército Alemão



Soldados alemães desobstruindo uma estrada por meio de um limpa-neve improvisado, construído em madeira e puxado por cavalos



Soldados alemães transportando num trenó um «bidon» completamente coberto de gelo

O Exército Alemão na Campanha da Rússia



Um «Pequeno alto» de tropas alemãs durante o avanço sôbre Kiew



Esquadra de metralhadoras em posição, na tomada de Kiew

Campanha do Norte de África



A fotografia mostra o famoso Regimento de Cavalaria Streaking atravessando o deserto nos novos carros de combate americanos



FRENTE DA MARMÁRICA — Moderno carro de combate britânico capturado pelas tropas italianas, durante o curso das últimas operações

Escola de Cavalaria de Tarbes



Exposição, no Museu da Escola, de armaduras usadas pelos cem-guardas e das que pertenceram ao Cor. Comandante dos Couraçeiros da Guarda Imperial e ao Cor. Lafutsen de Lacarre

Nota: Os cem-guardas era um corpo de elite do exército francês, ligado especialmente à pessoa e ao serviço do Imperador. Criado em 1854 foi reorganizado em 1858



Apresentação de cavalos ensinados

Revista da Cavalaria

Esta é a verdade sôbre a Cavalaria!!

Pelo Capitão Serpa Soares

Há sem dúvida bastante *Espírito Cavaleiro* no autor. Não é, o livro, uma obra didáctica, é, contudo, um trabalho altamente interessante, para nós cavaleiros, e inteligentemente raciocinado.

Serve-se o autor da história antiga, fonte inesgotável de ensinamentos, para investigar, coordenar e deduzir, sob o ponto de vista que lhe interessou considerar, e chegar a conclusões originais e vigorosas.

Dá-nos conta o capitão Serpa Soares, na 1.^a parte do seu trabalho que intitulou «*Dos Sagrados Papiros*» do muito que investigou, sôbre a origem e evolução do cavalo desde a pré-história até os tempos clássicos, para bem fundamentar a 2.^a parte do mesmo trabalho.

No final da 1.^a parte diz o autor, nas suas «*primeiras conclusões*», que o cavalo fôra empregado inicialmente, única e exclusivamente como agente de tracção dos carros de combate, meio de combate que atingiu uma extraordinária importância, e que mais rão era do que a primitiva plataforma do guerreiro oriental da proto-história, agora munida de rodas e accionada por um motor animal.

Com o aproveitamento para fins de guerra de animais corpulentos, a plataforma foi colocada directamente sôbre eles, para mais tarde, substituída a massa pela mobilidade, voltar a ser individual e colocada imediatamente sôbre o dorso do cavalo.

Assim, explica o autor o aparecimento da Cavalaria a Cavalo, cuja característica essencial é o domínio pela posição, em estação e durante a deslocação, tal como outrora acontecia com o emprêgo da primitiva plataforma sôbre a qual combatiam «*à akva*» os guerreiros da proto-história.

Na 2.^a parte do livro, interpreta o autor, sob o ponto de vista em que se colocou, os assuntos versados na 1.^a parte, e de dedução em dedução chega à irrefutável «*primeira verdade sôbre a cavalaria*»:

«*Os nossos cavalos, senhores Cavaleiros de 1940, são os nossos Carros de Combate*».

Em «*Partitura final*» diz o autor a «*segunda verdade sôbre a cavalaria*»:

«*Cavaleiro que seja Cavaleiro, tanto o é às metralhadoras de um avião, como apeado, bifurcado num equo, ou num pôsto de condução de um gaso-blindado... isto para falar no dominio da profissão militar...*

A questão espiritualista... é que êle seja cavaleiro».

Tem estado, ultimamente, muito em moda o uso e abuso da expressão «*Espírito Cavaleiro*» e na verdade, como o espírito é imaterial a expressão presta-se a isso.

À sombra desta expressão cada qual interpreta segundo a sua maneira de conceber, as coisas que vê, ou lê, e disso resulta tirarem-se as conclusões mais divergentes a propósito do mesmo assunto.

Revista da Cavalaria

Não concordamos com algumas considerações que o autor faz, para chegar à «segunda verdade sobre a Cavalaria», o que não obsta a que concordemos com a verdade apresentada.

Diz o autor «que para se ser Cavaleiro, espiritualmente Cavaleiro, *Cavaleiro da Cavalaria*, não basta *nem é preciso*, bifurcar-se sofrivelmente um équo...; o que é indispensável, e *suficiente* é tomar-se em todos os omínios da actividade, aquela atitude espiritualista» que o autor define: «ser-se grande, generoso, bom, activo, bravo, honrado, desembaraçado, olhar bem de frente o perigo, dizer constantemente sempre o que pensa, sem desnecessárias rudezas, ser leal, ser respeitador, ser justo sem dureza, ser caridoso sem moleza... ser tudo o que no mundo se possa ser de bom, nada do que de mau seja possível ser...»

Esta maneira de dizer do capitão Serpa Soares, tem talvez um defeito. Grande parte daqueles que lerem superficialmente o seu livro, e que apenas tenham fixado uma ou outra passagem mais viva ou exuberante, não compreenderão a sua idéia e, até pelo contrário, serão levados a concluir que se escreveu uma heresia. A explicação porém é fácil. O *Cavaleiro da Cavalaria* do capitão Serpa Soares é recortado do *Amadis de Gaula*, não é um vulgar cavaleiro da nossa Arma de Cavalaria.

É claro que não é possível materializar o espírito; é certo, contudo, que o espírito não pode deixar de se definir através os actos ou os factos materiais, e aquêle que reunir o conjunto de qualidades que o autor resume não será um «Cavaleiro espiritual» será mais do que isso, será um bemaventurado ou até mesmo um santo.

O capitão Serpa Soares engloba na sua definição de Espírito Cavaleiro tôdas as qualidades e virtudes que entendemos dever possuir um oficial de qualquer Arma, o que até certo ponto confirma a opinião já manifestada nas páginas desta Revista, de que não são só os oficiais de Cavalaria que têm o privilégio de possuir espírito cavaleiro.

Mas, para pertencer à nossa Arma de Cavalaria, e para se ser dentro desta, um oficial com «*Espírito Cavaleiro*» é indispensável que, a par daquelas virtudes espiritualistas que o autor define, e que aliás, deverão ser comuns a tôdas as armas, saber-se *bifurcar mais que sofrivelmente um équo*, para que se possa marcar, perante os subordinados aquelas qualidades de desembaraço a que o autor alude no campo espiritualista.

De resto, verificamos ser esta a opinião do autor, visto que inicia o seu trabalho dizendo: «O oficial tem de ser um desportista — mas não pode ser somente um desportista; porque, se ser desportista é condição essencial, necessária, indispensável, para a função — não é condição bastante, suficiente, preciosa, final».

O livro, de flagrante oportunidade, e francamente merecedor de elogios, é escrito com bocados de prosa de certo espírito medieval, agradável, às vezes cáustico na expressão. Mostra o autor, através dêle, o seu espírito altamente dinâmico e combativo.

O capitão Serpa Soares agita, lança-se para a frente, escolhendo uma ocasião propícia para o fazer.

Haverá quem se sugestione facilmente, mas haverá quem não compreenda, ou não queira compreender também a intenção do autor.

Revista da Cavalaria

A *Revista da Cavalaria* agradece ao Autor o envio do seu livro, felicita-o, e augura-lhe um sucesso de curiosidade e interesse pela sua leitura, aliás bem merecido, porque não só o livro representa um feliz esforço de alguns anos de estudo, como ainda contém idéias próprias e dignas de ponderação.

A. S.

Grandes Batalhas do Exército Francês

por Jean Labusquière

Da autoria de Jean Labusquière e com prefácio do Snr. General Ferreira Martins, temos presente um pequeno livro com aquêlê nome. Pequeno não, pois que se de facto o é em volume, torna-se grande, muito grande mesmo, pelo espírito que encerra e que levou o seu autor a escrevê-lo.

Não fazemos a sua crítica porque não necessita dela: está feita pelo próprio prefaciador, cujo nome é sobejamente conhecido.

Com a descrição de actos heróicos e brilhantes do exército francês nos 45 dias de luta feroz que travou com um inimigo superior em número e em organização, quiz o autor mostrar ao Mundo que as virtudes tradicionais do soldado francês existiam ainda, e que as poucas defecções que se deram não traduziam o espírito da massa do exército, mas sim foram resultantes de uma deficiente preparação para a guerra.

«Durante 15 anos os filhos dos vencedores de 1918 tinham sido educados na ignorância e quantas vezes no desprezo das virtudes militares; durante todo êsse tempo as teorias pacifistas, as soluções fáceis e cómodas tinham enfraquecido o espírito militar...» palavras do autor, que deixam ver, através da amargura que delas dimana, quanta responsabilidade cabe àquêles que inconscientemente se deixaram adormecer sobre os louros de um passado vitorioso, ou que, conscientemente, desorganizaram ou permitiram que se desorganizasse o seu exército, porque à força e interesses da Pátria sobrepuseram o seu interesse pessoal e político.

Que o desastre da França sirva para meditação dos anti-militaristas e para exame de consciência dos indiferentes. Um exército pode não ter os meios para vencer, mas deve ter os meios necessários para morrer com honra, para salvar a honra da nação. E «a honra militar paga-se com sangue» como disse um dos generais defensores de Lille.

S. A.

G R A V U R A
T Y P O G R A F I A
O F F S E T
D E S E N H O

BERTRAND
(IRMÃOS, LTD.)

Trav. Condessa do Rio, 27 — LISBOA

Telef. 2 1368 e 2 1227

ECMEL

Manuel Domingos Lopes

PROPRIETÁRIO

— DE —

A Nova Mobiladora dos Anjos

Rua dos Anjos, 31 e 33-B

Telefone 4 4685

e dos

Armazens da Rua da Palma

Rua da Palma, 118 a 124

Telefone 2 8551

LISBOA

Mobiliás em todos os estilos

Cofres de ferro, camas, lavatórios, colchoarias

Carpets - Tapetes

Pergamoides

Maples

Veludos-Cretones-Damascos

OFICINA DE ESTOFADOR

E DECORADOR

Compra, vende e troca mobilias novas e usadas

Serviço de camionete com pessoal competente

PARA BOA DIGESTÃO

Distribuidor

B E B A

no Centro

e

Sul do País:

ÁGUA CAMPILHO

**Bicarbonatada sódica;
gaso-carbónica natural**

ADJUCTO VASCO

RUA JOÃO CABREIRA, 49

◇

COIMBRA

Depósito em Lisboa:

Rua da Alegria, 18-20

Telefone 2 8174

Banco Fonsecas, Santos & Vianna

Capital e Fundo de Reserva: Esc. 67.475.000\$00

Rua do Comércio, 132

Lisboa

Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado

Fardamentos e Calçado
— Fatos Cíveis — Roupas
brancas — Tecidos diver-
sos — Gravatas — Perfu-
marias

Análises de Tecidos e Cabedais

SEDE — LISBOA
Campo de Santa Clara
SUCURSAL — PÓRTO
Rua da Boa Vista

JOALHARIA,
OURIVESARIA
e RELOJOARIA

“Casa das Bengalas,,

Colossal sortido de Taças
de Prata
para prémios Sportivos

Preços baratíssimos

Grande e variado sortido
de objectos de ouro, jóias,
pratas e relógios

RUA DA PRATA, 87 a 91
L I S B O A

Dansk Industri Syndikat

Material «Madsen»

Metralhadoras e Canhões Automáticos

Armas automáticas de pequeno e grande calibre para o Exército, Marinha, Aviação, Defesa contra Aeronaves e Defesa contra Carros de Assalto



O canhão automático **Madsen** de 20^{mm}, sôbre «side-car», pode fazer fogo montado sôbre este, ou no terreno, sôbre o reparo a que está permanentemente ligado

A passagem do canhão da sua posição de transporte para a de tiro no terreno executa-se em menos de um minuto

REPRESENTANTES PARA PORTUGAL E COLÓNIAS:

Monteiro Gomes, Limitada

Rua Cascais (Alcântara), 47

L I S B O A



BANACÃO

O MELHOR DOS
ALIMENTOS

Produto português
para os portugueses



O BANACÃO é preferido para a 1.^a refeição

porque todos os que o tomam, se sentem mais confortados até à 2.^a refeição,

porque ao fim de poucos dias conhecem a diferença do seu vigor nos exercícios físicos, que normalmente fazem,

porque é mais agradável ao paladar.

OS PARECERES MÉDICOS

provam que é mais nutritivo,

provam que fornece mais calorias que qualquer outra refeição.

BANACÃO sempre BANACÃO

B.B.C. A VOZ DE LONDRES B.B.C.

F A L A

E O MUNDO ACREDITA!

Noticiário em LINGUA PORTUGUESA

Horas		Estações	Ondas curtas
12,15	Noticiário	G R Z	13,86 m. (21,64 mc/s)
		G S O	19,76 m. (15,18 mc/s)
12,30	Actualidades	G R V	24,92 m. (12,04 mc/s)
21,00 (*)	Noticiário	G S C	31,32 m. (9,58 mc/s)
		G S B	31,55 m. (9,51 mc/s)
21,15 (*)	Actualidades	G R T	41,96 m. (7,15 mc/s)

(*) Este período de Noticiário e Actualidades ouve-se também em ondas médias de 261,1 metros (1,149 kc/s) e ondas compridas de 1.500 metros (200 kc/s).

Officinas Gerais de Material de Engenharia

Sede: Avenida da Índia — BELÉM

Manufatura de Material de Engenharia

Sapadores mineiros, sapadores de caminhos de ferro, telegrafia e telefonia por fios e sem fios, :: pontoneiros, automobilistas ::

Mobília e utensílios

Trabalhos em ferro e madeira para construção civil

Construção, reparação e pintura de carroseries

Fundição, Vulcanização, Niquelagem, etc.

Fornecimento e fabricação de sobrecelentes para automóveis e motocicletas

Fornecimentos análogos para o público

LOTARIAS

Os cambistas

Campião & C.^a

Têm sempre à venda bilhetes e suas fracções para tôdas as Lotarias

116

116, RUA DO AMPARO

LISBOA

*Tipografia
dos Combatentes*



*da Liga
da Grande Guerra*

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS

CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 21450

ORÇAMENTOS

G R Á T I S

CASA AFRICANA

RUA AUGUSTA, 161

Tel 2 4264-65 P. B. X. — Lisboa

R. Sá da Bandeira, 166

Tel. 1361 P. B. X. — Porto

Secções de: Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes, Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças, Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Decorador, Estofador, Cintas e Soutiens, Peles confeccionadas e a retalho, Retrozaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para Homens, Senhoras e Crianças



MODÉLO 711 AU

Próprio para o Exército

BREITLING

Chronografo aprovado pela Aviação Portuguesa

Camions **Condor** a óleos pesados

e

Latil a gás pobre com gazogénio

Gohin - Poulenc

Motocicletas **Guzzi**



Tractores de rodas e de rasto contínuo



Representantes exclusivos

Fassio, L.^{da}



LISBOA

RUA JARDIM DO REGEDOR, 20

PÓRTO

BEJA

P. DA BATALHA, 19

LARGO DA FEIRA



BERLIM

A ALEMANHA FALA!

ACTUALIDADES EM LÍNGUA PORTUGUESA

HORAS		ESTAÇÕES	ONDAS CURTAS
12,45	NOTICIÁRIO	DZE 24,73	12.130 kc/s
17,45	NOTICIÁRIO	DJD 25,49	11.770 kc/s
19,30	NOTICIÁRIO	DJQ 19,63	15.280 kc/s
20,30	NOTIC. E CONFERÊNCIA ...	DZE 24,73	12.130 kc/s
20,45	NOTICIÁRIO	DJQ 19,63	15.280 kc/s
		DZC 49,83	6.020 kc/s
21,30	NOTIC. E TEMA DO DIA ...	DJQ 19,63	15.280 kc/s
		DZE 24,73	12.130 kc/s
		DZC 29,16	10.290 kc/s
22,45	NOTICIÁRIO	DXM 41,27	7.270 kc/s
		DJQ 19,63	15.280 kc/s
23,00	NOTICIÁRIO	DZE 24,73	12.130 kc/s
		DZC 29,16	10.290 kc/s
		DJQ 19,63	15.280 kc/s
23,15	CONFERÊNCIA POLÍTICA ...	DZE 24,73	12.130 kc/s
		DZC 29,16	10.290 kc/s
		DJQ 19,63	15.280 kc/s
0,00	CONFERÊNCIA	DZE 24,73	12.130 kc/s
		DZC 29,16	10.290 kc/s
		DJQ 19,63	15.280 kc/s
1,15	NOTICIÁRIO	DZE 24,73	12.130 kc/s
		DZC 29,16	10.290 kc/s

A EMISSORA ALEMÃ DE ONDAS CURTAS DE BERLIM oferece aos seus estimados ouvintes portugueses diariamente um programa especial das 20 às 22 horas, e em seguida para o Brasil até às 2 horas, com as músicas portuguesas e alemãs mais apreciadas.



Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO

CAPITÃO AMADEU S.^{to} ANDRÉ PEREIRA

TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES

TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DE SPÍNOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SÉDE QUARTEL DO CARMO
L I S B O A

PROVISÓRIA TELEF. 2 2 1 2 2

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

S u m á r i o

O CULTO DO DEVER

CAMINHO NOVO

A D. C. B. E D. C. A. NA CAVALARIA

CAVALARIA A CAVALO

RELENDO «DE BRAKE»

TEMAS TÁTICOS

HIPISMO:

A ÉPOCA HÍPICA DE 1942

BOLETIM DA E. P. C.

TRANSPOSIÇÃO DE CURSOS DE
ÁGUA

ACTIVIDADE ESCOLAR

JORNAIS — REVISTAS — LIVROS

SILVA TAVARES

CORONEL RUY DE MENEZES

MAJOR BUCETA MARTINS

CAPITÃO FERNANDO PAES

MAJOR AGUIAR FERREIRA

MAJOR ALMEIDA RIBEIRO

CAPITÃO PEIXOTO DA SILVA

133

137

142

159

168

169

179

187

195

197

A DOCTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano. 30\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5\$00

Revista da Cavalaria

3.º Ano - n.º 2

ESTADO MAIOR DO EXERCITO
BIBLIOTECA

Março

N.º ~~6671~~ 1204

Em 24 / 4 / 1942

O culto do Dever

(Episódio da mocidade de Joaquim Mousinho de Albuquerque)

... Por último, não posso terminar este relatório sem dizer que se eu me meti na empresa de prender o Gungunhana com recursos tão escassos, foi somente por me ver na absoluta necessidade de o fazer ...

(Do relatório de Mousinho ao Governador Geral interino da provincia da Moçambique, Conselheiro Corrêa e Lança, depois do feito de Chaimite).

Mousinho há pouco que assentara praça.
Fizera-o por instinto e vocação,
seguindo o exemplo dos da sua raça:
— tudo por Deus, p'lo rei e p'la Nação.

Um dia, a avó velhinha — enfraquecida
menos por doença do que por saúde
de outro soldado, ao qual ligara a vida
desde os tempos da clara mocidade —

Revista da Cavalaria

tomou-lhe as mãos e disse-lhe: — «Joaquim
— guardo de teu avô, como sagrada
e suprema relíquia para mim,
a condecoração da Torre e Espada.

Ganhou-a pela Pátria eterna e bela,
p'la qual tombou no campo do dever,
honrando o nome pois, morrer por Ela,
é dos bens o maior que pode haver!

Essa relíquia, sempre vida fora
me acompanhou, tal como a Dor e a Prece.
Hoje, porém, sinto chegada a hora
de lhe dar o destino que merece.

O meu desejo, pois, é ver perfeito
velho e bendito sonho que vivi.
És um soldado. Quero-a no teu peito.
Podes levá-la, filho: — É para ti».

— «Mas... minha avó — articulou o moço
olhando a nobre insígnia do valor,
da lealdade e mérito —, eu não posso
usá-la... bem o sabe...» Com amor,

mas dando ao tom da voz certo poder
de sugestão, ela volveu baixinho:
— «Pois faze por ganhá-la. É o teu dever
porque além de soldado és um Mousinho».

*

Esta história tão simples na aparência
que enche as almas de luz e que faz bem,
quem poderá dizer qual a influência
que operou no espírito do herói? Ninguém.

Revista da Cavalaria

*Mas Deus sabe, no arranco de Coolela,
na jornada feliz de Manjacase,
quantas vezes Mousinho pensou nela;
que fôrça teve nessa estranha fase*

*da sua vida de guerreiro audaz,
a cujo engenho valoroso e sério
devemos o prestígio, a calma, a paz
em todo o território do Império.*

*Quem há que não conheça em Portugal
o feito da prisão do Gungunhana,
levado a cabo no seu próprio kraal?
De tal bravura, quem se não ufana?*

*Depois dessa façanha de Chaimite
podia usar, enfim, a Torre e Espada
— prémio dado aos heróis, quási limite
da glória militar tão desejada!*

*Podia usá-la, firme de que tinha
honrado o nome ilustre e satisfeito
a última vontade da velhinha
que lhe dissera: — «Quero-a no teu peito»!*

*Ela, do céu, devia ter seguido
o rasto de seus passos nos caminhos
da terra, e um sorriso agradecido
por certo que em seus lábios mirradinhos*

*pairou, nesse momento de ventura!
E Mousinho, o soldado de Coolela
e de Chaimite, exemplos da bravura,
— com certeza vibrou pensando nela.*

Revista da Cavalaria

Há sempre um encanto raro, excepcional,
oculto sob as páginas da História
do nosso bem-amado Portugal.
Esse mistério é que conduz à glória

vezes sem conto, o português, fecundo
em rasgos de ternura e de nobreza.
Bendito seja Deus que fez o Mundo
e deu, ao Mundo, a gente portuguesa!

SILVA TAVARES





Caminho Novo

pelo Coronel RUY DA CUNHA E MENEZES



OMEÇA a desenhar-se na nossa Cavalaria, embora tardiamente, um movimento de interesse, e até de entusiasmo, pela sua modernização, pelo progresso das suas características, pela sua transformação em arma moto-mecanizada.

Bem que tinha razão o General Camon, quando, há doze ou quinze anos atrás, dizia que a cavalaria a cavalo e a artilharia hipomóvel eram armas roncadoras e dispendiosas que tinham que acabar.

Esta opinião, na época em que foi lançada, chocou profundamente o sentimentalismo dos cavaleiros de tôdas as cavalarias, cujo alcorão era ainda os «*Avant postes de cavalerie légère*» do general de Brack e cujo espírito se alimentava das tradições dos hussares e dos caçadores do 1.º Império.

Hoje temos que constatar que a idéia pegou, e que as cavalarias a cavalo estão em pleno declínio, pouco de vida

Revista da Cavalaria

lhes resta, têm os seus dias contados. Aquêles a quem esta realidade dos factos faz doer o coração, — e muitos somos — procuram ainda iludir a sua sensibilidade vendo na arma moto-mecanizada a sucessora directa, a herdeira natural da velha cavalaria dos tempos clássicos.

Assim será, de passagem, mas tudo leva a crer que a nossa arma se irá afastando mais e mais, com o correr dos tempos, daquela que, no período hesitante do seu advento, lhe serviu de amparo, dando-lhe parte das suas características e chamando-a a colaborar nas suas missões.

A arma moto-mecanizada, a que muitos ainda porfiam em chamar cavalaria, tende vertiginosamente para uma afirmação da sua individualidade, para uma libertação de qualquer tutela que a técnica, a tecnologia ou a tradição lhes queiram impor: caminha abertamente para o separatismo, sem considerações pelos pesares de cada um, sem olhar para o que fica, levada no roldão do progresso, aproveitando ao máximo as suas possibilidades e o largo campo de expansão que lhe oferecem as necessidades de uma nova concepção da arte de fazer a guerra.

Algum dia ela terá uma feição específica perfeitamente sua, inteiramente sua, que lhe darão os seus meios de acção cada vez mais vastos, as suas missões cada vez mais complexas e mais amplas e o seu lugar cada vez mais marcado como elemento essencial nas operações ofensivas, aquelas que mais prontamente e mais definidamente conduzem à vitória.

Muito de novo se há-de criar; pouco ou nada do que é velho se aproveitará; há-de precisar-se uma técnica diferente, criar-se uma táctica, modificarem-se talvez os velhos princípios da estratégia. Assim será.

Há uns meses atrás, uma revista americana, dava-nos uma idéia da forma por que é recrutado o pessoal para as unidades de carros, e da instrução que recebe. As qualidades que se requerem são as mesmas que para o Air Corps, quer dizer: as mais completas e as mais perfeitas. Entre estas qualidades especifica-se *an unusual intelligence*. A aprendizagem em Fort Konox é de tal feição «que se torna mais difícil entrar no Armored Corps do que numa divisão panzer nazi» — diz o autor do artigo, Frederic Sondern, que

Revista da Cavalaria

foi correspondente de imprensa na Alemanha e assistiu ao desenvolvimento do exército nazi de 1932 a 1937.

Don Wharton, que escreve no *Scientific American*, diz que os condutores de tanks que viu em Fort Belvoir, nas experiências de trabalhos de defesa contra carros, são os homens mais corajosos que conheceu em todo o exército americano.

A leitura destes e outros relatos, as notícias que chegam de onde em quando a confirmarem o que já sabíamos das divisões de von Kleist, do von Guderian e das tropas de von Rommell, o que contam os camaradas que têm ido aos grandes centros de actividade militares, e principalmente o espírito de progresso, o desejo da inovação, o entusiasmo fácil e a vivacidade irrequieta, que, felizmente, são apanágio de uma mocidade que vive, justificam plenamente a corrente que vai engrossando e tomando impulso em favor da transformação da nossa Cavalaria no sentido a que se alude nas primeiras linhas deste artigo, e a que a *Revista da Cavalaria*, perfeitamente dentro das suas atribuições de propaganda e de orientação, tem dado o seu apoio, e tem prometido o seu patrocínio.

É imprescindível que o movimento continui e tome incremento, e passe da idéia à realidade, da concepção a uma realização palpável e concreta, — e que a velha Cavalaria a Cavallo não morra sem descendência.

O problema está pôsto; as dificuldades de ordem sentimental não existem naturalmente nas gerações novas, para as quais só o futuro conta, as de ordem espiritual estão vencidas pela realidade dos factos: isto é, meio caminho andado.

Infelizmente, porém, falta outro meio, — e este é o mais difícil de percorrer, e será por certo o mais moroso.

¿Onde se arranjará, neste momento, material auto e material mecânico que baste, já que não seja para toda a nossa Cavalaria, mas para uma parte apreciável dela, — que abaixo de uma certa massa a tropa moto-mecanizada para pouco serve?

¿De que elementos de organização extra-militar dispomos, que nos garantam a existência e a eficiência de uma Cavalaria à moderna: carburantes, sobresselentes, meios de reparação?

Revista da Cavalaria

¿ Temos estradas em condições de sofrerem um aturado e violento tráfico automóvel?

¿ Temos, de momento, o número de técnicos necessários à conservação de um material avultado, e devidamente preparados para uma disciplina de trabalho, diferente daquela que é comum fóra dos meios militares?

Tudo isto, e muito mais, são assuntos que não estão ainda resolvidos, e talvez mesmo nem sequer postos em equação, e nos quais é necessário pensar com cuidado, com ponderação, com objectivismo e com bom senso. Tudo isto há-de levar tempo, e muito tempo, a resolver.

É sôbre êstes pontos que agora é preciso chamar a atenção de todos aquêles que estão dispostos a tomar a seu cuidado a intensificação do movimento renovador; é para o estudo destas questões vitais que todos nós devemos agora orientar os nossos esforços; é a resolução dêstes problemas complementares, mas essenciais, que precisamos encarar de frente.

Há que proceder com um rigoroso método, que usar de meios simples, mas reconhecidamente eficientes, que acompanhem tôda a concepção de uma realização imediata.

Quadros orgânicos, princípios táticos, regulamentos, regras, teorias, papelada... tudo isso é vago, incerto, e pouco adianta. A base está na existência do material próprio — blindados, transportes, motociclos —, porque foi êle que a originou e será êle que há-de condicioná-la.

É na larga dotação de um material mecânico que reside, por agora, o bico de obra desta grande obra. ¿ Quanto tempo será preciso para transpôr todos os obstáculos de várias ordens que o caso comporta?

Só o próprio tempo poderá dizê-lo.

Entretanto, — enquanto esperamos, — ocupemos-nos em conservar, em melhorar, em aperfeiçoar a nossa velha Cavalaria a cavalo, porque será ela que nos há-de valer no que puder ser, enquanto a nossa esperança amadurece, se alguém se lembrar de vir bulir connosco.

À falta de melhor, uma Cavalaria audaz, impetuosa, disposta a arriscar tudo por nada, dotada de uma alma grande e generosa, de um espírito elevado e de um moral que não quebre, uma verdadeira Cavalaria na verdadeira acep-

Revista da Cavalaria

ção do têrmo, pode dar ainda algum proveito, senão só por si, pelo menos pela valiosa colaboração que pode prestar às outras armas.

Pensemos no futuro, mas não abandonemos de pronto o que temos do passado; lembremo-nos de que no período de transição por que vamos passar nunca deveremos mexer um pé sem que o outro pise terreno firme, para que nos não arrisquemos aos perigos do desequilíbrio, que uma situação transitória nos pode trazer. Não deixemos o caminho velho sem que tenhamos aberto, claramente aberto, definitivamente aberto, o caminho novo, que se há-de seguir.





a D. C. B. e
D. C. A.

na Cavalaria

pelo Major HUMBERTO BUCETA MARTINS

E) *A distância entre duas unidades de tiro anti-aéreo, para se garantir a sobreposição do seu fogo sobre o mesmo alvo.*

Para completar o estudo das possibilidades de emprêgo táctico das diferentes armas de D. C. A., que resultam das suas possibilidades técnicas, falta-me tocar um último aspecto do problema, que defino pelo título acima.

Do que expus para trás, já pude tirar uma primeira conclusão, quanto ao emprêgo das armas na defesa activa: *a de que a eficácia da defesa implica a instalação das armas em condições de entrada imediata em acção*, visto que a velocidade de aproximação dos aviões modernos não se coaduna com a idéia da instalação para o tiro ficar dependente do alarme.

Nota: Continuação do n.º 1 da *Revista da Cavalaria* de Janeiro de 1942 — pág. 5.

Revista da Cavalaria

Ora para se conseguir aquilo, ou se hão-de constituir *postos de defesa fixa*, mesmo para a D. C. A. nas operações de movimento, ou os *postos de defesa móveis* hão-de ser constituídos por material em condições de abrir fogo instantâneamente.

É de prever que a organização de um sistema de protecção baseado na instalação de *postos de defesa fixa* só seja viável para materiais de grande raio de acção. A sua montagem com materiais de pequeno raio de acção implica, fatalmente, disponibilidades enormes de material que, além disso, deve dispor de velocidade de movimento muito superior à dos elementos a proteger — sob pena de os obrigar a paragens constantes e, por isso, inadmissíveis —.

Este assunto dispensaria quaisquer outros detalhes justificativos, se disposições regulamentares, ainda em vigor, não prescrevessem a instalação de um sistema de *postos de defesa fixa de metralhadoras portáteis* para a protecção das colunas de infantaria das Divisões em marcha.

Vou por isso apresentar aqui as conclusões a que cheguei, para os diferentes materiais, acêrca da distância a que devem colocar-se as *unidades de tiro* quando se queira que possam actuar simultâneamente sôbre o mesmo alvo, às altitudes máximas a que os aviões inimigos podem atacar os objectivos que elas são destinadas a defender. Isso corresponde, afinal, a indicar qual a projecção horizontal do alcance máximo das armas a essas altitudes.

*

a) — *Peças de 75*:

Para material de 75 o «plafond» máximo de tiro é de 5.500 m., mas apenas teórico, porque a tal distância só poderá actuar na vertical, visto ser também de 5.500 m. a flexa máxima desse material.

Contra aviões a 5.000 m. de altitude o 75 não dispõe de alcance superior a 6 km., correspondendo a uma distância horizontal de uns 3.800 m.

Revista da Cavalaria

Mas como o cone morto — 15° — corresponde (a essa altitude) a um percurso horizontal de cerca de 1.350 m., o avião apenas estará sujeito ao tiro durante uns 19 a 26 seg. (3.800 — 1.350 m.), conforme vôle a 450 ou 300 km./h., limites práticos entre que pode encontrar-se a velocidade de vôo.

Contra aviões a 4.000 m. de altitude o alcance é de uns 7 km., correspondendo a uma distância horizontal de uns 5.700 m. Deduzindo 1 km. de cilindro morto (o cone morto é já inferior) o avião estará exposto ao tiro durante o percurso de 4.700 m. ou seja 37 a 56 segundos.

Conclui-se, assim, que só para altitudes não superiores a 4.000 m. é que o 75 oferece bom rendimento.

Conclui-se, também, que para concentrar o tiro de duas baterias sobre um alvo a 4.000 m. de altitude, será necessário que não as separe uma distância superior a 5.700 m. Se a altitude de vôo fôr de 4.500 m., as baterias não devem distar mais de 4 a 4,5 km.; se fôr de 3.000 m. (altura máxima do bombardeamento contra objectivos restrictos) essa distância não deverá ser superior a 7,5 km. (correspondendo a um alcance de 8 km.)

Se quizermos concentrar sobre o mesmo alvo o fogo de três baterias, deverão ser colocadas nos vértices de um triângulo equilátero, de lado não superior aos valores indicados, como se mostra na figura.

Nesta se verifica que, para uma altitude máxima de 4.000 m., será $R = BA = BC = AC = 5.700$ m. O espaço batido pelas três baterias é o que tem por projecção horizontal ADCEB (tracejado). Os espaços batidos ainda por duas baterias são AHB, BGC e CFA (ponteado), sendo $OF = OG = OH = R_1 = 6.500$ m.

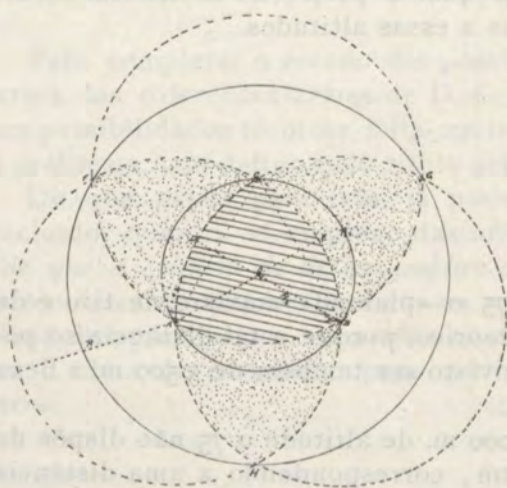


Fig. 1 — Esc. $1/100000$

Revista da Cavalaria

Quere dizer, no caso apresentado pode verificar-se que desde que o avião alvo entre no espaço compreendido por uma circunferência de raio $R_1 = 6.500$ passa a estar batido pelo menos por uma bateria, e desde que entre no espaço limitado pela circunferência de raio $R_2 = 3.300$ m. estará batido sempre por duas ou três baterias (quási permanentemente por três).

Se aproximarmos do ponto O (centro) as baterias, isto é, os três vértices do triângulo, podemos aumentar a zona batida por três baterias em sobreposição (tracejado), mas reduzimos o espaço batido pelo menos por uma bateria (branco e ponteadado).

Com efeito, na Fig. 2, em que as baterias se colocam às distâncias $AB = BC = 2$ km. o espaço batido por duas ou três baterias está compreendido na circunferência de $R_2 = 5.000$ m. (em lugar de 3.300 m.), mas o espaço batido por uma ou duas baterias está compreendido na circunferência de $R_1 = 6.100$ m. (em lugar de 6.500 m.)

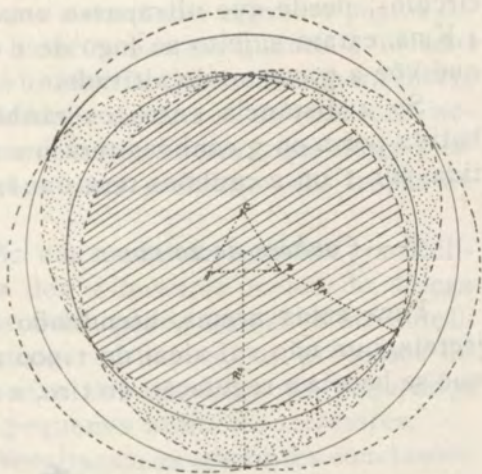


Fig. 2 — Esc. $1/100.000$

Como adiante veremos, quando queiramos defender um ponto O, a distância a que as baterias se devem colocar depende do «alcance» das bombas para as altitudes de bombardeamento previstas.

b) — Peças de 88:

A distância máxima entre as baterias para obter a sua concentração sôbre o mesmo alvo aéreo, voando à altitude correspondente ao alcance máximo *prático* de emprego dêste material, não deverá ser superior a 9 km.

Revista da Cavalaria

c) — Canhões metralhadoras de 40 mm

Para bater com duas baterias um alvo aéreo voando a 3.000 m. de altitude, a distância entre as baterias não deverá ser superior a 3.500 m. (Vd. esquema do espaço batido às diferentes altitudes — Fig. 6, do artigo anterior, pág. 22 da Rev.)

Se colocarmos 3 C. M. de 40 mm. nos vértices de um triângulo de 3.500 m. de lado, cercando o ponto ou centro da zona a defender, todo o avião que ao aproximar-se ultrapassar uma circunferência de 2,1 Kms. de raio, estará sob a acção do fogo de três canhões na maior parte do círculo (de 2 C. M., apenas em algumas pequenas zonas na periferia do círculo); desde que ultrapasse uma circunferência com $R_1 = 4$ Kms. estará sujeito ao fogo de 1 ou 2 canhões. Isto, mesmo que vôle a 3.000 m. de altitude.

Se a distância entre os canhões fôr de 1 Km., a zona batida por 2 ou 3 canhões terá um raio $R_2 = 2,1$ Km. e a batida por 1 ou 2 canhões terá um raio $R_1 = 3,7$ Kms.

d) — Canhões de 20 mm :

Para estas armas, atendendo à luminosidade dos projecteis, que não vai além de 1.900 a 2.000 m., e a que é nela que se baseia a regulação do tiro, a distância entre duas uni-

dades de tiro, quando se queira concentrar o fogo das duas sobre o mesmo alvo, não deve ser superior a 1.500 m., contra aviões voando a menos de 1.500 m. (alcance máximo da luminosidade 1.900 a 2.000 m.)

Convém, até, reduzir esta distância, porque, apesar do alcance da luminosidade ser da ordem de 2.000 m., as indicações dos projec-



Fig. 3

Revista da Cavalaria

teis tracejantes só dão grande rendimento na regulação quando a distância ao alvo não seja superior a 1.500 m.

Semelhantemente ao que se disse em d) se dispusermos em redor de um ponto a defender 3 postos de C. M. de 20 nos vértices de um triângulo com 1,5 Km. de lado, será $R_2 = 900$ m. e $R_1 = 1.750$ m., se a distância entre os postos fôr de 500 m., será $R_2 = 1.300$ m. e $R_1 = 1.600$ m.

e) — *Metralhadoras portáteis* :

Como estas armas, dadas as lições já oferecidas pelas recentes campanhas, só devem atirar contra aviões a distâncias inferiores a 1.000 m. e voando a baixas altitudes (inferiores a 600 m.) segue-se que a distância entre os postos de defesa para que possam bater simultaneamente o mesmo alvo não pode ser superior a uns 800 m. Quere dizer, para cobrir numa marcha uma profundidade de 12 km. do itinerário seriam necessários 15 postos de 2 armas, em lugar dos 6 postos indicados nas instruções para protecção das tropas de Infantaria — 1940 — (1).

Procurei, até aqui, pôr em evidência as reais possibilidades técnicas e tácticas dos diferentes meios de defesa activa contra aviões, para delas poder deduzir a atribuição orgânica dos diferentes meios e, depois, os processos de organização e funcionamento das medidas de segurança anti-aérea das Grandes e pequenas unidades terrestres.

De tudo que se expôs resultaram as seguintes conclusões que hão-de servir de base à atribuição orgânica dos meios da D. C. A. e ao estudo da segurança anti-aérea das tropas :

1.^a — Mesmo nas G. U. dos exércitos de campanha não se deve prescindir de verdadeira artilharia anti-aérea (que não pode ser senão da que disponha de grande mobilidade táctica para as deslocações impostas ao seu emprêgo, ou seja (de 75 a 88), e de canhões-metralhadoras de 20 mm. e de 37 a 40 mm. .

2.^a — Enquanto a defesa baixa, — que só é eficaz quando baseada no emprêgo conjugado de canhões de

(1) Quando se queira que os aviões estejam sempre batidos por dois postos (n.º 31 das Instruções da Inf.)

Revista da Cavalaria

20 mm. e metralhadoras portáteis — tem de cobrir todos os elementos dos dispositivos de marcha, estacionamento ou combate, inclusivamente as baterias de D. C. A., a defesa às médias e grandes altitudes — a carga da Artilharia e de canhões-metralhadoras de 37 a 40 mm. — pode interessar apenas à cobertura aérea de pontos especialmente sensíveis dos itinerários ou zonas das G. U., e dos elementos mais vulneráveis dos seus dispositivos de marcha, estacionamento e combate.

- 3.^a — A observação que acabamos de fazer, e o grande raio de acção dos materiais de calibres 37 mm. e superiores — que pelo seu emprêgo constituem verdadeiro material de artilharia — consentem um emprêgo e uma atribuição orgânica mais centralizada.
- 4.^a — Não se pode basear a defesa baixa das colunas em marcha sôbre a organização de uma cadeia contínua de *postos de defesa fixa* de metralhadoras instalados ao longo do itinerário. As metralhadoras portáteis para a defesa baixa das colunas devem constituir *postos de defesa móveis* de pelo menos 2 metralhadoras solidárias, instaladas sôbre plataformas T. T. de baixo regime de motor e susceptíveis, por isso, de ser intercaladas nos agrupamentos de marcha, marchando à velocidade de marcha da coluna sem fadiga do motor (¹).

A distância entre os postos sucessivos deve ser de uns 800 m., para que o avião atacante ao sobrevoar a coluna, vindo da frente ou da retaguarda, se encontre sempre sob a acção de dois postos sucessivos.

- 5.^a — Para organizar uma cadeia contínua de postos de defesa fixa com C. M. de 20 mm. capaz de cobrir uma coluna de marcha de infantaria com uns 6 Kms. de profundidade (profundidade aproximada dos grossos das colunas de combate de uma Div. articulada sôbre dois itinerários) será necessário dispor

(¹) Para a infantaria, à falta das viaturas auto, indicadas, pode admitir-se a instalação do grupo de tiro sôbre uma plataforma baixa e leve, com assento para o apontador, e puxada por homens. Uma vez que o alarme se dê, a plataforma pára e o atirador entra em acção. Os restantes serventes marcham a pé junto da plataforma.

Revista da Cavalaria

de um mínimo de 7 postos de um ou dois canhões, quando se pretenda, como convém, que o avião esteja sempre sob a acção de dois postos sucessivos.

Pela figura se verifica que instalado o dispositivo inicial com os postos 1 a 7, para o posto 7 ir ocupar a sua nova posição em 7a, dispõe do tempo que a testa da coluna leva a percorrer o caminho 3-1 (3 Kms.), ou seja 38 minutos. Isto admitindo mesmo que o posto «7» sai da sua primeira posição quando a cauda da coluna passa à sua altura, ficando por isso o avião que sobre vò a parte da cauda da coluna entre «6» e «7» apenas batido por um posto de canhões.

Como o posto «7» pode deslocar-se a um máximo de 20 Kms. à hora (atendendo a que tem de ultrapassar tóda a coluna) e tem de percorrer «7a» (10.500 m.) consome nisso uns 30 min.

Contando com o tempo de preparação para a saída de «7» e para instalação em «7a», ou seja um total de 10 minutos, segue-se que quando a testa da coluna atingir «1», já o posto «7» estará instalado em «7a».

Note-se, que não contámos com a protecção das G. Avs. da Div., admitindo que a rapidez da sua dispersão pode dispensar ai os C. M. de 20 mm. De contrário, será preciso dispor de 8 postos por cada caluna com 6 km. de prof.

A Div. precisará então, para proteger as suas duas colunas de combate, de uns 12 a 14 postos, no mínimo, para proteger as suas colunas de marcha com postos de defesa fixa.

Se a divisão marchar por uma única estrada, dispondo de 7 postos, deveriam estes manter entre si a distância de uns 3 Kms., para cobrir os 12 Kms. de profundidade da coluna de combate do grosso da

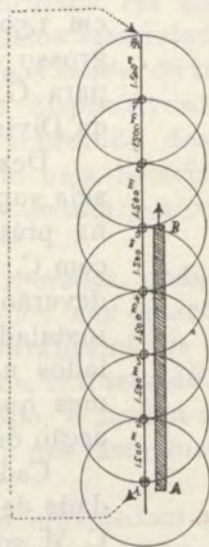


Fig. 4

Revista da Cavalaria

Div. Nesse caso um avião que sobrevoasse a coluna apenas estaria batido em cada momento por um pôsto de C. M. de 20 mm.

Se adoptassemos ainda para os C. M. um emprêgo por postos de defesa móvel, ter-se-à uma defesa eficaz dispondo de um pôsto móvel de 1.500 em 1.500 m. e, por isso, de 5 postos para cobrir o grosso de uma coluna de 6 Kms. e mais um pôsto para G. Av., ou seja 5 a 6 postos por cada coluna da Divisão.

Desde que a velocidade da coluna de marcha seja superior à da infantaria, já se torna impossivel na prática, organizar uma cadeia de postos fixos com C. M. de 20 mm. Neste caso os C. M. de 20 mm. deverão também constituir postos de defesa móveis instalados sôbre plataforma auto T. T. e intercalados na coluna de 1.500 m. em 1.500 m., se quisermos que os aviões atacantes estejam sempre sob a acção de dois postos.

Cada Regimento de Cavalaria com uma profundidade de uns 1.500 m. e dispondo de um pelotão de 4 C. M. 20 mm. pode assim cobrir-se com um pôsto na frente e outro na cauda (postos de dois canhões).

O mesmo pode dizer-se para os G. E. Moto e Auto do R. M.

6.^a—Para cobrir a mesma profundidade com C. M. de 40 mm. bastariam 4 postos fixos de 1 a 2 canhões. Mas como o manejo e velocidade de tiro dêstes canhões não se coaduna na prática com o seu emprêgo na defesa baixa, segue-se que os C. M. de 40 mm. com que contem as G. U. devem ser reservados para a cobertura às altitudes médias (1.500 a 3.000 m.) dos pontos sensíveis dos itinerários, nas marchas (tais como pontes e outros estrangulamentos que possam provocar uma acumulação de tropas nas proximidades, povoações a atravessar que constituem bons pontos de referência, etc.) e das partes mais sensíveis dos dispositivos de combate, tais como escalões de viaturas ou grupos de cavalos desmontados, zona de posições de Artilharia e zona

Revista da Cavalaria

de reservas mecânicas, sempre que seja imposta certa concentração desses meios.

A defesa de cada ponto aconselha ao emprego de 3 postos de um canhão, como já vimos.

Para um dispositivo de marcha de uma Div. ou Br. Cav. que pode marchar articulada em duas colunas por dois itinerários paralelos intercalados de 2 a 4 Kms. convirá dispor de *duas secções* de três canhões. Mas se pensarmos nos dispositivos de combate da Div. ou Br. Cav., sobretudo desta, reconhece-se que uma dotação de uma bateria a 3 ou 4 divisões de 3 canhões de 40 mm. é a conveniente.

Tratando-se de Divisões encorporadas, pode-se obter uma certa economia de meios nas dotações orgânicas de canhões de 40, centralizando-os no C. E., sem inconveniente, visto que, tratando-se de material automóvel ligeiro e rápido, é fácil a sua deslocação, de uma Div. para outra nas fases sucessivas de uma manobra.

7.^a — Como última conclusão do estudo feito, deduzi que as *unidades de tiro* para as diferentes armas de D. C. A., deve ser constituída por:

- a) *Metralhadoras portáteis 7,92* (defesa baixa): o *pôsto* ou *secção* de duas armas no mínimo, que é também a unidade elementar de emprego tático.
- b) *C. M. de 20 mm.* (defesa baixa e média): o *pôsto* de 2 canhões ⁽¹⁾, de preferência ao *pôsto* unitário. Razões de ordem económica podem, contudo, explicar a constituição do *pôsto* unitário, que é ainda aceitável, desde que um avião seja sempre batido por dois postos.
- c) *C. M. de 40 mm.* (defesa média): a *secção de um canhão*, devendo a unidade elementar de emprego tático ser constituída pela *divisão* de 3 canhões ⁽²⁾.

(¹) A ser aceite esta conclusão, conviria organizar os pelotões da C. M. de D. C. A. a duas Sec. de 2 canhões, precisamente como os pelotões de metralhadoras.

(²) A organização prevista no I. A. E., para a Batr. de C. M. de 40 mm., segundo a qual a Batr. conta com 4 secções de 4 canhões, não corresponde à articulação orgânica das

Revista da Cavalaria

- d) *Artilharia da D. C. A.* (defesa alta e média): a bateria de 4 peças, que é também a unidade elementar de emprêgo tático.

É importante ter sempre presente no espírito esta noção das *unidades de tiro*, isto é, da fracção mínima que visa um avião em tiro colectivo, e das unidades elementares de emprêgo, quer dizer, da menor unidade que se emprega para a defesa de um ponto.

*

3. A atribuição orgânica dos diferentes materiais de D. C. A. às grandes e pequenas unidades tácticas dos exércitos em campanha

Assim fui conduzindo os meus pacientes leitores a conclusões «fundamentadas» acêrca das dotações orgânicas das grandes e pequenas unidades tácticas dos exércitos em campanha, que eu próprio tirei e vou apresentar.

É oportuno recordar que sou dos que têm a opinião de que a organização de grandes e pequenas unidades tácticas não se pode sujeitar a considerações estranhas às exigências tácticas e técnicas. As considerações sôbre as possibilidades económicas financeiras e industriais da Nação, só devem influir, em meu entender, no número de unidades tácticas, aéreas ou terrestres, a mobilizar para constituir o exército de campanha e, até certo ponto, na feição mais ou menos motorizada e mecanizada que êste último pode revestir.

Dessas possibilidades resultará o conceito estratégico (ofensiva ou defensiva; defensiva mais ou menos concentrada, etc.) no emprêgo do exército que a Nação pode mobilizar, para cumprir com honra a missão que esta lhe confie, rebentada a guerra.

O que êsse exército nunca conseguirá, é desempenhar-se de qualquer das missões estratégicas que lhe sejam confiadas, se as suas grandes e pequenas unidades tácticas não são

restantes unidades de Art.^a além de não nos parecer nem satisfatória sob o ponto de vista de emprêgo tático nem sob o ponto de vista económico.

A unidade elementar, chama-se divisão, ou Secção, deve ter 3 canhões e por Div. 3 a 4 unidades dessas com um total de 9 a 12 canhões parecem ser suficientes.

Revista da Cavalaria

dotadas do equipamento material que só a ciência táctica e as exigências técnicas do seu emprêgo devem fixar.

De tudo que para trás deixei exposto, tiro as seguintes conclusões para a dotação orgânica dos materiais de D. C. A.

A. — *Dotação orgânica dos C. E.:*

Se é certo que a organização da D. C. A. nas situações estabilizadas de defensiva, podem ser centralizadas no escalão Exército, a verdade é que nas situações de movimento impõe-se a sua descentralização, traduzida na atribuição dos meios necessários aos C. E.

Consideramos suficiente, mas não excessiva, a dotação aos C. E. (fazendo parte dos E. N. E.) de um *regimento de D. C. A.* — (R. A. C. A.) compreendendo:

a) — 1 *G. B. A. C. A. de 75*, dispondo de:

— 3 a 4 Baterias de peças de 75, dispondo cada uma de uma secção de Metralhadoras anti-aéreas (com 2 grupos de 2 Metr. acopladas);

— 1 Bateria de referenciação, com 3 secções de 4 projectores de 120 a 150 e 1 secção de escuta.

b) — 2 *Baterias C. M. de 40 mm.* dispondo cada Batr. de:

— 3 a 4 divisões de 3 C. M. de 40 mm;

— 1 secção de Metr. anti-aéreas de 7,9 (2 grupos de 2 Metr. acopladas).

— 1 secção de projectores de 60.

c) — *Uma Companhia de protecção* com 3 pelotões de 4 C. M. de 20 mm.

d) — *Uma Companhia de vigilância* para a montagem dos postos de alarme (ou vigia), com 2 a 3 pelotões, competindo a cada pelotão a vigilância de uma zona de 30 km. de frente por 20 km. de profundidade.

Revista da Cavalaria

e) — Os elementos de comando e transmissões do regimento, correspondendo a um comando de sector de D. C. A. (ou D. A. T.)

Razões de ordem orgânica ou económica, podem conduzir à incorporação dos elementos indicados nas alíneas a), b) e c) no G. B. A. C. A., desaparecendo assim o Com. do Reg. Ao comando do grupo competem então as funções de comando da D. C. A. do C. E., visto que não exerce comando directo do grupo, no tiro.

O material de 75 permitirá a cobertura aérea da zona de marcha, de estacionamento ou combate do C. E., e veremos que é suficiente, pelo menos para defender as partes mais importantes do dispositivo.

O material de 40 mm. destinar-se-á, principalmente, à protecção directa dos pontos sensíveis do dispositivo e, durante as marchas, designadamente à protecção das pontes e outros pontos sensíveis do terreno (tais como o ponto inicial, desfiladeiros, etc.)

A manobra de emprêgo dêste material, implicando uma grande mobilidade para acorrer rapidamente à defesa dêsses pontos, ou a reforçar a defesa baixa de qualquer das Div. mais expostas, exige tracção automóvel.

B. — *Dotação orgânica das Div. e P. U. da Infantaria:*

Centralizada a defesa alta — cobertura aérea — no C. E., na Div. organiza-se especialmente a defesa baixa.

Esta é baseada, como já se sabe, no emprêgo de canhões de 20 mm. e de metralhadoras portáteis anti-aéreas.

Quanto aos primeiros, dado o espaço relativamente limitado dos dispositivos de marcha, estacionamento e combate da Div., e a fraca velocidade de marcha das suas colunas de combate, podemos admitir a sua centralização numa Companhia D. C. A. divisionária, que deve dispor de 6 pelotões de 4 C. M. de 20 mm. (agrupados em secções de 2 canhões). Tanto basta para organizar, mesmo durante a mar-

Revista da Cavalaria

cha, um dispositivo de postos fixos, ou móveis, com a extensão necessária para proteger as colunas de combate ⁽¹⁾.

A necessidade da deslocação d'este dispositivo por escalões, implica para estas unidades, a maior parte das vezes, ultrapassagens das unidades de infantaria em marcha, o que sendo certamente inconveniente não se poderá evitar.

Os canhões de 20 mm. devem ser instalados em plataformas automóveis, de preferência T. T. (ou camiões T. T. à falta delas), por formá a poderem actuar sobre a plataforma ou ser apeados e instalados no terreno ⁽²⁾.

Os G. B. A. e G. B. O. da Div. devem, cada um dêles, dispor para a sua protecção de um pelotão de canhões de 20 mm. de 6 canhões (3 secções).

Torna-se também necessário que o T. V. Divisionário disponha de um pelotão de 4 C. M. de 20 mm. para cada uma das secções (Sec. Dist. e Sec. Reab.), dada a grande vulnerabilidade dêsses trens.

Adiante veremos que para o G. C. D. se impõe, também, a atribuição de um pelotão de 4 C. M. de 20 mm.

Ao Comando da Art. Div. competirá o Comando da D. C. A. da divisão, podendo reunir os elementos dessas unidades para a constituição de um dispositivo centralizado de defesa baixa de uma zona, ou reparti-los pelas unidades ou agrupamentos eventuais da Div.

Pelo que respeita às metralhadoras não pode haver dúvidas de que devem constituir dotação de batalhão. Cada B. I. ou B. Caç. deve dispor de 1 sec. a 1 pelotão de Metr. anti-aéreas (M. a. a.) constituído por duas secções de duas metralhadoras, sendo as de cada secção acopladas e montadas sobre uma pequena viatura, de preferência auto T. T. Cada B. I. disporá, assim, de um a dois postos móveis que

(1) Os alemães dispunham em 1940, de um grupo de 3 Companhias num total de cerca de 36 C. M. de 20 mm. Segundo a nossa idéia aparece aqui apenas uma Comp., mas os G. B. A. ou G. B. O. da Div. dispõem de pelotões de C. M. de 20 mm. Se centralizássemos todos numa unidade Div. a dotação seria semelhante à da Div. Alemã.

(2) Como adiante vamos provar que estes canhões devem poder ser empregados também como caçadores de carros, entendemos que todos êles devem ser acompanhados pelos seus reparos ligeiros (reparos do tipo do Madsen) que sem dificuldade podem ser acondicionados na própria viatura auto que transporta o canhão para a defesa em marcha. Da mesma forma, para facilitar a sua instalação em terra em reparo anti-aéreo as rodas do reparo, que é o mesmo que é montado na viatura auto, devem ser transportadas nesta.

Revista da Cavalaria

podem enquadrar o B. I., cruzando os seus fogos sôbre os aviões que o sobrevêm a baixa altitude. O Comando do R. I. deve dispor de 1 pelotão de 2 secções.

A montagem de postos de D. C. A. fixos ou móveis com as armas das unidades, é inadmissível: é esta outra lição da guerra actual.

Nem essas armas devem ser desviadas das suas missões terrestres, nem o seu pessoal pode suportar as fadigas suplementares constantemente impostas pela organização da protecção anti-aérea ⁽¹⁾.

C. — *A dotação orgânica das Br. Cav., dos G. Cav. e das P. U. de Cavalaria.*

As Br. Cav. e G. Cav., destacados do sistema de forças em proveito das quais actuam, não podem beneficiar dos dispositivos de cobertura anti-aérea organizados para cobrir o grosso dessas forças (D. C. A. de Ex. e de C. E.)

Já tivemos ensejo de chamar a atenção para a necessidade de atribuir às G. U. C., que contam — mesmo quando não são totalmente mecanizadas — com unidades motorizadas e mecanizadas, que constituem alvos terrestres de grande vulnerabilidade, uma defesa anti-aérea eficaz, que não pode limitar-se à defesa baixa. Já focámos, também, a vantagem que há, até para efeito da sua acção terrestre, de atribuir à Br. Cav. um G. B. A. C. A. de 7,5 ⁽²⁾.

Esta artilharia D. C. A., quando não possa cobrir todo o dispositivo da brigada, deve ser accionada por forma a garantir a cobertura das unidades moto-mecanizadas.

É de tãda a conveniência atribuir também à Br. Cav. uma bateria de C. M. de 40^{mm}, especialmente destinada à defesa de pontes e outros desfiladeiros ou pontos sensíveis,

⁽¹⁾ Já em 1936 se podia ler entre as opiniões dos mais categorizados técnicos alemães: «a acção contínua das metralhadoras pesadas da infantaria não se justifica durante a marcha; esta missão é excessivamente fatigante. O que pode justificar-se é destacar, eventualmente fracções de Mets. para pontos particularmente sensíveis, devendo a cada fracção ser fornecida em caso de necessidade uma escolta de esclarecedores a cavalo ou ciclistas (M. Braun — No M. Wochenblatt de 11 e 18 de Julho de 1936).

⁽²⁾ Entendemos que a nossa Br. Cav. não ficaria mal se lhe atribuíssem um grupo de obuses ligeiros, uma bateria de auto-canhões blindados que possam ser facilmente empregados no acompanhamento imediato das unidades, e 1 G. B. A. C. A. de 7,5.

Revista da Cavalaria

durante as marchas, e a cobrir dos bombardeamentos a média altitude as grandes concentrações de viaturas dos motorizados. A bateria poderia dispor de 3 divisões de 3 canhões, uma secção de projectores de 60 e 1 sec. de M. a. a. 79.

A defesa baixa, mesmo com os canhões de 20^{mm}, não pode basear-se, nas marchas, na montagem de *postos fixos* de D. C. A., dada a celeridade de movimento da Brigada. Por outro lado, a descentralização dos dispositivos e o grande espaço ocupado pelas unidades, quer em marcha como em estacionamento e combate, aconselha a atribuição orgânica dos canhões de 20^{mm} aos regimentos e das metralhadoras portáteis anti-aéreas aos esquadrões.

Assim, cada R. C. deveria dispor de 1 pelotão de 4 C. M. de 20^{mm}. Sendo a profundidade máxima do R. C., em marcha, de cerca de 1.500 m., segue-se que enquadrando o R. C. com as duas secções de C. M. 20, montados em plataformas automóveis T. T. por forma a poderem entrar em acção imediatamente, sobre a plataforma, se obteria uma acção eficaz sobre toda a coluna de marcha ⁽¹⁾.

Pelo que respeita a metralhadoras portáteis (M. a. a.), é certo que, tendo a Cavalaria visto a tempo as necessidades da protecção D. C. A. das unidades, os Esquadrões dispõem já, na sua viatura de munições, de duas metralhadoras a isso destinadas; mas seria vantajoso montar as duas armas para D. C. A. numa plataforma T. T., deixando na viatura de munições duas armas como reservas das M. L. da *fileira de combate*.

Uma vez que os postos móveis de D. C. A. sigam na frente ou cauda dos esquadrões, fica garantido que qualquer avião que pretenda sobrevoar a coluna, para a atacar a menos de 1.500 m., estará permanentemente sob a acção de dois postos móveis de D. C. A., constituídos por C. M. de 20^{mm}, e de dois postos de metralhadoras anti-aéreas, desde que vôm a menos de 1.000 ms.

(1) Em agrupamentos de marcha com Regimentos sucessivos, sobriariam algumas secções, que seriam destinadas a fornecer elementos a G. Avs. ou G. Fl. ou poderiam ser utilizados na D. C. B. Por isso mesmo as viaturas auto com os C. M. 20 deveriam ser seguidas dos dois moto-carros necessários para a sua montagem neles, em vista da constituição de postos móveis, ou patrulhas anti-carro.

Revista da Cavalaria

Quanto ao R. M., convirá que disponha, pelo menos, de dois pelotões de C. M. de 20^{mm} (um por G. E.) e que os seus esquadrões disponham de duas secções de metralhadoras anti-aéreas, para que possa cobrir-se eficazmente a sua profundidade (da ordem dos 1.000 a 1.800 m. a dos Esquadrões).

A Br. Cav. deverá dispor, ainda, no Trem do Q. G., de um pelotão de C. M. de 20^{mm} destinado à D. C. A. do T. C. 2 da Br. Outro tanto se impõe para a D. C. A. do T. V. da brigada.

Os T. C. 2 e T. V. de cada regimento deverão dispor, montadas em algumas das viaturas que o constituem, de uma secção de metralhadoras anti-aéreas (de 7,9).

Quanto ao G. Cav. não é necessário perder tempo em explicações; todos compreendem já que o pelotão de D. C. A., a que se referem os quadros orgânicos, deverá ser armado com 4 C. M. de 20^{mm}.

Aplica-se aos Esquadrões e aos trens do G. Cav., o que se disse a respeito desses elementos para a Br. Cav.

*

Temos agora todos os elementos para poder estudar a organização táctica das medidas de D. C. A. nas Grandes e Pequenas Unidades.



A D. C. B. e D. C. A. na Cavalaria

pelo Major H. Buceta Martins

Cavalaria a Cavalo

Nota da Redacção

pelo Capitão FERNANDO SARAIVA

Por lapso de revisão da parte do artigo anterior compreendida entre a alínea 5.^a da página 148 (revista de Março de 1942) e a página 154, encontram-se, entre outros erros de somenos importância, três que se impõe corrigir para compreensão do texto:

1.^o — Na figura 4 da página 109 a numeração dos postos encontra-se invertida: deverão ser numerados de 1 a 7 de cima para baixo, sem o que não será compreensível o que se diz no texto, ao lado da figura.

2.^o — Na linha 21 dessa mesma página, onde está «7a» deverá lêr-se «7 a 7a»...

3.^o — Na alínea b) da página 153, substituir «2 baterias» por «1 a 2 baterias conforme o C. E. disponha de 2 ou 3 Div.»

4.^o — Na linha 32 e 33 da página 154, onde está «6 pel. de 4 C. M. de 20», substituir por «4 a 6 pel. de 6 ou 4 C. M. de 20^{mm}».

5.^o — Na linha 2 da página 158, onde está «dois pelotões de C. M. de 20» substituir por «dois pel. de 6 C. M. de 20».

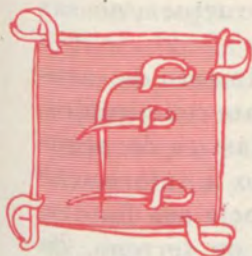


Cavalaria a Cavalo

pelo Capitão FERNANDO PAES

Qual será a solução para um país de longas fronteiras, por vezes pouco permeáveis, mas no entanto de portas abertas em corredores, hoje em dia pouco profundos, dirigidos ao coração nacional?

(Coronel Afonso Botelho)



principalmente, com Divisões, a maior parte das vezes actuando isoladamente, porque pelos nossos reduzidos efectivos e deficiência de meios, poucas vezes as poderemos agrupar, que temos de encarar a defesa do nosso país.

Hoje em dia, as divisões são essencialmente de três tipos: mecanizadas, motorizadas e normais.

As divisões mecanizadas, assim chamadas por serem em grande parte constituídas por elementos mecanizados, possuindo uma velocidade, um raio de acção e um potencial de fogo verdadeiramente excepcionais, junto a uma mobilidade muito apreciável, são aquelas que, na guerra moderna, recebem as missões das antigas divisões e brigadas de cavalaria a cavalo.

Poderemos ter a pretensão de possuir uma ou mais divisões mecanizadas?

Revista da Cavalaria

Não é a mim que compete responder; mas divisões motorizadas e divisões tipo normal, podemos e temos que as constituir no seu melhor grau de eficiência.

É evidente que na constituição das divisões tipo normal, os factores económicos, financeiros e geográficos, têm que ser tomados na devida conta, o que quer dizer que se em Inglaterra a constituição desta divisão tem uma determinada organização, num país como o nosso, ela pode ter características diferentes. No entanto, o que parece certo, é que os seus transportes deverão ser, em grande parte, motorizados e mecanizados, até ao ponto do próprio pelotão, como sucede nas divisões inglesas congêneres, ter a sua própria camionete, esta servindo tanto para o transporte das munições, das granadas, das metralhadoras, da espingarda anti-tank e do resto do equipamento desnecessário de momento, como também para alguns dos elementos do pelotão, os quais, podendo ser revezados, originam um aumento apreciável na velocidade de marcha.

Parece que as regiões mais acidentadas constituirão o campo de acção mais próprio a estas divisões, porque se por um lado a sua velocidade de marcha é reduzida, por outro lado elas encontram na sua mobilidade a principal característica que devem possuir tôdas as tropas que actuem nessas regiões.

Nestas condições, os grupos de reconhecimento de cavalaria, tal como actualmente estão, teòricamente constituídos, podem eficazmente cumprir a sua missão clássica de segurança, os elementos mecanizados garantindo a informação a grande distância, os elementos a cavalo, pela sua fluidez, informando das dificuldades ou facilidades do terreno, da presença ou ausência do inimigo, ali, onde só a mobilidade a pode garantir, ambos cobrindo pela sua presença, ambos podendo ser reforçados pelos elementos motorizados para melhor cumprir a sua missão de cobertura.

— É nestes grupos de reconhecimento heterogêneos que se verifica a vantagem de associar o cavalo ao motor. Da mesma maneira que a aviação de bombardeamento não suprime a artilharia, o motor não é aqui um concorrente do cavalo; completam-se mutuamente.

Revista da Cavalaria

— A superioridade da velocidade — antigamente uma das qualidades primordiais da cavalaria — é hoje, na verdade, apanágio das tropas mecanizadas e motorizadas, mas a mobilidade continuará a ser sempre a principal característica do cavalo. Durante a noite, em terreno acidentado, coberto ou pantanoso, a cavalaria está sempre pronta a actuar. Na guerra de 1914-1918, a tomada de Uskub pela brigada do general Jouinot-Gambetta, é um exemplo frisante do que pode fazer uma tropa de cavalaria em regiões consideradas inacessíveis, e tal situação, pode hoje apresentar-se inteiramente da mesma forma.

Não fujo à tentação de reproduzir este feito, que encontrei descrito num dos livros sobre cavalaria, do capitão H. Salmon.

«Em Setembro de 1918, o general Franchet d'Esperey, comandante em chefe dos exércitos aliados do Oriente, decide, por uma ofensiva vigorosa na região montanhosa de Dobropolje, separar o XI exército dirigido por um estado maior alemão, do grosso dos exércitos búlgaros. O sucesso deveria ser explorado pelas cavalaria francesa e sérvia. A brigada do general Gambetta tem por missão empregar-se a fundo em direcção de Prilep e Uskub.

«A região montanhosa onde se desenrola o ataque da infantaria, parece tornar impossível a passagem da brigada, mas os pequenos cavalos berberes provarão que são também capazes de trepar através de rochedos. As dificuldades do terreno que parecia dever causar a perda da pequena coluna, ao contrário, asseguraram o sucesso.

«O inimigo não se guarda na direcção das montanhas a pic que ele supõe inultrapassáveis e assim, a sua surpresa é extrema ao ver os franceses em Prilep. Os cavaleiros, cinco dias mais tarde, estão em Uskub, a 80 km. dali.

«De facto, é absolutamente inadiável atingir esta última cidade que comanda o desfiladeiro de Kalkandelen por onde os exércitos búlgaros fazem a sua função. Para chegar ali, a brigada não pode utilizar, nem a estrada directa de Brod, nem a de Vélès. Uma vez mais, ela se interna em plena montanha por caminhos apenas esboçados, e, de improviso, cai sobre Uskub, apodera-se do quartel general alemão, lança a perturbação no Comando. O exército alemão, em retirada,

Revista da Cavalaria

julga os franceses mais numerosos e não ousa retomar o desfiladeiro de Kalkandelen para se juntar aos búlgaros.

«A missão está cumprida, mas, resultado mais importante ainda, a notícia da tomada de Uskub, recebida por avião, permite ao general Franchet d'Esperey arrancar aos parlamentares búlgaros hesitantes, uma capitulação total».

— Pelo que diz respeito à vulnerabilidade da cavalaria quando em presença de elementos mecanizados, deve ser notado, que se ela é grande nas regiões muito povoadas e providas de numerosas vias de comunicação, porque impedem aos destacamentos e patrulhas de cavalaria, campo visual suficiente para se dissimularem a tempo e tomarem em consequência as disposições que melhor se adaptem à situação, nos grandes espaços em que os aglomerados e as vias de comunicação são em número reduzido, os campos visuais são extensos e abundantes, o que lhes permite, graças à sua mobilidade, organizar obstáculos à frente e à retaguarda desses elementos, atacando-os depois à granada, hoje uma das grandes armas de defesa anti-carro.

Além disso, nas marchas para o inimigo, quando este se encontra em movimento, na manobra em retirada ou na retirada, o grupo de reconhecimento reforçado ou não, terá a maior parte das vezes que resistir em determinadas cortaduras de terreno, linhas de água ou desfiladeiros, os quais facilitando a defesa e dissimulando a importância dos efectivos, constituem os acidentes do terreno mais próprios a uma missão de retardação ou de defensiva sem espírito de recuo. Não podem os elementos mecanizados, arma essencialmente ofensiva, mesmo reforçados com elementos transportados, resolver, só por si, qualquer daquelas situações. Nas regiões em questão, e isto é que não deve ser esquecido, aqueles elementos estarão sempre sujeitos a serem envolvidos se não possuírem outros, de maior mobilidade, a garantir-lhes a informação, porque os elementos transportados que reforçam o grupo, dada a sua pequena velocidade em terreno variado, serão especialmente destinados à defesa dos pontos mais vulneráveis. Por outro lado, serão ainda os elementos a cavalo, os mais aptos a estabelecer nessas regiões e sobre uma larga frente, uma cortina de fogos capaz de demorar o inimigo.

Revista da Cavalaria

—Verdade se diga que segundo a opinião do general Weygand, a perseguição é hoje mais rápida do que a própria manobra em retirada, mas se assim é, não poderiam estes elementos a cavalo constituir patrulhas de forte espirito ofensivo, e, infiltrando-se pelos flancos e retaguardas inimigas, proceder a tôda a casta de destruições que tivessem por fim retardar a sua marcha? O terreno em questão presta-se a acções desta natureza.

—Indubitavelmente que estas patrulhas necessitam de um treino e de um espirito de sacrificio levado ao mais alto grau, mas um e outro estão dentro das tradições da cavalaria.

No entanto, esta cooperação entre elementos mecanizados e elementos a cavalo tal como foi apresentada, só é possível nos grupos de reconhecimento trabalhando em proveito de uma divisão tipo normal, porque dada a sua reduzida velocidade, o grupo de reconhecimento não necessita de ter, no seu conjunto, uma velocidade superior à dos seus elementos a cavalo.

—Nas divisões motorizadas, o problema é mais complicado. Conquanto estas divisões tenham, normalmente, o seu campo de acção nas regiões planas, pouco acidentadas ou providas de numerosas vias de comunicação, podem também ser empregadas noutros teatros de operações, quer para a exploração rápida de um sucesso, quer para uma missão de apoio imediato. Mas, neste ou naquele caso, é sempre possível encontrar espaços difíceis ou impraticáveis à exploração mecanizada. Qual a solução?

É evidente que, dadas as características de velocidade e raio de acção das divisões motorizadas, os grupos de reconhecimento que lhes deverão ser adstritos, terão que ser constituídos, essencialmente, por cavalaria mecanizada, a qual, por aquelas mesmas características, poderá até certo ponto, suprir certas deficiências de exploração, cobrindo mais longe do que a cavalaria das divisões tipo normal.

Mas, mesmo que esta hipótese seja aceitável, o que é facto, é que todo o chefe, qualquer que êle seja, deve prover à sua própria segurança, e esta só pode ser obtida pela informação e pelo dispositivo; aquela, facultando-lhe a possibilidade de prescrever a tempo as manobras ofensivas ou defensivas, respondendo à situação, êste, evitando, pela inter-

Revista da Cavalaria

posição de meios de resistência entre o inimigo e as próprias tropas, qualquer efeito de surpresa.

Dentro d'êste princípio, pode o comandante de um grupo de cavalaria de reconhecimento mecanizado ter a pretensão de prover à sua própria segurança sômente com os elementos mecanizados de que dispõe?

¿ Como procede êle em presença de um desfiladeiro, de uma linha de água cujos pontos de passagem foram já destruídos pelo inimigo, de um vale alagado pelas chuvas?

Não é com elementos a cavalo organizados em bases idênticas aos dos grupos de cavalaria das divisões tipo normal que êle o poderá fazer. Êstes seriam incapazes de acompanhar a sua marcha.

Que fazer pois?

A questão do transporte de cavalos em camions, não é de agora. No exército francês estava estabelecido que os camions de 3,5 e 5 toneladas T. N. podiam transportar até cinco cavalos.

Nestas condições, porque não dotar êstes grupos de cavalaria com elementos a cavalo transportados? Marchando com o escalão de combate, à disposição do comandante da guarda avançada, eles estariam sempre prontos a fazer a exploração das zonas de terreno que se mostrassem impraticáveis à exploração mecanizada. Muito mais frescos do que se tivessem já sôbre si uma longa e fastidiosa marcha, êstes elementos poderiam dar um rendimento muito superior ao normal. Na presença de uma linha de água, nas condições atrás descritas, patrulhas de cavalaria lançadas imediatamente a nado para a margem oposta, garantiriam rapidamente ao grupo, a segurança necessária à construção de pontões ou à passagem de barcas.

Esta idéia de fazer acompanhar a cavalaria mecanizada por elementos a cavalo transportados, apareceu um pouco a medo, num artigo do Cavalry Journal, transcrito na nossa Revista da Cavalaria. O autor admitia a hipótese de serem adstritos a esta cavalaria uma ou duas horse-boxes.

Porque não um pelotão, tanto mais que abaixo d'êste efectivo é difficil constituir um escalão de exploração eficiente? Êstes elementos passariam a constituir, dentro da guarda avançada do grupo, o escalão de exploração eventual.

Revista da Cavalaria

Cumpre, agora, perguntar: o papel das forças a cavalo deverá ficar limitado aos grupos de cavalaria?

Não esquecendo os factores económicos, financeiros, geográficos e até políticos, sempre basilares na organização militar de uma nação, não esquecendo também a nossa fraca densidade cavalar, o que seria rasoável, era aplicar às nossas brigadas de cavalaria o mesmo critério aplicado às divisões. E assim, deveríamos ter uma ou mais brigadas de cavalaria mecanizada e uma ou mais brigadas de cavalaria a cavalo, estas com alguns dos seus elementos mecanizados.

Dentro do sistema defensivo-ofensivo preconizado pelo senhor coronel Afonso Botelho, não faltarão espaços para a actuação de forças rápidas e móveis, as brigadas a cavalo actuando normalmente nas regiões mais acidentadas e menos dotadas de vias de comunicação, as brigadas mecanizadas nas regiões antagónicas.

A acção de forças rápidas e móveis actuando em regiões onde a manobra é possível, e ela é-o sempre desde que haja espaço, seja pela rutura de uma frente, seja pelo sistema atrás preconizado, tem sido quasi sempre decisiva.

A vitória do exército britânico do general Allenby, na Palestina, foi devida à acção fulminante do Corpo Montado do Deserto, forte de 4 divisões de cavalaria, lançado pela brecha aberta no 8.º exército turco sobre as retaguardas inimigas.

Na guerra de Espanha, quando da contra-ofensiva de Teruel, a cavalaria de Monastério, massa de manobras até então guardada cuidadosamente em reserva, desempenhou, segundo o comunicado oficial, um papel brilhantíssimo, tendo fortemente contribuído para a vitória pela rapidez e decisão dos seus movimentos.

Lançado pela brecha aberta pelo corpo de exército do general Yague, atingiu as retaguardas inimigas, derrotou as reservas já em parte formadas, provocou a evacuação da posição principal da serra de Palomera, cortou a principal via de reabastecimento de Teruel, tomou Camanas, Perales e Alfambra, e fez muitos milhares de prisioneiros.

O general Yague descreveu nestes termos a acção da cavalaria: «o mérito desta vitória deve, em grande parte, ser atribuído aos veteranos da cavalaria de Monastério, que

Revista da Cavalaria

tendo tão bem demonstrado a sua eficácia em combates de montanha, implicitamente desmentiram os chefes militares que duvidam da utilidade da cavalaria na guerra moderna».

Resta-nos falar da possibilidade que têm os elementos a cavalo de serem empregados em acções independentes.

É ponto assente que o problema das comunicações passou hoje a ser uma das primeiras preocupações do alto comando, porque se as pontes saltam, se as linhas de caminho de ferro são destruídas, se as estradas são constantemente cortadas, a aglomeração de material é cada vez maior, e isto prejudica, senão impossibilita, a exploração de um sucesso ou a retirada a melhor concebida. «Le danger est en particulier d'être coupé de sa ligne de retraite par les mouvements débordants de l'ennemi». (FOCH).

Em qualquer dos casos, parece que forças móveis aptas a actuar de noite e sem o auxílio do motor que lhes revelaria a presença, poderiam receber missões definidas de destruição sobre as retaguardas e flancos do inimigo, bastando-lhes conhecer as regiões mais próprias a acções desta natureza e a serem equipadas para esse fim.

É certo que muitas vezes surgirá a dificuldade de fazer chegar esses elementos, rapidamente, às regiões em questão, mas a solução do transporte por camions, pode novamente ser aplicada.

Estes elementos a cavalo, organizados em esquadrões de destruição transportados, podendo actuar na sua máxima força, ou por pelotões destacados, seriam os mesmos a fornecer aos grupos de cavalaria mecanizada, o escalão de exploração eventual.

É claro que forças desta natureza, devendo saber explorar ao máximo a mobilidade dos seus cavalos, deverão ser compostas por verdadeiros cavaleiros possuindo tato equestre e prática de percursos em terreno variado. É ainda indispensável que os quadros tenham um conhecimento completo dos cuidados a dar às montadas, pois que só eles asseguram a conservação dos efectivos.

Os cavalos destinados a estas tropas, devem ser pequenos, fortes e rústicos, porque são os cavalos deste tipo os naturalmente mais aptos aos percursos fortemente acidenta-

Revista da Cavalaria

dos, os que mais facilmente se acomodam e os que melhor se prestam a um embarque e desembarque rápidos.

Quando há poucos meses tive ensejo de falar com o comandante em chefe das Fôrças da Índia, general sir Claude Auchinleck perguntei-lhe se ele ainda acreditava na acção das fôrças a cavalo na guerra moderna. «Sim», respondeu, «sendo em determinadas regiões e com cavalos pequenos».

Com os modernos meios de que os exércitos dispõem ou podem dispor, a cavalaria tem sido a arma mais discutida e aquela que tem sofrido mais drásticas medidas. Mesmo a descoberta da pólvora não lhe ocasionou modificações tão profundas.

No entanto, a missão da cavalaria mantém-se. Qual o papel do cavalo?

Até então temo-nos preocupado demasiado em copiar o que os outros exércitos fazem, imbuindo os quadros de concepções falhas de todo o espírito prático. O estudo dos exércitos estrangeiros na sua organização, nos seus regulamentos, nas suas vitórias e derrotas, é-nos, de facto, indispensável, mas isto não quer dizer que os copiemos integralmente e que as nossas conclusões sejam as mesmas. O nosso trabalho deverá ser todo de adaptação.



Relendo «de Brack»

O chefe em campanha, o oficial

P — *Que significa a palavra chefe?*

R — Significa cabeça, exemplo.

P — *Quais são as principais qualidades de um comandante de cavalaria ligeira no dia do combate?*

R — 1.º) A apreciação justa, a avaliação fria, matemática das suas forças materiais e das do inimigo;

2.º) Rapidez e segurança do golpe de vista que abrange e reconhece as disposições gerais da tropa comandada e da que vai ser atacada;

3.º) A visão do terreno qualquer que seja o lado por que êle é abordado, apreciando-o em conjunto e nos seus mínimos detalhes quanto a distâncias, acidentes, possibilidades e impossibilidades para o ataque, a defesa e a retirada;

4.º) A prontidão na determinação e na acção;

5.º) O *élan* que arrasta tudo;

6.º) A firmeza que nunca desespera e vence as situações mais desesperadas;

7.º) O sangue frio que nunca falseia a visão rápida, e faz com que os nossos subordinados só vejam pelos nossos olhos; juntai a estas qualidades a bravura exemplar e a justiça que recompensa devidamente, vós tereis o homem de elite que em tôdas as circunstâncias, conserva na sua mão cem esquadrões como se um só fôsse, os arrasta, os detém como a um só homem, obtém ou arranca a vitória, a domina como a uma amante.



Temas táticos

pelo Major AGUIAR FERREIRA

A cavalaria na defensiva em grandes frentes



O cumprimento das missões que lhe podem ser atribuídas, a cavalaria tem frequentemente de se empenhar defensivamente, mas nem por isso a sua capacidade de movimento perde os seus direitos, antes pelo contrário, deve ser explorada para:

- levar rapidamente os seus meios de fogo às posições a conservar para aí deter o inimigo;
- transportar rapidamente, de uma para outra posição, meios de fogo importantes para demorar a marcha do adversário por acções sucessivas no espaço e no tempo;

Revista da Cavalaria

— concentrar rapidamente os seus meios para retardar, conter ou contra-atacar o inimigo em marcha ofensiva.

Como sabemos, a manobra defensiva tem duas modalidades:

a) *defensiva estática*, que tem por fim manter a posse de uma determinada faixa de terreno para:

- ou quebrar definitivamente o esforço ofensivo do inimigo — (*defensiva sem espírito de recuo*),
- ou deter transitòriamente o seu avanço — (*manobra defensiva de cobertura*).

b) *defensiva móvel*, que tem por fim retardar a progressão do adversário, com as suas duas modalidades:

- *manobra em retirada* que consiste essencialmente na combinação de resistências de duração limitada sobre posições sucessivas, com roturas de combate oportunas para evitar acções decisivas;
- *manobra por concentração de forças* que consiste em conservar disponível para a manobra o grosso das forças, enquanto o contacto é mantido e o inimigo retardado por destacamentos segundo os eixos de penetração utilizáveis.

Esta última modalidade da manobra defensiva é geralmente empregada quando a extensão da frente, a ausência de cortaduras e a ameaça de uma acção poderosa de engenhos blindados tornam impossível ou precária a manobra em retirada, e executa-se normalmente no quadro das G. U. C. blindadas ou não.

Em qualquer caso a manobra defensiva baseia-se nos três factores:

- capacidade defensiva da tropa;
- espaço em que se pode manobrar;
- tempo que deve demorar a resistência.

Revista da Cavalaria

Os dois últimos factores são condicionados pela missão ou ordens recebidas.

A *capacidade defensiva* intrínseca da tropa é função da relação entre os meios postos em acção e a frente ocupada, do valor do obstáculo que a cobre, e do tempo de que se dispõe para a instalação e protecção dos fogos.

A defensiva estática podem pois corresponder finalidades diferentes que se traduzem nas frentes de ocupação:

— quando se pretende quebrar o esforço ofensivo do inimigo, as tropas devem ocupar *frentes estreitas* e organizar-se em profundidade para aumentar a sua capacidade de resistência;

— quando se pretende simplesmente deter transitóriamente o avanço inimigo, as frentes de ocupação poderão aumentar, ainda que em prejuízo da organização em profundidade.

Neste último caso, que corresponde a acções de cobertura, as frentes têm extensão variável de um mínimo a um máximo, a que correspondem as designações de *frentes extensas* (pouco mais largas que as correspondentes às frentes estreitas), *grandes frentes* (em que ainda existe uma certa capacidade de resistência, embora reduzida), e *cortinas* (em que a resistência é mínima e se traduz na realização de uma cortina de fogos de continuidade só aparente, sem profundidade e muito pouco densa). Esta classificação das frentes tem porém um aspecto nitidamente teórico, visto não haver limites precisos para a sua distinção; englobá-las-emos, portanto, sob a designação genérica de grandes frentes.

A *defensiva em frentes estreitas*, que corresponde normalmente a missões defensivas sem espírito de recuo, é anormal na Cavalaria.

O defensor lança sobre o terreno uma barragem de fogos intransponível enquanto os emissores dos fogos se conservam intactos, e para isso ocupa, organiza e defende o terreno baseado:

— no forte escalonamento em profundidade de resistências que se apoiam mutuamente;

Revista da Cavalaria

- na existência de barragens de fogos densos e profundos, organizados à frente e no interior do terreno a defender;
- no apoio constante e eficaz da artilharia;
- na organização completa do terreno, e em especial no emprêgo sistemático das defesas acessórias e anti-carro;
- na organização de reservas destinadas essencialmente à colmatagem e ao contra-ataque;
- na aceitação do combate às curtas distâncias para tirar o máximo rendimento das armas da defesa.

A *defensiva em grandes frentes* corresponde normalmente a missões de cobertura ou constitui um recurso de que a Cavalaria lança mão quando, no desempenho de qualquer missão, reconhece não ter meios suficientes para montar ou continuar a desenvolver uma acção ofensiva, e é a forma normal do combate defensivo da Cavalaria; o defensor baseia a sua acção:

- na articulação em largura e fraco escalonamento em profundidade;
- no pouco tempo disponível para a sua instalação;
- na fraca organização do terreno;
- no carácter temporário da acção;
- no apoio precário ou não existente da artilharia;
- na constituição de reservas destinadas, sobretudo, a facilitar a rotura do combate.

Além disto, a acção é caracterizada, por um lado:

- na falta de apoio nos ou num dos flancos, em virtude da situação de isolamento em que a tropa geralmente se encontra;
- na impossibilidade, resultante da missão, de romper o combate durante um certo tempo.

Por outro lado, porém, existe:

- possibilidade de um rápido desenvolvimento;
- grande mobilidade da reserva;
- facilidade relativa na rotura do combate.

Revista da Cavalaria

Dos factores apontados resulta um certo número de exigências que o Comando deve ter em atenção:

- cuidado particular na procura da informação — informação a distância;
- cuidado particular na contra-informação — camuflagem e tomada do contacto pelo inimigo contrariada;
- cuidado particular em impedir ou dificultar o envolvimento;
- descentralização do comando;
- reservas tão móveis e importantes quanto possível;
- transmissões bem asseguradas;
- utilização do máximo das propriedades do terreno e do armamento;
- emprêgo sistemático das barragens anti-carro (destruições, obstruções, campos de minas).

É evidente que algumas destas exigências são contraditórias entre si e com o pouco tempo disponível para a instalação defensiva; pertence ao Comandante, em cada caso particular, decidir da preferência a dar a cada uma delas, mas acima de tudo pode-se concluir a necessidade de decisões rápidas e do conhecimento perfeito desta modalidade de defensiva em todos os escalões do comando.

Uma posição defensiva é, acima de tudo, um dispositivo produtor de fogos, tanto quanto possível contínuos, densos e profundos, pelo que o estabelecimento do plano de fogos é o acto fundamental da defesa, tendo em vista a finalidade desta.

O *plano de fogos*, na defensiva em grandes frentes, deve pois ter a finalidade de:

- dar aos fogos continuidade no sentido da frente e uma certa densidade e profundidade, pelo menos nas zonas mais importantes, por forma a interdizer ao inimigo a sua progressão pelas principais linhas de infiltração que este possa utilizar;
- dar aos fogos uma frente tão extensa quanto possível para evitar ou pelo menos retardar a ameaça de envolvimento;

Revista da Cavalaria

—obrigar o inimigo a um desenvolvimento prematuro e tão longe quanto possível da posição ocupada, donde a importância especial dos fogos a distância, aproveitando todo o alcance das armas pesadas de defesa, incluindo a artilharia;

—obrigar o inimigo a montar o ataque o mais longe possível da posição ocupada e evitar assim que os seus fogos fixem, pelo menos logo de início, os elementos de defesa, em vista de uma oportuna rotura do combate, donde a necessidade de estabelecer uma barragem de fogos continuos a 1.000-1.200^m para nela poderem intervir tôdas as armas da defesa — *barragem normal*;

—proteger o dispositivo a curta distância contra os elementos inimigos (especialmente blindados) que consigam infiltrar-se através da barragem normal, donde a necessidade de prever uma barragem a curta distância — *barragem de segurança*;

—conjuguar os fogos com um obstáculo natural que reforce a sua acção, especialmente contra engenhos blindados, donde a necessidade de estabelecer o dispositivo à retaguarda de uma cortadura.

Os fogos a distância executam-se por concentrações sobre os pontos obrigatórios de passagem (pontes, vias de comunicação, desfiladeiros), sobre os observatórios possíveis do inimigo e sobre os pontos favoráveis para o estabelecimento dos seus P. C.

A *barragem normal* e a *barragem de segurança* constituem dois sistemas de fogos cuja importância relativa varia com a duração prevista ou imposta da resistência: quanto maior fôr essa duração, tanto maior deve ser a importância da barragem de segurança, e o limite extremo será a existência apenas da barragem próxima na defensiva sem espírito de recuo — barragem principal.

Existe uma contradição aparente entre a divisão de fogos em dois sistemas independentes embora conjugados, e a deficiência de meios resultante da extensão da frente ocupada, mas se pensarmos que na barragem normal intervêm tôdas as armas da defesa com excepção das armas anti-carro, e que a barragem de segurança é desencadeada por algumas das armas que normalmente intervêm na barragem normal

Revista da Cavalaria

e que estas actuam na de segurança em missão principal mas eventual, concluiremos que é possível organizar os dois sistemas de fogos sem prejuizo sensível da barragem normal; torna-se porém necessário, evidentemente, que o terreno batido por essas armas na barragem normal seja também batido por outras armas que não intervenham na barragem de segurança. Esta não é, pois, mais que uma cortina de fogos sem densidade e na maior parte dos casos só aparentemente continua.

O *dispositivo* deve permitir um adequado plano de fogos, e é baseado na constituição de dois escalões:

- escalão de informação e segurança;
- escalão de combate na P. R.

A informação e a segurança são garantidas pela existência de *elementos avançados* mais ou menos fortes (patrulhas, destacamentos) segundo a importância das forças do escalão de combate. Convém, evidentemente, que estes elementos avançados sejam o mais fortes possível, sem esquecer porém que é na P. R. que se deve desenvolver a acção principal.

A finalidade destes elementos avançados, em que têm uma acção preponderante os elementos blindados de que disponha a defesa, é essencialmente informar e retardar.

As informações a obter têm em vista saber:

- o movimento com que as forças inimigas podem abordar a P. R., a natureza e importância destas forças;
- a direcção do seu esforço;
- as ameaças de envolvimento que se desenhem.

A acção de retardamento obtem-se pelas resistências sucessivas que estes elementos oferecem aos elementos avançados do inimigo e varia evidentemente com os meios de que dispõem.

No caso de pequenas patrulhas, estas não poderão mais que balizar a progressão do inimigo.

A acção dos elementos retardadores deve ser conjugada com a acção dos fogos a distância previstos no plano de fo-

Revista da Cavalaria

gos, e para que estes sejam possíveis sem perigo para eles próprios, devem estes:

— indicar as linhas importantes (de compartimentação ou de ligação) que sucessivamente vão abandonando, para permitir a acção dos fogos longínquos da artilharia, quando a haja;

— desembaraçar a frente logo que atinjam o limite dos fogos a distância das metralhadoras e morteiros da posição, recolhendo a esta por itinerários bem determinados e conhecidos por todos.

Os *postos avançados* têm por fim assinalar a aproximação dos elementos inimigos, quer depois de terminada a missão dos elementos retardadores, quer daqueles que tenham conseguido infiltrar-se pelos intervalos existentes entre esses elementos retardadores. São constituídos, geralmente, por elementos ligeiros destacados por cada agrupamento de combate da P. R., e têm uma simples missão de vigilância.

O *escalão de combate*, destinado a desenvolver a acção principal, é por isso constituído pela maior parte dos meios. Os efectivos não permitem, nem organizar uma ocupação densa no sentido da frente, nem organizar a posição em profundidade.

O primeiro escalão deste escalão de combate tem sido chamado a *linha de combate*, e é constituído por núcleos de resistência separados por largos intervalos que mantêm a posse dos pontos fortes do terreno e vigiam com os seus fogos os intervalos, por forma a apoiarem-se mutuamente. Cada um destes núcleos constitui um *ponto de apoio*, cujo número depende da frente total a guarnecer e cujo efectivo depende da sua importância, do terreno e do fraccionamento da força total. Evidentemente que o ou os pontos de apoio colocados na zona do esforço defensivo, devem ter maior número de meios. Como o terreno intermédio deve ser batido com eficácia para obter o apoio mútuo, os intervalos não deverão ser superiores a 1.000^m. Quando um núcleo de resistência tem uma importância fundamental para a defesa, pode chegar a ter efectivos que permitam constituir um centro de resistência (R. C. na Br. Cav. ou forte destacamento de cavalaria).

Revista da Cavalaria

O escalonamento em profundidade da resistência pode obter-se, pelo menos em certas zonas mais importantes, pelos processos seguintes:

— organizando pontos de apoio em 2.º escalão à retaguarda da linha da frente e geralmente nos intervalos dos pontos de apoio em 1.º escalão;

— organizando os pontos de apoio em profundidade pela constituição de postos de combate em 1.º escalão e postos de combate em 2.º escalão, dentro de cada um deles;

— localizando os pontos de apoio por forma a que o seu conjunto no sentido da frente tenha a forma de uma linha quebrada.

A *reserva* é essencialmente destinada a facilitar uma oportuna rotura do combate e a aumentar a profundidade do dispositivo pela ocupação de uma posição de alerta; pode, porém, em certos casos, ser empregada no contra-ataque ou para estofar a resistência nos pontos em que a acção do inimigo se torne mais premente. Em geral, tem simultaneamente a missão de garantir a informação nos flancos descobertos do dispositivo e fazer face às acções de envolvimento. É constituída, em regra, pelos elementos avançados, depois de terminada a sua acção de retardamento.

A *artilharia* deve adoptar um dispositivo e ocupar posições que lhe permitam a concentração de fogos a distância e o apoio à parte mais importante da P. R. O emprêgo sistemático de processos expeditos de preparação e regulação do tiro, os amplos sectores horizontais de tiro e a grande mobilidade do seu material, são os requisitos técnicos a ter especialmente em vista.

Os *grupos de cavalos desmontados e escalões de viaturas* são geralmente deixados na proximidade do escalão de combate para uma rápida utilização prevista ou eventual. Esta proximidade obriga ao desenfiamento e à sua articulação pelo que normalmente são deixados à disposição dos agrupamentos constituídos.

Pode por vezes convir que eles não ultrapassem uma linha determinada; neste caso o Comandante fixará em ordem essa linha.

Revista da Cavalaria

A *articulação do comando* é uma questão que merece algumas palavras: é que convém aproveitar ao máximo a articulação de comando orgânica da força que se vai instalar defensivamente. Assim, se se tratar de uma Br. Cav., o Comandante da Brigada organizará em regra tantos sectores quantos os R. C. ou B. I. de que disponha para colocar em linha, cada um dos quais se organizará em pontos de apoio.

Se se trata de um Destacamento de Cavalaria dispondo de dois ou mais G. Cav., convirá igualmente organizar sectores de cuja defesa encarregará êsses G. Cav.

*

Passada assim uma rápida vista de olhos sôbre os princípios ou regras mais a considerar na defensiva em grandes frentes, iniciaremos o estudo detalhado desta modalidade da manobra defensiva, resolvendo o tema que publicaremos no próximo número, acompanhado de um esquema-memento da O. Op. correspondente.





A Época Hípica de 1942

pelo Major ALMEIDA RIBEIRO



ÀO corridas três reuniões hípicas da temporada de 1942 e, tirando os tempos áureos do hipismo em Portugal, é a época em que o número de concorrentes é de vulto.

Com a inscrição de Cavaleiros da velha guarda, recordamos os tempos passados.

É para registar tal facto, pois Rodrigo de Castro Pereira já entrou na casa dos cinquenta e quem o viu saltar, por exemplo, em Palhavã, no seu cavalo *Horizonte*, encontra-o hoje, com mais trinta anos, é certo, mas com o mesmo espírito desportivo. Eça de Queiroz, mais moderno, desapareceu das lides hípicas, por algum tempo e reaparece agora com um *Brioso*. Para os dois cavaleiros as nossas felicitações.

As provas desta época apresentam-se com modalidades diferentes, que despertaram interesse entre os concorrentes.

É de prever uma boa temporada hípica. Com as facilidades dadas pela S. H. P., a assistência aumentou consideravelmente, o que dá grande animação às provas.

O regulamento das provas é o seguinte:

Taça «Regimento de Cavalaria 2»

Esta taça, oferecida à Sociedade Hípica Portuguesa pelo Regimento de Cavalaria 2, será disputada no conjunto das «poules» a realizar nos domingos decorridos entre 10 de Janeiro e 15 de Maio do corrente ano, sempre que o tempo o permitir.

Revista da Cavalaria

— regulamento —

- a) — A taça «Regimento de Cavalaria» será disputada entre os sócios da S. H. P., e será atribuída ao cavaleiro que montando o mesmo cavalo, tenha tomado parte, pelo menos, em metade das provas, e obtenha o maior número de pontos.
- b) — Em cada «poule» haverá os seguintes prémios, sempre que o número de cavalos que tomem parte na prova não fôr inferior a 20:

- 1.º Taça (miniatura)
 2.º »
 3.º »
 4.º, 5.º e 6.º «escudete» e laço.

— Até 15 concorrentes: 3 taças e dois «escudetes»

» 12 » 2 » » » »
 » 10 » » » um »

- c) — Para atribuição da Taça «Regimento de Cavalaria 2ª» aplicar-se-à em cada «poule» a seguinte pontuação:

— Os percursos são classificados em valor absoluto, em função do número de pontos de penalização pela seguinte tabela:

PONTOS DE PENALIZAÇÃO

PONTOS DE BENEFÍCIO

Percurso limpo	20
3	19
4	18
7	17
8	16
9	15
11	14
12	12
13	11

Todo o cavalo que termine o percurso 10

— A estes pontos, são somados, aos primeiros 6 cavaleiros classificados os seguintes pontos:

CLASSIFICAÇÃO

PONTOS DE BENEFÍCIO

1.º	6
2.º	5
3.º	4
4.º	3
5.º	2
6.º	1

Para efeito de pontuação para a taça, os 6 primeiros classificados contam-se independentemente do número de prémios.

Revista da Cavalaria

- d) — Sendo Y o número total de «poules» a realizar, só entrarão para a classificação final as Y — 3 melhores provas.
- e) — Os vencedores das diferentes «poules» terão mais um «handicap» de 0,10 em tantos obstáculos, quantas as «poules» ganhas.
- f) — Em caso de empate em qualquer classificação das «poules» recorrer-se-á à barreira sobre 3 obstáculos à escolha do Júri.
- g) — Em caso de empate na classificação final, a taça será atribuída ao cavaleiro que mais primeiros prémios tenha ganho, recorrendo-se em caso de igualdade aos segundos prémios, e assim sucessivamente, e caso se mantenha o empate recorrer-se-á à barreira sobre 3 obstáculos à escolha do Júri. O mesmo critério se adoptará para com o 2.º e 3.º classificados.
- h) — Aos cavaleiros 2.º e 3.º classificados na classificação final serão atribuídos 2 «escudetes» oferecidos pela S. H. P.
- i) — As «poules» são disputadas em prova de «handicap».

«Escudo» S. H. P. — 1942

Equipes

O «escudo» S. H. P. — 1942, será atribuído à equipe de 3 cavaleiros que disputando a taça «Regimento de Cavalaria 2» obtenham em conjunto o maior número de pontos, na classificação final desta última Taça.

O regulamento desta prova será o da taça «Regimento de Cavalaria 2».

Taça «General Craveiro Lopes»

Esta taça, oferecida à S. H. P. pelo Ex.^{mo} General Craveiro Lopes, será disputada entre os concorrentes à taça R. C. 2 e será regida pelo mesmo regulamento, diferindo deste, apenas em o cavaleiro poder montar qualquer cavalo.

Interessa para esta taça o melhor percurso, independentemente da montada, que poderá variar de prova para prova.

Taça «Handicap» — 1942

(Experiência)

A título de experiência é disputada a taça «Handicap» — 1942 entre os concorrentes à taça «R. C. 2», com a seguinte alteração no regulamento desta última.

Revista da Cavalaria

Na alínea c) do regulamento do R. C. 2 os pontos atribuídos aos 6 cavaleiros classificados serão obtidos em função dos handicaps dos cavalos, e serão regulados pelo seguinte quadro:

Classificações	S. H.	1.º	2.º	3.º	4.º
1.º	18	17	16	15	14
2.º	13	12	11	10	9
3.º	8	7	6	5	4
4.º	3	3	3	3	3
5.º	2	2	2	2	2
6.º	1	1	1	1	1

Taça «Sociedade Hípica Portuguesa» — 1942

A taça S. H. P. — 1942 será disputada entre os sócios da S. H. P., montando cavalos que não tenham ganho 200\$00 em provas de obstáculos.

Os percursos constarão de 8 a 10 obstáculos com alturas e larguras reduzidas e relativamente fáceis.

Esta taça será ganha pelo cavaleiro que montando o mesmo cavalo, no conjunto das «poules» realizadas até final, tendo tomado parte pelo menos em metade, maior número de pontos obtenha.

Em cada «poule» haverá os seguintes prémios:

- 1.º taça (miniatura).
- 2.º »
- 3.º e 4.º «escudetes» e laços.

No caso de concorrerem menos de 10 cavaleiros os prémios serão:

- 1.º taça (miniatura).
- 2.º e 3.º «escudetes» e laços.

Em caso de empate em qualquer «poule», recorrer-se-á à barrage sobre 3 obstáculos à escolha do Júri.

Revista da Cavalaria

Para atribuição da taça S. H. P. — 1942 aplicar-se-á em cada «poule» a seguinte pontuação:

PONTOS DE PENALIZAÇÃO	PONTOS DE BENEFÍCIO
Percurso limpo	20
3	19
4	18
7	17
8	16
9	15
11	14
12	12
13	11
Todo o cavalo que termine o percurso	10

Quando o vencedor de qualquer «poule» tenha o mesmo número de faltas que o 2.º classificado, será aumentado com um ponto de benefício.

Em caso de empate na classificação final, na totalidade de pontos, a taça será atribuída ao cavaleiro que no conjunto das «poules, tiver obtido maior número de primeiras classificações, recorrendo-se, em caso de igualdade, às segundas classificações e assim sucessivamente, e caso se mantenha o empate, recorrer-se-á à barrage sobre 3 obstáculos à escolha do Júri.

Concordamos com a organização dos percursos; um primeiro percurso muito fácil, para meter cavalos e outro já de uma certa responsabilidade. Há concorrentes que acham demasiadamente fácil o primeiro, pelo facto dos saltos terem de altura apenas 1 m. e a sua execução não apresentar maiores dificuldades na condução, etc. Para esses há uma resposta e respectiva solução: entrar na 2.ª prova. Quanto a nós achamos indispensável que um dos percursos seja muito fácil e ao alcance de todos os cavalos; anima os concorrentes e desperta-lhes o gosto pelo hipismo.

Nas apreciações a cavaleiros não indicamos nomes para não molestar ninguém: apenas falaremos dos que francamente nos agradaram.

Quanto à condução dos cavalos, dentro da pista, verifica-se que não se tem melhorado muito. As modas não têm auxiliado. Houve a moda do freio espanhol, que felizmente vai passando; veio a moda da gamarra; talvez seja ainda pior. A gamarra não permite a entrada dos posteriores; o que, certamente, desejariam os seus adeptos.

Revista da Cavalaria

Os novos que trabalhem. Verificarão que o trabalho faz desaparecer tôdas as modas.

Nalguns cavaleiros verificámos o encurtamento do estribo com encurtar da colocação a cavalo. O prejuízo do estribo deve ter apenas como consequência o recuo da perna e não do assento de sela. Cavaleiros houve que ao encontrar o estribo, sentaram-se no selim em vez de continuarem enforquilhados (se alguma vez o estiveram). Reparámos num cavaleiro novo, e que promete, montando um cavalo lação, que tinha muita pressa em se endireitar em seguida ao salto.

Endireitava-se justamente no momento em que aquêle movimento e atitude mais podem prejudicar o cavalo.

Vejam os: o cavalo recebe-se depois do salto sobre as mãos; as patas trazeiras vão substituir, ao poisar, as dianteiras ou, o que é mais vulgar, poisar no chão à frente das pégadas das mãos.

Se o cavaleiro se endireita antes das patas trazeiras tocarem o solo, estas nunca poderão alcançar as pégadas das dianteiras e muito menos ultrapassá-las. Num salto vertical, castiga o cavalo nos meios e o percurso no tempo; num salto de vala implica falta, pela certa.

Suponhamos que o cavalo, ao transpor a vala, poisa as mãos junto à borda próxima da fita que limita aquela.

Se o cavaleiro se mantiver para diante, as patas trazeiras ou vão poisar pela altura das dianteiras ou mais à frente, o que geralmente sucede, e o cavalo «limpa» a vala; se o cavaleiro se endireita, logo que o cavalo tiver tocado o terreno com as mãos, o cavalo abre-se, as patas trazeiras ficam para trás e, portanto, dentro da vala.

Houve noutro concorrente uma furta do cavalo para a esquerda, pelo facto de tirar a mão direita das rédeas para fazer uso da chibata.

Resumindo: as reuniões hípicas têm agradado e fazemos votos para que o entusiasmo e a concorrência não diminuam.

Uma pequena lembrança: o concorrente, depois do toque da sineta, para iniciar o percurso, não deve passear na pista cortando a linha dos visores; o corte desta linha, depois do sinal, implica contagem de tempo.

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

Domingo, 4 de Janeiro de 1942

1.^a Poule

Destinada a cavaleiros montando cavalos que não tivessem ganho 200\$00 em provas de obstáculos.

1. ^o — Taça — António de Vasconcelos	no	<i>Impulsivo</i>	o	pontos	o ^m	54 ^s $\frac{2}{5}$
2. ^o — » — José Carvalhosa	»	<i>Corredor</i>	o	»	o	55
3. ^o — Laço — D. José de Bragança	»	<i>Tripa</i>	o	»	o	55 $\frac{4}{5}$
4. ^o — » — Vilas Boas	»	<i>Chicuelo</i>	o	»	o	58 $\frac{4}{5}$
5. ^o — » — António Damião	»	<i>Orene</i>	o	»	I	04

2.^a Poule

Destinada a cavaleiros montando qualquer cavalo.

1. ^o — Taça — António Spínola	no	<i>Unicante</i>	o	pontos	I ^m	29 ^s $\frac{3}{5}$
2. ^o — » — Oliveira Reis	»	<i>Acusado</i>	o	»	I	33 $\frac{1}{5}$
3. ^o — Laço — António Damião	»	<i>Sol</i>	o	»	I	33 $\frac{2}{5}$
4. ^o — » — Sacadura Cabral	»	<i>Bonito</i>	o	»	I	37

Nota: Esta poule não entra para a classificação das Taças a disputar nesta época.

Domingo, 1 de Fevereiro de 1942

Taça «S. H. P.» — 1942

1. ^o — Taça — José Carvalhosa	no	<i>Corredor</i>	o	pontos	o ^m	55 ^s
2. ^o — » — Kaulza Arriaga	»	<i>Último</i>	o	»	o	55 $\frac{1}{5}$
3. ^o — «Escudete» — António de Vasconcelos	»	<i>Impulsivo</i>	o	»	o	56
4. ^o — » — Álvaro Frazão	»	<i>Belmoir I</i>	o	»	o	59

Percursos limpos: Helder Martins no *Ussul*, José Beltrão no *Garoto*,
Costa Gomes no *Lotus*, Henrique Calado no *Leve*.

Revista da Cavalaria

Taça «R. C. 2»

Nesta prova disputa-se simultaneamente a Taça «General Craveiro Lopes», a Taça «Handicap» — 1942 e o «Escudo» S. H. P. — 1942.

1.º — Taça	— António Spínola	no Almourol o pontos	1 ^m 15 ^s
2.º — »	— José Carvalhosa	na Fossete o »	I 17 ² / ₅
3.º — »	— Kaulza Arriaga	no Último o »	I 21 ¹ / ₅
4.º — «Escudete»	— Pascoal Rodrigues	» Namir o »	I 22 ² / ₅
5.º — »	— Sacadura Cabral	» Bonito o »	I 25 ¹ / ₅
6.º — »	— Henrique Calado	» Único o »	I 25 ⁴ / ₅

Percursos limpos: António Rabaça no *Abecar*, António Spínola no *Unicante*, António Damião no *Achincalhado*, Álvaro Frazão no *Belmoir I*, Helder Martins no *Optus*, Henrique Calado no *Obice*, Furtado Leote no *Barrufo*, Júlio Cardoso na *Soja*, António Gomes no *Sol*.

Domingo, 8 de Fevereiro de 1942

Taça «S. H. P.» — 1942

1.º — Taça	— Álvaro Frazão	no Belmoir I o pontos	0 ^m 52 ^s
2.º — »	— António de Vasconcelos	» Impulsivo o »	o 54 ² / ₅
3.º — «Escudete»	— José Beltrão	» Quere hoje o »	o 54 ³ / ₅
4.º — »	— Kaulza Arriaga	» Último o »	o 55

Percursos limpos: António Damião no *Orone*, Mena e Silva no *Urso*, Helder Martins no *Usslu*, Furtado Leote no *Barrufo*, Henrique Calado no *Leve*, Trigo Sousa no *Ulmeiro*, Júlio Cardoso no *Iegyes*, D. José de Bragança no *Vol-au-vent*, Carlos Miravent no *Urgo*, Villas Boas no *Urtigão*.

Taça «R. C. 2»

Nesta prova disputa-se simultaneamente a Taça «General Craveiro Lopes», a Taça «Handicap» — 1942 e o «Escudo» S. H. P. — 1942.

1.º — Taça	— António Spínola	no Almourol o pontos	1 ^m 16 ^s
2.º — »	— Pascoal Rodrigues	» Namir o »	I 21
3.º — »	— Henrique Calado	» Único o »	I 24
4.º — «Escudete»	— D. Jorge de Monte Real	» Rolito o »	I 24 ² / ₅
5.º — »	— Helder Martins	» Optus o »	I 26
6.º — »	— Oliveira Reis	» Acusado o »	I 26 ² / ₅

Percursos limpos: Costa Gomes no *Lotus*, Oliveira Reis na *Loterie*, António Spínola no *Macontene*, Castro Pereira no *Sudoeste*, Eça de Queiroz no *Brioso II*, Sacadura Cabral no *Bonito*, Ivens Ferraz no *Pirata*, Júlio Cardoso na *Soja*, Oliveira Reis no *Navi*.



Transposição de Cursos de Água

(Continuação)

pelo Capitão PEIXOTO DA SILVA



UER o material B P ^m/ 932 de que estamos tratando se utilize sob a forma de passadiço ou jangada, há uma determinada instrução preliminar, comum a estas duas modalidades de trabalho que precedem em geral a instrução do seu emprego.

Aquela instrução preliminar compreende:

- A preparação dos apoios e seu transporte;
- O lançamento à água e a operação de os retirar;
- A instrução de navegação a remo, a croque e à sirga.

Na preparação dos apoios temos a considerar:

- O enchimento dos flutuadores;
- A colocação do seu equipamento.

Revista da Cavalaria

As substâncias susceptíveis de poderem ser utilizadas no enchimento dos flutuadores são: a palha, o mato e folhas secas, etc.

De todas elas é sem dúvida a palha aquela que mais ao nosso alcance se encontra nas quantidades necessárias para permitir uma confecção perfeita dos apoios, e aquela que ao mesmo tempo permite uma realização mais rápida, muito principalmente quando o seu fornecimento em fardos, nos facilita o seu transporte para junto dos respectivos flutuadores.

Devemos contar em média com cerca de quatro fardos e meio, para o enchimento de cada um, e de uma equipa de quatro homens para a execução deste trabalho.

As folhas secas, desde o momento que a sua existência em quantidade suficiente não prejudique a rapidez e a perfeição da operação do enchimento, constituem um conteúdo eficaz que pelo facto de se tornar muito mais económico não deve deixar de ser aproveitado sempre que se possa.

Seja porém a palha ou as folhas secas, a matéria utilizada, o que é indispensável é que ela se encontre já no local próprio, na altura em que se torna precisa para prosseguimento do trabalho.

Cada equipa de enchimento dispõe, portanto, de dois dos seus homens para o transporte dessas matérias, para junto do sítio determinado a cada equipa, competindo aos outros dois, a operação do enchimento propriamente dita.

Para este efeito, estes, abrirão com uma das mãos a bôca de enchimento a seu cargo e, com a outra, meterão para dentro do flutuador, o material que o seu auxiliar lhe vai trazendo.

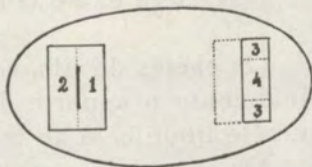
Logo que este cesse a operação do transporte, passará a coadjuvar no trabalho de enchimento, conjuntamente com o outro que se ocupava já desta operação, e seguidamente a fechar e a tapar as bôcas de enchimento.

Basta para isso, meter as duas pontas do atacador existente, pelos dois ilhós do extremo da bôca a que aquêle se encontra ligado, e passá-las em cruz, sucessivamente pelos ilhós seguintes até ao outro extremo onde rematarão com um nó direito com seio.

Revista da Cavalaria

Uma vez fechada a bôca, tapam-na por intermédio das abas nela existentes, procedendo da seguinte forma:

Os dois sapadores de cada fila, colocados um de cada lado do flutuador junto à bôca de enchimento, dobram sôbre ela, a parte posterior, isto é, a parte 1 sôbre a parte 2; seguidamente de fóra para dentro e no sentido transversal e junto às extremidades da bôca de enchimento, dobram-se as duas abas sobrepostas, ou seja, as partes 3 sôbre a parte 4.



Por fim, de fora para dentro e no sentido longitudinal, enrolam o conjunto prendendo o rôlo formado com as atas existentes que rematam com um nó direito com seio. (Vidé fig.)

— A colocação do equipamento

Tem por fim tornar os flutuadores aptos a qualquer das seguintes servidões:

- a apoio de passadiço;
- a apoio de jangada;
- a apoio simples para instrução de navegação.

Equipar um flutuador para servir de apoio de passadiço significa colocar sôbre ele:

- um suporte de tramo;
- uma ou duas amarras de flutuadores (apoios pares);
- duas espias;
- um remo e um croque.

Esta operação exige igualmente o mesmo número de homens agrupados da mesma forma.

Para isso, logo que a operação do enchimento tenha terminado, as duas filas que a equipa de preparação compreende,

Revista da Cavalaria

dirigindo-se aos respectivos tramos, vão buscar para junto dos flutuadores o material necessário.

A fila 1 transportará o suporte de tramo e a amarra ou amarras de flutuadores.

A fila 2 transportará o restante material, ou seja, um remo, um croque, quatro cordas de ligação e duas espias.

Procederá então como segue:

Os chefes de fila, cada um à sua prôa, assentam longitudinalmente o suporte de tramo sobre o flutuador por forma que ele fique bem ao meio, e seguram-no nessa posição.

Os outros dois sapadores, fazem a ligação do suporte ao flutuador por intermédio de duas das cordas de ligação e metem debaixo de cada uma das travessas médias do suporte de tramo, a outra corda de ligação dobrada com os seios para dentro (ver cap. das ligações).

Seguidamente, os chefes de fila (se tal deve ter lugar) metem os chicotes das amarras nas argolas superiores de amarração, de cima para baixo alando por elas até que bastante mais de metade tenha corrido na argola, formando dos chicotes dois estropos que colocam sobre o flutuador entre as travessas médias e extremas do suporte, tendo o cuidado de colocar por baixo o da parte menor da amarra.

Ao mesmo tempo os sapadores cerra-filas, colocam as espias enfiando-as nas respectivas argolas debaixo para cima e passando os chicotes nas suas alças ⁽¹⁾.

Colocam em seguida longitudinalmente o remo e o croque sobre os estropos formados pelas amarras ou sobre o suporte de tramo se aquêles não existirem e ligam-nos ao suporte por intermédio das duas cordas de ligação, dobradas, colocadas logo de início por si próprios sob as travessas médias dos suportes (ver cap. das ligações).

Finalmente, os chefes de fila levantando as respectivas prôas dos flutuadores, permitem aos seus cerra-filas passar por baixo dêle para o outro lado, os chicotes das espias depois de dobrados sobre si mesmo.

(1) As espias são colocadas do lado do flutuador que há-de ficar voltado para a margem de partida.

Revista da Cavalaria

Uma vez conseguido isto, os chefes de fila assentam as prôas de novo no solo e tomando os chicotes das espias passados para o outro lado alam por eles, elevando-os verticalmente até que fiquem à mesma altura dos seios também elevados verticalmente do outro lado pelos seus auxiliares, abraçando com elas o conjunto (flutuador suporte de tramo e mais material colocado sôbre o flutuador) dá um nó direito

com um seio entre o seio e o chicote. Fica assim o apoio apto a poder ser transportado e lançado à água.

A equipagem dos flutuadores para apoio de jangada é de uma maneira geral idêntica às dos apoios de passadiço.

Quando porém se trate das jangadas de dois ou quatro flutuadores, em que há necessidade de agrupar dois flutuadores de uma forma diferente, a equipagem variará um pouco como consequência disso.

Ao tratarmos dos meios descontínuos em que daremos uma descrição detalhada de cada um dos tipos de jangada que podemos considerar, indicaremos os materiais necessários à construção de cada um e por consequência a equipagem de que cada um deles carece.

A equipagem de um flutuador simples, para instrução de navegação, ou pode ser completa conforme já atrás vimos, ou pode de princípio resumir-se ao material estritamente indispensável, para aquêle fim.

A mais ligeira equipagem que um flutuador para instrução de navegação pode ter, é uma amarra de flutuador, duas espias, um remo ou um croque.

— Transporte dos apoios

Cada apoio necessita para o seu transporte, uma equipa de quatro homens.



Enchimento de um flutuador

Revista da Cavalaria



Flutuador equipado

Semelhantemente ao que atrás ficou dito para os outros trabalhos, esta equipa compreenderá também duas filas, que actuarão, respectivamente, junto às argolas da espia da frente e da retaguarda, chefes de fila de um lado, cerra-filas do outro.

À voz de «transportar o apoio aos seus lugares — marche» dirigem-se aos apoios ficando todos com a frente indicada.

Uma vez junto do apoio esperam a voz de preparar, à qual desligam as espias e abaixando-se passam os chicotes ou seios das espias pelas costas, na direcção do ombro do lado de fora e por cima dêste; agüentam com a mão dêste lado, os chicotes ou seios, e com a do lado de dentro o firme junto às argolas.

À voz de «ala em frente», erguem-se suspendendo o apoio, rompem a marcha com o passo certo na direcção do curso de água, e à voz de «alto em terra» param, abaixando-se para assentar o apoio no solo, lançando os chicotes e os seios para cima dêles.

Nunca se devem transportar os apoios exercendo força nas argolas.

— *O lançamento do apoio à água*

Exige o mesmo número de homens dispostos da mesma maneira.

A operação executa-se à voz de «atenção — apoio à água — ala».

À primeira voz, estando os sapadores nos lugares em



Transporte de um flutuador

Revista da Cavalaria

que transportaram o apoio, abaixam-se um pouco e pegam na espia junto das respectivas argolas com ambas as mãos.

À segunda voz, levantam-se o bastante para que o fundo do flutuador não arraste pelo solo e aproximando-se o mais possível da água, metem nela a prôa mais próxima, devendo o chefe de fila ou cerra-fila da frente, que se encontrar a montante, retirar a espia, conservando o chicote na mão; a fila da retaguarda, auxiliada pelo chefe de fila ou cerra-fila livre da frente, impele mais o apoio até este entrar completamente na água, retirando o chefe de fila ou cerra-fila da retaguarda que se encontrar a montante, a espia, com a qual faz um estropo que lança sobre o suporte.

O cerra-fila ou chefe de fila da frente, que se encontrar a montante e que tem a espia correspondente na mão, amarra o apoio.

Deve evitar-se o mais possível que o apoio arraste pelo solo, e na impossibilidade de o conseguir em absoluto, deve arranjar-se um carreiro, limpando o terreno de todos os materiais que possam deteriorar a lona do flutuador.

— *Para retirar da água um apoio*

Torna-se necessária uma equipa de oito homens devidamente comandada e organizada em quatro filas.

À voz de «retirar da água o apoio — marche» a fila 1 dirige-se ao apoio que deve



Lançamento à água



A retirada da água

Revista da Cavalaria

estar encostado a um ponto da margem e condú-lo para o local de saída, aproando-o a terra; seguidamente mete pelas argolas de espia e de ligação, envolve-a na cintura, auxiliada pelos cerra-filas 2 e 3, uma amarra cujos chicotes ficam livres na prôa que está em terra, enquanto a fila 4 agüenta o apoio.

Os chefes de fila 2 e 3 vão buscar uma espia cada um.

A voz de «apoio em terra» as filas 2, 3 e 4, pegam nos chicotes da amarra, circundam o apoio, chefes de fila à esquerda, cerra-filas à direita, frente ao rio, colocando-se a fila 1 junto da prôa.

À voz de «ala» aquelas filas puxam para terra e a fila 1 agarrando o apoio por baixo (nunca pelas argolas) levantam-o quanto fôr possível para evitar que arraste.

Logo que a prôa esteja fóra da água, as filas 2, 3 e 4 deixam de alar e a fila 1 mete a espia que está no apoio por baixo dêle, e na altura da respectiva argola, colocando-se na posição de transportar o apoio; a fila 2 deixa a amarra e vai colocar-se junto da primeira argola de ligação, trazendo o chefe de fila a espia que foi buscar. As filas 3 e 4 continuam na amarra.

De novo à voz de «ala» as filas 3 e 4 alam pela amarra, a fila 1 suspende o apoio pela espia e a fila 2 evita o arrastamento, levantando-o.

Estando mais de meio apoio em terra, a fila 2 mete a sua espia por baixo dêle, na altura da primeira argola de ligação, vindo a fila 3 tomar posição idêntica à que a fila 2 tomou, no momento anterior, e ficando a fila 4 na amarra.

À voz de «ala» novamente dada, a fila 4 ala pela amarra enquanto as filas 1 e 2 suspendem o apoio auxiliadas pela fila 3 mais atrás.

Estando todo o apoio em terra, a fila 4 coloca os chicotes da amarra sôbre ele e dirige-se para a segunda argola de espia na altura da qual mete por baixo do apoio a respectiva espia, procedendo de igual modo a fila 3 com a espia que o chefe de fila traz.

O esforço nos chicotes da amarra que circundam o flutuador, deve exercer-se por forma a evitar que as argolas se arranquem.



Actividade Escolar

Concurso Hípico Regimental e Corta-mato

Referentes ao ano de 1941, realizaram-se estas provas, verificando-se os seguintes resultados:

C. H. R.

Oficiais:

- 1.º — Cap. Guedes Campos, no **Aventesma**
- 2.º — Alf. Nascimento, no **Jocoso**
- 3.º — Ten. pic. Mateus, no **Surrão**

Sargentos:

- 1.º — Fur. Caldeira, no **Jovita**
- 2.º — 1.º Sg. cad. Rocha e Cunha, no **Dançarino**
- 3.º — Fur. Matos Silva, no **Bandó**

Corta-mato

- 1.º — Cap. Peixoto da Silva, no **Little-One**
- 2.º — Cap. Guedes Campos, no **Absurdo**
- 3.º — Alf. Leão Correia, no **Ibérico**

Sargentos:

- 1.º — Fur. Caldeira, no **Decidido**
- 2.º — Fur. Matos, no **Bandó**
- 3.º — Fur. Nunes da Silva, no **Bandoleiro**

Cabos e soldados:

- 1.º — 1.º cabo 227 E no **Last**
- 2.º ex-aequo — 1.º cabo 444/E, no **Bacamarte**
1.º cabo 127/E, no **Eland**

Revista da Cavalaria

Curso de instrutores de condução de viaturas auto e Curso de condutores de viaturas auto

Pela primeira vez funcionam na escola estes dois cursos, iniciados no dia 2 de Março, destinando-se a serem frequentados, o primeiro, por oficiais e o segundo, por sargentos.

O programa de instrução contém os seguintes assuntos :

a) *Técnica de ensino e condução auto*

- Método de ensino.
- Regras de condução de viaturas isoladas e viaturas em coluna.
- Condução de viaturas rebocadas e de viaturas rebocando, com atrelado rígido e atrelado flexível.
- Particularidades relativas à condução de viaturas especializadas (carros de combate, de transporte de feridos, tractores, etc.)
- Viaturas a óleos e a gazogéneo.
- Mecânica das viaturas automóveis (normais e excepcionais): noções essenciais sobre os seus órgãos principais, sua organização e funcionamento.
- Travões, órgãos de comando e de direcção : sua verificação e afinação.
- Avarias : pesquisa e resolução.
- Conservação e tratamento das viaturas automóveis em serviço e em depósito.
- Tracção e manobras de força.
- Carga e descarga de viaturas.
- Influência do perfil das estradas na marcha das viaturas isoladas e de combóios automóveis.
- Código das estradas : disposições interessantes.

b) *Prática de ensino da condução de viaturas auto*

- de viaturas ligeiras, pesadas, especializadas e de motociclos.

Estes assuntos a desenvolver conforme a preparação dos instruendos, são aumentados para o curso frequentado por oficiais, com mais os seguintes :

- Organização dos serviços de instrução.
- Idéia geral sobre os modernos aperfeiçoamentos introduzidos na mecânica das viaturas auto.
- Exploração do serviço automóvel.

Jornaes revistas livros

O Desporto e o Cavaleiro Militar

Pelo Ten. Cor. L. de Letona
da Escola de Aplicação de
Cavalaria

Exercício — Janeiro de 1942

Nestes tempos de motorização e mecanização, seguramente haverá quem, ao ver um artigo sobre cavaleiros militares, sinta desassossego. Desde já, não resta dúvida que é indispensável a mecanização da Cavalaria; porém, mesmo assim, subsiste a íntima convicção de que, apesar da evolução e dos métodos de combate, como consequência do progresso dos armamentos e do aparecimento de novas armas, a Cavalaria montada sobrevive e sobreviverá sempre, pois por muitas modificações que o emprêgo do armamento moderno imprima às modalidades tácticas do combate, há um facto que nunca varia e a cujas exigências teremos sempre que nos adaptar: o terreno. É este que nos indicará em cada caso quais as forças — montadas ou mecanizadas — mais apropriadas para conseguir o fim em vista. O equívoco, exagêro (ou como lhe queiram chamar) da frase actualmente tanto em voga «o motor pôs de parte o cavalo» não conseguiu ainda destruir a conclusão de que, se é indispensável mecanizar parte da Cavalaria, também é indispensável a necessidade de conservar unidades montadas, para que, do emprêgo adequado de ambas, se consiga alcançar um todo harmónico e eficaz.

Não vamos repetir aqui os argumentos encaminhados a deduzir, como consequência, que a mecanização de parte da Cavalaria não exclui nunca a Cavalaria montada, e assente esta afirmação, se compreenderá facilmente que para maior eficácia desta última, é necessário que os cavaleiros se encontrem a todo o momento em condições de prestarem o serviço que se lhes peça. É imprescindível que as suas aptidões físicas e qualidades morais estejam desenvolvidas no mais alto grau, e como tal

Revista da Cavalaria

se não pode improvisar, deduz-se claramente que é em tempo de paz que os cavaleiros se deverão esforçar para que as ditas aptidões e qualidades alcancem o seu máximo rendimento, sendo na prática decidida e constante do cavalo que se encontrará o melhor meio para o conseguir.

Assim, temos de dedicar ao cavalo uma boa parte das nossas actividades e devemos pôr o nosso maior empenho em incutir nos oficiais que começam a sua carreira, as brilhantes tradições da Arma, para deles conseguir o que é indispensável que possuam: espírito cavaleiro.

E que representa o espírito cavaleiro? — O amor ao perigo, a satisfação da dificuldade vencida, o hábito da reflexão tranqüila perante as emoções mais violentas e o sentido da decisão rápida, serena e instantaneamente aplicada; qualidades morais que, para alcançarem o seu mais completo desenvolvimento, necessitam exercitar-se num ambiente apropriado; e o melhor ambiente, o que oferece campo mais amplo para êle, é a prática activa da equitação desportiva, insubstituível escola de cavaleiros, onde a audácia, o arrôjo e o valor têm natural assento.

É, pois, incontestável que para os cavaleiros militares, o desporto é uma necessidade, e a sua prática constante e entusiasta, o melhor meio para possuir êsse timbre de glória da Cavalaria que é o espírito cavaleiro; espírito que, sentindo-o apaixonadamente, nos servirá não só para servir a Arma com entusiasmo, mas também qualquer posto onde a Pátria necessita dos nossos serviços, ainda que êstes não sejam os peculiares da Arma.

Uma demonstração do que o espírito cavaleiro significa, deu-nos a passada guerra mundial de 1914-18, pelo comportamento brilhantíssimo de que deram repetidas provas — tanto do lado aliado como do lado dos seus adversários — os oficiais de cavalaria. Muitos dêles, motivado pelo quasi desaparecimento do quadro de oficiais das suas infantarias esgotadas, cheios de entusiasmo, foram completar êses quadros e mais tarde foram procurar a necessidade de acção que não encontravam nesta Arma — devido à guerra de trincheiras — servindo a Aviação e os tanques, levando a tôda a parte a vontade de vencer, impulsionados pelo seu espírito cavaleiro, que lhes transmitia a resolução de irem até ao fim.

E reportando-nos à nossa Gloriosa Cruzada, na memória de todos perdurarão os nomes dos Chefes e oficiais de Cavalaria que, comandando unidades de Infantaria, ou tripulando carros de combate, escreveram com os seus feitos páginas de glória para a nossa Arma.

Só conhecendo bem os serviços e missões da Cavalaria é que se compreenderá claramente que só pela prática constante do desporto hípico, nas suas diferentes modalidades, se formará o cavaleiro militar.

Em campanha, o normal é marchar por maus caminhos, agravando-se às vezes a situação pela má visibilidade, que aumenta as dificuldades, ou pelo tempo que modifica o estado do terreno; utilizam-se cavalos quasi esgotados por fadigas consideráveis, daí advindo grandes dificuldades para os serviços de exploração e segurança, reconhecimento, ligações, e transmissão de informações e notícias. Nada de ilusões: não possuiremos nesses momentos a resistência e sangue frio necessários para levar ao fim com feliz resultado estas penosas e arriscadas empresas, se não procurarmos em tempo de paz as circunstâncias mais difíceis e parecidas

Revista da Cavalaria

com aquelas que teremos de enfrentar em campanha. O melhor meio para conseguir este resultado é a prática do desporto hípico levada ao seu limite máximo. A luta nos obrigará a empregar tudo o que possuímos de energias e vontade, nos dará o hábito do desprêso pelo perigo, indispensável à carreira das armas, permitindo-nos conservar sempre a valentia e audácia, acentuadas características da Cavalaria.

É na prática dos concursos hípicos, campeonatos de cavalo de guerra, «cross-countrys», «steeple-chases», «raids», etc., que o cavaleiro encontrará o meio mais propício para desenvolver as qualidades físicas e morais, que lhe são indispensáveis possuir, para, em qualquer momento, desempenhar com êxito a missão confiada, seja esta qual fôr.

Qual das manifestações desportivas citadas será a mais apropriada ao cavaleiro militar? — Todas elas, cada uma na sua modalidade, lhes são igualmente úteis.

Os concursos hípicos, segundo a expressão do malogrado Botin, são uma admirável escola de cavaleiros, pelo que em si representam, pelo interesse e persistência que são necessários para nêles se triunfar.

Os «cross-countrys», vantajosos por se disputarem em grupo, são uma grande escola para os cavaleiros, pela rapidez e energia necessárias para conduzir os cavalos, devido às rápidas mudanças de direcção.

A preparação e execução de marchas põem à prova o conhecimento que temos do cavalo, pois para as realizar com êxito é preciso saber o que se lhe pode pedir, sem prejuízo para a sua saúde. Como ao mesmo tempo é preciso estar ao facto de tudo que se relaciona com a alimentação, fregagem, higiene, etc., proporciona grandes conhecimentos aos cavaleiros, os quais por sua parte têm de contribuir com muita dedicação e perseverança no trabalho, visto a preparação das marchas ser o mais penoso de todos os treinos hípicos, por aquela se resumir a longas horas a cavalo sem se atender ao estado do tempo.

O campeonato do cavalo de guerra é a competição militar por excelência; as diversas provas de que se compõe, ensino, marcha, steeple, cross e percurso de obstáculos, tornam-no na manifestação hípica mais completa, mais militar e de maior utilidade prática para os oficiais.

Quanto às corridas, principalmente as de steeple, são de grande importância para os cavaleiros militares, pois é onde melhor se podem pôr à prova as suas aptidões e conhecimentos eqüestres, sendo uma das modalidades de equitação desportiva mais adequada a manter os oficiais na prática de uma equitação vigorosa e decidida.

É oportuno recordar — e isto dará mais autoridade às nossas palavras — sobre o que a este respeito dizia o ilustre General Bracque-Belair, mestre de muitas gerações de cavaleiros na Escola de Saumur: «Como as corridas exigem um largo e constante emprêgo do cavalo, um conhecimento profundo das suas qualidades, um grande hábito da velocidade, sangue frio e golpe de vista, energia para lutar e, enfim, uma fé ardente, sólida, sem a qual se não triunfa nunca, cremos ser esta a melhor escola de soldados, paixão que todo o cavaleiro deve trazer no sangue».

Nada que justifique de uma maneira mais convincente a necessidade do desporto hípico para os cavaleiros militares do que as palavras do General

Revista da Cavalaria

Rosemberg, uma das figuras de maior prestígio que teve a cavalaria alemã, sobre este assunto: «As manobras e exercícios não devem bastar aos nossos oficiais, pelo que é necessário, durante o tempo de paz, encontrar uma ocupação sobre o ponto de vista de emprêgo do cavalo, e nenhuma melhor existe do que as corridas e caçadas a cavalo. — *Que seria de uma cavalaria se os seus jovens oficiais não montassem mais do que em serviço, picadeiro e campo de instrução?*»

«O Oficial de Cavalaria deve ter o espírito empreendedor arreigado; senão jamais alcançará o inimigo, e não é no picadeiro que se formam os caracteres audazes, mas sim no campo e na pista. Quanto aos temperamentos opostos, espíritos medrosos e circunspectos, que temem as responsabilidades, doces, sensíveis, cheios de cuidados pelas suas pessoas ou de precauções exageradas para com os seus subordinados, nada têm que fazer na nossa Arma. É preferível que se dediquem à poesia e a cantarem o amor».

O autor das precedentes linhas, que revelam o espírito de um verdadeiro cavaleiro, correu 170 steeple-chases, carregou em 7 ocasiões o inimigo e disputou um cross-country aos setenta anos.

Grande exemplo de fé e entusiasmo pelo desporto hípico, base fundamental para que os cavaleiros militares possuam as condições necessárias para poderem triunfar no cumprimento das gloriosas missões da Arma.

L. R.



Actualidades Gráficas

Preparação do Exército Inglês para a guerra



Tropas de desembarque do Exército Inglês escalando uma vertente de 30 metros de altura para seguidamente se empenharem num ataque

O Exército Italiano na Guerra actual



ÁFRICA SETENTRIONAL — *Embarque de carros blindados italianos em camions que os conduzirão até às primeiras linhas*



FRENTE RUSSA — *Um campo improvisado da aviação italiana*

O Exército Alemão na Campanha da Rússia



FRENTE LESTE — *Posição de artilharia alemã, numa aldeia russa*



A MOTO-MECANIZAÇÃO NO EXÉRCITO ALEMÃO — *Uma pane inevitável na Frente Leste. Uma moto é levada para a próxima oficina de reparações alemã*

G R A V U R A
T Y P O G R A F I A
O F F S E T
D E S E N H O

///

BERTRAND
(IRMÃOS, LTD.)

///

Trav. Condessa do Rio, 27 — LISBOA

Telef. 2 1368 e 2 1227

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

Cap. : 22.000.000\$00

Fundo Reserva : 48.800.000\$00

Sede — Rua do Comércio, 95 a 107

Filiais :

PORTO — COÍMBRA — BRAGA — FARO — COVILHÃ

Agências :

TORRES VEDRAS — S. JOÃO DA MADEIRA — SANTARÉM
— TORRES NOVAS — GOUVEIA — ESTORIL — TORTOZENDO
— ABRANTES — MANGUALDE — FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Dependências :

ALCÂNTARA — BEATO — CONDE BARÃO
— ALMIRANTE REIS

Tôdas as Operações Bancárias

J. Nunes Corrêa & C.^a LIMITADA

Casa fundada em 1856

ALFAIATES
e ARTIGOS de NOVIDADE

Costumes de Amazonas
Especialidade de Uniformes

Telefone 2 1958
End. Telegr. : JOTANUNES

Rua Augusta, 250, 252
Rua de Santa Justa, 63 a 69
Lisboa

Manuel Domingos Lopes

PROPRIETÁRIO

— DE —

A Nova Mobilladora dos Anjos

Rua dos Anjos, 31 e 33-B

Telefone 4 4685

e dos

Armazens da Rua da Palma

Rua da Palma, 118 a 124

Telefone 2 8551

LISBOA

Mobiliias em todos os estilos

Cofres de ferro, camas, lava-
tórios, colchoarias

Carpets — Tapetes
Pergamoides Maples

Veludos-Cretones-Damascos
OFICINA DE ESTOFADOR
E DECORADOR

Compra, vende e troca mobi-
liias novas e usadas
Serviço de camionete com
pessoal competente

PARA BOA DIGESTÃO

Distribuidor

no Centro

e

Sul do País:

B E B A

ÁGUA CAMPILHO

Bicarbonatada sódica;
gaso-carbónica natural

ADJUCTO VASCO

RUA JOÃO CABREIRA, 49

COIMBRA

Depósito em Lisboa:

Rua da Alegria, 18-20

Telefone 2 8174

CASA AFRICANA

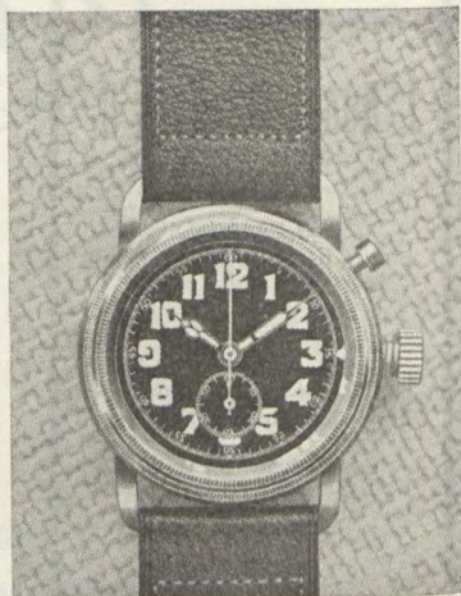
RUA AUGUSTA, 161

Tel. 2 4264-65 P. B. X. — Lisboa

R. Sá da Bandeira, 166

Tel. 1361 P. B. X. — Porto

Secções de: Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes, Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças, Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Decorador, Estofador, Cintas e Soutiens, Peles confeccionadas e a retalho, Retrozaria, Luvária, Perfumaria e todos os artigos para Homens, Senhoras e Crianças



MODÉLO 711 AU

Próprio para o Exército

BREITLING

Chronografo aprovado pela Aviação Portuguesa



Portuguesa S. A. B. L.

LISBOA

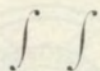
AV. DA LIBERDADE, 253

Telef. 41171

PORTO

RUA S.^{TA} CATARINA, 122

Telef. 1094



- Automóveis de Turismo
- Carros industriais
- Auto-Bombas
- Auto-Regadoras
- Material de incêndios
- Tractores agrícolas
- Motores DIESEL e Semi-DIESEL
- Motores marítimos
- Aeroplanos civis e militares
- Motores de aviação
- Material ferroviário
- Todos os veículos para a motorização das diversas armas

B. B. C. A VOZ DE LONDRES B. B. C.

F A L A

E O MUNDO ACREDITA!

Noticiário em LINGUA PORTUGUESA

Horas		Estações	Ondas curtas
13,15	Noticiário	{	G R Z 13,86 m. (21,64 mc/s)
			G S O 19,76 m. (15,18 mc/s)
13,30	Actualidades		G R V 24,92 m. (12,04 mc/s)
22,00 (*)	Noticiário	{	G S C 31,32 m. (9,58 mc/s)
			G S B 31,55 m. (9,51 mc/s)
22,15 (*)	Actualidades		G R T 41,96 m. (7,15 mc/s)

(*) Este período de Noticiário e Actualidades ouve-se também em ondas médias de 261,1 metros (1,149 kc/s) e ondas compridas de 1.500 metros (200 kc/s).

Inválidos do Comércio

13 DE JUNHO

(DIA DE SANTO ANTÓNIO)

GRANDE SORTEIO

DE

UMA FOURGONETA «CHEVROLET»

UTILITÁRIA, COMPLETAMENTE NOVA

Master de Luxo, **SEDAN DELIVERY**

ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO DE PROPAGANDA

Bilhetes 10\$00

RUA DOS FANQUEIROS, 221, 2.º

A cobrança para todo o País

*Tipografia
dos Combatentes*



*da Liga
da Grande Guerra*

**TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS**

CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 21450

ORÇAMENTOS

GRÁTIS

Avenida Palace Hotel

LISBOA — Ao lado da Estação do Rossio

130 quartos, 80 com salas de banho privativas

Telefones em todos os quartos, ligados à rede internacional

Aquecimento central // Excelente cozinha // Magnífica Adega

O MELHOR SERVIÇO

PREÇOS MODERADOS

Acôrdos especiais para famílias ou estadias prolongadas

Telefones 2 0231-2-3-3

Telegramas PALACE-LISBOA

Oficinas Gerais de Material de Engenharia

Sede: Avenida da Índia — BELÉM

Manufatura de Material de Engenharia

Sapadores mineiros, sapadores
de caminhos de ferro, telegrafia
e telefonia por fios e sem fios,
:: pontoneiros, automobilistas ::

Mobiliária e utensílios

**Trabalhos em ferro e madeira para
construção civil**

Construção, reparação e pintura
de carroseries

Fundição, Vulcanização, Niquelagem, etc.

Fornecimento e fabricação
de sobresselentes para automó-
veis e motocicletes

Fornecimentos análogos para o público

Fábrica de Carimbos

**EM TODOS OS GÊNEROS
DE**

CARLOS NEVES - Gravador

RUA AUGUSTA, 177

TELEPHONE 2 0138 LISBOA

Fornecedor dos Ministérios —
Repartições Públicas — Hospitais
Civis de Lisboa — Banco de Por-
tugal — G. N. Republicana e Le-
gião Portuguesa

Numeradores automáticos — Da-
tadores em metal e em borracha
— Sinetes para lacre — Sêlos
brancos — Chapas em ferro es-
maltado, etc.

PREÇOS RESUMIDOS

Dansk Industri Syndikat

Material «Madsen»

Metralhadoras e Canhões Automáticos

Armas automáticas de pequeno e grande calibre para o Exército, Marinha, Aviação, Defesa contra Aeronaves e Defesa contra Carros de Assalto



O canhão automático **Madsen** de 20^{mm}, sobre «side-car», pode fazer fogo montado sobre este, ou no terreno, sobre o reparo a que está permanentemente ligado

A passagem do canhão da sua posição de transporte para a de tiro no terreno executa-se em menos de um minuto

REPRESENTANTES PARA PORTUGAL E COLÓNIAS:

Monteiro Gomes, Limitada

Rua Cascais (Alcântara), 47

L I S B O A



BANACÃO

O MELHOR DOS
ALIMENTOS

Produto português
para os portugueses



O BANACÃO é preferido para a 1.^a refeição

porque todos os que o tomam, se sentem mais confortados até à 2.^a refeição,

porque ao fim de poucos dias conhecem a diferença do seu vigor nos exercícios físicos, que normalmente fazem,

porque é mais agradável ao paladar.

OS PARECERES MÉDICOS

provam que é mais nutritivo,

provam que fornece mais calorias que qualquer outra refeição.

BANACÃO sempre BANACÃO

Companhia Nacional de Navegação

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa
nas carreiras de África

Sede

Rua do Comércio, 85
LISBOA

Sucursal

R. Infante D. Henrique, 73
PORTO

No primeiro sábado de cada mês, serviço rápido de carga e passageiros para a África Ocidental, e no quarto sábado, serviço rápido de carga e passageiros, com escala nos principais portos da África Ocidental, para a África Oriental.

Frota da C. N. N.

«S. Tomé», n/m . . .	9.100 Ton.	«Congo»	5.000 Ton.
«Niassa»	9.000 »	«Tagus», n/m	1.600 »
«Angola»	8.300 »	«Luabo»	1.385 »
«Cubango»	8.300 »	«Chinde»	1.383 »
«Quanza»	6.500 »	«Inharrime».	1.000 »
«Lourenço-Marques»	6.400 »	«Ambriz»	858 »
«Cabo Verde». . . .	6.200 »	«Save»	763 »

Agências em todos os portos africanos e nos principais portos do Mundo

Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado

Fardamentos e Calçado
— Fatos Cíveis — Roupas
brancas — Tecidos diver-
sos — Gravatas — Perfu-
marias

Análises de Tecidos e Cabedais

SEDE — LISBOA
Campo de Santa Clara
SUCURSAL — PÓRTO
Rua da Boa Vista

FLORINDO & FLORINDO

Capas e casacos, polainas,
galochas e botas de borra-
cha, pastas e cintos, estojos
couvre-pieds, sacos e to-
dos os artigos de viagem,
toalhas e oleados para me-
sa, chão e diferentes usos,
carteiras para homens e
senhoras, em tôdas as qualidades



*Especialidade em artigos
de peles para senhoras*



MALAS E PELES



190, 192, RUA AUGUSTA, 194, 196

Telef. 2 6807 — LISBOA

Camions Condor a óleos pesados
e

Latil a gás pobre com gazogénio

Gohin - Poulenc

Motocicletas Guzzi



Tractores de rodas e de rasto contínuo



Representantes exclusivos

Fassio, L.^{da}



LISBOA

RUA JARDIM DO REGEDOR, 20

PÓRTO

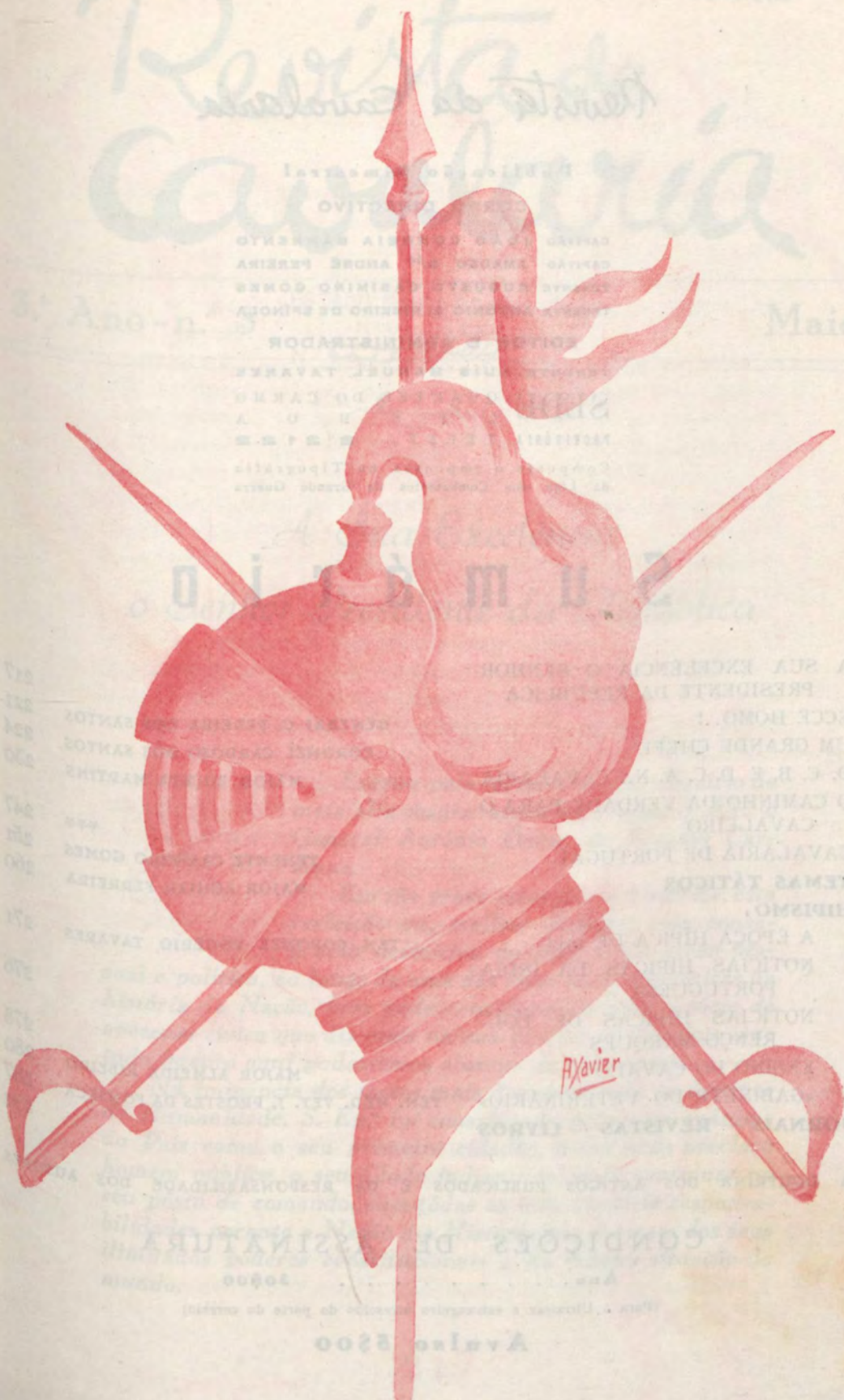
P. DA BATALHA, 19

BEJA

LARGO DA FEIRA

Revista de Cavalaria

Maio



A. Xavier

Avulso 500

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO

CAPITÃO AMADEU S.^{to} ANDRÉ PEREIRA

TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES

TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DE SPÍNOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SÉDE QUARTEL DO CARMO

L I S B O A

PROVISÓRIA TELEF. 2 2 1 2 2

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

S u m á r i o

A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ECCE HOMO..!

UM GRANDE CHEFE

D. C. B. E D. C. A. NA CAVALARIA

O CAMINHO DA VERDADE PARA O
CAVALEIRO

CAVALARIA DE PORTUGAL

TEMAS TÁTICOS

HIPISMO:

A ÉPOCA HÍPICA DE 1942

NOTÍCIAS HÍPICAS DA ÍNDIA
PORTUGUESA

NOTÍCIAS HÍPICAS DE LOU-
RENÇO MARQUES

ENSINO DO CAVALO

«GABINETE DO VETERINÁRIO»

JORNAIS — REVISTAS — LIVROS

GENERAL C. PEREIRA DOS SANTOS

CORONEL CARDOSO DOS SANTOS

MAJOR BUCETA MARTINS

TENENTE CASIMIRO GOMES

MAJOR AGUIAR FERREIRA

TEN. CORONEL ROGÉRIO TAVARES

MAJOR ALMEIDA RIBEIRO

TEN. MÊD. VET. J. PROSTES DA FONSECA

A DOCTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 30\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5\$00

Revista da Cavalaria

3.º Ano - n.º 3

ESTADO MAIOR DO EXERCITO

BIBLIOTECA
N.º ~~667~~ 1204

Maio

Em 6 / 6 / 1942

A Sua Excelência o Senhor Presidente da República



Entrou pela terceira vez no exercício da mais alta magistratura da Nação, S. Ex.ª o General António Óscar de Fragoso Carmona.

Em tão grave emergência histórica, esta reeleição ou, melhor dizendo, esta consagração definitiva do País à sua acção pessoal e política, ao longo de uma das fases mais dramáticas da história da Nação, bem pode considerar-se uma espécie de apoteose cívica que diz mais na sua eloquente singeleza que tudo quanto aqui pudéssemos ajuntar de comentário.

Na iminência dos factos mais decisivos para os destinos da Humanidade, S. Ex.ª foi considerado pelo voto unânime do País como o seu primeiro cidadão, o seu mais preclaro homem público, o seu Chefe indiscutível para continuar no seu posto de comando, com tôdas as indeclináveis responsabilidades perante a Nação e a História que derivam dos seus ilimitados poderes constitucionais e da trágica situação do mundo.

Revista da Cavalaria

E, no entanto, nunca S. Ex.^a fôra em tôda a sua longa carreira um militar politico na vulgar e equívoca acepção que essa expressão ganhara entre nós.

Simples official de cavalaria, e apenas official de cavalaria, exacto cumpridor dos deveres profissionais e dos preceitos da moral militar, nunca a sua forte personalidade se revelara ao vulgo no mostruário das gazetas, do parlamento ou dos partidos politicos, como a de um homem que algum dia pudesse vir a ser uma esperança, um recurso de momento a que lançar mão em qualquer transe difficil da política nacional.

A bem dizer, só no restrito meio dos seus camaradas de Arma a sua intelligência e méritos profissionais lhe haviam já merecido, durante um breve estágio de Escola Prática, o título de mais brilhante e completo official de cavalaria do seu tempo.

Com o tempo êsse título de primazia se foi confirmando, já como official superior nos comandos que exerceu, já como official general no cargo de promotor dos célebres Conselhos de Guerra para julgamento dos morticínios do 19 de Outubro e das responsabilidades da sublevação militar de 18 de Abril de 1925.

E essa foi, em verdade, a sua primeira e dramática incursão nos resvaladiços atoleiros da política — incursão que, importa bem frisar, lhe fôra imposta pelo estrito cumprimento de deveres profissionais, que não pelo favor de qualquer facção partidária ou pelo menor cálculo ou jôgo politico da sua parte. É que, por não convir à natureza demagógica de regimen um comando de responsabilidade em mãos tão íntegras e, portanto, mais que suspeitas ao Poder, fôra o nóvel general relegado à obscura e anódina actividade de promotor dos Tribunais Militares. E até parece que o fio subtil de um destino parecia misteriosamente conduzir as coisas pelo melhor, porque foi precisamente no exercício dessas árduas funções que pouco a pouco se foi revelando, em tôda a sua esplêndida limpidez, à consciência do País o feixe de virtudes morais e cívicas dessa personalidade de eleição, que haviam de designá-lo um dia como homem providencial para os destinos da sua Pátria.

Nos dias trágicos e revôltos de ambos êsses julgamentos, a nobre sinceridade do promotor de justiça, a sua austeri-

Revista da Cavalaria

dade cívica, a sua coragem moral, a sua perfeita isenção, a sua calma de espírito, a sua lucidez e a férrea e linear integridade da sua consciência de homem, de português e de soldado, rasgavam um vasto clarão de esperança na densa e tórva atmosfera de presságios de que a lenta agonia do regime enoitecia e envenenava as almas.

E o segrêdo dêsse inesperado prodígio era bem simples.

No exacto cumprimento das funções do seu espinhoso cargo, o Sr. General Carmona limitava-se a observar, sem um desfalecimento, os princípios da honra militar, os ditames da sua consciência de homem e as normas da pontualidade profissional, exercendo assim praticamente tôdas aquelas virtudes natas ou adquiridas que fazem do verdadeiro oficial de cavalaria um tipo de escol no quadro dos oficiais de qualquer Exército — a energia tranqüila, a intrepidez, a hombridade, o sentimento das responsabilidades, a coragem física, o espírito de decisão e até aquêlê grão de loucura no momento próprio que em tôdas as circunstâncias é indispensável na vida activa de um oficial de cavalaria.

Foi êste feixe de virtudes natas e de qualidades adquiridas e acuradas no exercício de profissão que desde então impuzeram, dia a dia, à consciência do País, a sua forte personalidade, tão adoçada, de resto, por um encanto pessoal, aristocrático, de maneiras e de palavras a que é difícil resistir-se. E foi ainda, por êsse feixe de virtudes que um destino providencial o designou, em certa hora decisiva, para salvar a Nação do tremedal em que o desvairamento dos credos, das ambições e das vontades esteve prestes a lançá-la para sua perda total.

Desde 28 de Maio de 1926 até ao dia da sua recente consagração, pelo voto entusiástico do País, a triunfal carreira política de S. Ex.^a o General Carmona é conhecida demais para que haja mister de se lhe juntar em seu elogio, uma linha, um adjectivo, uma palavra. Em dezasseis anos de permanência no mais alto pôsto de comando da Nação, período de tão profundas transformações na sua vida política e de tão assinalados triunfos no esforço ingente do seu ressurgimento, a responsabilidade de tudo quanto se tem passado pertence, a S. Excelência assegurando-lhe na história da sua Pátria um lugar de que já não mais poderá ser apeado.

Revista da Cavalaria

E porque foi das fileiras da nossa Arma que S. Ex.^a saiu para tão glorioso destino e porque foi nas suas tradições de cavalheiresco patriotismo que formou o seu espírito e afeiçoou a sua alma, os seus camaradas de arma, orgulhosos de tal triunfo, profundamente se inclinam perante o sólio augusto da sua magistratura e por meio do seu órgão mais representativo lhe manifestam no dia de hoje a sua profunda veneração, o seu alto reconhecimento e a sua indefectível lealdade, pelas íntimas e indestructíveis afinidades que os irmanam aquêlê seu antigo camarada que, nos começos da sua carreira, mereceu ser considerado «o mais brilhante e completo oficial de Cavalaria».





SUA EX.ª O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Revista da Cavalaria

E porque foi das fileiras da nossa Arma que S. Ex.^a saiu para tão glorioso destino e porque foi nas suas tradições de cavalheiresco patriotismo que formou o seu espírito e afeição a sua alma, os seus camaradas de arma, orgulhosos de tal triunfo, profundamente se inclinam perante o sólio augusto da sua magistratura e por meio do seu órgão mais representativo lhe manifestam no dia de hoje a sua profunda veneração, o seu alto reconhecimento e a sua indefectível lealdade, pelas íntimas e indestructíveis afinidades que os irmanam aquêle seu antigo camarada que, nos começos da sua carreira, mereceu ser considerado «o mais brilhante e completo oficial de Cavalaria».





SUA EX.^a O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA



ECCE HOMO..!

pelo General C. PEREIRA DOS SANTOS

Major General do Exército



Goza a Nação portuguesa de uma rara felicidade: a de poder orgulhar-se de que presida aos seus altos destinos, um Chefe de Estado à altura da grandiosidade das suas tradições e da transcendência da obra em que anda empenhada por todo o seu vasto Império.

Indivíduo singularmente qualificada, portanto, para a conduzir, com elevação de espírito e largueza de visão, à conquista dos seus mais nobres ideais: o engrandecimento cada vez maior do seu valioso património histórico e o desenvolvimento da prosperidade do seu povo; e tudo isto, de mãos dadas, e no mais sincero desejo de tranqüila comunidade de intuitos, com todos os povos da Terra.

Merece, pois, os maiores encómios a oportuna e feliz resolução da «Revista da Cavalaria» de, neste especial número de honra, prestar devida homenagem de aprêço à excelsa figura de Sua Ex.^a o Snr. Presidente da República, tanto mais que ela foi sempre ornamento e ufania da sua Arma.

O facto da ilustrada Direcção da Revista me associar a tão nobres propósitos por gentil e honroso convite, é, para mim, motivo de agradecimento e júbilo muito sinceros.

Não é meu intento, nestas modestas linhas de reverente saudação a Sua Ex.^a, traçar a sua biografia ou fazer o seu panegírico.

Ao par de que para tanto se me desfalece a autoridade e o engenho, iria dispendir esforços vãos, porque a sua pres-

Revista da Cavalaria

tante e límpida biografia anda no conhecimento de todos, assim como o seu elogio se tece em tôdas as bôcas.

Tarefa inútil seria, pois, repetir e repisar sem brilho, imagens e sentimentos que estão constantemente presentes na memória e no coração de todos os portugueses.

O Snr. General António Óscar de Fragoso Carmona, egrégio Presidente da República portuguesa, foi — e ainda o é — um esforçado cavaleiro da velha guarda, com todos os atributos de garbo, generosidade e entusiasmo cavalheirescos que aquela qualidade confere.

Como militar, foi um educador e um Chefe; como político, continuou a ser militar; como homem e como cidadão é hoje, como no passado, um modelo a copiar e um exemplo a seguir.

Como Chefe do Estado, o alvoroço e entusiasmo com que foi recebida a sua recente reeleição, diz mais do que o mais rasgado elogio.

Sob todos êstes aspectos da sua brilhante carreira, a rectidão e firmeza de convicções, a nítida e justa compreensão de deveres e responsabilidades, o espírito de sacrifício, a elevação de sentimentos morais e cívicos, a serenidade e a reflexão de ânimo, o discernimento e a justeza na apreciação dos homens e dos caracteres e, ao mesmo tempo, a modéstia do seu modo de ser e a afabilidade do seu trato pessoal são-lhe dotes inatos que lhe conferem a auréola de um verdadeiro paladino, erguendo bem alto, através do tumultuar das paixões humanas, o altivo e sagrado pendão de Portugal!

Já na plena posse de tão brilhantes predicados, conheci o venerando Chefe do Estado português, quando uma vez se me deparou — já lá vão muitos anos — a honrosa e feliz oportunidade de um primeiro contacto pessoal com Sua Excelência.

Foi em Évora, clássica terra portuguesa — onde o ilustre General exercia então as funções de Comandante da 4.^a Divisão do Exército — que, por uma daquelas serenas e cálidas noites alentejanas, enquanto departamos, passeando à luz do luar na solitária e tão característica Praça do Geraldo,

Revista da Cavalaria

se me revelou a sua forte personalidade, tal como ainda hoje se nos ostenta.

Recordo-me como se fôsse ontem; e se naqueles gratos e sugestivos momentos de tão espiritual recolhimento e prazer, me tivesse sido facultado o dom precioso de adivinhar o futuro, ali mesmo teria dito para mim próprio: «Ecce homo»!...

E para bem de todos nós, assim Deus o quis, por deliberação unânime de todos os portugueses de aquém e de além mar.



Um grande Chefe

pelo Coronel CARDOSO DOS SANTOS



Passa hoje o Dia do Exército.

Dia de Festa Nacional — tão integrados se encontram na mesma patriótica ideologia, no mesmo anseio de ressurgimento, Exército e Nação — que há dezasseis anos teve deslumbrante alvorada, e cujo sol esplêndido vem espargindo sôbre

a terra portuguesa o fulgor do seu clarão vivificante, a benção do seu calor fecundo, avigorando as energias da Raça, a iluminar-lhe a estrada plana por onde caminha, a Esperança no olhar e a Fé no coração.

Dia que nunca terá ocaso, enquanto êsse mesmo Exército, guarda vigilante da Nação, se mantiver unido e firme no seu pôsto de honra, em volta da Bandeira aos céus erguida, crente em Deus, forte no sentimento do amor pátrio e nos laços de sólida fraternidade.

Ao celebrar-se o advento do ano XVII da Revolução Nacional, de que a gloriosa arrancada de 28 de Maio para a marcha sôbre Lisboa, conduzida pela espada heróica do General Gomes da Costa, foi o passo decisivo, o brado de alerta que despertou a consciência colectiva do letargo em que a haviam entorpecido as deletérias emanações do pântano político, na evocação das primeiras horas de turbulento alvoroço e confiante expectativa, se alevanta no perfeito aprumo da sua desassombrada firmeza de militar e de cavaleiro, na plena inteireza da sua dignidade moral, a figura prestigiosa do General Carmona, que, na magistratura suprema do Estado, para a qual acaba de ser pela terceira vez

Revista da Cavalaria

eleito com grato aplauso de todos os bons portugueses, tem sido o mais seguro esteio da continuidade governativa, em justa identificação com o espírito do movimento libertador em que o Exército foi o mandatário da vontade nacional.

É que o ilustre Chefe do Estado se, pela clara e culta inteligência, pelo tato diplomático, pelo sereno patriotismo, se impõe à admiração e ao respeito de todos os portugueses, a sua cordialidade sorridente, a cativante simplicidade do seu trato, o bondoso carinho com que solícitamente acompanha as manifestações da actividade nos mais humildes sectores da vida nacional, conquistaram-lhe o afecto e a ternura de todos os corações.

Mas, no inquietante alvoreço dos primeiros passos da nascente Ditadura, como no apogeu da obra de renovação já realizada sob a inspiração da doutrina construtiva do Estado Novo, a figura insinuante e serena do Presidente logo nos aparece aprumada na sua farda de militar que elle honrou e enalteceu com brilho singular na sua carreira de official de cavalaria, dos que mais briosamente serviram a Arma da Dedicção e do Sacrifício, aquela que mais carácter imprime aos espíritos formados nas suas tradições de lealdade e galhardia.

Esse espírito cavaleiro, que teve no ritual medievo a mais alta expressão do seu código de honra, há sido o inspirador, através da sua vida de official, da fidalga nobreza e elegância moral das suas atitudes em tôdas as emergências, da firme sinceridade das suas palavras convictas e convincentes.

Ser Cavaleiro, é ter no peito acesa
a luz da Fé que os sonhos alumia!
Sustentar com denodo e galhardia,
dos fracos e oprimidos a defesa.

Educado nos princípios de leal camaradagem do Colégio Militar, ao trocar a singela fardeta côr de pinhão pelo garrido uniforme de aspirante de Cavalaria, foi no 6.º Regimento da Arma, detentor das gloriosas tradições dos briosos Dragões de Chaves, que assentou praça e serviu,

Revista da Cavalaria

depois de — distintamente concluído o curso da antiga Escola do Exército — haver conquistado o primeiro galão de oficial.

Nesse labor constante que é a vida interna do Regimento, escola permanente de soldados, desde logo se revelaram os traços característicos da personalidade de Carmona, como chefe e condutor de homens, e as suas poderosas faculdades de trabalho no desempenho dos múltiplos serviços em que foi provada a segura competência profissional, o amor ao estudo, a acção disciplinadora, e o interesse pelo aperfeiçoamento da Arma que era então a principal antena exploradora do campo de batalha, a guarda avançada no primeiro contacto com o inimigo, a última a defrontar-se com êle nas operações de retirada.

E, anos volvidos, o tenente Carmona era chamado a fazer parte do quadro de instrutores da Escola Prática de Cavalaria, com sede em Vila Viçosa. Foi ali que eu o conheci, durante o tirocínio que praticamente completava a educação teórica da Escola do Exército. Figura garbosa de moço cavaleiro, sonhadora expressão nos olhos azuis, dessa claridade transparente que reflete a serenidade das almas puras, sob o loiro bigode um sorriso acolhedor e franco; afável e insinuante como educador, atraente e comunicativo como camarada, tinha então o mesmo ar franco e juvenil com que hoje o vemos corresponder, sorridente, às saudações que o aclamam onde quer que apareça — humilde meio de operários ou aristocrático salão de Arte — e lhe conquistavam um amigo em cada instruendo.

Voltando à Escola no posto de capitão, depois de breve passagem pelo Regimento de Cavalaria do Pôrto, como comandante do esquadrão de instrução, naquele campo experimental da ciência táctica e em outros Regimentos onde mais tarde serviu, sempre esforçadamente pugnou pela elevação do nível cultural dos oficiais da Arma e do aperfeiçoamento dos seus meios de acção. Como vogal da Comissão Técnica de Cavalaria, onde a sua voz autorizada era ouvida com respeito, se dedicou com interesse à solução de momentosos problemas militares, tendo colaborado activamente em quantas comissões foram instituídas para estudo das bases de regulamentos tácticos, remodelação dos serviços



1884



1889



1923



1894



1907

*Sua Ex.^a o Presidente da República
em diferentes épocas*

Revista da Cavalaria

depois de — distintamente concluído o curso da antiga Escola do Exército — haver conquistado o primeiro galão de oficial.

Nesse labor constante que é a vida interna do Regimento, escola permanente de soldados, desde logo se revelaram os traços característicos da personalidade de Carmona, como chefe e condutor de homens, e as suas poderosas faculdades de trabalho no desempenho dos múltiplos serviços em que foi provada a segura competência profissional, o amor ao estudo, a acção disciplinadora, e o interesse pelo aperfeiçoamento da Arma que era então a principal antena exploradora do campo de batalha, a guarda avançada no primeiro contacto com o inimigo, a última a defrontar-se com êle nas operações de retirada.

E, anos volvidos, o tenente Carmona era chamado a fazer parte do quadro de instrutores da Escola Prática de Cavalaria, com sede em Vila Viçosa. Foi ali que eu o conheci, durante o tirocínio que praticamente completava a educação teórica da Escola do Exército. Figura garbosa de moço cavaleiro, sonhadora expressão nos olhos azuis, dessa claridade transparente que reflete a serenidade das almas puras, sob o loiro bigode um sorriso acolhedor e franco; afável e insinuante como educador, atraente e comunicativo como camarada, tinha então o mesmo ar franco e juvenil com que hoje o vemos corresponder, sorridente, às saudações que o aclamam onde quer que apareça — humilde meio de operários ou aristocrático salão de Arte — e lhe conquistavam um amigo em cada instruendo.

Voltando à Escola no posto de capitão, depois de breve passagem pelo Regimento de Cavalaria do Pôrto, como comandante do esquadrão de instrução, naquele campo experimental da ciência táctica e em outros Regimentos onde mais tarde serviu, sempre esforçadamente pugnou pela elevação do nível cultural dos oficiais da Arma e do aperfeiçoamento dos seus meios de acção. Como vogal da Comissão Técnica de Cavalaria, onde a sua voz autorizada era ouvida com respeito, se dedicou com interesse à solução de momentosos problemas militares, tendo colaborado activamente em quantas comissões foram instituídas para estudo das bases de regulamentos tácticos, remodelação dos serviços



1884



1889



1923



1894



1907

*Sua Ex.^a o Presidente da República
em diferentes épocas*



Revista da Cavalaria

de Remonta, reorganização do Exército, em tôdas marcando a sua passagem com inteligência e critério superiores.

Já promovido a major, assume a direcção dos Cursos Táticos de Cavalaria, que orientou com sábia proficiência. E, quando da criação da Escola Central de Officiaes, precursora do actual Instituto de Altos Estudos Militares, ali teve lugar de eleição, exercido com o mesmo louvor que premiava os valiosos trabalhos da sua fecunda actividade em todos os sectores da vida militar.

Como coronel, nos comandos do 2.º Regimento de Lancieiros e da Escola de Equitação, sucedânea da Escola Prática, vasto campo de influência se ofereceu à sua acção orientadora, e nêles o prestígio do official estudioso e sabedor igualava a rectidão e firmeza de carácter, a gentileza de convívio, que sem quebra da disciplina o impunham à estima e ao respeito dos subordinados, como Chefe exemplar.

Mas, se até então o militar, tendo por norma rígida o cumprimento do Dever, ao desejo de bem servir havia consagrado a clara lucidez do seu espírito, em produtivo e constante labor, a sua consciência de português não deixava de revoltar-se contra as tortuosas maquinações de uma política degradante, que trazia o País em permanente agitação, e ameaçava subverter na torrente do sectarismo demo-liberal e no redemoínio de interesses criados à sombra de injusto favoritismo, as forças vivas da Nação, embotando o espírito heróico da Raça, pondo em iminente perigo a própria independência e apoucando-nos no conceito das outras Nações.

Os ódios e perseguições, que nem o Exército já respeitavam, ateavam o destruidor incêndio, por tôda a parte provocavam reacções contra o demagogismo impenitente, preparando o ambiente revolucionário.

O memorável julgamento dos officiaes e civis implicados no movimento de 18 de Abril, em que o coronel Carmona fôra designado para exercer as ingratas funções de promotor de justiça, assinalou a sua intervenção providencial na vida política. A sua palavra clara e franca, altiva e desassombrada, ergueu-se no Tribunal da Sala do Risco, não para acusar, mas para defender os que se haviam insurgido contra os desmandos dos detentores do poder, convertidos em réus pelo brado altivo do delegado do Ministério Público, que

Revista da Cavalaria

foi o toque de unir, a voz de comando para a marcha em frente, para a libertação.

Conquistadas as estrêlas de general, a eclosão do pronunciamento de 28 de Maio, para o qual a sua adesão fôra instantemente solicitada, encontrou-o no comando da Divisão de Évora, onde contribuiu com enérgica decisão para o triunfo completo do movimento libertador. Ministro dos Negócios Estrangeiros com Gomes da Costa, depois Presidente do Ministério e Ministro da Guerra, a sua elevação à Presidência da República foi o justo coroamento da obra revolucionária que restituiu Portugal aos verdadeiros portugueses, inaugurando a política de reconstrução que há 16 anos o vem reintegrando na continuidade da sua missão histórica.

E no exercício da magistratura presidencial, o Sr. General Carmona, fiel à sua divisa de «bem servir», continua sendo, na firmeza do porte marcial, na fidalga nobreza do carácter, no leal patriotismo, o perfeito cavaleiro — «chevalier sans peur et sans reproche», como Bayard — personificando, na figura tão veneranda como simpática, tão eminente na grandeza da sua dignidade como simples na afabilidade da sua modéstia, o espírito doutrinário do Estado Novo.

Ao ser entrevistado pelo jornalista António Ferro, nas vésperas de terminar o primeiro mandato presidencial, à pergunta sôbre qual seria a sua atitude perante a apresentação do seu nome ao sufrágio dos eleitores, o Sr. General Carmona respondeu:

— Farei o que o patriotismo me indicar.

Resposta semelhante dera outrora o Duque de Bragança, D. João, ao emissário enviado a Vila Viçosa pelos conjurados de 1640, quando êste lhe anunciou que a sua recusa em aceitar a coroa que lhe era oferecida, levaria os revoltosos a proclamarem a República.

— E nessa conjuntura, o que faria o senhor Duque? — perguntou o enviado:

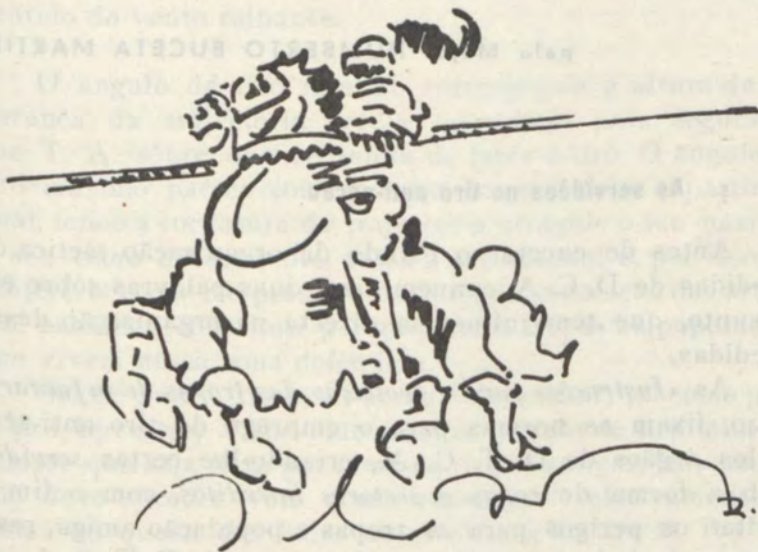
— Seguiria o partido da Pátria — respondeu sem hesitar o futuro Rei D. João IV.

Assim, no coração do Chefe do Estado Novo, o amor da Pátria irmanando-se ao desejo de bem servi-la, vencendo

Revista da Cavalaria

razões que poderiam sugerir-lhe a idéia da recusa, consubs-tancia o espírito de sacrifício e dedicação inspirador dos dogmas fundamentais da Cavalaria que o tem por um dos seus mais extrênuos paladinos.

A *Revista da Cavalaria*, prestando homenagem ao digno Presidente, cuja continuidade na primeira magistratura da Nação é garantia da sua ordem, segurança e progresso, saúda no Sr. General Carmona o brilhante oficial de Cava-laria, vivo exemplo das mais altas virtudes de galhardia, lealdade e patriotismo, com os votos pelo feliz prolonga-mento da sua vida para o bem de Portugal e satisfação de todos os portugueses que se orgulham de tê-lo como Chefe — o Chefe por excelência.





D. C. B. e D. C. A. na Cavalaria

pelo Major HUMBERTO BUCETA MARTINS

4. As servidões no tiro anti-aéreo

Antes de encetar o estudo da organização táctica das medidas de D. C. A. convém dizer duas palavras sobre este assunto, que tem influência directa na organização dessas medidas.

As «Instruções para a protecção das tropas de infantaria» 1940, fixam as normas para o emprego do tiro anti-aéreo pelos órgãos de D. T. C. A., criando-lhe certas *servidões*, sob a forma de *zonas* e *sectores interditos*, com o fim de evitar os perigos para as tropas e população amiga, resultantes de balas e estilhaços das armas da D. T. C. A., que

Nota da Redacção: Continuação do artigo publicado a págs. 142 da *Revista da Cavalaria*.

(¹) Nos artigos anteriores as unidades de artilharia e outros meios de D. C. A. foram indicados pelas abreviaturas que estavam a ser utilizadas antes da publicação do «Código dos sinais gráficos e abreviaturas», de que ainda não tinha conhecimento oficial quando o escrevi.

Para manter uniformidade conservarei aquelas abreviaturas.

Revista da Cavalaria

caem animados de uma força viva capaz de produzir reais efeitos vulnerantes, segundo se diz nas referidas instruções.

Assim, estabelece-se que :

— As armas da D. T. C. A. não devem fazer fogo nem com ângulos de tiro inferiores a 180° ($10^{\circ}.6'$), nem com superiores a 1.100° ($61^{\circ}.44$).

A zona perigosa será, assim, representada no terreno por uma coroa circular com o raio maior correspondente ao da arma com um ângulo de tiro de 180° , e o raio da circunferência interior correspondente ao alcance da arma com o ângulo de tiro de 1.100° .

— Sempre que dentro desta zona, em qualquer direcção, existam T. A. ou localidades habitadas por populações amigas, o tiro será interdito nessa direcção, devendo o sector interdito, por segurança, ser aumentado de 100° no sentido do vento reinante.

O ângulo de tiro mínimo corresponde à altura de segurança da trajectória média necessária para segurança das T. A. sobre que se tenha de fazer o tiro. O ângulo de tiro máximo parece corresponder ao momento a partir do qual, tendo a curvatura da trajectória atingido o seu máximo, o seu ramo descendente passa a ser vertical e, por isso, os projecteis caem tão próximo da zona de instalação das armas que passam a constituir perigo para as tropas ou populações que vivem nessa zona defendida.

Ora se para o tiro anti-aéreo é de aceitar, tal como para o tiro terrestre, a servidão de um ângulo de tiro mínimo, sempre que seja feito por cima de tropas amigas, já o mesmo não deve succeder — em nosso entender — relativamente às zonas de queda das balas ou estilhaços do tiro D. T. C. A. Criar-se-iam, assim, servidões exageradas e impor-se-iam, para a determinação das zonas interditas, operações que nem sempre se coadunam com a rapidez com que por vezes se tem de fazer a instalação das armas.

É sabido que todos os projecteis explosivos, quer de pequeno como de grande calibre, têm dispositivos (mesmo nos de espoleta de percussão) que garantem a sua auto-

Revista da Cavalaria

-destruição antes da queda. Arredou-se, dêste modo, o perigo da queda de granadas explosivas que, ao cair, explodissem no meio das tropas ou povoações amigas.

É certo que, para os estilhaços de granadas de artilharia de médio e grande calibre, o efeito vulnerante é suficientemente importante para poder justificar preocupações que dessem lugar a prescrições regulamentares tendentes a evitá-las; mas para estilhaços ou balas das armas de pequeno calibre entendemos que nem sequer é aceitável a discussão.

A segurança das tropas e populações em terra contra os efeitos dos estilhaços e balas de D. T. C. A., deve basear-se na sua fraca vulnerabilidade durante o período em que aquelas armas actuam, precisamente porque ao sinal de alarme aéreo ou dispersaram, ou aproveitaram os abrigos naturais que o terreno lhe oferece, ou recolheram aos abrigos contra aviões, previamente preparados.

Quando os aviões inimigos surgem, as armas da D.T.C.A. têm de pensar nêles, e só nêles, porque o perigo — *o verdadeiro perigo que é preciso eliminar o mais rapidamente possível* — é representado pelas suas bombas ou ataque directo, em fogo ajustado, a canhão ou à metralhadora. Ao pé dêsse perigo os acidentes que podem resultar, para um ou outro, do encontro insólito com um estilhaço ou bala caída, da D. T. C. A., deve considerar-se desprezível para a colectividade.

A respeitar-se a servidão de um *ângulo de tiro máximo* da ordem dos 1.100° , é caso para perguntar: — «¿para que serve então procurar reduzir ao mínimo o *cone morto* das armas, quer dizer, dar-lhes por construção a possibilidade de actuarem até um ângulo de tiro o mais próximo possível dos 90° ?»

Ainda a êsse respeito são os alemães que se colocam no bom campo — o das realidades objectivas — quando dizem: «*Para as armas de defesa anti-aérea, nada de zonas de fogo interditas*»...

Na realidade, nos alarmes aéreos e no conseqüente funcionamento da D. T. C. A. a que tive ensejo de assistir, ou de que tive conhecimento, quando me encontrava na Dinamarca e Alemanha no outono de 1940, sempre havia um ou outro transeunte infeliz, ou imprudente, que apanhava com

Revista da Cavalaria

o seu caco em cima; mas o afastamento do perigo da queda de uma bomba de 50 ou 500 quilos (para não falar já nas de 1 a 2 toneladas) compensa bem a colectividade desses desastres, tão inevitáveis como os de atropelamento para as sociedades que pretendem disfrutar as vantagens da viação acelerada (¹).

5. A organização da segurança aérea das tropas nas situações de marcha, de estacionamento e de combate.

As medidas de D. C. A. das tropas podem classificar-se quanto ao fim com que se tomam, em:

- *medidas passivas*, destinadas a reduzir ao mínimo a *visibilidade* das tropas e a sua *vulnerabilidade*;
- *medidas activas*, destinadas a combater os aviões inimigos que as ataquem.

As *medidas passivas* compreendem:

- a *dessimulação*;
- a *dispersão* e o abrigo contra o fogo.

A *dessimulação* é obtida pelo aproveitamento dos recursos que o terreno oferece, pelo emprêgo da camuflagem artificial, pela dispersão irregular das tropas e, eventualmente, até pela *imobilidade*.

A *dispersão* pode apresentar dois graus: um primeiro grau de *carácter preventivo*, e tendo apenas em vista a *dessimulação*; um segundo grau, correspondendo a uma maior

(¹) Na revista italiana «*Rassegna di cultura militare*» n.º 2 de 1941, pode verificar-se que o raio das circunferências mínimas das coroas circulares inscritas na carta, para representar as zonas cobertas pelas Batrs. de 75/46, corresponde apenas ao cone morto (abertura de 76º).

Nas figuras do livro «*Unser Flak Artillerie*», do Maj. Pickert, (1940), em que se representam as zonas cobertas pelas baterias de D. T. C. A., também não aparece nunca a representação de qualquer *zona ou sector interdito*. E nos temas alemães para a resolução de problemas de D. T. C. A. aparece, em geral, a observação (pelo menos para a Art. Lig. D. C. A. de C. E., C. M. das Div. e Met. a. a. das unidades): — *Para o tiro anti-aéreo não há zonas interditas.*

Revista da Cavalaria

dispersão, na iminência do ataque, isto é, feito o sinal de alarme.

As medidas de defesa activa consistem no emprego das armas para procurar abater os aviões atacantes ou, pelo menos, não os deixar baixar às alturas propícias para o ataque, em virtude do grau de ameaça a que se expõem.

Há, pois, *medidas preventivas* de carácter permanente, desde que haja possibilidade de ameaça aérea, e *medidas effectivas de defesa* contra o ataque aéreo.

Para que estas últimas sejam tomadas em tempo oportuno (designadamente as passivas, tais como dispersão e aproveitamento dos abrigos naturais ou artificiais), impõem-se que estejam montados:

- *um serviço de vigilância anti-aérea*, destinado a assinalar a aproximação de aviões inimigos;
- *um serviço de alarme*, destinado a garantir a oportuna effectivação das medidas passivas e activas de defesa, pela transmissão rápida do aviso.

Dada a rapidez de aproximação dos aviões modernos, torna-se necessário que a vigilância seja garantida a grande distância e que os meios de transmissão do alarme sejam tão rápidos que garantam, ainda, o tempo preciso para as tropas tomarem as suas disposições de protecção e defesa.

A vigilância anti-aérea pode compreender:

- *órgãos com material especializado*, como são os *postos de escuta* e os *postos de projectores*: são órgãos das G. U.;
- *os órgãos das p. unidades*, sem material especializado.

As pequenas unidades podem aproveitar, para este efeito, os seus *p. de observação* e nomear, mesmo, *vigias contra aviões* (V. C. A.)⁽¹⁾.

(¹) Nas instruções para a protecção das tropas de infantaria — 1940 — estas vigias são designadas no n.º 6 (pág. 7) por *vigias do ar* e representadas por V. D. T.; semelhantemente as vigias contra blindados são designadas por *vigias do terreno* (V. D. B.). Mas noutros sitios, por exemplo na fig. da pág. 25, designam-se as V. D. A. por V. C. A. e ainda noutros, como na fig. da pág. 44, por vigias D. C. A.

Revista da Cavalaria

Além das constituídas pelos próprios órgãos de defesa activa, os comandos das P. U. nomearão as *vigias* necessárias.

Cada vigia deve ser, em geral, constituída por *uma parrelha*, observando um dos homens para a direita e outro para a esquerda do eixo de observação que tenha sido fixado à *vigia* e os dois êsse mesmo eixo.

Será necessário, *sempre*, vigias para observar na frente do dispositivo da unidade, e vigias para vigiar na retaguarda do dispositivo; eventualmente, até, nos flancos.

Lembramos também que nos dispositivos das G. U. se deve considerar:

- um serviço de *cobertura aérea*, implicando a observação a grande distância e a organização da defesa às *médias e grandes altitudes*;
- um serviço de *protecção immediata*, organizado designadamente pela Div. (ou Br. Cav.) e pelas P. U. para garantir a observação próxima e a *defesa baixa*.

O alarme compreende dois graus:

- *alerta* é o aviso da aproximação dos aviões, transmitido pelos órgãos de vigilância aos comandos e aos órgãos de defesa activa;
- *alarme* é o sinal mandado fazer pelos comandos, quando o ataque se efective, para que as tropas e as populações que lhe estão subordinadas, para êsse efeito, cumpram as instruções particulares e ponham em prática as medidas passivas de protecção.

O *alerta* são transmitidos, pelos órgãos de vigilância, por sinais luminosos (foguetes), por mensagens telefónicas, radiofónicas e telegráficas — sempre que possível por várias vias.

A nós parece-nos que a designação e abreviaturas mais aceitáveis são:

- | | | | |
|-------------------------|----------|-------------------|------------|
| — vigias contra aviões: | V. C. A. | correspondentes à | D. C. A. |
| — " " blindados: | V. C. B. | " | à D. C. B. |
| — " " gases: | V. C. G. | " | à D. C. G. |

Revista da Cavalaria

O *alarme* consiste, em geral, em sinais sonoros, por ser este o processo mais rápido de transmissão geral de uma ordem. Pode ser transmitido pelo Com. de uma G. U. ou Sector de D. A. T., aos comandos subordinados, também por T. S. F.

Recordamos, por fim, que a organização da D. C. A. em cada escalão do comando deve ter em vista as medidas organizadas no escalão superior. Assim, as medidas tomadas pelos comandos das P. U. devem integrar-se nas tomadas pelo Comando da Div. (ou Br. cav.) a que pertencem, e estas nas tomadas pelo C. E., que por sua vez tem em vista as organizadas pelo Ex. e, até, as da D. A. T.

Vejamos agora como se organiza a cobertura aérea e a protecção imediata das grandes e pequenas unidades nas diferentes situações tácticas.

A. — *Nas marchas*

1.º — *A cobertura aérea no C. E.:*

Trata-se de verificar como serão empregados os órgãos da unidade de D. C. A. do C. E. (regimento ou grupo), nas diferentes situações que podem apresentar-se durante as marchas.

Deve-se ter sempre presente que os órgãos de D. C. A. do C. E. se destinam, em princípio, à cobertura aérea da parte mais vulnerável do dispositivo, ou da mais importante para a manobra em curso.

Nas marchas sobre as vias de comunicação três casos se podem dar, quanto às necessidades da protecção aérea, a saber:

- todos os itinerários, em toda a sua extensão são descobertos;
- há alguns itinerários, ou partes de itinerários, que sendo cobertos das vistas aéreas — designadamente bosques de grande extensão — ou situados em regiões de voo difícil para o ataque aéreo (vales encaixados muito profundos em que o voo a baixa altitude apresente dificuldades, devido às correntes) põem as colunas a coberto dos ataques aéreos, ou pelo menos, reduzem a eficiência destes;

Revista da Cavalaria

- ao longo dos itinerários as colunas passarão em pontos ou zonas de grande importância económica, industrial, política ou estratégica, e que, por isso, se encontram defendidas pela D. A. T. (defesa aérea territorial).

Ao preparar as medidas de protecção para a marcha, em cada escalão do comando (C. E., Div. ou Br. Cav., agrupamento de marcha) estes indicarão aos respectivos comandos da D. T. C. A.:

- as partes do percurso ou do dispositivo da coluna em que, por virtude da maior vulnerabilidade dos itinerários ou da sua maior importância para a manobra a desenvolver, tem mais importância o emprêgo dos órgãos especializados de D. T. C. A.;
- as medidas de D. T. C. A. tomadas pelo escalão superior do Comando ⁽¹⁾, que podem permitir economia no emprêgo dos meios próprios, em determinados pontos ou zonas em proveito de outros.

Mediante estas indicações, os comandos da D. T. C. A. no respectivo escalão, organizam as medidas de cobertura e protecção anti-aérea das respectivas colunas, empregando os meios de que dispõem, em primeira importância nas partes do itinerário do dispositivo mais vulneráveis e menos protegidas pelo escalão superior da D. C. A.

(¹) No C. E.: as medidas da D. A. T. e as tomadas pela D. C. A. de Ex., incluindo não só os pontos ou zonas defendidas por unidades de D. T. C. A. como as zonas onde está prevista a protecção aérea com aviação de caça.

Na Div.: as medidas tomadas pela D. T. C. A. do C. E. e as tomadas pela D. A. T. ou Ex. na zona da Div. (segundo a informação do C. E.)

Nos Agr. de marcha: as medidas tomadas pela D. T. C. A. dos escalões superiores na zona de marcha do agrupamento (segundo informação da Div.)

Revista da Cavalaria

a) O G. B. A. C. A. (7,5 a 88):

Um C. E., mesmo a três Div., marcha normalmente com duas Div. em primeiro escalão. Cada uma das Div., segundo as facilidades oferecidas pela rede de comunicações e as exigências tácticas da situação, marcha por uma única estrada ou articulada sobre dois itinerários penetrantes cuja distância não vai além de 2 a 4 kms.

No primeiro caso o intervalo entre os itinerários das Div. pode ser de 6 a 12 kms.

A frente de cada Div. varia entre 3 a 6 kms.; normalmente cerca de 4 kms.

A frente do C. E. terá cerca de uns 8 a 15 kms.

Por isso mesmo, deve ser possível, durante o movimento, encontrar um itinerário interior entre as Div. por onde possa deslocar-se o G. B. A. C. A., por escalões de bateria.

As posições das baterias podem, como vimos, distar umas das outras de uns 7 a 8 kms.⁽¹⁾ Qualquer avião que sobrevôe a coluna a menos de 4.000 m. de altitude estará, assim, sempre sujeito ao tiro de 2 baterias.

A bateria mais avançada encontrar-se-á, naturalmente, à altura do grosso da G. Av.

Na fixação dos eixos de marcha das Div. por onde marcharão os elementos mais pesados das colunas de combate, pode influir a consideração do eixo de marcha imposto pela rede de comunicações para a marcha do G. B. A. C. A. do C. E.

A fig. 1 mostra que a Batr. 3 poderá deslocar-se desde que a testa do grosso a proteger atinja a altura da Batr. 3 ou 2, conforme a profundidade máxima da coluna a cobrir, devendo encontrar-se em 3a quando as testas do grosso atinjam a Batr. 1, ou seja, enquanto as testas dos grossos percorrem uns 7 a 8 kms. (2 a 2½ horas); isto é possível dado que as Batrs. são auto-rebocadas e podem, por isso,

(1) Sendo material de 88: 8 a 9 kms.

Revista da Cavalaria

percorrer uns 15 a 20 kms. por hora (o percurso $3/3a$ é de cerca de 20 a 22 kms. e dispõe-se de 2 a $2\frac{1}{2}$ horas).

Quando não se encontre um itinerário intermédio entre os eixos de marcha das Div., as Batr. do G. B. A. A. C. tomarão posições ao longo de um dos eixos divisionários, pelo qual farão as suas deslocções, por ultrapassagem das colunas de marcha.

Para organizar o dispositivo inicial, ou não tem de se considerar o problema da segurança terrestre (marchas longe do inimigo ou a coberto de T. A.) e, nesse caso, o G. B. A. C. A. parte com a antecedência precisa para que quando as testas das colunas de combate das Div. passam na Tr. In. já aquêle dispositivo se encontre montado, com a bateria mais recuada à altura dessa transversal inicial; ou o C. E. marcha em 1.º escalão, próximo do inimigo, e, neste caso, o G. B. A. C. A. desloca-se por forma que quando as G. Avs. divisionárias ultrapassarem a Tr. In. uma das Batr. esteja já nessa altura; as outras duas deslocam-se à retaguarda da G. Av. por forma que quando a testa dos grossos atinja a Tr. In. já uma nova Batr. esteja instalada cerca de 7 Kms. mais à frente.

Mesmo que a distância entre as G. Avs. e as testas dos grossos das Div. de 1.º escalão deva ser inferior a esses 7 Kms. durante a marcha, não há, em geral, inconveniente em que de início essa distância tenha sido aumentada, partindo as G. Avs. mais cedo para cobrir a instalação da 2.ª Batr. de D. C. A. De resto, se houvesse, o escalonamento interno da própria G. Av./Div. garantiria ainda a profundidade de espaço precisa, e com a segurança suficiente, para a 2.ª Batr. se instalar (espaço entre a vanguarda e o grosso da G. Av.)

Se durante a marcha surge um problema de passagem de um curso de água, o G. B. A. C. A. (7,5) pode ser empregado na defesa das pontes ou, pelo menos, da mais importante,

Mas é preciso ter em vista, se a marcha é feita já perto do In., que o G. B. A. C. A. deve passar o curso de água



Fig. 1

Revista da Cavalaria

entre as vanguardas e os grossos das G. Avs. ou, o mais tardar entre êstes e as testas dos grossos, sem o que os grossos das colunas virão a ser privados de cobertura aérea na outra margem do rio.

Deve-se, então, ter presente que a protecção das pontes se baseia no emprêgo dos canhões metralhadoras de 40^{m/m} (defesa às médias altitudes) e de 20^{m/m} (defesa baixa, estofada pelo emprêgo das metralhadoras portáteis das unidades): o alcance destas armas é suficiente para impedir que os aviões desçam impunemente à altitude conveniente para o bombardeamento eficaz.

Contudo, quando haja a defender pontes importantes, justifica-se que o G. B. A. C. A. seja utilizado para dar mais eficácia à D. T. C. A. das pontes, desde que outras missões mais importantes não se imponham⁽¹⁾.

Neste caso põe-se um problema:

— ¿«No caso de haver duas pontes sôbre dois eixos de marcha, deverá o G. B. A. C. A. ser, todo êle, empregado na cobertura de uma ponte ou fraccionado, para cobertura das duas?»

Quem tenha lido as opiniões que sôbre o assunto foram expostas, em 1936-37, pelos dois conhecidos técnicos alemães de D. T. C. A. — M. Braun e Major Pickert⁽²⁾, a propósito da resolução de um caso concreto proposto pelo primeiro, pode ficar com a impressão de que uma das modalidades que apresentamos é errada. E entretanto não é assim.

O que aí se trata é de um caso em que o C. E. dispõe apenas de uma Batr. de C. M. de 37^{m/m}, que é empregada na defesa de uma das pontes, devendo o G. B. A. C. A. 7,5 ser empregado na defesa de outra ponte (a mais importante).

(1) Por exemplo, cobrir uma zona de artilharia já instalada além da ponte, se estão já em curso operações de contacto; cobrir itinerários de marcha muito vulneráveis, antes ou além das pontes, ou a passagem das colunas noutros desfiladeiros; etc.

(2) Vd. M. Wochenblatt — n.ºs 2 e 3, de 11 a 18 de Julho de 1936; B. B. S. M. n.º 1 e 2 de 1937.

Revista da Cavalaria

As regras gerais são estas:

- 1.º Quando se disponha apenas de uma Batr. de 37 a 40 e haja duas pontes a cobrir, será uma coberta pela Batr. de 37 a 40 e a outra pelo G. B. A. C. A. (7,5).

A *companhia de protecção* do C. E. fornecerá os postos de C. M. de 20^{m/m} para a defesa baixa das pontes e das próprias baterias de D. T. C. A., que será estofada, em caso de necessidade, pelos C. M. de 20 e metralhadoras portáteis das Div.

- 2.º Quando se disponha de 2 Batr. de 37 a 40, e haja a defender 2 pontes, será atribuída a cada uma delas uma dessas Batr. e completada a protecção com C. M. de 20 e metralhadoras portáteis das Div. que atravessam o rio em cada ponte.

Nesse caso o G. B. A. C. A. (7,5) ou é necessário noutras missões e, por isso, não é utilizado na defesa das pontes, ou pode estofar a defesa destas, atribuindo todas as Batr. a uma ponte ou dividindo-as pelas duas pontes, consoante a importância relativa e vulnerabilidade que apresentam. A companhia de protecção da art. D. C. A. do C. E. garantirá a defesa baixa das baterias de 7,5.

- 3.º Não é de excluir o caso em que, estando as duas pontes bastante próximas, o dispositivo do G. B. A. C. A. permita intervir na defesa de qualquer delas. Mesmo assim, impõe-se atribuir uma *ordem de importância* na aplicação dos fogos do G. B. A. C. A., que pode também implicar uma repartição de meios no caso de ataque aéreo simultâneo às duas pontes.

Não se perca de vista, contudo, que as Batr. D. T. C. A. de 7,5 e de calibres superiores se destinam ao estabelecimento de barragens de D. T. C. A. sobre o objectivo a defender, de preferência ao tiro de caça. Mas nada impede que as Batr. destinadas em missão principal à defesa de uma ponte tenham os seus elementos de tiro e mais disposições adaptadas à missão principal — em permanência — e apenas se empreguem no reforço da defesa da outra ponte em missão secundária, quando lho seja de-

Revista da Cavalaria

terminado (é afinal um problema de apoios mútuos).

- 4.º Quando simultaneamente se imponha defender as passagens de dois cursos de água sucessivos (Div. de 1.º Esc., de 2.º Esc. e E. N. E. ou Serviços), ou as de um curso de água e de outros pontos sensíveis (P. I., povoações importantes a atravessar), o Comando da D. C. A. do C. E. repartirá os meios de que dispõe tendo em vista a vulnerabilidade relativa dos diferentes desfiladeiros e a importância relativa de que os reveste a manobra em curso.

É preciso, neste caso, lembrarmo-nos de que «*quem tudo quer cobrir não cobre nada*».

Quere dizer, poderá convir concentrar os meios de *cobertura aérea* para cobrir apenas alguns dos desfiladeiros, contentando-nos para os outros com a defesa baixa a organizar pelas tropas que os hão-de atravessar.

Aproveito o ensejo para focar que aos *comandantes das pontes* não deve competir, presentemente, apenas a regulação da passagem das tropas. Competir-lhes-á, também, o estudo e preparação das medidas de defesa da ponte, no que serão auxiliados pelos técnicos dos órgãos de defesa activa que são atribuídos à defesa dessa ponte.

b) *As Batr. de 40^{mm}*:

Estas armas destinam-se, especialmante, como vimos, à cobertura dos *pontos sensíveis* durante as marchas, podendo para isso ser atribuídas às Div., ou ser directamente accionadas pelo Comandante da D. T. C. A. do C. E.

São pontos sensíveis além de pontes, vaus, colos ou gargantas a atravessar: os *pontos iniciais* para formação das colunas de marcha, quando descobertos; as povoações, designadamente as que no seu interior não dispõem senão de poucas ruas estreitas; os bosques de pequenas dimensões; os locais de grandes altos.

Enquanto não se apresente necessidade de um tal emprêgo dos canhões de 37 a 40^{mm}, dois casos se podem dar:

Revista da Cavalaria

- prevê-se êsse emprêgo futuro, em virtude do estudo da marcha feito sôbre as cartas e das informações colhidas e transmitidas pelos elementos de reconhecimento da D. T. C. A. que devem operar junto dos Dest. Avs.;
- não se prevê o futuro emprêgo localizado em pontos sensíveis, até ao fim da marcha.

No primeiro caso as baterias (ou bateria) de 40^{mm} serão colocadas sôbre os itinerários em que o seu emprêgo vai ser necessário, marchando até aos locais onde devem estabelecer-se, entre as G. Avs. e as testas dos grossos, no ambiente de segurança criado pela G. Av.

Logo que uma bateria cesse a sua missão num ponto mas esteja prevista nova missão mais à frente, noutro ponto, será deslocada de novo, sôbre a direcção conveniente, ultrapassando as colunas do grosso, para se colocar no espaço correspondente à distância entre as G. Avs. e testas dos grossos.

No segundo caso as baterias (ou bateria) de 40^{mm} podem ser empregadas na constituição de um sistema de *defesa contínua* das colunas de combate das Div., só por si ou em conjunção com os canhões de 20^{mm} dessas Div.

Deve ter-se em vista que com os 9 a 12 C. M. de 40^{mm} de uma bateria podem estabelecer-se 4 a 6 *postos fixos*, de 2 canhões, correspondendo a 14 ou 21 kms. de profundidade coberta, ou 9 a 12 postos de 1 canhão, correspondendo a 27 ou 40 kms. de profundidade. Todo o avião que sobrevôe a coluna a menos de 3.000 metros estará sempre, nessa profundidade, sujeito ao fogo de dois postos.

Neste caso o processo mais prático será atribuí-las antecipadamente, *como reforço*, à Div. ou Divisões que delas careçam.

Assim, num C. E. a 3 Div., marchando com 2 Div. em 1.º Esc. e uma em 2.º Esc., podemos encontrar os seguintes dispositivos da Art. de D. T. C. A. do C. E. (supondo que dispõe de 2 Batr. de 40^{mm}):

- 1.º O G. B. A. C. A. (7,5) garantindo a cobertura aérea das Div. em 1.º escalão;

Revista da Cavalaria

— 1 Batr. de 40^{mm} garantindo a cobertura da Div. em 2.º Esc.; a outra Batr. de 40^{mm} garantindo a cobertura dos trens.

2.º O G. B. A. C. A. (7,5) garantindo a cobertura na zona de uma das Div. em 1.º Esc.;

— 1 Batr. de 40^{mm} garantindo a cobertura na zona da outra Div. de 1.º Esc.; a outra Batr. cobrindo a zona da Div. em 2.º Esc.

3.º As Batr. de 40 cobrindo as Div. em 1.º Esc.;

— O G. B. A. C. A. cobrindo a Div. em 2.º Esc., com a qual marchem elementos pesados dos E. N. E. (designadamente Art. pesada ou carros).

Naturalmente, além destes dispositivos tipos podemos encarar outras modalidades de articulação intermédias, porque tudo deriva dos problemas postos pela situação e pelo terreno.

O comandante do R. A. C. A., se existe este escalão, encontra-se normalmente no P. C./C. E., onde desempenha o papel de «Comando da D. C. A. do C. E.»

O comandante do G. B. A. C. A., quando não exista Comando de Regimento (V. pág. 154 da R. C. de Março), em geral mantém-se durante a marcha no P. C. do C. E., desempenhando aquêle papel. Desde que o Grupo tenha de se instalar para actuar em conjunto, a sua presença pode ser necessária aí, para dirigir a acção da sua unidade. Neste caso ficará no P. C./C. E. um *oficial de ligação* da D. C. A., que trabalha, em geral, em estreita colaboração com o *oficial de ligação* da aeronáutica do C. E.

c) Os C. M. de 20^{mm}:

Os C. M. de 20^{mm} da companhia de protecção do regimento (ou grupo) de Art. de D. T. C. A. do C. E. destinam-se, taxativamente, à *protecção* das latarias e não deve confundir-se o seu emprêgo com o dos C. M. de 20^{mm} de que devem dispôr as Div.

A Companhia de Vigilância: Durante a marcha, a maior parte das vezes, a Comp. de Vigilância posta pelo Ex. à dis-

Revista da Cavalaria

posição do C. E. não tem de actuar; marcha agrupada com as baterias de projectores do G. B. A. C. A, e secções de projectores das Batr. de 40^{mm}, junto dos agrupamentos de marcha constituídos pelos T. C. 2.

A sua missão começa, em regra, quando a marcha é suspensa e a situação na frente se estabiliza, para preparar o dispositivo de combate.

Em alguns casos pode, contudo, ser chamada a montar uma *rêde de vigilância* e referenciação de C. E., ligada à do Exército, ou a estabelecer a vigilância num flanco descoberto do C. E. ou num intervalo aberto e não protegido entre dois C. E.



A Direcção da «Revista
mais uma amável carta
incógnito colaborador
das páginas da nossa

trado brilhante e progressivo. Embora nos tenha dito não pertencer à nossa arma, tem-se mostrado incontestavelmente, possuidor do «Espírito Cavaleiro» a que aludiu na sua primeira carta (9-10-941 — publicada na pág. 574 da *Revista da Cavalaria* de 1941).

Publicando com muito agrado o seu curioso e oportuno artigo «O Caminho da Verdade para o Cavaleiro» a *Revista da Cavalaria* faz votos para que o seu ignoto colaborador, continui honrando as páginas da Revista com os seus escritos. Estes, podemos afirmá-lo, são justamente apreciados pelos nossos leitores, que os desejariam até mais freqüentes, dada a sua elevação e poder de sugestão.

da *Cavalaria*», publica
que recebeu do nosso
***, o qual, através
Revista, se tem mos-

*

Abril, 42.

Prezados Camaradas

Depois de um prolongado silêncio da minha parte, que tenho aproveitado para seguir a marcha ascencional da vossa Revista, eis-me, hoje, a dar sinal de mim.

É que o assunto o merece e bem.

Foi aberta pelos cavaleiros uma nova frente de batalha.

O combate das idéias vai ainda confuso. Parece, contudo, que se está definindo uma vantagem do lado daquêles que preferem a cavalaria dentro dos carros, em lugar de a verem em garbosa parada com elmos empenachados e manejando lanças flamantes.

É este um caso em que os condutores de idéias são, claramente, conduzidos quási sem dar por isso, pelos acontecimentos. Será isto um ensinamento útil da guerra actual? Supomos que sim.

Não esmoreceis, cavaleiros, porque a cavalaria, para respeitar a tradição, tem de sempre marchar na frente. Deixou-se, é certo, atrazar, mas precisa recuperar o seu lugar histórico.

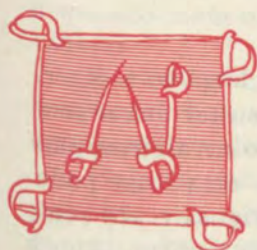
Vosso Camarada

* * *



O Caminho da Verdade para o Cavaleiro

por * * *



UMA azáfama compreensível buscam os cavaleiros, o caminho da verdade.

Por enquanto andam por atalhos cruzando, é certo, aqui e além, êste caminho.

De vez em quando surge um, perdido na literatura, que protesta, que não quer que se mexa nos papiros sagrados que lhe ensinaram a ler e que, até, chega a negar aos ousados cavaleiros da cavalaria o direito de se revoltarem contra a rotina, contra o «magister dixit», e que porfiam em guiar e conduzir essa acção de reconhecimento.

No momento actual o côro de vozes é grande mas o vozear é bastante confuso.

Por vezes soa um grito estridente, apaixonado, que se destaca na dissonância dos ruídos.

Certos, pretendem chegar à verdade, remontando ao passado longínquo e vão buscar à «akva» da remota antiguidade a base de uma etimologia comparada que supomos bizarra.

Revista da Cavalaria

Mas como o sanscrito é brandido para o efeito com arte e perícia, há que respeitar, por ignorância própria, a dedução especulativa.

Outros, mais modestos e menos ousados, remontam apenas ao século passado, aferrados às idéias predominantes nesse século para justificar princípios antiquados e, dêles, tirar conclusões retrógradas.

Outros, ainda, modernos, progressivos, observadores, de espirito aberto à germinação de novas idéias e baseados no que viram e ouviram nos teatros da gigantesca luta que se está travando, encontram largo campo para desenvolver, com entusiasmo, o seu pensamento, e para procurar converter à boa razão os abencerragens da velha cavalaria militar.

Finalmente, outros, com inteligência, bom senso e salutar critério, procuram conciliar os remissos às idéias novas com aquêles que ocupam a vanguarda dessas idéias apontando-lhes com serenidade, a direcção do caminho novo para a cavalaria.

*

A Cavalaria morreu com esta guerra, chega-se a dizer. É uma frase brusca, que, além de poder resultar ôca e sem sentido, pode levar a reagir aquêles que, como cavaleiros, não querem morrer. A demasiada latitude que esta frase pode tomar na imaginação de muitos, torna-a perigosa e até contraproducente pela reacção provocada.

Não, Senhores Cavaleiros. A cavalaria não morreu nem morrerá enquanto houver cavalos e humanos para os apreciar.

Assim como, entre nós, na patriarcal lavoura e na condução lenta, mas poderosa, os bovinos continuam a ser aplicados, estimados e apreciados pelo homem, assim, também, o cavalo continuará a ser o seu bom amigo, e a ser aplicado, estimado e apreciado pelo lavrador e por todos aquêles que à cavalaria dedicam as suas melhores simpatias.

Alguém se atreveria a dizer, pelo facto de ter surgido a lavoura mecânica, desta se ir estendendo cada vez mais, tomando a primazia, que a lavoura animal morreu? Só um cretino, ou um leviano, em Portugal, diria tal.

Revista da Cavalaria

Da mesma forma, quem disser que o aparecimento e a utilização na guerra, do veículo blindado matou a cavalaria, erra por abstração.

E erra por abstração porque só pelo facto do veículo blindado poder substituir, na maioria dos casos, com vantagem a cavalaria, quer nos serviços de exploração e de reconhecimento, quer no combate propriamente dito, não pode de tal concluir-se que aqui, ou acolá, a presença de alguns cavaleiros a cavalo não seja preciosa. É necessário ter o sentimento das proporções.

É evidente que, embora a cavalaria, como arma essencial, tenha diminuído altamente de valor na batalha moderna, o cavalo continuará sempre a servir em elevado grau a cavalaria militar porque, diga-se o que se disser, a equitação, o desporto hipico, o próprio contacto com o cavalo, criam e desenvolvem qualidades muito apreciáveis num militar profissional.

Em todo o caso, diferente é considerar a cavalaria dos Exércitos como elemento indispensável à sua eficiência no combate propriamente dito, ou considerá-la apenas como um acessório mais ou menos utilizável em determinadas circunstâncias.

A cavalaria é, e foi sempre, uma arma frágil e difícil de recompôr. Foi, outrora, a arma das ocasiões críticas, das epopeias de valor, da audácia e do sacrifício.

Hoje há, principalmente, que aproveitar das qualidades pessoais dos seus componentes, porque, como arma de guerra propriamente dita, se não exalou, deve estar prestes a exalar os seus últimos suspiros.

*

Desenha-se, na cavalaria, a pretensão de constituírem, os cavaleiros, o esqueleto das tripulações dos carros de combate organizados como arma.

Essa pretensão é baseada, evidentemente, na ânsia que os anima, de desempenhar um papel primacial na luta armada e, portanto, no implícito reconhecimento de que a cavalaria tem os seus dias contados como elemento de choque e de exploração a distância. Repugna-lhes verem-se

Revista da Cavalaria

transformados numa infantaria a cavalo, um pouco mais rápida do que a infantaria a pé, mas menos poderosa do que esta. Pressentem o seu fim como cavaleiros da arma, mas querem continuar cavaleiros no espírito.

Por outro lado alguns infantes, ciosos do seu espírito de arma, vêem nesta aspiração um propósito de apropriação de um direito que julgam pertencer-lhes.

Agarrados à sua concepção do carro de combate tipo tataruga e a outras concepções tácticas que passaram à história, esquecem-se facilmente que o carro de combate deve obedecer a duas características essenciais: a potência e a velocidade. O carro de combate, como arma, não é uma fortaleza volante, como o chegou a ser no tempo dos gregos e dos romanos, é alguma coisa mais do que isso.

A conjugação adequada destes dois factores — potência e velocidade, conduzirá, e tem conduzido, aos diversos tipos que na guerra actual têm sido empregados, quer desempenhando papéis que competiam à cavalaria, quer apoiando directa e imediatamente a infantaria, quer, ainda, desempenhando o seu *papel próprio*, papel que plenamente justifica a sua existência como *arma* e com o seu espírito próprio. São isto verdades que convém não pôr de parte na discussão.

É contudo muito interessante e até útil este estímulo estabelecido na discussão.

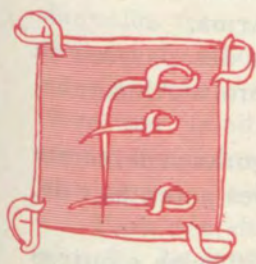
Assente, porém, que seja, dever-se considerar como arma independente, o carro blindado, será muito fácil estabelecer a plataforma de equilíbrio entre todos aquêles que se sintam com qualidades, tendências, e ténpera própria, para tripular e dirigir, a nova arma. E essa plataforma será, aliás como o já vimos escrito na *Revista da Cavalaria* não há muito tempo, a de recrutar os quadros da nova arma entre os melhores valores das outras armas a começar por aquêles cujo papel tenha passado a um plano mais secundário sob o ponto de vista da guerra.



Cavalaria de Portugal

pelo Tenente CASIMIRO GOMES

Recordemos



Em princípio, ao *plano de guerra* elaborado pelo Governo correspondem, como é sabido, *planos de operações*, em que o Alto Comando indica o emprêgo a dar aos *meios* postos à sua disposição para atingir o objectivo militar desejado.

O *plano de guerra* correspondente para cada hipótese posta pelo Governo, tem por base outros planos; no conjunto, aborda a actividade total da Nação.

Os *planos de operações*, resultantes do estudo de factores vários, apresentam modalidades e características próprias definidas pela maneira como a manobra militar foi imaginada.

No número dos factores considerados, os *meios* e a *orgânica* conseqüente, determinaram para cada campanha um tempo grande de demora na preparação da mesma.

Como diz o Visconde de Prascha: «Determinados os fins da política e a situação que daí deriva, prepara-se a guerra debaixo do ponto de vista de doutrina, de tática e de organização».

Revista da Cavalaria

Como pode ser visto o "caso alemão,"

A Alemanha, dispondo-se a atacar em força países defendidos por linhas fortificadas, obstruções, destruições e inundações de grande amplitude, criou uma força armada que lhe permitisse a realização do objectivo que propôs atingir.

Nestas condições, o avião e os blindados dominaram na sua orgânica. A cooperação destes dois elementos foi considerada a força capaz de quebrar a resistência que os comandos imaginaram ser-lhes apresentada pelos prováveis exércitos adversários.

Assim se criaram e desenvolveram as G. U. mecânicas e motorizadas, a par de um crescimento e de um aperfeiçoamento notável de grandes massas de Aviação, a cavalaria e artilharia daquelas unidades.

As G. U. C. a cavalo deixaram de ser consideradas e o seu desaparecimento da acção foi quasi total.

As G. U. C. motorizadas sucederam-se outras de maior volume e potência, integradas numa nova Arma.

Levantou-se então o brado: A Cavalaria desapareceu da luta. Eis a conclusão lógica e imediata para a Alemanha, neste momento.

A exploração, o reconhecimento e a segurança deixaram de ter lugar para uma tropa incapaz de acções potentes e de, em terra, tirar proveito da acção aérea.

Na campanha da França, as linhas fortificadas e outros obstáculos postos à progressão do adversário, obrigaram este a procurar nos blindados, no avião e na potência de fortes explosivos, a abertura de brechas que lhe permitiu a invasão.

Na Polónia, as massas de Cavalaria a cavalo em luta com os blindados alemães foram impotentes.

A campanha da Rússia começa a mostrar-nos quanto o terreno condiciona os meios e estes a organização.

Lançados em extensões intermináveis de terreno de difíceis comunicações, em regiões mal conhecidas, ao encontro de resistências mal defendidas e fragmentárias, com linhas de comunicações de grandes dimensões, os alemães deverão ter sentido já, quanta falta lhes faz uma Cavalaria mecânica.

Revista da Cavalaria

zada e a cavalo, capaz de dispensar às suas G. U. mec., desenvolvimentos e acções prematuras e prejudiciais, além de uma vigilância e guarda eficaz das suas comunicações.

A história nos dirá até que ponto a orgânica alemã se adaptou às exigências da campanha que empreendeu contra a Rússia.

Como pode ser visto o "nosso caso,"

Partindo da hipótese de que o *plano de guerra* elaborado pelo Governo não contém objectivos de conquista de pontos estratégicos em território inimigo, a organização da nossa força armada deverá ser aquela que acabamos de relatar?

Dos ensinamentos já adquiridos na guerra presente, o que aos carros e aos aviões aconselha a opôrem-se carros e aviões, é considerado já um axioma.

Sendo assim, parece serem estes *meios* aquêles que deverão constituir a grande massa dos exércitos, mesmo daquêles que só pensam em defender-se, embora para isso tenham de atacar.

O arranjo ou melhor, a organização destes *meios* é que deve ser ponderada para cada caso, em harmonia com as necessidades, as possibilidades, o território, ... do país a que pertence a força armada a organizar.

Para nós, deficientes em combustíveis, em vias de comunicação de fácil trânsito automóvel em todos os sentidos e de malhas regulares com orientação conveniente; com um território estreito, dificultando deslocamentos e manobras de formações blindadas (tipo G. U. mec.), estarão indicadas unidades desta espécie, em número tal que justifique a criação de uma nova Arma?

A juntar a isso, o potencial humano de que dispomos permitir-nos-á organizar unidades com os efectivos correspondentes às necessidades das G. U. referidas e outras complementares (G. U. mot.) e ainda G. U. normais?

Supomos que não.

À massa de blindados deveremos opôr o conjunto: fogos—obstáculo, numa harmonia completa com o terreno. Dêsse

Revista da Cavalaria

modo, a massa dos carros é reduzida a favor da colaboração indicada.

As formações blindadas atacam, onde o terreno, o obstáculo e o fogo o consentem. A gama dos calibres dos a. carros e a artilharia, activando o obstáculo; a aviação de caça tornando possível a intervenção do avião bombardeiro. O obstáculo, prevendo tôdas as direcções de ataque, tem nas minas o instrumento óptimo para colmatar e cercar qualquer tentativa de penetração dos carros, que momentaneamente tenha obtido o sucesso.

No ataque é à aviação que cabe o principal papel no apoio de fogos a prestar aos carros, além da manutenção da superioridade no ar.

O reconhecimento, a segurança e a exploração do sucesso terão como base ainda os carros e os elementos ligeiros rápidos mas essas unidades não deverão ter o pêsso e o volume das G. U. mec.

Concluindo: A Infantaria necessita de carros. A sua acção é condicionada pela progressão destes no ataque e pela sua intervenção na reconstituição de situações difíceis na defesa.

Os batalhões de carros existentes na nossa organização satisfazem, logo que a estes sejam dadas as características necessárias. Adaptados os carros às exigências da campanha empreendida, dêem-se ao infante que os conduzirá com a galhardia, a coragem e o desembaraço com que corre para o assalto na luta feroz do corpo-a-corpo, com a perseverança com que dia e noite aguarda junto da metralhadora e do morteiro o ataque do adversário. Consegue-se dêsse modo a cooperação mais perfeita e mais íntima no conjunto: Carros — Infantaria.

A Cavalaria mantendo a sua posição como arma, dará às G. U. normais o conjunto cavalo-motor de que estas necessitam e cuja necessidade dispensa mais comentários.

As G. U. C. inteiramente mecanizadas, como é previsto pela última reorganização do nosso Exército, poderão representar para nós as G. U. mec.

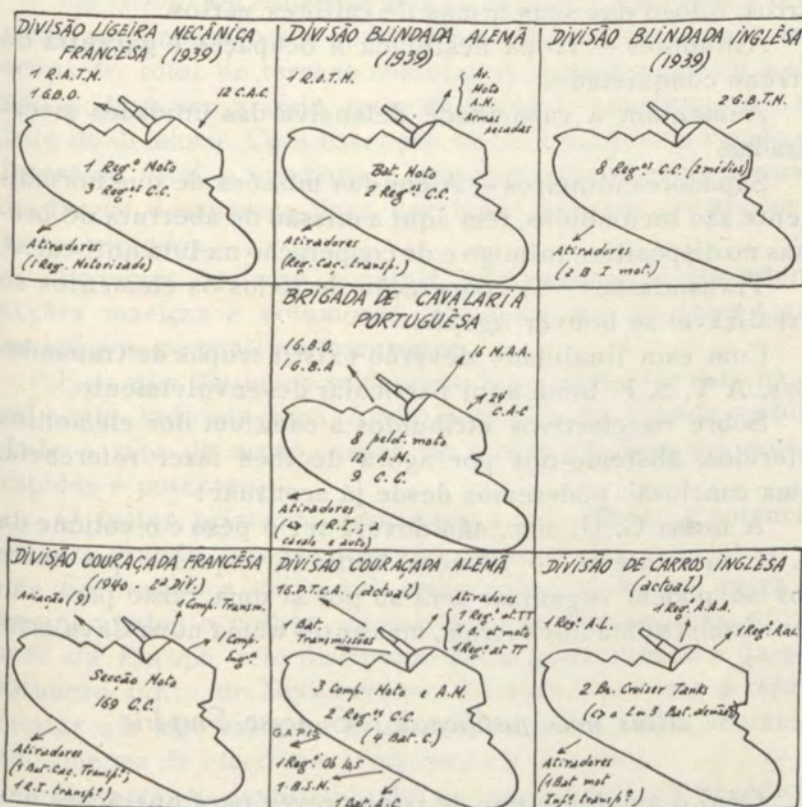
Uma nova missão temos a considerar: a rotura.

Será ela que condicionará e orientará particularmente a organização de uma G. U. C. mec. (tipo unidade couraçada).

Revista da Cavalaria

Desta missão resulta um aumento importante em carros e artilharia.

Vejamos a constituição das G. U. mec. em 3 países diferentes antes e depois da actual guerra e da nossa G. U. C.



G. U. Mecanizadas (França, Alemanha, Inglaterra)

— A nossa G. U. C. Hipo e Auto —

Da análise do quadro anterior resulta podermos concluir os diferentes elementos constitutivos de uma G. U. mec.

Aviação — Órgão de informação.

A. M. e motos — Elementos ligeiros e velozes destinados em especial à segurança, ao reconhecimento e à informação.

Carros — Constituem devido à sua blindagem, velocidade e armamento, o instrumento ofensivo por excelência.

Revista da Cavalaria

Artilharia — Massa de fogos destinada ao apoio dos carros e da Infantaria no ataque e à protecção desta, na defesa.

Artilharia anti-aérea — Inicia a defesa contra aviões, que aviões também tornarão mais eficiente e profunda.

Anti-carros — Juntam à acção anti-carro dos próprios carros, o fogo das suas armas de calibres vários.

Atiradores — Tropa destinada à ocupação e garantia do terreno conquistado.

Aumentam a capacidade defensiva das unidades mecanizadas.

Sapadores Mineiros — Além das missões de que normalmente são incumbidos, têm aqui a missão de abertura de brechas no dispositivo inimigo e de cooperação na luta anti-carro.

Transmissões — A cooperação de todos os elementos só é realizável se houver *ligação*.

Com esta finalidade deverão existir tropas de transmissões. A T. S. F. toma aqui particular desenvolvimento.

Sobre os efectivos atribuídos a cada um dos elementos referidos, abstenho-nos por agora de lhes fazer referência. Uma conclusão poderemos desde já acentuar:

A nossa G. U. mec. não deverá ter o pêsso e o volume da G. U. mec. alemã; o número limitado daquelas que entre nós se podem organizar será só por si uma razão para não pensarmos numa nova Arma, mas antes numa nova Cavalaria.

Mais uma justificação: O nosso Império

Qual o ambiente que se pode prevêr para operações nas nossas grandes colónias de África?

O terreno: Vastas regiões de configuração ondulada com centros populacionais distanciados de muitos quilómetros. Vida indígena intensa nas direcções mais férteis em contraste com outras onde a vida humana só aparece num ou noutro ponto. Vegetação luxuriante e cerrada nalgumas regiões; vegetação rasteira e pouco densa noutras. Vias de comunicação de densidade regular.

De um modo geral, terreno quási totalmente acessível ao motor, dispondo de vastos campos de tiro, permitindo, além disso, a manobra com amplitudes as mais variadas.

Revista da Cavalaria

O potencial humano: Além do indígena, tropa excelente desde que bem enquadrada e comandada, os contingentes metropolitanos sempre reduzidos. Por isso mesmo, estes terão de ser de elite e sólidos. Está aqui, cremos, o segredo de uma boa organização militar colonial.

Os meios: Em consequência da extensão das regiões referidas, supomos não ser possível estender as forças para uma ocupação total do terreno colonial. A concentração de meios não poderá ser grande, quer da parte do atacante, quer do lado do defensor. Com excepção de uma ou doutra região de interesse vital e imediato, a concepção das frentes normais ou largas desaparece para dar lugar a novas formações e novos métodos.

Podemos arriscar concluir não serem de considerar acções maciças e volumosas, isto é, do tipo daquelas a que assistimos no continente europeu.

E do que dissemos se depreende ser para este caso naturalmente indicada uma Arma dispondo de grande mobilidade e raio de acção, capaz de actuar em força em acções rápidas e potentes.

O factor primacial será aqui a velocidade; a potência, embora grande, fica em segundo plano.

Ensinamentos da guerra actual: Poucos são até agora os ensinamentos a colher. As regiões coloniais em luta, próximas da Europa, têm disfrutado dessa proximidade e da sua situação junto do Mediterrâneo. Passaram por isso a representar um alto valor na estratégia mundial. Daí a acumulação imensa de efectivos, armamento e material.

O terreno, desprovido de um modo geral, da vegetação luxuriante do Sul, tem aspectos próprios, diferentes dos nossos territórios coloniais.

É todavia de notar que, quer da parte dos italianos, quer da parte dos ingleses, tem sido grande o emprego de unidades de Cavalaria a cavalo e motorizadas.

Como pode ser resolvido o problema?

Criando G. U. mec., tipo das criadas para a metrópole, estacionadas em pontos centrais, donde a irradiação fôsse fácil e rápida. Dadas as características dos combates coloniais,

Revista da Cavalaria

estas unidades, de grande mobilidade e de potência de fogo apreciável, são elementos de capital importância.

Na metrópole, a estreiteza do nosso território e a reduzida capacidade das nossas comunicações, levou-nos a considerarmos G. U. mec. de Cav. e não G. U. mec. (tipo alemão). Nos territórios coloniais, a impossibilidade de reunir aí grandes massas de material, armamento e pessoal instruído, leva-nos a conclusões semelhantes.

A Cavalaria motorizada e a cavalo completaria a acção das tropas coloniais junto dos destacamentos a organizar.

Das nossas expedições coloniais, sempre fizeram parte tropas de Cavalaria como órgãos de segurança e de combate, onde por vezes resolveram situações aflitivas.

Presentemente, das necessidades então verificadas nada se alterou.

A organização das unidades é que se modificou bastante.

Na constituição dos G. C., a actual organização satisfaz desde que lhe sejam atribuídos A. M. e maior número de canhões anti-carro.

Os factores morais

Ocupam estes, através de todas as modalidades da guerra, o primeiro plano.

A todo o combatente se exige hoje, mais do que outrora, firme e alevantado amor pátrio, fé, disciplina e confiança inabalável nos chefes.

E combatente considera-se não só o soldado que se bate na frente, como aquêle que na retaguarda trabalha sem cessar para tornar possível a acção dos que lutam na primeira linha.

Não basta hoje criar um Exército. Necessário se torna preparar as massas civis, organizar a Nação, dar a todos uma educação cívica superior capaz de suportar a guerra total.

Nesse trabalho se devem empenhar as camadas dirigentes e o Exército.

Ambos têm aí o seu lugar e a sua missão a desempenhar.

Dentro do Exército, há que desenvolver o *espírito de corpo*, e neste, o *de Arma*.

Revista da Cavalaria

O *espírito cavaleiro*, criado e desenvolvido através dos séculos, não deve nem pode ser substituído por outro que signifique a mesma coisa.

O *espírito cavaleiro*, está indissolivelmente ligado às missões à «cavaleira» e estas independentes dos meios que accionam, são modernamente as da tropa a cavalo e da tropa mecanizada.

Foi o *espírito cavaleiro* de que Mouzinho e Outros estavam animados, que os levou mais além das cargas heróicas de «sabre au point».





Temas táticos

pelo Major AGUIAR FERREIRA

Os G. C. na defensiva em grandes frentes



Os G. Cav. encontram-se numa situação defensiva quando:

— tenham por missão fixar-se num determinado ponto ou linha importante do terreno que interessa ao desenvolvimento ulterior da operação da G. U. a que pertence, devendo ali manter-se por um tempo determinado;

— no cumprimento de uma missão de exploração do terreno, e esgotados os meios de progredir, se instalam defensivamente, aguardando a rendição ou a ultrapassagem pela infantaria;

Revista da Cavalaria

— cobrem nos grandes altos as forças à retaguarda, ou no fim da marcha cobrem a instalação dos P. Av. da G. U.;

— sejam chamados, durante a batalha a fechar uma brecha ou a proteger um flanco;

— executam uma manobra em retirada.

Vemos, por consequência, que a maior parte das situações defensivas dos G. Cav. implicam o seu estabelecimento em grandes frentes, extensão que umas vezes é imposta pela própria missão, outras resulta do isolamento que os leva a distender a frente para dificultar o acesso aos seus flancos.

A capacidade defensiva do G. Cav. é limitada pelos seus efectivos e pelo seu armamento, e consequentemente a duração da resistência possível não vai além de algumas horas.

A frente que pode ocupar depende do terreno e da existência ou não de meios suplementares, especialmente em unidades de linha. Em terreno médio pode estabelecer uma linha de fogos séria, mas sem profundidade, com a extensão de 3 km.; à retaguarda de uma cortadura que lhe permita interdizer facilmente a progressão dos engenhos blindados, esta frente pode ser mais extensa e ir até aos 4 km.; se dispõe de reforços de infantaria, a frente pode atingir os 5 km., limite que como regra não deve ser excedido, para ser possível e eficaz o funcionamento do comando.

A extensão das frentes e a escassez de meios obrigam à escolha de posições que:

— reforcem ao máximo a sua capacidade de resistência, em especial contra engenhos blindados;

— facilitem uma eventual rotura do combate e consequente manobra em retirada.

Por isso, as posições a ocupar devem, quanto possível, obedecer às seguintes condições:

— estar situadas à retaguarda de cortaduras, ou pelo menos, ser estabelecidas nas orlas de bosques e povoações;

— permitir uma observação profunda na frente e ter um campo de tiro extenso;

— apresentarem à retaguarda máscaras e itinerários bem desenhados que facilitem a rotura do combate;

— não se prestarem facilmente a infiltrações ou envolvimentos, pelo menos num dos flancos;

Revista da Cavalaria

— permitir que o dispositivo tomado fique, tanto quanto possível, subtraído à observação terrestre e até aérea do adversário;

— apresentar locais abrigados nas proximidades da linha de combate para os cavalos desmontados, escalão de viaturas, postos de remuniciamento, etc.;

— ter extensão proporcionada ao efectivo.

Da escolha da posição a ocupar depende em grande parte o bom êxito da operação defensiva, e por isso deve merecer da parte do Comando as melhores atenções e cuidados.

Para tirar do terreno escolhido os maiores benefícios para a defesa, torna-se necessário o seu estudo e reconhecimento directo. Êste visa essencialmente a determinar:

— os pontos fortes e fracos sob o ponto de vista da acção possível do inimigo;

— as possibilidades de tiro e observação do defensor.

O reconhecimento da posição escolhida deve ser sempre objectivo e pode ser realizado, quer directamente pelo Com. do G. Cav. que geralmente se fará acompanhar pelo adjunto, oficial de informações e comandantes das unidades subordinadas, quer por um oficial por ele nomeado acompanhado dos elementos necessários para facilitarem o cumprimento da missão recebida.

A título de exemplo, damos a seguir um modelo do relatório a apresentar pelo oficial encarregado do reconhecimento:

... (Localidade)
... em.....

Reconhecimento do terreno

Relatório

I — Ordem recebida

(transcrita na íntegra)

II — Constituição do reconhecimento

— Pessoal:

— Oficial encarregado do reconhecimento:
F..... dispondo de oficiais,
sargentos e soldados ordenanças.

Revista da Cavalaria

— Hora de partida:
às ..h.. de

— Itinerários:
Estrada

— Meios de transporte:
(Autocar até e a pé em seguida)

— Horário de marcha:

Locais	Chegada	Partida	Observações

III — Execução

A — Estudo topográfico:

- a) Ponto (ou pontos) mais favorável à observação de conjunto da nossa zona de acção;
- b) Fisionomia superficial de conjunto do terreno: (plano, fracamente ondulado, acidentado, pantanoso, coberto, descoberto, muito ou pouco cortado por vias de comunicação, por vias de água, etc.);
- c) Linha do horizonte visível;
- d) Compartimentação, sua orientação e grandeza;
- e) Detalhe das zonas arborizadas e de culturas, suas orlas, etc., vantagens e inconvenientes; sua extensão, etc.;
- f) Praticabilidade do solo à inf., aos carros, etc.; obstáculos; linhas de água, etc.;
- g) Vias de comunicação úteis e seu estado; localidades, seu valor e sua importância, etc.;
- h) Natureza do solo e sub-solo; facilidades que dá aos trabalhos de fortificação e equipamento e aos trabalhos de barragens passivas.

Revista da Cavalaria

B — Estudo tático:

- a) Estudo sobre o inimigo e suas possibilidades;
- b) Estudo sobre a nossa zona de acção:
 - 1 — Definição da posição; plano de fogos e D. C. B. (na defensiva); ou medidas a tomar para a preparação e execução do ataque (na ofensiva);
 - 2 — Pontos importantes a manter (na defensiva), ou a ocupar (na ofensiva); facilidades de acesso, defesa e de ocupação destes pontos (na defensiva), ou possibilidades de os neutralizar e facilidades de acesso (na ofensiva).
 - 3 — Apoio de fogos;
 - 4 — Recursos locais.

IV — Conclusões sumárias

.....
.....

Horas — { — Do fim do reconhecimento ..h..
 { — Da remessa do relatório ..h..

Destinatário:

.....

O oficial encarregado do reconhecimento

F.....

.....

Ao Com. do G. Cav. compete:

- definir o traçado, a linha de resistência e a forma geral da sua ocupação;
- determinar a zona de esforço e eventualmente as partes da frente simplesmente a vigiar;
- fixar o dispositivo, as missões dos vários agrupamentos, pontos a ocupar, e as medidas de ligação, não só entre

Revista da Cavalaria

os próprios elementos do dispositivo da linha de combate, como com as unidades vizinhas;

— organizar a segurança, fixando os postos ou patrulhas de segurança afastada a constituir, a linha dos P. Av. e forma de ocupação, as direcções a vigiar e as condições da retirada;

— determinar a situação e articulação dos cavalos desmontados e escalão de viaturas que fiquem à sua disposição;

— fixar as bases para a elaboração progressiva do plano de fogos: definindo os limites anteriores das cortinas normal e de segurança, os fogos a distância a prevêr e condições do desencadeamento dos fogos; a situação e missão das Met. e Mo. à sua disposição directa para apoio da linha de combate, e das fracções que devem ser atribuídas a determinados pontos de apoio; as medidas a assegurar uma boa ligação dos fogos e a garantir a sua continuidade;

— organizar ou orientar o estabelecimento da D. C. B., fixando as direcções principais a barrar e os meios activos e passivos de o conseguir;

— prever as armas que devem ter uma missão de D. C. A. e indicar-lhes se a cumprem como missão principal ou secundária;

— organizar a observação e as transmissões;

— determinar os trabalhos de organização do terreno a executar; a sua ordem de urgência; o emprego do pel. de sapadores próprios e de reforço;

— determinar as medidas destinadas a assegurar o aprovisionamento das armas;

— fixar, de acôrdo com as indicações da unidade superior, o emprego da Sec. de reparações mecânicas, e as condições do reabastecimento de gasolina e óleos;

— orientar as medidas sôbre recuperação ou evacuação de homens e solípedes feridos ou doentes;

— fixar, de acôrdo com as ordens da unidade superior, as medidas sôbre alimentação e reabastecimento de víveres e forragens;

— determinar as disposições sôbre estacionamento de repouso das tropas.

Damos seguidamente o esquema de uma ordem para o estabelecimento defensivo de um G. Cav. em grandes fren-

Revista da Cavalaria

tes, e apresentamos o Tema n.º 5 cuja resolução se iniciará no próximo número.

Esquema de uma ordem para o estabelecimento
defensivo de um G. Cav. em grandes frentes

Ordem de Operações N.º...

I — Situação e missões:

1 — Informações sôbre o inimigo e sôbre as nossas tropas que directamente interessam ao desenvolvimento da manobra em vista.

Previsão sôbre o momento em que o inimigo pode tomar o contacto com a posição e atacá-la.

2 — Missão da unidade superior, das unidades vizinhas com quem se colabora e das unidades na frente que o cobrem.

3 — Missão fixada ao G. Cav.

— Zona de acção:

— Meios suplementares ou destacados:

II — Idéia da manobra:

4 — É minha intenção:

III — Disposições:

5 — Dispositivo: instalação terminada às ...

a) Linha de combate: número de pontos de apoio a constituir.

— P. Ap. n.º 1 (Com. e composição): em
...; missão.

— P. Ap. n.º 2 idem.

.....

— Limites intermédios (eventual):

— Ligações: (eventual)

Revista da Cavalaria

b) E. Met. Eg.:

— Met.: atribuição de fracções aos P. Ap.; pontos de entrega. Posição a ocupar e missão prevista para as fracções à disposição do Com.

— Mo: idem.

— Ca: idem.

c) Artilharia: (eventual) Zona das posições. Missão principal ou eixo de esforço.

d) Reserva: (Com. e composição). Situação inicial. Posição de alerta e condições da sua ocupação. Missões previstas.

e) Cav. desmontados e escalão de viaturas:

6—Segurança do dispositivo:

a) Patrulhas ou postos de segurança afastada: composição, itinerários ou situação, missão. Condições de retirada.

b) P. Av.: linha em que deverão ser estabelecidos; missão; itinerários de retirada; unidades que os constituem, e condições da sua instalação.

c) Segurança dos flancos: (eventual) Postos ou patrulhas a constituir.

7—Plano de fogos:

a) Tiros a distância:

b) Limite anterior da cortina normal; pontos de maior densidade.

c) Cortina de segurança: onde se estabelece; direcções principais a barrar.

d) Apoio de fogos:

— Cooperação das Met. e Mo. nas cortinas normal e de segurança. Tiros a prever desde logo.

Revista da Cavalaria

- e) Ligação de fogos:
- f) Cooperação da artilharia: (eventual): tiros previstos a distância e na cortina normal.
- g) Desencadeamento dos fogos: condições de realização.

- Tiros a distância.
- Cortina normal.
- Cortina de segurança.

h) D. C. B.: direcções principais a vigiar. Missões secundárias.

i) D. C. A.: missão do pel. D. C. A.

8— Organização da posição:

- a) Missão dada ao pl. sapadores.
- b) Trabalhos a executar e ordem de urgência.

9— Ocupação da posição: (eventual) Itinerários para os diferentes P. Ap.; medidas de segurança.

10— Estacionamento: (eventual)

- a) Locais de estacionamento das unidades.
- b) Medidas de segurança a adoptar, quer nos estacionamentos, quer nas posições de combate.

IV — Ligação:

10— P. C.:

11— P. O.:

12— Transmissões:

C. Tr.:

Rêde telefónica e óptica a montar.

13— Agentes de ligação:

Revista da Cavalaria

V — Serviços:

14 — Limite da circulação durante o dia: (eventual).

15 — Munições.

a) Depósitos de munições a organizar.

b) Postos de remuniciamento.

c) L. D. M.: (eventual).

16 — S. S.: P. S. e eventualmente P. Tr. Evacuações.

17 — S. V.: P. S. V. Evacuações.

18 — S. Subs.:

a) Estacionamento dos T. C. 2

b) L. R. e L. D.:

c) Alimentação:

19 — S. Mec.:



Tema N.º 5

Cartas $\frac{1}{250.000}$ — 18 e 19

$\frac{1}{50.000}$ — 28 B — 28 D

$\frac{1}{25.000}$ — 324 — 325 — 334 — 335

G. Cav. na defensiva

Situação Geral

Vidé «Situação geral» do Tema n.º 2.

Situação Particular

Vidé «Situação particular» no Tema n.º 2.

Os G. C. D. 5,6 e 7 atingiram a transversal **Crato — Alpalhão** — **Nisa** sem terem tomado o contacto com o inimigo; as tropas de cobertura do P. V. na fronteira, fortemente hosti-

Revista da Cavalaria

lizadas pelos elementos avançados do P. A., mantêm a custo as suas posições.

O G. C. C. 3 atingiu a região de **Caixeiro** e vai instalar-se defensivamente à retaguarda da rib. de **Nisa**.

Observações:

Tempo seco. Dia claro às 6 h. Noite fechada às 22 h. 10,

Trabalhos a executar:

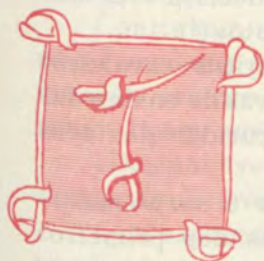
- Esboço geral da forma como o G. C. D. 7 executou a progressão.
- Situação dos vários elementos do G. C. D. 7 ao atingir com o grosso a transversal **Alpalhão — Nisa**.
- Ordens dadas pelo Com. do G. C. D. 7 para a instalação defensiva.





A Época Hípica de 1942

Tenente-Coronel ROGÉRIO TAVARES



EM decorrido as habituais provas de obstáculos promovidas pela S. H. P. no Campo do Jockey, com grande animação, devida não só ao grande número de concorrentes inscritos e à expectativa das estreias, mais ou menos auspiciosas dos debutantes, como também ao ambiente sempre agradável de

uma assistência numerosa e interessada.

Abstraindo-se das inevitáveis hesitações próprias de debutantes, nota-se em muitos animais falta de preparação, pois não basta saltar melhor ou pior, há que atender à condução, ao equilíbrio e à sujeição do cavalo para que se possa obter o melhor rendimento sem prejuízo para o animal e sem esforço demasiado para o cavaleiro.

O cavalo é uma «máquina» que se tem de governar e como tal necessita, como o automóvel, de bons travões, mudanças de velocidade e direcção suave. Se tudo isto existe no carro que se compra, tem o cavaleiro de ser o próprio mecânico da sua viatura, tornando-a manejável, «manobradora» e segura por meio de um trabalho persistente e convenientemente orientado. Sem estas condições indispensáveis a uma boa condução, nem se aproveitam as qualidades do cavalo nem o cavaleiro pode prever — por constituir prognóstico reservado — as suas possibilidades de classificação, visto a prova constituir uma espécie de lotaria que unicamente da sorte dependerá.

O tempo que se julga perder com o ensino — base da utilização do cavalo — será largamente compensado pelo melhor

Revista da Cavalaria

rendimento que se obterá. Referimo-nos, bem entendido, ao ensino corrente e não à equitação superior ou de alta escola que ao caso não tem aplicação. Mas mesmo que a tivesse, um artigo publicado na nossa Revista de 1 de Janeiro último, pulverizou, qual bomba ultra potente, qualquer veleidade de se abordar o assunto.

É bem verdade que santos de casa não fazem milagres, mas muito mais lastimável é que nem mesmo a estranhos aproveite o bálsamo reconfortante da «verdade hípica» que para aqui ficará alapardada sem proveito para ninguém, tanto mais que o autor do artigo modestamente se declara «versado na Equitação e habilitado a abordar o assunto»⁽¹⁾.

E por isso continuarão «os pouco peritos cavaleiros estrangeiros, primeiros classificados nas provas de ensino das últimas Olimpíadas»⁽²⁾ mergulhados na escuridão dos seus erros e da sua incompetência.

Essa pouca perícia «*que de resto nada o surpreendeu*» impôs-se ao simples exame das fotografias dos primeiros classificados acima referidos⁽³⁾.

O que pode a competência!

«Pouquíssimo elegantes e nada clássicos»⁽⁴⁾ ficamos para sempre amarrados ao pelourinho das rédeas separadas que o Regulamento da Federação Equestre Internacional a todos impôs (e há quantos anos isso acontece!), meditando contritos «no golpe a tempo, de forma que o cavalo não desloque transversalmente o plano vertical que passa pelo eixo maior»⁽⁵⁾.

E enquanto êsse facto transcendente se não der, deixemos o paciente cavalo, promovido a Torre de Piza pelo autor do artigo, decidir livremente do seu instável destino.

O artigo a que vimos fazendo algumas referências — compatíveis com a categoria de domadores de potros que aos oficiais de cavalaria o seu autor confere —⁽⁶⁾ pelo seu pitoresco, sabor e imprevisto, tira às citações hípicas com carácter

(1) Número de Janeiro da *Revista da Cavalaria* — pág. 95 — linha 18 e 19.

(2) » » » » » » » — pág. 95 — » 10 a 14.

(3) » » » » » » » — pág. 95 — » 12 a 14.

(4) » » » » » » » — pág. 94 — » 19.

(5) » » » » » » » — pág. 98 — » 23 a 25.

(6) » » » » » » » — pág. 95 — » 3.

Revista da Cavalaria

técnico aquêle tom sisudo que torna por vezes a leitura pesada e maçuda. A «alegria no trabalho» é tão necessária no esforço físico como no labor intelectual. Em boa hora o compreendeu o autor do artigo, pelo que lhe estamos todos extremamente gratos.

Esperamos ansiosos que em breve se proporcione a ocasião de vermos o Mestre Insigne apresentar em público a prova evidente da «ligeireza absoluta que caracteriza o trabalho de todos os seus cavalos»⁽¹⁾, como mais uma vez a sua modéstia proclamou mas não demonstrou ainda. E enquanto êsse feliz momento não vem, continuemos o nosso assunto.

Continuam alguns «antigos cavaleiros», de quem não esquecemos os passados triunfos, a dar às provas a sua colaboração sempre desejada, constituindo a sua experiência e saber, lições que a todos aproveitam.

«Dos novos» alguns se destacam como prometedoras esperanças de futuros campeões.

Com excepção de Ivens Ferraz que não tem animal correspondendo à sua categoria de cavaleiro; de Mena e Silva que monta um cavalo geitoso mas principiante; de António Eça de Queiroz, cujo «*Brioso*» tem menos brio que o seu cavaleiro; e de Malheiro Reimão com a sua «*Falta*» bastante incerta, todos os outros antigos cavaleiros estão bem montados, continuando na brecha:

Helder Martins com «*Optus*» (a grande revelação dêste ano) e «*Ussel*»; José Beltrão com «*Montes Claros*» destacando-se dos seus dois outros cavalos «*Garoto*» e «*Quere hoje*»; Pascoal Rodrigues com «*Namir*»; Carvalhosa com a extraordinária «*Fossete*»; Oliveira Reis com o velho «*Navi*», «*Loterie*» e «*Acusado*»; Rodrigo Castro Pereira com «*Sudoeste*», «*Zelante*» e «*Quintal*»;

Dos «novos» só dois cavaleiros se acham bem «apetrechados» para concursos: Furtado Leote com «*Barrufo*», argentino com excepcionais qualidades de saltador, e António Spínola com «*Macontene*», «*Almourol*», «*Unicante*» e «*Ornaor*». Nesta grande «coudelaria» destacam-se «*Macontene*» reconhecidamente muito bom e «*Almourol*» cujas possibilidades

(1) Número de Janeiro da *Revista da Cavalaria* — pág. 96 — linhas 17 e 18.

Revista da Cavalaria

constituem verdadeira incógnita dado os grandes progressos que tem feito e a modificação radical que se operou no seu temperamento. Essa modificação notada num argentino que mostrava pouca qualidade, talvez se deva não só ao trabalho contínuo a que tem sido submetido mas por certo também ao tratamento e cuidado especial com a sua alimentação.

Henrique Calado, José Morais, D. José de Bragança, António Damião e Arriaga, mereciam montadas que permitissem recompensar o desembaraço e energia de que têm dado provas.

«Bonito» com Sacadura, «Paloia» e «Abecar» com Rabaça, «Inquiridora» com Granate, «Loctus» com Costa Gomes, «Impulsivo» com António Vasconcelos, «Soja» com Júlio Cardoso, «Rolito» com Jorge Monte Real «Chicuelo» com Vilas Boas, «Último» e «Mucalenga» com Trigo de Sousa, «Teimoso» com Abreu Lopes e «Tarass» com Magalhães Correia, continuam cumprindo, tanto quanto o permitem a alguns, os «achques» dos seus membros, a outros as suas limitadas posses, e a vários a boa ou má disposição de momento.

«Belmoir I» com Álvaro Frazão, tem-se mostrado muito incerto, se bem que possua grandes qualidades, prejudicadas pelo seu mau temperamento, herança de seu pai, o cavalo «Mon Choix». «Pulga» com João Mena, não correspondeu a saltar ao nome que lhe deram, mas a forma como se apresentou a debutar representa muito trabalho na preparação levada a bom termo devido aos progressos do seu cavaleiro já evidenciados nos percursos que fez com «Barrufo».

Assinam a nossa Revista e a ela prestam o concurso da sua colaboração alguns distintos cavaleiros que se encontram ausentes nas nossas colónias e a quem julgamos interessará conhecer pormenores da nossa vida hípica. É pensando nêles que se tornou mais extensa a citação que fizemos. Que a idéia que nos guiou constitua uma atenuante ao abuso que fizemos da paciência de quem nos ler.

Seguem-se os resultados das provas efectuadas em 15 de Março e 11 de Abril últimos, visto já ter sido publicada na nossa Revista de Março a classificação das três anteriores.

Revista da Cavalaria

15 de Março

Taça S. H. P. (todos os percursos sem faltas)

1.º — Carvalhosa no «Corredor»	1 ^m 3 ^s 3 ⁵
2.º — Vilas Boas no «Chicuelo»	1 ^m 3 ^s
3.º — Abreu Lopes no «Teimoso»	1 ^m 8 ^s
4.º — Mena e Silva no «Urso»	1 ^m 8 ^s 1 ⁵

Taça Cavalaria 2 (todos os percursos sem faltas)

1.º — Carvalhosa na «Fossete»	1 ^m 13 ^s 1 ⁵
2.º — Rodrigo Castro Pereira no «Sudoeste»	1 ^m 15 ^s
3.º — José Beltrão no «Montes Caros».	1 ^m 15 ^s 2 ⁵
4.º — Sacadura no «Bonito»	1 ^m 16 ^s 2 ⁵
5.º e 6.º (ex-aequo) — Granate na «Inquiridora» e Spinola no «Unicante»	1 ^m 21 ^s

11 de Abril

Taça S. H. P. (percursos todos sem faltas)

1.º — Rodrigo Castro Pereira no «Quinta»	1 ^m 6 ^s 4 ⁵
2.º — Furtado Leote no «Barrufo»	1 ^m 7 ^s
3.º — Granate na «Inquiridora»	1 ^m 7 ^s 2 ⁵
4.º — António Spinola no «Ornaor»	1 ^m 7 ^s 3 ⁵
5.º — D. José de Bragança no «Bucentauro»	1 ^m 8 ^s
6.º — Helder Martins no «Ussel»	1 ^m 17 ^s

Por motivo do mau tempo não se efectuou neste dia a prova Taça Cavalaria 2. O cavalo «Régio» montado por Vilas Boas deu uma queda desastrosa na prova «Taça Cavalaria 2» corrida em 15 de Março, tendo de ser abatido por fractura da espinha.

NOTÍCIAS HÍPICAS DA ÍNDIA PORTUGUESA

«Prova 28 de Maio»



Precisamente há um ano, no dia 28 de Maio de 1941, realizou-se em Nova Gôa um festival desportivo, que abriu com uma competição hípica para a disputa da «Prova 28 de Maio».

Nesta prova disputou-se em primeiro prémio uma Taça, em segundo um objecto de Arte, e foram oferecidos laços a todos os concorrentes.

Digno de registo o facto de a esta prova concorrerem oficiais de quási tôdas as armas e serviços, tendo os oficiais de Cavalaria corrido fora de concurso.



*O Capitão Sousa Menezes saltando um obstáculo
da prova no cavalo «X»*

O cavalo *Rainbow* e seus cavaleiros foram preparados pelo Ex.^{mo} Tenente Coronel Sousa e Faro, o cavalo *Inglesaheb* pelo Capitão Fernando Pais, e o cavalo *X* pelo Capitão Sousa Menezes.

Constituíam o Júri de honra:—S. Ex.^a o Governador Geral, o Capitão do Pôrto e o Chefe do Estado Maior.

Revista da Cavalaria

Presidiu ao Júri da prova, o Ex.^{mo} Tenente Coronel Sousa e Faro, coadjuvado pelos Capitães A. Menezes e Fernando Pais. Dirigiu a prova o Capitão Sousa Menezes, Cronometrou o Tenente P. Silva e foi Juiz de Campo o Tenente J. Menezes.

RESULTADOS

Classificação	Armas ou Serviços	CAVALEIROS	CAVALOS	Pontos	Tempo
1.º	Artilharia	P. Ribeiro	<i>Rainbow</i>	0	45'' ¹ / ₁₀
2.º	Infantaria	N. Carvalho	<i>Dun Mare</i>	0	45'' ⁴ / ₁₀
3.º	Infantaria	J. Gomes	<i>Rainbow</i>	4	59'' ³ / ₁₀
4.º	Infantaria	Moura Braz	<i>Inglesaheb</i>	8	40'' ⁸ / ₁₀
5.º	Ad. Militar	E. Allen	<i>Dun Mare</i>	8	42''
Fora do conc.	Cavalaria	A. Menezes	<i>X</i>	0	47''



O Tenente da Ad. Mil. E. Allen, transpondo um obstáculo da prova no cavalo «Dun Mare»

A *Revista da Cavalaria*, agradece ao Capitão Sousa Menezes a notícia enviada, e felicita os oficiais de Cavalaria de Nova Gôa, por, apesar de afastados da actividade da arma, aproveitarem êsse e outros ensejos para patentear o culto que professam pelo desporto hipico, sport dos mais benéficos resultados na preparação dos oficiais de qualquer arma.



NOTÍCIAS HÍPICAS DE LOURENÇO MARQUES

Morreu o «FILÓSOFO»

DECERTO, todos os oficiais de Cavalaria que por aqui passaram nestes últimos 20 anos, se recordam dele, do «FILÓSOFO», velho «internacional» do Esquadrão de Dragões de Moçambique que, nos concursos hípicas do RAND, tantas e tão brilhantes vitórias alcançou.

Tinha 24 anos de idade e 20 de serviço, e, ainda em 1939, ano em que pela última vez concorreu, arrancou em Joanesburgo uma brilhante vitória entre 57 concorrentes.

Tinha um esplêndido «palmarés». Entre muitos outros prémios, conquistou no RAND os seguintes:

- 1932: — 1.º na prova «Novice Riders» e 2.º na de «Saltos-Cavalheiros» montado por Cardoso dos Santos; 3.º na «Open» e 3.º na «Caça» com Fernando Pais.
- 1933: — 2.º na prova de «Parelhas» e 3.º na «Handy Hunters» com Luís Figueiredo.
- 1935: — 1.º na prova de Equipes e 2.º na «Handy Hunters».
- 1936: — 1.º na prova de Equipes, 1.º na de «Saltos-Cavalheiros», 2.º na «Caça» e 3.º na «Open».
- 1938: — 1.º na «Open».
- 1939: — 1.º na «Open».

Desde 1935 foi sempre montado por Guedes Campos.

A imprensa local registou a sua morte com carinho, recordando os seus triunfos que tanto honraram a Cavalaria Portuguesa na África do Sul.

Revista da Cavalaria

*

Ainda um mês não era passado sobre a morte do «FILÓ-SOFO» e outro grande «internacional» morreu no quartel do Esquadrão de Dragões. O «INCOMATI», glorioso vencedor de tantas «Taças», morreu súbitamente, de rotura da aorta, quando ainda tanto havia a esperar das suas magníficas qualidades. Foi esta uma perda muito sensível para o Esquadrão de Dragões e que nada fazia prever.

O seu «palmarés» é magnífico e dificilmente será ultrapassado:

1935: — 1.º na prova de Equipes.

1936: — 1.º na prova de Equipes, 2.º na de «Saltos-Cavalheiros», 3.º na «Caça» e 3.º na «Open».

1937: — 1.º na prova de Equipes e 1.º na «Open». Sempre montado por F. Pais.



O Capitão Guedes Campos montando o «Filósofo»

1939: — 1.º na de «Saltos-Cavalheiros», 1.º na «Open», 1.º na «Caça» 2.º na de «Saltos-Cavalheiros» e 3.º na «Open».

1939: — 1.º na prova de Equipes, 1.º na «Open» e 2.º na «Open». Nestes dois anos montado por Guedes Campos.

Em 1940 e 1941, em virtude da guerra, não houve concursos no RAND mas mantinha-se em esplêndida forma e era, incontestavelmente, o melhor cavalo do Esquadrão de Dragões, verdadeiro «cronómetro» em todos os percursos.

V. S.



ENSINO DO CAVALO

pelo Major ALMEIDA RIBEIRO

12 — PASSAGEM DE MÃO A GALOPE



difícil, senão quasi impossível, indicar o momento de obter a passagem de mão a galope, assim como o é também para as partidas a galope. Todos os escritores indicam a sua opinião, não se lembrando que ela depende do estado de equilíbrio do cavalo. Os livros indicam quasi sempre para o cavalo ensinado.

Vamos procurar remover essa dificuldade.

Principiemos pelas partidas ao galope. Estas podem ser efectuadas com o cavalo parado ou em andamento (do passo ou do trote).

Dissemos de início, que, alargando o trote, o cavalo tomaria o galope indiferentemente para qualquer das mãos. Depois, no picadeiro, e com ajuda lateral, rédea e perna do

Revista da Cavalaria

lado da parede, e assim obtemos o galope para determinada mão; passamos novamente ao trote e partimos para a outra mão; à medida que o cavalo corresponde aos nossos desejos vamos encurtando os tempos de trote e o cavalo parte a galope, ora numa das mãos, ora na outra. A partida é assim feita progressivamente.

A nossa preferência em aproveitar o 2.º canto provém do seguinte: aproveitamos o 1.º canto para a preparação e o 2.º para a execução. Ao entrar no 1.º o cavalo tende a diminuir o andamento e no 2.º a aumentá-lo.

Executando voltas no picadeiro e aproveitando ao máximo as paredes (essas voltas são feitas nos cantos); principiamos por descrever um círculo de raio grande que se vai encurtando gradualmente sem forçar o cavalo e com predomínio da rédea de fora, para, além de não lhe levantar o galope, o cavalo não desunir.

Executando este exercício repetidas vezes o cavalo equilibra-se no galope e mantém o galope curto com facilidade.

Sempre que o cavalo precipite o galope, mete-se em círculo até retomar a calma.

Depois de obtidas as saídas a galope com facilidade, do trote, e de termos o cavalo calmo no galope curto com a preocupação de o não deixar entortar, podemos iniciar as saídas a galope, partindo do passo.

Empregar a mesma ajuda lateral, rédea e perna do lado da parede.

Analisemos o que se passa na partida a galope para a direita:

Levanto a mão esquerda, actuando com a rédea esquerda de diante para trás e da esquerda para a direita, o que sobrecarrega o posterior esquerdo, prende a espádua esquerda e solta o lateral direito. No momento em que a rédea começa a actuar, a perna esquerda actua também gradualmente. A rédea direita limita a acção da rédea esquerda, a perna direita impulsiona o cavalo conjugando a sua acção com a perna esquerda.

As partidas assim executadas têm a vantagem de se obterem com facilidade conservando o cavalo *direito*.

E executamos as partidas do trote, do passo ou de parado.

Revista da Cavalaria

Mais tarde, quando tivermos o cavalo ensinado, empregamos a ajuda diagonal, que nesta altura atravessa o cavalo, e podemos chegar ao apuro de partir a galope para a direita, empregando a rédea direita e a perna direita. Deixemos esta última forma de sair ao galope para os mestres.

O cavalo rapidamente compreende o que desejamos e partindo, ora para uma das mãos, ora para outra, podemos entrar nas passagens de mão.

Recordamos mais uma vez que o cavaleiro nas saídas (nesta altura) a galope não deve inclinar o tronco para diante porque precipita o movimento e nesta altura já não estamos a sair a galope por desequilíbrio da massa.

Analisando atentamente o que temos dito, verifica-se que o mesmo efeito da rédea esquerda que faz voltar ou ladear para a direita o cavalo, o faz também partir a galope para a direita, com a diferença de que, o anterior direito está no ar quando a acção da rédea esquerda o sobrecarrega, ao passo que, na partida a galope, o anterior está apoiado. Não deve o cavaleiro preocupar-se com este pequeno detalhe; apenas quizemos explicar a razão das coisas.

Não esqueçamos também que qualquer membro só pode ser sobrecarregado, quando em apoio.

O cavalo galopando a três tempos só pode passar de mão de três maneiras diferentes: no fim do 3.º tempo, se está sobre as espáduas, no fim do 2.º tempo, se está equilibrado e, durante a projecção, por sua livre vontade.

No primeiro caso, inverte a posição dos posteriores quando o anterior ainda está apoiado e inverte em seguida a posição dos anteriores.

No segundo caso, o posterior da diagonal associada marca o 1.º tempo de galope para a mão contrária.

A passagem de mão assim executada não é mais do que uma nova partida ao galope sobre uma base diagonal comum no passo, no trote e no galope.

No terceiro caso, o cavalo inverte a posição dos quatro membros no ar e simultaneamente, pelo que o cavaleiro experimenta um esticão nos rins.

Até agora não têm aparecido dificuldades; nós a escrevermos e depois o leitor a ler, concordando ou discordando.

Passemos à prática.

Revista da Cavalaria

Só pode ensinar as passagens de mão ao seu cavalo quem principie a ter tato eqüestre e a sentir o que se passa debaixo dele.

Não é possível ao cavaleiro verificar com a vista se o seu cavalo está no fim do 2.º tempo de galope ou no fim do 3.º tempo. É a parte difícil da equitação, o *modus faciendi*, a parte artística e esta não se aprende nos livros; aprende-se, cultiva-se e aperfeiçoa-se montando muito, cavalos diferentes e em diferente grau de ensino.

Vamos procurar indicar como se executa a passagem de mão.

Todo aquêle que nunca executou passagens de mão num cavalo já ensinado, luta com maiores dificuldades. Por isso, há tôda a vantagem em executar este exercício, de comêço, num cavalo ensinado e, depois de apanhar o momento oportuno, procura executar no cavalo que estamos ensinando. Contudo, o cavaleiro que obriga, quando deseja, o seu cavalo a partir a galope, em determinada mão, entra imediatamente e bem, nas passagens de mão.

Devemos ter sempre bem presente que o nosso cavalo deve ser colocado e impellido a executar o exercício que desejamos. Se o não faz, a culpa é do cavaleiro.

Deixámos-lhe qualquer porta aberta e elle escapou-se por ella.

Se o collocarmos de forma a que elle só possa fazer determinado exercício, o cavalo é forçado a fazer esse exercício.

Pôsto o cavalo a galopar no picadeiro, calmo e direito, aproveitemos o segundo canto do lado menor e tiremo-lo um pouco para dentro. Como o galope é basculante, podemos ir marcando a cadência quando a frente baixa; nesta altura invertemos a ajuda e o cavalo passa de mão ficando a galopar invertido; repetimos o exercício no canto diagonalmente oposto e fica o cavalo a galopar justo.

Numa das vezes em que o cavalo fica a galopar invertido, aproveitamos para passar de mão em diagonal, ficando o cavalo a galopar justo para a outra mão. Repetimos nos cantos indicados, agora da outra diagonal, as passagens de mão. Temos a certeza de que, se qualquer cavaleiro seguir esta progressão e executar como foi indicado, o cavalo entra imediatamente nas passagens de mão.

Revista da Cavalaria

Pela leitura, pela prática e pelas conversas com alguns mestres chegamos à conclusão de que este exercício abrevia o ensino e aumenta o tato do cavaleiro quando executado sem preparação, ou seja, marcando os tempos.

Não deve o cavaleiro ter a apreensão de que o seu cavalo está ou não em condições de executar a passagem de mão; primeiro, cinge-se ao local onde a deve executar, mas como o cavalo tem tendência a rotinar e depois de algumas passagens de mão pretende passar de mão sem intervenção do cavaleiro, começamos nessa altura a marcar tempos e assim faremos a passagem de mão de 10 em 10 tempos, de 8 em 8 tempos, etc. Não permitir nunca que o cavalo tome a iniciativa e execute de cor; será um cavalo amestrado mas nunca ensinado. Ensinado é aquele que executa os exercícios, quando o cavaleiro os pede e como os pede.

Com esta progressão irá diminuindo de 6 em 6, depois de 4 em 4 e de 2 em 2 tempos.

Como já dissêmos, o cavalo tende para a rotina; para a evitar, umas vezes por outras façamos as passagens de mão com intervalos desiguais.

Depois de executarmos este trabalho próximo da parede do picadeiro, fazemo-lo com mudanças de direcção e no exterior e sempre com o emprêgo da ajuda lateral. Fazemos esta insistência da *ajuda lateral* por ser a que impõe ao cavalo o que desejamos e à que recorremos quando a ajuda diagonal não nos satisfaz ou o cavalo a ela não obedece. É preferível empregar a ajuda lateral, pois não entorta ou entorta menos o cavalo do que a ajuda diagonal.

Depois do cavalo executar com facilidade e correcção este exercício com as ajudas laterais, passamos às ajudas diagonais até chegar a um grau de perfeição tal que qualquer sirva sem que outra pessoa que não seja o cavaleiro distinga da qualidade da ajuda.

De início, o principiante luta com dificuldades e exagera o emprêgo das ajudas: curvatura do pescoço demasiada, escalear o cavalo com a espora, pelo que lhe tira a calma, atravessar o cavalo, inclinar o tronco para diante, enfim, são tantas as faltas que seria inútil mencionar mais. A todos tem sucedido o mesmo e, como este exercício seduz a maioria dos cavaleiros à sua prática, todos o tentam. O que se

Revista da Cavalaria

torna necessário é conservar o cavalo bem direito (quando o eixo maior do seu corpo está orientado segundo o sentido do movimento) e calmo; não abusar do emprêgo da espora (a perna actúa por pressão) e o cavaleiro convencer-se de que consegue o que pretende. O restante virá depois. Pouca leitura e muita prática.

Note o cavaleiro que nos detivemos na altura das passagens de mão de 2 em 2 tempos. Mais tarde verá a razão.

Quando escrevemos sobre *endireitar um cavalo* dissemos que o cavalo se entorta por detrás e nós o endireitamos pela frente, opondo as espáduas à garupa. É conveniente lembrar que o cavalo dá a face para o lado da perna que entra mais debaixo da massa e que o pescoço se curva para aquêl lado. Lembramos também que é esse lado do pescoço o mais contraído. Com o emprêgo das ajudas laterais nós endireitamos o cavalo mais rapidamente, porque nas saídas e durante o galope soltamos essa espádua e descontraímos os músculos do pescoço do mesmo lado. Assim, o cavalo que dá a face mais facilmente para a direita, partindo ao galope para a direita e mantendo-o no galope com predomínio da rédea esquerda, descontraí os músculos do pescoço do lado direito.

O cavaleiro inexperiente supõe que o cavalo, ao ceder mais facilmente de uma das barras, tem os músculos do pescoço dêsse lado mais descontraídos; não é assim; os músculos do lado contrário é que estão mais distendidos.

Insistimos também em manter o cavalo direito em todos os andamentos e muito especialmente no galope, evitando que o cavalo dê exageradamente a face para o lado da mão em que galopa. Um grande inconveniente desta colocação é de dispor as espáduas a descaírem para fora e de obrigar o cavaleiro a manter constantemente o ante-mão com a rédea de fora. O cavalo não marcha direito, o pescoço torna-se mole e o cavalo hesitante.

Daremos essa curvatura, ligeiramente, apenas no momento em que temos de executar um movimento que necessita essa posição.

Algumas vezes também para fazer soltar o freio ao cavalo que se contrai à acção de uma das rédeas, porque êle cede mais facilmente à acção de uma rédea isolada do que às duas actuando igualmente e ao mesmo tempo.

Revista da Cavalaria

Mantendo o pescoço firme deverá dar a face ligeiramente para esse lado.

Paramos nas passagens de mão de 2 em 2 tempos. Trataremos agora das passagens de mão de 1 em 1 tempo, conhecidas imprópriamente por passagens de mão a tempos.

Os cavalos ensinados a executar este exercício, pôsto que equilibrados e não estando portanto sobre as espáduas, só podem, contudo, executar as passagens de mão no fim do 3.º tempo.

Agora podemos afirmar: o trabalho a golpe vai até às passagens de mão de 1 em 1 tempo.



Passagem de mão a galope

Durante muito tempo, antes da introdução do animatógrafo, nestes estudos, supôs-se que as passagens de mão de 1 em 1 tempo se faziam por laterais. Passaria a ser um andamento artificial. A razão do engano é simples: a vista não consegue observar os movimentos completos dos membros.

Com a aparição do animatógrafo tudo se esclareceu.

O estudo de todos os andamentos, na época em que nos encontramos, não se deve fazer abstractamente, cingindo-nos à mecânica. Hoje, quem deseje estudar os movimentos dos membros do cavalo em andamento, deve lançar mão do animatógrafo, porque só ele explica o detalhe.



"Gabinete do Veterinário"

As taras ósseas do cavalo

pelo Tenente médico-veterinário J. PROSTES DA FONSECA



OMO prometemos, voltamos de novo ao assunto, para completarmos as considerações que há tempos fizemos, sobre «As taras ósseas do cavalo».

Começaremos pela lesão óssea, bem conhecida pelo nome de «esparvão».

O «esparvão» é um tumor ósseo na base do curvilhão do cavalo, localizado na sua parte infero-interna, um pouco acima da canela (Fig. 1).

As causas que o determinam são várias, estando mais em destaque o trabalho exagerado em obstáculos, quando o animal possui uma má conformação do seu jarrete—estreiteza ou estrangulamento — por contusões violentas ou por osteísmo.

Em princípio, quando a tara não é revelada externamente, é difícil precisar a sede desta lesão, e só um olhar muito experimentado pode descortinar uma ligeira elevação, que, a pouco e pouco vai aumentando, até ser notada pela observação dos mais leigos no assunto.

Revista da Cavalaria

O observador deve colocar-se um pouco à frente e ao lado do membro anterior, diagonal ao posterior suspeito, notando a existência do tumor, por comparação com o outro jarrete.

O recuar torna-se difícil, nos cavalos portadores desta lesão óssea, e, em repouso, o membro conserva-se, em regra, semi-flectido, apoiando-se em pinça.

O membro ou membros onde existe esta tara, deslocam-se com uma flexão exagerada, que lembra o movimento de um ciclista.

Em regra, a claudicação atenua-se com o movimento, como de resto assim sucede em quasi tôdas as manqueiras de origem articular, a ponto de não ser notada no fim de um trabalho mais demorado.

Com a formação do tumor, pode vir a melhoria da claudicação, vendo-se freqüentemente, cavalos de concursos hípicas não serem prejudicados na sua carreira desportiva, pela evolução desta tara.

A gravidade do esparvão está ligada, principalmente, a duas circunstâncias: sede do tumor, tanto mais grave quanto mais fôr situado

à frente da articulação, perto da sua dobra, por dificultar os andamentos; prisão da articulação, ou «anquilose», que imobiliza o jôgo articular, tornando o cavalo completamente inútil.

Por isso, apesar de se ligar, muitas vezes, pouca importância, nos meios hípicas, a esta tara do cavalo, é sempre conveniente sujeitar desde o início, o animal suspeito, a uma observação cuidada, seguida do tratamento sensato, caso se confirme a formação do esparvão.

Sob a designação do «esparvão sêco» é conhecido o «arpejar» exagerado e convulsivo de alguns cavalos, sobre-



FIG. I

tudo ao passo, sem relêvo aparente do curvilhão e com atenuação da claudicação, depois do trabalho.

Esta espécie de esparvão evolui, ordinariamente, para a «anquilose», inutilizando os animais.

Finalmente, designa-se como «falso esparvão» uma assimetria locomotora dos posteriores, proveniente, ou da falta de ensino ou mesmo, de lesões fora do curvilhão, como sucede nos doentes de rins, por ordem reflexa.

Menos notadas, são, sem dúvida, duas outras taras do curvilhão do cavalo, conhecidas pelos nomes de «curva» e «curvaça» (Fig. 2 e 3).

A primeira, localiza-se na parte interna do jarrete, por cima do lugar de eleição do esparvão (Fig. 2-A).

É uma tara menos frequente e de menor gravidade que o esparvão.

A «curvaça» (Fig. 3) desenvolve-se na parte inferior e posterior da face externa do curvilhão, sendo facilmente visível, por tapar o cavado do jarrete. É a menos grave das três taras do curvilhão.

As «sobre-canas» do cavalo, são, talvez, as taras ósseas mais conhecidas por todos, que utilizam este animal.

Encontra-se uma elevação dura na canela do anterior ou posterior, e, em regra, não se liga grande importância a esta primeira manifestação de inferioridade orgânica do cavalo novo, continuando-se-lhe a exigir o mesmo trabalho.

Não deve ser assim. Não queremos afirmar que a «sobre-cana» seja sempre uma lesão grave, mas somos da opinião que todos os cavalos novos que a apresentem, devem ficar sob vigilância, cuidando-se muito principalmente da sua alimentação, da higiene dos seus membros e exigindo-se-lhes um trabalho metódico.



FIG. 2

FIG. 3

Revista da Cavalaria

Além do mais, a tara pode localizar-se mal, prejudicando e mesmo prendendo o jôgo dos tendões da canela do cavalo, cordas indispensáveis à sua completa utilização.

Somos, em resumo, da opinião que a «sobre-cana» não tem, em regra, gravidade como lesão local, mas sim, por representar, tanta vez, uma manifestação de inferioridade esquelética, que é preciso cuidar e atalhar enquanto é tempo.

Passamos a falar de uma outra tara dura do cavalo, mas esta, com carácter mais grave.

Referimo-nos à «sobre-mão» ou «sobre-pé», conforme o membro atingido.

Aplicam-se a esta tara as considerações gerais já feitas, havendo, aqui, apenas a referir, a localização desta lesão e a sua gravidade.

Tem a sua sede no osso da coroa que aumenta de volume e a faz assim denunciar.

A claudicação, provocada pela «sobre-mão», exagera-se, em regra, para o fim do trabalho, podendo inutilizar, em pouco tempo um animal, se bem que muitos cavalos, façam a sua vida utilitária, sendo portadores desta tara.

Tôdas estas taras, podem provocar uma claudicação discreta que o olhar mais experimentado não consiga localizar, enquanto o relêvo do tumor ósseo, em formação, não evidencie bem a exostose.

Será só pelo processo das anestésias sucessivas e metódicas que mesmo o médico-veterinário fará o seu diagnóstico, recorrendo ao fogo, pela sua aplicação, em pontas finas e penetrantes e, em último extremo, ao corte dos nervos, muito embora, este tratamento, fazendo desaparecer a dor, e, portanto, a claudicação, tenha gravíssimos inconvenientes que devem ser estudados e ponderados.

Não queremos findar estas linhas sem dedicar algumas palavras a uma lesão óssea dos membros do cavalo, invisível por relêvos palpáveis, mas das mais graves e insidiosas. Trata-se da «osteíte da terceira falange» lesão do osso do pé contido na caixa córnea, que constitui a única unha do cavalo. Muitos casos de indisponibilidade dos nossos cavalos de serviço e de desporto, estão ligados a esta lesão, denunciadora de osteísmo grave.

Revista da Cavalaria

Só a observação atenta, e, por vezes, demorada, do médico-veterinário, pode localizar esta lesão óssea, tão freqüente no cavalo.

A radiografia, neste caso, é o único meio seguro, de procurar a certeza. Uma ferração especial, sera o primeiro cuidado em complemento de um tratamento geral, hábilmente conduzido.

Temos ensaiado, com sucesso, o tratamento preconizado por Marcenac e Carnus, médicos-veterinários de Saumur, pelo emprêgo das injeções anestésicas nos nervos da canela, em séries espaçadas, o que já há muito se faz no homem, mas nada pode o tratamento, se não existir uma ligação estreita entre quem trata e quem utiliza, para dele se poder tirar um proveito máximo, e isto só se consegue, repetímo-lo sempre, existindo a mais estreita ligação entre os dois interessados: o cavaleiro e o médico-veterinário.



Jornaes revistas livros

«O culto do Dever»

Um episódio da mocidade de Joaquim Mousinho de Albuquerque, publicado no último número da nossa Revista e da autoria do conhecido e ilustre poeta Silva Tavares, serviu de tema ao desenvolvimento da acção do poema intitulado pelo autor «O culto do Dever».

Nêle se engradece a figura do herói em versos fluentes e em que a epopeia e o lirismo se combinam de forma a tornar o poema fácil, agradável e sonoro.

Ao poeta Silva Tavares, a *Revista da Cavalaria* agradece o ter accedido a ser publicada nas suas páginas a sua inspirada produção.

Major Jaime Ferreira, obreiro do Império

Elogio histórico pronunciado pelo contra Almirante Almeida Henriques, nos Paços do Concelho de Pombal em 28 de Julho de 1941

Em separata da Revista *Defesa Nacional* foi publicado um folheto contendo o elogio acima referido. Escrito pelo autor com visível sentimento patriótico, esta oração é bem uma demonstração do valor militar do homenageado e das suas qualidades como pioneiro que foi na época da ocupação portuguesa do interior de África, do lado de Moçambique.

À *Defesa Nacional* os nossos agradecimentos pelo exemplar oferecido.

Actualidades Gráficas

Reeleição de S. Ex.^a o Presidente da República



Sua Ex.^a o Presidente da República e o Sr. Presidente do Conselho, escoltados por uma Brigada de Cavalaria, a caminho do Palácio da Assemblêia Nacional, no dia da reeleição Presidencial

Soldados de Portugal



SOLDADOS DE AMANHÃ — Sua Ex.^a o Presidente da República, passando revista à guarda de honra dos alunos do Colégio Militar, na sua última visita a este estabelecimento de ensino



SOLDADOS DE HOJE — O Senhor Presidente do Conselho e Ministro da Guerra, passando revista a um batalhão expedicionário

O Exército Italiano na Campanha de África



LÍBIA — *Desfile em parada de meharistas libicos*



ÁFRICA SETENTRIONAL — *Carros Blindados Italianos numa acção de reconhecimento*

A Campanha da África do Exército Inglês



O emir Mansour, filho do rei da Arábia Saudista, inspeccionando Tanks britânicos durante a sua recente visita ao Egito



Este Tank «Matilde» foi enviado para a Líbia em 1940, tendo-se celebrado pelas numerosas acções em que entrou, com a mesma guarnição

A Recuperação do material da R. A. F.

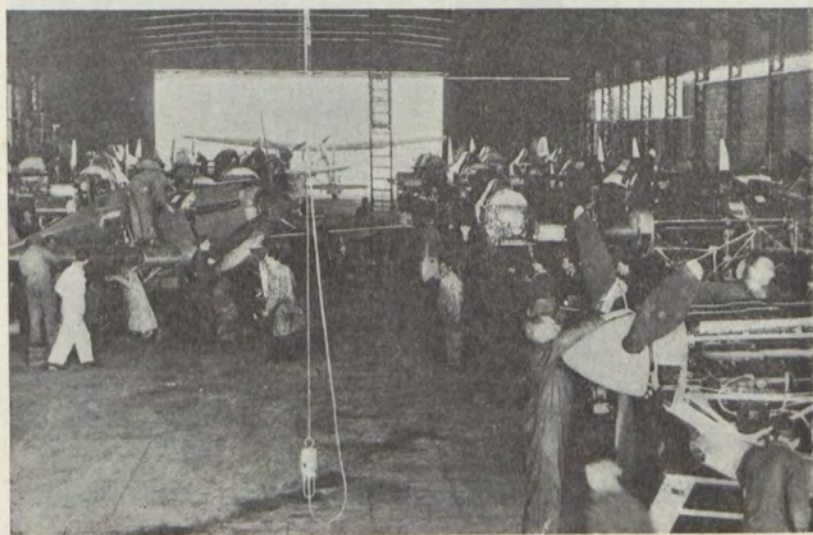


*Uma unidade de reparação e salvação da R. A. F. deslocando-se
no Deserto*

A Recuperação do Material da R. A. F.



TRABALHOS DE REPARAÇÃO E SALVAÇÃO — Um comboio aproximando-se das pirâmides de Gizeh, situadas a 10 milhas do Cairo



A fotografia mostra um estaleiro de reparações da R. A. F., onde os mecânicos e outros operários estão efectuando reparações em aviões

Material Capturado pelo Exército Inglês



Carro de combate Mark III, com a torre deslocada pelo fogo de uma granada



Carro de combate Mark IV, com vários empates da artilharia anti-tanks. — Os tanks inimigos capturados no Deserto, são examinados num campo base, onde são estudadas as blindagens e os efeitos das granadas anti-tanks

O Exército Inglês na Guerra Actual



Dois comboios conduzem Tanks «Valentines» e «Matilde»



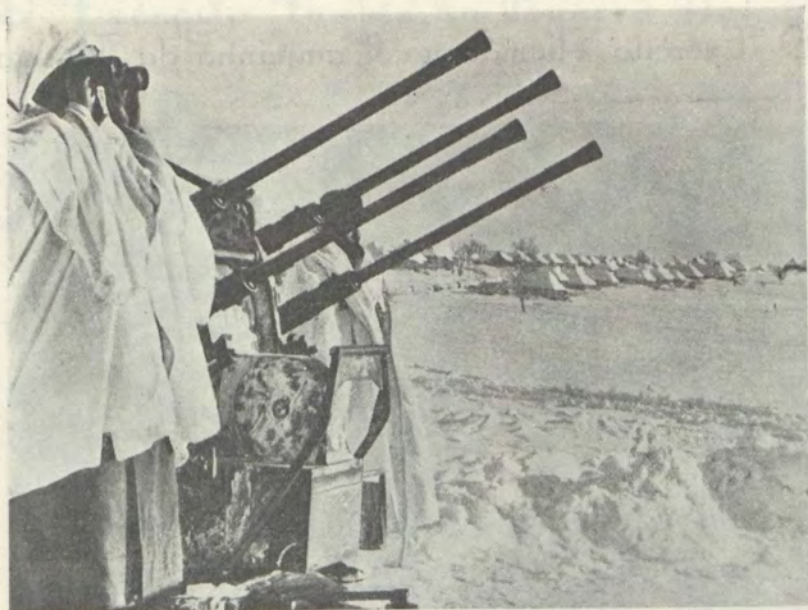
Um oficial fazendo a continência à passagem de um destacamento das Tropas Imperiais Skiadoras, em exercícios no Norte da Síria

O Exército Alemão na Campanha da Rússia



Um artilheiro alemão num observatório improvisado, observa o inimigo

A Campanha de Inverno do Exército Alemão



Metralhadora alemã de quatro canos, da D. C. A. de um aeródromo, na frente Oriental



Uma metralhadora alemã montada sobre «skis» entra em acção na frente Oriental

A Frente Leste do Exército Alemão



FRENTE LESTE — Coluna Alemã de Reabastecimento



Infantaria alemã, protegida por um tank, avançando na frente Oriental

A Tracção Hipomóvel no Exército Alemão

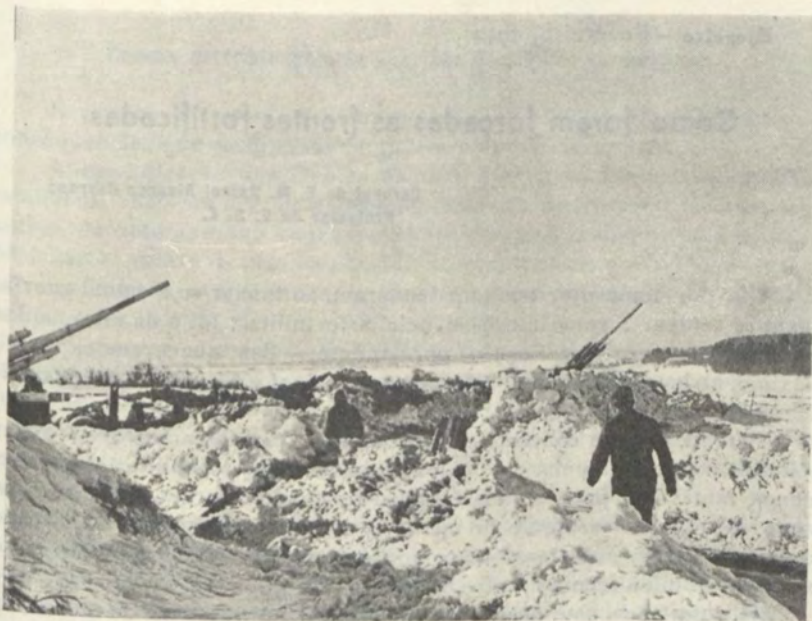


Na Campanha de Inverno do Exército Alemão, a tracção hipomóvel prestou preciosos serviços



FRENTE LESTE — Carro alemão conduzindo obstáculos com arame farpado, destinados às primeiras linhas

A D.C.A. e a D.C.B. do Exército Alemão



Uma Bateria da D. C. A. alemã instalada na frente Oriental



Uma posição de D. C. B. alemã na frente Leste

Ejército — Fevereiro, 1942

Como foram forçadas as frentes fortificadas

Coronel do E. M. Rafael Alvarez Serrano
Professor da E. S. E.

Um dos temas que mais apaixonaram, ao iniciar-se a actual guerra, quantos sentem algum interesse pela arte militar, foi o da eficácia das grandes linhas de fortificação permanente, — das que eram expoente máximo, as baptizadas com os nomes de Maginot e Siegfried — e a possibilidade da sua rotura.

Perante o facto concreto e consumado do seu forçamento, ao iniciar o Reich a sua campanha do Ocidente, procurou-se a explicação, mais ou menos fantástica, para aquela tangível realidade e surgiu uma vez mais, como inevitável «serpiente de mar», na primavera de 1940, o manoseado tópico da «arma secreta», que como é lógico, a ninguém satisfazia sob o ponto de vista da técnica profissional.

Já refutámos este assunto noutro artigo que viu a luz do dia nestas mesmas páginas com o título de *«El porqué de las victorias alemanas»*. Não vamos pois, insistir nos nossos argumentos de então.

Vamos hoje procurar fazer um estudo da maneira como essas linhas foram atravessadas, e tentar deduzir algumas consequências, tanto em relação à sua eficácia para o futuro, como no que afecta à forma de conduzir o seu ataque.

Não ignoramos as dificuldades que necessariamente havemos de ter ao abordar tão sugestivo assunto; porém, o facto em si e a conveniência em submeter à reflexão de quantos se inquietam pelos novos processos de guerra, levam-nos a tentá-lo e a contribuirmos com o nosso grão de areia em tão árdua empresa.

A falta de notícias fidedignas sobre o que se tem passado, e as incompletas que conseguimos adquirir, fazem com que tudo quanto aqui deixamos escrito fique sujeito a rectificações, tão prováveis como possíveis, tanto mais que na realidade tudo é o simples reflexo de uma opinião e conceito de carácter meramente pessoal e sem outro valor além do que lhe pode dar o raciocínio lógico em que nos temos de apoiar.

Para melhor exposição destas idéias, dividiremos o presente estudo nos seguintes capítulos:

- análise das causas determinantes da aparição das linhas de fortificação permanente;
- conceito táctico correspondente aos diversos países em que foram adoptadas;
- forma como foram atacadas;
- tropas empregadas na sua rotura;
- consequências que podem deduzir-se para o futuro.

Revista da Cavalaria

Causas determinantes da aparição das linhas permanentes

É preciso ir procurar a origem destas linhas aos ensinamentos ou conseqüências que resultaram da guerra mundial de 1914-18.

A estabilização das frentes naquela guerra e a sua prática invulnerabilidade, mais ou menos falsamente deduzida do fracasso das suas tentativas de rotura, nunca consumadas até chegar a realizar-se a aspiração de levar a guerra a campo aberto, fizeram pensar que na luta secular entre o canhão e a couraça se marcava uma época definida a favor desta.

O emprêgo dos carros de combate e as possibilidades do seu aperfeiçoamento obrigaram, ao procurar-se estabelecer linhas continuas de fortificação, a ter em conta este importante factor e a basear a sua construção e estrutura na invulnerabilidade daqueles. Por isso, é característica comum a todas as linhas desta natureza, a defesa anti-carro, tanto activa como passiva.

Todos pensavam na necessidade de levar novamente a guerra pelo princípio Napoleónico do movimento e da manobra, única forma, por todos proclamada, de chegar à vitória decisiva pela anulação do Exército inimigo; porém, ninguém esqueceu a estabilização vivida — cuja possibilidade de repetição se não punha de parte em absoluto — nem o facto real de se ter obtido a vitória através deste tipo de guerra.

Assim pode ver-se na doutrina francesa, (que preconizando a ofensiva como única forma susceptível de obter resultados decisivos, multiplica e detalha as suas prescrições para o sistema defensivo) basear as suas possibilidades nos ensinamentos da guerra mundial e considerar como único acto fundamental e decisivo da batalha ofensiva o ataque, sem pôr suficientemente em relêvo a importância capital que a exploração do sucesso e a manobra seguinte à rotura adquirem, como demonstram os factos na actual contenda.

E assim resulta também a contradição que representa com a doutrina ofensiva, a construção da linha Maginot, baseada, como mais adiante indicaremos, num conceito de defesa cerrada, e não como base para um ataque, ou apoio para uma defesa móvel.

A esta razão apontada, da influência que de uma maneira fatal havia de exercer a estabilização sobre os que a viveram e através dela obtiveram a vitória, vem juntar-se, no caso da França, a debilidade geográfica de grande parte da sua fronteira Nordeste, e assim pode observar-se que a princípio a linha permanente só se adopta na fronteira com a Alemanha e o Luxemburgo, prolongando-se mais tarde sobre a fronteira belga, ante a influência, também fatal, que exerce a manobra alemã de 1914; quer dizer: sempre nas direcções de invasão através de terrenos geográficamente fracos, sem que se construam linhas desta natureza naquelas fronteiras, como as dos Pirinéus e a dos Alpes, em que a natureza do terreno torna desnecessária a continuidade da fortificação; pôsto que na fronteira dos Pirinéus a diferença de potencial militar a dispensasse, na dos Alpes não se devia considerar tão dispensável.

Revista da Cavalaria

Não parece, pois, arriscado pensar que na influência da guerra de 14 e na natureza geográfica de algumas fronteiras da França, mais possivelmente ameaçadas, se devem procurar as origens da linha Maginot.

A linha Siegfried, construída muito tempo depois, contemporânea já do rearmamento do III Reich, não é apenas a réplica à anterior. O caso da Alemanha era diferente. Rodeada de possíveis inimigos, não podia pôr de parte a probabilidade de ter de combater simultaneamente em duas frentes, e em face desta eventualidade, vencida em grande parte pela hábil diplomacia do Führer, os seus planos de operações tinham que ter por base a defensiva numa das frentes, até que conseguida a vitória decisiva sobre uma, pudesse empregar a quasi totalidade das suas forças sobre a outra.

É pois, no nosso modo de ver, consequência de considerações de indole diferente às que deram lugar à linha Maginot, como diferente é também o conceito tático, conforme adiante indicaremos, que inspirou a sua construção e estrutura.

Mais ou menos inspiradas numa ou noutra das anteriores, surgiram na Europa, na véspera do actual conflito, outras linhas fortificadas: a Mannerhein na Finlândia; a Metaxas na Grécia; a Staline na Rússia e a que procurava fechar a fronteira germano-polaca. Todas elas, à excepção da primeira, vencida pela enorme superioridade do Exército russo, apesar do heroísmo dos seus defensores, foram rôtas e atravessadas pelos vitoriosos Exércitos alemães; porém, como até à data não obtivemos informações sobre as suas características, nem sobre a forma como foram forçadas, só nos referiremos neste trabalho, às duas anteriormente citadas e à forma como foi rôta a primeira, visto a segunda não ter sofrido nem uma tentativa de rotura, apesar da idéia ofensiva tão acentuadamente preconizada pela doutrina francesa.

Conceito tático a que correspondem algumas linhas permanentes

A linha Maginot parece corresponder a um critério de defesa cerrada. Foi inspirada e construída com a idéia do estabelecimento de uma barreira de fogo contínua, tendo por base obras destinadas ao Pelotão e à Secção, com enorme quantidade de armas automáticas e anti-carro, alternadas com grandes obras providas de artilharia e alinhadas à mesma altura que as anteriores, sendo isto, no nosso modo de ver, o que mais acusa o conceito linear que se lhe atribuiu, já que a profundidade efectiva na qual se distribuem as obras, se eleva nos sectores mais possivelmente ameaçados a algumas dezenas de quilómetros.

O sistema de fogos é, na nossa modesta opinião, imperfeito, pois nêle se atende mais ao cruzamento e efeitos de flanco, do que à obtenção de fogos densos de frente. Nas obras pequenas, os fogos de frente, com as suas origens ras cúpulas, deixam ângulos mortos nas suas proximidades. Não existem fogos anti-aéreos, ficando, neste sentido, a defesa reduzida à segurança que contra o bombardeamento desta cota elevada representa a sua própria blindagem.

Revista da Cavalaria

O campo visual, principalmente para a frente, é muito reduzido, e nas obras grandes limita-se a periscópios, situados nas suas cúpulas observatórios.

As portas de entrada e as que separam os diversos compartimentos são blindadas e estancadas para os gases, lembrando, pela sua extrema analogia, as que separam os compartimentos estanques dos navios de guerra.

De todas estas diversas características, pode logicamente deduzir-se o seu cerrado conceito defensivo. Os seus fogos tendem mais a produzir barragens do que a servirem de apoio a uma defesa móvel; as suas vistas não permitem apoiar um avanço, tomando-as como base; a sua estrutura permite-lhe resistir enquanto durarem a água, as munições e os viveres, armazenados em enormes quantidades. No interior das suas instalações e nos postos de comando, a semelhança com um navio de guerra é perfeita, e para melhor a confirmar, as suas guarnições, constituídas por tropas de fortaleza, recebem o nome, nitidamente marinho, de tripulações.

Pomos em evidência estas características, visto que do seu estudo, minucioso e sistemático, se deduziram as formas de atacá-las, de que mais adiante nos ocuparemos.

Como pode ver-se pelo anterior, o desacôrdo entre estas características e a doutrina ofensiva está bem patente.

A linha Siegfried, ao contrário, corresponde a um conceito diferente. É a inscrição no terreno de uma ordem de combate. As obras escalonam-se em profundidade e em perfeita analogia com um dispositivo tático. Os fogos de frente são densos e possíveis, sem prejuizo do seu cruzamento. Os campos visuais são mais cuidados em todas as direcções. As defesas de flanco não superam as frontais.

As portas não evitam a defesa interior.

A sensação que se recebe é a de um dispositivo, mais ou menos blindado, que pode servir de sólido apoio a uma defesa móvel, e de base para uma ofensiva, quando a circunstância estratégica transitória, que aconselhou a defensiva, tenha sido modificada noutra frente.

Forma como foram atacadas

As principais operações de rotura levadas a cabo pelo Exército alemão na campanha do Ocidente, nos meses de Maio e Junho de 1940, foram, pela sua ordem cronológica, as seguintes:

- ocupação do forte de Eben-Emael, que cobria a linha do Mosa e do canal Alberto;
- forçamento da linha Maginot no sector de Sedán;
- rotura, pela retaguarda, do prolongamento da linha Maginot sobre a fronteira belga no sector de Valenciennes;
- rotura da hipotética linha Weygand;
- forçamento da passagem do Reno e rotura da linha Maginot no sector de Neuf-Brisach;

de todas elas nos ocuparemos sucessivamente.

Revista da Cavalaria

Ocupação do Forte de Eben-Emael

Esta obra, que fazia parte do campo entrincheirado de Liège, foi construída entre os anos de 1932-1935. Tinha por fossos o Mosa e o canal Alberto, este último pegado a ela e correndo a seus pés por entre taludes de cimento quasi verticais, com mais de 30 metros de altura. Pelo flanco, um sistema de inundações defendia o seu acesso.

A sua ampla periferia era dividida em sete casamatas, providas cada uma com metralhadora, um canhão anti-carro e um projector. A superestrutura comportava quatro cúpulas, com três peças de 75 cada uma, e outra com duas de 120, montadas em eclipse, e com um sector horizontal de 360 graus. Não tinha armas anti-aéreas, nem sobre o seu amplo teto havia armas automáticas de qualquer espécie. A sua guarnição era de 1.200 homens.

Era fundamental a sua ocupação, pois abria o caminho neste sector, permitindo o avanço para o interior da Bélgica. Por ela começou a primeira operação que o Exército alemão realizou ao iniciar as operações nesta frente.

24 horas depois de declarada a guerra, o Forte estava em poder das tropas do Reich. Dos seus 1.200 homens, 400 tinham morrido; os 800 restantes foram feitos prisioneiros. Os atacantes tiveram apenas 7 mortos.

Realmente os dados acima, dispensam-nos de pensar na arma secreta. De facto não existiu outro segredo fora os que sempre foram factores inseparáveis e determinantes da vitória: a surpresa, a rapidez e a audácia, perfeitamente servidas por um exacto conhecimento da obra, acompanhadas por um perfeitíssimo Serviço de Informações.

Na madrugada de 10 de Maio, três Grupos de combate de reduzido efectivo desciam do ar sobre o teto do Forte e sobre as forças que guardavam as duas pontes situadas respectivamente a montante e a jusante do Forte. Um dos grupos foi surpreendido antes de aterrar e a ponte situada a montante ficou em poder dos belgas. A outra foi conquistada pelos alemães.

Uma vez no teto do Forte, dirigiram-se os assaltantes em perfeita ordem, conhecendo as suas detalhadas missões, às cúpulas, onde com grandes cargas explosivas, originaram num quarto de hora, a sua destruição.

Fácil é de compreender a desordem que se deve ter produzido no interior. Na parte superior do Forte só havia uma pequena porta que os assaltantes tinham perfeitamente enfiada por uma metralhadora. A guarnição torna-se impotente contra menos de uma centena de homens, que só do exterior podiam ser contra-atacados. Uma bateria situada numa povoação vizinha, faz alguns tiros sobre o teto, onde os assaltantes encontram espaços desenhados para se abrigarem. Infantaria de defesa móvel, não deve existir, pois não aparece durante as 24 horas em que estes valentes se mantiveram nesta situação. Às primeiras horas da manhã outro Grupo de assalto passa em flutuadores ligeiros o canal e aproximando-se das defesas de flanco, e a favor dos seus ângulos mortos,

Revista da Cavalaria

contribui com o Grupo instalado na superestrutura para a destruição das casamatas da periferia. Quando as forças do grosso passam o rio e o canal, pela ponte ocupada por surpresa, e cercam o Forte, este rende-se.

Fantasia? Sonho? — Tangível realidade, facto consumado que nas linhas anteriores tem a sua possível explicação, sem que exista outro segredo, fora a surpresa, a audácia e a rapidez, que não seja a forma como esses Grupos alcançaram os seus objectivos e a qualidade dos explosivos empregados nas destruições. Causa principal deste successo? — O conhecimento perfeito de todos os detalhes da obra, quer dizer, da informação.

A astúcia, neste caso, vence a força, e abre-lhe o caminho, por sua vez.

Forçamento da linha Maginot no sector de Sedán

Segundo caso, completamente distinto do anterior, cuja repetição não parece seguramente fácil.

Aqui não se trata já de um audacioso golpe de mão, mas de uma verdadeira operação militar de forçamento.

Este sector foi considerado pelo Comando atacante como o mais fraco, mercê, como sempre, do conhecimento perfeito das obras com que depara e de todas as suas defesas acessórias, cuja passagem foi prevista com todos os meios adequados.

O ataque é levado a cabo às 07 h.30 de 14 de Junho, tomando parte nelle três Corpos de Exército, reforçados com Sapadores de assalto, à razão de dois Batalhões por Divisão em primeira linha. A frente atribuída a cada C. E. é de 7 km.

A preparação de Artilharia é curta e intensa. Seguidamente começa a aproximação. Os Grupos de assalto são constituídos por Infantaria e Sapadores especializados, na proporção de 50 para 100. A operação através de um terreno inundado, utilizando jangadas e todo o género de flutuadores ligeiros, dura todo o dia e continua durante a noite. As destruições dos Fortes, a favor dos seus próprios ângulos mortos, como em Eben-Emael, succedem-se e, na manhã de 15, irrompem pela brecha as Unidades couraçadas que hão-de realizar a audaciosa manobra de Abbeville.

A surpresa foi obtida pela velocidade, mercê de uma perfeita instrução e do conhecimento da organização assaltada. A defesa móvel, também aqui não appareceu nunca. Para o êxito da operação contribuiu o Exército do Ar, alcançando previamente o domínio deste elemento. Com o seu bombardeamento a picar contribuiu para a destruição e neutralização das obras. As formações de bombardeamento e de reconhecimento garantem os flancos da audaciosa manobra das Divisões couraçadas, enquadrada, pelo domínio do ar, dentro do mais estricto conceito de segurança.

Rotura da linha Daladier

Com este nome era conhecido o prolongamento da linha Maginot, sobre a fronteira belga, por ter sido projectado e construído, sendo Ministro da Guerra o político com este apelido.

Revista da Cavalaria

Na realidade esta linha não foi atacada de frente, mas pela retaguarda, uma vez envolvida pela brecha de Sedán e cortada a saída para o mar, o que provocou o envolvimento do Exército francês, que, abandonando o seu apoio, marchara para a Bélgica para se opôr ao avanço alemão, sempre com a fatal preocupação da célebre concepção de Slieffen.

A maior parte das obras, envolvidas e sem o apoio da defesa móvel, renderam-se. Outras resistiram, algumas heróicamente; porém, foram reduzidas.

O ataque às obras que resistiram foi levado a cabo pela Artilharia. Peças anti-aéreas de 88 em tiro directo a 1.500^m sobre as cúpulas de 35 cm., perfuravam estas aos 27 disparos efectuados com a máxima velocidade de tiro.

Rotura da linha Weygand

Esta linha só existiu verdadeiramente na mente do Governo francês, ansioso por incutir uma certa tranquilidade no espírito desanimado do povo e do Exército.

A operação de rotura foi levada a efeito no sector de Chateau-Portien, e mais do que forçamento de uma linha fortificada, que na realidade não existia por se tratar apenas de uma trincheira contínua apoiada no rio Aisne, foi a passagem de um rio na frente do inimigo.

O obstáculo fluvial era fraco, tanto pela sua largura como pela sua profundidade, e a operação foi realizada pela forma clássica e prescrita para operações desta índole: passagem inicial por meios descontinuos, depois de uma breve e intensa preparação de Artilharia para facilitar a partida da base de ataque, constituição de uma testa de ponte, para proteger a montagem das pontes e avanço dos grossos para ocuparem outra testa de ponte mais ampla com o fim de apoiar o avanço das Grandes Unidades de segunda linha, e a exploração do sucesso levada a efeito pelas forças couraçadas.

Passagem do Reno — Transposição à viva força

A operação foi levada a efeito quando já tremulava em Paris a bandeira da cruz gamada; quer dizer, quando o moral do inimigo se encontrava no maior abatimento.

A linha Maginot, apoiada neste sector num obstáculo de grande importância, era aqui menos profunda do que no restante traçado.

Existia, no entanto, uma primeira linha de vigilância sobre a margem do rio, constituída por casamatas e pequenos fortins com metralhadoras, uma linha de resistência com obras de Pelotão e Secção a uns três km. e uma terceira linha com obras de igual estrutura, embora mais espaçadas, a dois km. da linha de resistência. Parece que parte da Artilharia foi retirada ao iniciar-se o ataque.

Este começou às 10 da manhã por uma preparação da Artilharia que durou hora e meia, dirigida especialmente sobre as canhoneiras da linha de vigilância. Às 12 h. 00, e a favor do nevoeiro que reinava naquela ma-

Revista da Cavalaria

nhã, effectuou-se a passagem por surpresa, empregando na primeira fase 400 lanchas motoras, transportando 5 combatentes, o que permitia a passagem de vagas de 2.000 homens, que se sucediam de 4 em 4 minutos, tempo empregado em cada ciclo completo.

A resistência foi muito escassa, como o demonstram as 12 baixas havidas numa das Divisões normais que forçaram a passagem.

O estado moral do inimigo e a situação da França já nessa altura, foram sem dúvida, as causas fundamentais d'este resultado.

Tropas especiais empregadas na rotura

A novidade em tôdas estas operações de ataque às obras permanentes consiste no emprêgo dos chamados Sapadores de Assalto, forças especialmente organizadas para êste fim, de harmonia com as características de cada obra.

Segundo os alemães, existem em tôda a obra espaços e ângulos mortos invulneráveis para o sapador que dêles se aproxime; a arte consiste, para cada caso, em procurar o processo de aproximação mais adequado e o ponto verdadeiramente sensível.

Nestas fôrças especiais pode ver-se o antigo sapador encarregado de abrir a brecha depois de se ter aproximado da escarpa.

Os sapadores estão em dois escalões distintos: no Regimento, constituindo Secções de sapadores, no Exército, reunidos em Batalhões e destinados às Grandes Unidades que hão-de efectuar a rotura, de harmonia com a missão attribuída a cada uma.

As Secções dos Regimentos são constituídas por pessoal de Infantaria que recebe instrução adequada sob a direcção do seu Chefe, o Oficial de Sapadores Regimental.

Nestas Secções, tal como nos Batalhões de Exército, a célula da organização é o Pelotão, composto de três Esquadras heterogêneas.

A primeira esquadra é formada por três homens, que constituem a equipe corta-arame. Um dêles, dispondo de granadas de fumos, tem por missão produzir uma nuvem que cubra numa grande área a operação, e mantê-la enquanto se realiza o corte. Outro, com tesouras adequadas efectua o corte, e o terceiro dispondo de luvas de couro, aparta os fios facilitando a passagem.

A segunda Esquadra, composta por dois homens, tem por missão produzir nuvens de fumo durante a aproximação e no momento da colocação das cargas.

A terceira Esquadra, composta de seis homens, executa as destruições, e os seus componentes dispõem de petardos, cartuchos, etc., bem como de lança-chamas que dirigem os seus jactos de fogo pelas frestas, antes da colocação das cargas explosivas.

A instrução destas fôrças é esmerada, individual e detalhada. Nela, o que mais nos chama a atenção é a forma real como se realizam os exercícios, onde todos os ruídos e acidentes do combate se simulam com assombrosa semelhança por meio de petardos, fumos e outros artifícios. A sensação de combate é perfeita, e a prova de que tais exercícios

Revista da Cavalaria

não estão isentos de perigo, está no facto de se destinar determinado lugar, atrás de ligeiros abrigos, para quem a eles assiste.

A Secção é constituída por dois Pelotões, sendo a missão do segundo — exactamente igual ao primeiro — cobrir rapidamente as baixas que neste se produzam.

As Secções agrupam-se em Companhias e estas por sua vez em Batalhões.

Consequências que podem deduzir-se

Como no princípio foi indicado, analisaremos em primeiro lugar, as consequências relacionadas com a possível eficácia das linhas fortificadas de que nos estamos ocupando, fazendo depois algumas deduções sobre a maneira provável de conduzir o ataque.

A primeira consideração que esta análise nos sugere é: — Pode deduzir-se dos factos que acabamos de relatar o fracasso desta classe de fortificações? — E do mesmo relato se deduz, sem esforço, a contestação negativa, pois, como já indicavamos no segundo dos artigos a que fizemos menção, se não se tivessem reunido uma série de circunstâncias de índole moral e política, e apesar dos seus defeitos tácticos, a linha Maginot teria sido «um osso duro de roer».

Não pode, pois, só pelo ocorrido, negar-se a eficácia das linhas fortificadas deste tipo que, na nossa modesta opinião, subsiste, sobretudo se se inspirarem no critério táctico que no citado artigo expuzemos.

Quanto à forma de atacá-las, pode ver-se, pelo exposto, que em cada caso se procedeu de maneira diferente de harmonia com as características de cada obra ou sector e segundo as circunstâncias de momento; quer dizer, que se seguiu o critério que a toda a operação táctica deve presidir, da máxima flexibilidade, adoptando-se em cada caso os meios e os processos à situação perfeitamente conhecida e minuciosamente analisada.

Procurou-se e conseguiu-se sempre a surpresa, factor indispensável do êxito, variando o sistema precisamente para que aquela se não frustrasse.

Pelo que se passou, pode ver-se também que um dos factores que contribuiu para o êxito foi o prévio domínio do ar, circunstância que no futuro terá sempre papel decisivo na luta em terra, pois sem este domínio não será fácil desenvolver operações de rotura e exploração. Este domínio, necessário em terra para conseguir a indispensável liberdade de acção, não poderá no entanto decidir por si só, como muitos chegaram a pensar. Na nossa modesta opinião, será condição, quasi sempre necessária, mas nunca suficiente.

Deduz-se também a impossibilidade da repetição de certas acções de surpresa, como por exemplo, a que motivou a queda de Eben-Emael, pois não é difícil aplicar medidas que garantam a segurança contra este género de operações.

Torna-se necessário pensar no imprevisto, e é preciso garantir a segurança e a vigilância em todas as direcções.

Revista da Cavalaria

Parece que, dadas as características das linhas de que nos temos ocupado, as Grandes Unidades couraçadas não foram suficientes para a sua rotura, e que onde foi preciso realizá-la em força, como em Sedán, tornou-se necessário recorrer à combinação Infantaria-Artilharia-Aviação, reforçada com sapadores de assalto, para produzir a brecha que o fogo das armas clássicas não podia realizar. Quere dizer, que, como sempre, foi preciso recorrer à coordenação de esforços das diversas armas para abrir caminho e proteger o avanço da Infantaria, que com a ocupação material do terreno torna patente o fruto da vitória.

Nota-se também a necessidade da criação de tropas especiais, que poderão ser do tipo das que presentemente se têm empregado, ou daquêlles que nos aconselhem o dia de amanhã as características das obras que se venham a construir.

Um problema que também requererá uma solução diferente para cada caso, será a maneira de levar a efeito a aproximação, deduzida das características das obras e do seu armamento, que em cada ocasião será preciso analisar e conhecer.

Fica também patente o eterno predomínio das forças morais, que como ficou demonstrado na nossa gloriosa Cruzada, são decisivas, dentro de certos limites de inferioridade material, pois quando esta é tão flagrante, como o foi no caso da Finlândia, não podem, ainda que ultrapassando os limites do heroísmo, chegar a compensar esta.

Resumindo, e glosando novamente o que dissemos no artigo que já mencionámos, a razão das vitórias tão retumbantes como as que acabamos de relatar, baseiam-se: na superioridade do material em qualidade e em número, na conservação do segredo das operações, na surpresa que esta representa, na rapidez da execução e na audácia consciente que uma superioridade moral autoriza de uma maneira absoluta.

L. R.

Escolas de serviço na FORD LUSITANA



Em tôdas as principais fábricas e linhas de montagem da Companhia **FORD** no mundo, existem escolas de serviço gratuitas para os seus empregados e, em muitas, cursos especiais e completos para aquêles que desejam especializar-se na mecânica de automóveis.

Êstes cursos, rápidos e práticos, têm a grande vantagem de preparar novos mecânicos com perfeito conhecimento do carro Ford.

Na **FORD LUSITANA**, Lisboa, nas suas oficinas anexas ao sumptuoso Salão de Exposição e Vendas que a Companhia possui na Rua Castilho, há já bastante tempo que se vêm realizando cursos de mecânica. Na gravura acima damos um aspecto de uma aula ministrada a praças do Batalhão de Automobilistas.



Naumann

A MÁQUINA DE COSTURA

para as senhoras mais exigentes usa-se há mais de 70 anos em Portugal!

CURSO DE COSER, DE CORTAR E DE BORDAR, GRATUITO!

Visite a exposição, sem qualquer compromisso, no Stand

NAUMANN

RUA EUGÉNIO DOS SANTOS, 169/173 * Telefone 2 42 52
Agentes em todo o País

RESTRIÇÃO DE CONSUMO DE LUZ

Deseja V. Ex.^a servir-se
do seu Rádio como em
tempo normal?

Tem V. Ex.^a vontade de
possuir uma das célebres
marcas **Orion**, **R. C. A.**,
ou **Philco** e outras?

Consulte V. Ex.^a os nossos
Serviços Técnicos e obterá
50% de economia.

—
DEMONSTRAÇÕES GRÁTIS
—

Custódio Cardoso Pereira, & C.^a

9 — Rua do Carmo — 13

REPARAMOS RECEPTORES DE TÔDAS AS MARCAS

Camisa

ALMOUROL

É preferida pela
sua qualidade,
elegância e preço

DEPOSITÁRIO:

MANUEL ALVES DE MATOS, L.^{da}

Rua dos Fanqueiros, 300

L I S B O A

J. WIMMER & C.^o

CASA FUNDADA EM 1864

LISBOA

Avenida 24 de Julho, 34

AGENTES EXCLUSIVOS DE:

Motores Diesel «MWM-BENZ» modelos marítimos

MAUSERWERKE A. G.

RHEINMETALL — BORSIG A. G.

DEUTSCHE WAFFEN — UND MUNITIONS — FARIKEN A. G.

JUNKERS FLUGZEUG UND MOTORENWERKE A. G.

ÂÇOS ESPECIAIS «MARATHON»

Exportadores de minérios e produtos coloniais

CASA AFRICANA

RUA AUGUSTA, 161

Tel. 2 4264-65 P. B. X. — Lisboa

R. Sá da Bandeira, 166

Tel. 1361 P. B. X. — Porto

Secções de: Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes, Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças, Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Decorador, Estofador, Cintas e Soutiens, Peles confeccionadas e a retalho, Retrozaria, Luvária, Perfumaria e todos os artigos para Homens, Senhoras e Crianças

Joalheria, Ourivesaria
e Relojaria

“Casa das Bengalas”

Rua da Prata, 87, 89, 91 — LISBOA

No centro do quarteirão — Telef. 2 0256

Não confundir, esta casa é a que tem
2 taças expostas num grande candieiro
reclame colocado no passeio, em
frente do estabelecimento

**Taças de Prata para prémios
desportivos**

Em exposição permanente mais de 1.200

Dansk Industri Syndikat

Material «Madsen»

Metralhadoras e Canhões Automáticos

Armas automáticas de pequeno e grande calibre para o Exército, Marinha, Aviação, Defesa contra Aeronaves e Defesa contra Carros de Assalto



O canhão automático **Madsen** de 20^{mm}, sobre «side-car», pode fazer fogo montado sobre este, ou no terreno, sobre o reparo a que está permanentemente ligado

A passagem do canhão da sua posição de transporte para a de tiro no terreno executa-se em menos de um minuto

REPRESENTANTES PARA PORTUGAL E COLÓNIAS:

Monteiro Gomes, Limitada

Rua Cascais (Alcântara), 47

L I S B O A

E. Pinto Basto & C.^a L.^{da}

L I S B O A

Navegação

Carvão

Seguros

Representações

Exportações

Transitários, etc., etc.

NO PORTO

KENDALL, PINTO BASTO & C.^A L.^{DA}

**Officinas Gerais de Material
de Engenharia**

Sede: Avenida da Índia — BELÉM

Manufatura de Material de Engenharia

Sapadores mineiros, sapadores
de caminhos de ferro, telegrafia
e telefonia por fios e sem fios,
:: pontoneiros, automobilistas ::

Mobiliá e utensílios

**Trabalhos em ferro e madeira para
construção civil**

Construção, reparação e pintura
de carroseries

Fundição, Vulcanização, Niquelagem, etc.

Fornecimento e fabricação
de sobresselentes para automó-
veis e motocicletas

Fornecimentos análogos para o público

**Officinas Gerais
de Fardamento
e Calçado**

Fardamentos e Calçado
— Fatos Cíveis — Roupas
brancas — Tecidos diver-
sos — Gravatas — Perfu-
marias

**Análises de Tecidos
e Cabedais**

SEDE — LISBOA

**Campo de Santa Clara
SUCURSAL — PÓRTO**

Rua da Boa Vista

ESTORIL

COSTA DO SOL — PORTUGAL

a 23 quilómetros de Lisboa



O clima mais temperado da Europa



Todos os Desportos — Golf (18 buracos), Ténis, Tiro, Natação, Hipismo, Esgrima, etc.

Estoril Palácio-Hotel — Luxuoso e confortável. Magnífica situação.

Hotel Parque — Elegante e Moderno.

Hotel de Itália — Preços moderados.

Estoril Termas — Estabelecimento Hidro Mineral e Fisioterápico — Ginástica — Cultura Física — Sala de Armas — Piscina de água tépida.

Tamariz — Pavilhão, Restaurante, Bar. Magnífica esplanada sôbre o mar.

Casino — Aberto todo o ano. Concertos, Cinema, Dancing, Restaurante, Bars, Jogos autorizados pelo Governo: Roleta, Banca Francesa, Bacará.



"Stand" de tiro - Escola de Equitação - Parque Infantil



Para informações detalhadas dirigir-se a

Soc. Propaganda da Costa do Sol

ESTORIL — PORTUGAL

FOTOGRAVURA

em uma, duas, três e quatro cores.
Reproduções de fotografias, quadros a óleo e desenhos.

TIPOGRAFIA

trabalhos tipográficos do mais simples ao mais luxuoso. Revisitas, jornais, livros, obras ilustradas, catálogos, etc.

OFFSET

cartazes, calendários, folhetos para propaganda comercial e de turismo, reproduções de quadros a óleo, aguarela e desenho.

BERTRAND IRMÃOS, L.DA
TRAV. DA CONDESSA DO RIO, 27 - LISBOA
Telefones P B X 2 1368 - 2 1227

PARA BOA DIGESTÃO

Distribuidor

no Centro

e

Sul do País:

B E B A

ÁGUA CAMPILHO

Bicarbonatada sódica;
gaso-carbónica natural

ADJUCTO VASCO

RUA JOÃO CABREIRA, 49



COIMBRA

Depósito em Lisboa:

Rua da Alegria, 18-20

Telefone 2 8174

ECMEL

GOUVEIA & SILVA

S.^{or} CAMBISTA NEVES

CAMBIOS
LOTARIAS

e PAPÉIS
de CRÉDITO

84, Rua da Assunção, 86

(Próximo à Rua do Ouro)

Tel. 2 6782 — LISBOA

B. B. C. A VOZ DE LONDRES B. B. C.

FALA

E O MUNDO ACREDITA!

Noticiário em LÍNGUA PORTUGUESA

Horas		Estações	Ondas curtas
12,45	Noticiário	{ GRU	31,75 m. (9,45 mc/s)
		{ GRV	24,92 m. (12,04 mc/s)
14,15	Noticiário	{ GRZ	13,86 m. (21,64 mc/s)
		{ GRU	31,75 m. (9,45 mc/s)
14,30	Actualidades	{ GRV	24,92 m. (12,04 mc/s)
23,00 (*)	Noticiário	{ GRX	30,96 m. (9,69 mc/s)
		{ GSB	31,55 m. (9,51 mc/s)
23,15 (*)	Actualidades	{ GRT	41,96 m. (7,15 mc/s)

(*) Este período de Noticiário e Actualidades ouve-se também em ondas médias de 261,1 metros (1,149 kc/s) e ondas compridas de 1.500 metros (200 kc/s).

Criai o hábito de ler "LONDON CALLING",
semanário ilustrado e órgão oficial da B. B. C.

À venda nas principais tabacarias e na Livraria
Bertrand, R. Garrett, 73-75, ao preço de Esc. 1\$20

Banco Fonsecas, Santos & Vianna



Capital e Fundo de Reserva:

Esc. 72.103.849\$95



RUA DO COMÉRCIO, 132
L I S B O A

CHÁ NAMULI

O MELHOR DE TODOS

Á venda em todos os bons
estabelecimentos do País

AGENTES NO SUL:

Estabelecimentos ALVES DINIZ & C.^A

Viúva Reis & C.^a L.^{da}

Casa fundada em 1876

Carnes verdes, miudesas
de vaca, vitela e carneiro,
fornecimentos a hotéis,
casas de caridade, etc.
Gado vacum, lanígero e
suíno, sebos, tripas, san-
gue, etc.

Telef. P. B. X. $\left\{ \begin{array}{l} 2\ 932\ 1 \\ 2\ 9322 \\ 2\ 9323 \end{array} \right.$

Teleg.: Viuvareis-Lisboa

Códigos: A. B. C. e 5.^a e 8.^a ed.
Guedes Bentley's e Ribeiro

Sede - Rossio, 108, 1.º - LISBOA

Casa Leonel

DE

Leonel António da Silva

R. do Carmo, 71-LISBOA

Telef. 2 4571

Grande variedade de
Louças, Vidros e Cristais

Especialidade
em talheres prateados,
Alpaca e Ébano

Biscuits de Saxe, Capo di Monte

Fornecedor do EXÉRCITO
e da ARMADA

Variado sortido em mármore

PREÇOS SEM COMPETÊNCIA

Camions Condor a óleos pesados

e

Latil a gás pobre com gazogénio

Gohin - Poulenc

Motocicletas Guzzi



Tractores de rodas e de rasto contínuo



Representantes exclusivos

Fassio, L.^{da}



LISBOA

RUA JARDIM DO REGEDOR, 20

PÓRTO

P. DA BATALHA, 19

BEJA

LARGO DA FEIRA



BANACÃO

O MELHOR DOS
ALIMENTOS

Produto português
para os portugueses



O BANACÃO é preferido para a 1.^a refeição

porque todos os que o tomam, se sentem mais confortados até à 2.^a refeição,

porque ao fim de poucos dias conhecem a diferença do seu vigor nos exercícios físicos, que normalmente fazem,

porque é mais agradável ao paladar.

OS PARECERES MÉDICOS

provam que é mais nutritivo,

provam que fornece mais calorias que qualquer outra refeição.

BANACÃO sempre BANACÃO

*Tipografia
dos Combatentes*



*d a L i g a
da Grande Guerra*

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS

CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 21450

Joaquim Godinho da Silva
Sucessor, Limitada

♦♦♦♦

Antiga casa
VIÚVA MOURA

♦♦♦♦

**Armazém de Retrozeiro,
Malhas e Miudezas**

♦♦♦♦

Rua dos Fanqueiros, 84-1.º—LISBOA

Telefone 26577

J. Nunes Corrêa & C.^a
LIMITADA

Casa fundada em 1856

ALFAIATES
e ARTIGOS de NOVIDADE

●

Costumes de Amazonas
Especialidade de Uniformes

Telefone 21958
End. Electr.: JOTANUNES

●

Rua Augusta, 250, 252
Rua de Santa Justa, 63 a 69
Lisboa

FLORINDO & FLORINDO

Capas e casacos, polainas, galochas e botas de borracha, pastas e cintos, estojos, couvre-pieds, sacos e todos os artigos de viagem, toalhas e oleados para mesa, chão e diferentes usos, carteiras para homens e senhoras, em tôdas as qualidades

Especialidade em artigos de peles para senhoras

MALAS E PELES

190, 192, RUA AUGUSTA, 194, 196

Telef. 2 6807 - LISBOA



MODÉLO 711 AU

Próprio para o Exército

BREITLING

Chronografo aprovado pela Aviação Portuguesa

**TOMAI
OVOCHOCOLATE**

MITZI

LABORATÓRIO FARMACOLÓGICO - Rua Filipe da Mata, 30

Papelaria CARLOS
de CARLOS PEREIRA, L.^{DA}

Especializada em Livros para Escrita-
ração, Artigos de Escritório, Artigos
de Fantasia, Canetas com tinta, Lapi-
seiras, «Carnets», Carteiras, Pastas
Albuns para Fotos, Tinteiros, Pape-
leiras, Facas para papel, etc., etc.

RUA AUREA, 34-38
LISBOA - Telef. 2 0244



**“COLO-
CHES”**

De Borracha,
ótimo fabrico,
pedidos à

REVISTA DA
CAVALARIA

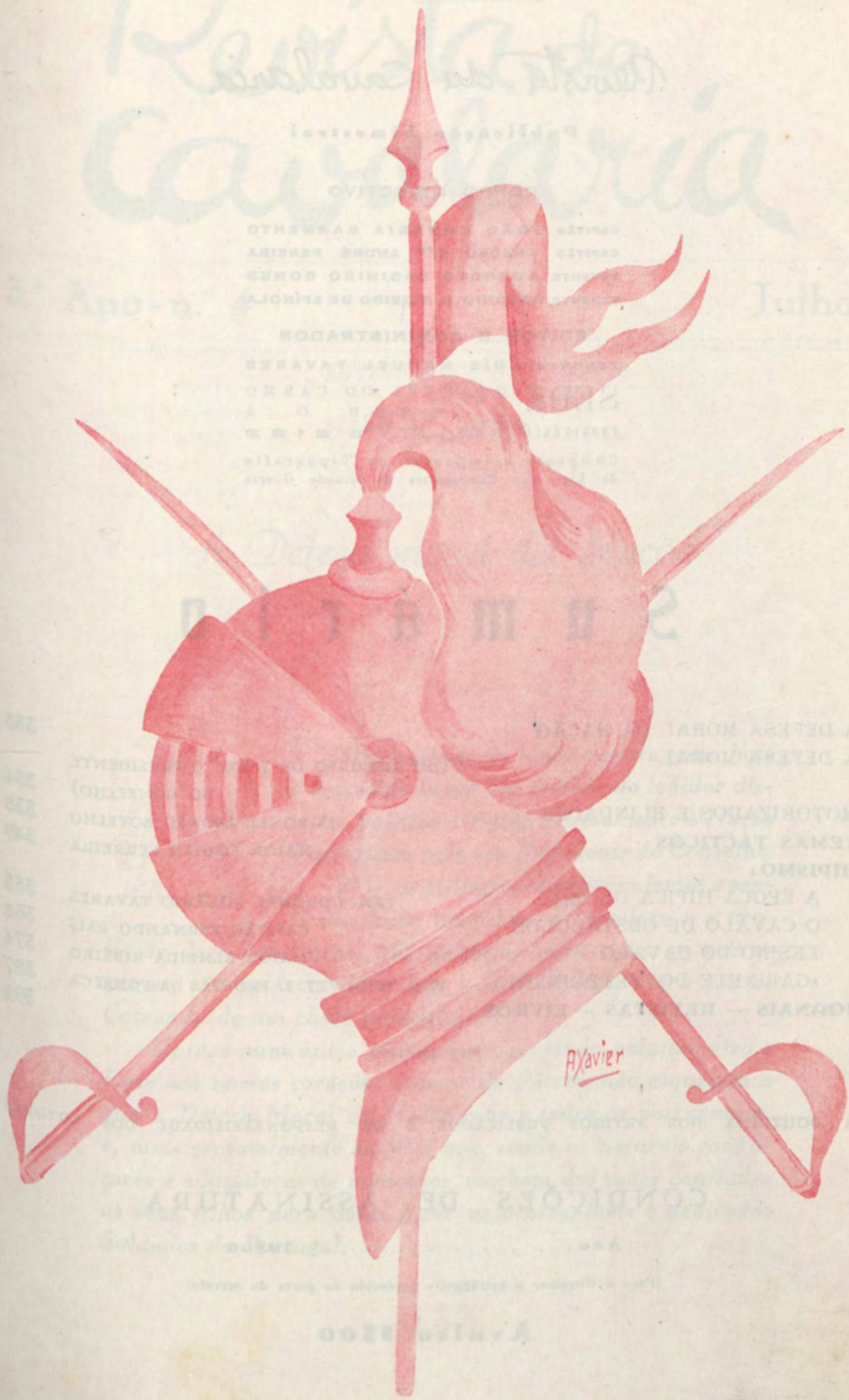
Quartel do
Carmo - Lisboa

Revista da Cavalaria

Trimestral

3.º Ano - n.º 4

Julho



Xavier

CONDICIONES DE ASSINATURA

Ano 1950

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO

CAPITÃO AMADEU S.^{to} ANDRÉ PEREIRA

TENENTE AUGUSTO CASIMIRO GOMES

TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DESPÍNOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SEDE QUARTEL DO CARMO
L I S B O A
PROVISÓRIA TELEF. 2 2 1 2 2

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

S u m á r i o

A DEFESA MORAL DA NAÇÃO
A DEFESA MORAL

(DO DISCURSO DE S. EX.^a O PRESIDENTE
DO CONSELHO) 333
334

MOTORIZADOS E BLINDADOS

CORONEL AFONSO BOTELHO 338
349

TEMAS TÁCTICOS

MAJOR AGUIAR FERREIRA

HIPISMO:

A ÉPOCA HÍPICA DE 1942

TEN. CORONEL ROGÉRIO TAVARES 355
362

O CAVALO DE OBSTÁCULOS

CAPITÃO FERNANDO PAIS 374

ENSINO DO CAVALO

MAJOR ALMEIDA RIBEIRO 387

«GABINETE DO VETERINÁRIO»

TEN. MÉD. VET. J. PROSTES DA FONSECA 392

JORNAIS — REVISTAS — LIVROS

A DOCTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano. 30\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5\$00

Revista da Cavalaria

3.º Ano-n.º 4

Julho

ESTADO MAIOR DO EXERCITO

BIBLIOTECA

N.º ~~6678~~ 1204

Em 15 / 8 / 1942

A Defesa moral da Nação



Nas páginas da nossa revista toma hoje o merecido lugar um trecho, do lapidar discurso político dirigido ultimamente à Nação Portuguesa pelo seu Presidente do Conselho.

Nós, os militares, compreendemos e sentimos como ninguém, a grandeza e a projecção dessas palavras. São palavras para todos os portugueses, são palavras de ordem e de disciplina, são a voz de Comando de um chefe prestigioso.

Unidos num único pensamento, sentindo palpitar vivo e forte nos nossos corações o amor da Pátria, não esqueçamos que a Defesa Moral da Nação cabe a todos os portugueses, e, mais especialmente àquêles que, sendo os naturais condutores e educadores de mancebos, recebem das mães confiadas os seus filhos para dêles fazer valorosos, leais e dedicados Soldados de Portugal.

A Defesa Moral



Entenderemos, por defesa moral a *defesa da consciência da Nação*, no duplo aspecto da sua unidade e da sua personalidade, da coesão que faz a força e do carácter que a torna inconfundível entre as nações.

Os objectivos que se demandam com esta defesa são em primeiro lugar poder a Nação determinar-se em qualquer momento segundo o interesse colectivo, e depois poder dar contribuição activa e útil à obra de civilização de que aproveita em comum a Humanidade.

Correlativamente os perigos para a consciência da Nação são dividir-se, extraviar-se (que também é dividir-se) e despessoalizar-se. Se se extravia, não vê, não compreende, não atina, não está segura de encontrar o bom caminho. Se se divide, não sabe se poderá segui-lo, quando o encontre, enfraquece, amesquina-se, diminui-se. Se se despessoaliza, perde com o que a distingue dos outros povos, raças ou nações, um dos factores de aprêço internacional e uma fonte de útil colaboração.

Defendamos a unidade.

*

Por disposição providencial e previdente acção política através de séculos, nós temos a felicidade rara de constituir na Europa uma unidade geográfica; possuímos a mesma língua; constituímos a mesma raça; professamos o mesmo credo, e temos uma só cultura. Sobre este conjunto de elementos coesos a unidade política é apenas corolário e cúpula natural, que não foi afectada pela expansão ultramarina e a constituição do Império: por toda a parte a Mãe-Pátria conseguiu imprimir a sua imagem, fixar caracteres fundamentais, de modo que não é artificiosa criação a unidade imperial. Obra admirável da natureza e da política dos antepassados, ninguém poderá acusar-nos de a não termos desenvolvido e consolidado, criando-lhe novas bases materiais com a



SALAZAR

A Defesa Moral



Entenderemos, por defesa moral a *defesa da consciência da Nação*, no duplo aspecto da sua unidade e da sua personalidade, da coesão que faz a força e do carácter que a torna inconfundível entre as nações.

Os objectivos que se demandam com esta defesa são em primeiro lugar poder a Nação determinar-se em qualquer momento segundo o interesse colectivo, e depois poder dar contribuição activa e útil à obra de civilização de que aproveita em comum a Humanidade.

Correlativamente os perigos para a consciência da Nação são dividir-se, extraviar-se (que também é dividir-se) e despersonalizar-se. Se se extravia, não vê, não compreende, não atina, não está segura de encontrar o bom caminho. Se se divide, não sabe se poderá segui-lo, quando o encontre, enfraquece, amesquinha-se, diminui-se. Se se despersonaliza, perde com o que a distingue dos outros povos, raças ou nações, um dos factores de aprêço internacional e uma fonte de útil colaboração.

Defendamos a unidade.

*

Por disposição providencial e previdente acção política através de séculos, nós temos a felicidade rara de constituir na Europa uma unidade geográfica; possuímos a mesma língua; constituímos a mesma raça; professamos o mesmo credo, e temos uma só cultura. Sobre este conjunto de elementos coesos a unidade política é apenas corolário e cúpula natural, que não foi afectada pela expansão ultramarina e a constituição do Império: por toda a parte a Mãe-Pátria conseguiu imprimir a sua imagem, fixar caracteres fundamentais, de modo que não é artificiosa criação a unidade imperial. Obra admirável da natureza e da política dos antepassados, ninguém poderá acusar-nos de a não termos desenvolvido e consolidado, criando-lhe novas bases materiais com a



SALAZAR



Revista da Cavalaria

solidariedade económica e vivificando-a espiritualmente com profunda consciência nacionalista. Se esta obra repousa sobretudo na união dos espíritos à volta do maior interesse nacional, e se a união dos espíritos, com ser reflexo da unidade pátria, é também a sua maior força e factor de engrandecimento, nenhum dever sobreleva hoje ao dever de defendê-la. Por isso faço ligeira referência aos elementos que a podem prejudicar.

O Mundo anda aturdido. A rádio, o jornal, a revista; o informador, o comunicado, a gravura, a notícia, o comentário; os exagêros, as verdades e o resto que não será nem uma nem outra coisa sopram em rajadas, desabam em bâtegas fortíssimas que escurecem o horizonte. Não se vê a dois passos. E embora alguns creiam ter-se atingido a saturação, quere dizer o enjôo e a inutilidade, sentem-se os espíritos embaraçados, enleados nas contradições, no excesso de pseudo-factos e de idéias já feitas. Precisamente o que se pretende é que se não reflita, se não deduza, se aceite uma verdade ou uma noção já prontas a servir, para fazer proselitismo.

É claro terem-se excedido os limites de uma completa, criteriosa, imparcial informação de factos e de uma razoável defesa das teses opostas. Mas a luta não é fácil contra o abuso, salvo quanto a propaganda que utiliza certos meios gráficos, porque o intoxicado por si próprio procura de qualquer modo aturdir-se. Então se verifica não serem suficientes meios negativos, mas impor-se que a Imprensa liberta de servidões, senhora de si, marque a independência do nosso espírito e a sua posição nos problemas essenciais.

A propaganda excita as paixões, ao que somos atreitos em Portugal, e simplifica de tal modo as coisas, que há aí tal com idéias assentes sobre a grande estratégia e os problemas mundiais; muitos se admiram porventura de não serem ouvidos nos quartéis-generais, nem seus modos de ver escutados pelos grandes chefes. O nosso Tolentino já os tinha retratado:

«E êste concílio profundo,
Sem ter um palmo de terra,
Está repartindo o Mundo.»

Sentimentos exaltados criaram os partidos — os partidos do estrangeiro — tantos tanta vez esquecidos do interesse nacional. E assim entre paixões e disputas, com bandeiras e dísticos e

Revista da Cavalaria

insígnias, alguns portugueses se distribuem por vários cultos, e desertam o altar da Pátria.

Ouçõ dizer, em defesa, que estão postos alguns problemas que devem interessar a todos os espíritos. Concorde e respondo: há nesta conflagração problemas universais que interessam a tôda a Humanidade e problemas que respeitam essencialmente apenas a alguns países; e assim como o filosofar vem para depois do viver, deve pensar-se que os últimos ocupam o primeiro plano nas preocupações imediatas. Nem de outra maneira se poderiam conceber as estranhas solidariedades manifestadas no conflito e alter-nadas camaradagens que se julgariam incompatíveis. Sôbre os problemas de ordem universal temos feito clara profissão de doutrina; muito antes da guerra tomámos partido; sôbre os outros não é correctõ agora tomá-lo. ¿Porquê e para quê dividirmos-nos à volta de interesses estranhos? Já é algum dêstes um interêsse nacional? Quando o seja, não havemos de estar divididos mas solidários e fortes na nossa unidade.

*

É pois necessário defender a unidade nacional — e defender também aquêlê atributo a que acima chamei personalidade. A personalidade afirma-se por qualidades próprias, por vocações decididas, por serviços marcantes, pela forma inconfundível de pensar, de sentir, de actuar na colectividade internacional, através de idéias, de fórmulas, de novas soluções. A personalidade não receia o estrangeiro ou o importado, porque não o copia nem se lhe escraviza, tudo fazendo passar por êsse cadinho misterioso que é a alma de um povo; aproveita tôda a contribuição útil ou conquista realizada, não como quem descansa em tarefa alheia mas como quem se inspira e recebe incentivo para trabalho seu.

Nisso o intercâmbio cultural — não o confundamos com a propaganda, a que acima aludi, nem no objecto, nem na forma, nem nos fins — o intercâmbio cultural será benéfico, com a condição aliás implícita na palavra, de poder ser retribuído. E como no Mundo de hoje nenhum país, sobretudo um pequeno país, poderia isolar-se do conjunto, o intercâmbio será por fôrça colaboração de valor ou colonato intelectual. Se ter literatura, arte, ciência,

Revista da Cavalaria

forma de indústria, costumes e modos de ser, prisma ou luz própria para ver ou interpretar os factos, sentir o Mundo, regular ou viver a vida, não é suficiente para garantir a independência política, devemos spensar que sermos em tudo nós e não outros é a primeira condição de não nos confundirmos.

Consideramos como elemento de defesa moral o poder criador de um povo dentro do seu carácter e personalidade, e por isso apelamos para os investigadores, os homens de ciência ou simples estudiosos, para todos os criadores de beleza, os escritores e os artistas, os homens de iniciativa e trabalhadores de qualquer ramo de actividade. Que, no redobrar de esforços exigido por esta época de ressurgimento, se não desprendam do que em nós é comandado pela natureza, ou pela história, ou pelas qualidades de inteligência e coração, para, sendo do nosso tempo, sermos da nossa terra.

*(Excerto do discurso proferido por S. Ex.^a o
Presidente do Conselho em 25-6-942)*





pelo Coronel AFONSO BOTELHO

MOTORIA

A) A motoria nos exércitos



motomecanização é hoje em dia factor de evidente preponderância na vida e na acção dos exércitos, isto é, na organização e funcionamento dos seus serviços e na preparação e execução das operações. Como nasceu, se desenvolveu e se afirmou a importância do motor e dos problemas correlativos na vida da nação e dos exércitos?

No início da passada Grande Guerra, o ambiente e ritmo de guerra eram caracterizados pela mobilidade e pelo espírito ofensivo ou agressivo com que foram conduzidas as operações em qualquer dos teatros de guerra. Os princípios de

Revista da Cavalaria

guerra de Frederico e de Napoleão e dos seus discípulos, dominavam os comandos e, em verdade, se a mobilidade estratégica dos exércitos era outra, a mobilidade táctica continuava a depender essencialmente das barrigas das pernas dos soldados ou dos jarrêtes dos cavalos, com a agravante do material representar, sob todos os aspectos, uma sobrecarga enorme relativamente aos granadeiros e cavaleiros das épocas fredericias e napoleónicas.

Mas a guerra, que a maioria dos homens de Estado e dos Generais previam rápida e «fraîche et joyeuse», caía progressivamente em ritmo lento e os exércitos imobilizavam-se frente a frente, incapazes de qualquer acção decisiva. O prolongamento das frentes de combate originava uma frente estratégica contínua, de flancos apoiados, consequência dos elevados efectivos produzidos pela Nação armada que, adaptando-se progressivamente à inesperada guerra estática, igualmente criava os meios para adensar e fortificar, em todo o sentido, essa frente interminável e quasi imutável, insaciável consumidora de bens e de vidas e até da indispensável energia moral.

O problema era claro: se não era possível «envolver» pois que a frente era continua, como «romper» para depois explorar o êxito e «ganhar a guerra?» Se da «mobilidade» não era possível obter a decisão, haveria que se recorrer à «fôrça». E assim foi e, como «l'emploi commande l'outil», pediu-se à ciência e à indústria os meios que necessários eram, entre êles os de transportes rápidos e de grande rendimento para manutenção das tropas e seus próprios deslocamentos, transportes que só o motor aplicado ao veículo foi capaz de produzir com a densidade e intensidade de que se carecia. Assim nasceu e se desenvolveu em ritmo acelerado a *motorização* dos exércitos. De princípio a motorização incidiu nos transportes de ordem estratégica mas em breve foi aproveitada no campo táctico. Do aumento do raio de acção e de velocidade dos transportes resultou o contrário do que se pretendia: em vez de mobilidade que decide realizou-se a estabilização das frentes. A surpresa era impossível porque à velocidade e ao potencial do ataque era possível responder com uma parada de poder semelhante. A artilharia e infantaria atacantes, a despeito de munições e perdas em vidas,

Revista da Cavalaria

apenas superficialmente conseguiam abalar o valor do arame farpado e da metralhadora enterrada.

Tinha de se sair desta situação indecisa e portanto negativa. E assim, notando-se que a potência dos ataques realizados faltava a velocidade e a continuidade na acção, que a manobra possível de executar faltava o poder de choque e de perfuração indispensável e que, enfim, só seria realizável a surpresa, factor essencial da vitória, quando se associasse em permanência a potência e a velocidade, concluiu-se, e bem, que havia de se recorrer ainda ao motor para se encontrar o meio indispensável ao fim em vista. Desta sorte nasceu a *mecanização* dos exércitos, isto é, a criação do veículo de motor convenientemente dotado com meios ofensivos e defensivos, para o combate e para a sua aplicação na batalha. E assim, em 1917, apareceu o carro de combate que progredindo em aperfeiçoamentos técnicos e tácticos e, sobretudo, em bom emprêgo, deu a decisão à Grande Guerra em 1918. Dizia Ludendorff que «o emprêgo dos carros de combate em massa e o nevoeiro artificial foram o nosso mais terrível inimigo».

Após a Grande Guerra, as guerras da Polónia e da Turquia, as campanhas de Marrocos e da Síria, as guerras da América do Sul e da China e sobretudo a de Espanha foram, na medida dos recursos de cada país, campos de experiências das doutrinas em desenvolvimento, a despeito das naturais reacções que há sempre a todo o progresso.

Os doutrinários, esses foram longe: as suas dissertações especulativas converteram-se em concretas realidades na guerra dos nossos dias. Douhet no ar, Eimansberger na terra, desenvolveram as mais audazes doutrinas; na Inglaterra Fuller e Fitz Gerald idealizavam os tanks, arma quasi independente senão independente; na Itália Graziolli e Visconti Prasca aproximam-se da verdade; na França, se há quem resista, também há Camon fazendo renascer os métodos napoleónicos pela motomecanização dos exércitos; De Gaulle e d'Argueyrolles preconizam a manobra e a guerra ao largo; na Alemanha atendia-se a todos e sobretudo às teorias inglesas, combinava-se Douhet e Eimansberger e produzia-se no céu a Luftwaffe e na terra «Shnelltruppe» e as «Panzer divisionen» de cuja acção fulminante conhecemos os resultados.

Revista da Cavalaria

Da mecanização dos exércitos de terra com cooperação das forças aéreas, das rápidas acções das A. M. e motos, das potentes perfurações dos carros de combate resultou a renovação da guerra de movimento, a guerra das frentes descontinuas, a guerra das colunas, a guerra em profundidade para a qual alguns exércitos tenazmente se prepararam enquanto outros nela não acreditavam. Com tais meios novamente se associaram a potência e velocidade, se pôde realizar a manobra e obter a surpresa e o êxito. Sem dúvida apareceram e desenvolveram-se os antídotos, mas por enquanto no ar o avião transpõe as frentes e na terra o gigante couraçado, caminhando veloz por todo o terreno a vomitar fogo e a esmagar, tornea ou rompe até ao coração ou à cabeça, as estáticas resistências inimigas.

O ritmo da guerra é outro, o motor, no ar e na terra, alterou as antigas noções de espaço e tempo, a ponto que a velha Europa é já hoje insuficiente arena para tão longos vôos e tão largas passadas. Os princípios de guerra serão imutáveis, mas os meios variaram e os processos têm de adaptar-se.

B) A metier na cavalaria

A *mecanização na cavalaria* é hoje em dia imperiosa necessidade quando se encara o problema sem idéias preconcebidas, que não seja a de ser útil ao Exército e à Nação. Durante largo tempo a cavalaria integrava as duas qualidades dominantes de uma arma decisiva: a *potência* e a *velocidade* e, quando não as possuía em conjunto ou nas suas subdivisões de arma, era batida. Se em Guadalete os pesados cavaleiros godos couraçados foram derrotados pela mobilidade dos árabes, quando, com o andar dos séculos o crescente poder das armas de fogo quasi varreu a cavalaria dos campos de batalha, foi a mobilidade batida pela força. O génio de Napoleão, porém, soube encontrar a solução que aliou a mobilidade e a força do seu tempo, constituindo o admirável C. C. de Murat, o qual reconhecendo o inimigo com a cavalaria ligeira, preparava o ataque com poderosa artilharia a cavalo, abria brecha com a sua cavalaria pesada (os coura-

Revista da Cavalaria

ceiros, auxiliados pelos lanceiros), explorava o sucesso com a cavalaria ligeira (hussares, caçadores, etc.) e ocupava o terreno com a sua cavalaria de linha (os dragões). Porém, o progressivo aumento do potencial de fogo e o desenvolvimento da organização do terreno, os gases, etc., acabaram por impedir a vida do cavalo no campo de batalha — normalmente que não heróicamente — e as cavalarias ambiciosas de bem servir tiveram de resignar-se a simplesmente manobrar a cavalo e a combater pelo fogo. Renasceu a luta entre a força e a mobilidade, pois para se obter a primeira destas qualidades foi preciso aumentar por modo notável e até excessivo, o armamento e o apetrechamento das tropas a cavalo prejudicando o seu raio de acção e mobilidade. O veículo automóvel salvou a cavalaria de mais esta crise, motorizando os trens e os comandos.

A crise em breve renasceu pois o desenvolvimento da aviação e da própria motorização, a despeito do desenvolvimento do «fogo» e da «fortificação», fizeram crescer o «espaço» e diminuir o «tempo» por modo surpreendente. As necessidades dos Comandos e das tropas, porém, são imutáveis e é indispensável «informar e cobrir» mais longe e mais depressa, tal como é indispensável «romper e envolver» o inimigo com mais força e mais velocidade. O motor aplicado ao veículo armado e blindado, veloz e de grande raio de acção solucionou o problema, aumentando notavelmente as possibilidades da cavalaria a cavalo e criando a cavalaria moderna, a *cavalaria de aço*.

A *motomecanização* da cavalaria, a *motoria*, manifestou-se sob os dois aspectos típicos:

— o da *motorização*, que, iniciada nos T V permitiu o afastamento da cavalaria a grandes distâncias, passou sucessivamente aos T C 2 e T C 1, proporcionando certa autonomia às unidades, permitindo simultaneamente o aligeiramento dos elementos a cavalo e o seu maior municiamento em correspondência ao aumento crescente das armas automáticas, passou depois à ligação e transmissões e por fim substituiu

Revista da Cavalaria

totalmente os cavalos por veículos automóveis constituindo-se as unidades motorizadas (motocicletas ou automóveis);

— o da *mecanização* que, iniciada pela adopção da autometralhadora ligeiramente blindada e armada e ligada à estrada, se desenvolveu criando-se tipos desta viatura blindada, adaptados às missões de descoberta e de contacto e às de combate, por adequada blindagem e armamento e pela conveniente autonomia e possibilidades de sair da via de comunicação e, como tal não bastasse, adoptando-se para a cavalaria o próprio carro de combate que inicialmente parecia pertença da infantaria; este progresso nas viaturas de combate foi completado pela criação de viaturas semelhantes destinadas ao serviço do comando e das transmissões e ainda aos serviços mecânico e de reabastecimento.

A *motomecanização* remoçou a cavalaria restabelecendo, ainda que sob outras formas, as suas características típicas de mobilidade estratégico-táctica e a sua força — fogo e choque — e isto sob duas modalidades:

— transformando as unidades a cavalo em unidades mistas, pela inclusão de elementos motorizados e mecanizados, elementos esses que lhe aumentaram notavelmente as faculdades de comando e ligação e as possibilidades nas missões de informação e segurança e nas de combate ofensivo e defensivo;

— constituindo unidades motomecanizadas formadas por sub-unidades motorizadas e blindadas, em proporções variáveis, as quais integradas na arma de cavalaria, são caracterizadamente aptas para as tradicionais missões da arma.

*

Como encararam os *grandes exércitos a modernização das suas cavalarias*? Procuraremos dizê-lo, ainda que sumariamente, como meio orientador da nossa futura doutrina.

A *França* deve ter sido o país que iniciou a motomecanização da sua cavalaria, pela motorização progressiva dos seus trens e pela constituição crescente de unidades de A. M. Contudo, a prudência e a tradição só tarde permitiram a organização de G. U. mecanizadas, as Div. lig. mecânicas,

Revista da Cavalaria

subsistindo contudo as G. U. ligeiras e mixtas, as Div. Cav. tipo 1932. A estas competiam as missões clássicas da cavalaria no raio de acção compatível com as possibilidades dos seus, aliás excelentes, cavalos e portanto em proveito das G. U. normais; àquelas competiriam missões semelhantes, mas com maiores possibilidades de raio de acção, velocidade e potencial de fogo, missões essas a desempenhar em proveito das G. U. motorizadas, em via de formação, unidades para que se previam grandes possibilidades estratégicas. É de notar, porém, que a doutrina regulamentar não era tão audaciosa como a de alguns pensadores militares do seu país, mas de notar é também que os meios blindados de que a cavalaria francesa dispunha estavam longe de ter o armamento e a blindagem que as missões de combate exigiam. Foi assim que em 1939 entrou em guerra.

A *Inglaterra*, país em que o cavalo é quasi cidadão, depois de algumas hesitações, enveredou resolutamente pelo caminho da mecanização. Começando igualmente pela motorização total dos trens e pela mecanização total de alguns regimentos (1928), aligeirando ao máximo a cavalaria a cavalo e combinando-a com as unidades mecanizadas (1932) acabou por mecanizar totalmente a sua cavalaria (1935-1938), primeiramente com notável proporção de elementos motorizados, mais tarde diminuindo estes e aumentando os blindados. Claro é que estas transformações orgânicas e estes doseamentos de motorizados e blindados, correspondiam a modalidades de doutrina no emprêgo da cavalaria para satisfação das necessidades militares britânicas, as quais, como todos o sabem, eram bastante complexas, pois além de prever, com prudência (excessiva) o campo de luta no terreno europeu tinha de ter em conta, pelo menos, o Egipto e a Índia. Assim se exigia da cavalaria britânica organização e meios de acção para o desempenho das missões de política imperial, em «pequena» e «grande guerra». Esta cavalaria foi das mais ousadas em matéria de doutrina e de orgânica da mecanização, sendo a primeira que dispôs de uma G. U. blindada para que não se previa o choque, mas sim grande independência (G. U. M. do tipo ligeiro).

A *Itália*, como os outros, procurou igualmente associar a potência e a mobilidade, mas naturais hesitações não lhe

Revista da Cavalaria

permitiram até 1938 uma solução definida. Contudo, as soluções adoptadas até à véspera de deflagrar a Nova Grande Guerra, são de atender. Assim, às *Div. rápidas*, mixto de cavaleiros e de motomecanizados, com razoável potencial de fogo e movimento se atribuíam as missões estratégicas e táticas que eram atributo da cavalaria pura sintetizando-as em descoberta e combate. Às *Div. motorizadas*, poderosas em fogo, mas ligadas à estrada, atribuíram-se missões semelhantes às de uma divisão de infantaria auto-transportada. Nas manobras de 1937, estas divisões em acções opostas equilibraram-se e concluiu-se, doutrináriamente, que elas se completavam e que deveriam actuar em colaboração no quadro de uma unidade superior. Quanto aos «blindados» experimentou-se a *brigada couraçada* (1936) a que se destinaram essencialmente missões de rotura das frentes inimigas. Êste conjunto (mixto de contacto, rotura e ocupação do terreno, afigura-se-nos solução a estudar aplicadamente.

A *Alemanha*, obrigada pelo tratado de Versalhes a forte proporção de G. U. de cavalaria pura não as desdenhou, antes pelo contrário, as cultivou e aperfeiçoou, logo que se desembaraçou daquele tratado. E assim iniciou a motorização e mecanização de alguns elementos, seguida em cadência acelerada pela constituição de G. U. blindadas primeiramente do tipo *ligeiro* (primazia de mobilidade e raio de acção sobre o armamento e blindagem) e, em pouco tempo pelas G. U. B. do tipo pesado (armamento potente, espessa blindagem). Êstes órgãos correspondiam natural e respectivamente às doutrinas de cavalaria a cavalo com «blindados», G. U. C. a cavalo em cooperação com G. U. C. blindadas, G. U. B. ligeiras com as missões da cavalaria ligeira, G. U. B. pesadas com as missões da cavalaria pesada de tempos idos, isto é, incluindo a missão de rotura. É de notar que a Alemanha entrou no caminho da mecanização orientada pelos doutrinários britânicos, mais ousados, mais independentes do que os franceses.

Os *E. U. da América*, parece que só ultimamente se decidiram pelo caminho da mecanização. Durante largo tempo se mantiveram na doutrina e orgânica da cavalaria pura, muito embora alentada por A. M. e trens motorizados e até pelo auto transporte dos seus cavalos, a fim de obter a mobilidade estratégica que é mester no seu tão vasto país.

Revista da Cavalaria

Ainda hoje persiste, ao que consta e talvez com razão, em manter as D. C. a cavalo para cooperação com as G. U. B. do tipo ligeiro.

A U. R. S. S. nunca abandonou até hoje a cavalaria pura e em forte proporção, por motivo decerto da sua fraca rede itinerária e das consequências das neves e das lamas e baseada na sua grande população cavalar. Mas a enorme extensão do seu território e o estudo cuidadoso das questões militares levaram-na à criação de numerosas unidades blindadas de todos os tipos. Da sua doutrina pouco se sabia, mas das suas soluções orgânicas poderia concluir-se que esperava grandes coisas das duas modalidades da cavalaria.

Como organizaram estes grandes exércitos a *mecanização das suas cavalarias*? Interessa conhece-lo não só por natural curiosidade militar como ainda porque, não havendo entrê nós estabelecida essa organização a não ser para as P. U. C. mecânicas, se torna conveniente instruir-nos a este respeito. É o que seguidamente fazemos, devendo relembrar-nos para cada caso a doutrina orientadora.

— A França, para o desempenho de missões estratégicas ligadas ao emprêgo de G. U. motorizadas, criou a chamada D. L. M. essencialmente cavaleira na forma e no espírito. Era sumariamente a seguinte a sua constituição:

Q. G. — semelhante ao de um D. C. normal;

Reg. de descoberta — 2 gr. esq. cada um com 1 esq. A. M.

C. e 4 pel. de 5 vt. e 1 esq. mot. (a 4 pel. a 2 gr.);

Br. de A. M. — 2 reg. de A. M. cada um com 2 gr. esq. cada um com 1 esq. A. M. R. e 1 esq. A. M. C. (cada esq. com 4 pel. de 5 vt.) (no E. M. R. há 1 gr. de 2 pel. de 3 vt. de A. C. C.);

Br. de Dragões — 1 R. T. T. a 2 bat. a 5 esq. (1 A. R. M., 1 moto, 2 at., 1 met. eg., 1 R. camion. e 2 bat. a 4 esq. (1 moto, 2 at., 1 met. eg.);

Esq. de reparações;

Artilharia — 2 gr. bat. 75^{mm} e 1 gr. de obuses 105^{mm} (tudo T. M.);

Engenharia — 1 bat. a 3 comp. e equipagem de pontes;

Fôrças aéreas — 1 esquadrilha.

Revista da Cavalaria

A notar: ao Reg. de descoberta (corresp. à antiga brig. lig.) competem as missões de informação e segurança; à Br. A. M. (corresp. à antiga br. de couraceiros) correspondem as missões de ataque (ou contra-ataque); à Br. de dragões (corresp. à antiga br. de dragões) correspondem as missões de ocupação do terreno.

A *Inglaterra*, para largas missões estratégicas em tôdas as regiões do mundo e para acções ousadas e de certa independência de ataque e de exploração do sucesso criou a *Divisão móvel* com composição experimental muito variável, parecendo que a última era a seguinte:

- Uma brg. ligeira — três reg. de carros ligeiros (com metr.);
- Uma brg. pesada — dois reg. de carros médios (com metr. e canhões);
- Uma brg. de inf. auto — dois reg. (bat.?) de inf. A. T.;
- Art. div. — dois reg. (grupos?) de peças e obuses e um gr. bat. anti-aérea.

A *Itália*, para as missões de descoberta e combate, com as características da D. C. francesa e para actuar complementarmente às brigadas couraçadas, constituiu a *divisão rápida*, como se segue:

- Uma brg. de cavalaria: dois R. Cav. a 5 esq.;
- Um gr. esq. de carros: 4 esq.;
- Um Reg. ciclista: três bat. (auto transp.);
- Uma comp. motociclista;
- Um Reg. de art. (1 gr. bat. car., 2 gr. bat. motor.) e 1 bat. anti-carro.

— A *Alemanha*, para as missões das antigas D. C. e para actuar complementarmente da *Divisão couraçada*, constituiu a *Div. lig. couraçada*, cuja composição não foi possível averiguar seguramente, tanto mais que na prática estas divisões têm sido empregadas quasi indistintamente. É possível que as composições sejam semelhantes e que elas apenas difiram no material (maior veloc. e maior raio de acção

Revista da Cavalaria

em detrimento do armamento e da blindagem nas Div. ligeiras. É de supor a seguinte composição:

- Um grupo de exploração — 4 comp. (1 mixto, 2 de A. M. e 1 de motos);
- Uma brig. de C. C. — a 2 bat. de 5 comp. (4 de C. C. L. M. e de metr. eng. ?);
- Uma brig. de fusileiros — 1 reg. a 2 bat. (cada com 1 comp. moto, 2 comp. auto, 1 comp. metr. e eng. e canhões), 1 bat. moto (3 comp. fusileiros e 1 comp. metr. e eng.).
- Um reg. de art. a 2 gr. de 3 bat. obuses 105^{mm};
- Um batalhão anti-aéreo a 3 comp. de 12 peças;
- Um batalhão anti-carro a 3 comp. de 12 peças;
- Um batalhão de sapadores a 3 comp. sap. e 1 de pontes;
- Um grupo de transmissões.

Possivelmente haveria nas D. L. C. um Reg. de exploração em vez de um grupo e os carros (além de serem todos ligeiros) seriam em menor número.

Nos *E. U. A.* além das Div. cav. a cavalo iniciou-se a constituição de Brig. Cav. mecanizada compreendendo:

- Um esquadrão mixto de reconhecimento;
- Dois reg. de C. C. L. cada com 1 esq. mixto de segurança e 3 de carros;
- Artilharia, engenharia, transmissões, serviços.

Relativamente à *U. R. S. S.* não foi possível obter elementos sobre as suas brigadas ligeiras couraçadas cuja existência se supõe. Parece, no entanto, ser a seguinte:

- Um grupo de reconhecimento;
- Três ou quatro bat. de C. C. L.;
- Um grupo de art. motorizado;
- Um batalhão de protecção (1 comp. de D. C. C. e 1 comp. D. C. A., etc.);
- Uma companhia de transmissões.

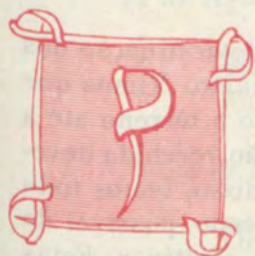
No Corpo moto-mecânico agrupam-se as brigadas motorizadas e as brigadas mecanizadas.



Temas táticos

pelo Major AGUIAR FERREIRA

Uma solução do Tema n.º 5



ARA determinar a situação dos vários elementos do G. C. D. 7 ao atingir com o grosso a transversal **Alpalhão** — **Nisa** e esboçar a forma como o mesmo G. Cav. executou a progressão, torna-se necessário deduzir qual a decisão tomada pelo seu Comandante como base do dispositivo adoptado.

Não iremos agora estudar os factores dessa decisão, tanto mais que as condições de situação, terreno e missão são semelhantes às que vimos realizarem-se com o G. C. D. 5 no Tema n.º 2 já estudado nesta secção.

Revista da Cavalaria

O 1.º problema que se apresenta ao Com. do G. C. D. 7 é a escolha do itinerário a seguir. Com efeito, este não lhe foi fixado pelo C. E., e embora a 7.ª Div. a que está adaptado deva progredir segundo o eixo... — **Vale de Gião — Vale de Figueira — Tapada do Assis**, este facto não obriga o G. Cav. a segui-lo, visto a deslocação da Div. se iniciar somente no dia 13, isto é, quando o G. C. D. 7 se deve encontrar já instalado na rib. de **Nisa**. Ora o melhor itinerário sob o ponto de vista da progressão, é sem dúvida o que passa por **Arez e Nisa**, embora este peque por excêntrico sob o ponto de vista de segurança; mas considerando que a irrupção de elementos inimigos rápidos só é de prever vindos de **Castelo de Vide**, que **Nisa** é o principal nó de comunicações existentes na sua zona de marcha e que existem boas e numerosas transversais que facilitam a mudança de eixo se esta se impuzer durante a execução do movimento, e finalmente que temos a possibilidade de atingir **Nisa** antes do inimigo, o Com. do G. C. D. 7 optará por esta solução, como aquela que lhe permite deslocar mais cómoda e rapidamente as suas forças.

O 1.º objectivo a atingir deverá pois ser a região de **Nisa**, e como não é de prever uma remodelação do dispositivo ou a intervenção do grosso em apoio das patrulhas lançadas, esta região deverá ser atingida executando-se um único lanço, largo sem dúvida, mas permitido pela situação.

O 2.º objectivo será a rib. de **Nisa** na região das barragens, convindo desde já dizer que será provavelmente na região de **Charas** que será dada a ordem para a ocupação da posição; o terreno não aconselha a execução de mais de um lanço a realizar para o atingir.

O 2.º problema que se apresenta é a determinação dos elementos que devem marchar em 1.º escalão. Vimos que podemos considerar como espaço livre todo o terreno até à transversal **Alpalhão — Nisa**, e que pela missão recebida devemos deslocar rapidamente o G. Cav.; além disso, temos todo o interesse em nos apoderarmos o mais cedo possível da rib. de **Nisa**, fácil de defender com fracos efectivos. Estas circunstâncias impõem que sejam as unidades motorizadas a marchar em 1.º escalão, embora deva ser prevista a ultrapassagem das unidades a cavalo para 1.º escalão, a partir de **Nisa**. Tudo depende das informações recebidas, quer da flecha

Revista da Cavalaria

a enviar sobre **Povoa e Meadas**, quer do agente de ligação destacado para junto do G. C. D. 6 que marcha à nossa direita. A paragem no 1.º objectivo só deve ser realizada, pois, em face das informações recebidas, e por isso será realizada só à ordem do Com.

Como consequência destas rápidas considerações, o Com. do G. C. D. 7 poderá estabelecer a sua *idéia de manobra* da forma seguinte:

— esclarecer imediatamente a situação em **Povoa e Meadas**, estabelecendo simultaneamente a ligação com as forças de cobertura nesta região;

— marchar hoje, 12, com o grosso (escalão motorizado na testa) segundo o eixo **Atalaia — Arez — Nisa — Charas** \triangle sobre a região das barragens da rib. de **Nisa**, tendo como 1.º objectivo alcançar o nó de comunicações de **Nisa**, e para isso executar um único lanço sobre a transversal **Alpalhão — Nisa**;

— ter como 2.º objectivo alcançar a rib. de **Nisa** na margem esquerda da qual o G. Cav. se estabelecerá defensivamente, prevendo a partir de **Nisa** a ultrapassagem das unidades a cavalo para 1.º escalão e a execução de um novo lanço;

— paragem no 1.º objectivo à ordem.

Concretizada a idéia da manobra de movimento, poderemos esboçar a sua execução no seguinte esquema geral:

12 de Agosto: tempo seco.

dia claro às 06 h 00.

noite fechada às 22 h 10.

Aviso de marcha: recebido às 11 h 30 (hipótese)

Ordem preparatória dada às 11 h 40.

Ordem do C. E.: expedida de **Chouto** às 12 h 00.

recebida em **Atalaia** às 13 h 00 (hipótese)

Ordem do G. C. D. 7 dada às 13 h 30.

Revista da Cavalaria

Posição a cobrir: Figueiras \triangle — Charas \triangle — Pelada \triangle .

Posição a ocupar: sobre a rib. de Nisa.

Distância da fronteira à rib. de Nisa: 18 km.

Previsão: os elementos avançados inimigos não poderão actuar a W. da transversal **Alpalhão — Nisa** antes das 16 h 00 de 12.

Itinerário: **Atalaia — Arez — Nisa — Charas \triangle .**

Distâncias a percorrer:

P. I. na bif. de **Vale Grande \triangle :**

P. I. a Arez	12,2
a Nisa	19,7
a Charas	27,4
à ribeira de Nisa . .	30,0

Transversais:

Comenda — Ermitão.

Tolosa — Arez.

Gafete — Nisa.

Alpalhão — Arez.

Alpalhão — Nisa.

Objectivos:

1.º objectivo: **Nisa.**

2.º objectivo: rib. de **Nisa.**

Movimento do grosso: G. C. D. 7 em **Atalaia.**

Dois agrupamentos de marcha:

Agr. n.º 1 motorizado . . . partida às 14 h 10

Agr. n.º 2 hipo partida às 14 h 20

Prever a ocupação de **Nisa** pelo Agr. n.º 1 e a ultrapassagem do Agr. n.º 2 para 1.º escalão.

Revista da Cavalaria

Segurança:

Flecha sôbre **Povoa e Meadas** por **Nisa**.

Patrulhas:

n.º 1 por **Vale de Junco** — **Comenda** — **Tolosa**, donde recolhe ao grosso.

n.º 2 por **Vale de Gião** △ — **Lage de Prata** △ — **Tapada do Assis** △ — **Charneca**.

n.º 3 por **Arez** — **Nisa** — **Povoa e Meadas**.

G. Av.: pelo itinerário do grosso.

Efectivos:

Flecha — 1 sec. moto.

Patr. 1 — 1 eqd. moto.

2 — 1 eqd. moto.

3 — 1 sec. moto.

G. Av. — 1 sec. moto.

Missões:

Flecha: geral; ligação com a cobertura na região de **Povoa e Meadas**; informações obrigatórias de **Nisa, Povoa e Meadas**.

Patrulhas: exploração dos itinerários.

G. Av.: geral.

P. C.:

com o 1.º escalão.

Deslocamento previsto:

em **Arez** às 14 h 30.

Nisa às 15 h 00.

Charas △ às 15 h 30.

Revista da Cavalaria

Agentes de ligação :

- com o G. C. D. 6: já existente (hipótese).
- o G. C. C. 3: já existente (hipótese).
- a cobertura: pela flecha.

É fácil fazer o gráfico geral da marcha do G. C. D. 7, supondo que a flecha partiu às 13 h 20 com a velocidade de 35 km., que as patrulhas partiram às 13 h 30 com a velocidade de 25 km., o escalão motorizado com a velocidade de 20 km. e o escalão hipo com a velocidade de 8 km. Por êle se veria que, ao ser atingida às 15 h 00 a transversal **Alpalhão — Nisa** pelo escalão motor., a flecha já tinha atingido **Povoa e Meadas** às 14 h 30 donde poderia ter enviado a informação constante da situação particular do Tema a tempo de ser recebida pelo Com. do G. Cav. em **Nisa**; a patrulha n.º 1 atingiu **Tolosa** onde se conservou até às 14 h 30, recolhendo ao grosso em **Nisa** por **Lage da Prata** às 15 h 00; a patrulha n.º 2 às 15 h 00 aguarda ordens nas alturas a E. de **Charneca**, vigiando a direcção de **Castelo de Vide**; a patrulha n.º 3, à mesma hora, aguarda ordens no cruzamento junto a **Monte do Eusébio**, vigiando as direcções de **Povoa e Meadas** e de **Montalvão**; o escalão hipo já ultrapassou a transversal **Comenda — Amieira**, devendo atingir a transversal **Alpalhão — Nisa** sómente pelas 16 h 30.





A Época Hípica de 1942

pelo Tent.-Cor. ROGÉRIO TAVARES



ERMINARAM em 31 de Maio as provas de obstáculos organizadas pela Sociedade Hípica Portuguesa como preparação e treino para os concursos hípicos que em breve se realizarão. Devido à irregularidade do tempo, poucas poules se puderam efectuar, pois raros foram os domingos

em que a chuva, reservando-se precisamente para êsses dias, deixou de cair copiosamente.

O critério de se correrem duas provas, uma muito simples para animais debutantes, outra um pouco mais severa para os já confirmados, é absolutamente louvável em princípio, mas não resultou na prática. A dupla finalidade de se tornar acessível a grande número de concorrentes os percursos marcados — dada a sua simplicidade — e concorrer para o treino de animais de obstáculos num ambiente igual ao dos concursos, foi só atingida quanto ao número de inscrições registadas. Uma imolação descabida transformou em corridas de steeple grande número de percursos, originando várias quedas unicamente devidas a velocidade excessiva, incompatível com as posses da grande maioria dos animais. Êsse exagero ainda se poderia justificar em parte, para efeito de classificação, na Taça Cavalaria 2 mas nunca, na Taça

Revista da Cavalaria

S. H. P. pois nesta o que interessava para o resultado final era os percursos sem faltas e o número de poules em que o mesmo animal entrava, somando-se os pontos obtidos em tôdas as provas sem exclusão alguma, o que na Taça Cavalaria 2 não acontecia, visto a classificação se obter eliminando-se os três percursos mais penalizados. Dêsse abuso resultou que grande número de animais não aproveitou o que devia com as provas efectuadas, visto a velocidade excessiva ter falseado as suas faculdades naturais sôbre o obstáculo, obrigando-os a um equilibrio que não poderão manter quando as alturas e volumes aumentarem.

No animal de obstáculos pretende-se calma, franqueza, respeito pelo obstáculo e velocidade, que por esta ordem se devem obter. Constituem estas qualidades degraus que cuidadosamente se devem pisar para se chegar ao fim sem percalços e com probabilidades de êxito. Pode-se subir a escada saltando alguns degraus mas arriscamo-nos a avarias sem atingirmos o nosso desideratum.

Geralmente abusa-se da boa vontade do cavalo quando êste mostra certo geito para saltar, obrigando-o repetidas vezes a efectuar percursos «para confirmação» de qualidades ou porque isso agrada ao cavaleiro, não se pensando que o transpor obstáculos constitui exercicio violento que necessário é dosear e regular. Como os membros do cavalo são o seu ponto mais fraco e sensível, uma tal maneira de proceder dá lugar a que prematuramente se manifestem taras que são handicap a considerar, dada a sua acção permanente. O saltar muitas vezes constitui castigo para o cavalo, pois o esforço dispendido é grande. Galopar em campo de obstáculos sem se saltar, tendo por fim mostrar ao cavalo que nem sempre varas e muros são para transpor, é principio poucas vezes seguido pela maioria dos concursistas e que contudo tem grande influência sôbre a calma. Como o cavalo tem uma memória privilegiada — bem superior à sua intelligência — a recordação dos toques que deu, das lutas havidas e da acção do pincho, acode-lhe logo que entra no ambiente da sua tortura, esperando que nova desgraça lhe caia em cima logo que pisa um campo de obstáculos. Se lhe derem um feriado de quando em quando, apreciá-lo-á devidamente o que mesmo na raça cavalar se justifica. A recompensa

Revista da Cavalaria

imediate ao transpor um obstáculo em que anteriormente se notou má vontade ou recusa, é princípio psicológico da maior importância e que se grava profundamente na memória do cavalo. O que vemos geralmente é uma insistência desnecessária e condenável de que resultam as consequências que precisamente se pretendiam evitar: derrube, nega ou defesa.

Cada cavalo constitui um caso novo e especial a estudar, no qual influi o sangue, a conformação e o temperamento.



*O Capitão Pascoal Rodrigues montando o cavalo « Namir »
em que ganhou tôdas as taças disputadas
nas poules - 1942*

Os dados dêste problema, variando de animal para animal, conduzem a resultados impostos pelo aproveitamento das suas qualidades natas, limitando as exigências e indicando as possibilidades que nunca devem ser ultrapassadas. Se porventura é por indicação do cavalo que o abuso se patenteia, o que praticamente é manifestado com lutas contínuas que o cavaleiro devia a todo o custo evitar, invertem-se os lugares do comando, sempre com prejuízo moral para este.

A franqueza adquire-se saltando pequenos obstáculos devidamente amparados e recompensando sempre toda a manifestação de boa vontade. Afigura-se-nos mais conveniente o trabalho montado e não o uso da guia, porque se

Revista da Cavalaria

pode amparar o animal e empurrá-lo muito melhor com as pernas do cavaleiro do que por qualquer outro meio. O trabalho à guia é sempre difícil, necessitando muito tempo para pôr o animal em estado de abordar os obstáculos em boas condições. As recusas dão lugar, por vezes, a lutas violentas, para a resolução das quais os meios de acção são precários quando se emprega a guia, o que não acontece quando o cavalo está montado.

O obstáculo fixo é um meio eficaz para impor ao animal o respeito pelo toque, pois as sensações fortes é que perduram. Contudo, esta maneira de proceder, aplicada sem distinção de possibilidades e sem o devido critério a todos os animais, é condenável, pois o princípio do «crês ou morres» nem a cavalo se deve impor. A sua aplicação integral explica todavia os sucessos obtidos em concursos por animais de fracos meios e bem assim o «rendimento» notado nos que, pela sua robustez e qualidade, conseguem suportar êsse martírio. Mesmo que os fins justifiquem neste caso, os meios, o animal gasta-se e arruína-se prematuramente.

Só o modelo e o sangue nos podem orientar sobre a velocidade que poderemos exigir ao cavalo de obstáculos. Sabemos bem que quem não andar depressa pode ficar quasi sempre fora de prémio, mesmo com percursos sem faltas. Mas que remédio se o animal não dá para mais!

Neste capítulo de velocidade, há animais que a empregam porque lhes é necessária para contrabalançar as suas fracas posses e outros em que é devida a temperamento ardente que não é comandado como devia. A primeira, é admissível sempre que não acarrete conseqüências desastrosas para o cavaleiro, a segunda, constitui má preparação que deve ser corrigida e aperfeiçoada antes de se pensar em percursos de obstáculos.

Resumindo as considerações feitas, tudo reside na aplicação racional de princípios que todos conhecemos mas que por vezes se desprezam com o intuito de se chegar depressa e por qualquer forma ao fim desejado.

Mencionam-se em seguida os resultados da 6.^a, 7.^a, 8.^a e 9.^a poules de obstáculos e bem assim a classificação geral em tôdas as provas organizadas pela S. H. P.:

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

6.ª Poule

Domingo, 3 de Maio de 1942

Taça S. H. P. (percurso sem faltas)

- | | |
|--|-----------------------------------|
| 1.º — Mena e Silva no « <i>Urso</i> » | 1 ^m 4 ^s 1/5 |
| 2.º — Calafate no « <i>Beduino</i> » | 1 ^m 6 ^s |
| 3.º — Trigo de Sousa na « <i>Mucalenga</i> » | 1 ^m 6 ^s 4/5 |
| 4.º — Henrique Calado na « <i>Albuera</i> » | 1 ^m 7 ^s |

Taça Cavalaria 2 (percurso sem faltas)

- | | |
|---|------------------------------------|
| 1.º — Pascoal Rodrigues no « <i>Namir</i> » | 1 ^m 16 ^s 1/5 |
| 2.º — Jorge Monte Real no « <i>Rolito</i> » | 1 ^m 18 ^s 2/5 |
| 3.º — Henrique Calado no « <i>Único</i> » | 1 ^m 19 ^s |
| 4.º — Sacadura no « <i>Bonito</i> » | 1 ^m 24 ^s 4/5 |
| 5.º — Travassos Lopes no « <i>Paiol</i> » | 1 ^m 26 ^s 2/5 |

7.ª Poule

Domingo, 17 de Maio de 1942

Taça S. H. P. (percurso sem faltas)

- | | |
|---|-----------------------------------|
| 1.º — Mena e Silva no « <i>Urso</i> » | 1 ^m 3 ^s |
| 2.º — Furtado Leote no « <i>Barrufo</i> » | 1 ^m 5 ^s 4/5 |
| 3.º — António Vasconcelos no « <i>Impulsivo</i> » | 1 ^m 7 ^s |
| 4.º — José Granate na « <i>Inquiridora</i> » | 1 ^m 8 ^s 1/5 |

Taça R. C. 2

- | | | | | | |
|---------------------------------------|----|--------------------------|-------|-----------------|---|
| 1.º — Pascoal Rodrigues | no | <i>Namir</i> | . . . | o pontos | 1 ^m 18 ^s 5 |
| 2.º — Carvalhosa | na | <i>Fossette</i> | . . . | » | 1 ^m 19 ^s |
| 3.º — H. Wollmer | no | <i>Saladino</i> | . . . | » | 1 ^m 23 ^s 2/5 |
| 4.º — F. Leote | » | <i>Barrufo</i> | . . . | 4 » | 1 ^m 22 ^s |
| 5.º e 6.º — (ex-aequo) — José Beltrão | no | <i>Montes</i> | | | |
| | | <i>Claros e Calafate</i> | no | <i>Bandalho</i> | . . . 4 pontos 1 ^m 22 ^s 4/5 |

Revista da Cavalaria

8.ª Poule

Domingo, 24 de Maio de 1942

Taça S. H. P. (percurso sem faltas)

1.º — António de Vasconcelos	no <i>Impulsivo</i>	54 ^s $\frac{2}{5}$
2.º — Morais Monteiro	na <i>Judith</i>	58 ^s $\frac{1}{5}$
3.º e 4.º (ex-aequo) — António Damião	no <i>Orone</i>		
e José Granate	na <i>Inquiridora</i>	58 ^s $\frac{3}{5}$

Taça R. C. 2

1.º — Helder Martins	no <i>Optus</i>	. . . o pontos	1 ^m 25 ^s $\frac{1}{5}$
2.º — Calafate	» <i>Bandalho</i>	. . . 4 »	1 ^m 24 ^s $\frac{4}{5}$
3.º — Oliveira Reis	» <i>Navi</i>	. . . 4 »	1 ^m 33 ^s $\frac{4}{5}$
4.º — Carvalhosa	na <i>Fossette</i>	. . . 7 »	1 ^m 32 ^s $\frac{2}{5}$
5.º — Sacadura	no <i>Bonito</i>	. . . 7 »	1 ^m 51 ^s $\frac{3}{5}$
6.º — Henrique Wollmer	» <i>Saladino</i>	. . . 8 »	1 ^m 25 ^s $\frac{4}{5}$

9.ª Poule

Domingo, 31 de Maio de 1942

Taça S. H. P. (percurso sem faltas)

1.º — Henrique Calado	na « <i>Albuera</i> »	1 ^m 0 ^s
2.º — José Morais	no « <i>Desejado</i> »	1 ^m 0 ^s $\frac{2}{5}$
3.º — Mena e Silva	no « <i>Urso</i> »	1 ^m 1 ^s $\frac{2}{5}$
4.º — Miranda Dias	na « <i>Benguela</i> »	1 ^m 2 ^s $\frac{4}{5}$

Taça R. C. 2

1.º — Calafate	no <i>Bandalho</i>	. . . o pontos	1 ^m 15 ^s $\frac{4}{5}$
2.º — Henrique Wollmer	» <i>Saladino</i>	. . . 0 »	1 ^m 25 ^s
3.º — Henrique Calado	» <i>Único</i>	. . . 3 »	2 ^m 2 ^s $\frac{4}{5}$
4.º — Barrento	» <i>Raso</i>	. . . 4 »	1 ^m 15 ^s $\frac{4}{5}$
5.º — Carvalhosa	na <i>Fossette</i>	. . . 4 »	1 ^m 16 ^s
6.º — Travassos Lopes	no <i>Académico</i>	. . . 4 »	1 ^m 17 ^s $\frac{1}{5}$

Revista da Cavalaria

Classificação geral nas provas realizadas pela S. H. P.

Taça General Craveiro Lopes

1.º — Pascoal Rodrigues	117	pontos
2.º — José Carvalhosa	116	»
3.º — António Spínola	110,5	»
4.º e 5.º — (ex-aequo) Henrique Calado e Sacadura Cabral.	106	»
6.º — Helder Martins	102	»

Taça S. H. P.

1.º — Mena e Silva	no	<i>Urso</i>	157	pontos
2.º — António Damião	»	<i>Orone</i>	131	»
3.º — Furtado Leote	»	<i>Barrufo</i>	118	»
4.º — José Granate	na	<i>Inquiridora</i>	100	»
5.º — José Carvalhosa	no	<i>Corredor</i>	94	»
6.º — Vilas Boas	»	<i>Chicuelo</i>	92	»

Taça R. C. 2


1.º — Pascoal Rodrigues	no	<i>Namir</i>	117	pontos
2.º — José Carvalhosa	na	<i>Fossette</i>	116	»
3.º e 4.º (ex-aequo) — Henrique Calado	no	<i>Único</i>		
		e Sacadura Cabral » <i>Bonito</i> .	106	»
5.º — Helder Martins	no	<i>Optus</i>	102	»
6.º — António Spínola	»	<i>Almourol</i>	98	»

“Escudo” S. H. P. — 1942 (Equipes)

1. ^a — Carvalhosa na « <i>Fossette</i> », António Spínola no « <i>Macotene</i> » e Pascoal Rodrigues no « <i>Namir</i> »	393	pontos
2. ^a — António Spínola no « <i>Almourol</i> », Sacadura no « <i>Bonito</i> » e Júlio Cardoso na « <i>Soja</i> »	298	pontos
3. ^a — António Spínola no « <i>Unicante</i> », Helder Martins no « <i>Optus</i> » e Rabaça na « <i>Paloia</i> »		

Taça Handicap

1.º — Pascoal Rodrigues	no	<i>Namir</i>	137	pontos
2.º — José Carvalhosa	na	<i>Fossette</i>	132	»
3.º — António Spínola	no	<i>Almourol</i>	122	»
4.º — Henrique Calado	»	<i>Único</i>	118	»
5.º — Helder Martins	»	<i>Optus</i>	114	»
6.º — Sacadura	»	<i>Bonito</i>	106	»



O Cavalo de obstáculos

pelo Capitão FERNANDO PAES

Concursos Hípicos



ensino do cavalo de obstáculos, aparte a sua adaptação final a provas hípicas especiais, é o ensino do cavalo militar de oficial. Ambos devem ser mantidos num estado muscular capaz de suportar um esforço violento imediato.

Digo cavalo militar e não cavalo de sela, porque o primeiro, para merecer tal classificação, necessita de ser, conjuntamente, um animal facilmente manejável, um animal de campo e um animal de obstáculos. O cavalo de sela, pode ser, somente, um animal de passeio.

É um erro considerar um cavalo de obstáculos como um especialista de concursos hípicos e dirigir, em consequência, o seu ensino, com vista àquela única finalidade. É preciso partir do princípio que o cavalo de obstáculos não se pode preparar de um momento para o outro, visto que o seu futuro depende essencialmente da forma como fôr conduzido o trabalho nos primeiros anos. Pensando assim, evita-se a sua precoce inutilização e obtem-se, findo aquêle período de tempo, um cavalo de oficial mobilizável. A base da preparação do cavalo de obstáculos é a mesma do cavalo militar e, o que é mais, o trabalho inerente a êste, é indispensável ao futuro concursista.

Revista da Cavalaria

Em meu entender, para se conseguir modificar a nossa mentalidade hípica, é indispensável que as comissões organizadoras dos concursos hípicos estabeleçam provas especiais destinadas aos cavalos novos, não se cingindo exclusivamente a competições de velocidade sobre o obstáculo. Provas de ensino do tipo da que faz parte do Campeonato do Cavalo de Guerra, provas *Caprili* (ensino e obstáculos) e provas sobre obstáculos em que a velocidade não entre como factor importante mas somente como limite, sendo classificados, dentro dos percursos sem faltas, aquêles que melhor apresentem as suas montadas no que diz respeito a calma, estilo e condução, contribuiriam grandemente para modificar o nosso nível hípico actual.

Os cavaleiros que apresentam mal as suas montadas, não merecem sofrer todo o peso da critica. Melhor ou pior, sempre vão aparecendo; mantêm o seu desembaraço e procuram desenvolver o seu moral. Num período em que se mede a competência de um official de cavalaria pela facilidade com que êle resolve, num gabinete, um dado problema sobre a carta, muitas vezes pôsto em charada, é já alguma coisa.

*

«O futuro cavalo de concursos não se prepara num campo de obstáculos. É preciso muita persistência e muita observação. Sem um ensino adequado, nunca um cavalo será manejável nem poderá dispor de si com facilidade» (1).

Se este princípio é verdadeiro desde longa data, mais verdadeiro e oportuno se nos revela hoje. As dificuldades, cada vez maiores, das competições hípicas actuais, exigindo do cavalo a aplicação total da sua energia em proveito do obstáculo, obrigam-nos a dar-lhe uma preparação tendente a evitar-lhe o desperdício inútil de forças.

Mas se esta razão de ordem essencialmente prática não fôsse, por si só, suficiente para justificar a necessidade de um ensino a aperfeiçoar continuamente, bastaria reconhecer-

(1) De uma carta do Sr. Coronel Jara de Carvalho.

Revista da Cavalaria

mos que o prazer de montar está directamente ligado à forma como o cavalo aceita as nossas indicações.

A maior parte das qualidades indispensáveis ao bom saltador, não se desenvolvem com um ano de trabalho em campo de obstáculos a saltar *pirâmides*, nem se mantém, como é opinião de muitos, com quinze dias de trabalho antes de um concurso hípico. Só uma sábia combinação do trabalho de picadeiro e de exterior as poderá desenvolver e manter, os dois meios combinando-se e completando-se.

Deve considerar-se trabalho de picadeiro, todo o trabalho que tem por fim pedir ao cavalo determinada exigência, seja êle em campo aberto ou fechado; trabalho de exterior, todo aquêle que aproveita o terreno para obrigar o cavalo, entregue a si próprio, a modificar constantemente o seu equilíbrio. Isto na sua essência, claro está.

O trabalho a passo por terreno variado, depois a trote curto é, de início, o mais vantajoso.

O passo, sendo o andamento mais lento do cavalo, é aquêle em que o cavaleiro, mais facilmente, impõe a sua vontade, sem que esta, consubstanciada especialmente na sujeição às pernas, contrarie o desenvolvimento da calma já de si inerente ao próprio andamento.

O trabalho de picadeiro, que se deve seguir e conjugar com o trabalho preliminar de exterior, visa, principalmente, a colocar o cavalo direito e ligeiro, já que o primeiro promove, naturalmente, o desenvolvimento da calma e a prontidão do movimento para diante.

De começo, a mão só deve actuar quando o cavalo esteja em franco movimento para diante e, se à acção da mão o cavalo se retrair, esta deve deixar de actuar e esperar a acção das pernas. É o principio de *mãos sem pernas, pernas sem mãos* levado talvez ao exagêro mas, sem dúvida, de resultados seguros.

Convém, antes das primeiras lições de picadeiro, dar ao cavalo um trabalho preliminar de vara, que consiste em o obrigar a andar para diante sob a acção da rédea de abertura. Consegue-se assim, sem a sobrecarga de pêso do cavaleiro, uma certa flexibilidade lateral.

O trabalho à guia dá o mesmo resultado mas considero-o um pouco mais delicado. Como normalmente, o cavalo re-

Revista da Cavalaria

siste de um lado e foge ao apoio do outro, firmar a mão no primeiro caso até que a resistência cesse; empurrar com o chicote, com oportunidade, no segundo caso.

As primeiras rédeas cuja acção devemos fazer compreender ao cavalo são, indubitavelmente, a rédea directa e a rédea contrária, conquanto, em meu entender, a primeira deva ter mais o efeito da rédea de abertura do que, propriamente, o da rédea directa. A rédea directa só pode ter uma acção eficaz sobre a garupa quando o cavalo estiver direito.

Para fazermos compreender ao cavalo a acção da rédea contrária, basta utilizar o picadeiro fechado e actuar com essa rédea à entrada dos cantos. Meia dúzia de lições serão suficientes.

Os resultados a obter nos primeiros tempos devem ser, unicamente, de ordem psicológica. Trata-se de compreensão e de confiança; não de equilíbrio.

Ao entrar no ensino propriamente dito, a rédea contrária desempenha o papel mais importante, como mais tarde o desempenhará o trabalho em círculo e a rédea intermediária.

A rédea contrária é o meio mais racional de que dispomos para tornar o cavalo direito, visto que com esta rédea nós conseguimos, simultaneamente, dar-lhe uma curvatura lateral e uma colocação de garupa opostas àquelas que lhe são, por natureza, peculiares. Aproveitamos, nesta altura, os benefícios da acção da perna isolada, porque reforça extraordinariamente a acção da rédea contrária cujo efeito pretendemos obter.

Durante muito tempo, actuei com a perna que não devia actuar, porque dentro da idéia que a rédea contrária obrigava as espáduas a percorrer um círculo de maior raio do que a garupa e contribuía, por isso, para modificar o equilíbrio do cavalo no sentido das ancas, escolhia a perna do lado da rédea, com o fim de manter a garupa dentro de um círculo menor.

Eu creio que este critério está ainda muito generalizado. A prova está num artigo do tenente coronel Bourcier, que apareceu na *Revista da Cavalaria*, traduzido por F. P. M.

Revista da Cavalaria

É necessário estabelecer claramente que «sob a acção da rédea contrária, o cavalo roda sobre o centro da figura»⁽¹⁾. Desde que se parta deste princípio, a confusão não tem razão de ser.

É possível que a classificação das ajudas em laterais e diagonais tivesse dado origem a esta discrepância. Melhor seria classificar as primeiras como ajudas racionais e dar às segundas um nome mais apropriado.

Durante a primeira fase do ensino, a perna isolada só deve actuar em reforço da rédea, por consequência, não é difícil compreender que sob a acção da rédea contrária a perna activa é a perna do lado oposto, assim como sob a acção da rédea intermediária cujo efeito já se faz sentir directamente sobre a garupa, a perna activa é a perna do mesmo lado. De resto, a própria designação da rédea contrária de *oposição* bastaria, no primeiro caso, para justificar a escolha.

As ajudas chamadas diagonais, só devem ser empregadas quando o cavalo, pelo hábito da sujeição à perna isolada, aceita esta como uma ajuda independente.

Disse, atrás, que a rédea directa só pode ter uma acção eficaz sobre a garupa quando o cavalo estiver direito.

Porquê?

Se considerarmos um cavalo que se apresenta normalmente com a garupa na direita ou, o que é o mesmo, em «*épaule droite en dedans*» ¿ qual é a rédea directa de oposição que poderá levar a garupa a mover-se para o lado contrário?

A rédea direita, evidentemente.

Mas, podemos nós, por intermédio desta rédea, alcançar o fim a que nos propuzemos?

O cavalo que se apresenta encurvado à direita, resiste da barra esquerda porque não quer tomar a posição que o encurva para este lado e, logicamente, não se encosta à barra direita. É uma consequência da sua posição defeituosa.

Nesse caso, não se encostando à barra direita, como podemos nós, em boa verdade, actuar com a rédea desse lado?

Fazê-lo, é ir contra os princípios basilares de equitação, é encurvâ-lo mais para esse lado.

⁽¹⁾ Cap. Almeida Ribeiro «Ensino do Cavalo».

Revista da Cavalaria

Enquanto não dermos ao cavalo, por intermédio da rédea contrária, uma flexibilidade lateral contrária àquela para onde êle se acha, normalmente, encurvado, o emprêgo da rédea direita, no exemplo citado, tende necessariamente, a colocar o cavalo atrás da mão. Por êste motivo, sempre que a tivermos de utilizar acidentalmente, as pernas devem estar suficientemente vigilantes para obrigarem o cavalo a manter-se em constante movimento para diante.

A rédea directa de opposição só deve ser utilizada depois de obtido o resultado que se pretende alcançar com a rédea contrária, e para que, da aceitação das duas, possamos procurar o efeito da rédea intermediária. Considero-a, pois, como um meio accidental e indirecto, e não como rédea principal. Dar-lhe esta característica, é colocá-la no mesmo pé de igualdade das outras duas, é empregá-la com assiduidade e, por consequência, destruir a impulsão que, em maior ou menor escala, é sempre inerente ao cavalo. Êste dirige-se colocando as espáduas no eixo da garupa e não a garupa no eixo das espáduas.

A rédea directa tem tido muitos apologistas porque durante largo tempo se julgou que a obtenção do *encôsto* constituía uma fase de ensino, e como para encostar o cavalo era preciso começar por lhe sobrecarregar as espáduas, passava-se o tempo a *bater sola* e a andar com a garupa às voltas.

Resultado: o cavalo continuava *torto* e, dia a dia, mais dificuldades revelava em entrar com os posteriores.

Alcançada a primeira *étape* do ensino pelo emprêgo racional da rédea contrária de opposição, podemos abordar o trabalho em círculo o qual, além de contribuir para o aperfeiçoamento da flexibilidade lateral do cavalo e, por consequência, para a sua direitura, tem por fim, especialmente, obter uma entrada mais pronunciada de cada um dos posteriores, separadamente, o posterior de dentro empregando-se mais pela posição que é obrigado a manter sôbre o círculo. É o início do trabalho de aligeiramento.

Partimos, assim, do mais fácil para o mais difícil, isto é, preparamos, progressivamente, o cavalo para entrar com ambos os posteriores, quando, sôbre a linha direita, a mão actui para diminuir ou extinguir o andamento.

Revista da Cavalaria

O trabalho sobre rédea intermediária deve alternar com o trabalho em círculo, seja sobre a diagonal de um rectângulo, seja dentro do próprio círculo. Em qualquer dos casos — volto novamente ao exemplo que apresentei — a rédea intermediária esquerda deve actuar de forma a colocar as espáduas, francamente, à frente da garupa, enquanto que sob a acção da rédea intermediária direita, deve haver o cuidado de impelir rapidamente o cavalo para diante se elle tentar fugir ao contacto da mão.

É tempo de iniciar as meias paragens.

Assim, no momento em que sobre uma determinada figura sentimos o cavalo entrar mais pronunciadamente com os posteriores, marcar uma meia paragem, dedos fechados, mão imóvel. Logo que ella se desenha, movimento franco para diante, dedos abertos a deixar estender o pescoço, pernas prontas a actuar à menor perca de impulsão.

É intuitivo que uma saída rápida para diante é tanto mais fácil quanto mais franca fôr a entrada dos posteriores e, por consequência, desde que ella seja sempre precedida por uma acção de mão, levará o cavalo, associando as duas idéias, a entrar com os posteriores logo que se esboce uma diminuição.

No entanto, a flexibilidade longitudinal do cavalo que nós pretendemos desenvolver por meio das meias paragens e, depois, pelas paragens e recuar precedidos de saídas immediatas para diante, não depende, unicamente, como se poderia supor, da maior ou menor facilidade com que o cavalo entra com os posteriores, mas também da forma como o rim recebe, conserva e transmite a impulsão que lhe vem do poder muscular do post-mão.

O recuar e as passagens momentâneas do trote curto ao passo e dêste ao trote curto, são esplêndidos exercícios para ginastificar o rim do cavalo, levando-o a reunir-se e a distender-se em harmonia com as variações de equilíbrio e jôgo dos posteriores.

Verifica-se o seu poder de distensão, quando o cavalo, trabalhando em círculo, ancas adentro, rompe francamente para diante à única indicação da mão.

Até aqui, o galope não deve ser empregado senão como andamento destinado a desenvolver a respiração e a manter

Revista da Cavalaria

a alegria natural do cavalo. Se o animal é calmo, deixemo-lo galopar à vontade; se é retivo, empurremo-lo fortemente e direito, em terreno livre; se é excitável, façamo-lo galopar em círculo, entregando-o a si próprio, tanto quanto possível.

O trabalho a galope é, sem dúvida, o mais difícil, porque a própria velocidade que lhe é inerente torna difíceis quaisquer modificações de equilíbrio.

Resolve-se, em parte, o problema, utilizando, de começo, a oposição que as curvas fazem à velocidade. O cavalo, a galope directo em círculo, equilibra-se sobre as ancas; a galope invertido sobre as espáduas. Por consequência, utilizando uma ou outra destas modalidades, nós levaremos o cavalo a modificar, ele próprio, o seu equilíbrio.

Podemos ir mais longe. Se galoparmos largo sobre as ancas e lentamente sobre as espáduas, isto é, se empurrarmos no galope directo e diminuirmos no galope invertido, servindo-nos das figuras em serpentina e em oito, passamos, sem esforço, a governar o equilíbrio do cavalo neste andamento, preparando-o, física e psicologicamente, para ultteriores oposições da mão sobre a linha direita.

É extraordinária a flexibilidade que o cavalo adquire com este trabalho. Se do galope directo passarmos ao galope invertido empregando a rédea contrária de oposição, ou antes, se obrigarmos o cavalo que vai a galopar sobre a mão esquerda, a manter-se na mesma mão em galope invertido, pela acção da rédea contrária da oposição — bico na direita, espáduas francamente na esquerda — conseguimos obter, ao entrar na linha direita do oito, uma amplitude de galope e uma extensão de pescoço, verdadeiramente notáveis.

Considero este trabalho muito eficaz para o cavalo de obstáculos, visto que da forma como ele aborda o salto — extensão de pescoço e jôgo basculante — depende a sua execução.

Obtidos estes resultados, podemos trabalhar a galope dentro das mesmas bases preconizadas para o passo e trote. Findo ele, teremos um cavalo pronto a ser utilizado em qualquer dos ramos de Equitação conhecidos.

Não quiere isto dizer que o seu ensino esteja terminado. Dentro do princípio do máximo rendimento e maior econo-

Revista da Cavalaria

mia de forças, o cavalo que mais garantias apresenta é aquele cujo ensino foi levado ao seu mais alto grau.

Julgou-se, durante muito tempo, que a Alta-Escola era prejudicial à utilização prática do cavalo.

Este, é utilizável dentro de um equilíbrio horizontal, e a Alta-Escola, só é possível com o cavalo fortemente sobre as ancas.

De facto assim era, até certo ponto. Não havia a ponte a que podemos chamar equitação racional, que ligasse os dois sistemas.

Hoje, a base do ensino do cavalo assenta na equitação horizontal e se, por um aperfeiçoamento contínuo, este entra nos domínios da Alta-Escola, devemos continuar a trabalhar de forma a que o cavalo aprenda a passar, rápida e progressivamente, de um a outro equilíbrio. Com a Alta-Escola, o cavalo adquire a faculdade de poder concentrar as suas forças quasi instantaneamente.

O *piaffer* e o trote espanhol — para citar um exemplo — são dois meios poderosíssimos, o primeiro para fortificar o post-mão, o segundo para dar às espáduas a sua máxima amplitude. Facilmente se compreende, pois, o partido que se poderá tomar com um cavalo de obstáculos cujo post-mão é forte e musculado e cujas espáduas são livres até ao extremo.

Há quem parta do princípio que o *piaffer* constitui a base da Alta-Escola e que, por consequência, todos os seus ares, inclusivé a *passage*, são seus derivados. Esta, não seria mais do que o *piaffer* marchando.

É possível que os grandes mestres assim procedam. Quanto a mim, com pouca prática neste ramo de Equitação, parece-me mais fácil partir da *passage* para o *piaffer*.

A preparação da *passage*, assenta, essencialmente, em dois exercícios que considero fundamentais: o primeiro, consiste em obter o domínio completo no passo, a sua diagonalização, por comando das pernas; o segundo, em obter uma pronta passagem do passo ao trote curto e do trote curto ao passo. Logo que o cavalo responda a estas indicações mantendo a ligeireza, tem-se a sensação de estar montado sobre uma esfera capaz de se mover à única ajuda do corpo mas que, ao mesmo tempo, está sempre com vontade de romper

Revista da Cavalaria

para diante. É a sensação que o comandante Salins classificou como «être sur la boule».

Passando a trabalhar em *passage* sobre o círculo, em seguida em rotações directas, obteremos, pouco a pouco, uma *passage* menos progressiva, e, finalmente, sobre o mesmo lugar. É preciso ter o cuidado de não deixar o cavalo modificar a cadência da *passage*; à mais pequena precipitação, actuar com as pernas de forma a obrigá-lo a voltar à *passage* normal.

No entanto, deve ser dito que por melhores que sejam as teorias apresentadas sobre Equitação, os seus resultados dependem essencialmente da prontidão e oportunidade com que a mão e as pernas actuam e cessam de actuar.

Eu disse num outro artigo que a extensão do pescoço, um dos índices reveladores da descontração do cavalo, obtem-se, naturalmente, pela recompensa que devemos fazer seguir imediatamente a qualquer exigência nossa aceite pelo cavalo, e que esta recompensa não é senão o que há muito se classificou como «descida da mão».

Creio que se tivesse dito, por uma série de recompensas todas elas contribuindo para o mesmo fim, teria sido melhor compreendido. Uma «descida da mão» significa, é facto, deixar o animal completamente livre desde que ele guarda a posição e o andamento que se lhe deu, mas uma série de descidas da mão acompanhada de uma acção oportuna de pernas, leva o cavalo, conquanto mantendo-se no mesmo andamento, à extensão de pescoço que nós desejamos.

Todo o trabalho a que me venho referindo, à parte as considerações muito ligeiras sobre Alta-Escola, torna o cavalo maneável e a dispor de si com facilidade, mesmo em terreno variado, o que lhe permite realizar, nas condições mais favoráveis, os primeiros percursos de obstáculos.

É de toda a vantagem começar por saltar obstáculos fixos, a passo. Saltos entre 0,90 e 1 m. não apresentam perigo algum e o cavalo adquire, imediatamente, uma das primeiras qualidades do cavalo de concursos — respeito pelo obstáculo.

O salto a passo obriga o cavalo a servir-se do pescoço, e dá ao cavaleiro a independência de mão necessária à execução fácil e correcta do salto. É pelo salto a passo que se

Revista da Cavalaria

adquire confiança, em si e no cavalo, e a convicção de que é o cavalo quem salta.

Ouçamos o comandante Salins.

— «Deve êle reünir-se entre a mão e a sua própria impulsão?»

— «De maneira nenhuma».

— «Entre as pernas e a mão?»

— «Nunca».

«O cavalo deve reünir-se entre a sua impulsão e o obstáculo ou, quando as circunstâncias o exijam, entre o obstáculo e as pernas do cavaleiro».

De facto, se observarmos um cavalo a saltar em liberdade ou um cavalo bem pôsto em obstáculos, verificamos, no momento em que se inicia a preparação da batida, uma mudança notável em tôda a sua attitude.

O cavalo estende o pescoço nos últimos tempos de galope porque essa posição lhe permite ajuizar melhor do obstáculo que terá de transpor, assim como lhe torna mais fácil porque lhe alivia o rim, uma entrada a fundo dos posteriores sem prejuízo do elan indispensável ao salto.

As acções de mão junto do obstáculo não têm, pois, a mais pequena justificação. Promovê-las, equivale a tirar ao cavalo recursos que lhe são indispensáveis à boa execução do salto, como também a estabelecer uma dualidade de comando, prejudicial à iniciativa que êle deve possuir.

Fora do campo de salto, elas são, pelo contrário, muitas vezes necessárias, especialmente com cavalos que têm tendência a galopar sobre as espáduas. No entanto, só se devem empregar quando haja a certeza que o cavalo fica com espaço suficiente para preparar a batida em boas condições.

São raros os cavalos que permitem uma monte violenta e, mesmo assim, quasi sempre se inutilizam precocemente.

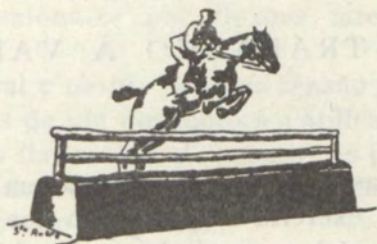
A verdadeira monte de obstáculos é aquela que tem por fim dar ao cavalo um equilibrio, uma flexibilidade e uma confiança capazes de o levarem a fazer um percurso sem intervenções de mão que não sejam aquelas ligeiras indicações necessárias às mudanças de direcção.

Isto não implica passividade da parte do cavaleiro, porque sempre que a impulsão não se revela de uma forma

Revista da Cavalaria

absoluta, o cavaleiro encontra nas suas pernas e, muitas vezes, no seu coração, o meio poderoso de a obrigar a manifestar-se.

Não esqueçamos que a impulsão é a base de toda a Equitação, e que a nossa primeira preocupação ao tomar conta de um cavalo é ensinar-lhe a andar francamente para diante à acção simultânea das nossas pernas.

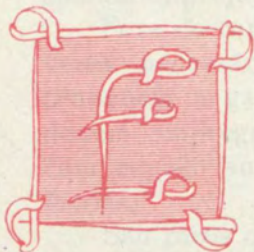




ENSINO DO CAVALO

pelo Major ALMEIDA RIBEIRO

13—TRABALHO À VARA



assim designado aquêlê em que o cavaleiro exercita o seu cavalo nos diferentes exercícios, servindo-se da chibata e estando apeado.

Êste trabalho, que uns condenam e outros aplaudem, deu aso a grandes discussões.

Quanto a nós, tudo quanto fôr contacto entre o homem e o cavalo, achamos vantajoso.

No trabalho à vara, o equilíbrio natural do cavalo não é prejudicado pelo pêso do cavaleiro, que se encontra a pé e por isso torna-se-lhe mais fácil a execução dos diferentes exercícios que lhe são exigidos.

O trabalho executa-se como que em liberdade, portanto, em melhores condições.

Revista da Cavalaria

As regiões do cavalo que oferecem menos dificuldades deverão ser as primeiras a flexionar. Começaremos pela maxila, depois pela garupa, espáduas e rins.

As flexões da maxila serão feitas estando o cavaleiro apeado e com auxílio da chibata, primeiro com o cavalo parado, depois com o cavalo em andamento.

Recomendamos o emprêgo da chibata, porque as flexões feitas só com as rédeas não conseguem o domínio completo do cavalo.

As rédeas como simples ajudas actuam localmente, mais especialmente sôbre o fisico, e incompletamente e pouco sôbre o moral. Dão indicações, porém, impotentes para impor a execução.

Pelo contrário, a chibata actua de uma maneira geral, sôbre o fisico e sôbre o moral; pode ser empregada simplesmente como ajuda, como castigo ou simultâneamente como ajuda e castigo, o que permite combater com eficácia tôdas as resistências.

A actuação simultânea da rédea e da chibata tem a vantagem de preparar o cavalo para o trabalho montado.

A maxila flexiona-se por flexões laterais e flexões directas.

A flexão lateral é obtida por uma tensão mais acentuada da rédea ou rédeas de um dos lados e a aplicação simultânea da chibata sôbre o flanco do lado oposto; as flexões directas, por igual tensão das rédeas do freio e a aplicação simultânea da chibata sôbre o alto da garupa.

A chibata deve ter um comprimento tal que estando o cavaleiro junto às espáduas possa tocar em qualquer região do cavalo. Deve ser escura, porque sendo de côr clara pode assustar o cavalo, e ligeiramente flexível na ponta.

Requiere êste trabalho muito tato da parte do cavaleiro.

É necessário, primeiramente, habituar o cavalo à presença da chibata e depois fazê-lo obedecer conforme o seu emprêgo.

Portanto, o primeiro cuidado do cavaleiro será habituar o cavalo à chibata e fazer-lhe aprender a linguagem das ajudas.

Quando o cavalo conhecer as ajudas e distinga a indicação do castigo, obedecerá docilmente a tôdas as indicações do cavaleiro.

Revista da Cavalaria

Ao apontar-se a chibata à espádua ou ao flanco, o cavalo deve crescer para ela; caso recue, pequenos toques repetidos serão dados até que o cavalo avance; repetindo várias vezes, depressa o cavalo se convence de que a chibata não o molesta, quando marcha para a frente. Ao fazer festas na tábua do pescoço, podemos acompanhá-las também com o punho da chibata.

Obtida a marcha para a frente com a chibata, passamos à paragem.

O cavalo deverá ser habituado a parar quando encostarmos, com pressão, o punho da chibata junto ao codilho.

Obtida a marcha para a frente com calma e franqueza e a paragem, repetimos estes exercícios até que o cavalo os execute com facilidade e correcção.

Este trabalho poderá ser executado junto a uma das paredes do picadeiro indiferentemente para qualquer das mãos. No trabalho para a esquerda, a mão esquerda segura as rédeas do bridão e do freio a uns 15^{cm} de distância da bôca e a mão direita empunha a chibata; no trabalho para a direita, trocam-se as posições das mãos; a mão direita sustenta as rédeas e a esquerda a chibata. Repetindo: para avançar, a chibata toca no flanco, para parar, o punho faz pressão junto ao codilho.

Entremos nas flexões laterais e directas, parado e depois em andamento.

As flexões com o cavalo parado têm efeito unicamente local. A flexão em andamento e com o auxilio da chibata dá melhores resultados.

FLEXÕES LATERAIS

Estando o cavalo habituado à chibata, marchando e parando, podemos iniciar as flexões laterais. Pomos aquela condição em primeiro lugar porque em todos os exercícios não devemos permitir que o cavalo recue nem tão pouco que o pêso reflua para trás mesmo sem recuar. Esta última condição só a percebe o cavaleiro com prática deste trabalho.

Em qualquer flexão a acção do bridão deve anteceder sempre a do freio.

Revista da Cavalaria

A flexão à direita é executada actuando com a rédea do bridão do lado esquerdo para a frente e para o lado direito e a rédea do freio do lado direito de diante para trás e da direita para a esquerda. É a rédea do bridão do lado esquerdo que faz abrir a boca do cavalo, não o deixando recuar, acompanha a curvatura do pescoço e regula-a. As duas mãos ficam imóveis até que a desconstracção da maxila se produza.

Obtida esta, cessa imediatamente a acção das duas rédeas, voltando a cabeça à sua posição anterior. Repete-se este exercício até que o cavalo o execute sem dificuldade. O mesmo exercício será feito para o lado esquerdo.

Obtida a flexão como indicamos, passaremos a obtê-la com as rédeas do mesmo lado.

A chibata estará sempre pronta a intervir actuando do lado oposto ao da flexão.

Obtida a flexão lateral com o cavalo parado, passamos a obtê-las com o cavalo em marcha.

FLEXÃO DIRECTA

Convém obter esta flexão de 4 maneiras diferentes, a-fim-de mobilizar a maxila, quaisquer que sejam os apoios do freio sobre as barras.

Estas flexões são idênticas às laterais na combinação das rédeas; diferem, porém, em que o cavalo não dá qualquer das faces para um dos lados e as rédeas não actuam obliquamente mas sim perpendicularmente à boca.

A 5.^a maneira de obter a flexão directa consiste em actuar simultaneamente com as quatro rédeas, as duas do bridão para a frente e as duas do freio para trás. As rédeas do bridão e do freio deverão actuar paralelamente e todas perpendicularmente à boca.

Para isso o cavaleiro, estando apeado, segura com uma das mãos as rédeas do bridão, depois de as deitar para diante, com o dedo indicador entre elas e a mão afastada do focinho do cavalo cerca de 15^{cm}, a outra mão segura as rédeas do freio com o dedo indicador entre elas e a cerca de 15^{cm} da boca do cavalo.

Obtidas as flexões com o cavalo parado, repetimo-las com o cavalo em andamento.

Revista da Cavalaria

Para confirmação, convém repetir tôdas as flexões fora do picadeiro.

Convém, depois de confirmado o trabalho, executá-lo a passo curto e repeti-lo a passo largo, aumentando e diminuindo a base amiudadas vezes.

Obtida a flexão da maxila, passaremos à garupa, segundo a ordem anteriormente indicada.

Para obrigarmos a garupa a trabalhar, exercitaremos o cavalo nas rotações inversas.

As rotações inversas deverão ser obtidas:

1.º — com rédea e chibata do lado oposto ao deslocamento da garupa (ajudas laterais);

2.º — com igual acção das rédeas, sem flexão lateral, e chibata do lado oposto;

3.º — com rédea do lado da rotação e chibata do lado oposto, como nos dois casos anteriores.

No 1.º caso, a mão esquerda segura as rédeas do lado esquerdo e a mão direita as rédeas do lado direito e a chibata. As rédeas esquerdas, mais tensas que as direitas, obrigam a cabeça do cavalo a vir para o lado esquerdo, o que opõe a espádua esquerda, à anca esquerda, dispondo a garupa a deslocar-se para a direita. Isto no caso das rotações para a direita.

As rédeas direitas passadas por cima do pescoço e junto ao garrote, regulam a curvatura do pescoço para a esquerda. A chibata, actuando do lado esquerdo, provoca o deslocamento da garupa para a direita.

Neste exercício devem cruzar os anteriores e os posteriores, êstes mais do que aquêles.

No 2.º caso, a mão esquerda segura as quatro rédeas junto à bôca do cavalo e a mão direita trabalha com a chibata. O caminho percorrido pelo cavalo é idêntico ao do 1.º caso.

No 3.º caso, (ajuda diagonal) a mão direita segura as rédeas direitas e a chibata, a mão esquerda as rédeas esquerdas, não se afastando muito da bôca do cavalo.

As rédeas direitas passadas por cima do pescoço e junto ao garrote e mais activas que as esquerdas, obrigam o cavalo a dar a face para a direita.

Revista da Cavalaria

Nos três casos apontados a chibata actua subordinando-se ao movimento dos membros anteriores; deve actuar no flanco do cavalo no apoio do membro anterior do seu lado (neste caso anterior esquerdo).

Assim que o cavalo execute com facilidade e correcção este exercício, bastará apontar a chibata ao flanco para que o cavalo desloque a garupa.

O cavaleiro observará que nas rotações inversas, com ajuda diagonal, o círculo das mãos é mais reduzido, visto a curvatura do pescoço sobrecarregar com mais pêso a diagonal oposta à curvatura. No mesmo caso o anterior esquerdo, mais sobrecarregado, tende a imobilizar-se.

Mobilizada a garupa desta forma, passemos à mobilização das espáduas, ou seja, exercitar o cavalo nas rotações directas.

As rotações inversas prepararam o cavalo, em parte, para as rotações directas. Para fazer uma rotação directa para a direita, colocamo-nos junto da espádua esquerda do cavalo; a mão esquerda segura as rédeas do lado esquerdo junto à bôca do cavalo, a mão direita segura a chibata e as rédeas do lado direito, passadas por cima do pescoço e junto ao garrote.

Não inicio a rotação estando o cavalo parado. O cavalo no meio do picadeiro marcha em frente e actuando-se com as rédeas do lado direito, dá a face ligeiramente para esse lado, curvando também ligeiramente o pescoço. No emprêgo desta rédea, está a facilidade ou dificuldade na execução do exercício, porque se a sua actuação é exagerada vem sobrecarregar a espádua esquerda a qual não deve receber pêso demasiado, pois que a mão esquerda deve cruzar a direita por cima e para a frente.

As rédeas esquerdas, empurrando a cabeça e o pescoço para a direita, obrigam o deslocamento das espáduas para a direita, movimento que o cavaleiro acompanha. Êstes deslocamentos das espáduas para a direita provocam o deslocamento da garupa para a esquerda, porque elles opõem a espádua direita à anca direita.

Mal se esboce este deslocamento deverá a chibata actuar e como o cavalo está habituado a deslocar-se para o lado contrário, em que actua a chibata, a garupa desloca-se também para a direita, mas neste exercício menos que as espá-

Revista da Cavalaria

duas. Nas rotações directas o círculo descrito pelas espáduas é de raio muito maior do que o raio do círculo descrito pela garupa, portanto, o cruzamento do membro anterior é muito mais pronunciado do que o do membro posterior do mesmo lado.

Passaremos, finalmente, à última região a flexionar: os rins.

É no recuar que os rins mais trabalham. Como dissemos, o recuar é o movimento retrógrado em que o cavalo se desloca para a retaguarda em dois tempos e por diagonais associadas, quando bem executado. O recuar torna flexível a parte posterior da coluna vertebral. Pelo que atrás dissemos se conclui que as acções das rédeas não devem ser simultâneas, porque as diagonais deslocam-se uma após outra e não simultaneamente.

Assim, para deslocar a diagonal direita, deve haver predominio da rédea do lado direito; portanto, as rédeas devem actuar obliquamente e sucessivamente.

Princiaremos o recuar, juntos a uma das paredes do picadeiro por se tornar mais fácil, visto o cavalo só se poder atravessar para o lado de dentro.

Colocado o cavaleiro junto das espáduas do cavalo, por exemplo, para a mão esquerda, segura as rédeas do lado esquerdo com a mão esquerda e as rédeas do lado direito com a mão direita, passando-as por cima do pescoço e próximo do garrote.

Se o cavalo está bem parado, direito de espáduas e de garupa, é indiferente encetar o recuar por qualquer das diagonais; se está mal parado, um membro anterior mais avançado, principio pela diagonal dêste membro.

Coloco primeiramente o cavalo e para fazer recuar a diagonal direita, por exemplo, actuo ligeiramente com a rédea direita e toco com a chibata, por cima, na anca esquerda. A acção da rédea direita sobrecarrega a diagonal esquerda o que facilita a elevação da diagonal direita, e o toque simultâneo na anca esquerda faz levantar a perna esquerda ao mesmo tempo que a mão direita se levanta. Em seguida faço recuar a outra diagonal invertendo as ajudas e assim sucessivamente até que as acções diagonais vão diminuindo até desaparecerem. Basta o cavalo sentir a oposição da mão, sem tracção, para que execute o recuar.

Revista da Cavalaria

Para que o cavalo recue regularmente é necessário que as barras se encontrem à mesma altura dos centros de movimento, por isso dissemos que o colocavamos antes de iniciar o recuar. O cavalo necessita estar em equilíbrio tal, que possa levantar os seus membros anteriores com a mesma facilidade com que levanta os posteriores.

14 — PASSAGE

Incluimos este exercício no ensino do cavalo, quando completo, posto que ele entre já nos domínios da Alta-Escola, o que não é nosso fim tratar.

E incluimo-lo no ensino do cavalo porque a «*passage*» *torna o cavalo mais atento e restabelece a regularidade de todos os outros exercícios.*

Só se pode obter, ou antes, só se deve obter, depois do cavalo admitir um elevado grau de concentração.

As rotações a trote sobre a garupa, para ambas as mãos, com cruzamento acentuado dos posteriores — auxiliam a preparação para a «*passage*».

A *passage* bem executada deve ser obtida do «*piaffer*».

Pelo «*piaffer*» nós podemos avaliar da qualidade da «*passage*».

O «*piaffer*» e a «*passage*» estão para o cavalo como o marcar passo e a marcha para o infante.

Avaliarmos da correcção na «*passage*» é mais difícil do que no «*piaffer*», razão por que muitos dizem ser a «*passage*» mais fácil de obter do que o «*piaffer*»; não notam as incorrecções. É de facto mais fácil, mas só para uma «*passage*» incorrecta. Isso que para aí se vê só tem da «*passage*» a alcinha.

Posso, é claro, obter o «*piaffer*» partindo da «*passage*» mas depois de obtida, é ele que mostra o grau de perfeição da «*passage*» e então os defeitos da «*passage*» são mais difíceis de corrigir.

No «*piaffer*» é mais fácil a observação. Os movimentos dos membros são menos amplos e por isso a nossa vista acompanha-os melhor e verifica as desigualdades que possam aparecer nas diagonais.

Revista da Cavalaria

Pelo exposto e para não termos ilusões, metemos primeiro o cavalo no «piaffer» e depois na «passage».

O «piaffer» nos dirá se vale a pena ou não empurrar o cavalo para a «passage». Se não executa «piaffer» correcto não insistimos e ficaremos por ali.

Todos os cavalos podem executar os dois exercícios, porém uns com mais e outros com menos brilho.

Em qualquer dos exercícios não devemos abusar mantendo o cavalo durante muito tempo em «passage» ou «piaffer» porque é impossivel mantê-lo correctamente e a execução de todos e quaisquer exercícios é sempre prejudicial se nela não houver correcção.

O cavalo desloca-se na passage, por diagonais associadas como no trote.

O que deixa de progredir em extensão, para a frente, fá-lo em altura, para cima.

Para que as diagonais se elevem, com os membros que as formam associados, é necessário uma boa repartição do pêso.

Durante muito tempo andámos convencidos que o «salto de pèga», do qual os tratados tanto falam sem o explicarem, fôsse qualquer «tic» que o cavalo adquiria durante o ensino e que difficilmente ou nunca poderia desaparecer. Mais tarde, trabalhando pelo desaparecimento do «salto de pèga», o que conseguimos, foi ficar com a impressão que tínhamos feito uma descoberta evitando-o.

Como, porém, os trabalhos de investigação e estudo não param, tivemos a certeza de que o «salto de pèga» se dá quando o cavalo, saindo do equilibrio em que iniciou a «passage» deixa de associar qualquer diagonal e conseguimos obter uma fotografia que justifica o que acabamos de expor. Na fotografia presente verifica-se o seguinte: o cavalo devia ter levantado a diagonal esquerda (mão esquerda e perna direita), mas não o fez; levantou primeiro a perna direita (a mão esquerda atrazou-se) e em seguida o pé esquerdo, ainda com a mão esquerda apoiada. Conclusão: pêso mal distribuido; o cavalo estava com as espáduas sobrecarregadas (neste caso mais a direita) porque se estivesse bem distribuido o pêso, a diagonal esquerda iria para o ar associada. Pelo exposto o «salto de pèga» deve ser, para os pouco práticos neste

Revista da Cavalaria

exercício, um aviso; não deve haver receio de que o cavalo se habitui com a continuação; o que há a fazer é transportar mais peso para trás. Para executar o «saio de pèga» o cavalo tem que se firmar numa ou nas duas mãos.

O principio é o mesmo quando atira uma parelha de coices: firma as mãos e depois é que levanta as patas trazeiras.

Assim, o receio com que antigamente ficavamos quando o cavalo cometia aquela falta que indevidamente lhe atribuímos, desapareceu, e agora a sua aparição só nos serve de



Trote concentrado

aviso de que o lançamos para a «passage» quando não estava preparado para tal. Não ter pressa. Em equitação é necessário saber esperar.

De entrada dissemos que nos guiavamos pelo apoio dos membros anteriores para actuarmos com as pernas e agora o repetimos: a perna direita do cavaleiro actua ao poisar o anterior direito e a esquerda ao apoiar o anterior esquerdo. O que é indispensável é eliminar os deslocamentos no selim porque a maioria dos cavaleiros procura cadenciar a «passage» deslocando-se lateralmente. Esse deslocamento é o mais prejudicial possível porque vai sobrecarregar a diagonal que deve ser aliviada.

Revista da Cavalaria

A «passage» é tanto mais brilhante quanto mais calma. Adquire o máximo de perfeição quando o braço atinge a horizontalidade ao mesmo tempo que a perna da diagonal correspondente, entra bem debaixo da massa, dando-se a sua suspensão. Não deve haver predomínio nem de garupa nem de espáduas.

Para os cavalos que têm predomínio de garupa é interessante conseguir obter predomínio de espáduas na «passage» o que prova um maior grau de concentração sempre difícil de obter em cavalos com essa predisposição.

A calma na «passage» deve ser obtida em benefício da elevação, mas sem prejuízo da impulsão. Deve, portanto, o cavalo marchar francamente sem se ficar.

No cavalo bem equilibrado é obtida com as redeas pouco tensas.

O cavalo é lançado depois de executada a *descida de mão* e assim se deverá manter enquanto o exercício lhe é exigido; e isto é um dos motivos por que não se pode prolongar por muito tempo.

A «passage» obtida do «piaffer» é mais brilhante, os erros e correcções a fazer são em menor número e a sua execução é mais correcta.

Por enquanto só falámos no «piaffer» e não dissemos como obtê-lo.

Obtem-se o «piaffer», principiando por diagonalizar o cavalo a passo.

Diminuímos este até associar as diagonais.

Como sabemos, o passo é um andamento em que o cavalo progride por diagonais dissociadas: o pé da diagonal correspondente entra sempre em atraso em relação à mão.

Por isso nós, ao mesmo tempo que demoramos a frente, precipitamos a entrada dos posteriores e assim o cavalo irá associando as diagonais; convém não exagerar para que o cavalo se não achesse.

É interessante notar que as lições são mais proveitosas se a dermos de preferência e durante mais tempo para a mão do lado para o qual o cavalo se atravessa.

Associadas bem as diagonais, o cavaleiro sente muito bem a lentidão do movimento das mãos e a tendência que o cavalo apresenta para demorar o pôisar das mesmas.

Revista da Cavalaria

Activando a acção das pernas o cavalo principia a saltar de um diagonal para o outro.

Obtem-se assim o *passo de escola*.

Não confundir *passo de escola* com chouto em que o cavalo para fugir à entrada dos posteriores sob a massa, executa uma espécie de trote muito curto, de garupa no ar e incómodo.

As pernas do cavaleiro actuam alternadamente por pressão e se necessário fôr por *toque* devendo-se guiar de início, como já dissemos, pelo poisar dos anteriores: perna direita quando poisar o anterior direito, perna esquerda quando poisa o anterior esquerdo.

Pôsto o cavalo em *passo de escola* encurtemos o passo ganhando o menos terreno possível até conseguirmos a elevação e o poisar das diagonais alternadamente e no mesmo terreno.

Neste exercício, o cavalo aligeira-se muito e quem estiver habituado a montar cavalos que se penduram na mão do cavaleiro supõe que o cavalo está acuado.

Não tenhamos receio; o cavalo necessita *sempre* estar para diante das pernas; desde que o animal rompa a menor indicação das pernas não devemos ter receio pelo que a mão possa sentir.

Exigir pouco de entrada e sempre.

Só poderemos considerar o cavalo pronto dêste exercício quando ele o execute sem contracção de espécie alguma.

A boca é o espelho dessas contracções; tôdas elas se reflectem ali.

Se recolheu a língua, se a deitou para fora por um dos cantos da boca, se tem apenas a ponta debaixo dos ferros, se range os dentes, tudo isto são contracções que um trabalho bem executado e consciencioso não pode apresentar.

Pouco, muito pouco e bom.

Para nada serve o cavalo executar muitos números se não fôrem executados com correcção.

Na equitação a correcção é tudo. Não se pode valorizar aquilo que não presta.

É muito prejudicial para o cavaleiro apresentar um trabalho supondo que engana os assistentes a não ser por ignorância que, neste caso, é inconsciência.

Revista da Cavalaria

A este propósito recordo um filósofo árabe que via os homens diferenciados em 4 classes:

1.^a Os que sabem e sabem que sabem — são os sábios; sigam-nos.

2.^a Os que sabem mas não sabem que sabem — estão a dormir; acordem-nos.

3.^a Os que não sabem e sabem que não sabem — são os ignorantes; ensinem-nos.

4.^a Os que não sabem e não sabem que não sabem — são os tolos; desprezem-nos.

Na 4.^a classe estão os pseudos ou autó-equitadores.

Devemos procurar no «piaffer» que o cavalo salte de uma diagonal para outra sem precipitação, lentamente e sem preocupação da elevação.

De entrada podemos deixar baixar um pouco à frente para que a entrada dos posteriores se faça mais facilmente. À medida que os posteriores entram à frente vai-se levantando *sem interferência de mão do cavaleiro*.

Assim que o cavalo execute o «piaffer» cadenciado, podemos a pouco e pouco, pedir mais elevação até que o animal dobre bem os joelhos ficando o braço horizontal.

Não deve haver predomínio na elevação do ante-mão sobre o post-mão, porém, isto é preferível ao inverso.

A elevação é obtida por uma acção mais enérgica das pernas, sem espora.

Obtido o «piaffer» correcto, para se obter a «passage» não temos mais do que deixar o cavalo progredir sem perda da concentração e da impulsão. É esta transição, que não sendo bem executada, dá aso a que muitos digam que a passage é mais fácil para o cavalo do que o «piaffer».

Deve, portanto, o cavalo progredir reunido, mais ou menos, conforme executa o «piaffer» impulsionado.

Se o equilíbrio se modifica e o peso vem para a frente, o que é o mais vulgar, aparece o já falado «salto de pêga».



"Gabinete do Veterinário"

A condição

pelo Tenente médico-veterinário J. PROSTES DA FONSECA



PROXIMA-SE a época das provas hípicas e, com ela, movimentam-se os campos de treino dos Regimentos.

Desde o começo da primavera que a Sociedade Hípica, aos domingos, realiza as suas «poules» no seu Hipódromo, com o fim de treinar os saltadores, «metendo» os principiantes e revelando os favoritos da próxima época.

Mas, quantos cavalos estarão «em forma», em «trabalho», numa palavra, *em condição*, de entrar nas várias provas da temporada?...

Não devemos exagerar, ao afirmarmos que, 50% dos saltadores desta época, entram... porque são cavalos!...

Ter o cavalo *em condição*, importa uma série de cuidados de treino e alimentação, que nos parece interessante focar nas colunas desta Revista.

Não é, evidentemente nas pequenas provas de obstáculos, onde mais se faz sentir a falta de um treino estabelecido a tempo e horas, com método e senso, mas, na mais dura prova

Revista da Cavalaria

hipica disputada no nosso Exército — O Campeonato do Cavalo de Guerra — onde se procura seleccionar o tão almejado e discutido Cavalo de Guerra Português.

Entendemos que deverá haver uma ligação estreita entre o oficial de cavalaria e o oficial médico-veterinário, no sentido de preparar o cavalo para uma prova dura, onde se lhe vai exigir «fundo», para vencer um conjunto de exercícios violentos.

Não seria interessante estabelecer, em conjunto, um treino para esta prova?

Nós bem sabemos que quem *trata* e quem *utiliza*, não está muitas vezes de acôrdo, mas reputamos que aos dois interessados é fácil um entendimento, desde que qualquer dêles seja um profissional correcto, honesto e com verdadeiro culto pelo cavalo.

Nós também sabemos que muitos oficiais de cavalaria — com tantos temos trocado conversa amena e proveitosa — tiram dos livros estrangeiros ensinamentos para treino dos seus cavalos, mas nunca nos devemos esquecer que a maioria dos autores lidos, se refere, quâsi exclusivamente à preparação para a corrida plana, de todo banida, infelizmente, no nosso País, tendo nós de preparar cavalos de obstáculos, para a prova mixta, anual, de Tôrres Novas.

Ficam aqui algumas linhas dirigidas a todos que as quizerem ler e dedicadas, principalmente, àquêles que nos têm honrado com a sua atenção e confiança, filhas da muita leitura que temos feito, sôbre um dos assuntos que mais apaixona todo o veterinário de cavalos e de alguma experiência que nos dá, já, a nossa curta vida prática.

Por agora, vimos apenas focar as condições a que deve satisfazer um cavalo, para se considerar «em condição» de entrar nas provas hípias mais duras.

Mas vejamos o que se entende por *condição*.

Encontrámos várias definições, das quais tiramos algumas.

«Condição», para Curot, é o rendimento máximo do motor, em energia dispendida, compatível com a sua conservação, representando, por isso, o estado mais próximo da fadiga.

Couteux, define «condição», como o estado do cavalo, obtido por uma preparação inteligente, que o coloca em

Revista da Cavalaria

condições de suportar grandes esforços ou um trabalho violento sem nada sofrer.

Botin, célebre oficial da cavalaria espanhola, e no seu interessante e judicioso livro *«El Noble Bruto y Sus Amigos»* entende por condição «um bom estado de saúde, acompanhado por correspondente grau de treino».

Nós, escolhemos uma forma breve, mas clara, lida não nos recordamos onde e que define *condição*, como «o estado do cavalo que permite efectuar um máximo de trabalho, com um mínimo de fadiga».

O cavalo «em condição» apresenta-se com todos os seus órgãos em estado de super-actividade funcional; os músculos bem desenvolvidos, os ligamentos e os tendões bem resistentes, trabalhando os três órgãos depuradores — o coração o pulmão e os rins — em máximo rendimento.

Falaremos hoje, sòmente, dos sinais fisiológicos e morfológicos da condição, ficando para números seguintes mais algumas linhas sôbre a alimentação e o treino.

O cavalo «em condição» apresenta, como sinal fisiológico, uma particular resistência à sudação abundante, após um exercício mais prolongado, mas é para frisar que não basta este sinal para nos dar boa conta da «condição» do cavalo, se não o soubermos interpretar, em conjunto, com os dois sinais fisiológicos mais importantes, revelados pelo funcionamento objectivo dos aparelhos circulatório e respiratório — batimento do flanco e abertura dos nasais; coloração da conjunctiva e pituitária.

É vantajoso repetir que não se deve atribuir importância máxima, como temos visto, à sudação, pois observámos, já, animais secos e estafados, enquanto que outros, escorrendo suor, apresentam a circulação e a respiração levemente alteradas, sinais que para nós, nos merecem maior crédito do que o da sudação.

Devem, portanto, associar-se estes três sinais — sudação, respiração e circulação — de maneira criteriosa e sensata, para deles se poder tirar o melhor ensinamento.

Dizem os autores — nós por enquanto ainda não temos número suficiente de observações pessoais, que nos permitam tirar médias — que o cavalo, em condição, acelera os seus movimentos respiratórios de 8-10 movimentos normais por

Revista da Cavalaria

minuto, contadas pelos movimentos dos flancos ou dos nasais, para 80-100, voltando este ritmo à normalidade ao fim de 5 a 10 minutos, após a terminação do exercício, o mesmo só acontecendo, passada meia hora, e mais, quando os animais não estão em treino. Quando assim é — falta de condição — o cavalo apresenta-se ao chegar à «meta» — quando chega — de olhar vermelho e esgazeado, nasais dilatados e congestionados, anteriores afastados e especados, batendo desordenadamente o flanco, cambaleante, por vezes, denunciando os primeiros sinais da asfixia.

A temperatura interna, tomada com termómetro introduzido no anus do cavalo, pode também fornecer-nos dados interessantes a este respeito.

Está estabelecido que a elevação do 1.º, é normal no animal submetido a um exercício apreciável, dando-nos este aumento de temperatura boa conta da saúde do cavalo em treino.

Uma temperatura acima dos 39º, permite ajuizar um princípio de intoxicação do organismo, tanto mais grave quanto mais se elevar o desvio térmico, que, a partir dos 40º, nos indica um estado de «surmenage» aguda, que é necessário tratar, quanto antes, observando e tratando os órgãos excretores do organismo, por deficiência grave e prejudicial à continuação do treino.

As variações observadas na composição química da urina — dosagem da ureia e do sedimento, transparência e densidade — são assuntos interessantíssimos, relatados por outros, que a nós nos vão prender a atenção, no decorrer dos animais que nos forem dados a observar.

Também se aconselha estabelecer o peso óptimo correspondente à «condição» desejada, servindo a báscula para regular a marcha do treino e a alimentação a ministrar ao cavalo em trabalho.

Ao médico-veterinário competem outros exames clínicos, do coração e do pulmão, para complemento dos sinais objectivos, ao alcance de todos.

Os *sinais morfológicos* da «condição» são representados pelos relevos musculares (braço, garupa, côxas e dorso), boas saliências do esqueleto (garrote, ancas e costelas) e brilho e finura da pelagem, com o perfeito desenho de rede venosa.

Revista da Cavalaria

Mas, o *alto* ou *baixo estado* de um cavalo não caracteriza, só por si, absolutamente, a boa ou má condição desse mesmo animal.

Alguns cavalos temos visto já, e um ainda em observação, montado pelo tenente Trigo de Sousa, que, apesar de não conseguir aparentar um «alto estado», satisfaz na pista, não apresentando ao exame clínico qualquer contra-indicação, para entrar nas provas.

Concordamos, por isso, com o dizer de Curot, quando assevera: «desportivamente mesmo, pode afirmar-se que, um cavalo em *baixo estado* pode estar em *condição*, não sendo a reciproca verdadeira — um «estado excessivo», nunca coloca o animal em *condição*».

A «condição» adquirida à custa de um treino habilmente conduzido não se mantém indefinidamente. É difícil manter «a forma»; é fácil perde-la.

É por isso que se aconselha, findo o período de provas, continuar com um meio trabalho, para ser menos difícil atingir a «condição» necessária, na próxima época.

Interessa-nos, como já o declarámos, o estudo atento deste assunto, para provas e para cavalos Nacionais, julgando mesmo que não se devem continuar a admitir cavalos em provas hípicas, sem que apresentem a *condição* indispensável à sua realização, devendo haver a mais íntima colaboração entre o oficial de cavalaria e o médico-veterinário militar, na preparação do cavalo desportivo.



Jornaes revistas livros

Revista do Exército Francês — Dezembro de 1941

Escola Militar da Cavalaria, do Trem e da Guarda

«Curély était pour moi le type du cavalier léger. Pendant trois ans, j'ai fait la guerre à ses côtés, et son exemple et ses conseils resteront éternellement gravés dans ma mémoire et dans mon cœur. C'est en l'étudiant que j'ai jugé tout ce qu'il faut de qualités pour être officier distingué de cavalerie légère; et si, plus tard livré à moi-même j'ai eu quelques petites affaires heureuses, je les ai dues souvent à l'étude, à la présence des souvenirs qu'il m'avait laissés.

Pour être bon officier d'avant-gard, il ne suffit pas d'être brave et de bien commander au feu; il faut avoir amené le plus d'hommes possible jusque-là, et les y présenter dans le meilleur état d'y donner un coup de collier. Cette seconde partie de notre instruction indispensable n'est pas la plus brillante, mais est, peut-être, la plus importante; elle ne s'acquiert pas en garnison et exige une foule de conditions».

Pelo Général de Brack

Avant-postes de cavalerie légère

20 de Junho de 1940 — A escola da Cavalaria e do Trem toma parte na batalha da França. Os seus alunos — crianças ainda — com pouca instrução, comandados por chefes cheios de fé e animados dos mais altos sentimentos do Dever e da abnegação, combatem pela honra da sua arma, procurando fixar sobre o Loire um adversário muito superior em número e em material.

20 de Junho de 1941 — A escola da Cavalaria, do Trem e da Guarda (depois de 15 de Janeiro de 1941, constituindo uma divisão de instrução da Guarda criada na Escola) reorganizada em Tarbes, comemorava este dia de tristes mas gloriosas tradições, pelos numerosos actos individuais de bravura e heroísmo, praticados pelos dignos descendentes de Lasalle, Murat, Margueritte, Bossut, Bournazel e tantos outros.

Revista da Cavalaria

Estas duas datas, com um ano de intervalo, provam a vontade de todos em sobreviver ao desastre sofrido pela França.

Com efeito, depois dos combates de Saumur, a Escola instalou-se em Tarbes, no quartel Soult, onde desde Novembro de 1940, os cursos cada vez mais numerosos, recomeçaram como no passado.

A nova instalação exigiu um esforço considerável, porquanto, se o aspecto exterior do aquartelamento, construído no estilo habitual da engenharia militar do princípio deste século não mudou, o interior foi bastante modificado, para acudir às necessidades particulares da Escola. Assim, a cantina passou a ser o gabinete do general e dos seus ajudantes; os refeitórios, casernas e lavabos transformaram-se em salas de educação física e sala de armas, com vestiários e duches. Outras transformações permitiram a organização de salas de transmissões e anfiteatros com caixas de arca. Os 2.^{os} e 3.^{os} andares de uma das alas, foram adaptados a quartos para os alunos, dividindo por um corredor central as antigas casernas. Ainda que modestos, estes quartos têm um mobiliário simples mas prático. Igualmente se adaptaram alguns edifícios existentes, a casernas para os soldados e a diversos refeitórios. Por falta de espaço não foi possível instalar a mess dos alunos tão confortavelmente como seria para desejar, procurando-se activamente remediar este mal.

A sala dos soldados, arranjada com muito gosto, está sempre cheia nas horas de descanso e substitui vantajosamente as antigas cantinas.

Existindo no quartel Soult, um parque de artilharia instalado antes da chegada da Escola, tornou-se necessário transformar as suas instalações, adaptando-as aos serviços de instrução técnica automóvel. Um ginásio descoberto e um campo de obstáculos, foram criados para o serviço da Escola.

*

A Escola é comandada pelo General Méric de Bellefon, que tem sob as suas ordens:

- Um director de instrução geral e militar (cavalaria, trem e guarda);
- Um director da instrução técnica (automóvel e transmissões);
- Um director da instrução equestre.

A instrução geral compreende todos os elementos necessários à aquisição da cultura geral indispensável a um oficial: história, geografia, literatura e línguas vivas.

Os cursos são dirigidos por oficiais escolhidos de artilharia, infantaria, aviação e engenharia, que iniciam os alunos nos conhecimentos indispensáveis sobre as outras armas, preparando-os para o trabalho e para o combate em conjunto.

O ensino militar é orientado tendo em vista a preparação dos alunos para a missão de instrutores e chefes, que virão a desempenhar no Exército.

Os professores são igualmente instrutores e educadores o que mostra a importância do papel que desempenham. Os alunos são divididos em turmas de 15 a 20, facilitando aos professores a sua missão.

Revista da Cavalaria

Para respeitar uma tradição da cavalaria, assim como nos regimentos, os pelotões são designados pelo nome do oficial que os comanda, as turmas não são numeradas, mas designadas pelo nome do seu instrutor, o que lhes dá personalidade.

Para familiarizar os alunos com todas as armas e engenhos de combate existentes nos regimentos, a instrução de tiro preenche uma grande parte do programa de trabalho. Professores especializados em questões de armamento e atiradores especiais, têm a seu cargo esta instrução. As carreiras de tiro são dotadas com meios auxiliares numerosos e variados: carreiras reduzidas com dispositivo de tiro sobre alvo móvel, tiro cinematográfico, dioramas luminosos, tapete «Rémý», um pequeno museu de armamento, etc.

Ligada à instrução militar propriamente dita, a educação desportiva ocupa um grande lugar no programa anual.

Dirigida por um antigo oficial, indicado antes da guerra para participar nos jogos olímpicos em Helsinquia nas provas do Pentatlo, esta instrução torna-se muito atraente por se realizar em esplêndidas salas de armas e de educação física e num ótimo campo de atletismo disposto em terreno variado. Uma piscina de água quente em Bagnères, permite o treino dos nadadores, mesmo no inverno. No verão, a piscina da Juventude Desportiva de Tarbes, é posta à disposição da Escola.

Todo este conjunto permite a prática de desportos individuais ou por equipes: tiro, esgrima, natação, cross, foot-ball, basket-ball, etc., e o treino para a grande prova disputada no fim do ano: o Hexatlo do oficial de cavalaria. Uma prova motociclista com uma parte em terreno variado, completa com as 5 provas do Pentatlo Olímpico, o Hexatlo: tiro de pistola, assalto de espada, cross pedestre, 200 metros de natação estilo livre, cross motociclista e cross a cavalo.

Esta última prova, senão a primeira, é pelo menos uma das mais importantes.

Saumur, mesmo retirada em Tarbes, centro famoso de criação cavalar, fica e ficará sempre — segundo a expressão consagrada — o Conservatório da Escola Francesa de Equitação.

A instrução equestre constitui um dos principais ramos da actividade da Escola.

O instrutor principal Aublet, secundado pelos seus instrutores e chefes de picadeiro, cujo fardamento negro lembra o famoso «Cadre Noir» de Saumur, transmite aos alunos as tradições dos grandes mestres da equitação francesa, tais como, Pluvinel, La Guérinière e Conde d'Aure. Estes princípios foram fixados definitivamente pelo General L'Hotte.

O Comandante Aublet, continua assim a tradição dos instrutores em chefe da nossa célebre Escola, na qual se devem incluir os nomes do Coronel Montjou, o General Wattel, o Coronel Danloux e finalmente o Coronel Lesage.

A Escola só dispõe de dois picadeiros, o que obriga a instrução a ser dada freqüentemente no exterior, quaisquer que sejam as condições atmosféricas, o que serve de preparação para a vida rude de campanha.

Revista da Cavalaria

Realizaram-se este ano reuniões hípias (cross, corridas, concursos hípicos) no agradável campo de Laloubère, bem conhecido no Sudoeste, muito amavelmente cedido pela Sociedade de Corridas de Tarbes, contribuindo para dar a energia e audácia tão necessárias aos jovens oficiais de cavalaria.

Não resta dúvida, com efeito, que foi devido a esta formação equestre que os grandes chefes da nossa cavalaria adquiriram e puderam transmitir a essas tropas, aquêle espírito cavaleiro de que elas deram evidentes provas em tôdas as campanhas modernas.

Certamente a cavalaria da Escola não é aquela que existiu em Saumur, em 1940. Entretanto, graças à personalidade do Coronel Laissardiére, bem conhecido nos meios equestres internacionais, a Escola pôde recuperar aproximadamente 600 cavalos, que os alemães autorizaram a passar a linha de demarcação depois do armistício. Devido a este facto o trabalho da Escola pôde ser reconstituído em parte e a instrução dos jovens oficiais recomeçou a partir de Novembro de 1940.

As restrições de alimentação impõem uma disciplina severa ao trabalho a pedir aos cavalos e por isso todo o esforço em terreno variado não pode ser levado com o mesmo rigor de outrora. Continuam, contudo, a efectuar-se bons percursos através do campo de Ger, cujos obstáculos nada ficam a dever aos da caça à raposa que se encontram nos terrenos de Pau. Nesta cidade e em anexo à Escola, há um centro de selecção de cavalos de desporto, dirigido pelo Capitão Bizard, o nosso melhor cavaleiro de concursos hípicos internacionais de antes da guerra. Este centro compreende uns trinta cavalos, dos quais alguns excelentes irlandeses.

✽

Escola também de motorizados e mecanizados, a organização da instrução automóvel foi uma das primeiras preocupações do seu comandante. Os meios restritos deixados à sua disposição foram utilizados o melhor possível, procurando-se pelo aumento das salas de demonstração, principalmente, tornar a instrução o mais proveitosa possível.

Salas de estudo profusamente dotadas de quadros esquemáticos, preparam a passagem dos alunos para as salas de demonstração e de mecânica. Aqui, antes de passarem ao estudo prático dos veículos, tomam conhecimento com os seus diferentes órgãos, examinando atentamente o seu funcionamento interior, montando e desmontando tôdas as peças. Estuda-se em particular o dispositivo eléctrico das viaturas, o que permite evidenciar as qualidades práticas e técnicas dos alunos e ao mesmo tempo as dos mecânicos e monitores de electricidade da Escola.

Funcionam actualmente em Tarbes cursos de especialistas de automóvel para os vários postos.

Para as transmissões, pôs-se em prática a mesma organização, e os diversos e variados aparelhos em serviço, são conhecidos por todos os alunos no fim do seu estágio.

Revista da Cavalaria

A exiguidade dos edificios só permitiu a instalação de dois anfiteatros suficientemente amplos para reunir ao mesmo tempo duas turmas. Outros anfiteatros foram destinados à instrução técnica. Todas estas salas têm os nomes de oficiais ou de alunos mortos em combate defendendo a nossa velha Escola de Saumur, em Junho de 1940: Buffevent, Desplats, Roimarmier, du Frenne, de Tiège, etc... Tradição e Dever.

*

A instrução dada em Tarbes constitui como que o prolongamento da que era dada em Saumur. Foi necessário para isso reagrupar um grande número de oficiais. Todos os antigos instrutores de Saumur se dispersaram durante a campanha de 1940 pelas formações combatentes e muitos não voltaram mais.

Os instrutores actuais são quasi, senão todos, oficiais que combateram de 11 de Maio de 1940 até ao armistício. Todos cumpriram brilhantemente o seu dever na 1.^a linha, o que lhes permite apoiar a instrução sobre numerosos casos vividos.

Por outro lado, conservadora das suas glórias, a Escola pôde reinstalar, modesta mas dignamente, numa grande caserna para isso preparada, uma parte das suas recordações e colecções de que ela pode, com justiça, orgulhar-se. Diante delas os alunos podem ainda colher preciosas lições e os seus visitantes meditar num instante de piedoso recolhimento.

Assim, a Escola de Saumur deslocada para Tarbes, tornou-se numa realidade.

Se a modéstia do seu estado actual a afasta muito da grandeza da nossa antiga Escola, para a qual o culto de gerações sucessivas contribuiu sem descanso, dispõe contudo de meios suficientes para prosseguir a sua obra. Um véu de luto nunca abateu os caracteres.

A Cavalaria não tem necessidade de receber um novo impulso e não foi surpreendida pela nova modalidade desta campanha, guerra de Cavalaria, apesar de tudo!

Para isso estava preparada Moral e taticamente. Tal, é devido aos seus antigos instrutores e inspectores, entre os quais citaremos os mais recentes, os Generais Robert Altmayer, Massiet et Prioux.

Em Tarbes, como antigamente em Saumur, a Escola dará a unidade de doutrina a todos os oficiais sem distinção de origem, que por ela venham a passar. Esta concepção, tendo já dado as suas provas e sido consagrada pelas últimas operações militares, deve ser conservada. O curso de tenentes instrutores funcionará novamente no próximo ano escolar.

Se o ambiente mudou, a tradição fica, conservando-se o espirito que animou tantas gerações de cavaleiros, ao qual o próprio adversário rendeu homenagem, principalmente quando a inutilidade do sacrificio o tornava ainda mais eloquente.

L. R.

Actualidades Gráficas

A Campanha de África do Exército Italiano



ÁFRICA SETENTRIONAL — Pósto avançado italiano a oriente de El-Mechili



ÁFRICA SETENTRIONAL — Um canhão anti-tank italiano em acção

O Exército Italiano na frente Russa



FRENTE RUSSA — *Uma patrulha italiana, detida, ataca uma resistência inimiga*



FRENTE RUSSA — *Uma patrulha de skidores italianos, prepara-se para abandonar a linha de fogo*

O Exército Alemão na Crimeia



*Camion da D. C. A. alemão, pronto a entrar em acção
na Península da Crimeia*



*ATAQUE A KERTSCH — Sob o fogo da artilharia, uma vanguarda alemã
entra em Kertsch*

O Exército Alemão na frente de Sebastopol

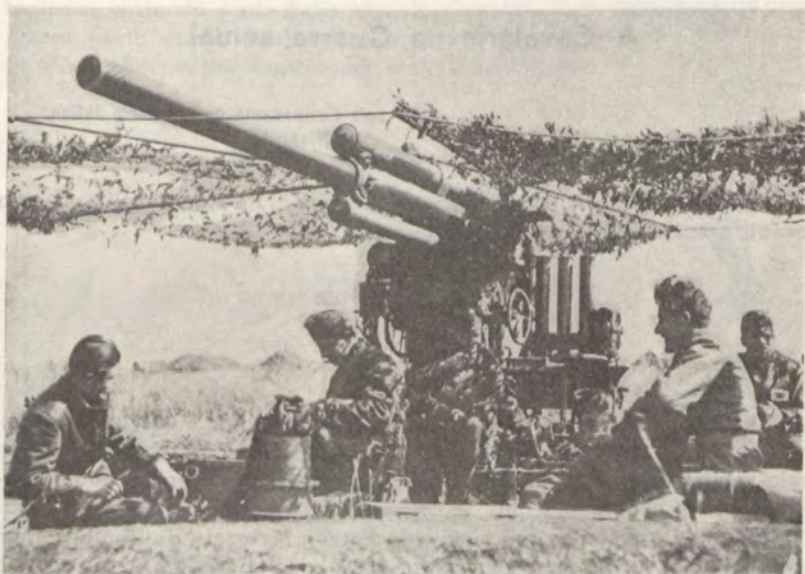


Uma fase do ataque a Sebastopol



FRENTE DE SEBASTOPOL — Um tanque pesado russo destruído

A D. C. A. do Exército Alemão



Bateria anti-aérea húngara na frente Leste



Uma metralhadora anti-aérea alemã em acção na frente Leste

Revista da Cavalaria

Exército — Maio, 1942

A Cavalaria na Guerra actual

pelo Comandante de Cavalaria Julian
de Olivares

Em 18 de Junho de 1940, os postos de rádio do Exército Francês do Levante transmitiam a seguinte mensagem:

«Obrigado à Cavalaria»

Dentz

O General Chefe do pequeno exército que desde 8 de Junho disputava palmo a palmo o terreno do Libano e Siria às forças invasoras anglo-gaulistas, agradecia desta maneira à cavalaria uma brilhante operação, por ela realizada, a Sul de Damasco.

Segundo o plano de operações do Estado Maior de Beyrouth, a linha de resistência devia recuar para o sul da capital da Siria sobre o rio Amadjo. Os postos avançados do Hauram foram uns tomados pelas forças adversas e os outros retiraram executando este plano.

Fôrças inimigas importantes, procedentes do Sul, prejudicavam a execução da manobra, e exerciam forte pressão sobre as duas linhas principais de penetração: a estrada de Cheik el Meskine e a de Kuneitra, ambas convergentes em Damasco.

A aviação procurou hostilizá-las nos poços de água de Sanameth e Guabachep, situados sobre estes eixos de marcha, sem conseguir, apesar disso, o desligamento nem diminuir a pressão cada vez mais forte.

O General Dentz decide uma acção sobre os flancos e retaguarda do inimigo, e como objectivos as bases do avanço adversário estabelecidas em Kuneitra, Cheik Meskine e Ezraa.

O General Kein, Comandante em Chefe da cavalaria do Levante, tomou o comando da operação.

Organizaram-se três grupos de fôrças: o primeiro sob as ordens do Coronel Le Couteux de Caumont, seguindo a direcção de Ketana com o objectivo de Kuneitra.

O segundo grupo sob o comando do Comandante Simon, apoiado por um destacamento procedente de Soneida, dirigindo-se por Bourak sobre Ezraa e Cheik el Meskine.

O Capitão Carmejane, comandando um grupo de dois esquadrões reforçado com algumas auto-metralhadoras, procurará a ligação dos dois agrupamentos anteriores.

Em 14 de Junho de madrugada as fôrças saem de Damasco.

As do Coronel Caumont abandonam a cidade pelos arrabaldes de Mezze, tomando a estrada de Damasco a Beirouth e ao abordar os pri-

Revista da Cavalaria

meiros contrafortes do Hermon, rebatem-se para o Sul até Ketana, e chegam à estrada de Damasco-Kuneitra, à retaguarda das forças avançadas inglesas, cortando a sua linha de comunicações. Este destacamento de que fazem parte auto-metralhadoras e cavalaria transportada, leva os seus flancos cobertos por esquadrões de «Tcher-Kesses».



General Kein	1	Coronel Le Couteux
	2	Comandante Simon
	3	Capitão Carmejane
	4	Bat. sobre camions
			Exército Anglo-Degaulista

Revista da Cavalaria

O agrupamento Simon, de menor importância que o anterior, porém mais rápido e autónomo, apoiou a sua cavalaria com carros ligeiros e auto-metralhadoras.

Deveria desde Damasco até o oásis de Ghouta, estabelecer vigilância sobre as pistas que procedentes de Este atravessam esta fértil região e contornando a região vulcânica e pouco hospitaleira de Loja por Bourak e Chaaba (onde receberá o reforço do Destacamento que retira de Djebel Druse), se dirigirá sobre Ezraa e Cheik el Mesquine, sucessivamente.

Estas forças têm que percorrer 150 km., enquanto as do Coronel Caumont, cujo objectivo é Kuneitra, distam da capital 80 km.

Em 16 de Junho, os postos avançados do inimigo, que cobrem Kuneitra pelo norte, são cercados e feitos prisioneiros.

Kuneitra foi tomada a 17, depois de vencida a forte opposição das forças que a defendiam, formadas por dois batalhões com numerosas armas anti-carro apoiadas por várias baterias.

500 prisioneiros e todo o material cai nas mãos das forças atacantes.

O Comandante Simon repele, entretanto, a exploração inimiga que aparece a Este do oásis de Ghouta e chega na sua progressão por Bourak até Chaaba, onde o batalhão que o há-de reforçar o espera sobre camiões, lança-se em furacão sobre Ezraa que ocupa, e marcha sobre Cheik-Mesquine cuja defesa não pode dominar, porém envolve-a e cerca-a.

O pequeno destacamento de cavalaria de Carmejane, que patrulha entre as estradas de Kuneitra e Cheik — Mesquine a Damasco, fustiga incessantemente os postos e comunicações do inimigo, desorganizando as suas colunas de abastecimento.

A operação que tinha por objectivo descongestionar a pressão inimiga, demorar o ataque a Damasco, dar tempo à retirada sobre a nova linha de resistência escolhida e conceder um repouso às tropas, obteve pleno êxito.

Importantes reforços enviados pelo adversário para restabelecer a situação das suas vanguardas, obrigaram as débeis forças que efectuaram a manobra a retirarem-se, evitando habilmente a ameaça de envolvimento de que por seu turno foram objecto, entrando em Damasco.

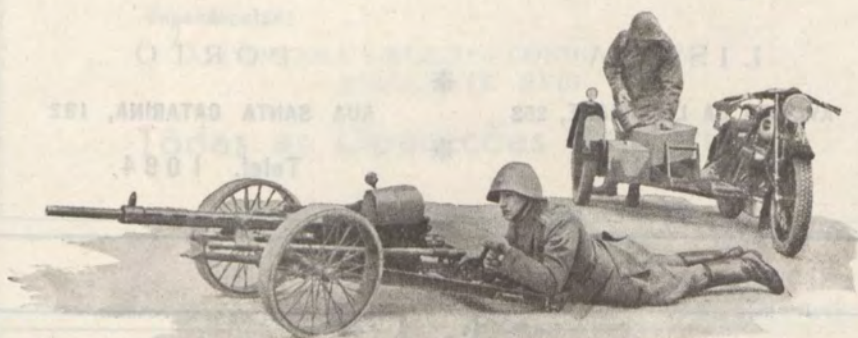


Dansk Industri Syndikat

Material «Madsen»

Metralhadoras e Canhões Automáticos

Armas automáticas de pequeno e grande calibre para o Exército, Marinha, Aviação, Defesa contra Aeronaves e Defesa contra Carros de Assalto



O canhão automático **Madsen** de 20^{mm}, sôbre «side-car», pode fazer fogo montado sôbre este, ou no terreno, sôbre o reparo a que está permanentemente ligado

A passagem do canhão da sua posição de transporte para a de tiro no terreno executa-se em menos de um minuto

REPRESENTANTES PARA PORTUGAL E COLÓNIAS:

Monteiro Gomes, Limitada

Rua Cascais (Alcântara), 47

L I S B O A



Portuguesa S. A. R. L.

LISBOA

AVENIDA DA LIBERDADE, 253

Telef. 4 1171

- » Automóveis de Turismo
- » Carros industriais
- » Auto-Bombas
- » Auto-Regadoras
- » Material de incêndios
- » Tractores agrícolas
- » Motores DIESEL e Semi-DIESEL
- » Motores marítimos
- » Aeroplanos civis e militares
- » Motores de aviação
- » Material ferroviário
- » Todos os veículos para a motorização das diversas armas

PORTO

RUA SANTA CATARINA, 122

Telef. 1 094



CAVALEIROS

**Tomai
Ovochocolate**

MITZI

**O MELHOR
RECONSTITUINTE**

....

Laboratório Farmacológico
Rua Filipe da Mata, 30

Dominguez & Lavadinho, Ltd.

SEDE: Rua da Assunção, 79 a 85
e Rua dos Sapateiros, 135 a 143

FÁBRICA: Avenida Casal Ri-
beiro, 18 a 24 — LISBOA

Telefones 2 5201 e 2 5202

Telegramas: SOBRESCRITOS

Código: A. B. C. 5.ª Edição

PAPELARIAS

Nacionais e Estrangeiras

FÁBRICA de Sobrescritos, Ma-
nipulação de Papéis de escrever
e Sacos de Papel

TINTAS DE ESCRIVER

Nacionais e Estrangeiras

Papéis Químicos, Lápis, Artigos de
Escritório e Pintura, etc.

Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa

Cap.: 22.000.000\$00

Fundos Reserva: 58.000.000\$00

Sede — Rua do Comércio, 95 a 107

Filiais:

PÔRTO — COÍMBRA — BRAGA — FARO — COVILHÃ

Agências:

TÔRRES VEDRAS — S. JOÃO DA MADEIRA — SANTARÉM
— TÔRRES NOVAS — GOUVEIA — ESTORIL — TORTOZENDO
— ABRANTES — MANGUALDE — FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Dependências:

ALCÂNTARA — BEATO — CONDE BARÃO
— ALMIRANTE REIS

Tôdas as Operações Bancárias

Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado

Fardamentos e Calçado
— Fatos Cíveis — Roupas
brancas — Tecidos diver-
sos — Gravatas — Perfu-
marias

Análises de Tecidos e Cabedais

SEDE — LISBOA

Campo de Santa Clara
SUCURSAL — PÔRTO
Rua da Boa Vista

Oficinas Gerais de Material de Engenharia

Sede: Avenida da Índia — BELÉM

Manufatura de Material de Engenharia

Sapadores mineiros, sapadores
de caminhos de ferro, telegrafia
e telefonia por fios e sem fios,
:: pontoneiros, automobilistas ::

Mobiliária e utensílios

**Trabalhos em ferro e madeira para
construção civil**

Construção, reparação e pintura
de carroseries

Fundição, Vulcanização, Niquelagem, etc.

Fornecimento e fabricação
de sobresselentes para automó-
veis e motocicletes

Fornecimentos análogos para o público



BANACÃO

O MELHOR DOS
ALIMENTOS

Produto português
para os portugueses



O BANACÃO é preferido para
a 1.^a refeição

porque todos os que o tomam, se sentem mais confortados até à 2.^a refeição,

porque ao fim de poucos dias conhecem a diferença do seu vigor nos exercícios físicos, que normalmente fazem,

porque é mais agradável ao paladar.

OS PARECERES MÉDICOS

provam que é mais nutritivo,

provam que fornece mais calorias que qualquer outra refeição.

BANACÃO sempre BANACÃO

*Tipografia
dos Combatentes*



*d a L i g a
da Grande Guerra*

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS

CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 2 1 4 5 0

J. WIMMER & C.º

CASA FUNDADA EM 1864

Avenida 24 de Julho, 34

— LISBOA —

Filial no PORTO

Representantes das fábricas:

DEUTSCHE WAFFEN — UND MUNITIONS — FABRIKEN A. G.

MAUSERWERKE A. G., Oberndorf — armas de guerra

RHEINMETALL — BORSIG A. G. — artilharia, etc.

WOLFF & C.º — pólvoras químicas

BOCHUMER VEREIN e MARATHON EXPORT GES. — Aços finos

JUNKERS FLUGZEUG UND MOTORENWERKE Aviões

Exportadores de produtos nacionais e de minérios

CHÁ NAMULI

O MELHOR DE TODOS

■ ■ ■
Á venda em todos os bons
estabelecimentos do País

■ ■ ■
AGENTES NO SUL:

Estabelecimentos ALVES DINIZ & C.^A

Rua dos Douradores, 20

Telefones: { Escritório 2 5 3 2 5
Armazém 2 5 3 2 6

Camions **Condor** a óleos pesados
e

Latil a gás pobre com gazogénio

Gohin - Poulenc

Motocicletas **Guzzi**

Tractores de rodas e de rasto contínuo

Representantes exclusivos

Fassio, L.^{da}

LISBOA

RUA JARDIM DO REGEDOR, 20

PÔRTO

P. DA BATALHA, 19

BEJA

LARGO DA FEIRA

B. B. C. A VOZ DE LONDRES B. B. C.

F A L A

E O MUNDO ACREDITA!

Emissões em LÍNGUA PORTUGUESA

Horas		Estações	Ondas curtas
12,45	Noticiário	$\left\{ \begin{array}{l} \text{GR U} \\ \text{GR V} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} 31,75 \text{ m. (9,45 mc/s)} \\ 24,92 \text{ m. (12,04 mc/s)} \end{array} \right.$
14,15	Noticiário	$\left\{ \begin{array}{l} \text{GR Z} \\ \text{GR U} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} 13,86 \text{ m. (21,64 mc/s)} \\ 31,75 \text{ m. (9,45 mc/s)} \end{array} \right.$
14,30	Actualidades	$\left\{ \begin{array}{l} \text{GR V} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} 24,92 \text{ m. (12,04 mc/s)} \end{array} \right.$
23,00 (*)	Noticiário	$\left\{ \begin{array}{l} \text{GS B} \\ \text{GR X} \\ \text{GR T} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} 31,55 \text{ m. (9,51 mc/s)} \\ 30,96 \text{ m. (9,69 mc/s)} \\ 41,96 \text{ m. (7,15 mc/s)} \end{array} \right.$
23,15 (*)	Actualidades	$\left\{ \begin{array}{l} \text{GS B} \\ \text{GR T} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} 31,55 \text{ m. (9,51 mc/s)} \\ 41,96 \text{ m. (7,15 mc/s)} \end{array} \right.$

(*) Estas emissões ouvem-se também em ondas médias de 261,1 metros (1,149 kc/s) e ondas compridas de 1.500 metros (200 kc/s). Até 11 de Julho inclusivé o posto transmissor em 261,1 metros trabalha sòmente às 23,15. Em 12 de Julho retoma a emissão às 23 horas.

FOTOGRAVURA

em uma, duas, três e quatro cores.
Reproduções de fotografias, quadros a óleo e desenhos.

TIPOGRAFIA

trabalhos tipográficos do mais simples ao mais luxuoso. Revisitas, jornais, livros, obras ilustradas, catálogos, etc.

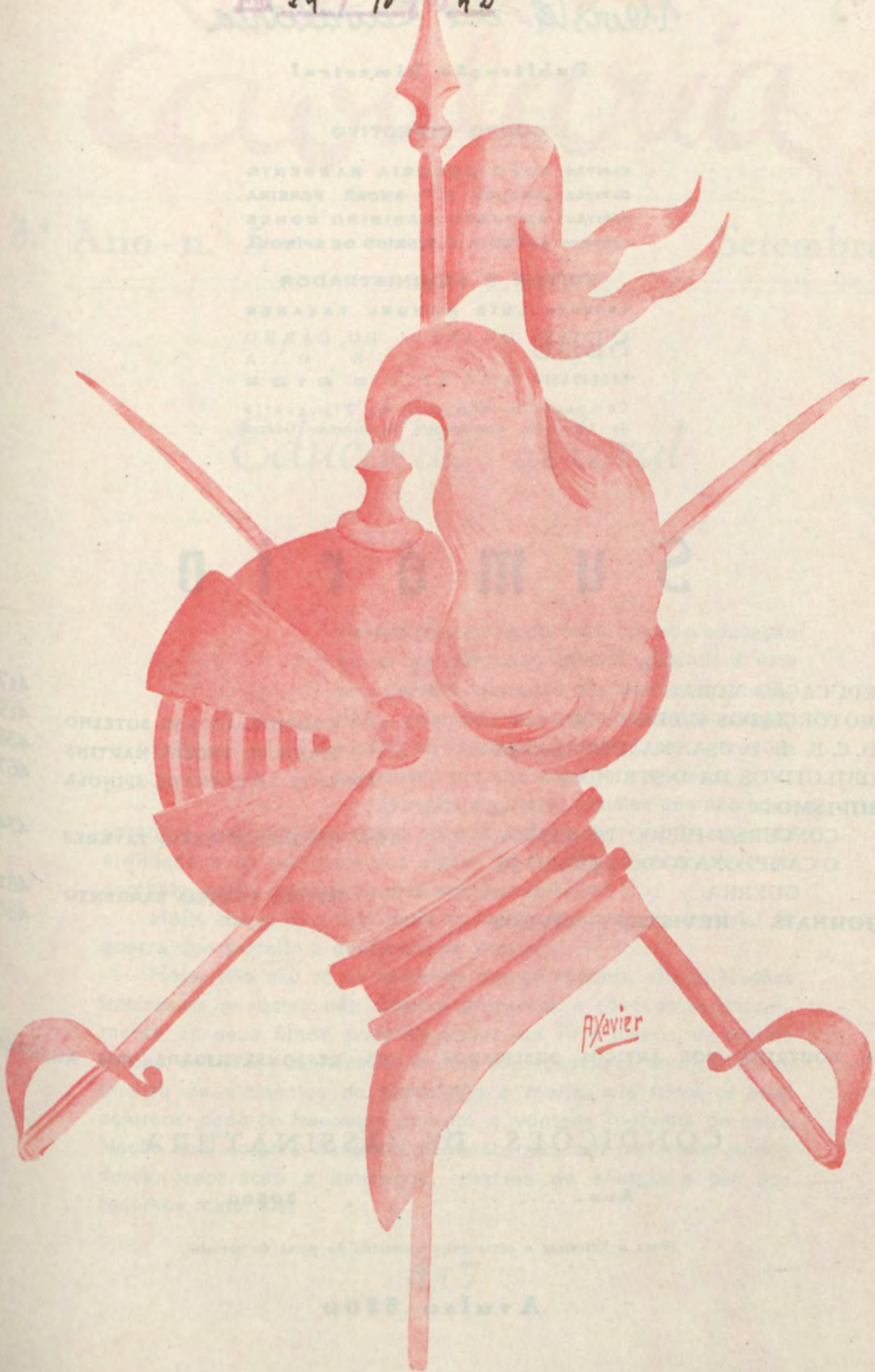
OFFSET

cartazes, calendários, folhetos para propaganda comercial e de turismo, reproduções de quadros a óleo, aguarela e desenho.

BERTRAND IRMÃOS, L^{DA}
TRAV. DA CONDESSA DO RIO, 27 - LISBOA
Telefones P B X 2 1368 - 2 1227

N.º ~~6648~~ 1204

Em 24 10 42



Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO
CAPITÃO AMADEU S.^{to} ANDRÉ PEREIRA
CAPITÃO AUGUSTO CASIMIRO GOMES
TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DE SPÍNOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SEDE QUARTEL DO CARMO
L I S B O A
PROVISÓRIA TELEF. 2 2 1 2 2

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

S u m á r i o

EDUCAÇÃO MORAL
MOTORIZADOS E BLINDADOS
D. C. B. E D. C. A. NA CAVALARIA
OBJECTIVOS DA INSTRUÇÃO

HIPISMO:

CONCURSO HÍPICO DE LISBOA
O CAMPEONATO DO CAVALO DE
GUERRA

JORNAIS — REVISTAS — LIVROS

CORONEL AFONSO BOTELHO
MAJOR H. BUCETA MARTINS
TENENTE ANTÓNIO DE SPÍNOLA

TEN. CORONEL ROGÉRIO TAVARES

CAPITÃO CORREIA BARRENTO

417

419

433

467

474

481

488

A DOCTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 30\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5\$00

Revista da Cavalaria

3.º Ano - n.º 5

Setembro

Educação Moral



Parece estar provado, hoje, que só a educação moral de um povo poderá garantir a êste uma perfeita utilização dos seus meios materiais, orientada que seja essa preparação moral no sentido de criar nas gerações sucessivas um alto espírito patriótico.

Surgida a guerra, aquêles que não educaram e disciplinaram o seu povo, insuflando-lhe sentimentos de virilidade e de confiança nos chefes que terão de os conduzir ao combate, estão manifestamente em desvantagem.

Hoje, não é só a facilidade de mobilizar homens e material de guerra que permite a confiança na vitória.

Hoje, não são só os exércitos que combatem, são as Nações inteiras, e se estas não tiverem preparado e educado espiritualmente os seus filhos, poderão dispor, ou vir a dispor, de muitos aviões, de muitos canhões, de muitos couraçados, de uma variedade imensa de elementos de destruição e morte, que todos os seus esforços poderão fracassar perante a vontade indómita de outra Nação que, embora dispondo de menos recursos materiais, cuidou dessa preparação e amontoou reservas de energia a par dos recursos materiais.

Revista da Cavalaria

Podem, é certo, essas reservas de energia e material esgotarem-se em face do poder adversário, mas apesar disso, será muito incerto o desfalecimento.

*

A Nação Portuguesa é vasta em território e farta em potencial humano, mas é preciso que o sangue português, saído do rincão continental europeu, que é o seu coração, vá vivificar os mais afastados pontos do globo. E para isso êsse coração deve pulsar com o máximo de energia para que nenhuma alma portuguesa, nem nenhum bocadinho de Terra de Portugal deixe de sentir o afluxo daquêle sangue que os nossos antepassados nos legaram e que fêz a nossa história.

É necessário educar a mocidade convenientemente e deixarmos por uma vez, de atender os retóricos inimigos da preparação para a guerra.

Onde não há força material a apoiar a força moral, há risco, mas mais risco haverá se essa força moral não existir. E a força moral conquista-se e avigora-se com a instrução.

Mas que instrução? Naturalmente aquela que permite a preparação moral e espiritual dos povos, não só para suportar os perigos e as agruras da guerra, como também para fazer de cada cidadão um combatente de primeira linha, em defesa, ou em holocausto da sua Pátria.

A Mocidade de Portugal está lançada nesse caminho.

Com o mesmo uniforme, com os seus guiões, com um espírito de solidariedade notável, êsses moços serão amanhã *legiões de braços às armas feitas*, como diz Camões, e os seguros detentores da honra da Nação.





Motorizados e Blindados

pelo Coronel AFONSO BOTELHO

II

OS ÓRGÃOS

A) Auto-metralhadoras

I. Unidades regulamentares

a) Composição — Os Quadros Orgânicos da Cavalaria — 1939, apresentam entre as *unidades blindadas* o Esquadrão de Auto-metralhadoras, cuja unidade elementar (que os «quadros» designam por unidades elementares mecânicas) é a secção constituída por uma única viatura sob o comando de um sargento.

(a) Continuação do número anterior.

Revista da Cavalaria

A composição do E. de A. M. é (Quadros xv e II) resumidamente a seguinte:

— *Comando*, compreendendo: com. e cerra-fila e secção de comando (ajud., A. L., obs. sin., estafetas, viaturas de comando (blindadas e de ligação).

— *Trem de combate*, compreendendo: comd., T. C. 1 (S. S., munições, s. de reparações), T. C. 2 (gasol., óleos e água, bagagens e víveres, cozinha).

— *Quatro pelotões de A. M.*, compreendendo cada um: comd. e eqd. de com. (A. L., estafetas) e 3 secções (cada uma a uma viatura com 4 homens de equipagem).

— *No total*: 132 homens (dos quais 6 of.), 19 motos (sendo 5 com carro), 14 viat. auto (com 3 reboques) e 13 viaturas blindadas (uma de comando).

b) *Características* — As *características técnicas* das A. M. (mobilidade, força) não estão previstas pelos «Quadros Orgânicos» e assim deve ser, pois o progresso em tal matéria é constante e não é possível, nem convém, fazer previsões. Sabe-se contudo que, no início da guerra, em Portugal a A. M. preconizada era aquela a que os franceses chamam «de descoberta» (A. M. D), que correspondia ao «armoured car» dos ingleses e se aproximava da A. M. pesada alemã, deixando-se de parte a A. M. de reconhecimento (A. M. R.) dos franceses e o «scout car» e «A. M. ligeira» dos ingleses e alemães.

A auto-metralhadora preconizada deveria satisfazer às seguintes características:

— *de mobilidade*: 70 kms. h. de veloc. itin. (40/50 em média) (próximo do inimigo 15,20), possibilidade de T. T., propulsão por rodas, inversão de marcha, raio de acção de 250 kms., peso podendo ir de 7 a 10 tons.

— *de força*: 20^{mm} de blindagem base, 1 canhão (a. c.) e 1 metralhadora, 4 homens de equipagem; instalação T. S. F. nas viat. de comando.

As *características táticas* das A. M. nestas condições proporcionam-lhe grandes possibilidades de raio de acção e

Revista da Cavalaria

rapidez sobre as vias de comunicação, podendo mesmo sair delas (terreno em boas condições); o seu armamento e blindagem dão-lhe notável capacidade ofensiva (rapidez no ataque e na rotura) sobre inimigo em marcha ou não estabilizado; são especialmente aptas ao reconhecimento das vias de comunicação e às acções de perseguição ou retardamento a elas ligadas, porém a sua fraca blindagem não lhes permite imobilizar-se ou manter contactos e as suas limitadas possibilidades T. T. não consentem extensões da frente de contacto. As suas deficiências são compensadas se actuarem em combinação com os motociclistas, completando-se mutuamente.

2. *Aperfeiçoamento das unidades regulamentares*

a) *Composição* — O esq. A. M. estabelecido pelos «Q. O.» tem pouco mais de metade do número de viaturas do que era (teoricamente) o esq. A. M. francês e do que era (efectivamente) o esq. A. M. alemão, os quais compreendiam 20 viaturas de combate, em 4 pl. de 5 viat. (além das de comando e de reserva), pelotões estes articuláveis em «comando» e «duas secções».

O esq. A. M. projectado (e portanto modificável) para a nossa cavalaria é relativamente fraco e os seus pelotões não são articuláveis, tendo apenas o valor de uma secção forte.

b) *Características* — As *características técnicas* previstas afiguram-se-nos aceitáveis, convindo talvez estabelecer limite de peso mais apertado (máximo 8 tons.) de modo a permitir o acesso a maus caminhos, passagem nas pontes fracas, e travessia de terreno mole. Isto obrigaria, talvez, a não ultrapassar 16^{mm} na blindagem e 20^{mm} no canhão; aproximar-nos-íamos assim do «scout car» inglês e da A. M. ligeira alemã; o movimento de diminuição da capacidade de combate seria compensado se na moto-mecanização da Br. Cav. se incluíssem (como veremos) os C. C. ligeiros. As *características tácticas* do E. A. M. seriam as mais convenientes se a composição do esquadrão fôsse a 4 pl. de 5 viat. o que permitiria a constituição de D. D. suficientemente fortes (1 pl. A. M. e 1 pl. moto), o que não sucede com o Esq. A. M. previsto.

Revista da Cavalaria

B) Carros de Combate

1. Unidades regulamentares

a) Composição — Nos referidos «Q. O. A. C. — 1939» o outro tipo de unidade blindada é o *Esquadrão de Carros de Combate*. Esta unidade é constituída e composta semelhantemente ao «Esquadrão de A. M.», com excepção do número de pelotões de combate que, no E. C. C. é apenas de três. No total o E. C. C. compreende (Quadros xvi e ii): 115 homens (sendo 5 of.), 17 motos (sendo 5 com carro), 13 viaturas auto (com 3 reboques) e 10 viaturas blindadas (sendo 1 de comando).

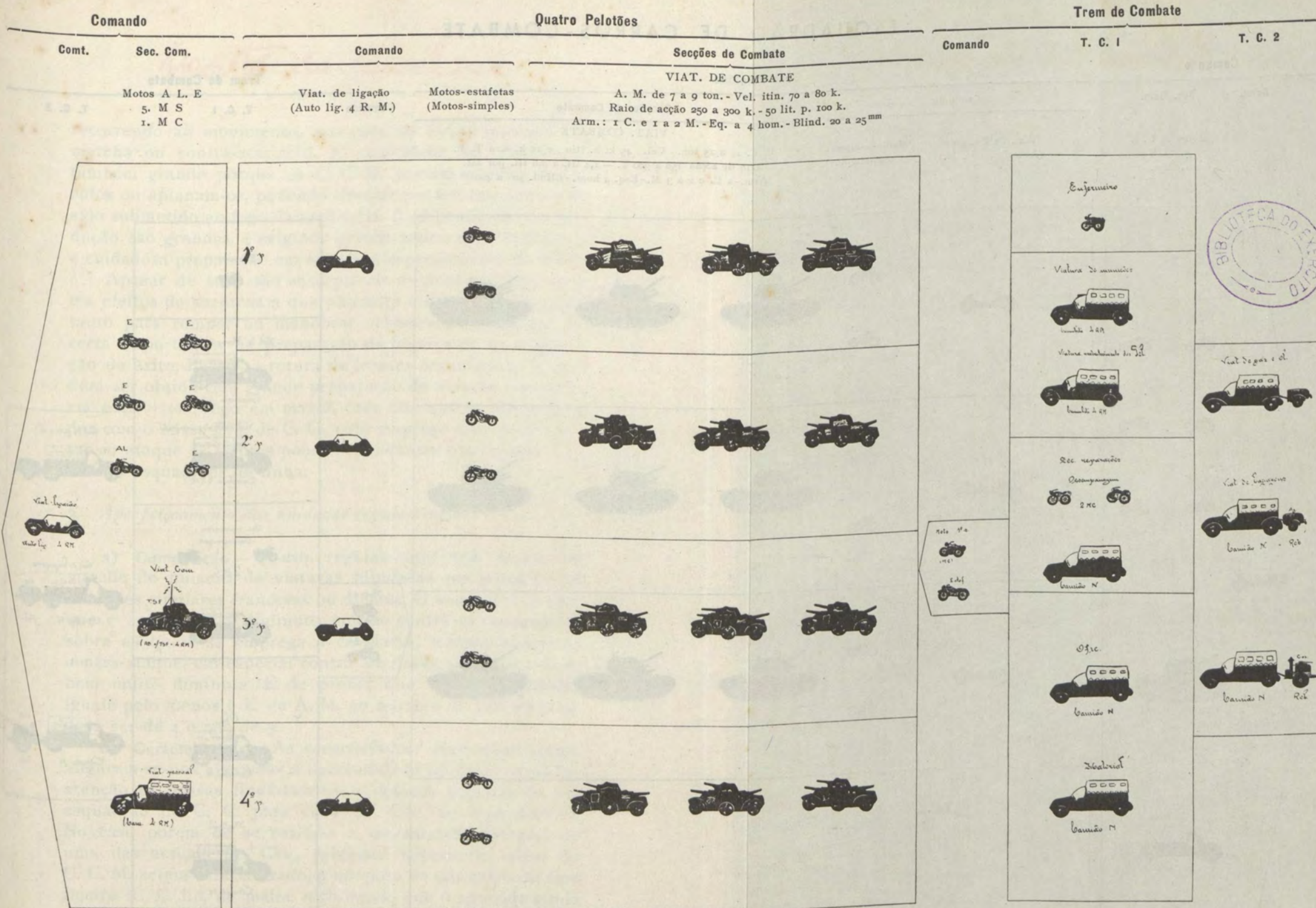
b) Características — As *características técnicas* dos C. C. tal como acontece com as A. M. também não são estabelecidas pelos «Q. O. da A. de Cav.» e naturalmente pelo motivo atrás citado: o progresso contínuo em tal matéria. Semelhantemente também vamos expor qual o tipo de C. C. que se preconizava em Portugal no início da guerra, que correspondia ao que se designava, então, por «carro médio de combate» (C. C. M.) e que deveria satisfazer às seguintes características:

— *de mobilidade*: 45 a 50 kms. de veloc. itin.; 18 kms. por h. de veloc. T. T. (máx.), propulsão por trilho sem fim; raio de acção de 150 a 200 kms.; peso approx. 15 tons.

— *de fôrça*: 40^{mm} de blindagem, 1 canhão (a. c. de 40^{mm}) e 2 metralhadoras, 4 homens de equipagem, instalação de T. S. F. na viatura de comando.

As *características tácticas* de C. C. nestas condições são: possibilidade de destruição ou neutralização de resistências inimigas, sobre as vias de comunicação ou em terreno variado, consequência do relativamente poderoso armamento e graças à protecção de espessa blindagem e às possibilidades T. T.; a capacidade ofensiva dos C. C. M. é pois muito importante. Porém, a sua capacidade defensiva é menor, pois a sua blindagem não lhe permite a imobilidade debaixo de fogo, pelo que não são capazes de defender o terreno a não ser

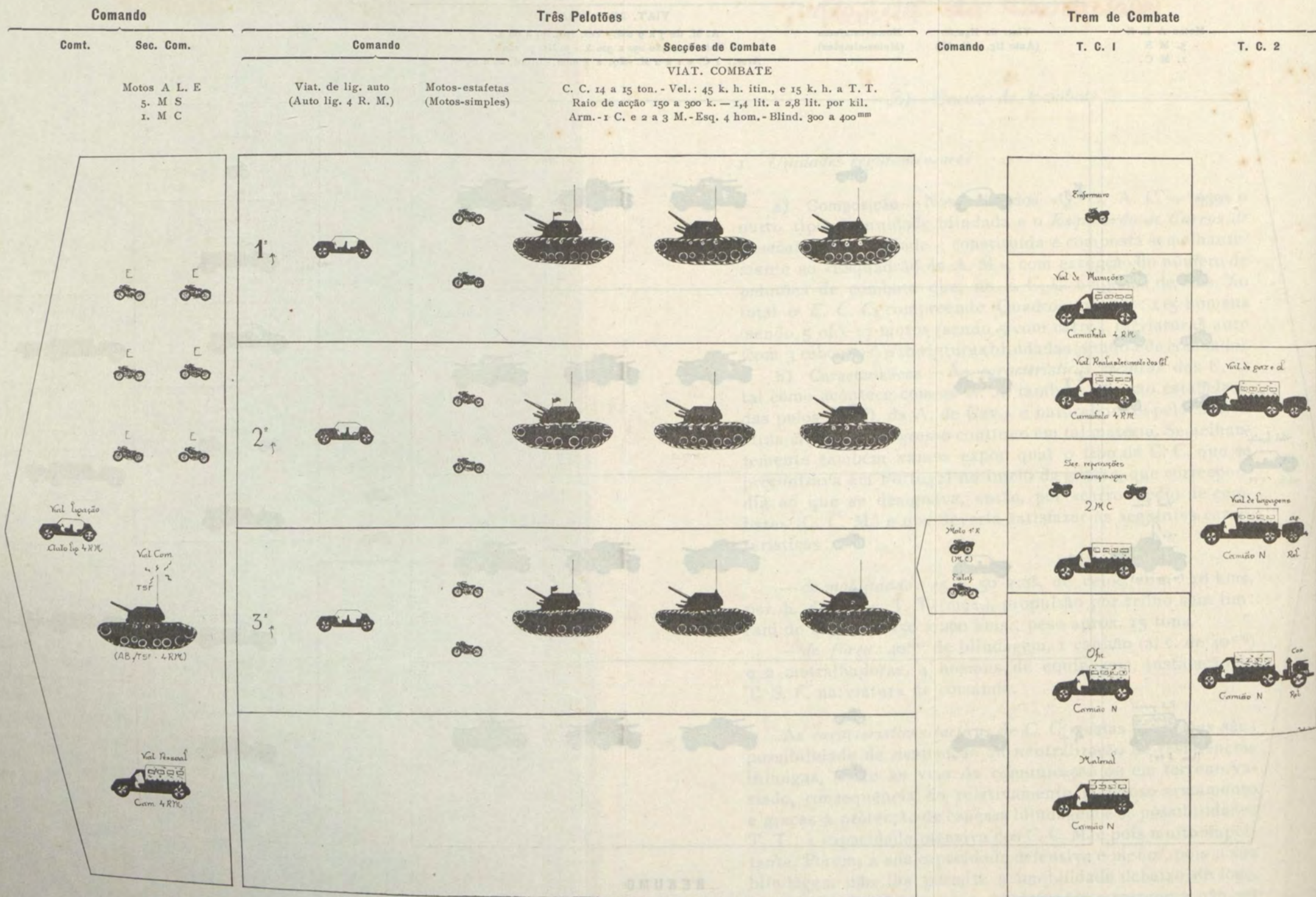
ESQUADRÃO DE AUTO METRALHADORAS



RESUMO

Pessoal : 6 of. + 19 sarg. + 107 praças = 132 homens.
Armamento : 19 canhões (tipo D. C. B.), 18 a 30 metr; diversas pist. metr.
Blindagens : de 10 a 25 mm.
Mobilidade : Vel. itinerária de 70 a 100 k. p. h. — Raio de acção 250 a 300 k.

ESQUADRÃO DE CARROS-COMBATE



Revista da Cavalaria

recorrendo ao movimento, atacando as forças inimigas em marcha ou contra-atacando. A capacidade de manobra é também grande porque os C. C. M. passam grandes obstáculos ou aplanam-os, podendo circular por terreno que tenha sido submetido ao fogo da artilharia. As dificuldades de condução são grandes, e exigindo grande treino dos condutores e cuidadosa preparação em marchas, especialmente de noite.

Apesar de tudo são susceptíveis de produzir importantes efeitos de surpresa a que não falta a força, ótimos portanto para romper ou manobrar resistências inimigas de certa importância na preparação da batalha ou na exploração do êxito. Porém, a rotura de frentes organizadas, só poderá ser obtida com grande preparação de aviação e artilharia e pelo emprêgo em massa, caso este que se não poderá dar com o nosso Esq. de C. C., cujo emprêgo terá de se limitar ao ataque de frentes pouco consistentes e em cooperação com os esquadrões de linha.

2. *Aperfeiçoamento das unidades regulamentares*

a) *Composição* — O esq. regulamentar tem menos de metade do número de viaturas blindadas que possuíam as unidades similares francesas ou alemãs. O seu poder de choque é assim muito diminuto, mesmo contra as resistências sobre as quais se emprega a cavalaria; a sua potência de contra-ataque, em especial contra similares adversos, é também muito diminuta. É de prever que a sua composição iguale pelo menos o E. de A. M. no número de pelotões que deve ser de 4 e não de 3.

b) *Características* — As *características técnicas* previstas, afiguram-se-nos ajustadas à oportunidade presente tendo em atenção as nossas finalidades e a dotação prevista de um esquadrão de C. C. para cada Br. Cav. do tipo normal. No caso porém de se realizar a mecanização integral de uma das actuais Br. Cav., julgamos necessário, além do C. C. M. acima caracterizado, a adopção de um carro do tipo ligeiro (C. C. L.), de maior mobilidade que o anterior ainda que à custa da força (armamento, protecção). As *características tácticas* de um engenho desta natureza habilitá-lo-iam a certas missões de segurança e tomada de contacto e as mis-

Revista da Cavalaria

sões de combate complementares dos C. C. M. (limpeza da brecha, acções torneantes ou envolventes, exploração do êxito). Se este tipo de unidade, que corresponde à A. M. R., não existir será necessário aumentar o efectivo dos A. M. a que atrás nos referimos, pois nesse caso seria a estas unidades que competiriam tais missões (para que não são inteiramente competentes). Notar-se-á que não abordamos a questão dos C. C. pesados, pois a sua integração na nossa cavalaria é problema por enquanto sem oportunidade.

C) O Grupo de Cavalaria

1. *Mecanização nos Gr. Cav. — tipo normal — 1939*

a) Os «Quadros Orgânicos — 1939» sancionaram os estudos e experiências da Arma de Cavalaria sobre as necessidades das G. U. no que respeitava à posse de uma unidade ligeira, relativamente forte, destinada a missões de segurança e de combate rápido; assim, foi estabelecido um Gr. Cav. (para Div. ou C. E.) com dois Esq. a Cav. e dois Esq. motorizados, sendo a proporção de 6 pelotões motorizados para 10 a cavalo. Por este modo se aumentou a *capacidade de segurança* (investigação e cobertura) do Gr. Cav. como consequência da maior rapidez de actuação dos elementos motorizados sobre os principais objectivos e sobre as vias de comunicação da zona de acção da G. U.; a *capacidade de combate* também aumentou, consequência de maior potencial de fogo e de maior rapidez na sua acção. Esta melhoria no potencial do Gr. Cav. não correspondeu, porém, a outras necessidades, já sensíveis, que impunham a atribuição dos elementos blindados (A. M. R. ou C. C. L.) aos Gr. Cav.

Os estudos e manobras de alguns exércitos estrangeiros, e sobretudo os ensinamentos da presente guerra, provam que é indispensável dotar os Gr. Cav. das G. U. normais com elementos blindados, além dos motorizados, mantendo-se a existência dos esquadrões a cavalo. Esta conclusão provém das seguintes necessidades das G. U. normais, em matéria de segurança e de combate:

Revista da Cavalaria

— isolamento relativo das G. U. nos teatros de guerra de pequena densidade de efectivos (caso do nosso país), obrigando a boa cobertura não só da frente como nos flancos;

— carência de segurança, quasi circular, que se impõe às G. U. não só pelas razões anteriores como também pela frequência das infiltrações terrestres e descidas aéreas inimigas que é impossível enfrentar com pequenos efectivos, a menos que estes sejam suficientemente rápidos e ofensivos;

— exigências da defesa contra blindados, a que é impossível satisfazer com meios semi-fixos (a menos que sejam numerosíssimos) mas a que é possível corresponder com elementos blindados;

— a necessidade de dispor de elementos ligeiros, de rápido poder ofensivo, capazes de se apoderar prontamente de pontos tácticos importantes ou de se lançarem em violentos contra-ataques imediatos;

— conveniência de dispor de elementos moto-mecânicos para segurança de agrupamentos divisionários eventualmente auto-transportados.

b) Para tais funções julga-se conveniente o seguinte órgão proveniente do aperfeiçoamento do actual Gr. Cav. normal, convenientemente articulado em dois gr. esq.:

— Comando e formação: o actual, mas quasi integralmente motorizado.

— Um gr. esq. cav.: os dois actuais esquadrões (podendo economizar-se dois pl. cav.)

— Um gr. esq. moto-mecânico: o actual E. moto (3 pl.) mais um pl. de metr. e eng. e um E. blindado com 3 pl. A. M. e 1 pl. C. C. L.

Um Gr. Cav. nestas condições (ou semelhantes) teria as seguintes possibilidades:

— lançar descobertas para além do objectivo de marcha da G. U., em curto espaço de tempo, podendo assim informar convenientemente o Comando antes que o movimento da G. U. se inicie (alcance 30 a 50 kms., informação no Comando dentro de 2 horas);

Revista da Cavalaria

—lançar uma cortina de segurança sôbre tôda a zona de marcha, permitindo que a G. U. inicie o movimento já de posse, pelo seu Gr. Cav., da linha a atingir; ou noutros casos constitui uma frente de contacto que detenha os elementos avançados inimigos o mais longe possível (alcance 15 a 30 kms.; frente 6 a 12 kms., conforme o terreno e resistência a oferecer;

—esmagar, neutralizar, envolver ou tornear, rápida e poderosamente, as resistências inimigas; atacar e dominar prontamente infiltrações e descidas aéreas; colaborar na exploração do sucesso com rápido e violento poder ofensivo;

—cobrir a G. U. de qualquer incursão inimiga, tapar uma brecha, cobrir um flanco com apreciável poder defensivo e agressivo (frente defensiva de 2 a 6 kms. conforme as facilidades do terreno).

2. *Grupo de cavalaria moto-mecanizado* («Grupo ligeiro mecânico»)

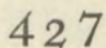
a) Não está prevista na nossa regulamentação nenhuma unidade dêste género, mas será indispensável a sua existência logo que se constituam G. U. motorizadas (com mais forte razão, para as G. U. mecanizadas).

Assim se pensou em França (manobras de 1937) e assim se pensa na Alemanha, tendo sido previstas ou constituídas as seguintes unidades:

—França: «Grupos de reconhecimento» com Com. do G. R., dois comd. de G. E., 2 esquadrões blindados (A. M. D. e A. M. R.), 2 esquadrões motos, 1 esq. auto de metr. e engenhos.

—Alemanha: «Grupos de exploração» com Com., Esq. A. M. ligeiro, 1 esq. A. M. pesado, 1 esq. fuzileiros motos e 1 esq. auto de metr. e engenhos.

—Para nós proporíamos, para a *Div. motor.* (a 3 R. I), um «Grupo ligeiro mecânico» com Comd. de Grupo e dois comd. de G. E. e com quatro esquadrões, sendo dois «blindados» (A. M. e C. C.) e dois «motos», (exploradores e metr. e engenhos) (esquadrões por especialidades ou mixtos); para a *Br.*



Revista da Cavalaria

motor. (de 4 a 6 B. I.) bastaria um único G. E. mixto (1 esq. de comando com metr. e eng., 1 esq. blindado, 1 esq. moto).

b) Um *Gr. lig. mec.* nestas condições ofereceria as seguintes possibilidades:

— descoberta lançada a mais de um dia de marcha auto (aprox. 100 kms.) podendo investigar uma frente de 20 kms. longe do inimigo ou 10 próximo do inimigo;

— segurança lançada até um dia de marcha auto estabelecendo a vigilância sobre um perímetro de cerca de 30 a 40 kms., com uma reserva extremamente móvel e de apreciável poder ofensivo;

— capacidade ofensiva notável (acrescida pelos «blindados») para as missões de que se fez menção para o *Gr. Cav. normal*;

— capacidade defensiva semelhante mas com importante poder agressivo proveniente da forte proporção de «blindados».

2) A Brigada de Cavalaria

1. A mecanização da Br. Cav. — tipo normal

a) O R. S. C. 1935 apresenta uma composição da Br. Cav. que parece não ser hoje a preconizada; de facto, a sua composição carece de revisão. Do que se lê nesse R. S. C. e nos «Quadros Orgânicos» em vigor e ainda do que consta dos trabalhos tácticos do I. A. E. M., parece poder deduzir-se a seguinte composição:

Quartel General (hipo-auto);

2 Reg. a Cav. (Com. e form., 4 esq. a cav., 1 esq. metr. eng. a cav.);

1 Reg. Motorizado (Com. e form.; 1 gr. esq. moto com 2 esq.; 1 gr. esq. auto com 3 esq. atiradores, 1 esq. metr. eng.);

2 Esquadrões blindados (1 de A. M. e 1 de C. C.);

2 Esquadrões de protecção (1 de D. C. A. e 1 D. C. B.)

Revista da Cavalaria

- 2 Gr. batr. art. (peças (?) e obuzes, a cav. (?) e motor.);
- 1 Batalhão de transmissões (1 comp. T. S. F. e 1 comp. T. P. F.);
- 1 Comp. de Sap. Mineiros e 1 destacamento de parque; Serviços diversos.

Verifica-se pois que, para a nossa Br. Cav. apenas estão previstas duas unidades mecanizadas, às quais atrás fazemos referência mais pormenorizada. Lembraremos que o Esq. de A. M. está previsto a 12 viaturas ou 4 pelotões a 3 viaturas portanto não fraccionáveis, e que as suas características técnico-táticas aconselham o seu emprêgo especialmente na descoberta e, quanto possível, em acções de manobra, quer ofensiva, quer retardadora, normalmente em ligação com os motociclistas. Com estes elementos a Br. Cav. pode lançar a descoberta com um alcance de 75 a 100 kms. à razão de 15 a 20 kms. e com uma frente de 20 a 30 kms.; as suas acções de combate, para a manobra serão porém muito limitadas devido ao pequeno número de viaturas do Esq. A. M. Quanto ao Esq. de C. C. previsto a 9 viaturas, as características técnico-táticas aconselham a limitar o seu emprêgo ao acompanhamento do ataque, sôbre frente e profundidade não superior a 600^m, ou mante-lo em reserva para os contra-ataques imediatos.

b) As características técnico-táticas acima expostas mostram que, a não aumentar o número de unidades blindadas da Br. Cav., necessário se torna elevar os efectivos do E. de A. M. e do E. de C. C. a 20 viaturas, como é corrente no estrangeiro. Se assim se fizer será possível constituir descoberta motorizada, de elementos mais poderosos ou mais numerosos e realizar manobras mais poderosas com o E. de A. M. Também, o E. C. C. a 4 pl. de 5 viaturas terá mais adequado potencial de ataque, não só mais poderoso como mais profundo.

2. *Br. Cav. mecanizada*

a) A nova legislação, como atrás dissemos, prevê que se poderá ir até à mecanização integral de uma das actuais Br. Cav. Ignoramos se está prevista qual a composição para

Revista da Cavalaria

o nosso Exército de uma Br. Cav. mecanizada e como precisamos de uma base, estudámos nós essa composição, estudo este que não tem outra pretensão que não seja estabelecer um exemplo. Como bases desse estudo tomámos a composição de duas grandes unidades mecânicas que se nos afiguraram interessantes e que já deram brilhantes provas nesta guerra: a «Div. ligeira mecânica» francesa e a «Div. ligeira couraçada» alemã, ambas nascidas mais ou menos directamente das antigas divisões de cavalaria. As conclusões a que chegámos, aplicamo-las mais ou menos à nossa orgânica actual, com os resultados que abaixo se indicam sob a designação: «Brigada ligeira mecânica» tipo A e tipo B.

Em qualquer destes tipos se obedeceu à finalidade de dispor de tropas para a descoberta e para a segurança, para o ataque ou contra-ataque, para o contacto ou ocupação do terreno, além da artilharia e aviação para a neutralização ou destruição do inimigo e ainda as indispensáveis transmissões, meios para organização do terreno, serviço das vias de comunicação, etc. Esses dois tipos são os seguintes:

Tipo A

(Mais próximo da actual organização militar de paz do que da de guerra).

Q. G.: moto-mecanizado

1 Grupo ligeiro: 1 esq. A. M. e 1 esq. moto

2 Reg. Cav. moto-mecânicos mixtos com:

— Comd., form., 1 E. moto, 1 E. M. Eg.

— 1 G. E. de C. C. M. (2 esq.)

— 1 G. E. de C. C. L. (2 esq.)

— 1 G. E. de Atiradores (2 esq.)

1 Grupo de protecção (1 esq. D.C.A. e 1 esq. D. C. B.)

1 R. A. L. M.: Comd. e 2 G. B. O.

1 Comp. mixta de transmissões

1 Comp. mixta de sapadores

Tipo B

(Mais próximo da prevista orgânica de tempo de guerra, do que do tempo de paz).

Q. G.: moto-mecanizado

1 esqdr. de aviação de informação

1 Grupo ligeiro: 1 esq. A. M. e 1 esq. moto

1 Reg. de C. C. M.: Comd. e form., 1 esq. moto, 2 G. E. de 2 esq. a 4 pl. de 5 viat.

1 Reg. de C. C. L.: Comd. e form.; 1 esq. moto, 2 G. E. de 2 esq. a 4 pl. de 5 viat.

1 Reg. Motorizado: Comd. e form., 1 esq. moto, 2 G. E. de 3 esq. (atir., metr. e eng.)

1 Gr. de protecção, 1 esq. D. C. A. e esq. D. C. B.

1 R. A. L. M.: Com. e 2 G. B. O.

1. Batalhão de Transmissão (2 comp. T. S. F. e T. P. F.)

1 Batalhão de Sapadores (2 comp.)

Revista da Cavalaria

b) Convém fazer notar que nestes dois tipos de Br. se trata apenas de uma G. U. ligeira e portanto visando apenas missões de exploração e missões de combate em que se não exige a rotura de frentes inimigas organizadas. Para êste último caso são necessárias as Div. couraçadas que, parece, o nosso Exército não poderá possuir e até, talvez, possa dispensar.

O *potencial de mobilidade do material* que prevemos para êstes dois tipos de G. U. é excelente (raio de acção 500 a 600 kms.), descoberta a 75/150 kms. sôbre uma frente de 30 a 40 kms., segurança a 40/50 kms. sôbre uma frente de 40 kms., marcha itinerária do conjunto a 25 kms. m. p., possibilidades de marcha T. T. de 10 a 15 kms. h.; é porém de considerar a sua grande profundidade de marcha — cêrca de 50 kms. quando uma só coluna, (escoamento 2 horas) —.

O *potencial de combate* do material que atrás se prevê não corresponde, porém, à excelência da mobilidade, não só porque a blindagem relativamente ligeira, não permite suportar fogos violentos, como também pelo armamento que, se é suficiente para neutralizar ou destruir a defesa móvel ou semi-fixa, não tem poder para se bater com as defesas fixas e menos ainda com a artilharia inimiga. Além disso a quantidade de C. C. M. não proporciona à coluna de ataque a profundidade necessária à perfuração de uma frente organizada.

Do potencial de mobilidade e de combate da «Br. lig. mec.», que se estuda, resulta que ela tem possibilidade de desempenhar, relativamente às forças moto-mecanizadas inimigas e amigas, tôdas as missões de exploração e de combate que competem às Br. Cav. relativamente às forças não motorizadas. Sobretudo é um órgão de grande mobilidade estratégica e de violenta acção táctica. Não é porém um órgão de rotura.





a D. C. B. e
D. C. A.

na Cavalaria

pelo Major HUMBERTO BUCETA MARTINS

5. A organização da segurança aérea das tropas nas situações de marcha, estacionamento e combate:

A. — *Nas marchas* ⁽¹⁾

2.º — *A D. T. C. A. das colunas de marcha da Div.:*

É na Div. que se organiza a defesa baixa, isto é, a protecção directa das tropas contra ataques a baixa altitude.

a) — *Emprêgo dos C. M. de 20:* Se a Div. dispõe, como nos parece ser indispensável, de uma companhia de canhões de 20^{m/m} para a D. C. A., além dos que devem fazer parte orgânica dos G. B. e dos trens ⁽²⁾, é nêles que se baseia o

⁽¹⁾ Continuação do artigo publicado a págs. 230 da Revista da Cavalaria.

⁽²⁾ Não me referirei neste lugar à D. T. C. A. no quadro dos G. C. (ou Dest. Ays.), que será estudada em cap. especial.

Revista da Cavalaria

dispositivo de protecção. As metralhadoras das unidades completarão e reforçarão o dispositivo.

Como as colunas a pé da Div. se deslocam com velocidade reduzida, é possível organizar para a sua protecção, ao longo do itinerário de cada uma delas ⁽¹⁾, uma cadeia continua de postos de D. T. C. A., correspondendo cada pôsto a uma secção de dois canhões.

Traçando-se de Divisões que marcham para o In. no 1.º escalão do dispositivo de marcha basta, inicialmente, que as unidades de C. M. de 20, destinadas a montar os postos, em cada coluna, se desloquem entre as G. Avs. e os Grossos. O official encarregado da montagem do serviço, deslocando-se no espaço compreendido entre os grossos das vanguardas e os grossos das colunas, no ambiente de segurança que lhes é dado pela própria G. Av., irá estabelecendo os postos. Não nos parece necessário atribuir-lhes qualquer escolta, dado que, devendo ser montados o mais próximo possível dos eixos de marcha, a sua segurança terrestre é garantida pelos órgãos de segurança terrestre e pelas próprias tropas em marcha nesses eixos. De resto, os C. M. de 20 são capazes de se defender bem dos ataques que lhes sejam dirigidos por engenhos blindados e as suas guarnições devem ser armadas com pistolas metralhadoras.

As colunas auto da Div., que devem dispor de C. M. nas unidades e formações que as constituem, serão protegidas por *postos móveis* (secções de C. M. de 20) que as enquadrarão: um pôsto na frente, cêrca de 1.000 metros à frente da testa da coluna e outro à retaguarda, também cêrca de 1.000 ms. á retaguarda da cauda do agrupamento ⁽²⁾. Convém intercalar ao longo do agrupamento os postos necessários para que de 1.500 em 1.500 ms. se encontre um pôsto. Esta organização compete aos Comandantes dos Agrupamentos de marcha ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Vd. pág. 155 da Rev. de Março.

⁽²⁾ Neste caso os C. M. de 20 fazem parte dos *Dest. de Protecção* que precedem as testas e dos que, eventualmente, sigam na cauda dos grossos das colunas ou agrup. de marcha e a que farei referência ao tratar das P. U.

⁽³⁾ Quando se trate de uma Div. auto-transportada a protecção tem de ser baseada neste sistema, tóda ela, visto que a sua velocidade de marcha não consente as ultrapassagens impostas para garantir o sistema da *cadeia de postos fixos*.

Revista da Cavalaria

Quando o número de secções de que se disponha organicamente nas unidades ou formações de um agrupamento de marcha auto não forem julgados suficientes, poderão ser-lhes atribuídas, *como refôrço*, secções da companhia de D. C. A. divisionária.

Sempre que no itinerário de marcha de cada coluna existam pontos particularmente sensíveis, será organizada a defesa baixa, em cada um, com C. M. de 20 e reforçada com Metr. a. a. das unidades.

À defesa baixa de uma ponte convém atribuir, sempre que possível — e designadamente quando não seja coberta por C. M. de 40 ^m/_m — três postos de 2 C. M. dispostos em triângulo, com um dos postos numa margem e os outros dois na outra.

A defesa de um desfiladeiro implica a colocação de postos de C. M. 20 ^m/_m ao longo dos flancos, distanciados de 1.500 ms. e que, sempre que possível, ficarão dispostos alternadamente nos dois flancos. Se o desfiladeiro não é muito extenso bastará colocar um posto à entrada e outro à saída.

Ao Com. da Art.^a Div. — a quem incumbe em princípio, o comando da D. C. A. divisionária — ou ao comandante da companhia de D. C. A., por delegação do primeiro, compete:

— Fixar a fôrça de C. M. de 20 destinada a cada itinerário das colunas a pé, para a montagem dos postos de defesa fixa, tendo em vista: por um lado as zonas cobertas e, por outro, os pontos sensíveis que cada itinerário apresente; a existência de medidas de D. C. A. tomadas pelos escalões superiores (Ex. e C. E. ou D. A. T.), que protejam os itinerários; a profundidade e a vulnerabilidade de cada coluna da Div. (1).

— Fixar as secções de refôrço a atribuir aos agrupamentos de marcha auto, para a sua protecção, quando não lhe bastem as que pertencem organicamente às suas unidades.

— Fixar os pontos sensíveis do itinerário que exigem a montagem de uma defesa fixa particular e os meios que

(1) Uma coluna que marcha por um itinerário em que seja difícil a rápida dispersão da coluna pelo terreno vizinho, é mais vulnerável do que outra que possa rapidamente abandonar a estrada de marcha e dispersar ou, até, abrigar-se nos terrenos marginaes.

Revista da Cavalaria

devem ser-lhe atribuídos (C. M. de 20 e Metr. a. a. a destacar para êsse efeito).

Se a Div. dispõe de 1 B. A. C. A. de 40 ^m/_m, como acontece nas que estão servindo de modelo para os trabalhos do I. A. E. M., o seu emprêgo será baseado, dentro da zona de marcha da Div., nos princípios e normas que indicámos para o C. E.

*

b) — *Medidas de protecção das P. U.*: Cada B. I. será seguido pela Sec. de Metr. a. a. de que deve dispor organicamente (Vd. págs. 155), constituindo um pôsto móvel (duas armas acopladas numa plataforma sôbre rodas, puxada por muares, garranos ou até homens). As Metr. a. a. farão sempre uso de balas perfurantes intercaladas com balas tracejantes ⁽¹⁾.

Cada B. I. marchará, assim, enquadrado entre o seu pôsto D. C. A., que o segue, e o do B. I. anterior, que o precede.

Em cada pelotão de atiradores pode estar nomeada uma Edq. de M. L. para actuar em caso de alarme; mas entendo que êste emprêgo das M. L. conduz a um grande desperdício de munições e a fadigas suplementares para os infantes, que não são compensados pelo rendimento que modernamente podem oferecer: a D. C. A. hoje tem de contar com os seus meios próprios.

À frente de cada R. I. marchará um pôsto móvel D. C. A. fornecido pelo pelotão de Metr. a. a. regimental, precedendo a testa do R. I. de uns 500 a 1.000 ms.

Quando seja determinada a coluna a montagem de postos fixos para defesa de determinados pontos sensíveis ⁽²⁾, precederão a coluna mais as secções de Metr. fixadas, em número suficiente para a constituição dêsses postos e fornecidas, em geral, pela C. Ac. do B. I. da cauda da coluna

⁽¹⁾ A generalização do emprêgo das células blindadas nos aviões de assalto, torna cada vez menos eficaz o fogo das Metr. portáteis mesmo com balas perfurantes, impondo-se o tiro com projecteis de 20, perfurantes explosivos (de espoleta retardada).

⁽²⁾ Como se vê, não encaro a montagem de um sistema de protecção baseado na constituição de uma cadeia de postos fixos (defesa fixa continua) porque não o reputo exequível com metralhadoras portáteis, como já atrás expliquei.

Revista da Cavalaria

(ou Agrup. de marcha). Assim, esta força irá fornecendo os postos fixos ao passar pelos pontos em que devem ser montados, mediante as instruções que nessa ocasião receba. Os postos fixos recolhem à sua unidade uns seis minutos depois de esta os ultrapassar (momento em que cessa a sua missão).

É de notar que sempre que se tenha de montar a defesa fixa de pontes ou outros pontos sensíveis é preferível destacar as secções de Metr., destinadas a isso, para junto da unidade de C. M. de 20 destinada ao mesmo fim, a qual, marchando o mais à frente possível (por vezes com os Dest. Avs.) ganhará, assim, o tempo necessário para a instalação. Nesse caso, as referidas Sec. de Metr. deverão ser transportadas em viaturas auto postas à sua disposição pela Col. Tr. Gerais Div., mediante ordem do Com. da Div.

Como à frente da coluna, e de cada agrupamento de marcha, deve seguir também um pôsto de D. C. B., devidamente escoltado por uma fracção de atiradores (em geral uma secção), ou até um maior número de canhões a. c. para montagem dos postos D. C. B. de protecção de flanco ⁽¹⁾, segue-se que na frente de cada coluna marcha um destacamento de protecção, compreendendo ⁽²⁾:

- 1.º — esclarecedores ciclistas, moto ou a cavalo;
- 2.º — uma força destinada a fornecer escolta aos postos de D. C. B. e D. C. A. a qual não excede em geral, 1 pel. de At. e as V. C. A.;
- 3.º — eventualmente uma fracção de sapadores que pode ser acompanhada por uma pequena viatura com material para obstrução de v. de comunicação (concertinas de arame farpado, minas, etc...);
- 4.º — uma ou mais secções de canhões a. c.;
- 5.º — o pôsto móvel de D. T. C. A., constituído por uma Sec. de Metr. a. a. (e nas colunas auto pelo pôsto móvel de C. M. de 20, que precede a secção de M. a. a.);

(1) Este assunto será desenvolvido no Cap. seguinte, em que estudarei a D. C. B.

(2) Quando haja a recear gases, marcharão na testa do Dest. de Protecção (além de V. C. A.) as V. C. G. Na cauda desse Dest. podem marchar elementos para desinfecção.

Revista da Cavalaria

6.º — as secções de Metr. a. a. destinadas à montagem dos postos fixos.

A ordem por que marcham estes elementos é, precisamente, aquela por que os inumerei.

Os *esclarecedores* deverão dispor de *artifícios* luminosos ou meios de transmissão sonoros (clarim, claxons, sereias portáteis) para transmitir o sinal de *alerta*.

Na frente de cada B. I. que não marche na testa de um agrupamento de marcha, o destacamento de protecção resumir-se-á, em geral, ao pôsto de D. C. A. e eventualmente a um pôsto de D. C. B., com a devida escolta (1 sec. At.)

Nos agrupamentos auto o Dest. de Prot. da testa incluirá o pôsto móvel D. C. A. de C. M. de 20, o qual precederá o pôsto de Metr. a. a. e poderá ser utilizado também na defesa contra blindados, como veremos.

O Comandante do Dest. de Protecção pode ser, em minha opinião:

a) — No caso de não haver postos fixos de D. C. A. a montar em pontos sensíveis do itinerário: um simples comandante de um pelotão de canhões a. c., cuja principal função será escolher os locais para instalação dos postos D. C. B. de flanco, ao passar pelos cruzamentos com estradas por onde possa surgir uma ameaça de blindados In., e fixar-lhes a escolta. Para isso, disporá, como auxiliares, dos sargentos das Sec. C.

b) — No caso de ser preciso montar postos fixos de D. C. A. em alguns pontos sensíveis do itinerário, previamente fixados pelo comando da coluna: o comandante da C. Ac. do B. I. que fornece os postos fixos de D. C. A., assistido por um comandante de pelotão de canhões a. c. que especialmente se encarrega da D. C. B.

A principal função do comandante do Dest. de Prot. será, então, fornecer os postos D. C. A. necessários para a defesa dos pontos sensíveis. Para isso, o comandante do Dest. de Protecção, entregando a condução do destacamento ao comandante do pelotão de C., antecipa-se, protegido pelos

Revista da Cavalaria

esclarecedores ciclistas ⁽¹⁾ e acompanhado pelos auxiliares que julgar necessários (elementos da sua Sec. de Com., como sargentos observadores, estafetas, ciclistas, etc...), precedendo a testa do Dest. com um avanço de uns 1.000 a 2.000 ms.

Ao atingir um ponto onde deva ser montada uma D. C. A. fixa, exclusivamente a seu cargo (à falta de C. M. de 20), o comandante do Dest. de Prot. procede ao reconhecimento dos locais para instalação dos postos, fixa o dispositivo, nomeia as fracções que devem constituir a D. T. C. A. nesse ponto, e deixa aí uma estafeta (junto à estrada), que ao passar a fôrça de Metr. a. a. destinadas à montagem dos postos de defesa fixa (na cauda do Dest. de Prot.) entregará ao chefe que a conduz as instruções redigidas pelo comandante do Dest. de Prot. Êste, por sua vez, transmitirá aquelas instruções às fracções que nomeie para aí ficarem e continuará a marcha.

Se o comandante do Dest. de Prot., quando chega a um ponto onde recebeu ordem de montar postos de defesa fixa já aí encontra um dispositivo montado pelo Escalão Superior (C. M. ou Art.) limitar-se-á a fornecer ao comandante da D. T. C. A. nesse ponto os postos que lhe tenham sido fixados, ou que êle lhe requisiite e, em conformidade com isso, redigirá as instruções que hão-de ser transmitidas pelo estafeta ao comandante da fôrça de Metr., como acima se disse.

Nas G. Avs. fortes, articuladas em Vanguarda e Gr. da G. Av., poderão ser entregues à vanguarda um pôsto de D. C. A. (que pode ser o do B. I. em G. Av. ou fornecido pelo pelotão de Metr. a. a. do Comando do R. I.) e um pôsto de D. C. B.

A vanguarda desempenhará, também assim, as funções de Dest. de Prot. da G. Av.; à sua última secção competirá a escolta dos postos quando se estabeleçam.

Na cauda do B. I. da G. Av. marchará outro pôsto D. C. A. e, eventualmente, um de D. C. B.

⁽¹⁾ No caso de marchar à frente da coluna um Dest. de D. C. A. constituído por C. M. de 20 e de não ter sido possível destacar para junto dêle as fracções de Metr. destinadas à montagem dos postos fixos, o comandante do Dest. de Prot. pode chegar a marchar com o comandante do Dest. D. C. A. de 20.

Revista da Cavalaria

É evidente que sempre que se trate de uma marcha longe do In. ⁽¹⁾ ou a coberto de T. A., fará parte do «*Dest. precursor*», em geral, um destacamento de protecção constituído pelas secções M. a. a. destinadas à montagem de postos fixos nos pontos sensíveis do itinerário, que o exijam. Independentemente disso a coluna será precedida, a uns 500 ou 600 ms., por um pôsto móvel D. C. A. fornecido pela unidade da testa.

Em cada Dest. de Prot. e em cada unidade de marcha deve estar montada a *vigia* do céu, designadamente na direcção de marcha e na da retaguarda.

Para isso, em cada Dest. de Prot. a *escolta* levará na testa uma parelha V. C. A., que vigia em frente e deverá ser rendida no máximo de hora a hora. A V. C. A. na cauda da unidade poderá ser feita, com vantagem, por um homem que siga sentado na plataforma do pôsto móvel D. C. A., virado para a retaguarda.

As V. C. A. avisarão os comandantes de que dependem (marcham junto dêles) sempre que avistem aviões ou sinais de alerta lançados pelos esclarecedores ou outros elementos avançados.

Dado o alarme D. C. A., ou desde que seja visto o sinal de *alerta* D. C. A., os postos móveis de D. C. A. escolhem logo um lugar muito próximo daquele em que se encontram e que lhes garanta boas condições de tiro e dissimulação, preparando-se para actuar.

As tropas, ao sinal de alarme, procederão conforme as instruções que receberam ou as indicações dadas pelos próprios sinais.

Assim, o comandante da coluna, ou agrupamento ameaçado, poderá mandar fazer os seguintes sinais:

a) — *Alarme* (aviões aproximando-se da coluna a mais de 600 ms. de altitude; ataques de pequena envergadura por aviões voando a mais de 600 ms.; estradas com bermas favoráveis para a dissimulação): as tropas corrigem as suas disposições para dissimulação; a marcha continua pela estrada.

(1) Mais de 100 Kms. entre o In. e o termo da etape.

Revista da Cavalaria

b) — *Alarme-alto*: (nas condições de *a*) mas em estrada descoberta): as tropas abrigam-se ou, pelo menos, dissimulam-se aproveitando os recursos que lhes ofereçam as bermas da estrada (árvores, muros, casas) ou o terreno adjacente (fossos, sebes) e param conservando-se em coluna;

c) — *Alarme-dispersar* (aviões isolados ou simples patrulha avançando sobre a coluna a menos de 600 ms. de altitude): as unidades abandonam a estrada e tomam formações de dispersão, de acôrdo com as instruções que receberam para a execução da marcha; a marcha continua.

Pode estabelecer-se taxativamente que quando o terreno oferecer máscaras favoráveis só de um dos lados da estrada (designadamente bosques ou terrenos arborizados), ou quando só seja possível sair rapidamente da estrada para um dos seus flancos, tôdas as unidades (B. I.) saem para êsse flanco, mas que no caso de ser possível e favorável a dispersão para os dois flancos, sairão as unidades de ordem ímpar para a esquerda e as de ordem par para a direita. A unidade de dispersão deve ser, em princípio, o B. I. ou G. B.

As formações de dispersão mais indicadas serão:

- para o R. I., B. I. e C. At. em profundidade (coluna);
- para os pelotões: em linha (secções em coluna).
A distância entre os pelotões e unidades superiores: 50 a 100 ms.

d) — *Alarme-dispersar-alto* (ameaça de ataques em massa a pequena altitude): as unidades abandonam a estrada como se disse em *c*); os pelotões dispersam dentro da sua zona de dispersão, procurando os homens os abrigos imediatos que o terreno lhe ofereça.

Revista da Cavalaria

*

3.º — *A D. T. C. A. nas Br. Cav.* (1)

A velocidade de marcha das colunas — mesmo a das colunas a cavalo — e, por outro lado, a sua profundidade e a extensão das etapes, obrigam na maioria dos casos a pôr de parte a idéia de organizar a cobertura aérea com uma cadeia continua das baterias de 7,5 e secções de C. M. de 40^{mm}, de que a Br. Cav. venha a dispor.

A profundidade máxima que poderia ter uma tal cadeia, organizada com as 3 Batrs. de 1 G. B. A. C. A. e os postos que pode fornecer uma Batr. de 40^{mm}, não vai além de uns 50 Kms., se nos contentamos com 1 canhão para cada pôsto de C. M., ou de 35 Kms. se exigirmos 2 C. M. para cada um desses postos como convém. A deslocação do dispositivo inicial por escalões não é viável, porque a velocidade de marcha não dá tempo à ultrapassagem das colunas de marcha pelas armas mais recuadas, uma vez ultrapassadas pela cauda da coluna... A menos que surja um grande alto a oferecer a solução para essa dificuldade.

A protecção das colunas em marcha deve, por isso mesmo, basear-se especialmente na acção da defesa baixa obtida pelos postos móveis de C. M. de 20^{mm} e de M. a. a., das unidades a cavalo e motorizadas, que como já se disse devem enquadrá-las.

As baterias anti-aéreas de peças e de C. M. de 40^{mm} de que a Br. Cav. disponha, destinar-se-ão, nas marchas, especialmente à cobertura aérea dos pontos sensíveis, onde as colunas motorizadas e a cavalo adquirem pelo seu volume uma vulnerabilidade muito grande.

Isto não quer dizer que quando se trate de uma etape de extensão inferior a 50 Kms., quando não seja necessário o emprêgo daqueles meios na cobertura de pontos sensíveis e quando o G. B. A. C. A. e mesmo a Bat. de C. M. de 40 possam partir suficientemente mais cedo para se instalar, se não possa instalar a cadeia continua de cobertura aérea.

(1) O que se diz para a Br. Cav. tem aplicação para as Br. Mecânicas ou Div. Couraçadas.

Revista da Cavalaria

Dar-se-á este caso quando a marcha seja feita a coberto de uma frente estável de tropas amigas, ou quando toda a largura da zona de marcha da Br. Cav. esteja coberta por Destacamentos (D. D., D. Avs. ou D. Retardadores) que cubram a instalação da Art. de D. C. A.

Pode, também, prever-se a montagem de um tal sistema quando se trate de cobrir uma parte da marcha de agrupamentos de marcha moto-mecânicos (R. M., Art. T. M., C. C., reforços de Inf. auto-transportada, etc....) que se encontram em 2.º Escalão no dispositivo de marcha. Neste caso o G. B. A. C. A. e as Batrs. de 40^{mm} destinadas à cadeia contínua devem seguir o 1.º Escalão, o mais de perto que a diferença de velocidades consinta, até iniciarem a montagem dos postos.

O Comandante dêse Destacamento de cobertura aérea deve marchar com os seus reconhecimentos no ambiente de segurança criado pelo 1.º Esc., o mais à frente possível.

Os postos cuja missão cesse, devem ultrapassar o 2.º escalão e unir à frente, isto é, até à cauda do 1.º Esc. onde encontrarão os seus comandantes de unidade.

Pode-se ainda apresentar uma outra modalidade na articulação da Art. D. C. A.:

- o G. B. A. C. A., e mesmo algumas fracções de C. M. de 40^{mm}, na defesa de um ou mais pontos sensíveis (P. I., pontes e outros desfiladeiros, etc.);
- as restantes fracções de C. M. de 40^{mm} na testa, na cauda, e intercalados ao longo dos agrupamentos de marcha mais vulneráveis, reforçando a acção do C. M. de 20^{mm}.

A decisão do Comandante da Brigada para a organização do movimento deve estabelecer as bases para a organização da D. C. T. A. na marcha. Por exemplo:

— Cobertura aérea:

- a) — Na zona de marcha da Br. Cav. encontram-se instalados os seguintes meios da D. T. C. A. do Ex. (ou D. T. A.):

— tal unidade em.....

— » » »

Revista da Cavalaria

- b) — Cobrir tais pontos (ou tais partes do itinerário);
- c) — Reforçar com os elementos disponíveis a protecção dos agrupamentos em 2.º Escalão, designadamente tais agrupamentos (ou os que marcham pelo itinerário.....).

Outro exemplo:

- Cobertura aérea: Organizar a cobertura aérea do itinerário, ou de tais itinerários (visto que a Br. Cav. pode utilizar mais de um) com o G. B. A. C. A. e a Batr. de 40^{mm}.

Baseadas nestas prescrições, as ordens para a marcha da Br. Cav. indicarão a articulação de meios que se impõe e darão as indicações correspondentes.

Por exemplo:

- D. C. T. A.:

a) — Cobertura aérea:

- O G. B. A. C. A. e tantas Sec. de C. M. de 40 partirão na cauda das G. Avs. (ou das Vanguardas; ou do Agr. n.º..... do 1.º Escalão) para montar uma cobertura contínua entre..... e..... (ou das pontes..... e.....), prevendo a sua deslocação para..... uma vez terminada a sua missão.

- Sec. de C. M. de 40 atribuídas como o reforço para a protecção dos Agr. de marcha:

— Ao Agr. n.º 3: 2 Sec. em..... às..... h.

— » » » 4: 1 » » às..... h.

b) — Protecção das colunas de marcha:

- A cargo dos Agr. de marcha, por postos móveis.

Revista da Cavalaria

— Os agrupamentos de marcha organizarão a protecção ⁽¹⁾ fixa em.....,.....,..... e.....

(P. I., pontes, localidades).

No P. I.⁽²⁾ = 3 postos de 20^{mm}
2 » de M. a. a.

No P. I.⁽²⁾ = 1 posto de 200^{mm}
3 postos de M. a. a.

Na ponte ...⁽²⁾ = 3 » de 20^{mm}
3 » de M. a. a.

Êstes postos seguirão os Dest. de Prot. ou apresentar-se-ão nos locais indicados às..... h... (P. I.) e às..... h... (pontes sôbre.....).

Ficam assim:

— O comandante do G. B. A. C. A. em condições de dar as suas ordens para a montagem da cobertura aérea.

— Os comandantes dos Agr. de marcha com os elementos necessários para nas suas ordens de marcha prescreverem as medidas de protecção anti-aérea: designadamente a constituição dos Dest. de Protecção que devem preceder e seguir o Agrupamento, e as fracções que devem seguir nos Dest. de protecção ou apresentar-se em determinados locais para defesa fixa.

Fixadas as modalidades especiais em que deve moldar-se a D. T. C. A. na Br. Cav. em marcha, applica-se em tôda a questão de detalhes o que dissemos para o C. E. e Div.

No que se refere à defesa baixa a diferença essencial reside no emprêgo dos C. M. de 20^{mm} que para as Br. Cav. devem constituir, taxativamente, postos móveis incluídos nos Dest. de Prot. que precedem cada agrupamento de marcha e nos que devem marchar na cauda dos mesmos, enquanto que para as Div. constituem em geral postos fixos de protecção ao longo dos itinerários de marcha.

(¹) Defesa baixa, para completar o sistema de D. C. A. já montado com as Bats. de 75 e de C. M. de 40^{mm}.

(²) Estas prescrições podem não constar da O. O. e ser objecto de instruções particulares aos Comandantes dos Agrupamentos.

Revista da Cavalaria

*

Se a Br. Cav. dispõe apenas de uma Batr. de 4 pelotões de 4 C. M. de 40^{mm} e não dispõe de C. M. de 20^{mm} (como sucede na organização que tem servido de base aos trabalhos do I. A. E. M.), deveremos aproveitá-los especialmente na constituição de postos móveis incluídos nos Dest. de Protecção que devem preceder os Agr. de marcha (em 1.^a importância os agrupamentos auto). Cada posto não deve, neste caso, contar com menos de 2 C. M. e devem ser dispostos por forma que em cada coluna a proteger haja 1 posto pelo menos de 3,5 em 3,5 quilómetros.

Mas não devemos iludir-nos sobre a eficácia da defesa, que há-de ser precária.

4.^o — *A D. T. C. A. nos G. C.:*

Encararei duas hipóteses:

— 1.^a hipótese: — O G. C. conta apenas com os elementos previstos nos Q. O. de 1939, isto é:

- 1 pel. de M. a. a. fazendo parte do Dest. de Com.;
- 1 posto móvel de D. C. A. por cada Esquadrão, representado pelas 2 metralhadoras dos T. C. I.
- As Metralhadoras do pelotão de Metralhadoras do E. M. E. e dos E. C., que podem ser, eventualmente, utilizadas para a constituição de postos fixos em pontos sensíveis (as do E. M. E. podem constituir postos móveis, visto serem auto).

Neste caso, aproveitadas as M. a. a. dos T. C. I. dos E. para constituir os postos móveis que devem segui-los, falta-nos organizar os Dest. de Prot. que devem preceder cada Agr. de marcha. Dispomos, para isso, apenas de um pelotão de 4 M. a. a.

O dispositivo de marcha do G. C. comporta, em regra:

- um Escalão Hipo, que marcha por um ou dois itinerários, que não devem distar mais de uns 1.500 a 2.000^m um do outro;

Revista da Cavalaria

— um *Esc. Auto* que pode também compreender um ou dois agrupamentos de marcha ⁽¹⁾.

O *Escalão Auto* pode ser o da testa do dispositivo ou não.

Para cobrir com postos móveis as testas de 4 Agrupamentos precisaremos de 4 postos de 2 armas, no mínimo.

Só o poderemos conseguir, recorrendo ao pel. de M. do E. M. E., que pode formar dois postos. Mas cai-se, assim, num inconveniente importante: o de desarticular o pel. de M. do E. M. E., em geral até por itinerários diferentes. Esta razão, ou as exigências da montagem de postos fixos em certos pontos sensíveis dos itinerários, pode-nos conduzir a não dispor das M. do E. M. E. para a constituição dos postos móveis de que carecemos.

Neste caso, sugerir-nos-hão várias soluções, segundo as situações:

a) — O Esc. Hipo e Auto seguem um mesmo itinerário:

Se o terreno facilita a articulação rápida dos E. C. nos terrenos vizinhos da estrada, podemos constituir com o pel. D. T. C. A. dois postos incluídos no D. Prot. que deve preceder o *Escalão Auto* (mais vulnerável).

Se o itinerário é encaixado em terrenos cortados ou de mau piso, que não consentem uma rápida dispersão dos E. C., fraccionarei o pel. D. T. C. A. em dois postos: um entregue ao *Esc. Hipo* e outro ao *Esc. Auto*.

b) — O Escalão Auto compreende dois agrupamentos marchando por itinerários paralelos:

Neste caso, se não há nos reforços fracções de Metr. P. auto-transportadas que facilitem a constituição dos postos móveis que devem preceder os agrupamentos, articular-se-á o pel. D. T. C. A. pelos dois Agrupamentos. Fica, neste caso, a protecção dos E. C. baseada apenas nas M. a. a. do T. C. I. que marcham na cauda dos mesmos e na menor vulnerabilidade das tropas a cavalo.

(1) Quando não dispõe de reforços constitui, em geral, um único agrupamento; se dispõe de reforços auto-transportados pode constituir dois agrupamentos (em geral um com as unidades auto do G. C. e outro com as unidades de reforço).

Revista da Cavalaria

2.^a hipótese: O G. C. dispõe, como preconizámos, de um pel. de C. M. de 20^{mm} (4 a 6 C. M.), além das M. a. a. dos T. C. 1 dos Esquadrões.

Dispomos neste caso de 2 a 3 postos móveis de C. M. de 20^{mm} que durante o movimento serão empregados:

1.^o — Na constituição de postos móveis para cobrir o Agr. Auto que tinha maior vulnerabilidade (¹).

Com três postos pode-se cobrir completamente um Esc. Auto constituído pelo E. Moto e E. M. E. do G. C. (um pôsto na frente, outro entre os E. Moto e E. M. E. e outro na cauda). Êste escalão pode, até, estar tão desfalcado que sobre ainda um pôsto, o qual será fornecido, nesse caso, ao Esc. Hipo (ou ao Agr. mais exposto dêsse escalão).

Para fazer face à impossibilidade, que pode apresentar-se, de cobrir as testas de todos os Agrupamentos com C. M. de 20^{mm}, conviria, até, que se conservasse o Pel. de D. T. C. A. com M. a. a. no Dest. de Com. e se incluísse na composição do E. M. E. o pel. de C. M. de 20^{mm} (com 6 C. M.)

A constituição dos D. Prot. que precedem os Agr. de marcha, será, pois, semelhante à que foi indicada para a Infantaria.

2.^o — Na organização da defesa fixa em pontos sensíveis dos itinerários de marcha, ficando neste caso a defesa baixa dos agrupamentos de marcha no resto do itinerário, garantida apenas pelos postos dos Esquadrões.

Pelo que se refere à defesa passiva, vigia e alarme applica-se o que fixei para a infantaria.

A ordem de marcha do G. C. deverá, pois, indicar:

— *Seg. immediata:*

a) — postos fixos D. C. A. constituídos na zona de marcha do G. C. pelo Escalão Superior (Ex., C. E. ou D. A. T.)

(¹) Os reforços auto-transportados são mais vulneráveis do que as tropas motorizadas porque estas (moto ou T. T.) podem mais facilmente abandonar a estrada.

Revista da Cavalaria

b) — *postos fixos D. T. C. A. a montar pelo G. C.:*

— onde;

— sua composição;

— condições de tempo para a instalação.

c) — Articulação do pel. D. T. C. A. e pel. C. M. de 20^{mm} de que se disponha no G. C.

Os Comandantes de cada Agrupamento indicarão nas suas ordens de marcha a constituição do seu D. Prot.

B) No Estacionamento

1. *A cobertura aérea no C. E. ou Br. Cav.*

As baterias de peças e de C. M. anti-aéreas de que dispuser o C. E. ou Br. Cav. deverão ser dispostas, tendo em vista as regras que já indiquei, relativas a distâncias entre as unidades de tiro, por forma a cobrir especialmente a zona, ou zonas, mais vulneráveis quer devido à falta de protecção oferecida pelo terreno, quer à natureza das forças nelas estacionadas.

As medidas a tomar integrar-se-ão nas que existam já, tomadas pelo escalão superior.

Pelo que respeita à vulnerabilidade das diferentes tropas deve atender-se a que a vulnerabilidade se apresenta por ordem decrescente, como indico a seguir: unidades ou formações automóveis ou mecânicas; unidades de artilharia pesada; unidades de artilharia ligeira; unidades a cavalo.

É o material que dá todo o valor da vulnerabilidade a essas unidades, porque quanto ao pessoal a protecção pode, em grande parte, ser obtida por adequadas medidas de defesa passiva que na prática não são viáveis, ou pelo menos eficazes, para material e cavalos.

2. *A protecção anti-aérea nos estacionamentos das Div. e das Br. Cav.*

Trata-se de estabelecer em redor do estacionamento da Div. e das unidades um certo número de *postos exteriores* de

Revista da Cavalaria

D. C. A. que se oponham à entrada dos aviões no espaço de bombardeamento. Esse sistema deve ser constituído por C. M. de 20^{mm} e metralhadoras a. a. colocadas nos pontos altos, distantes da periferia dos estacionamentos de cerca de 600 a 1.000^m, e por forma que as circunferências que representam na carta o raio de acção correspondente ao material de que se trata, se cruzem sobre as partes mais vulneráveis do dispositivo do estacionamento.

Conforme o dispositivo do estacionamento da Div. é mais ou menos concentrado, também mais ou menos centralizada será a instalação daquele sistema. Na Br. Cav. as unidades devem dispor dos meios activos para a defesa anti-aérea e a instalação do sistema é acentuadamente descentralizada.

O sistema de fogos organizado com os postos exteriores será completado e reforçado com um sistema de *postos interiores* montados com as metralhadoras dos esquadrões, ou C. At.

No quartel de cada E., ou C. At., deve haver, pelo menos, um posto interior de D. C. A. Aproveitam-se, geralmente, as torres, telhados, etc., para os instalar.

Pode suceder que o número de armas disponíveis não seja suficiente para *cercar* por completo o dispositivo de estacionamento de que se trata.

Costumam dizer os Regulamentos que, nesse caso, se deve dar a preferência à organização de defesa nas direcções de mais provável acesso dos aviões inimigos e pode parecer estranha esta afirmação tratando-se de aviões.

Na verdade os aviões inimigos procuram, para se aproximar, estradas aéreas de fácil referenciação, obtida por linhas terrestres orientadoras (estradas, linhas férreas, cursos de água, etc.) Assim, seria nas direcções de onde convergem sobre o estacionamento essas linhas que seria dada a prioridade à colocação dos postos exteriores.

Em boa verdade esta noção é pouco menos que teórica porque as condições de navegação actuais e a regra de ataque por esquadrilhas ou vagas que *manobram* exige a protecção em todas as direcções.

É nos estacionamentos que adquire mais importância e pode dar mais rendimento o emprego dos meios de defesa passiva.

Revista da Cavalaria

Interessa, por isso, anotar em que podem consistir essas medidas. São:

- cuidado especial de dissimulação dos parques de viaturas, das cozinhas e fogos de aquecimento;

- extinção de luzes durante a noite;

- dispersão das tropas para diminuir a vulnerabilidade;

- aproveitamento de abrigos, tais como caves, caminhos subterrâneos, túneis de caminhos de ferro, excavações nas encostas, grutas nas rochas, etc.

Nem sempre os acantonamentos oferecem instalações imediatamente aproveitáveis para abrigo; nos bivaques é esta, mesmo, a regra geral.

Quando assim suceda e haja tempo disponível, convém construir *trincheiras de protecção* (estreitas e profundas) na vizinhança, mas fora dos estacionamento.

Os abrigos e os caminhos que lhe dão acesso devem ser assinalados por dísticos.

À falta de abrigos, ao sinal de *alarme* as tropas reúnem por pequenos grupos, abandonam o estacionamento e *dispersam* nos campos próximos, em zonas previamente fixadas.

Na instalação das tropas nos estacionamento torna-se necessário alterar o que se praticava.

As tropas não podem, em regra, entrar em ordem unida nas paradas e locais de formaturas dos acantonamentos, para aí se lerem as instruções para a instalação e fazer a divisão da força. Torna-se necessário fazer tudo isto antes de entrar na povoação, sempre que possível realizando um alto para isso, num terreno que favoreça a dissimulação da força. As tropas entrarão em seguida, por fracções (em geral pelotões), passarão pelo local de formatura do seu esquadrão e locais de reunião em caso de alarme, para os ficar conhecendo, instalando-se em seguida.

Nos bivaques recorre-se à dispersão e à irregularidade dos dispositivos, que, contudo, não pode ir além de certos limites para não se prejudicarem os laços tácticos e nomeadamente a acção do comando. Recorre-se também, em larga escala ao aproveitamento de todos os recursos que o terreno ofereça para camuflagem e para abrigo.

Revista da Cavalaria

Os *destacamentos precursores* que precedem as tropas para preparar os estacionamentos, compreendem, por cada unidade (B. I., G. B., R. C. ou G. C.) além das secções de quartéis que fazem a preparação material logística do estacionamento:

— um oficial de protecção, que tem a missão particular de estudar as medidas de protecção a tomar, quer de D. C. A. quer de D. C. B., mediante entendimento com o Comandante do D. Precursor, que fixará em última análise o dispositivo e articulação do estacionamento; um sargento de protecção por cada esquadrão;

— eventualmente, um destacamento de protecção, compreendendo: canhões anti-carro; fracções especializadas para vigia e defesa anti-gás; secções de metralhadoras ou C. M. especializados, ou de fileira de combate das unidades, para a D. C. A.; secções de canhões anti-carro e fracções de linha para sua escolta, destinados à montagem da protecção imediata anti-carro;

— uma força de sapadores destinada à organização de obstáculos anti-carro, de abrigos e dos trabalhos de estacionamento que se revelem necessários.

Quanto ao *destacamento de protecção* convém observar que seria de tãda a vantagem, para celeridade da instalação, que os destacamentos precursores dispuzessem de todos os meios necessários para a montagem do sistema de D. C. A., por forma a que quando a coluna chegasse, tudo estivesse preparado. A verdade, porém, é que raras vezes isso é possível, porque aquêles mesmos meios são necessários à protecção das colunas em marcha, ou em alto guardado esperando o estacionamento.

Quando muito poderão ser dispensadas algumas, que constituirão o destacamento de protecção e que representam apenas um esqueleto do futuro sistema de protecção.

De sorte que, no fim de contas, dois casos se podem dar:

- a) A necessidade de instalar rapidamente as tropas aconselha a fazer a instalação das primeiras tropas que entram no estacionamento apenas a

Revista da Cavalaria

coberto das disposições iniciais, completando estas à medida que se vão instalando as restantes unidades e que, por isso, vai aumentando o grau de densidade de efectivos nos estacionamentos e, por isso, de vulnerabilidade.

Neste caso o sistema inicial não é um *sistema reforçado* como o faz prever o n.º 54 das Instruções para a protecção, publicados pela D. A. I. (1940). Pelo contrário, a defesa vai sendo reforçada, à medida que se procede à instalação.

É este o caso mais geral.

- b) Pode-se aguardar, para instalar as tropas, que chegando próximo do estacionamento aguardam em terrenos próprios, convenientemente dissimuladas, que os meios de protecção que então destacarão, instalem um sistema completo de defesa, depois do que as tropas iniciam a sua instalação.

Ainda neste caso não vejo que possa ter aplicação o que se diz nas citadas Instruções (n.ºs 54 e 55).

Parece-me que na prática a defesa se reforça à medida que se pode, como toda a organização, embora se venha a verificar que um ou outro órgão podem ser dispensados, ou tenham de ser deslocados.

Na preparação da protecção compete ao oficial de protecção, uma vez fixadas pelo Comandante do destacamento precursor as direcções mais ameaçadas, os sectores mais vulneráveis e a zona de acção para cada unidade, reconhecer e fixar:

— os postos de observação especiais a montar (atendendo a que todos os órgãos de defesa activa montam vigias no ar e que se destinam especialmente a dar ou a captar os sinais alerta que sejam feitos pelos órgãos de segurança afastada ou P. Avs.);

— os postos exteriores e interiores de defesa activa a montar pela unidade a que pertencem, independentemente dos que sejam montados no quartel de cada esquadrão e a guarnição de cada posto;

Revista da Cavalaria

— as medidas relativas à transmissão do *alerta* e do *alarme*;

— os abrigos ou locais de reunião a utilizar pelas unidades em caso de alarme.

O resultado do seu reconhecimento são traduzidos numa proposta de «Instruções para a protecção do estacionamento», da mesma forma que as propostas das secções de quartéis se traduzem no *quadro de estacionamento*.

Em cada esquadrão um sargento de protecção será encarregado da montagem do pôsto de D. C. A. interior do esquadrão, mediante as indicações recebidas do oficial de protecção ou do comandante do seu esquadrão, conforme a instalação é feita antes da chegada das tropas ou depois.

C) No combate ofensivo

1. A cobertura aérea no C. E.

Uma vez que as Div. de primeira linha desenvolvem para as operações de contacto, deixam de representar massas vulneráveis aos ataques aéreos. O perigo mais grave nesta fase das operações encontra-se: nas posições de espera de carros que estejam a concentrar-se para o ataque; na zona onde vai instalar-se a massa da artilharia do C. E.; sobre as Divisões de segunda linha e as volumosas colunas de E. N. E. que avançam para a batalha e, por fim, nos locais de distribuição ou de reabastecimento de munições e de carburantes, que se vão instalar para alimentar o ataque.

A ordem de prioridade no emprêgo dos meios de D. T. C. A. para a defesa dos diferentes órgãos que mencionei depende, em grande parte, da vulnerabilidade relativa que lhes é dada pela maior ou menor protecção que lhes é oferecida pelo terreno. Poderemos, contudo, fixar de uma maneira geral, e pelo que se refere à organização do sistema de cobertura aérea do Corpo, que se instalarmos o G. B. A. C. A. num triângulo com uns 7 kms. de lado, com a base para a frente, estabelecida imediatamente à retaguarda da artilharia divisionária, e com o vértice para a retaguarda, deslocado

Revista da Cavalaria

mais para a direita ou para a esquerda conforme se pretenda que o centro de gravidade da D. C. A. fique mais para um lado ou para o outro, ficará coberta pela artilharia a zona de maior vulnerabilidade do C. E.

Os C. M. de 40^{mm} das B. A. C. A. de que dispuzer o C. E. continuarão a defender os pontos sensíveis da zona de desenvolvimento do C. E., designadamente das pontes onde estejam ainda a passar as colunas de artilharia do C. E., as colunas motorizadas das Div. de 1.^a linha que iniciaram as operações de contacto, os E. N. E. e as Div. de 2.^a linha.

Os C. M. de 20^{mm} da companhia de protecção, que — segundo o que atrás disse deve fazer parte da unidade de artilharia da D. C. A. do C. E. (regimento ou grupo), continuarão a garantir a *protecção* das baterias de artilharia, contribuindo implicitamente para a defesa baixa da zona *coberta* por elas, que é garantida, para cada órgão aí instalado, pelos C. M. de 20^{mm} e metralhadoras de que disponha organicamente para esse fim.

*

Se as operações de contacto encetadas pelas Div. de primeira linha não conseguem no próprio dia romper a frente encontrada e o comando do C. E. vai utilizar a noite para preparar o ataque do C. E. que desencadeará na manhã seguinte, pode ser necessário modificar o sistema de D. T. C. A.

¿O que vai passar-se durante a noite, à retaguarda dos regimentos de infantaria das Div. de primeira linha, que desenvolveram e constituem uma *frente de desenvolvimento* inviolável?

As Div. de segunda linha vão desenvolver para o ataque do dia seguinte; completar-se-á o desenvolvimento da artilharia, designadamente da artilharia pesada e vão executar-se as operações de reabastecimento; se na retaguarda da zona de desenvolvimento há pontes a passar, os elementos mais vulneráveis do C. E. podem ter esperado a noite para o fazer. Os pontos mais vulneráveis serão então: as pontes onde se vão executar aquêles movimentos e os locais de reabastecimento onde, durante a noite, vão aglomerar-se os órgãos que se reabastecem: são os L. R. de víveres, os

Revista da Cavalaria

L. R. de gasolina do C. E., o centro de reabastecimento avançado de carburantes do Ex. e o depósito de munições do exército. Estes são os pontos sobre que a Av. In. vai exercer durante a noite a maior parte da sua actividade.

A vulnerabilidade especial que possa adquirir qualquer destes pontos pode obrigar a deslocar qualquer das baterias de peças anti-aéreas, ou de C. M. de 40^{mm}, das posições em que foram estabelecidas durante o dia, para reforçar a cobertura num ponto ou em determinada região da zona do desenvolvimento e reabastecimento do C. E. De uma maneira geral pode dizer-se, contudo, que é de prever que o centro de gravidade do sistema de cobertura aérea se não deslocará sensivelmente, ou recuará um pouco em virtude do recuo de algumas das baterias mais avançadas do dispositivo de D. C. A. estabelecido durante o dia.

2. *A protecção anti-aérea no quadro das Div. ou Br. Cav. e das P. U. de infantaria ou cavalaria no combate ofensivo*

Trata-se de ver como serão empregadas as companhias ou esquadrões de C. M. de 20^{mm} de que deverão dispor a Div. e Br. Cav. e dos C. M. de 20 e metralhadoras de que dispõem as pequenas unidades.

As situações características em que se podem encontrar as pequenas unidades no combate ofensivo, que interessa distinguir relativamente à organização da sua protecção anti-aérea são as que vou encarar:

a) *No desenvolvimento para o ataque*, ou seja, no último período da marcha de aproximação da Div. As pequenas unidades de infantaria dirigem-se para as suas bases de ataque.

São marchas de aproximação que as P. U. executam em dispositivos de dispersão, articulados em largura e profundidade, a maior parte das vezes em dispositivos correspondentes já aos futuros dispositivos de ataque.

O movimento executar-se-á por lanços curtos, de horizonte visível em horizonte visível.

Quando não é feita a coberto de tropas amigas já instaladas na orla anterior da base de ataque, faz-se por lanços alternados entre as G. Av. que as unidades destacam, para

Revista da Cavalaria

se cobrir na frente, e os grossos das unidades. Dentro dos próprios batalhões em G. Av., nos R. I., o avanço é também feito por lanços alternados entre as vanguardas e os grossos das G. Av.

A vulnerabilidade das unidades nesta fase é pequena, mas a generalização do emprêgo da aviação no ataque às tropas do solo, obriga-nos a dar importância à defesa baixa das unidades contra os ataques a picar ou em vôo razante, mesmo nesta fase das operações.

Trata-se, naturalmente, de enquadrar as unidades que se deslocam, entre um dispositivo avançado de meios de D. T. C. A. que as precedam e outro de meios que as sigam.

Na infantaria a frente de cada B. I. é da ordem de 1.000^m e a sua profundidade é de uns 600 a 900^m. A amplitude de cada lanço não vai, com certeza, além de 1.000^m. A deslocação dos batalhões pode ser feita já sob o apoio imediato dado por bases de fogos, além do apoio dado pela artilharia.

Segue-se, que tudo se passará semelhantemente ao que se disse para as marchas: cada B. I. será precedido por um *destacamento de protecção* a que pertencerá uma secção de metralhadoras para a defesa activa contra aviões fornecida pela C. A. e será seguido pelas armas do *pôsto móvel* que já dissemos ser indispensável introduzir na organização do B. I., ou — à falta dêste — por outra secção de metralhadoras.

Normalmente o dispositivo do B. I. comporta 2 C. At. em primeiro escalão e a 3.^a C. At. e C. A. em 2.^o escalão. Tratando-se de um B. I. em 1.^o escalão (G. Av.) as companhias da testa constituirão as vanguardas e, nesse caso, o pôsto D. C. A. da testa deverá marchar imediatamente à retaguarda dêsse 1.^o escalão.

Assim, os postos avançados de D. C. A. avançam à retaguarda das vanguardas e se estas se instalam para cobrir um lanço de escalão de combate da G. Av. (o grosso do B. I.), instalam-se também as secções do Dest. de Protecção, procurando os pontos altos e de boas vistas em tôdas as direcções.

O grosso do B. I. pode então avançar um lanço: cerca de 600 a 1.000^m à sua frente, pelo menos uma secção de M. P. está pronta a atacar os aviões que pretendam atacar o batalhão antes de chegarem à distância de lançamento (600 a

Revista da Cavalaria

1.000^m à frente do dispositivo que visam). Os postos do dispositivo avançado de D. C. A. dos batalhões vizinhos, em geral podem cooperar na defesa.

À retaguarda do B. I. na linha de onde ele parte para o novo lanço, fica instalada a B. F. que apoia o avanço, constituída com elementos da C. A.: pelo menos uma das secções de metralhadoras (se não existe a secção especial de D. C. A.) receberá, como *missão principal*, a defesa contra aviões, e por prioridade dos que venham da retaguarda.

Nesta situação — a de aproximação — deveríamos estabelecer que tôdas as armas automáticas, mesmo as ligeiras, ou pelo menos uma fracção de cada C. At. e, até, uma fracção de atiradores de espingarda por cada pelotão, deveria encarregar-se da D. C. A. quando a unidade fôsse atacada. Com efeito, as armas estão — em principio — tôdas disponíveis para a D. C. A. porque não são ainda necessárias para o tiro terrestre... E assim encararam os regulamentos o seu emprêgo.

A verdade é que não se deve orientar a defesa por um tal critério, porque perante a freqüência e intensidade moderna dos ataques aéreos, isso corresponderia a um consumo de munições perigoso na eminência do ataque e acarretaria paragens das fracções encarregadas da defesa, o que desorganizaria o dispositivo ou acarretaria lentidão no ritmo geral do avanço. O emprêgo das M. L. e espingardas deve, por isso, considerar-se — uma vez mais o direi — como recurso excepcional em presença de ataques de grande intensidade que, de qualquer modo, tornem inevitável a paragem da unidade, para abrigo.

Temos, então, cada B. I. coberto à frente por uma secção de M. P. que marcha à retaguarda das C. At. do primeiro escalão e à retaguarda por uma a duas secções de M. P. instalada na base de que partiu o B. I. para o lanço a executar. E o avião que sobrevoe o B. I. estará por isso sujeito, a maior parte das vezes, ao fogo de dois postos D. C. A. de metralhadoras, sem falar nos postos de D. C. A. dos B. I. vizinhos.

¿E os C. M. das unidades de D. C. A. divisionária?

Trata-se, afinal, como também se disse para o emprêgo das metralhadoras das unidades, de cobrir o dispositivo dos

Revista da Cavalaria

grossos da infantaria divisionária com um dispositivo C. M. de 20^{mm} que a anteceda e outro que a siga.

Supondo que a Div. tem dois regimentos em 1.º Esc., a sua frente de aproximação e de desenvolvimento não vai, como regra, para além dos quatro a quatro mil e quinhentos metros: três a quatro postos de C. M. de 20^{mm}, precedendo a Div. (seja, um a dois postos por R. I.) garantirão uma defesa eficaz na frente. E se collocarmos outro escalão de C. M. de 20^{mm} entre os R. I. em 1.º e 2.º escalão (reserva), obter-se-á uma dosagem razoável de meios activos capazes de atacar os aviões que desçam para menos de 1.500^m.

Praticamente tudo se resume em descentralizar o comando e o dispositivo da companhia de D. C. A. divisionária (1), atribuindo um a dois postos (secções) aos R. I. de 1.º escalão, os quais constituirão o escalão avançado de D. C. A., (entregues pelos R. I. aos destacamentos de protecção que precedem os grossos) e deixando os restantes (outras 4 a 6 secções de dois canhões) à disposição do comandante da companhia D. C. A. divisionária, que com elles constituirá o escalão recuado; ou então, descentralizar completamente o comando, atribuindo a cada R. I. duas a quatro secções de C. M.

b) No ataque: Uma vez que a Div. parte para o ataque há a atender:

— que o primeiro escalão do dispositivo (C. At. em primeiro escalão), disseminando-se ainda mais em formações de combate e levando ao máximo o aproveitamento do terreno para se dissimular, fica com uma vulnerabilidade muito reduzida;

— que as armas das C. At. do escalão de fogo são completamente absorvidas pelo combate terrestre e não se pode pensar em utilizá-las na defesa anti-aérea que, de resto, é dispensável, segundo o que acabei de dizer;

— que as próprias metralhadoras das B. F. dos batalhões do escalão de ataque são quasi completamente absorvidas pelas missões terrestres de apoio imediato do escalão de fogo;

(1) As Bat. da artilharia divisionária dispõem de meios próprios para a sua defesa baixa.

Revista da Cavalaria

— que os elementos mais vulneráveis e que é preciso defender são: as C. At. em reserva dos B. I. em primeiro escalão e, designadamente, os B. I. das reservas divisionárias; as B. F. e os P. C.

Tanto basta para se concluir, mais uma vez, que é indispensável contar em cada B. I. com uma ou duas secções de M. P. destinadas a constituir postos de defesa baixa.

Contribuirão para a defesa activa as metralhadoras das B. F. em missão secundária, e as metralhadoras dos Batalhões em reserva (missão principal).

Os C. M. de 20^{mm} da Companhia de D. C. A. divisionária constituirão uma rede de defesa baixa, cobrindo especialmente as zonas de estacionamento das reservas, os P. C. dos R. I. e D. I., os postos de remuniamento e as zonas de instalação da Art.

Praticamente o estabelecimento da rede simplifica-se descentralizando parcialmente o dispositivo dos C. M., quer dizer, atribuindo a cada R. I. um a dois postos (em geral conserva-se o dispositivo já fixado para o desenvolvimento da Div.) e conservando os restantes à disposição do Comandante da Companhia divisionária para cobrir especialmente: o P. C. da D. I., as partes mais vulneráveis do dispositivo de artilharia e, eventualmente, os L. D. de munições.

Quando se trate de um ataque com carros, em que o escalão de ataque é constituído por unidades de carros, esse escalão tem de ser coberto especialmente com aviação e com unidade D. T. C. A., que devem organicamente ser incluídos nas unidades blindadas.

*

O que dissemos tem aplicação para a Br. Cav. e P. U. de cavalaria no combate ofensivo, justificando-se algumas observações. Assim:

a) — No desenvolvimento para o ataque, pelo menos parte dos movimentos das unidades para as B. At. são feitos a cavalo (ou viaturas) em andamentos vivos, através do

Revista da Cavalaria

campo. Mas esse movimento não pode deixar de ser feito por lanços alternados entre as vanguardas que as unidades lançam e os grossos das mesmas.

Desta forma, atendendo a que os meios de tracção ou transporte dos C. M. e das secções de metralhadoras a. a. das unidades devem ser auto e T. T., teremos que quando a unidade executa um lanço tem à sua frente, na linha em que se estabelece a vanguarda, um dispositivo avançado de defesa baixa constituído pelos C. M. de 20^{mm} e secções de metralhadoras das unidades (regimentos) e ficando na linha de onde partem outras secções de C. M. e os postos D. C. A. orgânicos dos esquadrões (T. C. 1 dos esquadrões). Uma vez que o grosso da unidade atinja a máscara em cuja orla anterior se encontram as suas vanguardas, estas e os destacamentos de protecção, a que pertencem os C. M. de 20 e secções de M. a. a. do dispositivo avançado de D. C. A. executam em velocidade o novo lanço e os elementos de D. C. A. recuados avançam para se ir instalar na linha deixada pelos elementos avançados. Tal e qual como para as marchas de aproximação a pé, mas em ritmo muito mais rápido.

b) — Uma vez que as unidades apeiam são os grupos de cavalos desmontados (ou escalões de viaturas nas unidades motorizadas) os elementos do dispositivo mais vulneráveis. Por isso mesmo, ao preparar a segurança imediata do dispositivo de ataque os Comandantes de regimento ou G. C. utilizarão os C. M. de 20^{mm} de que disponham:

- na protecção das zonas de estacionamento dos grupos de cavalos desmontados e escalões de viaturas, onde, de resto, se encontram também, a maior parte das vezes, outros órgãos importantes a proteger: — postos de remuniciamento ou estacionamentos de viaturas de T. C. 1 descarregadas — e onde trabalham os órgãos avançados do serviço mecânico — secções de desempanagem dos esquadrões e, até, secções de reparações dos regimentos;

- na protecção dos B. F. e de fracções de artilharia de acompanhamento postas à sua disposição;

- na protecção do P. C. da unidade.

A ordem de prioridade no emprêgo dos C. M. para estas várias missões depende, acima de tudo, do grau de vulnerabilidade relativa que o terreno lhes faz adquirir.

Revista da Cavalaria

As secções de m. a. a. dos T. C. 1 dos E. e do Reg. completam a defesa baixa daqueles órgãos, que pode ser reforçada ainda com a acção de fracções de metralhadoras das B. F. e de unidades em reserva.

Na Br. Cav. as Batrs. de artilharia e de C. M. de que se disponha são empregadas semelhantemente ao que se viu no emprêgo desses órgãos pelo C. E., tendo em atenção que as partes da zona de acção que mais interessa cobrir são as zonas de estacionamento dos G. Cav. desm. e escalões de viaturas, as zonas de instalação das massas de artilharia da Brigada, as zonas de estacionamento das reservas e certos pontos sensíveis das retaguardas da Brigada, como sejam pontos de passagem obrigatórios para os movimentos das reservas e tráfego dos serviços.

2) No combate defensivo

A organização da cobertura e protecção anti-aérea, baseia-se nos princípios e processos que foram apresentados ao tratar o problema da D. C. A. nos estacionamentos e no combate ofensivo.

No fim de contas tudo se resume:

- a) — Em dispor os meios de defesa activa de que dispõem as P. U. e as companhias (ou batarias) de C. M. divisionários, por forma a que as faixas de terreno organizadas para a defesa fiquem cobertas por armas colocadas por forma que as circunferências correspondentes ao raio de acção de cada uma se cruzem e entrelacem;
- b) — em dispor as peças de artilharia e C. M. de 40^{mm} da unidade D. C. A. do C. E. na cobertura das retaguardas da P. R., tendo em vista cobrir, designadamente, a zona de instalação da massa de artilharia e as instalações de Comando e dos serviços, como vimos ao tratar do combate ofensivo.

Exemplos da cobertura aérea de um C. E.

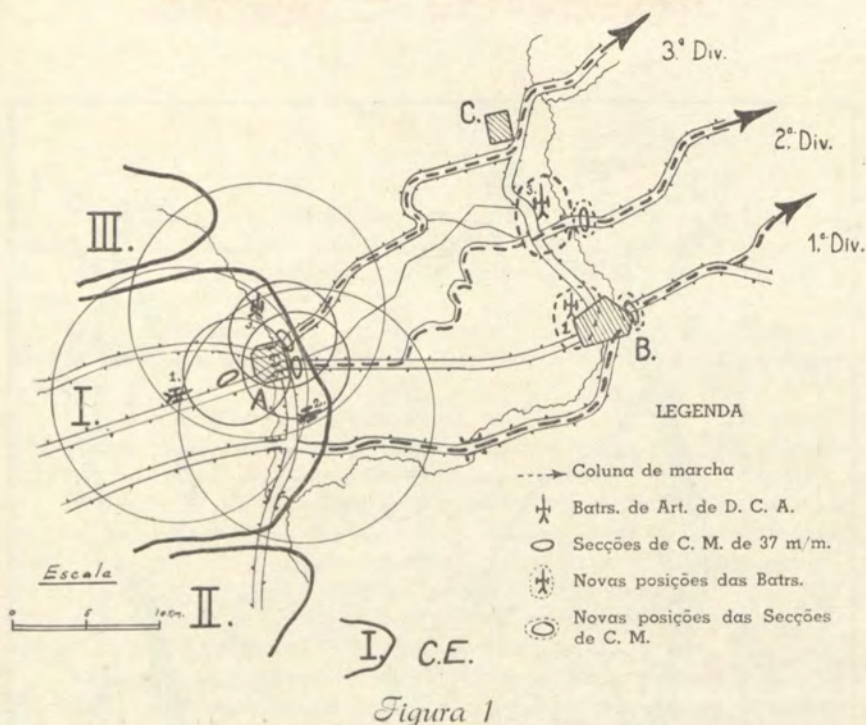


Figura 1

A figura representa:

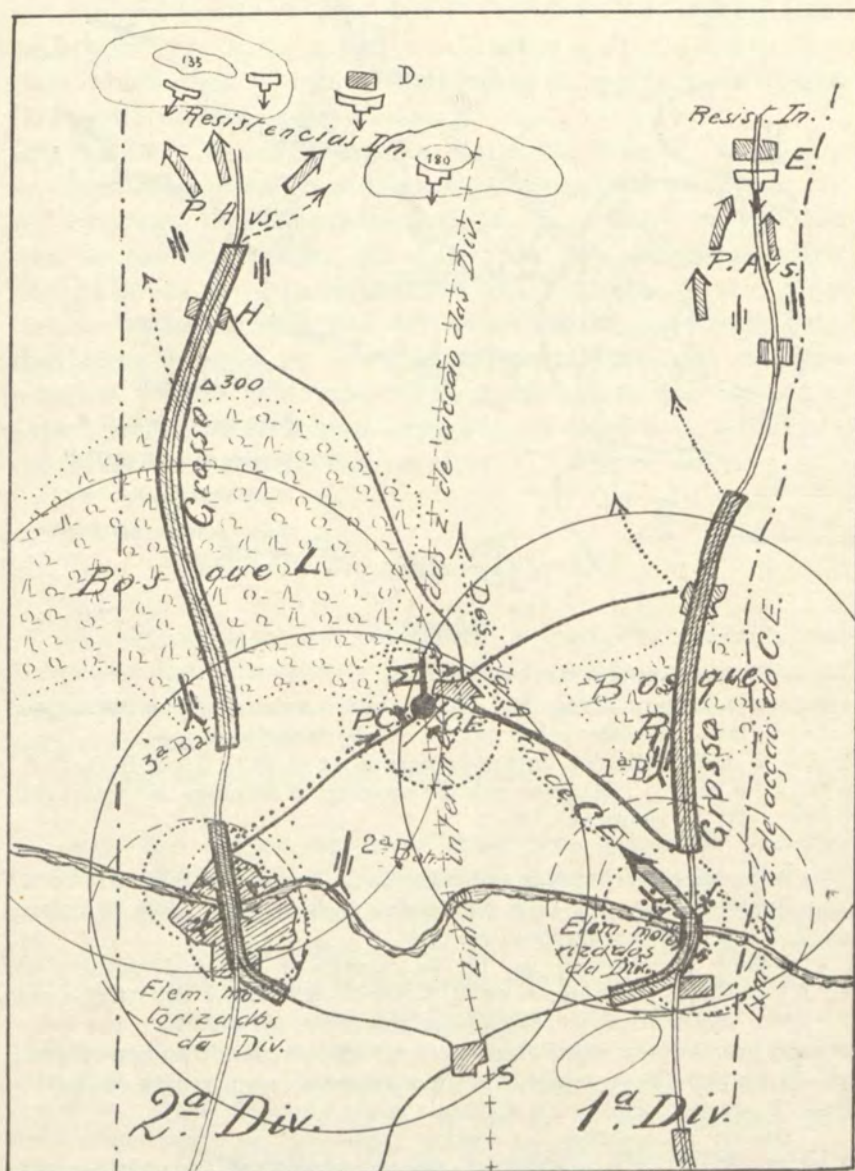
- a cobertura aérea do I. C. E., que marcha com as 3 Div. lado a lado, ao iniciar a sua marcha — cobertura dos P. I. —;
- a deslocação dos órgãos de defesa activa de C. E. (G. B. A. C. A. e Batr. C. M.) para cobrir as passagens forçadas na transversal B — C. (pontes).

A figura corresponde a um exemplo do livro *Unser Flak Artillerie*. Supõe-se que o I. C. E. dispõe de 1 G. B. A. C. A. (88) e de 1 Batr. de C. M. de 37^{mm} a 3 seções de 2 C. M.

Quanto à cobertura na Tr. In. verifica-se que o dispositivo do G. B. A. C. A. cobre todos os P. I., sendo dada maior importância aos P. I. em A., onde se encontra uma povoação importante e em que a grande proximidade dos P. I. das 2.^a e 3.^a Div. dá grande vulnerabilidade ao dispositivo nessa região. Pela mesma razão: as 3 seções da Bateria de C. M. de 37^{mm} em A. (em triângulo com 3,5 kms. de lado).

Quanto à cobertura nas pontes verifica-se que conservando a 2.^a Batr. de 88 na Tr. I. mantém-se ainda a possibilidade de cobrir os três P. I. Conserva-se uma Seção de C. M. de 37 em A. para reforçar a defesa nessa região. A deslocação representada, da 1.^a e 3.^a Bat. permite cobrir as três pontes, supondo-se que as pontes mais importantes, sob o ponto de vista da D. C. A., são as dos itinerários da 1.^a e 2.^a Div.

Tanto na Tr. In. como no curso de água, a defesa é reforçada com os C. M. de 20 das Div. e postos fixos de Metr. a. a. das unidades, ali colocados antes da passagem das respectivas unidades.



— Bat. de Art. D. C. A. (75 a 88); Circunf. maior (raio de ação)

✂ Bat. de C. M. de 37 a 40 m/m.; Circunf. tracejada (raio de acção)

Seções de C. M. de 20 m/m.; Circunferência pontuada (raio de acção)

Fig. 2

Revista da Cavalaria

Figura 2 (Legenda)

Na fig. 2 representa-se a D. C. A. do C. E. quando as Div. em primeiro escalão iniciam o desenvolvimento para as operações de tomada de contacto, em face de resistências encontradas na linha p. c. 135 — pontos D. e E.

A Art. de corpo tem ainda elementos a atravessar as pontes; na frente dos escalões motorizados das Div. outros elementos estão a tomar posição.

A Div. de 2.^a linha aproxima-se do rio.

Os serviços (reabastecimentos e bagagem das 1.^a e 2.^a Div. seguem à retaguarda dos E. N. E. pelo itinerário da esquerda.

O G. B. A. C. A. coloca-se por forma a proteger especialmente o terreno entre as orlas S. dos bosques R. e L. e a ponte Y. (triângulo com uns 7 kms. de lado); onde vai desenvolver a Art. do C. E., onde se estabelecerá o P. C. do C. E. e onde se encontram as pontes.

A Batr. de C. M. de 37 continua a defender as pontes, sendo a defesa reforçada com a acção dos C. M. de 20 (defesa baixa).

Nesta fase, numerosas Metr. das unidades serão postas em posição de D. C. A. Os escalões motorizados das Div., E. N. E. e trens, utilizarão largamente os propícios bosques L. e R., para se dissimularem.

A Companhia de Vigilância vai estabelecer uma rede de vigilância aérea em toda a zona do C. E., a N. do rio, e procurando a ligação ao G. B. A. C. A. do C. E. com a D. T. C. A. de Ex. e das tropas que enquadram o C. E.

Figura 3 (Legenda)

Na figura 3 representa-se a organização da D. T. C. A. do C. E. na noite em que prepara o ataque.

Supõe-se que o ataque das 1.^a e 2.^a Div. à posição In. D. — E. falhou, e é quasi noite. O Comandante do C. E. vai renovar o ataque na manhã seguinte, para conquistar a posição D. — E.

Os R. I. das 1.^a e 2.^a Div. que desenvolveram, cobrirão o desenvolvimento e preparativos de ataque. A 3.^a Div. vai desenvolver durante a noite nos bosques R. e L.

Os E. N. E. (tropas de corpo) que ainda não tinham conseguido passar o rio, vão fazê-lo de noite.

São fixados órgãos de reabastecimento importantes em:

— J: centro de reabastecimento avançado;

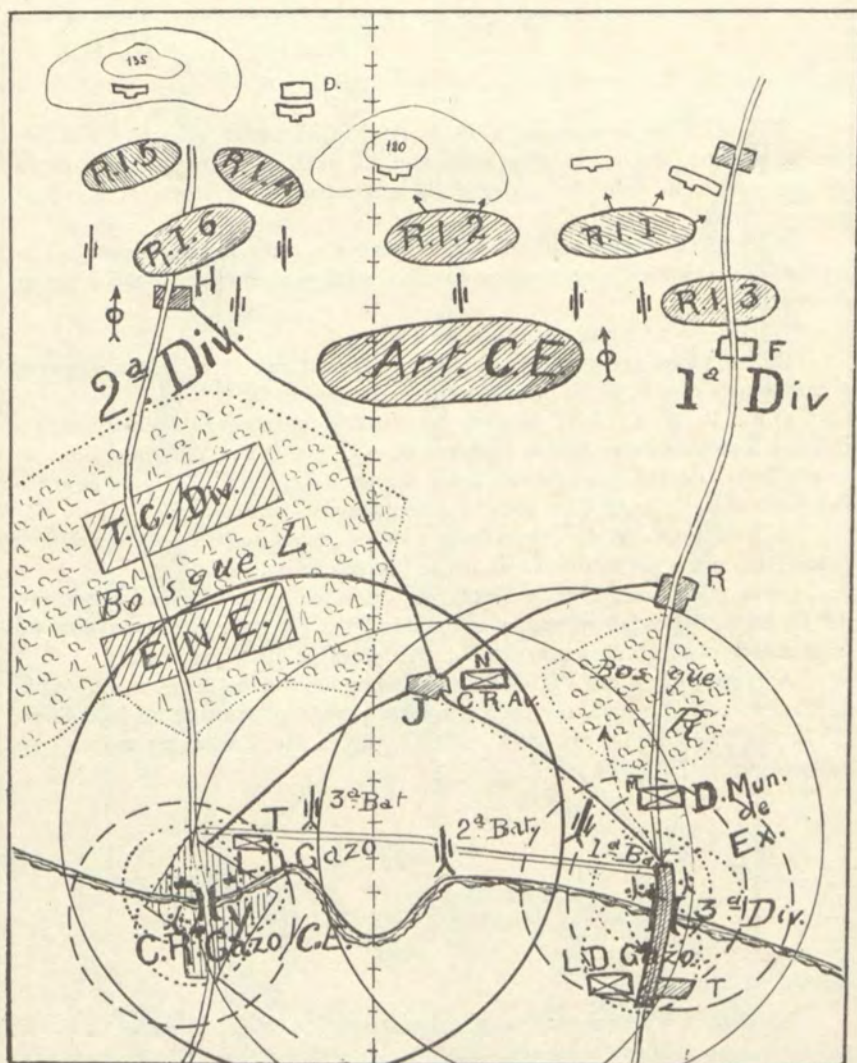


Fig. 3

- Y: (aproveitando o rio): o centro de reabastecimento Gazo do C. E.
- T: o L. D. Gazo em T.
- Na orla S. do bosque R.: Depósito de Munições do Ex.

O G. B. A. C. A. e a Batr. de C. M. do C. E., defendem a zona em que estes órgãos se instalam e as pontes. Os C. M. de 20 estofam a defesa nos pontos sensíveis.

Objectivos da Instrução

(No Quadro do Esquadrão)

pelo Tenente ANTÓNIO SPÍNOLA



No quadro da instrução de um Esquadrão de Cavalaria, o objectivo principal é, sem dúvida, o da preparação moral do esquadrão para a guerra.

É evidente que não deixa de ter a maior importância a preparação técnica, mas esta preparação assume

um aspecto até certo ponto secundário, perante a preparação moral.

Assim, para se obter um Esquadrão de Cavalaria, preparado para a guerra, é indispensável que, acima de tudo, cuidemos da formação do «*espírito cavaleiro*», em todos os seus componentes.

Sendo certo que o «*espírito cavaleiro*» é uma qualidade pessoal, não menos certo é que de um agrupamento de indivíduos, todos possuidores dessa qualidade, resulta um «*espírito cavaleiro*» colectivo de notável valor.

De nada servirá, ao chefe, ter sob as suas ordens uma numerosa cavalaria, se esta não possuir, no seu conjunto, aquela preciosa qualidade.

Quere dizer: o oficial poderá possuir em elevado grau «*espírito cavaleiro*», mas isso de pouco lhe valerá, se ele não tiver tido a habilidade bastante para incutir às praças do

Revista da Cavalaria

seu esquadrão, as qualidades viris que são apanágio da cavalaria.

Como formar, pois, o «espírito cavaleiro» nos homens do Esquadrão?

Julgamos, que deverá ser essa a inicial preocupação do seu comandante, aquela que o deverá acompanhar na sequência da sua actuação.

Assim, deverão ser observadas umas determinadas normas que consubstanciamos nos seguintes números:

1.º — Como o bom oficial faz o bom soldado, a primeira condição de êxito a exigir, é que o comandante do esquadrão tenha a envergadura de um futuro chefe.

Como se atinge esta envergadura? Afora as qualidades natas que, contudo, é preciso cultivar, há a juntar o estudo, a meditação das leituras ou dos factos da história, a observação inteligente das características do povo quanto a índole, a carácter, etc.

Assim se forma o chefe que, afinal, é a consequência de uma vida de trabalho intelectual persistente e de experiência prática.

Um verdadeiro chefe deve ser um modelo de virtudes militares tal que os soldados comecem por o admirar e acabem por o querer imitar.

Como só um cavaleiro pode formar eficientemente outros cavaleiros, compreende-se facilmente que o natural mentor de um esquadrão deva ser um *cavaleiro* na verdadeira acepção da palavra.

E, para se ser cavaleiro da Cavalaria, salvo raríssimas excepções, é necessário cuidar da formação cavaleira no seu duplo aspecto espiritual e profissional.

A formação espiritual do chefe do esquadrão é obtida, sobretudo, pelo estudo e meditação da história da Cavalaria, dos seus lances, do seu oportuno emprêgo, mais no quadro das pequenas unidades, do que no das grandes massas da Cavalaria.

A formação profissional implica mais com o presente do que com o passado; é, por assim dizer, uma adaptação dêste áquêle, porque o espírito deve ser o mesmo mas a actuação terá de ser diferente.

Revista da Cavalaria

O culto do cavalo deve ser sempre a regra para que o espírito se mantenha, e a prática conseqüente do desporto hípico nas suas diversas modalidades não pode por conseguinte sofrer desfalecimentos de qualquer natureza.

2.º — Como a história é a mestra da vida, compreende-se o alto poder que tem o seu estudo como elemento de formação espiritual dos homens. É, pois, de aconselhar a narrativa e crítica de factos passados relativos a rasgos de valor e outros que mostrem o papel desempenhado por elementos da cavalaria em incidentes de campanha.

Essas narrativas, devidamente comentadas por uma alma de chefe, começarão a influir notavelmente no espírito dos homens e levá-los-ão a pretender afirmar a sua personalidade, entusiasmando-os e insuflando-lhes a idéia de que eles também seriam capazes de praticar idênticos feitos se as circunstâncias se proporcionassem.

O sentimento patriótico é exacerbado, o sonho da glória, e o desejo de se distinguir, criarão reflexos no soldado, que mais tarde o levarão a praticar, quási sem dar por isso, os mais arrojados feitos.

3.º — Como o *espírito de arma* precisa ser criado e avigorado nos homens, o comandante do esquadrão deverá aproveitar tôdas as ocasiões que se lhe oferecerem para isso. E como o cavalo é, e continuará a ser, o principal fundamento dêsse espírito de arma, há que explorar esta circunstância para que o soldado tome amor à sua arma, por forma a não querer, de modo algum, dela sair por mais sedutora que seja para êle a perspectiva de mudança.

De resto, é o cavalo que dá ao soldado a noção mais perfeita daquêlê *espírito cavaleiro* em que terá ouvido falar.

4.º — Como a cultura física constitui um dos mais apreciáveis factores da educação militar do soldado, a ginástica a pé e a cavalo, os desportos em geral e nomeadamente na Cavalaria a *equitação*, devem merecer uma particular atenção.

É graças à equitação, quando ministrada racionalmente, que os oficiais poderão obter não só a confiança absoluta dos seus instruendos, como também a confiança do soldado em si mesmo.

É durante esta que o oficial começa a fazer o estudo psicológico dos seus homens, a conhecer a vontade que a

Revista da Cavalaria

cada um anima de se mostrar perfeito, o desejo de cada um conseguir fazer o mesmo que faz o seu oficial.

Mais tarde, depois de desembaraçados na instrução de picadeiro, em pleno campo, na instrução de exterior, é que haverá ensejo de acabar a formação do «*espírito cavaleiro*» dos homens. Aí, o oficial irá fazendo sob os mais variados pretextos, e isoladamente, a transposição dos maiores obstáculos que possa, sob o olhar atento dos homens; depois, pouco a pouco, começando pelos mais fáceis e acessíveis, irá gradualmente habituando os homens a vencer os obstáculos com uma confiança absoluta e a considerá-los até insignificantes, ao lado daqueles que viram transpor ao seu oficial.

O sentimento de admiração de que o soldado se possuirá pelas qualidades de decisão e desembaraço reveladas à sua vista pelo oficial, transformar-se-há gradualmente num legítimo sentimento de orgulho, por parte daqueles que voluntariamente, começam a vencer os mesmos obstáculos, por serem os primeiros entre os seus camaradas a dominar o natural receio de que estavam possuídos.

Pouco a pouco os voluntários crescem em número, até que, finalmente, raro será aquêle em que o medo seja invencível.

Ficam assim afirmadas as qualidades viris, que sempre foram apanágio da CAVALARIA, e atingido o *primeiro objectivo* da instrução do esquadrão.

As normas que enunciamos, nos dois últimos números, mostram a importância que ligamos à questão do cavalo na Cavalaria.

Temos pensado muito nas conseqüências morais que, nos ócios da paz, o desaparecimento do cavalo, trará para a formação e manutenção do nosso espirito de arma, e a influência desastrosa que para a educação moral dos nossos homens tal desaparecimento acarretaria.

Supomos mesmo que as nossas apreensões a êsse respeito, são de tal forma justificadas, que admitimos uma mudança integral na psicologia da nossa Arma, uma vez que a cavalaria se modernize.

Revista da Cavalaria

*

Como a sensata progressão do ensino tem uma natural influência na eficaz preparação do soldado, convém não esquecer que há inconvenientes em começar a exigir desde o início a afirmação de qualidades, que só a seu tempo poderão muitas vezes ser reveladas.

É portanto necessário equilibrar essas exigências, e fazer um estudo consciencioso da psicologia de cada um, para o futuro aproveitamento das qualidades reveladas pelos homens.

Um dos segredos de um comandante de esquadrão consiste, pois, no doseamento dessas exigências, porque disso depende a futura escolha dos homens para as diversas funções a distribuir-lhes.

Mas para conseguir o desideratum da preparação moral e material do esquadrão para a guerra, temos de repartir a nossa atenção pelos vários factores a considerar, quer de ordem moral, quer de outra natureza, como sejam os relativos à vida vegetativa, aos recursos existentes, às exigências do serviço estranhas à instrução propriamente dita, etc.

Essa repartição da atenção, precisa, naturalmente, ser muito meticulosa e, talvez nisso esteja o segredo de um bom comandante de esquadrão.

O capitão que saiba tirar partido das condições de trabalho que se lhe oferecem, que possua a intuição do comando, seja activo, zeloso e sabedor, pode imprimir uma orientação que se destaque, e da qual se possam deduzir regras gerais a seguir por todos.

Em todo o caso é preciso, para que tudo resulte bem, que a personalidade do capitão se afirme pela forma como reparte as suas atenções.

Não bastará, pois, ao capitão, interessar-se particularmente por isto ou por aquilo; ele tem de interessar-se por tudo e paralelamente exercer uma acção equilibrada junto dos seus subordinados.

Revista da Cavalaria

Quere dizer: a *primeira condição de êxito* da instrução do esquadrão é ter um bom comando.

Precisa êste comando de auxiliares imediatos capazes de o substituir e prolongar, sem abalos, a sua acção de comando. São eles, por força das circunstâncias, os seus subalternos. É certo que o exemplo do comando concorre em elevado grau para a consecução dos objectivos, mas isso não basta. É necessário que êsses oficiais subalternos correspondam integralmente à missão que lhes é confiada dentro do esquadrão.

Obter, dentro do esquadrão, oficiais com os predicados próprios, pode-se dizer, que deve ser a *segunda condição* a considerar.

Por maior que seja a dedicação e o valor dos oficiais subalternos, que dentro do seu esquadrão, colaborem com o seu capitão, desempenhando, a par da sua missão pedagógica, outras missões de carácter educativo, há necessidade de outros graduados que coadjuvem os subalternos enquadrando ainda mais de perto o soldado.

Terceira condição portanto, — bons graduados.

A conjugação simultânea destas três condições parciais, traz, como consequência, o admitirmos que o esquadrão reúne as condições primárias para atingir o objectivo final.

Temos, pois, organizado o quadro de instrutores.

É preciso agora dar a êste quadro uma uniformidade de pensamento e de acção, não só para evitar esforços desordenados, como também para obter no que se vai seguir, o maior rendimento possível.

Sintetizando o que acabamos de dizer, concluiremos:

Temos de considerar que o principal objectivo da instrução das tropas é o da sua preparação para a guerra.

Esta preparação deve ser moral e profissional, pois que na cavalaria, mais do que em qualquer outra Arma, os factores morais predominam sobre os materiais.

O sentido da honra militar, o espírito de sacrificio, a «panache» do cavaleiro que o leva a obrar prodígios de energia e audácia, isolado ou quasi isolado muitas vezes, nas ocasiões mais críticas, precisam ser desenvolvidos no mais elevado grau no início da instrução.

Revista da Cavalaria

É ao comandante do esquadrão que compete, em primeiro lugar, criar esse ambiente entre os seus homens.

Os objectivos portanto a atingir, são:

- 1.º — *Uma preparação moral perfeita.*
- 2.º — *Uma preparação profissional quanto possível completa.*

E, conjugando estes dois objectivos, há pois que cuidar da alma e do corpo, e não menos da inteligência e das qualidades de raciocínio do soldado, de maneira a obter militares na verdadeira acepção do termo, isto é, valorosos, fortes, sòlidamente instruídos, desembaraçados, destros, ou, resumindo, *soldados de cavalaria*.

Soldados que morram, mas que se não rendam.

Soldados que sejam ardentes, até ferozes, na luta, mas simples e generosos na vitória.

Soldados que saibam suportar a fadiga, a fome, a sede, estoicamente, sem um queixume, sem uma lástima.

Soldados que confiem no chefe, e que lhe entreguem as suas vidas para que delas disponha, sempre que seja preciso, em holocausto da PÁTRIA.

Eis o *objectivo da instrução* do esquadrão.





Concurso Hípico de Lisboa

pelo Tenente Coronel ROGÉRIO TAVARES



OMEÇARAM no dia 4 de Julho as provas do Concurso Hípico de Lisboa, com grande assistência e tão grande número de concorrentes — 73 na Inauguração e 83 na Omnium — que, tendo principiado o concurso às 14 horas só terminou depois das 21.

Campo bem arranjado, obstáculos bem apresentados, mas a nosso ver na prova Omnium podia haver alguns mais elevados, pois esta prova pouca diferença fez da Inauguração. Podia-se também ter conservado a modalidade de dividir a Omnium em duas séries como se fez em anos anteriores, evitando-se a inscrição do mesmo cavaleiro em dois percursos quasi iguais, principal causa do grande número de concorrentes que se registou nesta prova e de que resultou fadiga para muitos cavaleiros que efectuaram «n» percursos, e para o público que apanhou uma indigestão de obstáculos durante 7 horas seguidas.

Achámos muito poucos prémios para o número de inscrições havidas nas duas provas e pouco valiosos, muito

Revista da Cavalaria

principalmente na Inauguração. Se a actual crise indubitavelmente atinge quem organiza o Concurso, não menos se faz sentir nos magros recursos da maioria dos concorrentes, alguns dos quais, sabendo de antemão bem pouco prováveis as probabilidades de regular classificação, não hesitaram contudo em se inscrever, demonstrando um espírito desportivo e amor pelo hipismo dignos de menção. Correspondendo a êsse entusiasmo que necessário é manter e acarinhar, lembro-nos de um alvitre (aliás já experimentado em tempos) que serviria de estímulo e de prémio de consolação para muitos concorrentes: devolver aos cavaleiros que fizessem percursos sem faltas e que não ganhassem durante todo o concurso prémios pecuniários ou objectos de arte, a importância da inscrição correspondente às provas em que êsse facto se desse. Se há concorrentes a quem esta medida pouco beneficiaria, dadas as circunstâncias materiais em que se encontram, muitos outros agradeceriam esta maneira de proceder, constituindo um prémio justíssimo a quem trabalha e concorre para manter um desporto dispendioso e por isso pouco acessível aos poucos recursos da maioria.

*

Na prova «Junta da Província da Estremadura» (Inauguração) correram 73 cavaleiros. O percurso muito simples e com obstáculos pequenos, deu lugar à disputa em velocidade — que agora se justifica — o que não acontecia nas poules há pouco terminadas. O factor sorte interveio grandemente dada a própria natureza da prova ao alcance de qualquer animal, não admirando, pois, que se registassem 32 percursos sem faltas e 25 com uma falta.

A classificação foi a seguinte:

1.º — José Beltrão no <i>Montes Claros</i>	1 ^m 13 ^s $\frac{4}{5}$
2.º — Joviano Ramos no <i>Jocoso</i>	1 ^m 15 ^s $\frac{1}{5}$
3.º — José Carvalhosa no <i>Vilão</i>	1 ^m 15 ^s $\frac{4}{5}$
4.º — Coelho Dias no <i>Lord</i>	1 ^m 16 ^s $\frac{3}{5}$
5.º e 6.º (ex-aequo) António Spínola no <i>Unicante</i> e Arriaga no <i>Último</i>	1 ^m 18 ^s
7.º — Travassos Lopes no <i>Incrível</i>	1 ^m 19 ^s
8.º — O mesmo cavaleiro no <i>Paiol</i>	1 ^m 19 ^s $\frac{1}{5}$

Revista da Cavalaria

A prova «Secretariado da Propaganda Nacional» (Omnium) reuniu 83 concorrentes dos quais 24 fizeram o percurso sem faltas. Houve várias quedas, algumas aparatosas, tanto nesta prova como na anterior, mas felizmente sem consequências graves. Os cavalos argentinos classificaram-se à cabeça na Omnium (1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 6.º e 9.º lugares).

A classificação foi a seguinte:

1.º — José Morais no <i>Desejado</i>	1 ^m 17 ^s $\frac{4}{5}$
2.º — Luís Calafate no <i>Beduino</i>	1 ^m 18 ^s
3.º — Correia Barrento no <i>Raso</i>	1 ^m 18 ^s $\frac{1}{5}$
4.º — António Damião no <i>Adriático</i>	1 ^m 19 ^s $\frac{3}{5}$
5.º — Arriaga no <i>Último</i>	1 ^m 20 ^s $\frac{3}{5}$
6.º — José Morais no <i>Volta</i>	1 ^m 20 ^s $\frac{4}{5}$
7.º — Mena e Silva no <i>Rolito</i>	1 ^m 21 ^s $\frac{3}{5}$
8.º — Joviano Ramos no <i>Jocoso</i>	1 ^m 22 ^s
9.º — Luís Calafate no <i>Bandalho</i>	1 ^m 22 ^s $\frac{1}{5}$
10.º — Pascoal Rodrigues no <i>Namir</i>	1 ^m 22 ^s $\frac{4}{5}$
11.º — Sérgio no <i>Beaulieu</i>	1 ^m 23 ^s $\frac{2}{5}$
12.º — Helder Martins no <i>Optus</i>	1 ^m 23 ^s $\frac{3}{5}$

No domingo 5 disputaram-se as provas «Ministério da Economia» (Nacional) e percurso de «Caça». Concorrência enorme de público a ponto de nas tribunas não haver um lugar vago, o que mostra que o hipismo conta ainda muitos adeptos. Se o concurso fôsse internacional por certo se registaria uma enchente colossal.

Correu-se primeiro a Nacional que bem podia servir de modelo à prova Omnium, pois os obstáculos cresceram por forma a tornar a prova difícil de limpar, dando-lhe assim a categoria que merecem ter as provas do principal concurso hípico do nosso País. Em 40 percursos efectuados somente se registaram 3 sem faltas. A classificação foi a seguinte:

1.º — Mena e Silva no <i>Sacola</i> — sem faltas, em . . .	1 ^m 29 ^s $\frac{1}{5}$
2.º — Alves Pereira no <i>Xarão</i> — sem faltas, em . . .	1 ^m 31 ^s $\frac{3}{5}$
3.º — Banazol na <i>Valsa</i> — sem faltas, em . . .	1 ^m 33 ^s $\frac{1}{5}$
4.º — Francisco Braga no <i>Casende</i> — 3 pontos, em . . .	1 ^m 41 ^s $\frac{4}{5}$
5.º — Pascoal Rodrigues no <i>Namir</i> — 4 pontos, em . . .	1 ^m 24 ^s $\frac{4}{5}$
6.º — Mena e Silva no <i>Rolito</i> — 4 pontos, em . . .	1 ^m 28 ^s
7.º — Henrique Calado na <i>Xangai</i> — 4 pontos, em . . .	1 ^m 28 ^s $\frac{1}{5}$
8.º — Henrique Calado no <i>Único</i> — 4 pontos, em . . .	1 ^m 30 ^s $\frac{1}{5}$
9.º — Mário Andrade no <i>Ulme</i> — 4 pontos, em . . .	1 ^m 32 ^s $\frac{2}{5}$
10.º — Oliveira Reis no <i>Navi</i> — 4 pontos, em . . .	1 ^m 33 ^s $\frac{3}{5}$

Revista da Cavalaria

A prova percurso de «Caça» deu lugar à disputa cerrada entre os concorrentes, ressentindo-se muitos animais de saírem da sua passada normal. Sòmente se fizeram 6 provas sem faltas em 73 percursos. Continuaram os cavalos argentinos a ter lugar preponderante na classificação, pois dos 12 prémios da prova, 6 foram-lhe atribuídos. É certo que a infelicidade de uns se torna em sorte para outros e assim tanto nesta prova como na «Nacional» os 2 primeiros prémios foram perdidos no último obstáculo, respectivamente por Pascoal Rodrigues no *Namir* e Correia Barrento no *Raso*.

Os bons animais não andaram com sorte, não se classificando, entre outros, a *Fossete* e o *Adail*. Vitimada por uma congestão quando se preparava para entrar em pista, montada por Carvalhosa, morreu a égua *Saüdade*. É caso para se dizer que morreu no seu pôsto. Embora um tanto gasta, era um grande animal de concurso. A classificação no Percurso de «Caça», foi a seguinte:

1.º — Sacadura Cabral no <i>Bonito</i>	1 ^m 32 ^s $\frac{4}{5}$
2.º — Correia Barrento no <i>Raso</i>	1 ^m 35 ^s $\frac{2}{5}$
3.º — António Rabaça no <i>Abecar</i>	1 ^m 35 ^s $\frac{4}{5}$
4.º — António Rabaça na <i>Paloia</i>	1 ^m 36 ^s $\frac{3}{5}$
5.º — Correia Barrento no <i>Magul</i>	1 ^m 40 ^s $\frac{4}{5}$
6.º — José Beltrão no <i>Montes Claros</i>	1 ^m 41 ^s $\frac{2}{5}$
7.º — Funchal no <i>Corredor</i>	1 ^m 42 ^s $\frac{3}{5}$
8.º — Luís Calafate no <i>Bandalho</i>	1 ^m 43 ^s $\frac{2}{5}$
9.º — Henrique Calado na <i>Albuera</i>	1 ^m 44 ^s
10.º e 11.º (ex-aequo) Oliveira Reis no <i>Acusado</i> e Rhodes Sérgio no <i>Badil</i>	1 ^m 44 ^s $\frac{3}{5}$
12.º — Henrique Wollmer no <i>Saladino</i>	1 ^m 46 ^s

Em 11 disputaram-se as provas «Mocidade Portuguesa» (Discípulos) e «Câmara Municipal de Lisboa» (Grande Prémio). A primeira prova teve o seguinte resultado:

1.º — Manuel Moura no <i>Óbice</i>	1 ^m 0 ^s $\frac{1}{5}$
2.º — António Graça no <i>Bonito</i>	1 ^m 0 ^s $\frac{2}{5}$
3.º — Helder Mendonça no <i>Impulsivo</i>	1 ^m 0 ^s $\frac{3}{5}$
4.º — António Saldanha no <i>Vilão</i>	1 ^m 5 ^s $\frac{3}{5}$
5.º — Helder Mendonça no <i>Saladino</i>	1 ^m 6 ^s $\frac{4}{5}$
6.º — Raúl Pinto na <i>Zita</i>	1 ^m 7 ^s $\frac{3}{5}$

Destacou-se pela sua pequenez, desembaraço e correcção o concorrente António Saldanha. Para «Mocidade Portuguesa»

Revista da Cavalaria

achámos muitos concorrentes pouco «para diante», alguns muito sentados no selim e pouco correctos no emprêgo das pernas que se deslocavam, qual pêndulo de relógio, dos ilhais às espáduas, sem escolha de local apropriado nos flancos para conveniente actuação.

O Grande Prémio em que os obstáculos sendo volumosos estavam agradáveis de saltar, sem artimanhas que muitas vezes inutilizam as melhores provas, só forneceu um único percurso limpo. É interessante notar que nos 15 classificados só 3 montavam cavalos nacionais. A classificação foi a seguinte:

1.º — Reimão Nogueira no <i>Sado</i> — 0 pontos . . .	1 ^m 29 ^s $\frac{1}{5}$
2.º — Correia Barrento no <i>Raso</i> — 4 pontos . . .	1 ^m 30 ^s $\frac{3}{5}$
3.º — Correia Barrento no <i>Magul</i> — 4 pontos . . .	1 ^m 31 ^s $\frac{1}{5}$
4.º — Costa Pina no <i>Limerick</i> — 4 pontos . . .	1 ^m 31 ^s $\frac{4}{5}$
5.º — José Carvalhosa na <i>Fossete</i> — 4 pontos . . .	1 ^m 33 ^s $\frac{2}{5}$
6.º — Peixoto da Silva no <i>13</i> — 4 pontos . . .	1 ^m 44 ^s
7.º — Pascoal Rodrigues no <i>Namir</i> — 7 pontos . . .	1 ^m 39 ^s
8.º — Correia Barrento no <i>Adail</i> — 8 pontos . . .	1 ^m 28 ^s $\frac{1}{5}$
9.º — José Beltrão no <i>Montes Claros</i> — 8 pontos . . .	1 ^m 28 ^s $\frac{2}{5}$
10.º — Mena e Silva no <i>Rolito</i> — 8 pontos . . .	1 ^m 32 ^s
11.º — Peixoto da Silva no <i>Segur</i> — 8 pontos . . .	1 ^m 34 ^s $\frac{4}{5}$
12.º — Fernando Cavaleiro no <i>Abrantino</i> — 8 pontos . . .	1 ^m 35 ^s $\frac{1}{5}$
13.º — Helder Martins no <i>Optus</i> — 8 pontos . . .	1 ^m 35 ^s $\frac{3}{5}$
14.º — José Granate na <i>Inquiridora</i> — 11 pontos . . .	1 ^m 48 ^s $\frac{1}{5}$
15.º — José Moraes no <i>Paíol</i> — 12 pontos . . .	1 ^m 32 ^s $\frac{3}{5}$



O Tenente Reimão Nogueira montando o cavalo «Sado» em que ganhou o Grande Prémio de Lisboa

Revista da Cavalaria

No dia 12, último dia de concurso, disputaram-se as provas «Despedida» e «Taça de Honra».

Classificação da prova «Despedida»:

Percursos sem faltas

1.º — Henrique Calado na <i>Benguela</i>	58 ^s $\frac{1}{5}$
2.º — Fernando Cavaleiro no <i>Balázio</i>	59 ^s $\frac{3}{5}$
3.º — António Damião no <i>Sol</i>	1 ^m 6 ^s $\frac{2}{5}$
4.º — Júlio Cardoso na <i>Soja</i>	1 ^m 9 ^s $\frac{1}{5}$
5.º — Morais Monteiro na <i>Princesa</i>	1 ^m 10 ^s
6.º — Vasco Ramires no <i>Tzar</i>	1 ^m 10 ^s $\frac{1}{5}$

Com 4 faltas

7.º — Coelho da Silva na <i>Xarrama</i>	1 ^m 2 ^s $\frac{2}{5}$
8.º — António Damião no <i>Orone</i>	1 ^m 3 ^s
9.º — Vaz Cordeiro no <i>Batádico</i>	1 ^m 3 ^s $\frac{2}{5}$
10.º — Lemos Silveira na <i>Sereia</i>	1 ^m 4 ^s $\frac{3}{5}$
11.º e 12.º (ex-aequo) Barros e Cunha no <i>Batracó-fago</i> e Pais Azevedo no <i>Lagal</i>	1 ^m 5 ^s $\frac{2}{5}$
13.º — Emilianô Fernandes no <i>Tal Vai</i>	1 ^m 6 ^s $\frac{3}{5}$
14.º — Peixoto da Silva no <i>Incomati II</i>	1 ^m 6 ^s $\frac{4}{5}$
15.º — Abreu Lopes no <i>Napier</i>	1 ^m 9 ^s $\frac{2}{5}$

A «Taça de Honra» deu lugar a uma luta interessantíssima que só se decidiu na 4.ª barragem a 1^m,90.

A prova eliminatória foi feita sem faltas por Correia Barrento no *Raso*, João Mena no *Rolito*, José Morais no *Paíol*, Carvalhosa na *Fossete*, Barrento no *Adail* e Silveira na *Sereia*. Na 1.ª barragem a 1^m,60 ficou eliminado o *Rolito*, ficando por isso em campo 5 concorrentes que passaram todos à 2.ª barragem sem faltas. Na 3.ª barragem foram eliminados o *Paíol* e *Adail*. Na 4.ª barragem só passou limpo a *Fossete*. A classificação final foi:

- 1.º — José Carvalhosa na *Fossete*;
- 2.º — Silveira na *Sereia*;
- 3.º — Correia Barrento no *Raso* e no *Adail*.

Revelaram-se alguns animais de grande classe, principalmente nos argentinos e muitos mais certamente se revelarão se fôrem devidamente aproveitados. No dia 9 inaugu-

Revista da Cavalaria

raram-se as pistas para cavaleiros na Serra de Monsanto, correndo-se um «Cross Country» em que se classificaram:

1.º — Fernando Cavaleiro no <i>Balázio</i>	4 ^m 54 ^s
2.º — Herculano Moura no <i>Fusil</i>	4 ^m 59 ^s
3.º — Correia Barrento no <i>Abstênico</i>	5 ^m 1 ^s
4.º — Trigo de Sousa no <i>Mucalenga</i>	5 ^m 2 ^s
5.º — Reimão Nogueira no <i>Baco</i>	5 ^m 5 ^s

ou sejam 4 argentinos em classificação.

A prova tinha 3.000 metros, aproximadamente, o que dá uma média de galope de 600 metros ao minuto para o vencedor. Como a prova se disputou bastante tarde, havendo um chá oferecido à assistência e que foi servido antes da corrida, a atenção da maioria das pessoas fixou-se nos bolos e gelados, mais fáceis de controlar do que a parte desportiva, causa primária da reunião.

O panorama que se disfruta do Miradouro de Montes Claros é lindíssimo e o local presta-se a reuniões desta natureza se bem que o vento se faça sentir com violência, visto o local ser muito desabrigado, o que se torna desagradável para a assistência e prejudicial para os animais que não têm onde se abrigar depois das provas.

*

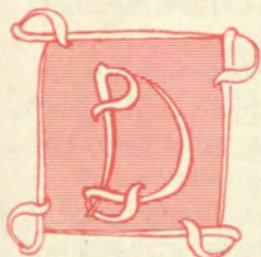
De notar — e com o maior aplauso — a concorrência de oficiais da Escola Prática de Engenharia ao Concurso de Lisboa, mostrando assim que o hipismo, escola de desembarço, pode ser praticado com excelente resultado por oficiais de todas as armas. É com o maior prazer que registamos este facto que só pode contribuir para fortalecer as qualidades que na guerra actual são pedidas à tropa de engenharia, como arma que cada vez tem papel mais importante e actuação mais enérgica e muitas vezes decisiva nos exércitos modernos.





O Campeonato do Cavalo de Guerra de 1942

pelo Capitão CORREIA BARRENTO



ESDE que tomámos parte no Campeonato do Cavalo de Guerra, nunca tínhamos verificado um tão grande número de concorrentes, facto que registamos com verdadeira satisfação.

Sem dúvida, o interesse dos cavaleiros por esta prova tem aumentado de ano para ano e julgamos poder afirmar, que a concorrência deste último excedeu mesmo toda a expectativa e bateu o «record» em relação a todos os outros.

Lá estavam todos os cavaleiros, que sempre temos o gosto de ali encontrar e a que podemos até chamar «Habitues» e grande era também o número de novos e de debutantes.

Os cavalos argentinos, é um facto, vieram animar esta prova, aliás como outras do género, tanto mais que nos parece que a eles se deve uma boa parte do entusiasmo hípico dos últimos tempos.

Os novos oficiais, mesmo os que não têm destes cavalos, sentem e muito bem, que é preciso marcar lugar dentro da sua arma e, cheios de boa vontade, não se deixam ficar para trás.

Revista da Cavalaria

Bem hajam todos êles, pois quanto a nós, é êsse mesmo o espírito que deve existir na cavalaria.

Trabalhando com gôsto e persistência, tomando parte em tôdas as provas, sempre que nos seja possível faze-lo mesmo em qualquer cavalo, além de tudo mais, adquirem-se os conhecimentos indispensáveis, para um dia, quando tivermos a sorte de arranjar um bom cavalo, o podermos aproveitar convenientemente.

Também notámos melhor preparação nos cavalos do Campeonato, tanto no que diz respeito à prova de Ensino, como também na «Condição» em que os mesmos se apresentaram.

A prova de Cross, tôda com muito bom piso, tinha obstáculos grandes e todos de bom aspecto. O número de cavalos penalizados nesta prova — conforme adiante se indica — foi, todavia, maior que o dos anos anteriores, o que se deve attribuir ao facto de os últimos obstáculos, que eram também grandes, serem transpostos com maior dificuldade, visto os cavalos, necessariamente, virem já cansados.

Em compensação, o número de cavalos beneficiados no steeple, foi muitíssimo maior, e isso só se pode attribuir ao bom estado da pista que estava elástica, sem estar mole em demasia, facto que já não verificávamos há uns anos.

Já num pequeno artigo sôbre o Campeonato, que publicámos na nossa Revista, tínhamos attribuído ao piso demasiado mole a causa de, desde 1935, nenhum cavalo atingir o beneficio máximo nesta prova.

Deu-se, porém, um engano de cronometragem dos percursos de steeple de alguns cavalos aos quais cremos tenha sido marcado um minuto a mais. Somos levados a esta conclusão pelo conhecimento que temos dêsses cavalos, pela maneira como sabemos fizeram esta prova e pelo tempo marcado pelos cronómetros que trabalhavam por fora.

No fim do cross todos os cavalos estavam em bom estado sendo todos aprovados na inspecção. No dia seguinte fizeram umas boas provas de obstáculos, saltando sem dificuldade.

Houve contudo bastantes cavalos desclassificados nesta prova, por azar de uns e má preparação de outros, mas nenhum por estar incapaz de fazer o esforço de um percurso.

Revista da Cavalaria

Para completar o que acabamos de dizer sôbre o Campeonato, transcrevemos alguns dados que nos parecem interessantes:

	1. ^a Série	2. ^a Série	Total
Tomaram parte no Campeonato	31	26	57
Tomaram parte na Prova de Fundo	31	23	54
Concluíram a Prova de Fundo	26	20	46
Concluíram o Campeonato	21	16	37

Dos 37 concorrentes que completaram o Campeonato, tiramos os seguintes dados:

	1. ^a Série	2. ^a Série	Total
<i>No cross</i>			
Penalizados	12	12	24
Beneficiados	7	3	10
Cumpriram apenas (sem penalização nem beneficiação)	2	1	3
<i>No steeple</i>			
Penalizados	3	4	7
Beneficiados	12	7	19
Cumpriram apenas (sem penalização nem beneficiação)	6	5	11
<i>Estrada e pista rasa</i>			
Penalizados	—	—	0
<i>Inspecção</i>			
Reprovados	—	—	0

Revista da Cavalaria

Os oito prêmios do Campeonato foram distribuídos conforme indica o quadro seguinte:

Classificação geral	Cavaleiros	Unidades	Cavalos	Coudelaria	Classificação por séries		Pontos de penalização
					1. ^a	2. ^a	
1. ^o	Cap. Correia Barrento.	D. R.	<i>Guizo</i>	Alter	—	1. ^o	19,2
2. ^o	Ten. Reymão Nogueira	E. E.	<i>Bacoco</i>	Argentino	1. ^o	—	28,1
3. ^o	Alf. Sampaio . . .	E. P. C.	<i>Jaqueta I</i>	Alter	—	2. ^o	46,6
4. ^o	Ten. Carvalhosa . .	G. N. R.	<i>Vilão</i>	C. N.	—	3. ^o	51,1
5. ^o	Alf. Cavaleiro . . .	E. P. C.	<i>Baldzio</i>	Argentino	2. ^o	—	51,8
6. ^o	Cap. Guedes Campos	E. P. C.	<i>Absurdo</i>	Argentino	3. ^o	—	55,7
7. ^o	Ten. Banazol . . .	E. P. C.	<i>Juliane</i>	Alter (Sobral)	4. ^o	—	78,4
13. ^o	Alf. Rangel . . .	R. C. 7	<i>Cazevitch</i>	Alter	—	4. ^o	166,8

O Campeonato de 1942, veio mostrar mais uma vez a necessidade de se modificar o Regulamento desta prova, con-



O Capitão Correia Barrento transpondo um obstáculo, no Cavallo «Guizo» em que ganhou o Campeonato do Cavallo de Guerra de 1942

forme já temos aqui preconizado; só com essa modificação a prova de Ensino deixará de ter a preponderância que actualmente tem sobre as restantes provas do Campeonato.

Campeonato do cavalo de guerra de 1942

CONCORRENTES		CAVALOS	PROVA DE FUNDO														Prova de obstáculos		Soma das penalizações		Soma das beneficiações		Penalização final		Classificação final		Classificação por séries																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
			Prova de ensino		Estrada e pista rasa		CROSS				STEEPLE				1.ª série												2.ª série																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
			Penalização		Penaliza-ção		Tempo gasto	Penalização		Beneficiação		Tempo gasto	Penalização		Beneficia-ção		Penalização R. V. R. F.		R. V.	R. F.	R. V.	R. F.	R. V.	R. F.	R. V.	R. F.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
			R. V.	R. F.	R. V.	R. F.		R. V.	R. F.	R. V.	R. F.		R. V.	R. F.	R. V.	R. F.	Faltas	Tempo									R. V.	R. F.	R. V.	R. F.	R. V.	R. F.	R. V.	R. F.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
N.ºs	Postos e nomes																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										</

Quadro n.º 2

Séries	CONCORRENTES		CAVALOS	Pontos atribuídos a cada concorrente	BENEFICIAÇÕES		Soma das Beneficiações	PENALIZAÇÕES								Soma das penalizações	Pontuação Final	Classificação	Concorrentes n.ºs
	N.º	Postos e nomes			Cross	Steeple		1.ª prova de ensino	2.ª prova de FUNDO				3.ª prova de obstáculos						
									1.ª estrada	2.ª estrada	Pista rasa	Cross	Steeple	Faltas	Tempo				
2.ª Série	33	Alferes Dôres	<i>Xistoso</i>	1.000	—	33	33	20	—	—	—	60	—	30	—	110	923	10.º	33
	34	Tenente Leote	<i>Jaqueta II</i>	1.000	—	36	36	20	—	—	—	230	—	10	—	260	776	12.º	34
	35	Alferes Alves Pereira	<i>Altivo</i>	1.000	—	—	—	30	—	—	—	270	10	10	1	321	679	13.º	35
	39	Alferes Cardoso	<i>Vascão</i>	1.000	—	33	33	60	—	—	—	20	—	20	—	100	933	9.º	39
	40	Tenente Martins Soares	<i>Tordilho</i>	1.000	—	36	36	50	—	—	—	310	—	10	5,5	375,5	660,5	14.º	40
	41	Alferes Caldeira de Carvalho	<i>Xaorte</i>	1.000	12	18	30	30	—	—	—	—	—	20	—	50	980	6.º	41
	42	Alferes Lemos da Silveira	<i>Ulmeiro</i>	1.000	—	—	—	50	—	—	—	260	2760	10	—	3080	2080	16.º	42
	43	Capitão Mena e Silva	<i>Orgil</i>	1.000	—	36	36	15	—	—	—	130	—	10	—	155	881	11.º	43
	44	Alferes Aguiar	<i>Esquecido</i>	1.000	12	36	48	35	—	—	—	—	—	40	—	75	973	7.º	44
	45	Capitão Campos Costa	<i>Félix</i>	1.000	—	30	30	20	—	—	—	20	—	20	—	60	970	8.º	45
	46	Tenente Carvalhosa	<i>Vilão</i>	1.000	45	36	81	10	—	—	—	—	—	10	—	20	1061	2.º	46
	47	Alferes Sampaio	<i>Jaqueta I</i>	1.000	45	36	81	10	—	—	—	—	—	—	—	10	1071	1.º	47
	50	Alferes Pereira de Carvalho	<i>Ultriz</i>	1.000	—	—	—	50	—	—	—	360	90	20	—	520	480	15.º	50
	54	Alferes Rangel	<i>Cazevitch</i>	1.000	42	36	78	30	—	—	—	—	—	10	—	40	1038	4.º	54
	55	Alferes Coelho da Silva	<i>Xarrama</i>	1.000	12	36	48	35	—	—	—	—	—	20	—	55	993	5.º	55
	56	Capitão Correia Barrento	<i>Guizo</i>	1.000	30	36	66	5	—	—	—	—	—	—	—	5	1061	3.º	56

Revista da Cavalaria

Nos últimos anos, e especialmente sempre que tem ganho um cavalo nacional, essa vitória se deve particularmente à boa classificação da prova de Ensino.

Esta irregularidade, porque o é, sem dúvida, está prevista e remediada no novo Regulamento que temos grandes esperanças que para o próximo ano seja finalmente pôsto em execução.

Como nos anos anteriores, apresentamos um quadro (quadro n.º 1) com todos os dados sôbre o Campeonato, aplicando também as penalizações e beneficiações previstas pelo futuro Regulamento.

Por êsse quadro se vê, pois, que a classificação geral seria bastante diferente e, se observarmos as provas de Fundo com atenção, encontramos-la mais verdadeira e racional.

As duas séries passam a ser absolutamente independentes, conservando-se as velocidades exigidas actualmente, apenas na 1.ª série; as da 2.ª série diminuem.

Para melhor elucidação dos que nos leiam, procuraremos mostrar quais as alterações do novo Regulamento, pela convicção em que estamos, repetimos, de que será finalmente pôsto em execução no próximo Campeonato.

Apresentamos no quadro n.º 2 a sua aplicação no que respeita aos concorrentes da 2.ª série que terminaram êste Campeonato.

Pela diferença de velocidades exigidas, altera-se bastante a classificação dessa série, principalmente quanto aos primeiros classificados.

*

Disposições do novo Regulamento

A prova de Ensino é semelhante nos exercícios e igual quanto à classificação.

Na tabela que se segue, indicamos os valores e penalizações correspondentes, no que respeita a esta prova.

Revista da Cavalaria

Número de pontos atribuídos pelo júri	Penalização correspondente
400 a 376	0
375 a 351	5
350 a 326	10
325 a 301	15
300 a 276	20
275 a 251	25
250 a 226	30
225 a 201	35
200 a 176	50
175 a 151	60
150 a 100	100
Abaixo de 100	200

— A prova de Fundo consta de:

- A) Marcha de 7 quilómetros à { 1.^a série 240^m p. m. ou seja 29^m 10^s
 velocidade { 2.^a série 200^m p. m. ou seja 35^m
- B) 4 quilómetros de steeple . { 1.^a série 600^m p. m. ou seja 6^m 40^s
 . { 2.^a série 534^m p. m. ou seja 7^m 25^s
- C) Marcha de 15 quilómetros . { 1.^a série 240^m p. m. ou seja 62^m 30^s
 . { 2.^a série 200^m p. m. ou seja 75^m

D) 8 quilómetros através do campo com a velocidade que será fixada depois de marcado o percurso. Esta velocidade poderá variar entre os seguintes limites:

1.^a série — 400 a 450^m p. m.

2.^a série — 380 a 430^m p. m.

E) 2 quilómetros a percorrer em pista rasa com a velocidade de 333^m p. m. ou seja em 6 m.

Penalizações — Nos dois percursos de marcha e no de pista rasa:

5 pontos por cada período começado de 5 segundos além do tempo concedido.

Revista da Cavalaria

No steeple e no cross:

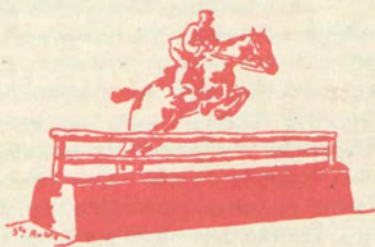
10 pontos por cada período começado de 5 segundos além do tempo concedido.

Beneficiações — Só existem no steeple e cross:

Steeple — 3 pontos por cada período começado de 5 segundos a menos que o tempo concedido. Máximo benefício 36.

Cross — 3 pontos por cada período começado de 10 segundos a menos que o tempo concedido. Máximo benefício 72.

— Prova de obstáculos — absolutamente igual à actual.



Jornaes revistas livros

«Medicina Veterinária»

Revista Técnica da Associação dos Estudantes de Medicina Veterinária

Lêmos, com o maior agrado, os três números publicados da nova Série da Revista dos Estudantes de Medicina Veterinária, que levam por diante o simpático empreendimento iniciado por Picão Telo e Amadeu Gonçalves nos «Ecos Veterinários»: «defender e prestigiar a classe médico-veterinária».

São sempre dignos do maior carinho e franco apoio, todos aquêles que procuram elevar a sua classe, tendo, por isso, a «Revista da Cavalaria» a maior satisfação ao saudar a «Medicina Veterinária», órgão daqueles, que, amanhã, serão médicos-veterinários, e, portanto, colaboradores indispensáveis dos oficiais de cavalaria.

Os números publicados, encerram valiosa colaboração de dois Professores Ilustres da Escola de Medicina Veterinária, Drs. Joaquim Fiadeiro e Mário da Rosa, o primeiro arquivando nas suas colunas a sua notável conferência «Produzir» — «Economizar» — proferida na «Casa do Alentejo», o segundo, dando-nos leitura interessantíssima sôbre os seus mais recentes trabalhos de Genética.

Colabora também o Professor Jacinto Ferreira com um interessante e valioso trabalho sôbre a «Bacteriologia do Leite» em que especifica, com a sua notável clareza, a «frequência de espécies patogénicas para o homem». O Quintanista Caldeira Areias publica um estudo sôbre a equicultura Nacional, na parte que respeita à «Raça Alter», fazendo oportunas considerações sôbre a «variação desordenada» a que chegou, em Portugal, a produção eqüina, mostrando os motivos dêste estado de coisas e os meios, em seu entender, de os remediar, focando o que se passa em relação ao Exército e ao produtor, problema Nacional de há muito encerrado no círculo vicioso: «O Exército não compra porque o produtor não produz; o produtor não produz porque o Exército não compra».

Põe em destaque a importância que tem para a produção cavalar o estudo e a aplicação dos modernos princípios da genética aplicada e, com justa razão, passa a afirmar, depois, que é necessário interessar o lavrador prestando-lhe a maior assistência técnica, por parte da Estação Zootécnica Nacional.

Revista da Cavalaria

Faz, adiante, o bosquejo histórico da Coudelaria de Alter, terminando o seu trabalho por afirmar que o cavalo nacional presta inestimáveis serviços na fileira da Cavalaria, chegando mesmo a dar cavalos de desporto, por vezes de grande nomeada, como sucedeu ao «Avro» e ao «Hebraico» fazendo um resumo das «performances» destes dois cavalos.

Raúl Páschoa, escreve sobre o momentoso problema «Cavalo-aveia ou Cavalo-vapor?» descrevendo o que se tem passado nos vários países com a «invasão do H. P.» e terminando por afirmar que, quando o homem «regressar à terra» se verá a braços com um grave problema: o da falta de tracção para o seu comércio, indústria e agricultura.

Completam o sumário dos três números desta série da «Medicina Veterinária», mais alguns artigos da colaboração técnica e do movimento associativo que tornam a sua leitura e consulta interessante e proveitosa.

Devem vencer os alunos da «Medicina Veterinária» porque como diz o seu director — «A «Medicina Veterinária» sabe o que quer e quanto vale a classe que serve» e, quem *«sabe o que quer — Vence»*.

P. F.

Manual de tiro de Metralhadoras contra aviões e páraquedistas

Pelo Tenente Alfredo Pereira da Conceição

Com este título, apareceu recentemente mais uma publicação da autoria do Tenente Sr. Alfredo Pereira da Conceição, oficial que desde há tempo vem contribuindo com os seus estudos para o aperfeiçoamento da instrução da sua arma, pondo generosamente ao serviço desta, tôdas as suas qualidades de trabalho e inteligência.

O seu novo livro — di-lo ele próprio — é a resposta às constantes perguntas que sobre o assunto recebia dos seus camaradas, pois apenas estas o levaram a encarar a possibilidade de escrever o Manual; e em boa hora o fez porque assim a nossa literatura militar tem mais um livro de utilidade incontestada, cuja falta se fazia sentir. Ao lê-lo ficou-nos a impressão de um trabalho bem apresentado e consciencioso. Escrito com aquela meticulosidade que caracteriza o Autor, o seu Manual não serve só ao Infante; o Cavaleiro também ali encontrará vasto assunto de aprendizagem, muito embora a teoria em que se baseiam os aparelhos de pontaria anti-aérea da Breda não seja a mesma dos da nossa Madsen.

A *Revista da Cavalaria* agradecendo ao Autor a gentileza da oferta do exemplar enviado, faz votos para que os resultados obtidos com a sua leitura, correspondam à utilidade da obra — vencer a rotina e aperfeiçoar a instrução de tal modalidade de tiro, lutando contra as dificuldades do tempo de instrução, etc.... que se de facto algumas existem, muitas mais cria, por vezes, a nossa fértil imaginação.

S. A.

Cavalaria

por «EQUUS»



Caidos no mesmo dia, um nas neves da Rússia, outro nas areias da Líbia, lembram-nos os dois cavaleiros do «Scopone» e da «Crispa» a lutar na derradeira prova, lançando-se sôbre o último poste de chegada: o mais glorioso.

Será uma simples coincidência; não digo que não, mas bastante estranha. Acreditais que seja possível o Acaso, nada mais que o Acaso fazer cair no campo de batalha quási à mesma hora a 4.000 Kms.

um do outro, dois Bravos, dois Generais, dois Cavaleiros como Borsárelli e De Carolis? Na minha opinião a questão não é tão simples como parece à primeira vista, mas ao contrário, nela há qualquer coisa de sobrenatural; ainda mais, qualquer coisa de sugestivo. Tenho a certeza que pensam como eu todos aquêles que como eles, fazem parte dêsse mundo de cavaleiros.

Antes de falar nestes dois heróis desaparecidos, não posso deixar de vos dizer alguma coisa acerca dêste mundo de cavaleiros, senão eles vos apareceriam desfocados, espiritualmente incompreendidos como personagens de certos retratos modernos, colocados num fundo neutro e incolor. Mas ao contrário, se os metermos, como se fazia na antiga escola de pintura, no seu característico ambiente, a compreensão da maneira de ser dêstes dois heróis será muito mais clara. E portanto vós agora compreendereis minhas dúvidas sôbre a cegueira do Destino que fêz perecer, a poucas horas de distância, dois Bravos, dois Generais, dois Cavaleiros como Borsárelli e De Carolis.

Disse «mundo», falando dos cavaleiros, e repito-o. É um mundo talvez não muito numeroso — composto de alguns milhares de cavaleiros militares, uns ao serviço e outros de licença e poucas centenas de cavaleiros civis — mas as leis tradicionais que dirigem a sua mentalidade e o seu modo de vida dão-lhes um carácter particular e inconfundível.

Sem querer ferir alguém, permito-me chamar-lhe Casta, porque assim o é verdadeira e espiritualmente. «A Casta dos cavaleiros italianos». E destaco esta classificação porque se trata de uma Casta tipicamente Nacional por origem, por ética e por actividade. Não vem de idéias espirituais e desportivas, do Estrangeiro; nasceu de nós, por virtude dos mestres Italianos; de nós saíram as suas leis; entre nós se encontraram os melhores executantes. O resto do mundo, os exércitos Estrangeiros muitas vezes tentaram imitá-la, melhorá-la mas nunca conseguiram. Italiana nasceu e Italiana ficará. Ainda hoje, em todo o mundo, quando se fala dos nossos cavaleiros, não há ninguém competente e honesto que não diga que eles foram, são e serão, os melhores, *die besten, les meilleurs, the best in the world*.

Revista da Cavalaria

As leis que regem este pequeno mundo dos nossos cavaleiros são uma mistura — que pode ao profano parecer esquisito — de estético, de desportivo e de moral. Não se limitam ao campo hípico propriamente dito; vão muito mais longe. Descrevem e prescrevem qual deve ser a conduta, a mentalidade e a atitude exterior do cavaleiro em qualquer circunstância da vida; a cavalo e a pé; em paz e em guerra. Mutatis Mutandis, estas regras lembram um pouco as «suras» do Alcorão que sob o pretexto das prescrições religiosas ditam normas da vida prática, social e também de higiene.

O Alcorão dos cavaleiros, porém, nunca foi escrito, as nossas leis jámais foram codificadas. Transmitem-se por tradições, de geração em geração e sobrevivem naqueles símbolos desportivo-guerreiros que são a Escola de Pinerolo (a «casa mãe» dos cavaleiros), os Regimentos da Arma e os Grupos de Cavalaria Colonial.

Ao jovem cavaleiro prescreve-se: «tens de fazer assim como deixou dito o Caprilli, o Bolla e o Bianchetti, ou como fez na guerra, Baracca, Lajolo e Castelbarco». Ele executa e ensina por sua vez aos seus soldados segundo as leis dos seus antepassados. E de facto estas não são banalmente traduzidas em parágrafos de regulamento, as leis do cavaleiro adquirem, ao contrário, um sabor tradicional e lendário que é muito mais eficaz e persuasivo que tôdas as circulares ministeriais. Exactamente como as canções das Tropas Alpinas, que ninguém se ocupou de escrever ou de espalhar mas que qualquer soldado entôa com muito mais prazer do que os hinos premiados e oficiais.

Das nossas leis (cito sômente as principais), a primeira e mais elementar é aquela de *amar e praticar o cavalo*. O cavalo, para nós cavaleiros, é muito mais que um simples quadrúpede; é uma arma, um instrumento desportivo, e, isto que conta mais que tudo: um fiel companheiro. A sua prática faz, em paz, com que se mantenham o coração e os músculos em boas condições, e na guerra ter todos os quesitos necessários para o combate. Junto ainda que o contacto com o cavalo dá satisfações que são desconhecidas daqueles que não praticam a equitação e que compensam muitas vezes o contacto obrigado com certos bípedes muito menos razoáveis que êle (cavalo). Do amor pelo cavalo e da prática dos desportos equestres derivam os três postulados fundamentais da vida do cavaleiro:

1.º — *Amar a luta, os perigos e a aventura*. No tempo normal trata-se das lutas e aventuras das competições desportivas (mais perigoso do que se pensa porque não há cavaleiro algum que não tenha sido repaado como uma velha bota). Os cavaleiros em tôda a parte procuram as sensações mais fortes e mais viris da guerra. Mesmo fora da Europa nestes últimos vinte anos não faltaram ocasiões, na África ou seja onde fôr, para fazer fogo com uma espingarda. E não é necessário que a cavalaria seja empregada em massa como noutros tempos. Se as razões estratégicas ou geográficas muitas vezes fazem com que ela esteja parada, o cavaleiro sabe transformar-se imediatamente em infante, aviador, tropa de camelo, carrista e pára-quedista: não importa como e onde, porque êle só procura o sítio perigoso. — Arriscar a vida —.

Revista da Cavalaria

A natural consequência deste espírito é formar no cavaleiro, desde a sua infância o sentimento do sacrifício que com o tempo faz parte integrante do seu carácter. O nosso cavaleiro nunca admite ser segundo, quere ser sempre o primeiro. A sua elegância moral não lho permite manifestar mas sofre quando não chegou a este lugar. Assim como uma linda mulher não admite que outra tenha mais sucesso.

É uma característica espiritual que vos peço ter presente quando mais tarde vos falar destes dois bravos que aqui comemoro.

2.º — *Seguir em qualquer circunstância as leis da honra.* Ao anunciar-vos este princípio talvez fiquem surpreendidos pois que ele parecerá descabido a qualquer gentil homem. Mas nos tempos que vão correndo de civilização mecânica e de moral utilitária não é útil que uma categoria



O Ten.-Coronel Marchese Borsdrelli montando a égua «Crispa» num Concurso Hípico Internacional

humana tenha o hábito de lembrar a si mesma quais sejam as vias morais a seguir. A quotidiana concepção mercantil da existência está assim cheia de tantas tentações, induz a tantos compromissos, grandes e pequenos, que com a própria consciência com que os sábios dos tempos bíblicos pecavam sete vezes por dia, o sábio actual peca sete vezes mais. É precisamente este relaxamento da moral corrente que se opõe à rígida concepção daquilo que é lícito e daquilo que o não é, pela parte do nosso cavaleiro. Concepção um pouco antiquada, um pouco romântica, e se acreditais, razão por que muitas vezes nos alcunham de poetas ou de Dom Quixotes da idéia, ou, mais simplesmente, de idealistas. E assim é: sejamos francos; preferimos ser poetas idealistas que aproveitadores inteligentes.

3.º — *Saber viver, combater e morrer com elegância.* É sólida crença de cada cavaleiro agir na vida, mas agir com *estilo*; que é sempre preciso preocupar-se com a maneira de fazer, não menos da substância,

Revista da Cavalaria

porque a primeira outra coisa não é que o índice ou seja a etiqueta da segunda; que se deva de cada coisa preferir o belo conjunto ao bom, sendo os dois conceitos parecidos mas não iguais. É uma concepção estética, esta que induz o cavaleiro a gostar, na vida militar, de tudo quando é brilhante, lindo e aprumado, que o leva a pretender, dos seus subordinados, aquela cuidadosa atenção da sua pessoa que é o luxo dos simples e dos pobres, que lhe confere o aspecto exterior — o «*elegante*».

É uma conduta que pode talvez parecer afectada mas que tem um valor espiritual muito profundo, conseguindo muitas vezes sair, com descaramento, digno Cirano, de situações difíceis e inconcebíveis.

Muitas exhibições mundanas, de grande uniforme, com impecáveis colarinhos duros, quando eramos alferes, mascaravam a pequena tragédia



O Ten.-Coronel Ugo de Carolis, montando o cavalo «Scopones» num Concurso Hípico Internacional

de uma carteira vazia ou de um jantar que foi um simples café. Nunca nenhum infante pode trocar, no Carso, dos cavaleiros apeados do sector vizinho, que se apresentavam de luvas brancas, monóculo e talvez de capa azul. O centilitro de água roubado à ração diária de um litro, na tórrida Somália, para fazer a barba, valia mais para os seus soldados, como afirmação de carácter, do que um tratado sobre a arte de comandar.

Eis aqui o que é o nosso cavaleiro: um conjunto de sentimentalismo e de desprêso pelo perigo, de rígida observância das leis da honra e de uma boémia concepção dos valores da vida, de um combativo espírito de corpo junto a um tenaz sentimento de emulação desportiva: tudo isto sob um lindo manto cintilante um pouco afectado, cheirando a cavalo, a solarine e a água de Colónia.

A nossa Cavalaria representou uma época nos séculos dezanove e vinte. Actualmente ela é talvez menor mas muito mais de que uma Época — é uma ideia.

Revista da Cavalaria

Dos mais recentes e ilustres cavaleiros desta idéia são os dois Generais, De Carolis e Borsárelli; aquêles cujo fim glorioso e simultâneo eu desejo fantasiar. Qualquer dêles, cada um à sua maneira, eram autênticos e pitorescos representantes do nosso tradicional mundo eqüestre. Pertenciam à geração dos *antigos*, aquêles que fizeram a outra guerra e que depois dela deram impulso ao nosso hipismo. Tornaram-se famosos e os seus nomes eram conhecidos entre os públicos cosmopolitas de todos os concursos hípicas dos últimos vinte anos.

À parte desta mesma origem de paixão desportiva e de espírito combativo, (tinham ambos as melhores condecorações) Borsárelli e De Carolis eram tão diferentes um do outro como pode ser um Italiano doutro Italiano. O primeiro pertencia à velha aristocracia Piemontesa; o segundo a uma boa burguesia Napolitana. Borsárelli, alto, robusto, falador, bem parecido, amante do belo sexo do qual era muito querido. De Carolis, pequeno, taciturno e casto. Mesmo na actividade desportiva eram antípodas. O primeiro, alto como era, preferia cavalos com muito sangue e as provas de velocidade (não é preciso mais que recordar os milagres acrobáticos, daquela microscópica égua que era a sua «Crispa»). O outro gostava, por contradição, dos cavalos enormes, das provas de potência e de altura (todos se recordam de o ver pregado sobre o amplo dorso do «Scopone» no vértice parabólico de um salto de dois metros de altura).

Na vida regimental, De Carolis era um superior justo e muito amado mas exercia o comando com muita severidade. Borsárelli, tinha o dom de conquistar os seus subordinados por todos os meios, e aproveitava-se do seu dom para os guiar amigavelmente. O primeiro era o chefe que no combate dizia «Para diante» e ia a diante de todos. O segundo era noutro género, dizia «Vamos» e partia de braço dado com o alferes da patrulha mais avançada falando de cavalos, de mulheres e doutras coisas agradáveis.

De Carolis e Borsárelli eram óptimos como todos os cavaleiros entre si. Mas a sua diferente maneira de ser e o seu espírito desportivo fazia com que fôsem inimigos cordiais no campo eqüestre. Algumas vezes os vi discutir de uma forma alegre diante do Júri dos concursos hípicas. Apesar de muito terem discutido, iam abraçados beber qualquer coisa dizendo mal da resolução do Júri e gabando os méritos do seu «Scopone» e da sua «Crispa».

Enfim, Borsárelli e De Carolis eram duas figuras de cavaleiros diferentes na aparência mas semelhantes no arranco e no sentimento. O destino guiou êstes dois bravos nesta guerra, sobre dois caminhos diferentes mas paralelos.

Não tendo qualquer dêles comando nas tropas da Arma, partiram à frente de forças de Infantaria. De Carolis, com a divisão Turim, Borsárelli, com a divisão Trento. E como um foi para as neves da Rússia o outro não podia deixar de ir para as areias da Marmárica. (Direi acidentalmente que três famosos cavaleiros da mesma geração, os Generais Antonelli, Caffaratti e Di Pralorme combateram fora da Arma na Etiópia e o último dêstes foi condecorado com a medalha de ouro). De vez em quando havia notícias dos dois Generais, das frentes longínquas. Dizia-se que De Carolis estava

Revista da Cavalaria

sempre à frente das suas tropas, coxeando um pouco, por causa das antigas quedas dos cavalos, com o seu chicote mostrando o caminho. Chamavam-lhe o General «Para diante». Borsárelli, ostentava à frente dos seus infantes motorizados um elegante casaco de coiro, de tal forma brilhante que atraía e servia de referência às balas inimigas. E como tinha sempre na bôca a palavra «Vamos» quando se tratava de correr risco fôsse em Tobruk, fôsse em Bir el Gobi, chamavam-lhe o General «Vamos».

Um dia maldito, de grande luto para todos os cavaleiros, espalha-se a notícia que o General «Para diante» e o General «Vamos» tinham morrido à frente dos seus soldados: o primeiro na Rússia e o segundo na Marmárica; o primeiro fulminado e o segundo tão gravemente ferido que apenas chegou a tempo de exalar o último suspiro na sua Pátria.

Como tiveram o seu fim não se sabe com detalhe. Mas eu que gosto de imaginar, penso que se passou assim: nesse mesmo dia, um dos dois, suponhamos Borsárelli, pressentiu que o outro tinha caído heróicamente diante dos seus homens. Concerteza que disse o seguinte: «De Carolis no Paraíso adiante de mim? Ah! isso não pode ser!» E como noutros tempos no campo de Roma, quando se tratava de tirar o tempo a um competidor, Borsárelli lançou-se de cabeça baixa na luta. E sómente de poucas horas, chegou atrás de De Carolis.

Agora os dois a cavalo, um na «Crispa» e outro no «Scopone», galopando no Além numa maravilhosa pista de nuvens, lutam pela primazia de receber das mãos do OMNIPOTENTE, a Taça de Ouro dos heróis, que o supremo Júri já resolveu classificar «ex-aequo».

«II Messagero»

Tradução do CAPITÃO JOSÉ BELTRÃO



A Arma Rápida

pelo Ten. Cor. do E. M. Angel Gonzalez de Mendoza
Professor da E. E. M.

*«Desde o escalão tático, a acção
constitui a lei primordial de guerra».*

MARECHAL FOCH

DUAS novidades fundamentais, aparentemente contraditórias e no fundo concordantes, apresentou a passada guerra europeia de 1914-18: a ausência da Cavalaria no campo de batalha e o aparecimento do carro de combate.

Analisemos, como premissa obrigatória, a razão destes factos, não por conta própria mas como a apresentou o melhor tratadista da época, o nosso Villamartín, que dizia assim:

«As tropas necessitam para combater de aptidão de movimento, força ofensiva e força defensiva, e para alcançar a vitória é preciso ser superior ao inimigo numa destas três faculdades, e pelo menos, igual nas outras duas».

«A Infantaria é a base dos Exércitos; está apta a mover-se em todos os terrenos e possui força ofensiva e defensiva; exerce, portanto, acção preparatória e acção determinante, porém, tudo em grau médio».

«A Cavalaria é arma auxiliar; tem grande aptidão de movimento em determinados terrenos; porém noutros, nenhuma. A sua força é só ofensiva, e a sua acção determinante em grau máximo; por isso necessita do auxilio de outra arma que prepare pela destruição o que ela vai resolver pelo movimento».

«A artilharia é também auxiliar; é imensa a sua força destruidora e a sua acção preparatória e defensiva é tal, que funciona até ao momento da acção determinante; porém, como carece de aptidão de movimento, necessita do apoio de outras armas que garantam a posse do terreno que pisa».

Não se pode apresentar mais acertada filosofia sobre as características de cada arma e da sua razão de existência. Partindo dela, vamos encontrar com facilidade a razão dos dois fenómenos antes apontados, na passada guerra europeia.

A sua característica fundamental foi o aparecimento em grande escala da arma automática, que deu à Infantaria, sem a privar das outras faculdades, (movimento e poder ofensivo assinalados por Villamartín) uma capacidade defensiva extraordinária. Em consequência disto, ambos os lados se viram privados de superioridade ofensiva; e por isso, de acordo também com o exposto por Villamartín, «quando o inimigo foi privado da sua capacidade ofensiva, não houve vitória completa, porque combinando a sua aptidão de movimento com a força defensiva destruí-

Revista da Cavalaria

dora, retirou-se do campo com ordem». Porém, como o fenómeno foi duplo e simultâneo, «a retirada do campo não se fez em distância mas sim em profundidade» e os Exércitos agarraram-se ao terreno resultando daí a estabilização.

Para sair desta, apareceu a idéia natural: privar o inimigo da sua capacidade defensiva. O processo era também natural: pela força destruidora da Artilharia, e assim, ficaram as posições submersas sob um mar de aço. Deu-se então o fenómeno previsto por Villamartin: «reações de ataque sem perseguição».

Ou seja como balanço:

- a) Equilíbrio, numa potência extraordinária, da faculdade defensiva.
- b) Privação, para ambos os partidos, da capacidade ofensiva, como consequência do anterior.
- c) Potência destruidora em ambos os partidos, reunindo os meios necessários.

E como consequência das duas primeiras, anulação da aptidão de movimento apenas no campo de batalha, mas não na retaguarda.

E como esta última circunstância é vantajosa para o defensor e já dizia Villamartin que a vitória é do que consegue a superioridade numa das faculdades (aptidão de movimento, força defensiva e ofensiva), sendo, pelo menos, igual nas outras duas, deu-se o triunfo da defensiva no campo de batalha, e daí, o desaparecimento da arma predominantemente ofensiva: a Cavalaria.

Porém, como a função faz o órgão e a acção é a lei primordial da guerra, surge em seguida o intento de uma solução que devolva a aptidão de movimento no campo de batalha, e aparece o carro de combate que não consegue superar a capacidade de movimento do defensor, e a guerra termina, no que em linguagem desportiva poderemos chamar «match nulo» e vitória «aos pontos» da defensiva. Quere dizer: com o predomínio exclusivo da força defensiva sobre a aptidão de movimentos e a força ofensiva.

Por isso todos os Exércitos se dedicaram depois daquela guerra a melhorar estas qualidades nas suas armas, sem descuidar a capacidade defensiva.

Outra arma apareceu na passada guerra — a Aviação — mas Villamartin não a ponde prever, porque no seu tempo o homem não se podia mover livremente senão em duas dimensões:

As faculdades que segundo Villamartin se lhe poderiam atribuir são: aptidão de movimento no mais alto grau, capacidade destruidora em grau médio, ofensiva em grau mínimo e faculdade defensiva nula, por se não poder estabilizar; esta última circunstância priva-a da acção determinante, pois já dizia Villamartin que, «para alcançar a vitória é preciso ser superior ao inimigo numa das três faculdades, e pelo menos igual nas outras».

No entanto, por participar das faculdades das três Armas clássicas, completa, reforça e prolonga a sua acção de tal maneira, que é hoje indispensável no combate; caso contrário o inimigo adquire imediatamente a

Revista da Cavalaria

superioridade numa das faculdades que rompendo o equilíbrio, dá a vitória.

A necessidade, tanto estratégica como tática, do avanço rápido, foi reconhecida depois da guerra pelos principais tratadistas militares dos países beligerantes, para não citar mais que os principais protagonistas. Em Inglaterra, Sir Maurice e Fuller; na Alemanha, Von Sechkt e Guderian; em França, Duffour e Tremau.

Vejamos agora se o conceito de «Arma» no sentido «instrumento» se deve estender à noção que, segundo os graus distintos de posse das faculdades fundamentais, dá Villamartín à Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

Se resumirmos e recapitularmos as missões em que aparece a sua necessidade no terreno tático e estratégico, e ao lado de cada uma consignarmos a Arma à qual se confiava uma missão análoga nos Exércitos a que poderemos chamar clássicos, encontramos:

Que o papel da Arma Rápida no terreno estratégico é o de órgão de exploração e cobertura (cavalaria), potente reserva móvel (Infantaria), com aptidão para permitir o desenvolvimento da manobra até final (cavalaria) e destruição (artilharia) do inimigo.

No campo tático, a segurança afastada e próxima (cavalaria) das Unidades, os movimentos livres e possibilidade de assalto no campo de batalha (Infantaria e Artilharia) e a exploração do sucesso (Cavalaria).

A este instrumento a que a todo o momento pedimos que faça uso da extraordinária aptidão de movimento, que era no passado característica principal da Cavalaria, pedimos noutros momentos capacidade ofensiva, e defensiva, característica da Infantaria, e noutros, potência, qualidade da Artilharia.

Daqui concluem alguns: «a Arma rápida é, pois, a Cavalaria com meios adequados às modernas exigências do campo de batalha», sem outros meios que os necessários para suprir a falta de algumas faculdades que àquela se exigem, e que esta não tem, dando-lhe, quando necessário, os elementos das outras armas que lhas proporcionem.

Porém, esta solução é tão simplista como irrealizável; se para uma operação tão simples, em aparência, como seja o apoio de um Regimento de Infantaria por um Grupo de Artilharia, se recomenda um enlace moral filho do costume de operar unidos, e que não será preciso para conseguir eficácia e harmonia a um instrumento que, tendo por lema a rapidez, requiere decisões e manobras imediatas, e portanto reflexas espontâneas em todos os seus elementos, que só o hábito pode dar?

Logo, se não tem as características que já não tiveram as Armas clássicas, não é uma Arma nova. Se não coincide com todas as características de nenhuma daquelas, não é exclusivamente nenhuma delas. É uma reunião de fracções de todas as armas, dotadas e servidas por elementos modernos impostos pelos actuais campos de batalha. Quere dizer, é a definição, com um carácter especial, que da Grande Unidade dá o artigo 92 do Regulamento das Grandes Unidades, ou seja que, em nosso entender, a Arma Rápida é constituída por Grandes Unidades especiais.

Revista da Cavalaria

Vejamos agora em detalhe as qualidades que devemos atribuir à Arma Rápida. A primeira, naturalmente, é a mobilidade. É uma mobilidade grande, superior desde princípio, à das armas que constituem a massa principal dos Exércitos, mais pesadas e lentas. Esta qualidade de mobilidade, dá à Arma Rápida as seguintes possibilidades:

1.º) Faculdade de intervenção afastada sôbre certos pontos característicos do teatro de operações, para o que tem de possuir um grande *raio de acção*.

2.º) Faculdade de intervenção rápida, para o que terá de dispor de *grande velocidade*.

3.º) Faculdade de marchar em todos os terrenos, a todo o momento e com todos os seus meios de combate, para o que terá de ter uma grande *adaptabilidade*.

4.º) Faculdade de se empenhar e romper o combate rapidamente, em grandes frentes, longe da massa principal, mudando as suas disposições como o exijam os acontecimentos, para o que deverá ter uma certa *elasticidade*.

Resumindo: a mobilidade da Arma Rápida estará integrada na velocidade, raio de acção, elasticidade e adaptabilidade, qualidades que a assemelham à Cavalaria quanto às missões de velocidade, e à Infantaria quanto à adaptabilidade e elasticidade.

A segunda qualidade que se tem de atribuir à Arma Rápida é a potência. Esta, permitirá:

1.º) Destruição pelo fogo das resistências inimigas na preparação da batalha e dos seus últimos núcleos na sua resolução.

2.º) Faculdade ofensiva no campo de batalha submetida à defesa inimiga.

3.º) Faculdade defensiva noutros lugares para que lhe seja possível intervir ofensivamente no ponto culminante.

Quere dizer que a potência da Arma Rápida é uma potência especial pois apesar de nela intervir em primeiro lugar a Artilharia e em segundo e terceiro a Infantaria, é uma potência, segundo a frase feliz do General Duffour «mais em força e velocidade do que em extensão e duração».

O problema da Arma Rápida consiste, pois, em lhe proporcionar mobilidade estratégica (velocidade e raio de acção) e mobilidade tática (elasticidade e adaptabilidade) no maior grau possível, ao mesmo tempo que a maior potência de fogo e protecção intrínseca, compatíveis com a mobilidade e a maior capacidade defensiva, compatível com a sua ligeireza e raio de acção. Para isso terá de recorrer ao veículo a motor, em grande parte, para estas missões. Tem de lançar mão da motorização e mecanização, que uma vez mais, e como complemento adequado do processo lógico que vimos seguindo, vamos definir, embora já conhecido.

A motorização caracteriza-se pelo emprêgo dos meios automóveis para o transporte de tropas e de abastecimentos, porém sem nada influir na forma de combater das Unidades.

Revista da Cavalaria

A mecanização, ao contrário, é caracterizada pelo emprêgo dos meios automóveis blindados e armados, com vista ao combate.

Convém, pois, que entendamos por engenhos motorizados os veículos a motor destinados ao transporte, e por engenhos mecanizados, os veículos a motor destinados ao combate.

Destas definições deduz-se que a motorização multiplica e aumenta a mobilidade estratégica das Unidades, porém não varia a sua capacidade táctica, enquanto que a mecanização aumenta a mobilidade estratégica e a capacidade táctica das Unidades.

Ou dito em linguagem vulgar: as Unidades motorizadas deslocam-se em veículos e combatem a pé, as Unidades mecanizadas deslocam-se e combatem nos seus carros.

E assentes estas definições, há que perguntar: ¿em que proporção deve entrar o motor na composição da Arma Rápida?

No caso de entrar na totalidade: ¿deve a Arma Rápida ser motorizada ou mecanizada?

Chegamos aqui ao ponto capital da questão que apaixonou os protagonistas da anterior guerra europeia e que desde 1926 até ao início do actual conflito enfrentou, como polos opostos de duas escolas, as duas teorias que serviram de guia aos restantes países: a concepção inglesa e a francesa. Vejamos a primeira:

Doutrina inglesa

Sabemos já que foi na passada guerra que apareceu a motorização e a mecanização; aquela, com os Taxis do Marne, esta, com o carro de combate no Somme em 1916.

Porém, aquela guerra acabou sem que se generalizasse o emprêgo dos elementos mecanizados, e foi em Inglaterra, em 1925, que se procurou a sério esta generalização, seguindo-se a nova tendência do general Sir F. Maurice, já mencionada anteriormente, que resume a doutrina inglesa, em 1929, da maneira seguinte:

«A crença no efeito do choque — diz Sir Maurice — tem fundamento. A dificuldade vem dos chefes da cavalaria já não terem meios de tornar frutífera a sua acção. Actualmente possuímos de novo esses meios e somos nós próprios que assinalamos a nova estrada a seguir para voltarmos a ter uma nova força de choque. Voltamos aos antigos métodos com meios modernos. O motor substituiu, quasi por completo, o cavalo, como meio de locomoção, e nós outros adaptamos a máquina ao emprêgo táctico durante a batalha.

Procuramos empregá-la, actualmente, como Cromwell e Frederico empregaram o cavalo».

Note-se, que escrevendo-se isto em 1929, ainda não tinha aparecido a doutrina alemã, e todas as referências à Arma Rápida se faziam procurando nela o substituto da Clássica Cavalaria.

As mesmas idéias, ainda que então parecesse deixar-se levar pela fantasia, defendia o hoje General Füller, de todos conhecido, que nas suas

Revista da Cavalaria

afirmações de princípio, foi um profeta. As isoladas experiências inglesas, que começaram em 1925, concretizaram-se em 1933-34 com a criação e ensaio de uma Brigada completamente mecanizada, graças ao esforço e perseverança do então Coronel Wavell, hoje famoso General nesta guerra.

As principais características desta poderosa Unidade, que já se afasta da idéia de substituição da Cavalaria clássica, são as seguintes:

1.^a) Unidade essencialmente mecanizada, visto não compreender mais que engenhos mecânicos blindados. É pois perfeitamente homogênea, dispondo de todos os veículos necessários para desenvolver uma acção táctica completa:

- elementos de reconhecimento (veículos e carros ligeiros);
- elementos de ataque (carros médios e de acompanhamento);
- elementos de defesa anti-carro.

2.^a) Unidade de fácil comando, pois o seu volume é reduzido: 1.500 homens, 210 veículos de combate e 150 de serviços, e numerosos meios de transmissão rádio-eléctrica, que permitem exercer o comando durante a marcha e a acção.

3.^a) Como consequência da anterior, não é muito vulnerável à Aviação inimiga.

4.^a) Grande elasticidade para o empenhamento e rotura de combate, pois o Comando pode descentralizar-se até ao escalão Companhia, pois esta possui organicamente todos os elementos para executar qualquer missão (carros de reconhecimento, de combate e de apoio).

5.^a) Mobilidade muito apreciável; raio de acção de 250 Kms. Elasticidade, devido ao seu reduzido volume; grande adaptabilidade, pois todos os veículos eram todo-terreno, alcançando nas manobras — que como experiência precederam a sua criação — uma velocidade média, através do campo, de 15 a 18 Kms.

Resumindo: mobilidade estratégica considerável e mobilidade táctica variável com o terreno ao qual é bastante sensível.

6.^a) Capacidade ofensiva indiscutível. Sabe-se que no ataque a potência ofensiva se mede pela frente simultânea do ataque. Asseguravam os ingleses, depois das suas experiências, que a Brigada mecanizada podia atacar numa frente de 3 a 4 mil metros em duas vagas de carros.

7.^a) Capacidade defensiva nula, embora os ingleses dissessem que podia agüentar uma frente pela ameaça do contra-ataque. Isto não passa de uma argúcia sem nenhum valor táctico.

Em síntese: a Unidade experimentada, completamente mecanizada, era de grande mobilidade — ainda que sensível ao terreno — de grande capacidade ofensiva e de nenhuma capacidade defensiva.

E como conclusão, não reúne as condições que, de acôrdo com Villamartín, exigíamos: destacar-se numa das três faculdades, equilibrando-se, pelo menos, nas restantes.

Que a solução não era satisfatória, prova-o o facto de que ensaiada a Unidade em 1934, em 1935 já se pensou em Inglaterra na constituição

Revista da Cavalaria

de uma grande Unidade Rápida, tendo por base uma Brigada de Carros, idêntica à atrás apresentada, uma Brigada a Cavallo, elementos de descoberta, Esquadrões a pé, motorizados e artilharia, Unidade afinal semelhante àquela com que começaram esta guerra.

Doutrina francesa

O convencimento subconsciente que tinha a França de não ter ganho a guerra no campo militar e de se ter deixado arrastar pela sua aliada para uma política contraproducente no tratado de paz influenciou a sua doutrina de guerra de uma maneira extraordinária.

Em lugar de se dedicar, quando terminou o conflito, à resolução do problema da mobilidade e da ofensiva, não esquecendo a grande dificuldade que experimentou em 1914, para privar de tais faculdades o Exército alemão, dedicou primeiramente a sua atenção para a criação de uma barreira que cobrisse o país de uma nova invasão, descuidando durante mais de 10 anos o estudo do problema da Arma Rápida.

Partidária decidida do carro de combate só como elemento de acompanhamento da Infantaria, os primeiros ensaios limitou-os ao ressurgimento da Cavalaria; formou-se assim a Divisão de Cavalaria, tipo 1932, composta, como se sabe, de duas Brigadas a cavallo e uma moto-mecanizada, cujas características, como fizemos com a Brigada inglesa, vamos analisar:

1.º) Não é como aquela uma Unidade homogênea, visto que no total compreende 45 esquadrões de 14 tipos diferentes e 2.500 veículos diversos.

2.º) Apresenta dificuldades para o Comando, não só devido ao seu grande volume — 75 Kms. em coluna sobre um itinerário — mas também pelas velocidades diferentes dos seus elementos, que com facilidade produzem grande dissociação.

3.º) Em consequência do anterior, é muito vulnerável à Aviação.

4.º) É de pouca elasticidade para o empenhamento e rotura de combate, pois o seu elemento de força constituído por combatentes a pé apoiados por Artilharia hipomóvel, retarda para 3 a 4 horas o dispor-se para o combate.

5.º) A mobilidade apresenta características tão variadas, como variada é a própria Unidade.

A etapa média é de 50 Kms., ainda que a Brigada mecanizada possa fazer sentir a sua acção rapidamente a maior distância.

A velocidade de manobra, sujeita à do cavalo, é da ordem dos 6 Kms. por hora.

A adaptabilidade é grande, pois pode marchar e combater em qualquer tempo ou terreno.

Resumindo: mobilidade estratégica medíocre e mobilidade táctica completa.

6.º) Capacidade ofensiva limitada, por ser a base dos elementos combatentes a pé, apoiados às vezes por elementos ligeiros da Brigada mecanizada.

Revista da Cavalaria

Só tem uma frente de ataque simultâneo de 1.200 a 1.500 metros, porém, lenta de formar e sem intensidade nem duração.

Falta-lhe, pois, a qualidade principal da Arma Rápida.

7.º) Capacidade defensiva — não o negamos — aceitável, pode ocupar o terreno e estabelecer uma frente tanto de dia como de noite, tendo uma cortina de fogos de 10 a 15 Kms. de profundidade. Por outro lado, a sua brigada mecanizada permite-lhe estabelecer uma segurança que retarde o avanço inimigo e reaccioná-lo pelo contra-ataque.

Em síntese, esta primeira solução francesa, heterogênea na sua constituição (tropas a cavalo, mecanizadas e motorizadas) tem as seguintes características:

Mobilidade estratégica escassa e mobilidade tática completa. Escassa capacidade ofensiva, que reside mais na aptidão de manobra que na potência de choque. Capacidade defensiva-ofensiva.

E como conclusão, estando equilibradas tôdas as faculdades de uma tropa que nos sirvam de base a esta análise, não reúne, esta Unidade a condição fundamental de Arma Rápida, a extraordinária potência ofensiva.

Para obviar os inconvenientes que como Arma Rápida apresentava a D. C. 1932, a França criou em Fevereiro de 1935 a chamada Divisão ligeira mecânica 1934, cuja composição global, como se sabe é:

Um Regimento de descoberta (motos e auto-metrelhadoras)

Uma Brigada mecanizada (auto-metralhadoras-canhão todo-terreno)

Uma Brigada motorizada (2 Regimentos de dragões transportados, sendo um todo-terreno, com a artilharia e os trens motorizados).

É um primeiro passo para se aproximar um pouco mais da concepção inglesa, porém ainda muito distante.

Submetámo-la à mesma análise que as anteriores:

1.º) É uma Unidade relativamente homogênea visto ser totalmente composta de veículos a motor; porém, umas fracções são mecanizadas e outras motorizadas.

2.º) É de comando mais fácil do que a D. C. 1932, devido a esta homogeneidade; porém, conta 3.500 veículos, em lugar de 2.500 daquela, ligadas por T. S. F. com o Comando durante a marcha.

3.º) É também muito vulnerável à Aviação inimiga.

4.º) É de grande elasticidade para o empenhamento e rotura de combate, pois o elemento de força pode encorporar-se rapidamente aos elementos de descoberta empenhados e reciprocamente.

5.º) A mobilidade não acusa máximos e mínimos tão distanciados como na outra.

O seu raio de acção, por estrada, chega aos 200 Kms.

A velocidade média de manobra através do Campo é superior à da D. C. 1932, em terreno favorável.

A sua adaptabilidade está muito ligada ao terreno em que opera, mais ainda que a Brigada inglesa, visto grande parte dos seus elementos terem de marchar sempre por estrada.

Revista da Cavalaria

Quere dizer: tem mobilidade estratégica considerável e tática muito variável.

6.º) A capacidade ofensiva é muito superior à da D. C. 1932; porém, sem ser extraordinária visto ter por base a auto-metralhadora-canhão que nem sequer é todo-terreno.

Tem uma frente simultânea de ataque de 2.000 a 3.000 metros; ataque que pode ser seguido, em certas condições, por elementos de ocupação do terreno — a Brigada de Dragões — pois os veículos não são protegidos.

7.º) A sua potência defensiva, ao contrário, é menor do que a outra, pois só conta, em resumo, com o valor de quatro Batalhões com armas automáticas e anti-carro, apoiadas por 36 peças de artilharia.

Em síntese: esta segunda solução francesa reúne as seguintes características:

Mobilidade estratégica considerável e tática variável. Acentuada potência ofensiva, sem ser extraordinária. Potência defensiva aceitável, quanto à segurança da Unidade.

Como conclusão, uma notável aproximação às condições impostas à Arma Rápida, sem todavia se poder aceitar como tipo ideal.

Destas duas teorias em presença tomaram modelo a Itália e a Alemanha. A primeira, criando Brigadas de carros de acção limitada e a conhecida Divisão «Célere» ambas de inspiração francesa; a segunda, criando a sua «Panzer» Divisão, originariamente de inspiração inglesa.

A partir de 1937 a Itália inclinou-se para a Divisão couraçada de inspiração alemã.

Analisemos, pois, a Divisão couraçada alemã:

Consta em linhas gerais de:

Um grupo de exploração, tendo por base auto-metralhadoras ligeiras e pesadas e motos.

Uma brigada de carros de 2 Regimentos a 2 Batalhões.

Uma Brigada de atiradores num Regimento de Infantaria de 2 Batalhões em veículos blindados todo-terreno, e um batalhão de motos.

Não entramos no detalhe da sua análise, pois vê-se que participa da Brigada inglesa quanto à sua composição homogênea, e da D. L. M. francesa, quanto às condições gerais de mobilidade e potência defensiva, com vantagem sobre as duas pela sua extraordinária potência ofensiva, que é o que a caracteriza como protótipo actual da Arma Rápida.

E seria o modelo universal se a sua mobilidade tática em certos terrenos não fôsse muito reduzida e a sua adaptabilidade — concretamente em muitas regiões do nosso país — quasi nula.

Por tudo isto, na pesquisa que nos propusemos fazer sobre a composição da Arma Rápida à base de motor ou cavalo, e no primeiro caso, motorizada ou mecanizada, chegámos a uma poderosa conclusão: à base motor tanto mecanizado como motorizado; porém, para o nosso país, sem esquecer o cavalo, pois já dizia Villamartín, com a sua intuição genial, quando ainda se não podia prever a existência dos meios actuais:

Revista da Cavalaria

«...existe em todos os povos e em todos os Exércitos uma força defensiva que apenas a imaginação pode compreender, e uma pobre e raquítica força ofensiva incapaz de conquistar nada e nada destruir; é necessário, mais do que nunca, para bem dessa mesma força resistente, dar aos elementos de ataque alguma coisa do desenvolvimento perdido. Enquanto não aparecer quem substitua a Cavalaria, deve-se aperfeiçoar esta quanto possível...»

Acrecentaremos apenas que às condições materiais que vimos assinando para a Arma Rápida, cuja necessidade julgamos ter deixado provada, há que acrescentar uma qualidade inicial fundamental, tanto no Comando como nos seus elementos componentes: a intrepidez.

E como somos pobres demais para contar as vantagens desta virtude militar que tão alto levantou a Alemanha nesta guerra, damos a palavra a Clausewitz, possível inspirador desta acertada conduta, que na sua obra «Da guerra» diz:

«A intrepidez! Esta nobre qualidade que eleva a alma humana acima dos maiores perigos, deve considerar-se na guerra como um princípio próprio e eficaz.

¿Em qual das actividades humanas, senão na guerra, deve ter a intrepidez, direito e senhoria?

É a virtude mais nobre, desde o último tambor ao general em chefe; é o verdadeiro aço que tempera e dá esplendor às armas.

Concordemos que tem privilégios próprios na guerra. Devemos conceder-lhe uns tantos por cento no resultado do cálculo de tempo, espaço, etc., pelo que influi sobre o espírito dos outros, sempre que se mostra superior.

É portanto uma força verdadeiramente criadora.

Isto não é difícil de provar, mesmo filosoficamente. Sempre que a coragem choque com a timidez, tem por seu lado a probabilidade do êxito, porque a timidez, é só por si, uma desvantagem. Estará em situação desvantajosa apenas quando encontre uma cautela premeditada que poderemos considerar de igual modo intrépida, e em cada caso tão forte e enérgica como a própria intrepidez; são porém muito raros estes casos. No conjunto de precauções tomadas há sempre uma maioria visível ditada pela timidez.

Nas grandes massas, a intrepidez é uma força cujo desenvolvimento nunca pode prejudicar as restantes, porque as Grandes Unidades estão submetidas pelas ordens de combate a uma vontade superior que as guia. A intrepidez é aqui uma mola sempre tensa, que se utiliza para soluções rápidas».

Frase feliz e palavras proféticas que pareciam destinadas a inspirar os seus sucessores na Escola de Guerra Alemã, e que, perante a eloquência dos factos, merecem fechar este artigo sem outro comentário.

L. R.

Curiosidade hípica

A título de curiosidade e certamente como caso único na maneira de saltar a cavalo, apresentamos duas fotografias de um concorrente australiano no concurso realizado em Londres, há anos. Em vez de acompanhar o cavalo no seu movimento para diante, este cavaleiro despega-se completamente da sua montada com o fim — diz ele — de evitar ao animal a mais pequena influência que o prejudique na sua actuação. E para isso procura que o cavalo salte em liberdade, isto é, sem que o pêso do cavaleiro o sobrecarregue na trajectória seguida. Para isso, quando o cavalo se despega para o obstáculo, em vez de se unir, desune-se, dando lugar a posições acrobáticas e «voluntárias» que são únicas no género. Só um verdadeiro acrobata, dotado de uma flexibilidade excepcional, poderá manter, sem cair, tais



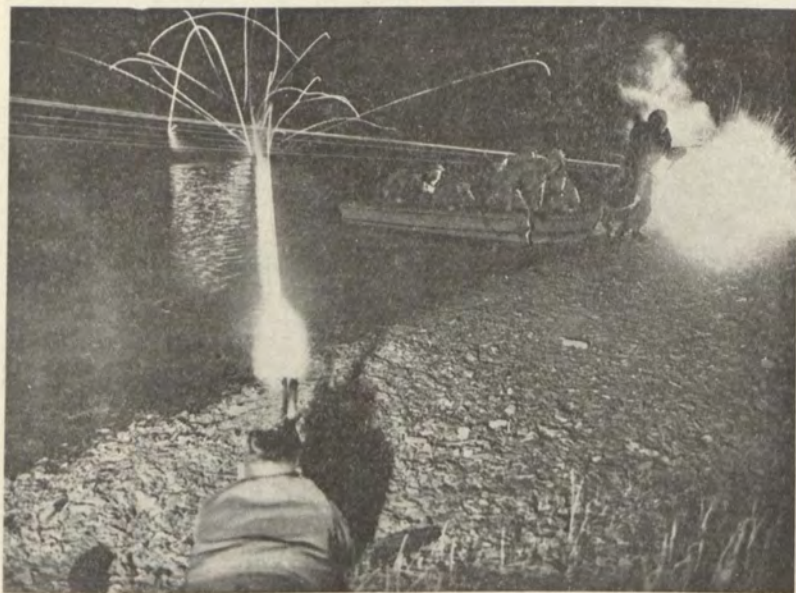
posições. Os dois saltos foram tirados de uma prova de altura. Numa das fotografias deve ela ultrapassar, e de muito, os 2 metros.

O que é ainda mais extraordinário é este acrobata executar desta forma duplos e triplos. Só não se consegue é descortinar a maneira como consegue retomar contacto com o selim quando o cavalo se recebe depois do salto. É pena que não haja um filme ao ralenti para estudo da maneira como consegue um tal «tour de force». As pessoas que assistem ao salto e a vara que uma delas tem nas mãos, dão a escala da grande altura do obstáculo. A notar ainda a forma como o cavalo o transpõe, na barragem mais elevada. As fotografias mostram duas fases: uma planando o cavalo sobre o obstáculo, outra recebendo-se no terreno.

Ten. Cor. Rogério Tavares

Actualidades Gráficas

Aspectos da Instrução do Exército Inglês



Exercicio nocturno de embarque e desembarque, realizado por oficiais da Real Escola de Guerra Inglesa



Simulacro de luta num exercicio de conjunto de tropas motorizadas e Infantaria, do Royal Berkshire Regiment

A motorização no Exército Inglês



Uma moderna Bateria de Artilharia entrando em posição



Numa fase da campanha de África, um carro de combate em chamas

A observação nos Exércitos em luta

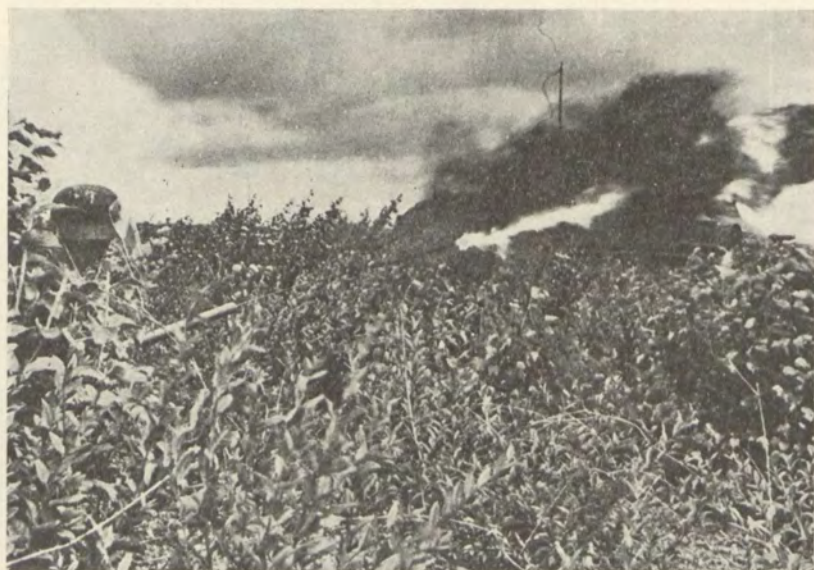


Pôsto de observação alemão situado na orla de um terreno cultivado



Pôsto de observação russo, imitando habilmente um tronco de árvore

Aspectos da actual guerra



Manobras de uma Divisão Blindada Alemã no Canal da Mancha — *Um soldado ataca a lança-chamas um carro de combate*



Íntima ligação Infantaria-Carros — *Um carro de combate pesado alemão transportando soldados de Infantaria na frente leste*

A Campanha de Verão do Exército Alemão



FRENTE LESTE — Curiosa camouflagem de um soldado alemão.

FRENTE LESTE — Reunião de carros de combate alemães — Na 1.^a viatura, vê-se um sargento com os auscultadores nos ouvidos, que o põe em ligação com os restantes carros.

Os auscultadores, encontram-se isolados do exterior por uns tampões de borracha, que permitem a audição perfeita mesmo em combate.

O microfone foi substituído por um laringofone, que se adapta à garganta e que se encontra também isolado do exterior, permitindo a transmissão, pelas vibrações produzidas pela garganta.



Aspectos da actual luta

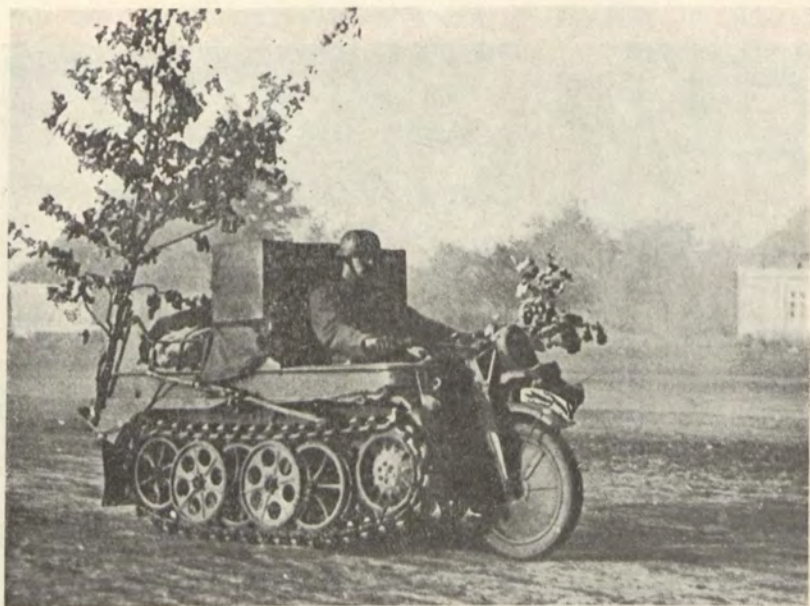


SEBASTOPOL — Bateria Russa de longo alcance da defesa de Sebastopol

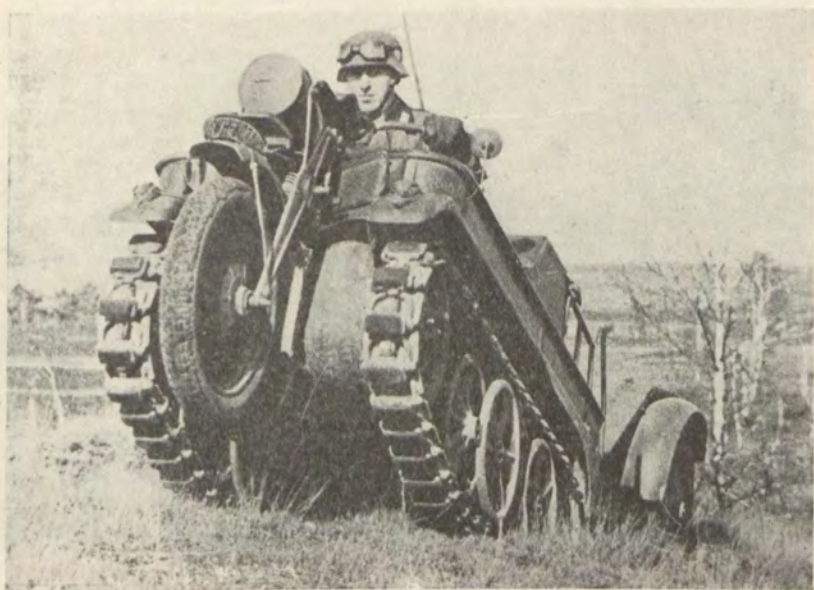


Tropas motorizadas alemãs atravessando o Rio Don

Modernos veículos de ligação do Exército Alemão



Moderno veículo TT de ligação, que tem dado os melhores resultados nas intransitáveis estradas da Rússia



Moderno veículo TT de ligação, fazendo a ligação rápida através de todo o terreno, entre duas baterias alemãs

① aproveitamento animal como transporte,
pelo Exército Alemão

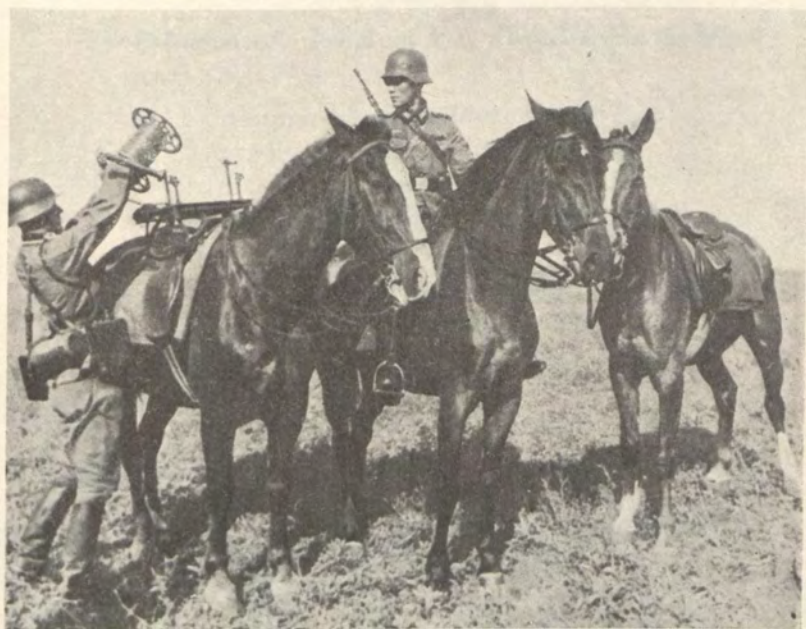


Cavalaria alemã preparando-se para marchar



Caçadores alpinos alemães, montando camelos, marcham através do campo depois de terem atravessado o Rio Kuban

① aproveitamento do cavalo, na construção
de linhas de campanha



FRENTE LESTE — *Substituição de carretel*



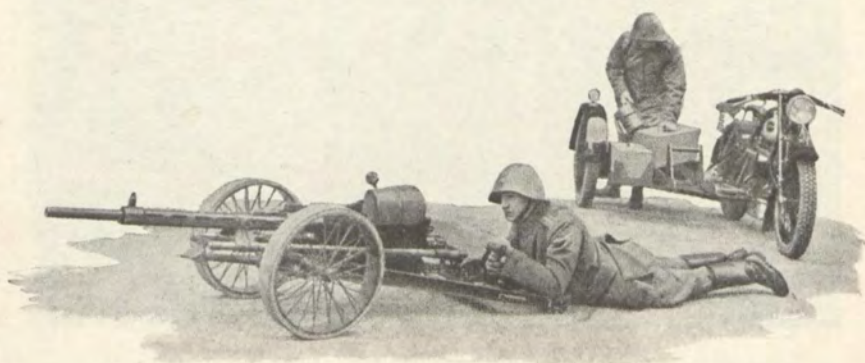
FRENTE LESTE — *Graças a um interessante dispositivo, o desenrolamento do cabo, pode-se fazer a galope*

Dansk Industri Syndikat

Material «Madsen»

Metralhadoras e Canhões Automáticos

Armas automáticas de pequeno e grande calibre para o Exército, Marinha, Aviação, Defesa contra Aeronaves e Defesa contra Carros de Assalto



O canhão automático **Madsen** de 20^{mm}, sôbre «side-car», pode fazer fogo montado sôbre êste, ou no terreno, sôbre o reparo a que está permanentemente ligado

A passagem do canhão da sua posição de transporte para a de tiro no terreno executa-se em menos de um minuto

REPRESENTANTES PARA PORTUGAL E COLÓNIAS:

Monteiro Gomes, Limitada

Rua Cascais (Alcântara), 47

L I S B O A

J. Wimmer & C.º

Casa fundada em 1864

LISBOA

Avenida 24 de Julho, 34

AGENTES EXCLUSIVOS DE:

Motores Diesel «MWM-BENZ» modelos marítimos

MAUSERWERKE A. G.

RHEINMETALL—BORSIG A. G.

DEUTSCHE WAFFEN—UND MUNITIONS—FARIKEN A. G.

JUNKERS FLUGZEUG UND MOTORENWERKE A. G.

AÇOS ESPECIAIS «MARATHON»

Exportadores de minérios e produtos coloniais

MÉCO, Limitada

20, L. Rafael Bordalo Pinheiro, 25

Telef. (P. B. X.) 2 0498 e 2 7318

LISBOA

Fábrica de sobrescritos
e manipulação de papéis

Depósito de papéis e
cartolinas de tôdas
as qualidades

Fabricantes exclusivos da
famosa marca MICHEY

Premiados na Exposição d.
Paris de 1900 com *Menção
Honrosa* e na Exposição Indus-
trial Portuguesa de 1933 com
Grande Prémio de Honra

Joalharia, Ourivesaria
e Relojoaria

“Casa das Bengalas”

Rua da Prata, 87, 89, 91 — LISBOA

No centro do quarteirão — Telef. 2 0256

Não confundir, esta casa é a
que tem 2 taças expostas
num grande candieiro re-
clame colocado no passeio,
em frente do estabelecimento

Taças de Prata para
prêmios desportivos

Em exposição permanente mais de 1.200



Sociedade Revendedora de Papéis, L.^{da}



Fornecedores de
papéis nacionais e estrangeiros
para Revistas, Livros, Jornais, Indú-
strias Gráficas, Litográficas e Congéneres

Telefone 21985 — Rua do Norte, 85 — LISBOA

Officinas Gerais de Material de Engenharia

Sede: Avenida da Índia — BELÉM

Manufatura de Material de Engenharia

Sapadores mineiros, sapadores
de caminhos de ferro, telegrafia
e telefonia por fios e sem fios,
:: pontoneiros, automobilistas ::

Mobiliária e utensílios

**Trabalhos em ferro e madeira para
construção civil**

Construção, reparação e pintura
de carros:eries

Fundição, Vulcanização, Niquelagem, etc.

Fornecimento e fabricação
de sobresselentes para automó-
veis e motocicletas

Fornecimentos análogos para o público

Joaquim Godinho da Silva

Sucessor, Limitada

....

**Antiga casa
VIÚVA MOURA**

....

**Armazém de Retrozeiro,
Malhas e Miudezas**

....

Rua dos Fanqueiros, 84-1.º — LISBOA

Telefone 2 6577

B. B. C. A VOZ DE LONDRES **B. B. C.**

F A L A

E O MUNDO ACREDITA!

Emissões em LÍNGUA PORTUGUESA

Horas

Ondas curtas

11,45	{	24,92 m. (12,04 mc/s)
		19,76 m. (15,18 mc/s)

13,15	{	31,75 m. (9,45 mc/s)
		24,92 m. (12,04 mc/s)
		19,76 m. (15,18 mc/s)

22,00 (*)	{	31,75 m. (9,45 mc/s)
		40,98 m. (7,32 mc/s)
		41,75 m. (7,18 mc/s)

(*) Estas emissões ouvem-se também em ondas médias
de 261,1 metros (1,149 kc/s) e ondas compridas
de 1.500 metros (200 kc/s).



BANACÃO

O MELHOR DOS
ALIMENTOS

Produto português
para os portugueses



O BANACÃO é preferido para a 1.^a refeição

porque todos os que o tomam, se sentem mais confortados até à 2.^a refeição,

porque ao fim de poucos dias conhecem a diferença do seu vigor nos exercícios físicos, que normalmente fazem,

porque é mais agradável ao paladar.

OS PARECERES MÉDICOS

provam que é mais nutritivo,

provam que fornece mais calorias que qualquer outra refeição.

BANACÃO sempre BANACÃO

*Tipografia
dos Combatentes*



*da Liga
da Grande Guerra*

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS

CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 21450

GOUVEIA
& SILVA

S.^or CAMBISTA NEVES

CÂMBIOS
LOTARIAS

e PAPÉIS
de CRÉDITO

84, Rua da Assunção, 86
(Próximo à Rua do Ouro)

Tel. 2 6782 — LISBOA

Casa Leonel

DE

Leonel António da Silva

R. do Carmo, 71 — LISBOA
Telef. 2 4571

Grande variedade de Louças,
Vidros e Cristais

Especialidade
em talheres prateados,
Alpaca e Ébano

Biscuits de Saxe, Capo di Monte

Fornecedor do EXÉRCITO E DA ARMADA

Variado sortido em mármore

PREÇOS SEM COMPETÊNCIA

FOTOGRAVURA

em uma, duas, três e quatro cores.
Reproduções de fotografias, quadros a óleo e desenhos.

TIPOGRAFIA

trabalhos tipográficos do mais simples ao mais luxuoso. Revisitas, jornais, livros, obras ilustradas, catálogos, etc.

OFFSET

cartazes, calendários, folhetos para propaganda comercial e de turismo, reproduções de quadros a óleo, aguarela e desenho.

BERTRAND IRMÃOS, L.P.A
TRAV. DA CONDESSA DO RIO, 27 - LISBOA
Telefones P B X 2 1368 - 2 1227

Revista da Cavalaria

Publicação bimestral

CORPO DIRECTIVO

CAPITÃO JOÃO CORREIA BARRENTO

CAPITÃO AMADEU S.^{to} ANDRÉ PEREIRA

CAPITÃO AUGUSTO CASIMIRO GOMES

TENENTE ANTÓNIO S. RIBEIRO DE SPÍNOLA

EDITOR E ADMINISTRADOR

TENENTE LUÍS MANUEL TAVARES

SEDE QUARTEL DO CARMO

L I S B O A

PROVISÓRIA TELEF. 2 2 1 2 2

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

S u m á r i o

REVISTAS MILITARES

A «REVISTA DA CAVALARIA»

MOTORIZADOS E BLINDADOS

D. C. B. E D. C. A. NA CAVALARIA

LIGAÇÃO CAVALARIA-AVIAÇÃO

TEMAS TÁCTICOS

HIPISMO:

UMA FESTA DE CAVALARIA NA

G. N. R.

CONCURSOS HÍPICOS

CAMPEONATO DO CAVALO DE
GUERRA

ENSINO DO CAVALO

JORNAIS — REVISTAS — LIVROS

ACTUALIDADES GRÁFICAS

CARROS DE COMBATE

GENERAL MANUEL LATINO

CORONEL AFONSO BOTELHO

MAJOR H. BUCETA MARTINS

CAPITÃO SOUSA MAGALHÃES

MAJOR AGUIAR FERREIRA

MAJOR LUCIANO GRANATE

CAPITÃO JOSÉ BELTRÃO

MAJOR GUIMARÃES PALA

MAJOR ALMEIDA RIBEIRO

CAP. KURT KAUFFMAN

525

527

529

557

578

593

602

609

628

636

643

645

661

A DOCTRINA DOS ARTIGOS PUBLICADOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano. 30\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 5\$00

Revista da Cavalaria

3.º Ano - n.º 6

Novembro

ESTADO MAIOR DO EXERCITO

BIBLIOTECA

N.º ~~6678~~ 1204/ 2

Em 2 1 / 10 43

Revistas Militares



Apesar da indiferença a que as entidades responsáveis votaram as «Revistas Militares», a *Revista da Cavalaria* tem procurado, dentro das suas fracas possibilidades financeiras, manter modestamente o nível que se propôs atingir.

São decorridos três anos, após o reaparecimento da *Revista da Cavalaria*, que entra com a publicação dêste número, no quarto ano da sua nova existência.

Do caminho andado não nos compete a nós falar, pois êle está patente aos olhos de todos.

No entanto, é oportuno afirmar, no limiar dêste 3.º ano, a todos aquêles que nos têm ajudado, quer colaborando desinteressadamente, quer assinando a Revista, que, como Cavaleiros que somos, nos anima a mesma firme e indômita vontade, e o mesmo sereno entusiasmo com que vencemos as primeiras resistências surgidas no campo da luta, em Novembro de 1939.

Revista da Cavalaria

*

É a imprensa militar, quando bem orientada, um órgão de formação profissional e moral, de apreciável valor.

Assistimos, presentemente, a um exemplo irrefutável e concludente.

A Espanha e a França reorganizaram e melhoraram as suas Revistas Militares, a primeira em seguida à guerra civil, a segunda após o armistício de 1940.

Nos mais graves momentos de degradação moral, êsses países tiveram que lançar mão do último cartucho a empenhar, o derradeiro refúgio onde ainda se sentiam latejar as últimas vibrações da alma nacional — o *Exército* —.

E, sendo a imprensa militar, adentro dos exércitos, um órgão basilar de propaganda e de formação profissional e moral, as Revistas Militares dêsses países foram gráficamente melhoradas e remodeladas, técnica e literariamente.

Já que a providência nos quis poupar até à data, permitindo que colhessemos ensinamentos nos ensangüentados campos experimentais de outrem, façamos por não desmerecer da indicação divina, procurando remediar rapidamente, aquilo que aos outros só a dura experiência mostrou não estar bem.

E, como as horas febris que estamos vivendo, são mais para actos do que para palavras, servindo apenas estas para preparar e condicionar aquêles, urge que as entidades responsáveis encarem de frente o problema, amparando moral e materialmente a imprensa militar, evitando assim, que da análise comparada das nossas revistas, resulte desprestígio para as Instituições Militares Portuguesas, por cujo prestígio, hoje, mais do que nunca, tão necessário é pugnar.



A "Revista da Cavalaria,"

pelo General MANUEL LATINO

Director da Arma de Cavalaria



Três anos!

São pouco mais que três dias de existência!
Nada!

Na verdade, o que representam três anos na vida de uma Revista? Nada...

E, no entanto, nesse fugidio espaço de tempo, quantos trabalhos e quantos esforços se fizeram para publicar cada número! Poucos avaliam as dificuldades a vencer.

Só quem lidou com êstes assuntos pode ajuizar quanto custa arrancar um «artigo», procurar leitura educativa e que interesse.

Para vencer é preciso desembaraço, actividade, convicção, muita perseverança e, ainda mais, paciência.

Creio que não falta nenhum dêstes predicados à Direcção, da Revista.

Os três anos publicados foram concludentes. A Revista interessa, não só na parte técnica, como na descritiva e no bosquejo de assuntos que se relacionam com a cavalaria.

Tem sabido atrair leitores e prender-lhes a atenção.

Auguramos longa vida à «Revista» porque a sua Direcção, composta de oficiais inteligentes, cheios de qualidades e de vontade de trabalhar, soube cercar-se de magnífico grupo de colaboradores.

É preciso, porém, que não desanimem. Eu sei, por experiência própria, quanto representa em sacrifícios, canseiras, desilusões, esforço e vontade, a manutenção de uma publicação regular, onde é preciso renovar os assuntos, criar seqüência de leitura, isto num meio arredio a literatura e pouco propício às letras.

Fui dos que, no início da publicação da «Revista da Cavalaria» chamei a atenção para as dificuldades a vencer.

Revista da Cavalaria

Lembrei desenganos e embaraços imprevistos, desesperantes, quási impossíveis de vencer.

Triunfaram! Bem hajam.

Ao vosso orgulho, junto o meu aplauso.

Não se fiem, porém, no bom resultado dos três anos já vencidos. É preciso que o triunfo dure, enquanto durar a cavalaria.

Antigamente, nos bons e saúdosos tempos da Cavalaria, os cavaleiros «saíam» a correr aventuras, uns por sua dama, outros para ganhar honras e glórias e muitos para reparar as injustiças do Mundo. Abandonavam suas terras, seus castelos. Iam correr aventuras, sós, com seu bom e fiel cavalo, sua lança e seu escudo.

Um nome no pensamento, quantas vezes um amor no coração, a imaginação escaldante e sonhadora, e iam, mundo fora, em desafio ao imprevisto. Mas... — raro seria aquêle que partia sem uma divisa, que, pelo seu esforço e por sua valentia, tinha de honrar ou morrer por ela.

Respeitando a tradição e saúdoso, ao recordar êsses tempos de lenda e temeridade, faço votos para que a «Revista» saída a Campo para bem da Cavalaria Portuguesa, leve em seu escudo, como seu emblema, a divisa que sinceramente lhe desejo:

«Avante e para sempre».





Motorizados e Blindados

pelo Coronel AFONSO BOTELHO

III

AS MISSÕES

A) Os Motomecânicos nos Gr. Cav. normais

1. Missões dos Gr. Cav. N.

Apresentámos anteriormente o Gr. Cav. regulamentar e bem assim os aperfeiçoamentos orgânicos de que supomos ele carece. É, em qualquer caso, uma P. U. mixta, 50⁰/₀ motorizada.

a) As missões dos Gr. Cav. são, como se sabe:

— *missões de segurança*, em especial as de *segurança afastada*, incluindo «informação» em proveito do Comando da

Revista da Cavalaria

G. U. e «cobertura», particularmente contra incursões de forças motomecânicas; eventualmente por falta de espaço entre os exércitos, cooperação na *segurança próxima*, sob várias modalidades.

— *missões de combate* como intervenção ofensiva ou defensiva *na batalha* (partindo geralmente da situação de reserva móvel), actuação depois da batalha, quer na exploração do êxito, quer no retardamento do inimigo e, ainda, acções destacadas contra incursões inimigas terrestres ou aéreas.

As missões do Gr. Cav. não variaram essencialmente quanto à sua finalidade, excepto no que se refere à acção contra os «blindados» e contra os «aéreos», as quais têm hoje importância quasi primacial, por modo a influírem caracterizadamente, não só nas missões a atribuir aos Gr. Cav. como também na sua própria execução. São estas necessidades, a que fizemos referência quando atrás tratámos da composição dos Gr. Cav., que impõem a atribuição a estas unidades de elementos motorizados e mecanizados, isto é, os «motomecânicos».

b) As missões particulares a dar aos «*motomecânicos*» para cumprimento das missões gerais a cargo dos Gr. Cav. normais serão, tendo em atenção a sua rapidez e a sua força:

— a busca da informação afastada e a execução de reconhecimento na zona de acção do Gr. Cav. e por vezes fora da zona de acção da respectiva G. U.

— a acção combativa, pronta e violenta sobre todas as incursões e infiltrações inimigas, especialmente as dos motomecanizados e as dos desembarques aéreos.

2. *Missões de segurança*

Estas missões têm dois aspectos principais que se caracterizam, particularmente, pelo seu grau de dependência, consequência do «espaço» entre o inimigo e as próprias tropas e pela profundidade em que actuam.

Revista da Cavalaria

— a *segurança afastada*, cuja finalidade é, principalmente, garantir a liberdade de acção do Comando da G. U. e em que se procura a *informação* e a *cobertura* a distâncias da ordem «dia de marcha».

— a *segurança próxima*, cuja finalidade é, principalmente, garantir as tropas contra as acções inimigas e em que assegura a *informação* e a *cobertura* a pequenas distâncias dos destacamentos de segurança.

a) Segurança afastada

É na segurança afastada que os Gr. Cav. têm o seu mais útil emprego e é em missões dessa ordem, de certa analogia com a das Br. Cav., que os «motomecânicos», pelas suas qualidades de mobilidade e força têm o mais rendoso emprego, em particular nas condições de movimento da guerra moderna. Essas qualidades devem ser aproveitadas a fundo mas sempre coordenadamente com os elementos a cavalo. Sem os elementos motomecânicos é quasi impossível realizar a segurança afastada.

— A *informação* necessária à liberdade de acção de Comando da G. U. é buscada longe (um dia de marcha) e, neste caso, sem pormenores; compete aos elementos motomecânicos (motociclistas e blindados) dos Gr. Cav. normais, constituindo «reconhecimento» fortes ou pequenos «destamentos» do tipo *descoberta*, que operam como nos Gr. Cav. M. M. e nas Br. Cav. N. e M. M. Estes elementos ganharão rapidamente a distância necessária à profundidade da informação e actuarão ofensivamente procurando arrancar a informação ou poderão actuar defensivamente retardando o inimigo como fortes «patrulhas» ou pequenos «destacamentos» retardadores. Se o Grupo não dispõe de «blindados» tais elementos terão de ser constituídos apenas por motociclistas, o que muito limitará as suas possibilidades e as do seu Grupo.

— A *cobertura* necessária à G. U. resulta da interposição do grosso do Grupo entre o inimigo e a respectiva G. U. e é, portanto, proporcionada pelas unidades a cavalo; contudo, se a rede itinerária se presta, a garantia da *informação* pró-

Revista da Cavalaria

xima (patrulhas) poderá ser pedida aos motorizados e blindados disponíveis, constituído elemento precioso de apoio ou de descolagem dos restantes elementos.

b) Segurança próxima

Nestas missões, o Gr. Cav. opera geralmente em ligação com os Dest. de segurança normais que directamente informam e cobrem.

A *informação* ao Comando da G. U. e ao do Dest. de Seg. deve ser garantida efectivamente sobre pequenas distâncias e descendo a pormenores que obrigam à investigação pormenorizada do terreno; então serão os cavaleiros, com o apoio das A. M. ou dos C. L. C., se existem, os meios mais indicados para actuarem não só sobre as vias de comunicação como por todo o terreno.

A *cobertura* será entregue aos cavaleiros dispondo de forte reserva de motorizados se o terreno é difícil, mas se dispõem das vias de comunicação transversais indispensáveis, será entregue aos motorizados com reservas parciais a cavalo.

— No caso de *marcha para o inimigo* os motomecânicos farão as sondagens ofensivas que possível fôr, para diante dos cavaleiros e a reserva será apoio rápido e forte. No caso de *movimento retrógrado*, essas sondagens serão, sobretudo, agressivas, com o fim de retardar o inimigo e a reserva servirá para facilitar as roturas de contacto. No caso de *protecção de flancos* as sondagens dos motomecânicos devem ir longe para facilitar o estabelecimento oportuno do Grupo em posição defensiva conveniente, para o que muito contribuirá a reserva motomecânica. No caso de *segurança em estação*, as considerações são semelhantes. Em qualquer dos casos a densidade e a orientação do dispositivo das vias de comunicação da zona de marcha é factor importante no emprêgo dos motomecânicos. E é importante recordar que, sendo a D. C. B., uma das finalidades dos Gr. Cav. em segurança, esta será precária se se não dispõe de «blindados» devidamente armados para actuação pronta e agressiva em qualquer ponto. Os canhões D. C. D. serão sempre em número insuficiente se não dispõem de notável mobilidade.

Revista da Cavalaria

3. *Missões de combate*

Os Gr. Cav. podem receber missões de combate no quadro da batalha ou fora dela (incursões e contra-incursões). A actuação dos Grupos não difere essencialmente nos dois casos e caracteriza-se pelo ousado aproveitamento dos motomecânicos coordenadamente com os elementos a cavalo.

a) *Ofensiva*

Os Gr. Cav. têm papel importante de ligação e cobertura dos agrupamentos de combate em que se articule o ataque por uma G. U. e poderão ter oportunidade de se infiltrar em dispositivo pouco consistente ou prolongar uma acção de ala transbordando o flanco adverso e ocupando pontos à retaguarda donde perturbem as comunicações inimigas. O seu papel será importante no caso de retirada inimiga procurando retomar o contacto, atacando os destacamentos retardadores, etc. Os motomecânicos poderão ser úteis no caso de conseguirem alcançar a rede itinerária em bom estado; se se dispõe de blindados haverá a possibilidade de impedir que as roturas de combate pelo inimigo se efectuem sem grandes perdas.

Nas acções ofensivas sôbre uma resistência, geralmente o Grupo mascara-a e fixa-a com o fogo dos seus cavaleiros ou motorizados e manobra-a com os seus blindados auxiliados pelos motorizados ou pelos cavaleiros, conforme a natureza do terreno. Semelhantemente, procede, mas mais violentamente, quando é necessário executar uma acção de força; neste caso, se possui C. C., estes serão empregados no ataque directo; a emissão de nevoeiro artificial facilitará a manobra.

b) *Defensiva*

Os Gr. Cav. normais, empregados na extensão da frente ou cobertura de um flanco na ligação entre as G. U. e na vedação de uma brecha, estabelecidos os seus cavaleiros defensivamente, conservam os motorizados em reserva

Revista da Cavalaria

móvel e tanto mais poderosa quanto mais disponham de blindados que, além do mais, constituirão a melhor D. C. B. em qualquer ponto da frente. No *caso de manobra em retirada*, são os elementos «blindados», os únicos que podem efectuar de dia a rotura do combate, pois «motorizados» e cavaleiros não o podem fazer senão de noite, a menos de forte acção de C. C. e de emissão de nevoeiros artificiais.

Em caso de *cobertura de retirada*, o Gr. instalar-se-á a coberto de linha defensiva, de preferência cortadura, protegido por campos de minas e daí lançará os seus blindados em mordentes golpes sobre o inimigo que se aproxima; a rotura do combate far-se-á como se diz na manobra em retirada.

Nas *acções defensivas* o Gr. Cav. normal dispõe os seus cavaleiros e motociclistas com o máximo de meios de fogo sobre toda a frente, reservando as A. M. e C. C. para agredir o inimigo que se aproxima ou para repelir as suas infiltrações ou envoltimentos.

4. *Potencial do Gr. Cav. com elementos motomecânicos*

Estão aceites os seguintes *dados numéricos* para os Gr. Cav. normais, compreendendo elementos motomecânicos.

Alcance da descoberta (motomecânicos) 20 kms. além do objectivo de um dia de marcha normal.

Frente de descoberta: 10 a 20 kms.

Velocidade média da descoberta (longe do inimigo) 15 a 20 kms.

Alcance da segurança: 5 a 15 kms. além do objectivo de marcha.

Frente de segurança: 6 a 12 kms.

Velocidade média da segurança (a do conjunto do grupo) — máximo: 6 kms. p. h.

Capacidade ofensiva: profundidade muito variável; frente de ataque 400 a 600 m. (agr. ataque com 2 pl. blindados).

Capacidade defensiva (profundidade muito variável; frente defensiva 2 kms. (2 E. C. em linha; blindados nos fl. e em reserva).

Revista da Cavalaria

(Êstes números baseiam no Gr. Cav. com 1 esq. blindado, 1 esq. moto, 2 esq. a cav. todos a pl. de linha, sendo os pl. bl. a 3 viat.

(Condições médias de inimigo e de terreno).

B) Os Gr. Cav. Motomecânicos

1. Missões do Gr. Cav. motomecânico

Atrás definimos esta P. U. de constituição mixta, motorizada e mecanizada (ou blindada) em partes iguais, a que se poderia chamar o grupo ligeiro-mecânico.

As missões de tais unidades serão, relativamente às G. U. motorizadas ou auto-transportadas, aquelas que se atribuem aos Gr. Cav. normais, relativamente às G. U. normais, considerando, porém, o maior potencial de mobilidade e de força dos Gr. Cav. M. M.

Entre as *missões de segurança* é a de seg. afastada aquela que mais importa ao comando da G. U. e aquela em que os «motomecânicos» mais evidenciarão a sua eficiência por actuarem em maior espaço com maiores exigências de rapidez e pelas suas possibilidades de combate às incursões dos blindados adversos.

Entre as *missões de combate*, além da colaboração na batalha em ocasiões de êxito ou momentos de crise, o que lhe é possível pela força, os Gr. Cav. M. M. têm papel importante, não só na ligação entre os agrupamentos de combate em que se articulam as G. U., e na sua segurança, mas também no combate às infiltrações terrestres e descidas aéreas do adversário.

2. Missões de segurança

Estas missões têm, como sabemos, dois aspectos principais, que para os Gr. Cav. M. M. se apresentam assim:

— a *segurança afastada*, em que os Gr. Cav. M. M. têm a sua principal aplicação, procurando a *informação afastada* e estabelecendo longe a *cobertura* necessária à liberdade de

Revista da Cavalaria

acção do Comando da G. U., sobretudo, em mobilidade servida pela fôrça.

— a *segurança próxima*, em que os Gr. Cav. M. M. têm papel menos evidente, mas não menos útil nos preliminares da batalha moderna, garantindo a *informação próxima* e criando a cobertura próxima indispensável aos movimentos de estacionamento das tropas.

a) Segurança afastada

A *informação afastada* para a G. U. motorizada ou auto-transportada como nas normais, deve ser procurada 20 kms. para a frente do objectivo de um dia de marcha auto; é a missão taxativa do Gr. Cav. M. M., quando não exista à frente uma G. U. de cavalaria, missão a desempenhar em cooperação com a aviação e com as características dos elementos de *descoberta* da Br. de Cav.: reconhecimentos e destacamentos constituídos por A. M. e motos e por vezes T. S. F.

Longe do inimigo, o sector de investigação de um Gr. Cav. M. M. pode atingir 20 a 25 kms. de frente, com a velocidade de deslocamento de 15 a 20 kms. p. b. sobre a profundidade de 40 a 50 kms. Próximo do inimigo, estes números reduzem-se conforme a resistência do inimigo e a praticabilidade do terreno. Os elementos de descoberta procedem como se disse para os Gr. Cav. normais, mas apesar de, em regra, não deverem contar com o apoio do grosso, os motomecânicos, pela rapidez da sua forte actuação, podem fornecer apoio ofensivo ou defensivo aos elementos destacados.

A *cobertura afastada* para a G. U. motorizada ou auto-transportada, é dada pelo grosso do Gr. Cav. M. M. quando ocupe linhas do terreno, particularmente próprias à defesa contra carros e assegurando protecção contra os fogos da artilharia ligeira inimiga, isto é, uns 15 kms. para a frente do limite dos lanços de marcha da G. U., incluindo o lanço final ou zona de desembarque.

Para cumprir esta parte da sua missão e satisfazer às necessidades da sua própria segurança, os Gr. Cav. lançam

Revista da Cavalaria

elementos de busca de informação a pequena distância e o grosso, articulado em pequenos agrupamentos mixtos (com o valor de G. E. ou de Esq.), dispõe-se em largura por forma a interceptar as principais vias de comunicação e em profundidade (reserva sobre o eixo de esforço, para melhor segurança do movimento e melhor oposição à penetração das incursões inimigas. É de notar o perigo destas incursões, não só dentro do dispositivo do Grupo, como dentro do dispositivo da G. U., consequência das grandes distâncias e intervalos dos dispositivos motorizados.

Para diminuir esse perigo, o Gr. Cav. deverá estabelecer íntima ligação com os Grupos vizinhos e vedar as entradas da zona de acção com patrulhas que se fixam, oportunamente, resistindo a qualquer incursão até que os blindados do grosso acorram ofensivamente.

Nos Gr. Cav. M. M. é de exigir progressão rápida de linha táctica em linha táctica sem detença sobre a linha atingida desde que saiba livre o terreno até à seguinte, de modo a chegar antes do inimigo à linha de cobertura final, ocupando-a ainda mesmo que a retaguarda fiquem elementos inimigos que elementos do grupo oportunamente inutilizarão.

Quando alguma resistência inimiga se manifesta, depois de ligeiro contacto (motos) fixa-se (metr.) e ataca-se a fundo um ponto (blindados) ou torneia-se. No caso de impossibilidade de resolver a situação ofensivamente, recorre-se à defensiva (motos, metr., D. C. B., até que se receba apoio da retaguarda. O espírito audacioso do Grupo não exclui a prudência sob a forma de uma posição ocupada ou a ocupar pela reserva (ou a balizar) enquanto o grosso do Grupo progride ou ataca.

A ocupação de uma posição de cobertura 15 kms. à frente do lanço de marcha, é obrigatoriamente prévia ao início do movimento por uma G. U. motorizada ou auto-transportada. Quando a marcha for nocturna o movimento não se iniciará sem que, de dia, esteja garantida a segurança para o objectivo final.

Todo o movimento do Gr. Cav. M. M. é caracterizado pela rapidez e acção pronta ofensiva ou defensiva elástica, o que lhe é facultado pela sua mobilidade e força.

Revista da Cavalaria

b) Segurança próxima

Quando seja diminuto o espaço entre os adversários, a segurança afastada terrestre não existe e os Gr. Cav. passarão à seg. próxima em ligação com os dest. normais de segurança se outra missão mais importante não receberem.

Então a *informação* será próxima, mas se é menos profunda terá de ser mais extensa (prolongamento para os flancos) e mais pormenorizada; a mobilidade toma outro aspecto e é mister a força para conquistar a informação (blindados).

Quanto à *cobertura*, também próxima, o mesmo sucederá, devendo o grupo apoderar-se ou manter-se em pontos importantes que interessam à tomada de contacto pelas G. Avs., à aproximação do grosso da Div. e ao empenhamento.

Em guerra moderna, motorizada, em que se pretende a maior economia de forças na frente de contacto para obter maior profundidade no ataque, o papel dos Gr. Cav. é importantíssimo.

3. Missões de combate

As missões de combate no campo de batalha para os Gr. Cav. M. M. são semelhantes às dos Gr. Cav. N. As possibilidades deles serão, porém, bastante maiores em consequência do seu maior potencial de combate, desde que o material e o terreno a isso se prestem. Será, porém, nas *acções fora do campo de batalha* que os «motomecanizados» melhor rendimento darão.

a) Ofensiva

Nestas acções, os agrupamentos de A. M. e motociclistas serão lançados sobre as vias de comunicação e os agrupamentos C. C. e motociclistas sobre o terreno variado.

É, porém, de contar, que os motociclistas tenham de se apeiar para progredir a pé e que depois tenham dificuldade em reaver as suas motos quando as vias de comunicação novamente se prestem à sua progressão rápida. Os blindados, porém, especialmente os C. C., serão sempre elementos de grande valor.

Revista da Cavalaria

O modo de proceder é semelhante ao dos Gr. Cav. N., competindo aos motociclistas constituir as pequenas cortinas da retaguarda, das quais os blindados lançarão os ataques.

b) Defensiva

As possibilidades defensivas dos Gr. Cav. M. M. são talvez superiores às ofensivas. Pertence aos motociclistas, com as metralhadoras e engenhos, em especial da D. C. B., a constituição rápida das frentes defensivas onde elas se tornem necessárias; aos C. C. pertencerá o papel de reserva pronta a desfechar contra ataques imediatos e violentos e às A. M. o papel de retardamento e de vigilância dos flancos. Os nevoeiros artificiais permitirão as roturas de combate.

4. *Potencial dos Gr. Cav. M. M.*

Os *dados numéricos* referentes aos Gr. Cav. N. têm em parte aplicação aos Gr. Cav. M. M. quando estes actuem em proveito de Div. normais, com menores necessidades, ou quando actuem em terreno difícil e de pequena densidade em vias de comunicação, devendo ainda considerar a influência do factor «inimigo» conforme este dispõe ou não de elementos motomecanizados. É, porém, diferente, o caso do Gr. Cav. M. M. esclarecendo e cobrindo uma Div. Motor. em marcha. Para tal, apresentamos os seguintes números médios:

Alcance da descoberta: 20 kms. além do objectivo de um dia de marcha auto.

Frente da descoberta: 15 a 20 kms.

Velocidade média da descoberta (longe do inimigo) 15 a 20 kms.

Alcance da segurança 5 a 15 kms. além do objectivo de um dia de marcha auto.

Frente da segurança: 10 a 15 kms.

Velocidade média da segurança (e do conjunto) 15 a 20 kms.

Capacidade ofensiva (agr. de ataque com 1 esq. C. L. C. a 3 pl. de viat.) 600 a 1000 metros.

Capacidade defensiva (2 E. moto em linha, blindados nos flancos, ligação e reserva) frente defensiva 2 a 4 kms.

Revista da Cavalaria

C) Os "Motomecânicos" nas Br. Cav. normais

1. Missões das Br. Cav. N.

Considerámos anteriormente um tipo de Br. Cav. a que chamamos «normal» e que, não estando exactamente regulamentado, é o que parece pode ser considerado como tal. Nela se agrupam unidades e efectivos a cavalo e motorizados em partes iguais, além de duas pequenas unidades blindadas.

a) As missões que, segundo o actual R. S. C. devem ser pedidas às Br. Cav. N., são:

— *missões de exploração*, que carecem de *mobilidade* (raio de acção, velocidade) para procurar o inimigo, determinar o seu contôrno aparente, o valor dêsse contacto em direcção e ponto definido e depois conservar elásticamente êsse contacto.

— *missões de segurança*, que exigem, não só *mobilidade* (a velocidade), como também *potencial de fogo*, para preceder o inimigo sôbre as linhas de cobertura do grosso e conservar a posse dessas linhas tácticas.

— *missões na batalha*, que exigem, não só a *mobilidade* (sob o aspecto velocidade T. T.) como também *fôrça* (sob o aspecto armamento e blindagem) a fim de ofensivamente surpreender o adversário, pela concentração imprevista de fôrças, ou defensivamente contrariar a sua manobra pela acção inesperada de resistências opostas.

— *missões fora da batalha*, que exigem *mobilidade* (velocidade e raio de acção) e *fôrça* (armamento e blindagem), a fim de actuar urgentemente a grande distância, com certo grau de independência das outras tropas, para incursionar sôbre regiões ocupadas pelo inimigo ou para guardar outras de qualquer incursão adversa.

Hoje em dia sabe-se mais que estas missões, em consequência dos valores «tempo e espaço» «fogo e couraça» da guerra moderna, não podem ser desempenhadas pela cavala-

Revista da Cavalaria

ria a cavalo, pelo menos com a mobilidade e a força que são de exigir em muitos casos. Contudo, a adjunção, à «cavalaria a cavalo» de unidades «motorizadas» e «blindadas» permite, talvez, a execução eficiente de algumas delas. Sendo assim, com as Br. Cav. N. sucederá, quanto a missões e sua execução, coisa semelhante ao que se disse para os Gr. Cav. N. compreendendo elementos «motomecânicos».

b) As missões dos elementos motomecânicos que fazem parte das Br. Cav. N. serão aquelas que reclamem raio de acção e velocidade, poder de fogo e blindagem, como hoje em dia é mister e que, por tal não estejam nas possibilidades das forças a cavalo, exceptuando-se o caso em que se careça de poder de fluidez e de adaptação ao terreno para as quais estas últimas são mais aptas. A superior mobilidade dos «motomecânicos» faz deles a cavalaria da própria cavalaria». Em qualquer caso as acções de uns e de outros elementos deve ser coordenada de modo a não prejudicar o poder de conjunto da Brigada.

2. Missões de exploração e de segurança

Para desempenhar tais missões as Br. Cav. N. têm de *descobrir* e *cobrir-se* do inimigo e *reconhecê-lo* ou *detê-lo* pela força, seja para *informar*, seja para *cobrir* o Comando superior, missões estas que, na prática, muitas vezes se confundem. Em qualquer dos casos ela terá de montar e accionar sistemas que se conhecem por «*descoberta*» e «*segurança*» em que a *mobilidade* servida pela força é factor essencial e terá de apoiar ou de resistir recorrendo à *força* servida pela mobilidade. Antevêem-se assim quais as funções dos «motomecânicos» dentro das missões das Br. Cav. N.

a) A Br. Cav. N. em exploração tem a finalidade e o modo de proceder que se sabe como regulamentar, difícil de realizar em guerra moderna, por carência de mobilidade e força de tais G. U. Contudo, o concurso da exploração aérea, o apropriado emprêgo dos elementos motomecânicos e o bom aproveitamento das qualidades, muitas vezes utilíssimas, das unidades a cavalo, faz considerar como possível, e até efi-

Revista da Cavalaria

ciente, o emprêgo daquelas G. U., particularmente, em regiões difíceis ou em «grande agrupamento tático» com as Br. Cav. M. M. Recordando que o dispositivo completo de uma G. U. de cavalaria em exploração comporta, além da descoberta aérea, que lhe possa ser proporcionada, a descoberta terrestre, a segurança (ou cobertura) da G. U. e o grosso, vamos ver adiante qual o papel dos «blindados» e «motorizados» nos diferentes escalões do dispositivo.

b) A Br. Cav. N. em segurança, considerando os fins e o modo de actuar que o regulamento estabelece, tem, no ambiente da guerra moderna, menos dificuldades no desempenho do seu papel do que no de exploração, se considerarmos igualmente a cooperação da aviação, o emprêgo dos moto-mecânicos e o aproveitamento das unidades a cavalo. As modalidades das missões de segurança poderão até desenvolver-se muito favoravelmente em certos terrenos, quando não haja grande inferioridade relativamente ao adversário, pelas faculdades de defensiva-agressiva que possui a Br. Cav. N. que estudamos. Não esquecendo a cooperação da aviação, podemos prever qual seja o papel de blindados e de motorizados no seu dispositivo compreendendo descoberta, segurança e grosso.

c) Descoberta da Br. Cav. N. A busca da *informação afastada* está normalmente a cargo da exploração aérea afastada; a *informação próxima* compete eventualmente à aviação que fôr atribuída à Br. e que realizará a *descoberta aérea* e sempre a elementos ligeiros terrestres, reconhecimentos e destacamentos, que realizarão a *descoberta terrestre*. Êstes elementos serão lançados sôbre os pontos ou nas direcções mais interessantes da zona de acção da Br., geralmente em largo espaço que terá de ser rapidamente ganho e reconhecido, pelo menos sôbre as principais vias de comunicação. Ê, pois, de exigir raio de acção e velocidade que os cavalos não têm mas que o motor possui, desde que se não careça da fluidez e da plasticidade que são apanágio da cavalaria pura. Ê também de exigir certa força que permita vencer pequenas resistências, arrancar informação concreta e que faculte a passagem à defensiva retardadora como frequentemente convém. Está,

Revista da Cavalaria

pois, indicado, confiar a descoberta terrestre aos motomecânicos mais velozes da Br., motos e A. M., excepto nos casos de terreno muito difficil, proximidade do inimigo, investigação de pormenor, etc., nos quais são preferíveis os cavalos com as A. M. Num e noutro caso são indispensáveis os estasfetas motos além da T. S. F.

Com o esq. A. M. e um dos esq. moto da Br. pode-se constituir quatro D. D., ainda que fracos por os pl. A. M. serem a 3 viat. apenas e, guardando um (ou dois) em reserva lançar três (ou dois) em descoberto. Assim, é possível buscar a informação sobre uma frente de 20 a 30 kms., podendo alcançar-se facilmente a profundidade de uma jornada de marcha para a frente da brigada com a velocidade de 15 a 20 kms.

Os D. D. motomecânicos, procederão por modo semelhante aos D. D. a cavalo mas com maior mobilidade e força, porém, menos fluidez e menos independência da rede itinerária; alcançarão mais rapidamente os seus objectivos que reconhecerão com mais vigor ofensivo, mas não investigarão os pormenores do terreno e terão de limitar-se ao eixo de marcha e sondagens laterais; poderão passar à acção retardadora com maior potencial de combate. E, muito embora não devam contar com o apoio do grosso, certo é que este, com os seus elementos motomecânicos disponíveis, poderá rapidamente acorrer onde a descoberta o requeira.

d) Cobertura da Br. Cav. N. A *cobertura aérea* é de considerar pois que a Br. Cav. N., em especial as suas unidades motorizadas, é de grande vulnerabilidade. Quanto à *cobertura terrestre*, há que considerar os três escalões de segurança: afastada, próxima e imediata.

A *segurança afastada*, tendo como deveres importantes a liberdade de acção do chefe e a defesa contra blindados, tem de ser obtida longe e com a maior impermeabilidade e permanência; portanto, terá de se recorrer aos motorizados que, além de apreciável potencial de fogo, têm a possibilidade de alcançar rapidamente os objectivos sucessivos e ali se manter o máximo de tempo reduzindo ao mínimo o tempo morto dos deslocamentos. Este escalão de segurança será constituído por uma série de postos móveis (ou patrulhas) compostos por motociclistas, sempre que possível com meios activos e

Revista da Cavalaria

passivos de D. C. B. e por vezes com sapadores e T. S. F. Deverão apossar-se rapidamente de pontos importantes (observatórios, desfiladeiros) situados sobre linhas tácticas de cobertura, em regra à retaguarda de cortaduras interessantes.

A *segurança próxima* completa a cobertura terrestre do grosso por meio dos destacamentos normais, em regra a cavalo. Porém, em certos casos (urgência, fôrça) convirá que tais destacamentos sejam motorizados, mas para tal é necessário que os esq. auto do R. Motor. da Br. sejam materialmente aptos (transporte por eqds. em pequenas viaturas protegidas T. T.

A *segurança imediata* está automaticamente a cargo das próprias unidades. Mas esta obrigação é deveras fatigante para as unidades a cavalo, que tenham de marchar rapidamente e até mesmo para as unidades motorizadas se, umas e outras, não dispuserem das viaturas T. T. que transportem, além do pessoal, os necessários meios de D. T. C. A. e de D. C. B.

e) Acções ofensivas. Para forçar uma resistência ou para deter uma incursão inimiga, os elementos de descoberta ou de segurança afastada carecerão muitas vezes de meios suplementares ou de reforço, se não fôr de aproveitar a elasticidade do dispositivo da Br., isto é, o apoio dos Dest. de seg. Esses elementos de apoio deverão ser motomecânicos pela prontidão e fôrça ofensiva com que poderão acorrer ao ponto crítico; recorrer-se-á então aos D. D. em reserva ou a fracções de A. M. ou motociclistas disponiveis, mas nunca ao G. E. auto do R. Motor. ou ao esq. de C. C. pois estes elementos devem manter-se íntegros para acções de maior vulto.

Se a missão o exige, a Brigada passará rapidamente à ofensiva constituindo uma frente de contacto com as unidades a cavalo, atacando a fundo e com pequena frente com o G. E. auto e esq. C. C. no ponto escolhido ou por outro modo fixando o inimigo com os motorizados transbordá-lo-á ou envolve-lo-á com as unidades a cavalo apoiadas pelos blindados; as A. M. e os motociclistas constituem reserva e vigilância dos flancos.

Revista da Cavalaria

f) Acções defensivas. Para agüentar a acção retardadora dos elementos da descoberta ou da segurança afastada, recorrer-se-à, geralmente, aos elementos ligeiros motomecânicos acima indicados ainda que a redução das distâncias permita recorrer às unidades a cavalo, pois há que poupar estas para futuro desenvolvimento da acção. De resto, o apoio defensivo resultará a maior parte das vezes, da elasticidade do dispositivo da Brigada.

Se a missão obriga a deter o inimigo, a brigada instalar-se-à rapidamente, sendo possível à retaguarda de uma cortadura e com profundos campos de tiro; os D. D. farão o retardamento; o G. E. auto instalar-se-à na posição chave ou na posição de manobra à retaguarda, conforme os meios de transporte de que dispuser; as unidades a cavalo constituem a cortina defensiva; as motos e as A. M. disponíveis constituem reserva e vigiam os flancos; os C. C. conservam-se prontos ao contra-ataque imediato.

3. Missões de combate

Sabe-se que a cavalaria é a arma própria para as acções rápidas em largos espaços e necessário é que exista uma arma para tal organizada e preparada. As missões de combate da Br. Cav., quer no quadro de batalha, quer fóra dêle, estão dentro da regra; os seus dispositivos caracterizam-se pela dispersão e pela elasticidade, tanto em largura como em profundidade, pela rapidez de deslocamento dos diferentes elementos dentro desse dispositivo, pela imprecisão ofensiva e defensiva da sua actuação. Para enfrentar esses «espaços» nos «tempos» que exige a guerra moderna, dotou-se a Br. Cav. com elementos motomecânicos. Como aproveitá-los, em combate, coordenadamente com os elementos a cavalo?

a) Na batalha

Clássicamente, as Br. Cav. ocupam no dispositivo de batalha lugar que lhes permita velar pela segurança do dispositivo amigo e incomodar o inimigo, posição donde possam aproveitar um sucesso ou limitar o insucesso.

Revista da Cavalaria

Nas *batalhas ofensivas* de hoje em dia as Br. Cav. N. podem ser útilmente empregadas na manobra de ala em combinação com os ataques do exército, transbordando a frente e atacando as retaguardas. Em caso de êxito, passar-se-á à exploração do sucesso e à perseguição, para o que muito pode contribuir a Br. Cav. N. na falta ou por dificuldade de emprêgo da Br. Cav. motomecânica, ou em agrupamento com esta. Também se emprega a tática de infiltração e reunião à retaguarda no caso de frentes inimigas pouco densas ou em decomposição.

Nas *batalhas defensivas*, podem ser atribuídas à Br. Cav. N. missões de vigilância ou de cobertura dos flancos, ligação entre duas G. U., reserva para enfrentar soluções imprevisitas. Se a retirada se impõe a Br. Cav. N. é o órgão próprio para a manobra em retirada ou para cobertura da retirada, especialmente quando em cooperação com a Br. Cav. motomecânica.

As *missões* que dentro das Br. Cav. N. poderão competir aos seus *blindados* (E. A. M. e E. C. C.) e aos seus *motorizados* (G. E. Moto e G. E. Auto) são tôdas aquelas em que se reclame as suas eficientes qualidades de rapidez e potencial de combate, deixando às unidades a cavalo a função base do dispositivo ou a larga utilização em terrenos difíceis.

Como regra, as *A. M.* constituem agrupamentos ligeiros com as unidades motociclistas aos quais se confiam as missões de reconhecimento ou de retardamento, as de reserva ou de vigilância, as acções de flanco e as de perseguição. No caso de deficiência itinerária, os elementos a cavalo são preferíveis aos motociclistas nestes agrupamentos ligeiros. O modo de operar destes destacamentos é semelhante ao que se indicou para os D. D., isto é, as A. M. no escalão de ataque ou de contra-ataque, enquanto os motociclistas constituem o escalão de apoio ou de ocupação do terreno.

O grupo de esquadrões auto é a unidade essencial do escalão de combate, quer no agrupamento de ataque principal, quer na defesa da frente de esforço, deixando às unidades a cavalo a missão de constituir a frente de contacto ou a defesa da frente secundária, em especial onde o terreno seja propício à ulterior utilização dos cavalos. Os C. C., (cujo pequeno esquadrão nunca se fraccionará) tem o seu emprêgo

Revista da Cavalaria

indicado no agrupamento de ataque como carros de acompanhamento, tentando a rotura da resistência inimiga se se trata de frente pouco consistente ou apoiando imediatamente os cavaleiros apeados se se trata de frente organizada. Na defensiva os C. C. têm eficiente emprêgo nos contra-ataques imediatos.

b) Fora da batalha

É difícil o emprêgo da Br. Cav. N. numa missão de *incursão*, pois a heterogeneidade dos elementos que a compõem torna muito difícil a coesão do dispositivo num caso em que a dispersão é perigosa. Se, porém, tiver de se lhe atribuir tal missão, as sub-missões de reconhecimento e de segurança competirão aos agrupamentos de A. M. e motociclistas. O G. E. auto, agrupado com os C. C., terá o seu papel como reserva no dispositivo de aproximação e como agrupamento de ataque no dispositivo de combate. No caso de *contra-incursão* é já mais fácil o emprêgo da Br. Cav. do tipo normal, em especial em país amigo e particularmente no estabelecimento de uma cortina defensiva. Pelo que atrás ficou dito, é fácil deduzir quais as sub-missões a dar aos «blindados» e aos «motorizados».

4. Potência da Br. Cav. com elementos motomecânicos

A dotação de elementos motomecânicos que é de uso prever-se para a Br. Cav. dá-lhe as seguintes possibilidades:

Mobilidade estratégica — 150 a 200 kms. em três dias		
Descoberta terrestre	alcance	— 40 a 50 kms. (um dia de marcha para a frente da região de partida da Br. Cav.
	frente	— 20 a 30 kms. (dois ou três D. D. com 8 a 10 kms. de frente).
	velocidade	— 15 a 20 kms. (antes do contacto)
Segurança afastada — 15 kms. para a frente das G. Av.		
Segurança próxima — 15 kms. para a frente da testa dos grossos		
Frente de marcha — 8 a 12 kms.		
Velocidade média (do conjunto) — 6 a 7 kms. por hora		
Frente de ofensiva (fr. de cont. ^o) — 2.800 a 3.800 metros		
Frente defensiva — 4.500 a 6.000 metros		

Revista da Cavalaria

2) Br. Cav. Motomecânicas

1. Missões das Cav. M. M.

Definimos já o que, presentemente, se deve entender por Br. Cav. motomecanizada e que também se poderá intitular «Br. ligeira mecânica»: referimo-nos assim a uma G. U. ligeira, tendo da arma de cavalaria totalmente constituída por unidades ou formações rápidas motorizadas ou mecanizadas isto é, blindadas, mas apenas do tipo ligeiro ou médio, quere dizer, uma G. U. em que a mobilidade prima a fôrça, aquilo a que vulgarmente se chama G. U. blindada. Note-se, pois, que se não trata do que se designa correntemente por G. U. couraçada, aquela em que a fôrça, pelo armamento e pela couraça, prima sôbre a mobilidade. Trataremos, pois, de uma G. U. a que se atribuirão tôdas as missões que se atribuíam, e ainda se atribuem, às Br. Cav. normais, missões para as quais, no ambiente de guerra moderna, ela é mais rápida e potente e, na verdade, única verdadeiramente apta a desempenhá-las, em especial relativamente às G. U. de linha motorizadas ou auto-transportadas. Porém, não se poderão atribuir a esta G. U. missões de rotura de frentes organizadas como se pede às G. U. couraçadas.

São, em resumo:

— As *missões de exploração* e as de *segurança*, nas quais as Br. Cav. M. M., em indispensável cooperação com a aviação, poderão, com os seus «blindados» e «motorizados», buscar e garantir a informação profunda e rapidamente, reconhecer ou retardar o inimigo ofensiva e agressivamente, como convém e é indispensável na fulminante guerra moderna e por modo impossível às Br. Cav. N.

— As *missões de combate na batalha* ou *fora da batalha*, nas quais as Br. Cav. M. M., normalmente em íntima cooperação com a aviação, poderão, com os seus meios de combate relativamente potentes e muito rápidos, explorar a fundo o êxito obtido por outras fôrças mais poderosas ou, em situação contrária, limitar e até inutilizar os sucessos inimigos; poderá ainda ir longe incursionar em regiões inimigas ou impedir

Revista da Cavalaria

idêntico procedimento inimigo, operações estas frequentes nos largos espaços em que se desenrola a guerra moderna.

2. *Missões de exploração e de segurança*

A Br. Cav. M. M. para desempenhar missões de exploração ou de segurança terá de marchar para o contacto com o inimigo a fim de obter as informações de que carece o comando superior ou terá de interpôr-se entre o inimigo e a G. U. que cobre, a fim de lhe garantir a liberdade de acção necessária. A Br. Cav. M. M. está em boas condições de mobilidade e de força para desempenhar tais missões, especialmente sob o ponto de vista ofensivo. Em qualquer caso actuará em cooperação com a aviação, deverá descobrir o inimigo e dêle se cobrir e dispôr-se-à para o ataque, ou sendo necessário, para uma atitude defensiva.

a) Br. Cav. M. M. em exploração. A distância e a frente sôbre a qual se deve buscar as informações, é função da importância e da mobilidade da G. U., motorizada ou auto-transportada, cujo comando se esclarece, atendendo-se às possibilidades do inimigo e aos próprios meios, entre os quais se considerará, em primeiro lugar, a *exploração aérea*. Parece necessário, e talvez possível, a uma Br. Cav. M. M. do tipo atrás apresentado, buscar a informação pela *descoberta* lançada a 100 ou 120 Kms. com a progressão média de 15 a 20 Kms. p. h., sôbre a frente de 30 a 40 Kms. O grosso da Br. coberto pela sua segurança aérea e terrestre seguirá, ou não, na esteira da descoberta terrestre, inicialmente a uns 30 a 40 Kms., orientado por ela e em harmonia com a missão recebida, apoiá-la-á ofensiva ou defensivamente. A articulação do grosso dependerá não só da missão como do terreno, em especial das vias de comunicação; articular-se-à como meio de segurança contra a aviação, mas não excessivamente para não dificultar o comando e a acção. Quando as notícias sôbre o inimigo sejam imprecisas, as G. Av. serão constituídas especialmente para reconhecimento e, no grosso, os motorizados, irão em 1.º escalão para estabelecimento rápido de uma frente de contacto e os «blindados» em 2.º escalão como massa de manobra; quando as notícias do inimigo per-

Revista da Cavalaria

mitam situá-lo e a missão indique o seu ataque pronto, as G. Avs. serão fortes e, no grosso, os blindados marcharão em 1.º escalão; em qualquer caso as colunas de marcha deverão ser agrupamentos mixtos. As decisões do comando devem, evidentemente, caracterizar-se pela rapidez da concepção e prontidão de execução: passar do contacto à manobra ofensiva (ou defensiva) no mínimo de tempo.

É para acções dêste género que a Br. Cav. M. M. é essencialmente apta.

b) Br. Cav. M. M. em segurança. Esta G. U. pode receber como missão de segurança: cobrir uma determinada região ou qualquer manobra estratégica ou tática, constituir reserva de cobertura. Quando tenha missão de cobertura marchará para o inimigo em dispositivo semelhante ao de uma Br. Cav. em exploração: *descoberta* com desenvolvimento adaptada à frente a cobrir e lançada à distância correspondente ao tempo necessário à ocupação da posição objectivada; *cobertura* aérea e terrestre conveniente à articulação do grosso da Br. e esta adaptada ao dispositivo defensivo previsto, sempre sob a idéia do contra-ataque imediato — pelos blindados — partido da posição ocupada pelos motorizados. A posição a atingir deverá assegurar a posse do máximo da profundidade a fim de se dispor ulteriormente do maior espaço possível para a acção retardadora; no mínimo deverá garantir o terreno indispensável à liberdade de acção do comando superior e à manobra das suas tropas, caso particularmente delicado se se trata de G. U. motorizada ou auto-transportada.

Recorda-se que uma G. U. blindada se é essencialmente hábil para as acções de movimento, não o é para a ocupação de posições, carecendo, quando esta situação deve prolongar-se, de receber *meios suplementares*, de infantaria em especial. Em qualquer caso é indispensável a *cooperação* da *aviação*, quer de informação para avisar a tempo, como da de combate para retardar a progressão inimiga e facilitar as roturas de contacto.

c) Descoberta da Br. Cav. M. M. É de recordar o que dissemos relativamente à Br. Cav. N., notando-se, porém, que o

Revista da Cavalaria

grande raio de acção e a velocidade das unidades motomecanizadas e a prontidão que se exige às decisões do comando, impõe que se vá buscar a informação a grande distância e com grande rapidez de que só a aviação é capaz; mas essa informação carece, como é sabido, da confirmação e desenvolvimento obtido em contacto com o inimigo. Daí, na Br. Cav. M. M. o maior valor da *descoberta aérea* afastada próxima e a necessidade de dar maior alcance e rapidez à *descoberta terrestre*.

A *descoberta aérea afastada*, fornecida pela *aviação de exército*, visa apenas a grande informação, orientadora da descoberta aérea próxima e da descoberta terrestre, no dia imediato e portanto um dia de marcha automóvel à frente desta última. A *descoberta aérea próxima* é fornecida pela *esqdr. orgânica da Br.* e tem por missão esclarecer e ajudar a acção dos D. D. dentro das possibilidades de tão difícil trabalho. É na verdade essencial às G. U. motomecânicas disporem de boa aviação de cooperação, de preferência orgânica, para bem se adaptar às características de mobilidade de tais G. U.

A *descoberta terrestre* será fornecida pelo *Grupo ligeiro* (A. M. e motociclistas) previsto para a Br. Cav. M. M. cuja finalidade já atrás indicámos, constituindo-se o maior número de D. D. que possível fôr (3 ou 4), só recorrendo aos Reconhecimentos por insuficiência de meios; pelas grandes necessidades das Br. Cav. M. M. raro será possível manter D. D. em reserva para apoiar os D. D. já lançados e será a segurança afastada e até às G. Avs. que competirá esse papel.

d) Cobertura da Br. Cav. M. M. É da maior importância nas G. U. blindadas do que nas normais, não só em razão da profundidade e vulnerabilidade das colunas motomecanizadas como também porque estas estão muito sujeitas às dificuldades do itinerário e do terreno.

A *cobertura aérea* (ou vertical, é da maior importância em consequência das colunas auto serem excelente prêsas para a aviação; quando se não disponha desta cobertura é necessário recorrer à marcha de noite que tem as dificuldades que se compreende.

Revista da Cavalaria

A *cobertura terrestre* escalona-se, como é regra, em *segurança afastada, próxima e imediata*, com as finalidades e modalidades que tem nas Br. Cav. N., tendo em atenção a mobilidade e fôrça dos elementos motomecânicos.

A *segurança afastada*, constituída como se disse, será fornecida pelos esquadrões «moto» dos regimentos e para que a informação fornecida assegure a necessária liberdade de acção aos movimentos do grosso, deverá ser lançada para uns 10 ou 15 Kms. das G. Avs. com desenvolvimento de uns 15/20 Kms. pela frente e flancos e o seu dispositivo adaptar-se-á aos itinerários da zona de marcha em correspondência com a descoberta e com a segurança próxima. A segurança afastada é um desdobramento da descoberta a quem apoia ou recolhe, originando neste caso os destacamentos retardadores; é uma percursora das G. Avs., que apoiam ou recolhem os seus elementos, originando as frentes de contacto ou de cobertura, sob as quais se montam os ataques ou os recuos.

A *segurança próxima* é realizada pelos normais destacamentos de segurança com as missões normais e com constituição mixta correspondente à sua função, isto é, além dos elementos de Comando, (transmissão e sapadores), os elementos de reconhecimento ou de descolagem (motos e C. C. L.) e de ocupação do terreno (motos ou atiradores em pequenas viaturas T. T. metralhadoras, elementos D. C. B.) e, ainda por vezes, artilharia. A sua função é a usual mas o modo de proceder é, como se compreende, muito particularmente adaptado à sua constituição o que seria longo expor. As G. Avs. actuam numa frente de cerca de 4 Kms. por coluna e a uns 15 Kms. de distância ($\frac{1}{2}$ hora auto).

A *segurança imediata*, dever taxativo e da maior importância, resulta não só de dispor sempre prontos elementos de D. T. C. A. (além dos aviões de acompanhamento), ou de elementos de D. C. B., (incluindo C. C.), mas também da adopção de medidas de articulação do dispositivo e de organização da marcha.

e) Acções ofensivas da Br. Cav. M. M. São caracterizadas pela decisão pronta do comando, pela manobra montada dissimuladamente ao abrigo de uma cortina de contacto (atira-

Revista da Cavalaria

dores e metr.) e desencadeada abertamente e de surpresa em força (C. C.) com pequena frente, mas em profundidade, sobre o ponto escolhido, umas vezes ao centro do dispositivo adverso, outras vezes no flanco ou na retaguarda.

A cooperação da aviação de combate é para desejar como substituinte rápido ou prolongante da artilharia. Esta será empregada quasi sem preparação e por concentração repentina sobre o ponto decisivo.

A manobra consistirá geralmente em fixar o inimigo no sentido do eixo de marcha e atacá-lo pelo flanco ou, solução mais rápida, mas nem sempre possível, ao abrigo da cortina de contacto das G. Avs., fixar o inimigo nos flancos e romper no sentido do eixo de marcha. Uma vez o escalão de assalto dentro do dispositivo do inimigo, o escalão de ocupação (atir., metr.-auto T. T.) manterá a brecha enquanto parte do de assalto (C. L. C.) rebater-se-á sobre os flancos atacando o inimigo de revés e outra parte (C. M. C.) lançar-se-á sobre P. C. e artilharia. Os flancos da Brigada devem ser cobertos (A. M. motos) e manter-se uma reserva pronta ao contra-ataque (C. C. ou A. M.) e a ocupar uma posição de recolha. Dêste modo se poderá atacar com ousadia e prudência, aproveitando a fundo a rapidez e força dos blindados. Assim se realiza a exploração ofensiva ou ao menos agressiva pela Br. Cav. M. M.

f) Acções defensivas da Br. Cav. M. M. São geralmente caracterizadas pela elasticidade da acção defensiva da arma de cavalaria aqui acrescida das reacções ofensivas que os blindados proporcionam: uma cortina defensiva (atiradores, motos ou auto, metralhadores) tão económica em pessoal quanto possível, mas rica em defesas passivas e em armas D. C. B. e em fogos compridos, esclarecida e coberta ao largo (A. M. e motos) e abrigando pequenos agrupamentos de contra-ataque local (C. C. L.) prontos e violentos; forte reserva blindada (C. C. M.) para ataque das concentrações inimigas ou contra-ataque geral; flancos cobertos (A. M. e motos) e posição de manobra em retirada pelo menos balizada (atiradores e metralhadores). A aviação de combate será prestante colaboradora retardando o inimigo e facilitando a rotura de

Revista da Cavalaria

combate. Assim se realiza a segurança elástica ou acção retardadora, pela Br. Cav. M. M.

3. *Missões de combate*

As considerações que atrás fizemos quanto às missões de combate da Br. Cav. N. têm aplicação às Br. Cav. M. M., mas considerando as grandes possibilidades desta em força e mobilidade e, portanto, a sua notável capacidade ofensiva, que poderá ser utilizada não só ofensiva como defensivamente e tanto no quadro da batalha como fóra da batalha.

a) Na batalha ofensiva, a Br. Cav. M. M. (e não G. U. cou-raçada) poderá receber a missão de, após rotura da frente, cair sobre as comunicações adversas, desorganizando-as e apoderando-se de pontos capitais, decidir o inimigo à retirada, produzindo a confusão; assim se fará a exploração do êxito e eventualmente se passará à perseguição.

A sua acção também poderá incidir sobre um flanco com rebatimento ou transbordamento de frente adversa, em ligação mais ou menos directa com o ataque das outras G. U., cuja acção completam com a exploração do êxito e a perseguição. Em qualquer caso a aviação de informação orientando a marcha e as acções dos diversos agrupamentos e a aviação de combate aluindo a resistência inimiga são meios indispensáveis de cooperação das unidades blindadas na guerra moderna.

A manobra e o dispositivo e actuação de Br. Cav. M. M. no ataque são semelhantes ao que foi dito para as acções ofensivas das Br. Cav. em exploração ou segurança, mas com preparação geralmente mais minuciosa e em espaço mais restrito.

b) Na batalha defensiva, a Br. Cav. M. M. é geralmente reserva estratégica preciosa e com ela o comando superior poderá reconhecer e vedar durante certo tempo uma brecha que se abra, cortar pela gola uma bolsa que se forme, repelir ou pelo menos retardar, uma irrupção inimiga ou opôr-se a uma acção de flanco adversa. Convém notar que se a Br. Cav. M. M. é competente para estas acções enquanto revestem

Revista da Cavalaria

o carácter atacante, não o é tanto quando obriguem à ocupação do terreno, feição esta que tem de ser transitória e breve, salvo se dispõe de meios suplementares adequados. Como se disse acima, a manobra, dispositivo, etc., da Br. Cav. M. M. na defesa são semelhantes ao que foi dito para a Br. Cav. em exploração e segurança.

c) Em incursões sôbre as retaguardas inimigas a Br. Cav. M. M. pode ser utilíssima, dadas as suas características de raio de acção, velocidade, armamento e blindagem. Estas acções, porém, carecem de uma aviação dominante não só para cobertura vertical da Br. Cav. e para seu órgão informante, como também para o ataque ao solo das resistências ou reacções inimigas; é também o órgão essencial de reabastecimento e evacuações da Br.

d) Em contra incursões, isto é, no ataque (ou contra-ataque) a incursões inimigas vindas do ar ou do mar, ou mesmo terrestres, a distância, geralmente grande, e a urgência da reacção, indicam o emprêgo da Br. Cav. M. M. como elemento apropriado para tais operações. A actuação da brigada é análoga ao que se disse para as incursões: cooperação e convergência de esforços com a aviação e ataque rápido e em massa pela Brigada.

4. *Potencial da Br. Cav. M. M.*

Colhemos os seguintes dados numéricos dentre o que encontrámos como atribuído a D. L. M. do Exército francês e à Div. lig. couraçada do Exército alemão e que aplicámos à Br. Cav. M. M. que estudámos.

Mobilidade estratégica	{	Três dias seguidos de	
		marcha	300 a 400 Kms.
		Etape diária	100 a 120 Kms.
		Velocidade média	20 Kms. p. h.
Descoberta aérea	{	afastada (uma jornada	
		auto para a frente	
		da Br.	150 Kms. da desc. ter.
		próxima (um lanço, para	
		a frente da desc. ter-	
		restre).	20 a 25 Kms. de desc. ter.

Revista da Cavalaria

	{	alcance (uma jornada auto para a frente da zona de origem . . .	90 a 120 Kms.
Descoberta terrestre	{	frente de descoberta . .	30 a 40 Kms.
	{	velocidade (sem encontro importante com o inimigo	15 a 20 Kms. p. h.
	{	distância às G. Avs. (1/2 h.)	10 a 15 Kms.
Segurança afastada	{	frente de segurança (descontínua)	15 a 20 Kms.
	{	distância aos grossos (1/2 h.)	10 a 15 Kms.
Segurança próxima	{	frente de acção (duas colunas).	8 Kms.
	{	Frente ofensiva (de contacto)	2 a 3 Kms. — prof. 3 Kms.
Combate ofensivo	{	Frente de ataque (do ag. de ataque) 1500 a 2000 metros;	prof. 1500 metros
	{	Frente defensiva (descontínua)	4 a 6 Kms.
Combate defensivo	{	Frente de defesa contínua	2 a 3 Kms.





pelo Major HUMBERTO BUCETA MARTINS

Cap. III — Segurança anti-carro — D. C. B.

I. A ameaça dos carros

Não foram poucos os escritos que em seguida à guerra civil de Espanha surgiram nas fôlhas das revistas militares a proclamar que, a respeito do emprêgo de carros de combate, aquela guerra fôra uma experiência desastrosa. A descrição, a côres vivas, dos «*carros em chamas*», incendiados com as simples «*botellas*» de gasolina, os carros paralizados com mantas «e outras coisas mais», reforçou em muitos espíritos a opinião de que os carros não desempenhariam nunca qualquer papel importante sôbre o campo de batalha e dizia-se

N. R. — Continuação da *Revista da Cavalaria* n.º 5 — pág. 230.

Revista da Cavalaria

até que os próprios fanáticos do carro haviam sido obrigados a render-se sem condições.

No seu número de 21-V-1937 o *Times* escrevia:

«Desde 1918 o desenvolvimento do carro não cessou de crescer, tanto em número como em qualidade técnica, assegurando-lhe, sobretudo, uma melhor protecção e garantindo-o contra as «pannes» que os punham sem defesa à mercê do fogo inimigo.

«Com o desenvolvimento do carro, desenvolveu-se paralelamente a defesa anti-carro, cujos progressos foram enormes e muito mais rápidos. O desenvolvimento do canhão ganhou em velocidade aos progressos da couraça. Isto não significa — como a guerra de Espanha parece provar — que o carro tenha terminado o seu papel como meio de ataque, ou que tenha perdido o seu papel na ofensiva. Não, mas o carro deixou de ser «a arma acima de todas», a única que apesar do desenvolvimento do armamento automático, era capaz, desde 1918, de forçar o sucesso.

«Os carros e as armas anti-carro estão destinados, no futuro, a não entrar em acção senão sob certas condições que se podem resumir assim: — «Onde haja armas anti-carro, os carros serão destruídos ou postos fora de combate antes de terem cumprido a sua missão. Onde a defesa anti-carro não seja organizada, ou seja deficiente, os carros atingirão sem dificuldade os seus objectivos».

Embora esta fórmula encerre um grande fundo de verdade, o que é certo é que ligada aos períodos que antecedem, define bem a dúvida que subsistia, mesmo no espirito dos mais ponderados, como o articulista do *Times* que supomos ser o General Fuller, conhecido de todos os estudiosos que prescutaram os passos da mecanização.

... Tem o sabor da ironia, que os factos dos nossos dias lhe emprestam, fazer o paralelo entre isso e o que escrevia pouco antes o *Deutsch-Wehr*: «Em presença dos quatrocentos carros de Cambrai Soissons e Amiens, haverá milhares na próxima guerra e consideravelmente melhorados»... Ao que, o comentador do *Bulletim Belge des Sciences Militaires* que transcrevia aquela profecia, acrescentara: «Isso não foi verdade na guerra de Espanha...»

Revista da Cavalaria

Não foi na guerra de Espanha mas foi verdade desde as primeiras operações da Conflagração a que assistimos: os alemães cumpriram a profecia, e sofreram-lhe as consequências os polacos, os belgas e os franceses.

Porque não oferece dúvida que as vitórias fulminantes dos germânicos na campanha da Polónia e nas batalhas da França, se devem atribuir em grande parte à supremacia aérea total dos primeiros, não pode deixar de se atribuir na parte restante (encarando apenas os factores materiais) ao emprêgo em massa dos carros de combate alemães e, naturalmente, à carência de carros e de armamento anti-carro dos polacos franceses. É evidente que quando se tenha de reconhecer a importância decisiva dos carros nas operações ofensivas, não se pode deixar de reconhecer a importância que assume a defesa anti-carro e, designadamente, a *defesa activa*, ou seja, as armas anti-carro, que são, em última análise, as que não admitem discussões perante as suas vozes autoritárias.

Foram os alemães que demonstraram o poder resolutivo da estratégia e da tática blindada — para dar um nome às combinações arquitetadas e conduzidas na base de carros —. Eles próprios, também, se encarregaram de provar que o carro não é invulnerável.

Os exércitos alemães penetraram na terra da Polónia e da França à custa das suas unidades blindadas, disparadas como flechas que se cravavam na carne dos adversários deixando-os exangues... porque nem polacos nem franceses haviam cuidado convenientemente da sua defesa activa anti-carro. Os polacos, pouco menos do que nada tinham e os franceses, que não tinham aproveitado da lição da nova tragédia daquela nação votada pela História ao martírio, não dispunham nem de artilharia anti-carro, nem da densidade precisa de canhões anti-carro de infantaria, nem de armas ligeiras anti-carro da primeira linha. Adormeceram sobre o fetichismo do valor do obstáculo, que, aliás, as operações da Noruega já haviam desacreditado em grande parte... e acordaram esmagados sob o peso das chenilles alemãs.

O exército alemão, eminentemente ofensivo, não confiou só na sua potência de ataque; soube estudar e anotar os

Revista da Cavalaria

factores que haviam contribuído para o êxito dos seus carros, e concluir quais os meios de que seria necessário dispôr para neutralizar a violência fulminante das unidades couraçadas. Mais ainda, soube valorizar, com prudência, a despeito do que a sua propaganda ofensiva da vitória podia apregoar, o valor do exército russo, cujas massas de carros com certeza não eram desconhecidas dos chefes alemães. E, ante essas massas de «tanks» de todos os modelos, opôs uma verdadeira muralha anti-carro, constituída por peças de vários calibres, desde a jovem e dinâmica artilharia de assalto e das peças anti-aéreas utilizadas na luta anti-carro, até às espingardas anti-carro das companhias de atiradores, e canhões automáticos de 20^{mm} e 37^{mm} sôbre plataformas conhecidos por *caçadores de carros*.

*

Numa conferência feita em Bruxelas em 1937, o Comandante Xhaët, da Direcção Superior da Infantaria belga, apresentava as reacções que os *carros* haviam de provocar na táctica:

— «Pela sua invulnerabilidade aos projecteis normais de espingarda e das metralhadoras ordinárias e pela sua aptidão para circular em todos os terrenos e para passar sôbre a maior parte dos obstáculos habituais do campo de batalha, os carros hão de ser o inimigo mais temível da infantaria. *É, de resto, o inimigo que não perdoa porque não pode fazer prisioneiros* e que, não vendo bem, mal pode interpretar o gesto, mesmo quando não equívoco, de rendição».

«Pela sua velocidade e pela sua invulnerabilidade aos projecteis normais de infantaria os *carros tornam, assim, mais ou menos precária a segurança que se espera dos P. Avs.* e, sobretudo, das guardas de segurança dos estacionamentos, conforme a profundidade que se lhes dê e os meios anti-carros de que é possível dotar uns ou outros».

«Uma guarda de segurança, um pôsto avançado, desprovidos de meios anti-carros, não podem, em terreno favorável

Revista da Cavalaria

aos carros⁽¹⁾, desempenhar mais do que uma função de *alerta*. Não se pode exigir de elementos nessas condições, resistência séria em caso de ataque». (Eis aí grandes verdades que entre nós se esquecem constantemente, porque ainda não entraram bem nas nossas reflexas — como é, de resto, natural — as novas exigências impostas à tática pela tática dos blindados).

«Além disso, os carros, pela sua velocidade e raio de acção, podem visar mais longe e mais alto do que a infantaria».

«Quando do ataque a uma posição, vê-los-emos encarregados, muitas vezes, de atravessar os escalões da infantaria para ir destruir, ou pelo menos desorganizar, o sistema de artilharia e o Comando inimigo, auxiliados nesta operação pela emissão de nevoeiros artificiais, a acção da artilharia e da aviação, sobretudo desta.

«Não é senão depois de obtidos estes resultados que se trata de regular a sorte da infantaria inimiga... E que fará esta, atacada, assim privada dos seus apoios?...

«Pela sua velocidade e raio de acção, os carros são também absolutamente indicados para a perseguição: flagelarão sem piedade as tropas em retirada, não lhes permitindo respirar, visto que não temem as barragens de fogos de metralhadoras que os vencidos poderão estender para entravar a perseguição.

«Os carros trouxeram a solução para o problema da rotura, que as metralhadoras desde 1914 tinham fechado definitivamente à cavalaria a cavalo».

«Os carros restabeleceram, enfim, as possibilidades das manobras por largo sôbre as retaguardas do inimigo... Melhor que isso: *suprimiram as retaguardas*. Contra eles e contra as tropas transportadas que podem acompanhá-los, é necessário guardarmo-nos em tôdas as direcções. (Outra verdade que dita, e re dita, é constantemente esquecida na resolução dos problemas tácticos).

(1) ...E depois das operações dos carros alemães na Noruega e nas Ardenas e dos carros italianos no Monte S. Bernard (para falar só nas primeiras demonstrações) é-se tentado a dizer que todos os terrenos permitem o emprêgo de carros.

Revista da Cavalaria

«Enfim, os engenhos blindados fazem pesar *sobre muitos Estados* a ameaça de uma irrupção *brusca e profunda*, precedendo qualquer *declaração de guerra*, ou mesmo tensão diplomática. Uma tal irrupção pode selar a sorte dos países de fraca profundidade que, como a Bélgica, não são mais do que zonas fronteiriças».

Não é fácil exprimir em menos linhas e com mais justeza tôda a repercussão do desenvolvimento da mecanização, sobre a qual o comandante Xhaët se não iludia,... nem o vaticínio sobre a sorte da sua pátria podia ser mais trágicamente certo... Infelizmente, é raro os governos darem ouvidos às *caturrices* dos técnicos enquanto é tempo, e vai nisso a perda de não poucas nacionalidades.

*

Depois da transcrição das notas do comandante Xhaët, que as modernas campanhas se encarregaram de ilustrar, acho desnecessário juntar quaisquer outras elucidações sobre a repercussão dos carros na táctica.

Vale, contudo, a pena, não avançar mais sem apresentar-mos, à laia de conclusão, o *panorama* de um ataque de carros.

A táctica empregada pelas grandes unidades blindadas — (querer dizer, constituídas com uma massa de ataque mais ou menos importante de unidades blindadas, e dispondo de outra massa de tropas de infantaria auto-transportada e artilharia motorizada, como escalão de ocupação) — pode-se concretizar, reduzindo-a à sua expressão mais simples, em duas fases características:

— na primeira, os seus elementos blindados de reconhecimento, em primeiro escalão, procuram uma abertura no sistema defensivo que os deteve; se encontram resistência num ponto, não insistem mas vão tatear noutro ponto — é verdadeiro papel de Cavalaria —;

— uma vez descoberto o ponto fraco, ou o *buraco* (uma solução de continuidade) na posição inimiga, desen-

Revista da Cavalaria

cadeia-se o ataque de carros. Os carros das primeiras vagas não se detêm, em geral, para reduzir os núcleos de resistência da posição, procuram avançar rapidamente, a fundo, visando a desorganização dos comandos, para fazer perder-se a direcção da defesa, e o terreno livre para rebater sobre os flancos, envolvendo por linhas interiores, enquanto as unidades encarregadas da exploração do sucesso se lançam atrevidamente em flechas profundas.

Há que tirar, do que dissémos, uma conclusão muito importante, porque permitirá corrigir as idéias muitas vezes erradas — segundo cremos — sobre os tipos de viaturas blindadas que os cavaleiros terão de defrontar mais geralmente.

A obsessão do *carro pesado* que resulta naturalmente de que são eles, na realidade, que executam a rotura e que dominam nesse momento decisivo nas reportagens da guerra, fez quasi esquecer que esses carros não podem deixar de constituir, nos dispositivos de aproximação, uma massa reservada, e que as viaturas blindadas do sistema de reconhecimento e de segurança das forças inimigas continuam a ser viaturas blindadas mais velozes e menos fortemente couraçadas — chamem-lhes auto-metralhadoras ou carros ligeiros —.

E tem-se chegado a afirmar que as primeiras viaturas que nos surgem são precisamente as mais potentes, o que me parece fundamentalmente errado. No fim de contas tudo resulta, segundo tenho observado, de que o raciocínio é baseado no esquema francês dos últimos cursos da Escola Superior de Guerra que nos chegaram, segundo o qual o primeiro escalão do dispositivo dos ataques blindados é constituído pelos carros mais potentes, aparecendo os carros ligeiros apenas em segundo ou até terceiro escalão, com um papel de «limpesa».

Que assim deve ser *nos dispositivos de ataque*, não oferece dúvida. Outra coisa, porém, são os dispositivos de aproximação. Parece-me, até, que as coisas devem passar-se um pouco, pelo menos quando não haja grande luxo de material, desta forma: os carros ligeiros (que hoje são carros rápidos) precedem e flanqueiam as colunas em marcha, e tomam parte

Revista da Cavalaria

nas primeiras operações de contacto. Uma vez estabelecida uma *frente de contacto*, essas viaturas são reagrupadas e constituirão os escalões de limpeza e as futuras unidades de segurança na exploração do sucesso.

Sendo assim, continuo a supor que os G. C. e Br. Cav., que como regra fazem parte do sistema de segurança das G. U. não de ter de lutar mais com a acção das unidades blindadas ligeiras das forças do sistema de segurança inimiga, do que contra os ataques em forma dos carros pesados inimigos.

O inimigo n.º 1, da segurança táctica dos G. C., D. Avs. e Br. Cav., nas suas marchas, estacionamento e operações de contacto, todas elas travadas num espaço avançado relativamente aos grossos das forças a que pertencem e, por isso, com os flancos e retaguarda expostos, são os reconhecimentos e destacamentos ligeiros de viaturas blindadas do inimigo, que surgem pelas estradas ou caminhos a grande velocidade e que ao tomar o contacto rapidamente abandonam as vias de comunicação para manobrar através do campo.

Quere isto dizer que embora os G. C. e Br. C. devam possuir armas anti-carro com a potência requerida para lutar contra um eventual ataque de *carros de assalto pesados*, que tenham de suportar, torna-se necessário que disponham — e dessiminadas em grande número através da organização das suas unidades — de armas suficientemente ligeiras e com a velocidade de tiro suficiente para parar esses mosquitos infernais que surgindo tão depressa da frente como da retaguarda, da direita como da esquerda, terão uma influência nefasta sobre a coesão, boa ordem e solidez moral das colunas estas quando não disponham de armas adequadas e em número suficiente.

Mas se quizermos referir-nos à infantaria e encarar o próprio ataque em massa, de carros, a necessidade de armas ligeiras anti-carro continua a manifestar-se. Com efeito, quanto mais se tem progredido no valor do couraçamento dos *carros de ataque*, mais se tem tido de avançar no calibre das armas anti-carro com que se pretende perfurar as couraças, que dos 40 mm., para os carros D franceses, passaram para os 70 e parece que já 100 mm. dos modernos carros de 40, 50 e mais toneladas.

Revista da Cavalaria

Se nas vésperas da actual conflagração se negava a utilidade das armas de 13, 20 e até 37 mm., como armas anti-carro, defendendo-se o emprêgo de armas com calibres não inferiores a 40 mm. (os 40 e 45 dos fabricantes ingleses e russos, os 47 alemães e italianos), hoje já se reconhece a insuficiência desse calibre.

Pode-se mesmo chegar a concluir que só as verdadeiras *peças de artilharia* são eficazes contra os *carros de ataque* modernos e, nesse caso, a impossibilidade de a empregar nas zonas de combate da infantaria, expostas com a sua grande vulnerabilidade e visibilidade à rápida destruição ou neutralização pelos carros inimigos, obriga a *blindá-las*.

A velha idéia da *fortaleza móvel*, que já no princípio deste século era preconizada pelo coronel suíço Meyer e que ultimamente vinha sendo objecto de estudos aparecidos na Revue Militaire Suisse e outras revistas suíças desde 1940, torna-se assim realidade com a *artilharia blindada*, que surge sob a forma de plataformas blindadas T. T. armadas com o 75 curto, e que segundo as últimas notícias os alemães armam já com o 75 comprido.

Quanto mais se avança no peso e volume das armas anti-carro, menor há de ser, fatalmente, a percentagem dessas armas, cuja velocidade de tiro não aumenta e cujas probabilidades de neutralização rápida se agravam.

Segue-se que artilharia e armas anti-carro não são suficientes, só por si, para dar às barragens anti-carro, que é indispensável montar através de toda a profundidade da posição, a *densidade suficiente* para deter o ataque. Resulta, também, que os pelotões e companhias de atiradores postados através da posição defensiva estariam arriscados a ver, de súbito, os carros inimigos que passam a barragem a avançar sobre os seus postos de combate. Se não dispuserem de uma arma que lhes dê a confiança precisa na luta contra esses engenhos temerosos, é de crêr — e foi provado já nesta guerra — que se deixem ganhar pelo pânico. Esta repercussão psicológica far-se-á sentir ainda com mais força à medida que os carros inimigos mais se internam na posição, onde as barragens anti-carro são menos eficazes do que a barragem principal e a acção das peças anti-carro é mais difícil, em virtude de servidões que lhe são criadas pela

Revista da Cavalaria

interposição das tropas amigas disseminadas através da posição.

Ora os carros têm bastantes partes vulneráveis a armas de capacidade de penetração relativamente pequena: tem pelo menos o ventre dos carros, tem as *chenilles*.

Justifica-se, por isso, que as mais pequenas unidades disponham de uma arma ligeira, fácil de deslocar e camoflar na

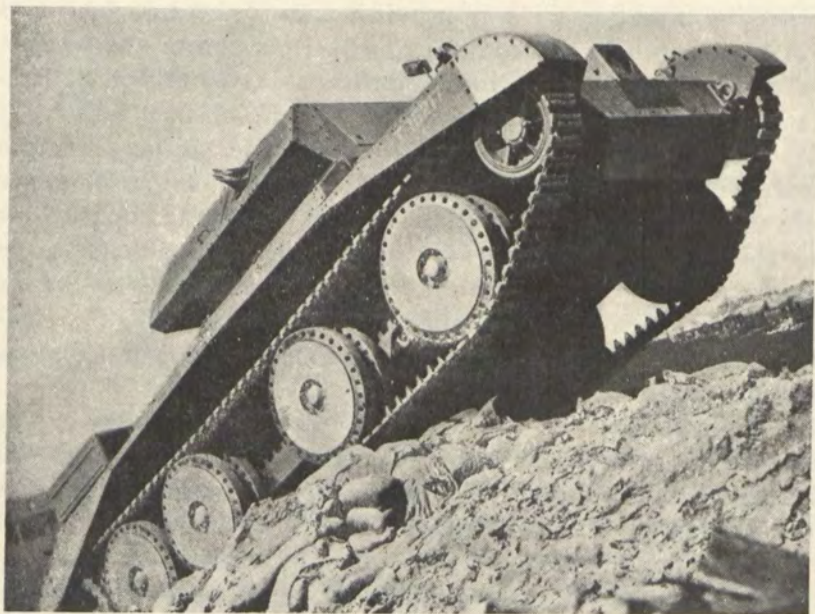


FIG. 1

Um carro «Cruiser» ao atravessar uma crista, apresenta o ventre aos «tiros anti-carro»

zona de combate, mas dispondo de uma velocidade de tiro tão grande que garanta que embora a sua fraca capacidade de perfuração só lhe permita actuar às mais curtas distâncias, a viatura visada será parada em poucos metros.

E foi essa a razão por que a infantaria alemã apareceu já na batalha da França, como resultado das lições da campanha da Polónia e, sobretudo, da guerra da Finlândia, com um pelotão de 3 espingardas anti-carro de 13 mm. por cada C. At.

Revista da Cavalaria

A arma ligeira anti-carro pode considerar-se como a arma da luta corpo a corpo contra os carros inimigos. Da mesma maneira que a metralhadora pesada não dispensa a existência da espingarda metralhadora e que apesar das duas a introdução das pistolas metralhadoras nas P. U. se impôs cada vez mais; da mesma forma que apesar de tôdas essas armas, a necessidade da baioneta ainda não foi desmentida pelos factos, também a posse das armas anti-carro potentes, mas com pouca mobilidade e fraca velocidade de tiro, não dispensam a arma anti-carro ligeira, de fraca capacidade de perfuração a distância, embora, mas de grande velocidade de tiro: *arma de primeira linha*.

Só a posse de tais armas e de lança chamas, bombas e minas anti-carro, nas P. U. tácticas de infantaria e cavalaria lhe darão a tranqüilidade moral que se impõe, em presença dos carros.

Eu vou até mais longe: creio não me enganar, quando estabeleço a semelhança entre a evolução do armamento automático da infantaria e das armas anti-carro.

Da mesma forma que a força das realidades acabou por suprimir quasi por completo a metralhadora pesada — que é a arma intermédia entre as armas ligeiras da 1.^a linha (a espingarda e espingarda metralhadora) e as armas pesadas de apoio (morteiros, canhões de acompanhamento e artilharia) — também creio que os canhões anti-carro de calibres médios da infantaria tenderão a desaparecer, para dar lugar a verdadeiras peças de artilharia anti-carro. E teremos então:

- armas automáticas anti-carro ligeiras, disseminadas nas companhias e batalhões, como armas anti-carro de primeira linha;
- peças anti-carro blindadas (auto-canhões) constituindo armas de acompanhamento imediato e contra-ataque;
- a artilharia de defesa, incluindo a anti-aérea, como arma de apoio.

Já em 1935 eram estas as idéias que eu expunha. Os factos não me desmentiram.

Revista da Cavalaria

Os alemães entraram na guerra com os seus canhões de 37 e de 47, mas já na campanha da França os vemos com:

- as espingardas anti-carro de 13 mm. nas companhias — 3 por companhia — ⁽¹⁾;
- 12 canhões anti-carro por R. I. — canhões de 37 com capacidade de perfuração de blindagens que não ia além de 30 mm. aos 600 m. com incidências inferiores a 30°.
- mais 36 canhões anti-carro no Grupo de companhias anti-carro divisionário (canhões de 37 e parece que de 47).

A noção essencialmente ofensiva do emprêgo das armas anti-carro, que resultava, afinal, da constatação feita na Noruega e na Finlândia, da necessidade de ir atacar o carro à queima-roupa, traduzia-se na própria designação dada às unidades anti-carro de «*caçadores de carro*».

Pouco depois, verifica-se o largo emprêgo dos canhões de 20 da D. C. A. (Flack) na luta anti-carro, e o interêsse que os resultados obtidos por essas armas fêz nascer, traduziu-se em freqüentes citações e referências nos jornais alemães. Criou-se o verdadeiro *caçador de carros*: o canhão de 20 sôbre plataforma todo o terreno.

Canhões de 20 mm. das Companhias anti-aéreas divisionárias surgem montados em plataformas T. T. e constituem o mais apreciado elemento de protecção contra aviões e contra carros, designadamente durante as marchas (Vd. as gravuras do artigo da Rev. de Janeiro de 1942 pags. 18 e 19, cujas legendas foram copiadas das revistas *Sinal*, em que encontrei essas gravuras).

Por outro lado, o aumento da espessura das blindagens dos carros, que os russos, seguidos por ingleses, levam para 70 e diz-se que até já agora para 100 mm., fêz perder o interêsse ao 37 ou 47 semi-automático.

(¹) Já expliquei, em capítulo anterior, que o emprêgo das espingardas anti-carro só podia explicar-se por não disporem, ainda, os canhões automáticos de 20 mm., de reparos que lhes permitissem a deslocação e a dissimulação nas primeiras linhas da infantaria. Hoje que esse problema está resolvido, persisto em considerar a espingarda anti-carro como arma quasi obsoleta.

Revista da Cavalaria

Os alemães vão para o 50, os ingleses para o 56 (cinqüenta e seis mm. de calibre) e a peça de 75 anti-carro vê chegada a sua hora.

Estou em crer que a introdução das seis peças de 75 na organização do R. I. não deve ter sido estranha a preocupação de dispor por toda a parte de peças que pudessem proteger eficazmente a infantaria contra os carros de rotura.

Foi a necessidade de dar protecção a material tão volumoso como o da artilharia e às suas guarnições, para que pudesse acompanhar os escalões mais avançados de infantaria, no sentido de deter os carros inimigos antes deles terem entrado no dispositivo da infantaria, que deu lugar ao aparecimento da *artilharia blindada* (artilharia de assalto).

Enfim, os alemães reconhecendo, cada vez mais, a necessidade de dar velocidade ao tiro, generalizaram o emprego das peças anti-aéreas, não só das de pequeno calibre (37 automático) como das de calibre médio anti-aéreo (designadamente as de 75); a grande velocidade de chegada dos projecteis lançados, além de lhes garantir um grande poder perforante, produz sobre o carro um choque tão violento que é capaz, só por si, de pôr o carro e a tripulação fóra de combate.

Recorre-se, assim, a todas as armas de que se dispõe, que permitam atirar depressa e com grande velocidade inicial.

Da parte dos ingleses vemos no Egipto:

— armas que designam por *armas anti-tank* com cerca de 18 mm. de calibre e que o ministro da produção Lyttelton declarou, no discurso que há pouco tempo pronunciou em Sheffield, serem armas excelentes (supomos tratar-se de canhões-metralhadoras do tipo de canhão de 20 mm.);

— canhões anti-carro de 56 mm.);

— o emprego de peças de 10 cms. e das anti-aéreas de 103,7 mm. no tiro contra carros.

Outra observação a fazer é que visando o ataque dos carros a penetração rápida através de toda a posição, para encontrar terreno livre onde possam desenvolver à vontade a sua manobra de envolvimento por linhas interiores, as unidades na reserva precisam tanto de canhões anti-carro como as estabelecidas em primeiro escalão. Todos os B. I. devem, por isso, contar com armas anti-carro.

2. A dotação das grandes e pequenas unidades em material anti-carro

Temos agora os elementos suficientes para estabelecer as dotações orgânicas do equipamento anti-carro das unidades, que deve estender-se das mais pequenas unidades, à Div. e Br. Cav.

Assim:

1.º — Na Infantaria:

a) O C. At. deve contar, além dos seus três pelotões de atiradores, com 1 pelotão anti-carro, compreendendo:

- 1 Secção de 2 C. M. de 20 mm. sobre tripé ligeiro de infantaria;
- 1 Secção de lança-chamas
- 1 Secção de assalto com pistolas metralhadoras, bombas de mão anti-carro (ou minas) etc. (1)

b) O B. I. deve contar na C. Ac. com:

- 2 pelotões de Metralhadoras
- 1 pelotão de Morteiros
- 1 pelotão anti-carro com 4 canhões de cerca de 50 mm. de calibre.

(1) Na Finlândia, as esquadras de assalto lançaram sobre os carros os célebres «Cocktail Molotoff», que não eram mais do que *garrafas de gasolina* (carregadas com uma mistura de gasolina e *mazout*).

Os canhões anti-carro actuaram sempre a distâncias muito curtas (menos de 500 m.) com grande eficiência.

Na actual campanha da Rússia as esquadras de assalto alemãs têm inutilizado muitos carros lançando-lhes bombas anti-carro (minas) sob as chevilhas em actos de audácia admiráveis... e os russos não lhe ficam atrás.

Revista da Cavalaria

- c) O R. I. deveria contar na Companhia de Engenhos com mais três pelotões de canhões de 50 mm. (12 canhões).
- d) Na Div. já não seria necessário dispor de canhões anti-carro: os setenta e dois canhões anti-carro encontrar-se-iam organicamente divididos pelas unidades, porque a prática das últimas campanhas aconselha esta descentralização.

No Escalão Div. os meios anti-carro orgânicos seriam: *a artilharia, e os auto-canhões.*

Os canhões de 20 mm. sobre plataforma, destinados à montagem dos postos de D. C. A. poderão ser também empregados como *caçadores de carros* (Vd. n.º 1 da Revista de Janeiro deste ano, pág. 18), se forem montados em plataformas automóveis T. T. e dispondo de escudos de protecção para o tiro terrestre.

2.º — Na Cavalaria:

- a) Nos Regimentos a cavalo existe já, segundo o que propuzemos no estudo da organização da D. C. A., 1 pelotão de 4 canhões metralhadoras de 20 mm. montados sobre plataformas T. T. e destinados à montagem dos postos móveis da D. C. A.

Uma vez que aumentemos a dotação para 3 pelotões e que as viaturas transportem os reparos ligeiros do tipo infantaria, ficaríamos no regimento com 12 C. M. de 20 mm., dotação suficiente para organizar um sistema eficaz de defesa baixa anti-aérea e de defesa imediata anti-carro.

E torna-se ainda necessário dispor de canhões anti-carro de 50 mm. Para não avolumar demasiado o Regimento, poderíamos contentar-nos aqui com 1 pelotão de 4 canhões anti-carro de 50 mm. (dotação prevista no E. M. E. dos Quadros Orgânicos de 1939). A Br. Cav. contaria, no Esquadrão anti-carro com mais 4 pelotões de 4 canhões anti-carro (16 canhões), como também já está previsto.

Revista da Cavalaria

Neste caso o R. C. deveria obedecer a um novo esquema orgânico que daria mais *souplesse* ao R. C.:

— Organização do R. C.:

- 2 G. E. a cavalo
- 1 E. M. E. com: 2 pel. de M., 1 pel. Mt. e 1 pelotão de 4 canhões de 50 mm.
- 1 E. C. M. (de 20): com 3 pelotões de 4 C. M. de 20 mm. para D. C. A. e D. C. B.

b) No R. M. teríamos, semelhantemente:

- 1 G. E./Moto com 1 pel. de C. M. de 20
- 1 G. E./Auto com:
 - 2 E. Auto (de atiradores)
 - 1 E. M. E. com 3 pel. M. 1 pel. Mt. e 1 pelotão de 4 canhões anti-carro de 50 mm.
 - E. C. M. (de 20): com 3 pelotões de 4 C. M. de 20 mm. para D. C. A. e D. C. B.

Tanto no R. M. como no R. C. as ordens preparatórias de combate fariam a atribuição de C. M. de 20 aos Esquadrões, desde que apeassem para combate.

c) Na Br. Cav. teríamos o E. anti-carro que eu entendo que seria substituído com enorme vantagem por Esquadrão (ou Bateria) de Auto-canhões armados com peças de 75, como há tanto tempo defendemos.

A artilharia anti-aérea da Brigada cooperaria, em geral, na luta anti-carro.

d) No G. C. teríamos, além do pelotão de canhões anti-carro (de 50 mm.) previsto na organização do E. M. E., mais um E. C. M. com 3 pelotões de 4 C. M.

3. Princípios gerais da organização da segurança contra blindados

Podemos agora deduzir já alguns princípios fundamentais e gerais que devem presidir à organização de todo o sistema de defesa anti-carro:

- 1.º — *A defesa anti-carro deve ser assegurada de maneira permanente em todas as unidades, quer estejam em combate — no ataque como na defesa —, em marcha ou estacionadas, e em regra em todas as direcções.*

Torna-se até necessário generalizar este conceito aos órgãos de comando e aos de reabastecimento ou evacuações das pequenas e grandes unidades, até aos grandes depósitos e estações e outros órgãos dos serviços de exército... porque com os carros desapareceu a *noção das retaguardas*.

- 2.º — *A defesa anti-carro deve ser montada sempre, seja em que situação tática fôr, em profundidade.*

A definição do marechal Pétain — a defesa é o fogo que pára — traduz-se para a defesa anti-carro definindo os sistemas de defesa anti-carro como uma sucessão de *barragens* — contínuas nas posições defensivas, descontínuas para as tropas em movimento — barragens resultantes da combinação de *meios passivos* (os obstáculos anti-carro naturais ou preparados) e de *meios activos* (todas as armas susceptíveis de paralisar ou destruir os carros).

Mas um obstáculo que não é defendido arrisca-se a perder a qualidade de obstáculo.

Isto que se dizia, mas cujo alcance se não media bem, adquiriu, presentemente, um sentido realista e flagrante e oferece-nos um terceiro princípio:

- 3.º — *Os obstáculos anti-carro devem ser sempre defendidos pelo fogo da infantaria e pelo das armas anti-carro,*

Revista da Cavalaria

podendo o número das armas variar na razão inversa do valor do obstáculo.

Um obstáculo natural, infranqueável a tôdas as categorias de carros, e *indestrutível* (por exemplo rios ou lagos profundos de margens elevadas, e rochas abruptas) não devem ser defendidos por armas anti-carro senão quando se verifique que os carros podem aproveitar a máscara oferecida pelo obstáculo para fazer fogo sôbre a posição defendida.

Um obstáculo artificial, ou um obstáculo natural que tenha apenas valor retardador, deve ser batido com fogos de infantaria que se oponham às tentativas feitas pelas guarnições dos carros, apeando-se para remover o obstáculo, ou pela infantaria que os acompanhe para limpar e ocupar o terreno que êles conquistam, e deve ser batida por fogos anti-carros que parem aí, ou destruam, os carros.

Conclui-se também que o terreno desempenha um papel importante e que no que se refere a defesa anti-carro, é preciso tirar dêle o máximo partido:

— *Na defensiva*, pela escolha da posição dos diversos escalões do dispositivo defensivo, das posições de artilharia, da situação das reservas e até dos órgãos de comando e dos serviços;

— *Em movimento*, pela escolha dos itinerários, das horas do movimento (preferindo as menos propícias ao emprêgo dos carros); os locais para realização dos grandes altos e das posições a ocupar pelas guardas do alto;

— *Em estacionamento*, pela escolha dos acantonamentos.

Salvo quando não haja tempo para os reconhecimentos do terreno, a repartição das armas de defesa anti-carro e a atribuição das missões, em qualquer escalão, não se fará senão depois de se ter decidido qual a utilização possível do terreno e os trabalhos de organização para lhe aumentar o valor defensivo.

Revista da Cavalaria

4.º — *As armas anti-carro actuam sem consideração de segurança para os elementos amigos* (tal como já disse para a D. C. A.)

A luta canhão-carro é curta e violenta: questão sempre de poucos minutos, mesmo que os carros não avancem a mais de 12 Km. h. Se esse curto lapso de tempo disponível não é aproveitado, os canhões e toda a defesa são submergidos pela vaga impetuosa dos carros.

Impõe-se, por isso, que o pessoal das guarnições seja muito vigilante e que actue por sua iniciativa, dentro dos sectores máximos de tiro que as armas consintam.

Mas os projecteis anti-carro não podem deixar de seguir trajectórias muito razantes, quasi rectilíneas, cujas origens não estão, em regra, a mais de 40 a 60 cm. de altura acima do solo, e os carros podem surgir por toda a parte em todas as direcções. Tudo o que seja estabelecer nos nossos planos de defesa que os carros inimigos avançarão de tais pontos e em tais direcções, é trabalhar em pura abstracção das realidades: cómodo talvez para resolver problemas sobre as cartas no ambiente irrereal do gabinete, mas perigoso quando empregado no campo de batalha.

¿Nesse caso, como garantir a segurança das tropas amigas que se encontram na direcção do tiro, se o tiro por cima das tropas não oferece ordenadas de segurança para o homem de pé ou de joelhos?... Impossível: as armas anti-carro actuarão, por isso, sem considerações de segurança para os elementos amigos.

Isto não significa que as peças anti-carro dizem a infantaria que devem apoiar. É preciso não esquecer que as armas anti-carro só fazem o tiro directo e são muito precisas e, por outro lado, que quando os carros abordam a infantaria e o tiro anti-carro tem início, os infantes se abrigam enterrando-se nas depressões que encontram ou nos abrigos preparados (na defensiva) ou, à falta destes se

Revista da Cavalaria

deitam bem espalmados no solo. O infante sabe que, em presença dos carros, «todo aquêlê que pretenda subtrair-se ao seu fogo mudando de posição, deve contar com a morte. Só quando esteja na iminência de ser esmagado pelo tank deve evitá-lo, com



FIG. 2

Instalação de um canhão anti-carro, na defensiva, em abrigo enterrado

um pequeno salto brusco para o lado (Directivas de ordem táctica de tiro — Burgos, 1938).

- 5.º — *Uma barragem anti-carro, no que respeita a meios activos, deve compreender armas fazendo o tiro frontal e armas em tiro flanqueante.*

O tiro frontal permite atacar os carros no limite do alcance útil, aproveitar as *empinadelas* que os obstáculos impõem aos carros, para os atingir no *ventre*, geralmente menos protegido.

O tiro frontal apresenta, ainda, a vantagem de não exigir constantes desvios laterais da linha de

Revista da Cavalaria

mira, o que permite uma maior velocidade no tiro, e a de poder atingir mais facilmente as «chenilles» dos carros.

Apresenta, porém, os inconvenientes de:

— não mascarar em geral a chama e os fumos do tiro;

— ver a frente do sector de tiro diminuída à medida que diminui a distância dos objectivos.

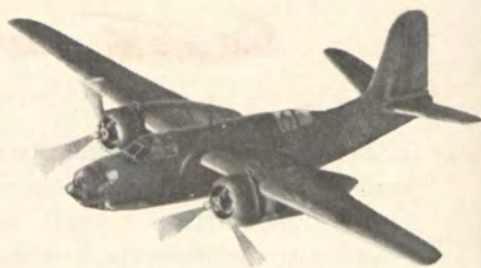
O tiro de flanco (ou oblíquo) permite uma melhor dissimulação, o tiro por surpresa, o ataque dos carros na sua maior dimensão e na superfície mais favorável para a penetração, quer pela menor inclinação das blindagens como pela sua menor espessura. Permite ainda o ataque de enfiada de uma linha de carros retardados por um obstáculo, com maior aproveitamento de todos os projecteis, e garante maior probabilidade aos tiros compridos e aos ricochetes.

Apresenta, porém, os inconvenientes do tempo mínimo em que os carros franqueiam o sector de tiro da arma e reduz também o campo de tiro total, em virtude da redução do número de posições de tiro que permitem a execução da missão principal que é, nesse caso, o flanqueamento.

A combinação, no plano de fogos na barragem, do tiro frontal e do flanqueante, produz o aproveitamento das vantagens de um e outro e a compensação mútua dos inconvenientes que apresentam.



Ligação



Cavalaria-Aviação

pelo Capitão SOUSA MAGALHÃES



O conhecimento do inimigo é o elemento principal para a decisão do Chefe.

É, pois, a informação, que lhe garante a liberdade de espírito para a concepção da manobra.

Representa uma condição essencial de sucesso. Se é condição necessária não é, contudo, suficiente.

Informar o Chefe é fornecer-lhe em síntese, de uma forma imediatamente explorável, tôdas as informações que possam determinar ou modificar a sua decisão.

A partir do momento em que o Chefe recebe uma missão, tem necessidade de informações para a sua decisão inicial, isto é, para a manobra a executar e para orientar o desenvolvimento e condução da manobra.

A procura e exploração das informações, apresentam-se sob a forma de um trabalho contínuo, cujas etapas são marcadas por sínteses sucessivas, antes de cada decisão.

As informações necessárias ao Chefe, são de uma ordem tanto mais elevada e procuradas a uma distância tanto mais profunda, quanto mais elevada é a sua hierarquia. O conhecimento do inimigo no momento presente (inimigo actual), não basta ao Chefe. É pelo conhecimento das suas possibilidades em coordenação com hipóteses estabelecidas, que

Revista da Cavalaria

poderá conhecer-se tal qual estará no momento da execução da manobra.

A actividade desenvolvida na procura da informação e o ritmo do trabalho da Repartição de informações de uma G. U., devem adaptar-se rigorosamente ao progresso técnico e ao modo de emprego das forças modernas.

O factor velocidade de trabalho, é primordial.

A redução na demora da interpretação e, além disso, a necessidade de obter e explorar as informações em tempo útil, conduzirão a:

1.º — Procurar a informação muito mais longe que no passado.

2.º — Multiplicar as missões de procura.

3.º — Dar ao avião e à Cavalaria um lugar preponderante.

Importa, além disso, realizar uma coordenação e uma solidariedade absolutas:

a) Entre as forças de terra e ar;

b) No interior das forças terrestres, entre os diversos escalões do Comando, no sentido vertical e lateral.

A cavalaria e a aviação são na exploração os dois órgãos fundamentais da segurança do Comando.

A exploração longínqua, a cargo da aviação e do Exército, fornece ao Comando as informações para verificar as várias hipóteses feitas sobre o inimigo, do que resultará a manobra a realizar.

Essas informações de natureza global, são procuradas a grande distância, tanto no interior do dispositivo inimigo, como nas suas retaguardas.

A exploração próxima, compreende:

— A descoberta aérea

— A descoberta terrestre.

A descoberta aérea, a cargo da aviação da G. U. Cav., fornece ao comandante da Br. Cav. a informação que lhe é indispensável para decidir das manobras sucessivas, para cumprimento da missão.

Orienta e prolonga a descoberta terrestre. As informações são procuradas dentro da zona de acção da G. U. Cav.

Revista da Cavalaria

A descoberta terrestre, a cargo da G. U. Cav., por intermédio dos destacamentos de descoberta, reconhecimento, etc., fornece ao Comando as informações necessárias para a condução da manobra.

Se a descoberta aérea, a cargo da aviação da G. U. Cav., orienta e prolonga a descoberta terrestre, e esta por sua vez verifica, completa e detalha as informações colhidas por aquela, concluímos que na exploração próxima, a *Cavalaria* e *Aviação* trabalham em íntima cooperação na missão comum de «Informar».

Sintetizando: as informações que prestam os dois órgãos, Br. Cav. e Aviação de reconhecimento, sendo simultâneas no tempo, completam-se no espaço.

Mais constantes e detalhadas, embora menos profundas, são as informações da Cavalaria, visto que esta pode estabelecer o contacto, fazer prisioneiros e dar informações negativas.

Mais vagas e intermitentes são as da aviação, que se não fôra a defesa anti-aérea, poderiam ser procuradas até ao limite das suas asas.

Acabada a guerra de 1914, nada ficou assente àcerca dos princípios sobre o emprêgo da aviação.

Apresentaram-se duas hipóteses:

- a) A aviação um exército?
- b) A aviação uma arma?

A guerra que está em cena, mostra à evidência que é uma arma que trabalha em cooperação com as outras. Dessa cooperação resultaram novas possibilidades para a Cavalaria, Infantaria e principalmente para a Artilharia.

A nossa Br. Cav. não dispõe organicamente de aviação (a não ser 4 aviões estafetas que adiante citaremos), todavia é de notar a circunstância do nosso regulamento de campanha, ao referir-se à descoberta, dizer a pág. 20: «As esquadrilhas de reconhecimento de Exército cooperam com a Cavalaria na execução das missões de descoberta», e mais adiante, a pág. 22: «Em geral a Cavalaria precisa de recorrer ao combate para obter a informação, para o que o Comando terá que reforçá-la com..... e aviação» e ainda a pág. 23 «Quando as Brigadas disponham de aviação própria, os seus comandos coordenam estreitamente a descoberta aérea com a descoberta terrestre».

Revista da Cavalaria

Parece deduzir-se do espirito do regulamento que para preceder, acompanhar e prolongar a descoberta terrestre, a Br. Cav. disporá de uma aviação. Esta aviação de informação trabalha em proveito do Comando e das tropas, observando e assinalando tôda a manifestação da actividade inimiga.

Fornece ao comando de todos os escalões, informações sôbre a situação das suas unidades e das unidades vizinhas. Contribui para assegurar, em tôdas as circunstâncias, a ligação dos destacamentos de descoberta e da artilharia, com o Comando.

Sendo assim, vejamos quais as missões desempenhadas pela aviação da Br. Cav.

- a) Missões de reconhecimento para orientação da manobra e segurança do dispositivo.
- b) Missões de observação.
- c) Missões de ligação.

I — MISSÕES DE RECONHECIMENTO

a) Para orientação da descoberta terrestre

Tem em vista fornecer ao Comandante da Br. Cav. as informações que lhe permitam orientar a descoberta terrestre e, de um modo geral, decidir a manobra pela intervenção do grosso, explorando a sua capacidade manobradora.

A aviação deve ser orientada no sentido de colher as informações dentro da zona em que o conhecimento do inimigo possa influenciar a manobra.

Essa zona deve ser limitada em cada lanço da descoberta terrestre, pela linha que se prevê ser atingida no lanço imediato.

b) Na tomada de contacto

Detidos os elementos de descoberta terrestre por uma linha contínua em tôda a frente de exploração, incumbe à aviação procurar informações sôbre a situação dos grossos e flancos inimigos, que permitam ao Comandante da Br. Cav. decidir, se a orientação geral da sua missão o comporta,

Revista da Cavalaria

sobre o efeito de surpresa pela intervenção do grosso, numa acção violenta e rápida, aproveitando ao máximo a sua capacidade manobradora para a conquista dos objectivos com o menor dispêndio de meios.

c) Durante a acção ofensiva

A aviação procura informações que permitam, quer determinar o ponto sobre o qual o Comandante da Brigada deve exercer o seu esforço, quer a conquista dos objectivos.

Este golpe de força pela Br. Cav., visa, ou criar na linha adversa uma larga brecha a fim de assegurar a posse do terreno e de poder lançar uma nova descoberta, ou forçar o inimigo, pelo combate, a revelar os seus meios, precisando por esta forma, as informações já colhidas, sobre o valor das suas organizações. Informações, surpresa e velocidade são condições indispensáveis à tal manobra que por sua vez exige do chefe, golpe de vista, decisão e audácia.

d) Na exploração do sucesso

A aviação procura inicialmente as informações sobre o movimento dos reforços que o inimigo tenta conduzir à batalha e sucessivamente os intervalos produzidos no seu dispositivo, que serão as linhas livres por onde o Comandante da Brigada, sem hesitação, procura penetrar em força e profundamente.

e) Na acção retardadora

Esta manobra traduz-se, na Br. Cav., num jogo de resistências sobre posições sucessivas, com o objectivo de ganhar tempo, retardando a progressão do inimigo.

O tempo ganho resulta dos desenvolvimentos que o inimigo é forçado a fazer para montar ataques distintos a cada uma das posições que a Br. Cav. ocupa e abandona sucessivamente.

O factor essencial do êxito, resulta do momento oportuno em que deve ser feita a rotura do combate em cada posição. É uma operação delicada e deve ser minuciosamente preparada.

Compete à aviação vigiar os movimentos do inimigo, procurando determinar as condições em que os primeiros elementos se preparam para abordar as posições sucessivas.

Revista da Cavalaria

Actuando mais longe, procura as informações sôbre os grossos do inimigo e ainda definir em particular, a sua direcção de marcha.

f) *Na defensiva estática*

O reconhecimento aéreo deve orientar-se no sentido de esclarecer em actualidade as possibilidades do inimigo.

II — MISSÕES DE OBSERVAÇÃO

Estas missões, que no decorrer do combate dizem respeito ao acompanhamento, exercem-se:

- Em proveito do Comando e das tropas;
- Em proveito da artilharia (missões de tiro).

a) *Em proveito do Comando*

Pondo-o ao corrente do desenvolvimento do combate, transmitindo as suas ordens aos elementos em 1.º escalão e observando detalhada e minuciosamente a zona imediatamente à frente dos elementos em proveito dos quais o Comando intervém.

b) *Em proveito dos Dest. de Descoberta*

Quando o acompanhamento é feito a pedido destes, em face de uma resistência imprevista que procura vencer, compete à aviação mantê-los esclarecidos âcerca da estrutura da linha de combate inimiga, das resistências ou obstáculos que possam opôr-se à sua progressão, assinalando tódã a reacção inimiga (preparativos de ataque ou de contra-ataque, situação das reservas, obstáculos anti-carro, presença de engenhos blindados, etc.

c) *Em proveito da artilharia*

Temos a considerar dois casos:

1.º — *Combate ofensivo*

Como já dissemos, o êxito ofensivo da Br. Cav. residindo essencialmente na prioridade da acção,

Revista da Cavalaria

traduz-se num ataque potente, explorando ao máximo o factor surpresa.

Informações, surpresa e velocidade são condições indispensáveis a tal manobra, que por sua vez exige do Chefe, golpe de vista, decisão e audácia.

Estas circunstâncias não permitem à artilharia uma cuidadosa preparação de tiro.

A fraca dotação da artilharia na Br. Cav. não comporta a realização da contra-bateria, nem da acção longínqua. Se bem que o rendimento da artilharia seja função do valor da observação, os observatórios terrestres poderão normalmente satisfazer às necessidades de procura de objectivos e da observação dos seus fogos.

A aviação caberá exclusivamente, na maioria dos casos, indicar ao Comandante da Artilharia os objectivos inopinados que se manifestem na sua zona de acção e sobre a eficácia dos tiros efectuados, para o que lhe fornece elementos de regulação.

2.º — *Combate defensivo*

Na acção defensiva, quando a Br. Cav. dispõe apenas dos seus meios orgânicos, a fraca dotação em artilharia só lhe permite uma resistência de duração limitada, quando em face de um adversário que possa montar um ataque com meios potentes.

Nestas circunstâncias a artilharia executará tiros a distância sobre os objectivos que os justifiquem.

A aviação em face da impossibilidade de outros meios o fazerem, indicará a situação desses objectivos e, particularmente, os objectivos móveis, dos quais ela pode, a todo o momento, precisar as modalidades do deslocamento.

Tornando-se absolutamente necessário à artilharia o conhecimento do dispositivo dos elementos avançados da Brigada, bem como as modificações que no mesmo se produzem, compete à aviação indicar quais as zonas da frente que não lhe permitem a sua actuação, bem como aquelas em que lhe é facultada a liberdade de acção.

III — MISSÕES DE LIGAÇÃO

O dispositivo da Brigada de Cav.^a é sempre caracterizado por uma larga dissersão.

Para que o Comandante possa accionar tal dispositivo, torna-se necessário que a todo o momento conheça a estrutura geral do conjunto e a situação de cada elemento na rêde da descoberta (Dest. descoberta, reconhecimento, etc.)

A ligação terrestre, torna-se precária nos momentos de crise provocados pela mobilidade, falta de permanência e de segurança.

À aviação da Br. Cav., cuja intervenção ainda que intermitente e dispendiosa, incumbirá suprir ou completar os meios de ligação terrestre, para que os elementos mais isolados não só sejam orientados e esclarecidos, como também sintam o apoio moral com o envio de um avião, que nas circunstâncias de isolamento representa para êles um delegado do Comando.

As ligações que a aviação executa ao serviço da Br. Cav. dizem-se *internas*, quando realizadas entre os vários elementos do dispositivo e o Comando, e *externas* quando entre êste e o Chefe de que depende.

a) *Ligações internas*

Aos aviões com a missão de assegurar as ligações internas, incumbe situar e transmitir ao Comandante da Br. Cav. os pontos atingidos pelos seus Dest. Av. e fornecer a êstes, não só as ordens do Comandante, como também as informações do inimigo que lhes possam interessar na zona particular em que executam a sua missão.

Estas informações que exigem, em geral, a sua exploração imediata, há quem as designe por informações da última hora, devido ao seu valor em actualidade.

Para que a ligação seja realizável em condições de coordenação útil, importa à aviação conhecer de uma maneira precisa, os eixos de marcha dos destacamentos, os lanços de descoberta, previstos, o horário aproximado da sua execução,

Revista da Cavalaria

os deslocamentos sucessivos do C. A. Tr. e bem assim o C. Tr. da descoberta, se existe.

b) *Ligações externas*

Aos aviões com a missão de assegurar as ligações externas, incumbe suprir ou completar os meios de transmissão nas relações entre o Comandante da Br. Cav. e o Comando do escalão superior de que depende e vice-versa.

A esquadrilha posta à disposição da Br. Cav. mantida sobre um campo de exército, encontraria melhores condições para a manutenção dos aparelhos; todavia torna-se indispensável que um campo de trabalho ligado por processos de transmissão à Brigada, esteja tão próximo quanto possível do P. C. ou do C. Av. de informações.

Quando as circunstâncias o permitem, há vantagem em manter durante a noite sobre esse campo, os aviões encarregados da missão a efectuar desde o amanhecer.

O P. C. da esquadrilha sobre o campo, mantém-se em ligação com o Comandante da Brigada de quem recebe ordens e ao qual transmite as informações obtidas.

O Comandante da esquadrilha assegura pelo contacto pessoal, a ligação com o Comandante da Brigada, pelo menos uma vez em cada dia, recebendo à noite as ordens para o dia imediato.

Os aviões estafetas de que a Br. Cav. dispõe organicamente, têm por fim obviar, quando se torna possível, à escassez das transmissões ou à dificuldade das deslocações para os indispensáveis contactos pessoais.

Para se tornarem possíveis estas missões, preparam-se sumariamente e na medida em que a situação o exige e permite, faixas na proximidade dos P. C., entre os quais se torna necessário estabelecer relações por este meio.

A procura de tais campos auxiliares compete ao oficial de aviação, destacado para a zona da Br. Cav.

Os aviões estafetas são destinados, exclusivamente, às ligações, visto terem de voar baixo e não comportarem qualquer armamento. São ainda um meio normal de transporte, quando o Brigadeiro necessita de conferenciar com o seu chefe hierárquico.

Revista da Cavalaria

O Comandante das forças aéreas que tenham sido postas à disposição da Brigada, fará também largo uso destes aviões estafetas, visto necessitar, tanto de permanecer no campo de trabalho, para dirigir o emprêgo das suas forças aéreas, como de se avistar diariamente com o Comandante da Br. Cav., a fim de o informar, como conselheiro técnico, das possibilidades da sua aeronáutica, contribuindo para a distribuição no plano de pesquisa, das variadas missões de informação, pelos vários meios, e ainda para se inteirar das sucessivas intenções do Comandante da Brigada.

*

Passemos de fugida pelo campo de trabalho da Esquadrilha de reconhecimento.

Recebida a ordem o Comandante da esquadrilha faz o estudo dos factores da decisão:

Sobre a situação — As informações que o Comandante da Brigada deseja conhecer e ordem de urgência.

Quais as informações que devem ser comunicadas directamente aos D. D. para exploração imediata.

Sobre o inimigo — O que diz respeito às informações conhecidas sobre a actividade da sua aviação e D. C. A.

Sobre os meios — Valor e estado do material, valor das equipagens, protecção pela caça amiga.

Sobre as condições atmosféricas — Direcção e velocidade do vento, etc.

Feito o estudo decide:

Indica a equipagem, precisando a missão, fixando a hora, itinerário, campos auxiliares, a altitude e as condições de emprêgo da T. S. F. ou telefonia, assim como dos aparelhos fotográficos.

Dá conhecimento dos indicativos, códigos, etc.

O observador antes de partir põe-se ao corrente da situação, prepara as cartas que vai informar.

De dia, com boa visibilidade, procura as informações indicadas na missão, voando entre 1.500 a 2.500 m. para

Revista da Cavalaria

observar à vista, em detalhe relativo, os indícios reveladores dos projectos do inimigo.

Se fôr obrigado a voar de 3.000 a 3.500 m. apenas poderá colher informações de conjunto.

Se as condições de visibilidade o permitem, pode, segundo as condições que lhe forem estabelecidas, documentar certos reconhecimentos pela fotografia, que poderá ir até 6.000 m. de altura.

Para que o observador possa cumprir a sua missão com um resultado útil, é necessário:

1.º — Que conheça o ambiente da Brigada de Cavalaria e que saiba distinguir, das informações que vai colhendo, aquelas que interessam sob o ponto de vista da sua exploração imediata.

2.º — Que esteja integrado na necessidade de uma ligação íntima, para que da cooperação Cavalaria-Avição resultem esforços coordenados no sentido da convergência.

Aviação — G. Cav.

Na Cooperação Aviação-G. Cav. temos a considerar:

1.º — Aviação e G. Cav. com a missão de esclarecerem a manobra da Div.

2.º — Aviação com a missão de acompanhamento dos G. Cav.

Em qualquer dos casos reveste, na generalidade das situações tácticas, um aspecto semelhante à cooperação Aviação-Br. Cav.

E de notar apenas uma mudança de escala.

A convergência de esforços na missão comum de informar, traduz-se num alargamento da zona de investigação do que resulta aumento e precisão das informações que garantam:

— Aos Comandos, possibilidade de escolher a modalidade da manobra táctica e de exercer o seu esforço no ponto e no momento mais conveniente.

— Às tropas, evitar a surpresa táctica, garantindo o tempo e o espaço necessários para desenvolverem para o combate.

Revista da Cavalaria

As informações colhidas pela aviação de C. E. podem ser de interesse imediato para os G. Cav.

Dada esta circunstância, poderão ser directamente comunicadas aos G. Cav. pelos aviões, quando da sua passagem de regresso da missão.

Essas informações que devem ser imediatamente comunicadas à Cav. (segundo ordem do Com. de C. E.) são:

a) *Informações sobre o inimigo* — Situação de elementos que possam opôr-se à progressão do G. Cav., principalmente elementos motorizados;

b) *Informações dos próprios elementos* — Localização dos elementos avançados (reconhecimentos, patrulhas, etc....)

Na rede de exploração dos G. Av., as patrulhas, devido ao seu pequeno efectivo, só serão facilmente localizadas se tomarem, quando sobrevoadas pela aviação, disposições especiais que as tornem objecto de atenção.

Essas disposições consistem em sinais convencionais que traduzam em língua condensada, as circunstâncias especiais relativas à situação das mesmas, tais como: «Não posso progredir», «detidos por fogos de metralhadora», etc....

Interessam, sobretudo, ao Com. do G. Cav. informações acerca da situação dos elementos de reconhecimento ou exploração, que tenham sido lançados numa zona excêntrica e que por esse motivo se torne precária a ligação com os elementos que marcham segundo o eixo de progressão do Grupo.

Durante o combate a aviação fornece ao Comandante do G. Cav. informações, não só sobre a localização dos agrupamentos (particularmente dos que operem longe do P. C.) e das suas 1.^{as} linhas, como também dos movimentos gerais do inimigo (preparação de contra-ataques, movimento sobre os flancos, etc....)

Pode ainda o avião ser utilizado pelo Comandante dos G. Cav. para dar ao Com. de C. E., da Div. ou das G. Av., conhecimento da sua situação.

Para que da ligação Aviação-G. Cav. resulte uma cooperação útil, é necessário que no campo da aviação de C. E. sejam bem conhecidos os deslocamentos previstos pelo P. C. dos G. Av. (existência de um agente de ligação).

Revista da Cavalaria

Processos de transmissão Avião-Terra e Terra-Avião

Os processos de transmissão empregados na Aeronáutica nas suas relações com os elementos terrestres durante o vôo, são: processos eléctricos: a T. S. F. ou radiotelegrafia que emitem a transmissão em sinais morse.

Apresentam o inconveniente de poderem ser captados:

- por um pôsto inimigo que pode tirar indicações de importância considerável;
- por um pôsto amigo que não é o destinatário, donde podem resultar confusões graves.

Remedeia-se o facto:

- a) Emitindo as mensagens em linguagem cifrada;
- b) Afectando a cada pôsto um indicativo que deve preceder o texto de cada telegrama.

As características de trabalho dos diferentes postos (comprimentos de onda, tonalidade, potência, etc.) são fixados para cada um dêles, pelo Comandante, e repartidos de maneira a reduzir ao mínimo o risco.

O modo de exploração mais freqüente, é o sistema de rédes. Cada rede é constituída pelos postos que trabalham entre si, com um mesmo comprimento de onda.

Assim deverá existir uma rede de transmissões rádio-terrestre, e outra rádio-aérea.

O inconveniente que devemos salientar nas transmissões T. S. F., é aquêle que deriva das possibilidades do inimigo em localizar os postos emissores pelos processos rádio-goniométricos.

Poderá o inimigo por esta forma conhecer o dispositivo da G. Unidade, pela localização dos P. C. que para o caso dos D. D. se torna desvantajoso.

Processos ópticos — As telas e artificios.

As telas são pedaços de pano de forma e dimensões variadas, permitindo assegurar por meio de sinais convencionais simples, relações entre a terra e os aviões.

Há 3 espécies de telas:

— *Telas de balizagem*, destinadas a fazer conhecer ao avião a posição dos elementos mais avançados.

Revista da Cavalaria

— *Telas de identificação*, que servem, quer para identificar os P. C. pelo avião, quer para chamar a atenção do avião quando os P. C. têm uma comunicação a fazer-lhe. Há necessidade para isso de se estabelecer um código.

— *Telas de sinalização*, que permitem transmitir ao avião sinais com uma significação convencionada.

Deve usar-se a linguagem condensada.

Os artificios produzem fogos de formas e de cores características variadas, visíveis de longe mesmo em pleno dia. São atirados por meio de foguetes ou pistolas de sinais. Que eu saiba não existe código estabelecido no nosso exército, tanto para as telas como para os artificios para uso, evidentemente, em tempo de paz.

Processo das mensagens

— *As mensagens lastradas* (avião-terra) permitem não só dar ao destinatário indicações precisas mas também juntar um croquis.

Consiste em lançar à mão, passando a baixa altitude por cima de um P. C., uma mensagem escrita, encerrada numa caixa metálica cilíndrica. A esta caixa é fixada uma bandeirola de pano branco e encarnado ou até um artifício de fumo, que permite seguir a trajectória e encontrar facilmente o ponto de queda.

— *A recolha de mensagens* (terra-avião) permite ao avião receber pedidos ou informações das tropas em movimento.

A mensagem destinada ao avião, é ligada a uma corda em circuito fechado, que se estende entre 2 varas colocadas transversalmente sobre uma faixa de terreno plano, orientado no sentido do vento.

O avião prevenido por um sinal convencional, passa a alguns metros acima da corda, enquanto que o observador deixa cair a fateixa que recolhe à passagem a corda com a mensagem.

A corda com a mensagem também se pode colocar entre 2 árvores, devidamente orientadas.

Revista da Cavalaria

Concluindo

Por conhecer a solidariedade que o espírito da arma cria entre nós, cavaleiros, na missão de cumprir, em tôdas as circunstâncias, mesmo naquelas em que a situação táctica impõe um isolamento completo, saliento o seguinte:

A cooperação Cavalaria-Avição deve ser coordenada por uma ligação contínua e completa.

Por isso, além dos contactos pessoais e emprêgos dos meios próprios, torna-se necessário que existam laços orgânicos entre estas duas armas, para que dêles resulte um perfeito conhecimento mútuo, factor essencial da ligação intelectual.





Temas táticos

pelo Major AGUIAR FERREIRA

Uma solução do tema n.º 5

A instalação defensiva

O G. C. D. 7, que se encontrava inicialmente na região de **Atalaia**, iniciou a sua progressão para E. às 14 h. 10 do dia 12 de Agosto e atingiu às 15 h. 00 com o seu 1.º escalão do grosso (agrupamento motorizado) a transversal **Alpalhão-Nisa**, esclarecido por uma flecha moto em **Póvoa e Meadas** e coberto por patrulhas moto nas alturas de **Charneca** e de **M. Eusébio**; o seu escalão hipo deve atingir **Nisa** às 16 h. 30.

A 7.ª Div. vai marchar para E. segundo o eixo **Gavião — V. Grande — V. Gião — V. de Figueira — Tapada do Assis** △, de-

Revista da Cavalaria

vendo iniciar o movimento ao romper do dia 13 e atingir com as suas G. Av. na madrugada de 14 a linha geral **Charas** \triangle — **Pelada** \triangle , que será ocupada na manhã d'êste dia.

A direita e esquerda do G. C. D. 7 progrediram respectivamente os G. C. D. 6 e G. C. D. 3 que às 15 h. 00 atingiram **Alpalhão** e **Caixeiro** com as testas dos seus grossos.

Tropas amigas de cobertura guarnecem a fronteira.

De que se trata?

Trata-se de um G. Cav. que recebeu a missão de cobrir a marcha da Div. a que pertence e a instalação defensiva das G. Av. desta a W. da rib. de **Nisa**.

A missão:

A missão de cobertura pedida ao G. C. D. 7 implica a sua instalação defensiva e a resistência a um possível ataque inimigo até à manhã de 14, devendo em caso de impossibilidade retardá-lo segundo o eixo **Charas** \triangle — **Tapada do Assis** \triangle ; neste caso não poderá abandonar sem ordem a transversal **Alpalhão-Nisa**.

Não indica a O. Op. recebida do C. E. a linha em que o G. C. D. 7 se deve estabelecer defensivamente, dando ao respectivo Comandante a iniciativa da sua escolha e determinação. Para cumprir a missão recebida, esta linha deverá estar a E. da posição a ocupar pelas G. Av. da 7.^a Div.

O inimigo:

Os elementos avançados do G. C. D. 7 não tinham até às 15 h. 00 tomado o contacto com o inimigo que tem hostilizado fortemente as tropas de cobertura na fronteira a E. e SE. de **Castelo de Vide**.

Para atingir a zona à responsabilidade do nosso G. Cav., o inimigo pode vir de duas direcções diferentes, isolada ou simultaneamente: ou irrompendo de **Castelo de Vide** ou **Montalvão** por **Póvoa** e **Meadas** sobre **Charas** \triangle , ou de **Montalvão** sobre **Nisa**. A sua progressão de **Castelo de Vide** sobre **Alpalhão** condu-lo mais directamente à zona de acção do G. C. D. 6.

Revista da Cavalaria

O inimigo dispõe de elementos motorizados é possivelmente mecânicos, mas às 15 h.00 já não está em condições de se opôr a que seja atingida a rib. de **Nisa**, mesmo que na tarde de 12 force a cobertura amiga na fronteira; é porém de admitir que, repelidos os elementos de cobertura possa atacar o G. C. D. 7 a partir da manhã de 13.

O terreno :

Em primeiro lugar o terreno tem de ser examinado sob o ponto de vista da escolha e determinação da posição defensiva a ocupar.

É sabido que as linhas defensivas mais favoráveis para o cumprimento de uma missão de cobertura são as que se encontram cobertas por uma cortadura que dificulte a acção dos elementos blindados inimigos, facilitando assim a acção dos elementos anti-carro da defesa, restringida às zonas de passagem obrigatória.

A E. da linha **Chara** \triangle — **Pelada** \triangle , a ocupar pelas G. Av. da 7.^a Div., existem três cortaduras de valor e importância desigual: a rib. de **Nisa**, a rib. da **Fonte** e a rib. de **Vide**.

A rib. de **Nisa** é a mais importante pela sua largura e caudal, e acha-se ainda valorizada pela existência de duas barragens existentes à altura de **Vasco** \triangle e **Poio** \triangle , barragens que formam largas e extensas zonas inundadas que convém aproveitar para compensar a deficiência de meios (G. Cav. não reforçado).

Ocupando a margem esquerda da rib. de **Nisa**, o G. C. D. 7 vê grandemente facilitado o cumprimento da sua missão defensiva; as suas possibilidades de manobra em retirada ficam porém grandemente reduzidas pela carência de espaço à retaguarda, mas este inconveniente é mínimo em face do valor do obstáculo. É certo que a utilização do terreno deve ser sempre subordinada à missão, e que esta nunca deve ser esquecida ou torneada sob o pretexto de utilizar um terreno aparentemente mais favorável; mas no caso presente a rib. de **Nisa** satisfaz, embora com o inconveniente de estar um tanto próxima demais da linha **Charas** \triangle — **Pelada** \triangle a cobrir.

Donde pode vir o inimigo?

Revista da Cavalaria

As vias de comunicação que da fronteira conduzem à rib. de **Nisa**, dentro da zona de acção do G. C. D. 7 ou que a esta interessem, são:

— A estrada de **Castelo de Vide** — **Alpalhão**, que passa imediatamente a S. da região inundada pela barragem da **Póvoa**, é a via de comunicação mais importante que o inimigo pode utilizar na sua progressão para W., mas está já na zona de acção do G. C. D. 6 e com ela não temos que nos preocupar senão indirectamente;

— Os caminhos que se dirigem da região de **Póvoa e Meadas** à região de **Charas** Δ através da zona imediatamente a jusante da barragem da **Póvoa**, e à região de **Broceira** Δ através da região a jusante da barragem de **Poio**;

— A estrada **Montalvão** — **Nisa** que, pela confluência da rib. de **Broceira** com a rib. de **Nisa**, conduz a **Nisa** directamente, no limite N. da nossa zona de acção.

O inimigo, tem como vimos, manifestado a sua actividade sobretudo nas regiões a E. e SE. de **Castelo de Vide**, e conseqüentemente é em tórno da estrada **Castelo de Vide** - **Alpalhão** que possivelmente actuará em força; como a zona S. da posição é inundada, a acção da defesa deverá ter em vista, sobretudo, cobrir a esquerda do G. C. D. 6 barrando-lhe o acesso à região de **Charneca**. Na fronteira de **Montalvão** a actividade inimiga tem sido nula e conseqüentemente a estrada **Montalvão-Nisa** tem uma importância presente menor; essa actividade pode, porém, aparecer de um momento para o outro e por isso esta direcção terá de ser encarada pela defesa em ligação com o G. C. D. 3. A direcção de **Póvoa e Meadas** — **Charas** Δ é a mais importante de todas; não só atinge directamente o centro da nossa zona de acção, como coincide com o eixo de esforço da 7.^a Div. A região de **Póvoa e Meadas** pode ser atingida pelo inimigo, quer vindo directamente da região fronteira de **Cancela**, quer de **Castelo de Vide** ou **Montalvão** pela transversal **Castelo de Vide** — **Montalvão**.

O terreno a E. da rib. de **Nisa** apresenta uma linha de crista principal onde passa sensivelmente a estrada **Castelo de Vide-Póvoa e Meadas**, linha de separação das águas das rib. de **Nisa** e da **Fonte**, com uma direcção sensivelmente paralela à rib. de **Nisa** e a cerca de 4 kms. desta. A S. e a N. existem

Revista da Cavalaria

pequenas cristas secundárias a cerca de 2 kms. da rib., nas regiões de **Marrofeira** e de **M. Eusébio**. O terreno é bastante ravinado e coberto de arvoredos, sobretudo nas regiões central e N., dando ao inimigo facilidade de aproximação no ataque.

A rib. de **Nisa**, entre **Navens Ferreira** \triangle (excl.) a S. e a rib. de **Broceira** a N. apresentam zonas de valor defensivo diferente. Entre **Navens Ferreira** e o dique da **Póvoa**, a ribeira é dificilmente permeável ao ataque, dada a largura e profundidade da região inundada, exigindo meios adequados para a sua transposição (barcos, jangadas, flutuadores, tropas especiais, etc.), e não é provável que o inimigo, nas suas tropas ligeiras mais avançadas, ponha em acção estes meios no prazo de tempo em que a missão do G. C. D 7 tem de ser cumprida (até à manhã de 14). O mesmo se dá com a zona entre o esporão a N. de **Pataloa** e o dique de **Poio**, igualmente inundada. Entre as zonas inundadas e a jusante da última, o terreno é pelo contrário permeável ao ataque, embora a ribeira constitua um obstáculo anti-carro de valor.

Vemos pois que, na posição à retaguarda da rib. de **Nisa**, existem dois sectores passivos que permitem economizar meios em proveito das duas zonas activas de valor sensivelmente igual, mas de importância diferente. Com efeito, a região **Vasco** \triangle — **Pataloa** é aquela que cobre directamente o eixo de esforço da 7.^a Div. e suas G. Av., e a que faz face à progressão mais de recuar do inimigo vindo de **Póvoa** e **Meadas**; é pois aquela que convém ocupar com maior densidade de meios e com maior urgência. A região a jusante do dique de **Poio** tem também a sua importância por barrar o acesso directo a **Nisa** e cobrir o flanco esquerdo da posição geral a ocupar.

A W. da rib. de **Nisa** o terreno apresenta uma extensa crista contínua que partindo de **Navens Ferreira** \triangle passa por **Charas** \triangle , **Lapa** \triangle , **Pelada** \triangle e **Broceira** \triangle a uma distância média de 1.000 a 1.500^m, da ribeira. Entre a crista planáltica de **Charas** \triangle e a ribeira, existe uma crista secundária que, por **Vasco** \triangle e **Pataloa**, está sobranceira à ribeira na zona permeável entre as regiões inundadas, crista que se presta ao estabelecimento defensivo das forças que forem encarregadas da defesa deste sector. A N. de **Pelada** \triangle existem três

Revista da Cavalaria

esporões principais que vão morrer na ribeira: o do S., no mamelão sobranceiro ao dique de **Poió**; o central, sobranceiro à confluência da rib. de **Pai Annes**; o do N. fazendo face a N. à estrada **Montalvão-Nisa**.

Da crista **Charas** \triangle — **Pelada** \triangle é possível a observação sobre a região a E. da rib. de **Nisa**; no entanto, esta é prejudicada pela natureza arborizada da região a N. da linha geral **Vasco** \triangle — **Cabeço** \triangle até à rib. de **Pai Annes**.

O terreno à retaguarda da crista **Charas** \triangle — **Pelada** \triangle é largamente ondulado, descoberto na sua maior parte, e dispondo de vias de comunicação que conduzem, quer a **Alpalhão**, quer a **Nisa**. A rib. de **Figueiró** sensivelmente paralela à ribeira de **Nisa** e a uns 5 kms. desta, poderá servir de cobertura a uma posição eventual de retirada, embora o seu valor como obstáculo seja um tanto precário.

Dado que as zonas activas da defesa estão distanciadas de cerca de 5 kms., e que é necessário fazer face a tentativas inimigas possíveis, embora pouco prováveis em 13, de transportar as regiões inundadas, verifica-se a necessidade de manter à disposição do comando uma forte reserva móvel que acorra rapidamente onde se faça sentir mais prementemente a sua acção. Esta reserva deverá estacionar numa região central à retaguarda da crista **Charas** \triangle — **Pelada** \triangle , para que a sua situação e movimentos não sejam observados pelo inimigo (observação terrestre).

Os meios:

O G. C. D. 7 não está reforçado, e por isso, só a existência de largas zonas passivas lhe permitem ocupar uma frente de 10 kms., largura da sua zona de acção.

O seu E. Moto, com as suas 12 metr. ligeiras, pode ocupar com uma certa densidade de fogos uma frente de 1.000 a 1.500^m, sobretudo, se o reforçarmos com as metr. do E. Metr. Eg. Está naturalmente indicado para ocupar a zona de esforço defensivo, e como se encontra em 1.º escalão, para realizar a defesa da direcção que em primeira urgência deve ser interceptada ao inimigo.

Revista da Cavalaria

Os E. Cav. dispõem de uma ampla mobilidade táctica em todos os terrenos e como tal são excelentes elementos de manobra táctica no combate.

A decisão :

Do trabalho de análise dos factores da decisão que poderemos concluir?

- a) Que o Com. do C. E. pretende que o G. C. D. 7 se instale defensivamente a E. da linha **Charas** \triangle — **Pelada** \triangle para cobrir a marcha das G. Av. da 7.^a Div. e a ulterior instalação defensiva destas na manhã de 14;
- b) Que a ocupação da margem esquerda da rib. de **Nisa** satisfaz a esta imposição, com o inconveniente de estar pouco à frente da linha indicada, mas com a vantagem de facilitar grandemente o cumprimento da missão de cobertura dada ao G. C. D. 7;
- c) Que, dada a pequena profundidade da zona em que é permitida a manobra em retirada e a ausência de cortaduras nesta zona, é preferível que o G. C. D. 7 cumpra a sua missão de cobertura e retardamento sobre a rib. de **Nisa**, sem encarar a possibilidade de um recuo que não seja imposto pelo inimigo;
- d) Que a resistência se impõe até à manhã de 14;
- e) Que o inimigo não tem possibilidade de transpôr a rib. de **Nisa** antes do G. C. D. 7, sendo porém de admitir que êle a poderá atacar a partir da manhã de 13;
- f) Que o inimigo só tem possibilidade de transpôr a rib. nas regiões de **Pataloa** e a jusante do dique de **Poio**;
- g) Que a posse da região de **Pataloa** cobre directamente o eixo de esforço da 7.^a Div. e barra a progressão inimiga mais provável vinda de **Póvoa** e **Meadas**, sobre **Charas** \triangle , cobrindo simultaneamente a esquerda do G. C. D. 6;

Revista da Cavalaria

- h) Que a progressão inimiga segundo o eixo **Monta'vão-Nisa** é menos provável, embora possível, devendo ser interceptada em ligação com o G. C. C. 3 para barrar o acesso à região de **Charas** \triangle ;
- i) Que a região de **Pataloa** deve ser ocupada o mais rapidamente possível e nela realizar o esforço principal da defesa;
- j) Que as regiões inundadas precisam de ser convenientemente vigiadas para assinalar quaisquer tentativas inimigas da sua transposição;
- l) Que há necessidade de constituir uma forte reserva móvel na região de **Lapa** \triangle que preveja a sua intervenção no centro e esquerda da posição;
- m) Que **Póvoa** e **Meadas** deve ser ocupada para assinalar a aproximação do inimigo;
- n) Que deve manter-se a ligação com as forças amigas em cobertura na fronteira;
- o) Que a progressão inimiga deve ser dificultada a partir da linha p. c. 379 a NW. de **Cabeço** \triangle — p. c. 353 a SW. de **Touril I.** \triangle — **M. Eusébio** — **Casa da Francisquinha** — **Ataiaia 2.** \triangle .

A idéia da manobra:

Em consequência, o Com. do G. C. D. 7 poderá exprimir a sua idéia de manobra defensiva da forma seguinte:

É minha intenção estabelecer-me defensivamente a coberto da rib. de **Nisa** em condições de fazer face a quaisquer ataques vindos de E. ou NE. para impedir a transposição da ribeira e barrar ao inimigo o acesso à região de **Tapada do Assis** \triangle , e para isso:

— exercer o esforço defensivo na região de **Pataloa** para barrar o acesso à região de **Charas** \triangle e cobrir o G. C. D. 6;

— ocupar a região a jusante do dique de **Poio** para, em ligação com o G. C. C. 3, barrar o acesso à região de **Broceira** \triangle ;

— vigiar as zonas inundadas a montante dos diques da **Póvoa** e de **Poio**;

Revista da Cavalaria

— constituir uma forte reserva móvel em condições de poder intervir rapidamente no centro (1.^a urgência) e esquerda da posição;

— manter a ligação com as forças amigas em cobertura na fronteira;

— esclarecer-me em Póvoa e Meadas;

— dificultar a progressão do inimigo a partir da linha p. c. 379 a NW. de Cabeço \triangle — p. c. 353 a SW. de Touril 1.^o \triangle

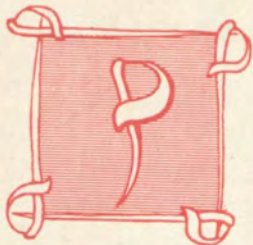
— M. Eusebio — Casa da Francisquinha — Atalaia 2.^o \triangle .





Uma festa de cavalaria na G. N. R.

pelo Major LUCIANO DA SILVA GRANATE



ARA disputa da Taça General Farinha Beirão, realizou-se em 19 de Setembro último, no 3.º Esquadrão do R. C. da G. N. R. em Braço de Prata, uma prova de obstáculos a que tivemos a honra de assistir, fazendo parte do júri.

Linda tarde de verão, que parecia querer realçar a agradável cena que encantava os que tiveram o prazer de ali passar aquêles breves momentos.

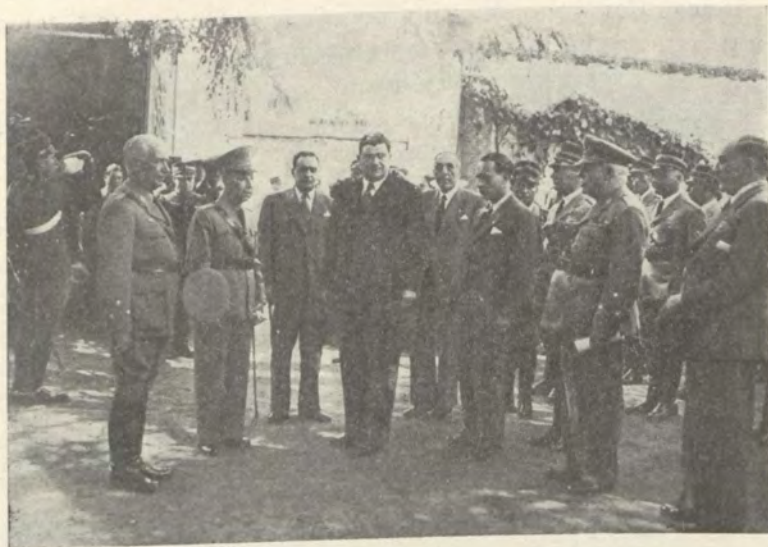
Pelas 15 horas foram-se reunindo no jardim de entrada os convidados, obsequiosamente transportados nos automóveis da G. N. R. Oficiais Generais, Comandantes e Oficiais da Guarda e dos Regimentos da Guarnição, esperavam a chegada de S. Ex.^a o Ministro do Interior. À porta, vistosamente uniformizado e irrepreensivelmente apumado, perfila-se o Esquadrão de Guarda de Honra. Passados minutos o clarim de ordens, solta, estridente, o toque de sentido: é S. Ex.^a que chega.

Saúdado por todos, segue para a tribuna de honra junto do campo de obstáculos, com S. Ex.^a o Ministro das Finanças.

Revista da Cavalaria

Este campo de pequenas dimensões e maravilhosamente enfeitado, oferece um espectáculo surpreendente. Tudo é arranjo, ordem, bom gosto, asseio e perfeição.

Os obstáculos bem construídos, as pistas primorosamente cuidadas, as flores e plantas dando um matiz que agrada à vista, imprimem a tódia a assistência, onde não falta a graça



A entrada das entidades oficiais, no campo de Braço de Prata

do elemento feminino, uma tão boa disposição que se adivinha em todos os componentes da família militar ali reunida.

Vai iniciar-se a disputa da prova. Retinem os clarins e ao som da marcha de continência, sobem lentamente, nos 35 mastros que circundam o campo, bandeiras nacionais. Com que recolhimento, com que respeito que nos comove tanto, se vê subir o símbolo da Pátria, tão devagarinho, até ficar bem firme lá no tópo dos mastros! Naquele momento sempre solene para todos os portugueses, mas mais especialmente para nós, militares, nesses segundos, temos tempo de repetir baixinho o juramento sagrado de defender e honrar a Nação, medindo bem a responsabilidade que nos pesa e que acarretamos com orgulhoso agrado. Por isso bem fez o Sr. Comandante do Regimento em mandar içar muitos estandartes a

Revista da Cavalaria

um tempo, pois o seu senso de verdadeiro soldado, diz-lhe que em todos os momentos é necessário multiplicar o sentimento nacional.

Em seguida, a fanfarra do R. C. recentemente organizada, com as suas 27 figuras e que pela primeira vez se fazia ouvir em público, executou a marcha de guerra, essa arrebatadora marcha, que nos recorda as façanhas dos nossos cavaleiros de África, Mousinho, Martins de Lima e outros que o tempo não apaga da memória e em que pensamos talvez, enquanto imóveis e respeitosos a ouvimos.

Terminada esta simples e tocante cerimónia, rompe-se o silêncio e imediatamente é dado o sinal para início da prova.

A Taça General Farinha Beirão, disputada pela primeira vez este ano, foi organizada pelo R. C. da G. N. R., por ter sido o vencedor definitivo da Taça General Domingos de Oliveira, cumprindo assim o regulamento desta prova.

O nome do Grande Soldado que foi Farinha Beirão, foi assim homenageado pelo R. C. da sua Guarda e só temos que felicitar o então Comandante do Regimento, Coronel Mousinho de Albuquerque, por tão judiciosa escolha, cuja oportunidade o fatal destino veio largamente confirmar.

A inscrição é aberta para os Officiais do Exército, da G. N. R. e da G. F. e para cavalos com praça nas respectivas corporações. Inscreveram-se :

18	oficiais	do	R. C.	da	G. N. R.	com	26	cavalos
5	oficiais	do	R. C.	7	com	9	cavalos	
2	»	»	R. C.	4	»	4	»	
1	oficial	»	R. C.	2	»	2	»	
1	»	»	D. R.	»	2	»		
1	»	»	E. E.	»	1	»		
1	»	»	E. P. C.	»	1	»		
1	»	»	C. M.	»	1	»		

Conforme o regulamento, a prova é corrida em duas mãos, sendo a primeira de 12 obstáculos com 1^m,10 e a segunda de 10 obstáculos com 1^m,20, tendo os cavalos com handicap mais 10 cm. em 6 obstáculos na 1.^a mão e em 5 na 2.^a

Entre os 46 cavalos inscritos, encontram-se a enérgica *Fossete*, o poderoso *Montes-Claros*, o generoso *Namir*, o feio

Revista da Cavalaria

e formidável *Razo* e o lindo *Almourol* que nos garantiam ir ser rijamente disputada a prova.

O percurso bem marcado não era difícil, mas a pista bastante pequena, tinha voltas apertadas que obrigaram os cavaleiros a permanente atenção.

Da primeira mão saem dez percursos sem faltas. Dois deles merecem especial referência: Beltrão no *Montes-Claros*



Aspécto da Tribuna destinada a convidados e entidades oficiais

e Helder Martins no *Abecar*. O primeiro, bem conduzido, confirma a indiscutível classe do soberbo animal. O segundo, impressiona pelo acêrto e precisão do admirável cavaleiro que apesar de já ir envelhecendo nas pistas, não dá ao de leve, sequer, indícios de perder a forma. Dir-se-ia que cada vez marca melhor posição, se êle puder subtrair-se à dura lei de desgaste que a natureza nos impõe.

São os dez cavaleiros sem faltas que correm a segunda mão. Dos dez, 3 são da G. N. R., 2 do R. C. 7, 1 do R. C. 4, 1 do R. C. 2, 1 do D. R. com dois cavalos e 1 da E. P. C.

No intervalo entre a primeira e a segunda mão, é oferecido a todos os convidados e concorrentes, um elegante chá no jardim anexo, onde foram dispostas entre os artificiais

Revista da Cavalaria

canteiros, laboriosamente incrustados no terreno, pequenas mesas a coberto de grandes chapéus de sol, que davam ao recinto um aspecto muito alegre. Enquanto é servido o chá, faz-se ouvir a primorosa Banda de Música da G. N. R. executando um soberbo concerto de música clássica e popular, sob a direcção do seu chefe Tenente Alves Ribeiro.



*S. Ex.^a o Ministro das Finanças entregando a «Taça General Farinha Beirão»
ao Capitão Pascoal Rodrigues*

Do lado oposto ao jardim, para lá do campo de obstáculos, foram levantadas tendas especiais onde são servidas merendas às praças.

Esse inteligente carinho para com esses leais servidores, dá-nos uma idéia tão perfeita da união existente entre oficiais e praças que nos explica a exemplar correcção que é apanágio dessa unidade.

O soldado da Guarda é, com o seu aprumo e a sua altiva disciplina, admirado pelo País inteiro, de Norte a Sul e só quem não tem percorrido a província, desconhece os relevantes serviços prestados por esses mantenedores da ordem e a confiança que nêles depositam as populações.

Depois do chá e merenda, seguiu-se a segunda mão da prova hípica.

Revista da Cavalaria

Capitão Beltrão, no *Montes-Claros*, faz um esplêndido percurso sem faltas e bom tempo, parecendo difícil batê-lo.

Alferes Lemos da Silveira, no *Caviar*, tem quatro pontos e bom andamento, mas a passada do seu cavalo não é grande.

Capitão Correia Barrento, faz um rápido percurso no *Benguela*, com doze pontos, o que o coloca fora da classificação final neste cavalo, mas no *Razo* tem o mais rápido percurso da tarde, sendo de lamentar os quatro pontos com que foi penalizado. Se chega a entrar com o pescoço como o seu hábil cavaleiro tanto diligencia, não se calcula até onde irá este animal.

Capitão Helder Martins, comanda o *Abecar* sem pressa porque é preciso fazer poucas faltas e consegue ser penalizado só com 4 pontos.

Alferes Pontes, faz no *Gavião* um percurso com muitas faltas que não corresponde ao da primeira volta.

Alferes Calado e Miranda Dias, são pouco felizes nesta mão.

Capitão Pascoal Rodrigues, fecha a prova com chave de ouro, fazendo com *Namir* o seu segundo percurso sem faltas e esplêndida velocidade. Mesmo em inferioridade, este soberbo nacional não se deixa bater com facilidade.

É com sinceridade que desejamos a cura completa para não interromper a brilhante carreira.

A classificação final dá:

- 1.º Cap. Pascoal Rodrigues no *Namir* sem faltas 51 s.
- 2.º Cap. José Beltrão no *Montes-Claros* sem faltas 51 s. $\frac{2}{5}$
- 3.º Cap. Correia Barrento no *Razo* 4 pontos 50 s.
- 4.º Alf. Lemos da Silveira no *Caviar* 4 pontos 54 s. $\frac{1}{5}$
- 5.º Cap. Helder Martins no *Abecar* 4 pontos 1 m. 0 s. $\frac{2}{5}$

Os vencedores montam e vêm à pista receber das mãos de S. Ex.^{as} os Ministros e Officiais Generais, as Taças que o R. C. ofereceu aos cinco primeiros classificados. O trofeu da prova fica na posse do R. C. da G. N. R.

Não podemos deixar de considerar muito justo o resultado desta interessante disputa, porque os oficiais do R. C. da G. N. R. apresentaram-se em grande número a concorrer e bem, sendo merecido salientar que os oficiais milicianos,

Revista da Cavalaria

correram com uma correcção digna de admiração, que denota um esforço de trabalho intensivo.

Terminada a prova, todos se retiram com a boa disposição que dá uma tarde bem passada. Novamente se ouvem os sinais de clarim e com firmeza todos saúdam os chefes que deixam o campo.

Recordamos com saúde essa festa entre cavaleiros, que nos confirma a convicção de que muitas reuniões dessas, estreitam os laços entre a família militar, que mais do que nunca, hoje, é tão necessário.

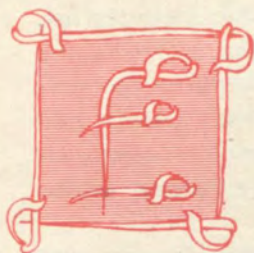




Concursos Hípicos

Cascais-Carcavelos-Mafra

pelo Capitão JOSÉ BELTRÃO



a primeira vez que temos a honra de escrever na *Revista da Cavalaria*.

O assunto que vamos abordar é melindroso e por isso prevenimos quem tiver a maçada de ler as nossas linhas, que estas, não têm o fim de magoar ninguém mas apenas o de fazer a crítica

dêstes concursos hípicos.

Criticar é analisar factos que passaram sem atingir pessoas mas sim critérios ou pontos de vista.

Fizeram-se os Concursos Hípicos de Cascais, Carcavelos e Mafra. Nos tempos que vão correndo é para dar Graças a Deus termos tido estas provas, razão por que apresentamos as nossas sinceras felicitações a quem os organizou.

Tiveram êstes Concursos deficiências? Evidentemente que sim, pois não há nada perfeito.

Foram grandes? Não.

Revista da Cavalaria

Essas deficiências podem corrigir-se? Julgamos que grande parte delas podem, pelo menos, melhorar-se e é por essa razão que aqui estamos a ocupar o espaço à nossa Revista.

Vamos dividir este modesto trabalho nos seguintes capítulos: Organização — Percursos — Cavaleiros — Cavalos.

I — ORGANIZAÇÃO

Nada notámos de importante na forma como foram organizados estes Concursos Hípicos, mas se se fizessem algumas modificações, talvez os resultados estivessem mais próximo da verdade.

É humano o prazer de ganhar e por isso é preciso que se orientem as coisas de outra forma. Faz-se, em geral, a chamada prova Omnium em duas séries. ¿Porque razão não se fazem as outras provas também com séries, ou não se realizam mais provas em vez de uma só, no mesmo dia? Assim como se classificam os cavalos para as séries da Omnium, classificavam-se também para as outras provas. Orientando as provas desta maneira, não só os resultados eram mais verdadeiros, como os concorrentes ficavam mais contentes. Deixar-se-iam de ver cavalos com menos classe, à direita dos melhores porque os saltos são pequenos, e de ver os primeiros a viciarem-se em obstáculos que as suas posses não permitem abordar. Ainda ganham com este processo os cavalos novos, que não se estreiam com percursos muito pesados.

Em Mafra, por exemplo, tivemos ocasião de ver esta orientação com óptimos resultados.

Prova Nacional — Sempre defendemos o cavalo nacional e sempre foi nossa opinião que tivesse vantagens sobre o cavalo estrangeiro. Estas vantagens são grandes, porque sendo mais procurado, o nosso lavrador mais cuidaria da sua criação porque o venderia melhor. Assim, ficaria cá o nosso dinheiro e melhoraria o nosso cavalo. O nosso cavalo tem grandes qualidades e tem uma, sobretudo, a mais apreciada pelo cavaleiro: um carácter excepcional.

Preguntamos: ¿se um dia ele tiver mais faculdades, conservará essa docilidade?

Revista da Cavalaria

Porque não? Seguramente que se melhorar fisicamente e conservar esse bom moral, estamos convencidos que seria procurado pelos estrangeiros.

O nosso cavalo não procura que agradar, enquanto que o estrangeiro, em geral, não procura que desagradar.

¿É a Prova Nacional que protege e dá vantagens ao seu cavaleiro? Estamos convencidos que não, porque ela é uma sobrecarga para ele (cavalo).

Os concursos hípicos, hoje em dia, são bastante duros e todos os cavalos, mesmo os estrangeiros, mais poderosos, chegam ao fim bastante cansados. Ora se os cavalos nacionais, menos possantes, têm mais uma prova em cada concurso, não só chegam ao fim em piores condições como vão disputar as provas grandes, mais cansados porque fizeram as mesmas que os estrangeiros e ainda a *Nacional*.

Qual será a forma de evitar este castigo e de manter vantagens para o seu cavaleiro? Fazer em cada prova uma classificação, à parte, para os cavalos nacionais. Países há em que o segundo classificado, sendo nacional, tem melhor prémio do que o primeiro, sendo estrangeiro. É por esta razão que em Itália os cavaleiros só se interessam pelo cavalo italiano e em França sucede o mesmo com o cavalo francês.

Este processo já foi usado entre nós e não nos consta que alguém ficasse descontente. Porque não se continuou?

Destes Concursos Hípicos só deu Prova Nacional o de Cascais, ficando assim o nosso cavalo sem dar qualquer vantagem ao seu cavaleiro, nos outros dois.

II — PERCURSOS

Idealizar em casa um percurso é coisa muito fácil; colocar um percurso bem feito no terreno, é bastante difícil.

Quais são os factores a que se deve atender para conceber um percurso? São muitos: o terreno; dimensões do campo; luz; condições atmosféricas; construção, colocação, dimensões e sequência dos obstáculos.

É curioso que todos estes factores eram bem diferentes em todos os Concursos Hípicos que vamos tratar.

¿O que pretende o público, quer o ignorante, quer o conhecedor do assunto, admirar numa prova? Ver saltar

Revista da Cavalaria

grandes obstáculos e em grande velocidade. Hoje em dia, no século em que vivemos, ninguém pode ver saltar devagar, é preciso que haja dinamismo.

É pois possível saltar grande e depressa? Evidentemente que é, depende apenas que o percurso satisfaça às condições que acima expus, quer dizer, que os saltos sejam construídos, colocados e se sucedam de forma que isso permita. Casos há em que um percurso de grandes obstáculos, é mais fácil e agradável do que um percurso de pequenos obstáculos mal construídos, mal colocados e distribuídos.

Cascais

Em primeiro lugar as nossas felicitações ao nosso amigo Possolo pelo que tem sido melhorado o Campo de Obstáculos.

Apesar da sua boa vontade, temos a dizer que o piso do Campo de Cascais é mau. É mau porque é irregular, duro nuns pontos e pesado noutros.

Isto não quer dizer que tenha remédio fácil, porque



*O Alferes Calado montando o cavalo «Único» em que ganhou a prova
«Taça Rainha D. Amélia»*

Revista da Cavalaria

fazer um bom piso e, sobretudo, no nosso clima, é uma coisa bastante difícil, morosa e cara. Para variar, vamos a uma história.

Diz-se que um dia um alemão que admirava um lindo canteiro de «gazon», num castelo da Escócia, perguntou ao jardineiro, que dêle se ocupava, como se conseguia uma coisa tão bonita. Respondeu-lhe o jardineiro — «é muito fácil,



*O Alferes José Morais montando o cavalo «Paíol» em que ganhou a prova
«Câmara Municipal de Cascais»*

o senhor semeia o «gazon», monda-o de tôdas as ervas, rega-o todos os dias e daqui a duzentos anos tem êste lindo tapete».

Contada esta história podem ver se nos atrevemos a criticar o piso. A nossa critica vai para a forma como os obstáculos foram colocados e distribuídos. Julgamos, pois, que no terreno duro deviam ter sido colocados os obstáculos largos e grandes, e quando êle se apresentava pesado colocar ali os verticais, onde a perfuração faz menos falta.

Sucedeu assim nos primeiros dois dias, em que a colocação e distribuição esteve mais feliz, razão por que os cavalos tomaram melhor os saltos, sem que êstes fôssem muito

Revista da Cavalaria

mais pequenos que nos outros dois. Havia um duplo de oxers de boas dimensões que devido à sua construção e colocação deixou boas recordações. O mesmo não sucedeu com o triplo nos dois últimos dias, em que alguns dos nossos campeões foram mal sucedidos. Qual seria a razão? O local e as distâncias dêste obstáculo foram infelizes.



Condessa de Schouwaloff montando o cavalo «Urso»

Foram êstes obstáculos os que mais nos saltaram à vista, porque realmente são os mais difíceis de fazer.

Duplos, triplos e etc.... e dentro dêstes, a natureza de obstáculos e as distâncias, são os saltos mais ingratos para quem os cõstroí e para quem os transpõe. Está provado que certas distâncias dão bem para certas alturas ou larguras, mas já não resultam para outras maiores ou menores.

Também todos conhecemos as conseqüências de um obstáculo difícil à entrada de uma pista.

O Sr. General D. Luiz da Cunha Menezes dizia: «uma das maiores dificuldades de um percurso está na volta, porque se o cavalo sai dela desequilibrado, toma mal o primeiro

Revista da Cavalaria

obstáculo da nova pista». Dito isto, julgo que não é de aconselhar um duplo ou triplo como primeiro obstáculo de uma pista, mas sim um vertical ou um largo bem marcado.

Caracelos

Subamos um pouco na Costa do Sol e entremos na Quinta da Alagoa.

Campo com óptimas dimensões, talvez um pouco desabrigado, com um terreno muito pesado para os cavalos.



Distribuição de prémios às concorrentes classificadas na «prova das Senhoras»

É claro que não se pode fazer melhor por variadíssimas razões, e entre elas, a mais importante, é a de se tratar de uma propriedade particular, gentilmente cedida, para essa festa, dias antes.

Felicitemos por isso o nosso amigo Henrique Margaride que mais não pôde fazer. Como sempre, com o seu bom gosto, enfeitou o campo muito bem, e para dar mais cunho à festa de caridade, tivemos a honra de ser servidos no bufete por senhoras da nossa melhor sociedade.

Pôsto isto, temos apenas de fazer referência ao facto dos obstáculos serem muito grandes para um piso tão pe-

Revista da Cavalaria

sado. E por esta razão em todo o concurso houve poucos percursos limpos. Na prova maior houve um único e que foi feito por um cavalo de grandes recursos, conduzido com bastantes precauções.

Quando nos referimos ao Concurso de Cascais, nada dissemos sobre a Prova das Senhoras. Foi muito interessante e deu um grande brilho a estes dois Concursos Hípicos, esta Prova.

Quási que já estávamos esquecidos desta Prova e que as senhoras montam a cavalo. Tôdas as manifestações hípias, devem primar pela elegância e as senhoras são as que mais contribuem para isso com a sua presença, e as suas toilettes.

Mafra

O seu Concurso Hípico deve ser muito acarinhado porque no futuro pode vir a ser um dos mais importantes do País.

As razões que nos levam a esta conclusão, são as seguintes:

1.^a A Escola de Equitação, se já não está lá, brevemente ali será organizada.

2.^a A situação de Mafra é boa para a concorrência ao seu concurso, por estar a pouca distância de Lisboa, guarnição onde se encontra maior número de cavaleiros.

3.^a Os grandes recursos de que dispõem a Escola de Equitação e Depósito de Remonta em material e em cavalos, que não podem ser igualados em parte alguma.

Aos capitães Salvação e Barrento, bem como aos seus auxiliares, os nossos aplausos e sinceros votos para que o realizem todos os anos. Tomamos até a liberdade de lembrar que poderia fazer-se mais que uma vez por ano, porque estamos convencidos que terá sempre a mesma frequência.

O campo é o de instrução, e como tal, está muito bem cuidado, tendo-se até mesmo notado que a sua inclinação todos os anos é menor.

Concordamos com o que ali se fez em matéria de percursos, excepto em dois pontos:

Revista da Cavalaria

1.º — Poucos saltos em cada pista, o que deu origem a demasiados galopes. Podemos afirmar que as pistas não ficariam demasiadamente sobrecarregadas, se em cada percurso com o mesmo número de obstáculos, se abolisse uma pista.

2.º — O muro encarnado com a cancela, não é, na nossa forma de ver, um obstáculo para fazer parte de um triplo. Êste salto, mesmo isolado, não é agradável para os cavalos e muito menos metido em combinações. Sobretudo, neste momento em que há bastantes cavalos para começar, um obstáculo assim pode vir a ter consequências futuras. É bom não esquecer que presentemente não há onde ir buscar cavalos, razão por que devemos evitar viciar os que possuímos.

Juntamos a êstes dois pontos a que nos referimos, a colocação da dupla vedação na Taça de Honra, que foi manifestamente infeliz.

Sobre êste assunto abstemo-nos de fazer considerações porque as fizemos, quando nos referimos ao Concurso de Cascais, sobre os inconvenientes de colocar um obstáculo tão duro como primeiro salto de uma pista.

Felizmente não teve más consequências o acidente que lá se deu.

Eis o que nos saltou à vista do magnífico Concurso de Mafra, e se mais não dizemos é porque concordamos.

Terminamos êste capítulo por mais uma vez manifestar a nossa simpatia, por aquêles que se deram ao trabalho de colaborar nestes Concursos Hípicos, a que acabamos de nos referir.

Deus queira que brevemente, nós, ou outrem, possamos fazer a sua crítica, porque isso é sinal de que êles se realizaram.

III — CAVALEIROS

Foi com grande prazer que vimos as nossas pistas com cavaleiros novos.

Não citamos nomes porque são todos muito bons, e para evitar desculpas, se algum dia pensarem faltar, sob qualquer pretexto, lembramos-lhe o seguinte: «Para fazer qualquer coisa bem, é preciso tê-la feito muitas vezes mal. Não desanimar quando as coisas correm mal e não ouvir aquêles que

Revista da Cavalaria

nunca fizeram nem bem nem mal, a quem «Botin» chama «Ginetes de tranvia».

O facto do cavalo não meter bem o pescoço, não ter como embocadura, o bridão, não passar de mão na volta, não ceder à tal rédea, etc.... não é motivo para não comparecer; mais tarde irá melhor: «Primeiro ir e depois ir bem»; e tiram-se ensinamentos.

Nesta altura, os novos que nos lerem, dirão que será verdadeira a nossa afirmação, mas que custam muito caras as inscrições. Lembramos-lhes a história do caçador que diz: «Para matar caça é preciso ter semeado algumas arrobas de chumbo».

Para bom entendedor meia palavra basta. «Quem quizer ganhar tem que pagar muita inscrição».

Não ter cavalo também não é desculpa, porque «mal do subalterno de Cavalaria que não monta dois ou três por dia».

Insistimos na comparência à prova pública, porque ela dá grandes qualidades ao oficial, como sejam: sangue frio, generosidade na vitória, domínio quando se perde e brio para quando se voltar, fazer melhor.

Finalmente, sôbre os antigos, limitamo-nos a manifestar a nossa alegria de ver os que apareceram, e o desgosto que nos deram aquêles que faltaram.

Passemos agora aos cavalos, que não têm reacção tão desagradável, caso não concordem com a critica.

IV — CAVALOS

Seria estar a maçar referirmo-nos a cavalos já confirmados, quer dos antigos, quer dos novos.

Óptus, Raso, Belver... e mais companheiros, são já sobejamente conhecidos.

A nossa atenção dêste ano foi para três animais, que foram realmente as revelações:

Paiol e Urso, cada um no seu género e *Mucalenga*, com menos categoria.

É sobretudo agradável notar que dois dêles são nacionais e da Coudelaria Santos Jorge, para onde enviamos os nossos parabéns.

Revista da Cavalaria

*Paio*l — Animal argentino de óptimas dimensões, poderoso, elástico e com andamentos tais, que nos fazem esquecer as suas grandes imperfeições. Êste cavalo tem um estilo e umas faculdades que no dia em que estiver confirmado e aclimatado, deve ser um adversário muito perigoso.

Referimo-nos à sua aclimação porque tanto a sua pelagem como a falta de alegria num animal com tanto sangue, provam bem que ainda não está habituado ao nosso País e à alimentação.

Urso — Já há um ano que vimos êste cavalo sem se ter revelado, porém, justamente nestes três Concursos Hípicos, manifestou-se um animal de grande categoria. Anglo-árabe da melhor origem faz reclame à casa Santos Jorge. Tem bom tamanho, é muito distinto e com uma elasticidade notável. Com uma generosidade extraordinária, permite-se abordar os obstáculos em qualquer velocidade, fazendo as maiores acrobacias para se salvar a si e ao seu cavaleiro, das dificuldades em que se metem.

Mucalenga — Êste cavalo apareceu de repente e se já concursava anteriormente, não nos mereceu a mais pequena atenção. É como *Urso* anglo-árabe e do mesmo criador. Tem êste animal boas proporções e qualidades, sendo de notar o seu temperamento e a sua honestidade a saltar. Sem grandes recursos prepara-se e mede os obstáculos de uma forma * que dá na vista.

Pertence êste cavalo a um grupo, que por vezes são mais ganhadores do que aquêles que são muito poderosos. Quando tiver mais prática e se possa soltar completamente, deve ser um cavalo muito interessante de ver em pista, e com resultados mesmo muito positivos.

Pena foi que outra anglo-árabe, também vinda de Rio Frio, *Valsa*, não tivesse tomado parte nestes Concursos Hípicos, porque muito tínhamos gostado de a ver lutar com os seus ilustres conterrâneos.

Esperamos que êste longo percurso em que nos metemos, não tivesse desagradado a ninguém, já que não podemos ter a veleidade de pretender agradar, a quem lê uma Revista onde colaboram escritores confirmados. Fizemos talvez como o *Urso*. Resta saber se a nossa elasticidade, nos permitiu salvar das dificuldades em que nos metemos, sem fazer figura do dito.

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

Concurso Hípico de Cascais

1.º Dia, Sábado 22 de Agosto

I Prova — «Grupo de Artilharia Contra Aeronaves n.º 1»

(Sargentos)

Inscrição reservada a Sargentos e Furriéis, que só poderão inscrever cavalos do Estado, e nas condições do R. C. H. Militares

10 Obstáculos — Altura máxima 1^m,20

	Taça e			
1.º	200\$00	<i>Aberta</i>	Guerra	0,59 — 2
2.º	150\$00	<i>Xiba</i>	José Graça	1,07
3.º	100\$00	<i>Pirata</i>	Moreira	1,07 — 2
4.º	100\$00	<i>Don</i>	»	1,07 — 3
5.º	Laço	<i>Abanão</i>	Domingues	1,08
6.º	»	<i>Teimoso</i>	José Martins	1,12 — 1

II Prova — «Câmara Municipal de Cascais»

(Omniun)

Inscrição obrigatória a todos os cavalos que tomem parte no Concurso

13 Obstáculos — Altura máxima 1^m,20

	Taça e			
1.º	500\$00	<i>Paíol</i>	José Morais	0 1,04
2.º	350\$00	<i>Raso</i>	Correia Barrento	0 1,04 — 4
3.º	250\$00	<i>Adail</i>	» »	0 1,05
4.º	200\$00	<i>Zelante</i>	Castro Pereira	0 1,05 — 3
5.º	100\$00	<i>Único</i>	Henrique Calado	0 1,06
6.º	100\$00	<i>M. Claros</i>	José Beltrão	0 1,07
7.º	100\$00	<i>Limerick</i>	Costa Pina	0 1,07 — 3
8.º	100\$00	<i>Abecar</i>	António Rabaça	0 1,09
9.º	100\$00	<i>Almourol</i>	António Spínola	4 1,03 — 3
10.º	100\$00	<i>Xangai</i>	Henrique Calado	4 1,04 — 2
11.º	100\$00	<i>Albuera</i>	» »	4 1,04 — 3
12.º	100\$00	<i>Namir</i>	Pascoal Rodrigues	4 1,05 — 4
13.º	Laço	<i>Inquiridora</i>	José Granate	4 1,06 — 4
14.º	»	<i>Urso</i>	Mena e Silva	4 1,07 — 2

Revista da Cavalaria

2.º Dia, Domingo 23 de Agosto

I Prova — «Esteril»

(Nacional)

Reservada a cavalos nacionais devidamente identificados

12 Obstáculos — Altura máxima 1^m,30 (handicap.)

	Taça e				
1.º	500\$00	<i>Urso</i>	Mena e Silva	0	1,03 — 2
2.º	350\$00	<i>Namir</i>	Pascoal Rodrigues	0	1,05 — 1
3.º	250\$00	<i>Mucalenga</i>	Trigo de Sousa	0	1,11 — 2
4.º	200\$00	<i>Unicante</i>	António Spínola	0	1,12 — 4
5.º	100\$00	<i>Único</i>	Henrique Calado	4	1,03
6.º	100\$00	<i>Zelante</i>	Castro Pereira	4	1,04 — 3
7.º	100\$00	<i>Último</i>	Kaulza Arriaga	4	1,06 — 4
8.º	Laço	<i>Zagal</i>	Pais Azevedo	4	1,07 — 2
9.º	»	<i>Inquiridora</i>	José Granate	4	1,11 — 2
10.º	»	<i>Xarão</i>	Alves Pereira	8	1,07

II Prova — «Taça Ministro da Argentina»

Reservada a cavalos argentinos

12 Obstáculos — Altura máxima 1^m,30

	Taça e				
1.º	350\$00	<i>Belver</i>	António Spínola	4	1,02
2.º	250\$00	<i>Paiol</i>	José Morais	4	1,04 — 3
3.º	150\$00	<i>Raso</i>	Correia Barrento	4	1,05
4.º	100\$00	<i>Fakir</i>	Jaime Fonseca	7	1,30 — 2
5.º	100\$00	<i>Desejado</i>	José Morais	8	1,01
6.º	Laço	<i>Almourol</i>	António Spínola	8	1,04 — 1

III Prova — «Junta de Turismo de Cascais»

(Caça)

12 Obstáculos — Altura máxima 1^m,30

	Taça e				
1.º	500\$00	<i>Fossette</i>	José Carvalhosa		1,14 — 2
2.º	300\$00	<i>Adail</i>	Correia Barrento		1,14 — 3
3.º	200\$00	<i>Mucalenga</i>	Trigo de Sousa		1,23
4.º	200\$00	<i>Único</i>	Henrique Calado		1,24 — 2
5.º	200\$00	<i>Raso</i>	Correia Barrento		1,29 — 1
6.º	100\$00	<i>Xangai</i>	Henrique Calado		1,29 — 4
7.º	100\$00	<i>Urso</i>	Mena e Silva		1,31 — 1
8.º	100\$00	<i>M. Claros</i>	José Beltrão		1,32
9.º	100\$00	<i>Zelante</i>	Castro Pereira		1,34
10.º	100\$00	<i>Paiol</i>	José Morais		1,34 — 4
11.º	100\$00	<i>Limerick</i>	Costa Pina		1,36
12.º	100\$00	<i>Magul</i>	Correia Barrento		1,36 — 4
13.º	Laço	<i>Sacola</i>	Mena e Silva		1,40
14.º	»	<i>Energic</i>	Rangel de Almeida		1,47 — 2

Revista da Cavalaria

3.º Dia, Sábado 29 de Agosto

I Prova — «Taça Rainha D. Amélia»

Classificação feita pelo maior número de obstáculos saltados sem faltas, durante 3 minutos. Os obstáculos serão saltados segundo a ordem do percurso, que ao ser terminado recomeça sem interrupção; o percurso termina ao fim de 3 minutos, ou à 3.ª falta dada, sendo neste caso o cronómetro parado depois do obstáculo que se segue àquêle onde a 3.ª falta foi dada.

Inscrição livre.

12 Obstáculos Altura máxima 1^m,30.

Taça e					
1.º	500\$00	Único	Henrique Calado	40	s. B. o 3,00
2.º	350\$00	Raso	Correia Barrento	40	» » 4 2,00
3.º	250\$00	Optus	Helder Martins	37	» » 3,00
4.º	150\$00	Namir	Pascoal Rodrigues	25	» 1,50 — 2
5.º	100\$00	Almourol	António Spínola	25	» 1,54 — 2
6.º	100\$00	M. Claros	José Beltrão	21	» 3,00
7.º	100\$00	Fossette	José Carvalhosa	18	» 1,24 — 3
8.º	100\$00	Acusado	Oliveira Reis	14	» 1,09 — 3
9.º	Laço	Belver	António Spínola	13	» 1,00 — 2
10.º	»	Albuera	Henrique Calado	10	» 0,49

II Prova — «Taça Ministro da Suíça»

Classificação feita pela soma das faltas dos dois percursos com desempate pela soma dos tempos; em caso de igualdade de faltas e tempo, desempate sobre três obstáculos indicados pelo Júri, com um dos cavalos à escolha do concorrente; em caso de nova igualdade nesta «barrage» o tempo desempata.

12 Obstáculos Altura máxima 1^m,30.

Taça e					
1.º	500\$00	Adail	Correia Barrento	0	1,03 — 2
		Magul	» »	0	1,03 — 1 2,06 — 3
2.º	300\$00	Almourol	António Spínola	3	1,15 — 2
		Belver	» »	0	1,01 — 3 2,17
3.º	200\$00	Beduino	Miranda Dias	0	1,01
		Xarão	» »	4	1,02 — 2 2,03 — 2
4.º	100\$00	Único	Henrique Calado	4	1,02 — 1
		Xangai	» »	0	1,01 — 4 2,04
5.º	100\$00	Limerick	Costa Pina	4	1,05
		Brioso II	» »	0	1,04 — 2 2,09 — 2
6.º	100\$00	Abecar	Helder Martins	0	1,08 — 3
		Optus	» »	4	1,07 — 2 2,16
7.º	Laço	Urso	Mena e Silva	4	1,00
		Sacola	» » »	4	1,05 — 4 2,05 — 4
8.º	»	Zagal	Pais de Azevedo	8	1,08 — 2
		Zita	» » »	0	1,07 2,15 — 2
9.º	»	Tsar	» » »	0	1,05 — 3
		Aliado	» » »	11	1,18 — 4 2,24 — 2

Revista da Cavalaria

4.º Dia, Domingo 30 de Agosto

I Prova — «Taça Embaixador de S. Magestade Britânica»

(Taça de Honra)

Inscrição livre

15 Obstáculos — Altura máxima 1^m,50

1.º	Taça	<i>Sado</i>	Reimão Nogueira	0	1,22
2.º	»	<i>Inquiridora</i>	José Granate	0	1,30 — 1
3.º	»	<i>Zelante</i>	Castro Pereira	8	1,22 — 2
4.º	»	<i>Raso</i>	Correia Barrento	8	1,23
5.º	»	<i>Belver</i>	António Spínola	8	1,23 — 2
6.º	Laço	<i>Adail</i>	Correia Barrento	8	1,23 — 4
7.º	»	<i>M. Claros</i>	José Beltrão	9	2,11
8.º	»	<i>Namir</i>	Pascoal Rodrigues	11	1,33 — 4

II Prova — «Duque de Palmela»

(Despedida)

Inscrição reservada a cavalos que não tenham ganho qualquer prémio pecuniário nas provas anteriores e que sejam montados por cavaleiros que os montaram na maioria das provas em que foram inscritos.

12 Obstáculos — Altura máxima 1^m,20.

	Taça e				
1.º	250\$00	<i>Princesa</i>	Morais Monteiro	0	1,02
2.º	175\$00	<i>Navi</i>	Oliveira Reis	0	1,03
3.º	175\$00	<i>Bonito</i>	Sacadura Cabral	0	1,03
4.º	100\$00	<i>Adriático</i>	Ivens Ferraz	3	1,25 — 2
5.º	100\$00	<i>Cazende</i>	Mena e Silva	4	1,01
6.º	100\$00	<i>Energic</i>	Rangel de Almeida	4	1,03 — 4
7.º	Laço	<i>Zita</i>	Pais Azevedo	4	1,07
8.º	»	<i>Sol</i>	António Damião	4	1,10 — 2

«Taça Jonon (Amazonas)»

1.º	Taça	<i>Almourol</i>	Condessa de Schouwaloff	0	0,57 — 4
2.º	Laço	<i>Urso</i>	» » »	0	1,02 — 4
3.º	»	<i>Xarão</i>	M.elle Quevedo	0	1,02 — 4

«Prémio Teodoro Vellmer»

Prémio destinado aos três cavalos nacionais melhores classificados no conjunto das provas. (Omnium — Nacional — Taça de honra).

1.º	500\$00	<i>Inquiridora</i>	José Granate
2.º	300\$00	<i>Zelante</i>	Castro Pereira
3.º	200\$00	<i>Namir</i>	Pascoal Rodrigues

Revista da Cavalaria

«Taça G. N. R.»

Taça disputada em três anos seguidos, ficando na posse definitiva do cavaleiro que, durante os três anos, obtenha o menor número de pontos.

1.º Taça Montes Claros José Beltrão

Concurso Hípico de Carcavelos

Domingo, 6 de Setembro

I Prova — «Omnium»

1.ª Série

1.º	Taça	<i>Mucalenga</i>	Trigo de Sousa	4	1,00 — 4
2.º	»	<i>Princesa</i>	Morais Monteiro	4	1,00 — 4
3.º	»	<i>Lord</i>	Alvaro Frazão	4	1,03 — 3
4.º	Laço	<i>Quintal</i>	Castro Pereira	7	1,11 — 4
5.º	»	<i>Rex</i>	António Rabaça	7	1,20 — 3
6.º	»	<i>Xangai</i>	Henrique Calado	11	1,11 — 2
7.º	»	<i>Impulsivo</i>	Antonio Vasconcelos	12	1,02 — 4
8.º	»	<i>Peque</i>	D. José de Bragança	16	1,02 — 2

2.ª Série

1.º	Taça	<i>Fossette</i>	José Carvalhosa	0	0,55
2.º	»	<i>Almourol</i>	António Spínola	0	0,59 — 1
3.º	»	<i>Optus</i>	Helder Martins	0	0,59 — 4
4.º	»	<i>Único</i>	Henrique Calado	0	1,00 — 2
5.º	Laço	<i>Inquiridora</i>	Carlos Granate	0	1,03 — 2
6.º	»	<i>Limerick</i>	Costa Pina	4	1,01
7.º	»	<i>M. Claros</i>	José Beltrão	4	1,02 — 3
8.º	»	<i>Abecar</i>	Helder Martins	4	1,05

II Prova — «Quinta da Alagôa»

1.º	Taça	<i>Optus</i>	Helder Martins	0	1,23 — 4
2.º	»	<i>Inquiridora</i>	José Granate	7	1,33 — 2
3.º	»	<i>Fossette</i>	José Carvalhosa	8	1,09 — 4
4.º	»	<i>Sado</i>	Reymão Nogueira	8	1,11 — 4
5.º	»	<i>Brioso II</i>	Eça de Queiroz	8	1,18
6.º	»	<i>Limerick</i>	Costa Pina	11	1,30 — 1
7.º	Laço	<i>Xangai</i>	Henrique Calado	13	1,37 — 2
8.º	»	<i>Único</i>	»	15	1,25

Revista da Cavalaria

III Prova — «Prova de Senhocras»

1.º	Taça	<i>Almourol</i>	Condessa de Schouwaloff	0	0,41 — 1
2.º	Laço	<i>Brioso II</i>	M.elle Quevedo	0	0,43
3.º	»	<i>Mucalenga</i>	» Saalfeld	0	0,43 — 1

Concurso Hípico de Matra

1.º Dia, Sábado 12 de Setembro

I Prova — «Serviço de Remonta»

(Sargentos)

10 Obstáculos — Altura máxima 1^m,20

1.º	200\$00	<i>Aboletado</i>	Inácio Guerra	0	1,21
2.º	150\$00	<i>Aberta</i>	» »	0	1,21 — 2
3.º	100\$00	<i>Abanão</i>	Júlio Domingues	0	1,22 — 2
4.º	100\$00	<i>Gavião</i>	Serra de Almeida	0	1,25 — 3

II Prova — «Escola Prática de Infantaria»

(Omnium)

1.ª Série

12 Obstáculos — Altura máxima 1^m,20

1.º	300\$00	<i>Balchão</i>	Ruy Abrantes	0	1,44
2.º	200\$00	<i>Benguela</i>	António Seródio	4	1,40 — 1
3.º	100\$00	<i>Salado</i>	» »	8	1,40
4.º	100\$00	<i>Guizo</i>	José Coelho	8	1,46
5.º	100\$00	<i>Rex</i>	António Rabaça	15	2,02 — 4
6.º	100\$00	<i>Zagal</i>	Kaulza Arriaga	16	1,42 — 1

2.ª Série

12 Obstáculos — Altura máxima 1^m,30

1.º	400\$00	<i>Adail</i>	Correia Barrento	0	1,21
2.º	250\$00	<i>Fossette</i>	José Carvalhosa	0	1,24
3.º	150\$00	<i>Raso</i>	Correia Barrento	0	1,25 — 1
4.º	100\$00	<i>Sado</i>	Reymão Nogueira	0	1,26 — 3
5.º	100\$00	<i>Namir</i>	Pascoal Rodrigues	0	1,27 — 4
6.º	100\$00	<i>Beduino</i>	Miranda Dias	0	1,29 — 4

Revista da Cavalaria

2.º Dia, Domingo 13 de Setembro

I Prova — «Grémio da Lavoura»

Para cavalos sem handicap e que não tomem parte no Grande Prémio

12 Obstáculos — Altura máxima 1^m,20

1.º	300\$00	Mucalenga	Trigo de Sousa	0	1,41
2.º	200\$00	Salado	António Seródio	0	1,52
3.º	100\$00	Almourol	António Spínola	4	1,42 — 3
4.º	100\$00	Rijo	Lemos da Silveira	4	1,45
5.º	100\$00	Benguela	António Seródio	4	1,48 — 4
6.º	100\$00	Xangai	Henrique Calado	8	1,34 — 1

II Prova — «Câmara Municipal de Mafra»

(Grande Prémio)

15 Obstáculos — Altura máxima 1^m,40

1.º	1.000\$00	Fossette	José Carvalhosa	0	1,29 — 3
2.º	500\$00	Paiol	José Moraes	0	1,34 — 3
3.º	300\$00	Magul	Correia Barrento	7	1,50 — 3
4.º	250\$00	Adail	» »	8	1,32 — 3
5.º	150\$00	Optus	Helder Martins	12	1,41 — 4
6.º	100\$00	Raso	Correia Barrento	12	1,58
7.º	100\$00	M. Claros	José Beltrão	15	1,38 — 2
8.º	100\$00	Namir	Pascoal Rodrigues	20	2,11

3.º Dia, Segunda-feira 14 de Setembro

I Prova — «Direcção Geral dos Serviços Pecuários»

(Caça)

12 Obstáculos — Altura máxima 1^m,30

1.º	500\$00	Raso	Correia Barrento	0	1,43 — 3
2.º	300\$00	Desejado	José Moraes	0	1,46
3.º	200\$00	Paiol	» »	4	1,42 — 4 — 15
4.º	200\$00	Abecar	Helder Martins	0	1,58 — 1
5.º	100\$00	Adail	Correia Barrento	4	1,44 — 2 — 15
6.º	100\$00	Namir	Pascoal Rodrigues	4	1,44 — 2 — 15
7.º	100\$00	Optus	Helder Martins	0	2,00

Revista da Cavalaria

8.º	100\$00	<i>Urso</i>	Trigo de Sousa	0	2,00
9.º	100\$00	<i>Sado</i>	Reymão Nogueira	4	1,45 — 1 — 15
10.º	100\$00	<i>Mucalenga</i>	Trigo de Sousa	4	1,55 — 4 — 15
11.º	100\$00	<i>Xarão</i>	Alves Pereira	4	1,56 — 1 — 15
12.º	100\$00	<i>Fossette</i>	José Carvalhosa	8	1,41 — 4 — 30

II Prova — «Taça de Honra»

10 Obstáculos — Altura máxima 1^m,40

1.º	Salva	<i>Raso</i>	Correia Barrento	0	1,08 — 1
2.º	»	<i>Namir</i>	Pascoal Rodrigues	4	1,00 — 4
3.º	»	<i>Optus</i>	Helder Martins	4	1,07

III Prova — «Despedida»

Inscrição reservada a cavaleiros que não tenham ganho 300\$00 durante o Concurso, montando cavalos que não tenham ganho 100\$00, e por eles tenham sido montados, na maioria das provas

10 Obstáculos — Altura máxima 1^m,30

1.º	200\$00	<i>Paloia</i>	António Rabaça	0	1,17
2.º	100\$00	<i>Caviar</i>	Lemos da Silveira	0	1,24 — 3
3.º	100\$00	<i>Limerick</i>	Costa Pina	4	1,12
4.º	100\$00	<i>Único</i>	Henrique Calado	4	1,12 — 4
5.º	100\$00	<i>Inquiridora</i>	Carlos Granate	7	1,26
6.º	100\$00	<i>Batracófago</i>	Barros e Cunha	9	1,49 — 3



CAMPEONATO

DO CAVALO DE GUERRA DE 1942

(Estudo Estatístico)

pelo Major GUIMARÃES PALA



Não tendo a pretensão de fazer, este ano, a crítica da nossa mais importante prova hípica desportiva militar a que desde o seu início, em 1904, se chama Campeonato do Cavallo de Guerra, porque disso se de-

sempenhará melhor um dos nossos mais categorizados cavaleiros e ardoroso concorrente, apenas nos limitaremos a, em breves palavras, historiar a forma como decorreu a prova, que está despertando, de ano para ano, um mais vivo interesse entre os cavaleiros do nosso Exército.

Dos 80 concorrentes inicialmente inscritos nas 2 séries, compareceram 57 e destes fizeram a 1.^a prova (ensino) 54 (31 da 1.^a série e 23 da 2.^a), que de uma maneira geral apresentaram as suas montadas em satisfatório estado de *condição* e domínio, com destaque dos 6 que obtiveram as primeiras classificações nesta prova.

Na 2.^a prova (fundo), pelo que respeita à marcha por estrada, todos cumpriram com o regulamentado. No cross, apenas concluíram 46 (26 da 1.^a série e 20 da 2.^a), tendo sido beneficiados por velocidade superior à mínima, 7 da 1.^a série e 3 da 2.^a; penalizados por velocidade inferior, 17 da 1.^a série e 16 da 2.^a (certamente alguns porque estando afastados das primeiras classificações quizeram *poupar* as montadas para provas futuras em que se inscreveram), e cumpriram dentro do tempo regulamentar, 2 da 1.^a série e 1 da 2.^a No steeple,

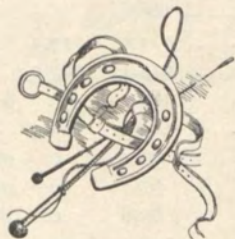
Revista da Cavalaria

foram beneficiados 12 da 1.^a série e 7 da 2.^a; penalizados 5 da 1.^a e 6 da 2.^a, e cumpriram 9 da 1.^a e 7 da 2.^a

Na prova de obstáculos (3.^a prova), em que tomaram parte 24 da 1.^a série e 20 da 2.^a, apenas fizeram a prova *limpa* 7 da 1.^a e 2 da 2.^a, tendo sido desclassificados no decorrer dessa prova de obstáculos 3 da 1.^a série e 4 da 2.^a

Como iniciaram o Campeonato 54 concorrentes e concluíram 37, ou seja 68,518 $\frac{0}{10}$, os resultados podem ser considerados admiráveis se os compararmos com os resultados dos Campeonatos anteriores ou com os do Campeonato francês de 1938, em que apenas cerca de 30 $\frac{0}{10}$ o concluíram.

Dos mapas juntos, fará, quem para isso estiver e se quiser *entreter*, um estudo mais detalhado e as críticas que o seu poder de raciocínio por melhor houver.



Campeonato do Cavalo de Guerra

1942

PENALIZAÇÕES

1.^a Série

CONCORRENTES		1. ^a prova	2. ^a prova	3. ^a prova	Soma	Classificações	
1	Alf. Ferro	170,3	710	50	930,3	34. ^o	20. ^o
2	Alf. Calado	146,7	0 — 4	0	142,7	11. ^o	8. ^o
3	Alf. Leão Correia	111,9	252,5	—	—	D	—
4	Cap. Helder Martins	105,6	595 — 10	20	710,6	31. ^o	19. ^o
5	Alf. Cecílio Gonçalves	114,2	—	—	—	D	—
6	Cap. Ivens Ferraz	82,2	132,5	—	—	D	—
7	Alf. Rodes Sérgio	127,4	0 — 8	20	139,4	10. ^o	7. ^o
8	Alf. Barros e Cunha	166,9	72,5	10	249,4	17. ^o	11. ^o
9	Alf. Calafate	155,9	0 — 20	10	145,9	12. ^o	9. ^o
10	Cap. Paleta	191,4	—	—	—	D	—
11	Alf. Tavares	113,8	0 — 20	0	93,8	8. ^o	5. ^o
12	Alf. Cordeiro	155,9	—	—	—	D	—
13	Alf. Morais	197,8	0 — 24	0	173,8	14. ^o	10. ^o
14	Ten. Valadas	90,6	—	—	—	D	—
15	Alf. P. Júlio	168,8	—	—	—	D	—
16	Ten. pic. Seródio	111,7	17,5	0	129,2	9. ^o	6. ^o
17	Cap. Magarido	212,4	787,5	37,5	1037,4	35. ^o	21. ^o
18	Ten. pic. Mateus	182	455 — 2	10	645	28. ^o	17. ^o
19	Alf. m. Costa Maia	165,5	122,5	—	—	D	—
20	Ten. Banazol	94,4	0 — 26	10	78,4	7. ^o	4. ^o
21	Cap. Campos	65,7	0 — 20	10	55,7	6. ^o	3. ^o
22	Alf. Cavaleiro	69,8	0 — 18	0	51,8	5. ^o	2. ^o
23	Alf. Freire Damião	143,4	455 — 4	0	594,4	27. ^o	16. ^o
24	Alf. Chaves Ramos	131,8	630	—	—	D	—
25	Alf. Sousa Costa	136,8	227,5 — 4	10	370,3	22. ^o	14. ^o
26	Ten. pic. Gomes	122,1	437,5	0	559	26. ^o	15. ^o
27	Alf. Silveira	150	350	—	—	D	—
28	Cap. Oliveira Reis	160,6	122,5 — 4	21	300,1	19. ^o	12. ^o
29	Cap. R. Carvalho	94,5	547,5	10	652	29. ^o	18. ^o
30	Ten. Reymão	48,1	0 — 30	10	28,1	2. ^o	1. ^o
31	Alf. m. Bragança	79,4	227,5	10	316,9	20. ^o	13. ^o

Revista da Cavalaria

2.ª Série

CONCORRENTES		1.ª prova	2.ª prova	3.ª prova	Soma	Classificações	
32	Alf. m. Valentim	103,4	1367,5	—	—	D	—
33	Alf. Dôres	99,9	262,5	30	392,4	23.º	9.º
34	Ten. Leote	111,7	542,5 — 2	10	662,2	30.º	12.º
35	Alf. Alves Pereira	166,9	737,5	11	915,4	33.º	14.º
36	Alf. Romão	166,6	—	—	—	D	—
37	Cap. p. Toscano	106,6	805	—	—	D	—
38	Ten. Trigo de Sousa	113,4	980	—	—	D	—
39	Alf. Cardoso	233	192,5	20	445,5	24.º	10.º
40	Ten. Martins Soares	212,2	682,5 — 2	15,5	908,2	32.º	13.º
41	Alf. Caldeira	154,5	72,5	20	247	16.º	6.º
42	Alf. Lemos da Silveira	209,8	4620	10	4839	37.º	16.º
43	Cap. Mena e Silva	94,5	385 — 2	10	487,5	25.º	11.º
44	Alf. m. Aguiar	193,7	35	40	268,7	18.º	7.º
45	Cap. Campos Costa	113,8	210	20	343,8	21.º	8.º
46	Ten. Carvalhosa	55,1	0 — 14	10	51,1	4.º	3.º
47	Alf. Sampaio	66,4	0 — 20	0	46,4	3.º	2.º
48	Alf. m. Gancho	137,6	—	—	—	D	—
49	Alf. m. Fialho Leonardo	99,6	207,5	—	—	D	—
50	Alf. m. Pereira de Carvalho	204,1	982,5	20	1206,6	36.º	15.º
51	Alf. Costa Júnior	—	—	—	—	—	—
52	Ten. Ramires	151,6	—	—	—	D	—
53	Cap. Vasco Lopes	—	—	—	—	—	—
54	Alf. Rangel	166,8	0 — 10	10	—	—	—
55	Alf. m. Coelho da Silva	174,2	52,5	20	246,7	15.º	5.º
56	Cap. Barrento	35,2	0 — 16	0	19,2	1.º	1.º
57	Alf. Brito	—	—	—	—	—	—

Campeonato do Cavalo de Guerra 1942

Resumo do movimento

Movimento	1.ª série	2.ª série	Total	Total geral
Inscritos oficialmente	—	—	—	80
Apresentaram-se para tomar parte . . .	31	26	—	57
Não compareceram à 1.ª prova	—	3	3	—
Iniciaram a 2.ª prova	31	23	—	54
Beneficiaram na 2.ª prova { Cross	7	3	10	—
Steeple	12	7	19	
Penalizados na 2.ª prova { Cross	17	16	33	—
Steeple.	5	6	11	
Cumpriram na 2.ª prova { Cross	2	1	3	—
Steeple.	9	7	16	
Concluíram a 2.ª prova	26	20	—	46
Iniciaram a 3.ª prova	24	20	44	—
Desclassificados na 3.ª prova	3	4	7	—
Concluíram o Campeonato	21	16	—	37

Campeonato do Cavalo de Guerra

1942

Percentagens do movimento

Iniciaram o Campeonato (54)	{	1. ^a série — 57,407 %
	{	2. ^a série — 42,593 %
Beneficiados	{	Cross (10) . {
		{ 1. ^a série — 70 %
		{ 2. ^a série — 30 %
	{	Steeple (19) . {
		{ 1. ^a série — 63,16 %
		{ 2. ^a série — 38,84 %
Penalizados	{	Cross (33) . {
		{ 1. ^a série — 51,51 %
		{ 2. ^a série — 48,49 %
	{	Steeple (11) . {
		{ 1. ^a série — 45,46 %
		{ 2. ^a série — 54,54 %
Desclassificados na 2. ^a prova (8)	{	1. ^a série — 62,5 %
	{	2. ^a série — 37,5 %
Desclassificados na 3. ^a prova (7)	{	1. ^a série — 42,857 %
	{	2. ^a série — 57,143 %
Concluíram o Campeonato (37)	{	1. ^a série — 56,76 %
(68,518 % dos que iniciaram)	{	2. ^a série — 43,24 %

Campeonato do Cavalo de Guerra 1942

Classificações

Concorrentes		Classificação				
N.º	Nome	geral	1.ª série		2.ª série	
			ordem	penalização	ordem	penalização
56	Cap. Barrento	1.º	—	—	1.º	19,2
30	Ten. Reimão	2.º	1.º	28,1	—	—
47	Alf. Sampaio	3.º	—	—	2.º	46,4
46	Ten. Carvalhosa	4.º	—	—	3.º	51,1
22	Alf. Cavaleiro	5.º	2.º	51,8	—	—
21	Cap. Campos	6.º	3.º	55,7	—	—
20	Ten. Banazol	7.º	4.º	78,4	—	—
11	Alf. Tavares	8.º	5.º	93,8	—	—
16	Ten. pic. Serodio	9.º	6.º	129,2	—	—
7	Alf. Rodes Sérgio	10.º	7.º	139,4	—	—
2	» Calado	11.º	8.º	142,7	—	—
9	» Calafate	12.º	9.º	145,9	—	—
54	» Rangel	13.º	—	—	4.º	166,8
13	» Moraes	14.º	10.º	173,8	—	—
55	» mil. Coelho da Silva	15.º	—	—	5.º	246,7
41	» Caldeira	16.º	—	—	6.º	247
8	» Barros e Cunha	17.º	11.º	249,4	—	—
44	» mil. Aguiar	18.º	—	—	7.º	268,7
28	Cap. Oliveira Reis	19.º	12.º	300,1	—	—
31	Alf. mil. Bragança	20.º	13.º	316,9	—	—
45	Cap. Campos Costa	21.º	—	—	8.º	343,8
25	Alf. Sousa Costa	22.º	14.º	370,3	—	—
33	» Dôres	23.º	—	—	9.º	392,4
39	» Cardoso	24.º	—	—	10.º	445,5
43	Cap. Mena e Silva	25.º	—	—	11.º	487,5
26	Ten. pic. Gomes	26.º	15.º	559,6	—	—
23	Alf. Freire Damião	27.º	16.º	594,4	—	—
18	Ten. pic. Mateus	28.º	17.º	645	—	—
29	Cap. Ribeiro de Carvalho	29.º	18.º	652	—	—
34	Ten. Leote	30.º	—	—	12.º	662,2
4	Cap. Helder Martins	31.º	19.º	710,6	—	—
40	Ten. Martins Soares	32.º	—	—	13.º	908,2
35	Alf. Alves Pereira	33.º	—	—	14.º	915,4
1	» Ferro	34.º	20.º	930,3	—	—
17	Cap. Margarido	35.º	21.º	1037,4	—	—
50	Alf. mil. Pereira de Carvalho	36.º	—	—	15.º	1206,6
42	Alf. Lemos da Silveira	37.º	—	—	16.º	4839,8

Campeonato do Cavalo de Guerra

1942

Médias de penalizações

Médias das penalizações sofridas pelos 15 primeiros classificados no Campeonato:

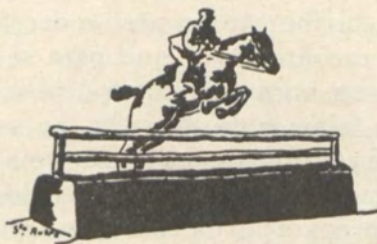
$$1.^{\text{a}} \text{ prova.} \quad \left\{ \begin{array}{l} 1.^{\text{a}} \text{ série} - 120,8 \\ 2.^{\text{a}} \text{ série} - 137,46 \end{array} \right.$$

$$2.^{\text{a}} \text{ prova.} \quad \left\{ \begin{array}{l} 1.^{\text{a}} \text{ série} - 70,8 \\ 2.^{\text{a}} \text{ série} - 277,26 \end{array} \right.$$

$$3.^{\text{a}} \text{ prova.} \quad \left\{ \begin{array}{l} 1.^{\text{a}} \text{ série} - 7,4 \\ 2.^{\text{a}} \text{ série} - 15,76 \end{array} \right.$$

Médias das penalizações totais dos 15 primeiros classificados no Campeonato:

$$\left\{ \begin{array}{l} 1.^{\text{a}} \text{ série} - 192 \\ 2.^{\text{a}} \text{ série} - 278,66 \end{array} \right.$$

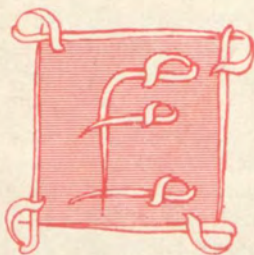




ENSINO DO CAVALO

pelo Major ALMEIDA RIBEIRO

15—EFEITOS DE CONJUNTO



NTENDE-SE por efeito de conjunto, a harmonia das forças obtida pela acção oposta das rédeas e das pernas, dentro de certos limites, ou seja, o equilíbrio das forças do post-mão e ante-mão.

Os efeitos de conjunto facilitam a distribuição do peso e das forças.

É um facto incontestável que para se manter o cavalo ligeiro, deve haver harmonia entre o peso e as forças. Já o dissemos quando falámos da ligeireza, ou seja, do equilíbrio.

Os efeitos de conjunto são aplicados em qualquer género de equilíbrio, sempre que queiramos ter domínio sobre o cavalo, quer para a preparação da execução de um exercício, quer para corrigir a sua má execução.

Como com os bons remédios, não se deve abusar deles.

Revista da Cavalaria

O seu abuso conduz o ensino aos resultados mais desastrosos, tornando principalmente o cavalo hesitante.

O efeito de conjunto pode ser obtido de formas diferentes, consoante os casos a que deve ser aplicado. Depende da actuação das pernas se fazer junto às cilhas, atrás das cilhas, ou ainda numa posição intermédia.

As pernas, actuando junto às cilhas com opposição da mão, imobilizam o cavalo; actuando numa posição intermédia, obtemos a colocação na mão; afastadas *concentração*.

Conforme os casos, assim os efeitos de conjunto serão aplicados.

O efeito de conjunto prepara a execução de qualquer exercício e corrige-o durante a execução, facilitando a distribuição do peso e das forças.

Nos efeitos de conjunto as acções das pernas e das mãos, produzidas quasi simultaneamente, mas com precedência das pernas, devem ser equivalentes e não da mesma intensidade como geralmente se supõe.

Devem ser praticados por cavaleiros experientes que tenham o sentimento do cavalo direito e para a frente. É difícil a sua execução e perigosa quando mal executada. O cavaleiro deverá ter sempre bem presente que as causas de acuação do seu cavalo derivam da opposição da mão muitas vezes com desacordo das ajudas.

Saber é fazer, por isso deverá o cavaleiro praticar muito nos efeitos de conjunto e não ligar o termo à idéia de *concentração* ou *redução* da base, pôsto que o seja. O efeito de conjunto calma o cavalo, disciplina-o e aperfeiçoa o cavaleiro no acôrdo das ajudas.

O efeito de conjunto só poderá ser esboçado depois de o cavalo estar flexionado.

Dissemos mais atrás e repetimo-lo: não abusar dos efeitos de conjunto.

Se o cavaleiro refletir por um momento há-de ver como é difícil a sua execução. As pernas a actuarem impulsionando o cavalo, a mão a opôr-se. No acôrdo, ou antes na harmonia destas duas forças opostas para que se equilibrem, reside a dificuldade da execução.

Com o trabalho tudo se consegue, necessita apenas ser moderado e cauteloso.

Revista da Cavalaria

Os efeitos de conjunto, quando em marcha, deverão ser feitos sem aumento e principalmente diminuição de andamento.

Quando o cavalo está folgado e pretende desembaraçar-se do cavaleiro, êste recorre imediatamente ao efeito de conjunto e domina-o.

Enfim, muitas são as suas aplicações.

16—ACÔRDO DAS AJUDAS

Já tratámos das ajudas quando nos referimos às rédeas, pernas, pêso do corpo do cavaleiro, chibata, etc.

Fizemos a sua classificação em naturais e artificiais; agora vamos tratar do seu acôrdo.

O que devemos entender por acôrdo das ajudas? O seu título serve para a definição: *o concurso que deve sempre existir entre as suas acções para que os efeitos não se contrariem.*

Deve haver, portanto, acôrdo entre as rédeas, entre as pernas, e entre as rédeas e as pernas.

As acções devem produzir efeitos que não sejam *antagónicos*.

O que resulta do acôrdo das ajudas? O cavalo compreender o cavaleiro; quando há desacordo nas ajudas o cavalo não o compreende e defende-se.

O acôrdo esclarece o cavalo, o desacordo confunde-o.

Tratámos primeiramente das rédeas, depois das pernas e finalmente do pêso do cavaleiro.

Sempre que uma rédea actui, a outra rédea deve ceder porque se actuar simultâneamente ou simplesmente resistir, vai limitar ou até anular o efeito da primeira.

Cedendo, permite que a rédea que actuou produza todo o seu efeito e se em seguida actuar racionalmente pode reforçar e aumentar o efeito da primeira.

Assim classificámos, quando tratámos das rédeas em activas e passivas.

E compreende-se bem que a mesma rédea não actui incessantemente; necessita do concurso da outra rédea. O que se torna necessário, porém, é que seja de facto concurso e

Revista da Cavalaria

não desacordo. Esse concurso é sucessivo, imediato e ao ter cedido, de entrada, é simultâneo.

O cavaleiro deve trabalhar com as suas rédeas de forma a que os seus efeitos não se contrariem, mas sim de maneira a que uma rédea, a passiva, venha sempre em reforço e auxílio da outra, a activa.

Pelo facto de ter cedido momentaneamente, não quer dizer que não actui imediatamente e mais energicamente que a outra, passando de rédea passiva para rédea activa; o que não podem é actuar simultaneamente. Não esquecer que estamos tratando de acção das rédeas isoladamente.

Depois de uma rédea actuar e tendo a outra cedido, o que pode fazer esta? Ou resiste ou actua e nessa altura a primeira cede.

Convém que o cavaleiro experimente o que estamos dizendo empregando tôdas as rédeas que conhece tendo o cuidado de não passar as mãos para o lado oposto. Idealiza uma linha longitudinal que divide o seu tronco e o do cavalo ao meio e a mão direita trabalha sempre do lado direito e a mão esquerda do lado esquerdo.

Com as pernas sucede o mesmo.

Actuando uma das pernas a outra cede. Por este facto chamámos à primeira perna activa e à segunda passiva as quais como sucede têm esta designação apenas enquanto actuam; a que é activa passa a passiva e reciprocamente.

Visto o acôrdo entre as duas rédeas e as duas pernas vamos ver o acôrdo entre a rédea activa e a perna activa.

Não trataremos por enquanto da rédea de abertura e da rédea contrária; trataremos, sim, das rédeas de opposição porque depois do cavalo ensinado são estas que empregamos.

Rédea directa de opposição. — O efeito desta rédea é reforçado pela acção da perna do mesmo lado.

Rédea contrária de opposição (à frente do garrote). — O efeito desta rédea é reforçado pela acção da perna do lado contrário.

Rédea contrária de opposição (atrás do garrote). — O efeito desta rédea é reforçado pela acção da perna do mesmo lado.

Tratámos do acôrdo no emprêgo das rédeas e das pernas isoladamente; vamo-nos agora ocupar do emprêgo das rédeas e das pernas, simultaneamente.

Revista da Cavalaria

A acção simultânea das rédeas pode diminuir o andamento, extingui-lo e provocar o movimento retrógrado, ou seja, o recuar.

As pernas, actuando simultâneamente, provocam o andamento, mantêm-no ou aumentam-no.

A estes dois casos já nos referimos em artigos anteriores. A acção quasi simultânea das pernas e das rédeas foi o assunto do número anterior «Efeitos de conjunto».

Restam-nos os casos do emprêgo da rédea de abertura ou da rédea contrária; aqui, as duas pernas actuam simultâneamente e com igual intensidade. As patas trazeiras do cavalo percorrem a mesma pista que as patas dianteiras.

Passemos à distribuição do peso do cavaleiro como ajuda.

Visto o acôrdo entre as mãos e as pernas, temos que juntar o peso do corpo do cavaleiro havendo finalmente acôrdo entre as mãos, pernas e peso do cavaleiro.

Já vimos anteriormente a influência da distribuição da massa do cavalo sobre os seus quatro membros; agora o peso dessa massa é acrescido do peso do cavaleiro. Por estudos feitos há muitos anos chegou-se à conclusão que o cavaleiro quando montado a cavalo distribui o peso do seu corpo fazendo incidir $\frac{2}{3}$ sobre o ante-mão e $\frac{1}{3}$ sobre o post-mão, no geral. O seu busto deslocando-se produz translações de peso que vão influir no equilibrio do cavalo.

O cavalo tem tendências a meter-se debaixo do cavaleiro, acentuadamente, quando em movimento. Devemos, portanto, inclinar o nosso corpo no sentido do movimento. Tratando-se de mudanças de direcção, devemos pesar no estribo do lado do movimento. Quando tratámos das mudanças de direcção frizámos a influência da intervenção do peso do cavaleiro.

À medida que o ensino do cavalo se aperfeiçoa esses deslocamentos vão-se limitando, chegando a ser quasi imperceptíveis. O emprêgo do peso do corpo do cavaleiro, como ajuda, tem largo emprêgo no desbaste.

17 — TROTE LEVANTADO

Incluimos o trote levantado no ensino do cavalo pela influência benéfica ou nefasta que pode ter o seu emprêgo no decorrer do ensino.

Revista da Cavalaria

Comparado ao ensino da equitação, o uso do trote levantado é relativamente recente.

É menos fatigante para o cavalo e para o cavaleiro que o trote sentado.

No picadeiro podemos e no exterior devemos, trotar levantado.

Não é indiferente a diagonal com a qual trotamos no decorrer do ensino ou durante um passeio.

No picadeiro devemos trotar com a diagonal do lado oposto àquêle para que trabalhamos.

Assim trotando para a mão direita devemos trotar com a diagonal esquerda. Vejamos o que se passa.

Digo que estamos trotando com a diagonal esquerda quando acompanhamos esta diagonal nos seus movimentos. Assim levantamo-nos do selim quando a diagonal se levanta e sentamo-nos no selim quando a diagonal se apoia.

Ao trabalharmos a trote para a mão direita, a perna direita tende a entrar mais debaixo da massa, isto nos cantos do picadeiro, a espádua esquerda avança mais e se trabalha em círculo mais se acentua êste avanço. Resultado: se trabalharmos em demasia o cavalo a trote para mão direita e em círculo o cavalo fica-nos com a perna direita mais avançada; portanto tórto. Ao trotarmos com a diagonal esquerda procuramos equilibrar essa deficiência porque ao trotar com essa diagonal a outra avança compensando em parte a desigualdade.

Vejamos agora o que dá azo a êste avanço e quais os membros mais sobrecarregados.

Já dissemos que ao trotar com uma diagonal nos levantamos com essa diagonal e nos sentamos quando ela poisa.

Já sabemos que qualquer membro do cavalo só pode ser sobrecarregado *quando em apoio*.

Sobrecarregamos as mãos quando nos deitamos para diante, ou seja, quando se levanta a mão esquerda, se trota com a diagonal esquerda, a mão sobrecarregada é a direita porque está em apoio; quando nos sentamos no selim, como acompanha a diagonal esquerda é a perna direita que está apoiada, logo a mais sobrecarregada e a perna esquerda avança mais obrigando a mão direita a avançar também, motivo pelo qual no picadeiro, em virtude dos cantos e das voltas que façamos, devemos trotar na diagonal oposta.

Revista da Cavalaria

Membros mais sobrecarregados: os da lateral oposta — mão direita e perna direita.

Se trotarmos com uma diagonal fazemos avançar a diagonal oposta. Se trotarmos sempre com a mesma diagonal o cavalo entorta-se, neste caso com a perna esquerda mais avançada. Deveremos então num passeio trotar tanto tempo com uma diagonal como com a outra.

Serve também o trote levantado para nos ajudar a endireitar o cavalo tôrto. No caso presente o cavalo avança mais a perna esquerda; teremos que trotar durante mais tempo com a diagonal direita.

Nas partidas a galope servimo-nos do trote levantado para sair em tal ou tal mão.



Higiene Militar

pelo Capitão Serpa Soares

O livro *Higiene Militar* é mais uma útil contribuição, do seu estudioso autor, à causa do ensino militar.

O Cap. Serpa Soares, publica neste livro as lições de Higiene Militar ministradas aos seus alunos da Escola Central de Sargentos.

Na sua primeira lição emoldura o autor, o conceito moderno da expressão «Higiene», com assertadas considerações.

Entrando concretamente no assunto, divide o autor o seu trabalho em 3 partes:

— Estudo geral do funcionamento orgânico — Estudo geral do meio ambiente — Noções elementares de Higiene Militar.

Na primeira parte começa o autor pelo campo fisiológico estudando os seres vivos em geral, e a vida humana em particular.

No campo patológico, começa o capitão Serpa Soares por estudar este capítulo na generalidade, para depois entrar francamente no campo das — Doenças transmissíveis — que trata com certo desenvolvimento.

Na II parte do seu trabalho é estudado o ar, o solo e a água.

A III parte — *Noções elementares de Higiene Militar* — começa com um pequeno estudo em que o autor faz a apresentação e a descrição dos assuntos a tratar (Organização Higiênica da Selecção, — Organização Higiênica dos Esforços — Organização Higiênica das Compensações).

O livro é metódicamente elaborado e escrito em prosa agradável e de fácil compreensão.

Os assuntos são tratados com o desenvolvimento correspondente ao fim em vista.

O autor que deixa através da sua obra, transparecer a sua vincada personalidade, é francamente merecedor de elogios, pelo livro que apresenta e pelo cuidado que lhe merece a instrução dos seus alunos.

Revista da Cavalaria

Como o livro é o primeiro que aparece tratando destes assuntos, é natural que encontre críticas no meio técnico da especialidade, que gostariam de ver os assuntos tratados mais cientificamente. Mas, como construir é incomparavelmente mais difícil, do que criticar sem construir, a *Revista da Cavalaria* felicita o autor e agradece o exemplar enviado.

A. S.

Constituição de Unidades

pelo Capitão Serpa Soares

Publica o autor com este título, as suas lições na Escola Central de Sargentos, sobre organização e funcionamento das unidades militares em campanha e em tempo de paz.

As lições, como é natural, foram elaboradas segundo as normas dos nossos Regulamentos Militares e a doutrina do I. A. E. M.

Divide o autor o seu livro em duas partes:

- Generalidades Militares
- Composição de Unidades

Na primeira parte do trabalho, são indicadas aos alunos ligeiras idéias gerais sobre: Conhecimentos militares, princípios gerais, política militar e organização geral das forças.

Na 2.^a parte, entra o autor concretamente no assunto que se propõe tratar — A Composição de Unidades —.

Começa por estudar resumidamente a constituição geral das grandes unidades, para depois estudar particularmente as nossas grandes unidades (Divisão, C. E., B. C., Ex., O Comando em Chefe).

Termina o Cap. Serpa Soares, o seu útil livro com uma notícia geral sobre a constituição das pequenas unidades, indicando os efectivos em tempo de paz e de guerra, e a legislação que ao assunto se refere.

Os assuntos tratados, são precedidos por indicações de ordem geral, e estão habilidosamente arrumados, denotando da parte do autor um fino sentido metódico, predicado indispensável a todo aquêle que enveredou pelo ramo do ensino.

A *Revista da Cavalaria*, felicita o seu estudioso autor, e agradece o exemplar enviado.

R. S.



Actualidades Gráficas

Novos modelos de Aparelhos Rádio, da Cavalaria Americana



Um tenente de Cavalaria dos Estados Unidos demonstra o novo aparelho rádio emissor usado pela Cavalaria — É utilizado a cavalo durante a marcha — O aparelho tem um raio de transmissão de 26 milhas.

Instrução de Unidades a Cavalo nos E.U.A.



Uma unidade de Cavalaria dos Estados Unidos, penetrando através de uma densa cortina de fumo, durante umas manobras no Noroeste.



Uma unidade a cavalo, dos Estados Unidos, manobrando no Texas.

Instrução eqüestre na Escola de Cavalaria
Americana



Escola de Cavalaria dos E. U. — *Exercícios de destreza a cavalo.*

A Instrução no Exército Americano



Entre nuvens de pó, uma bateria de Artilharia a Cavalo, muda de posição, durante umas manobras, no sudoeste dos Estados Unidos — Apesar da mecanização quase que integral do Exército dos E. U., a instrução das unidades a cavalo tem merecido especial atenção.

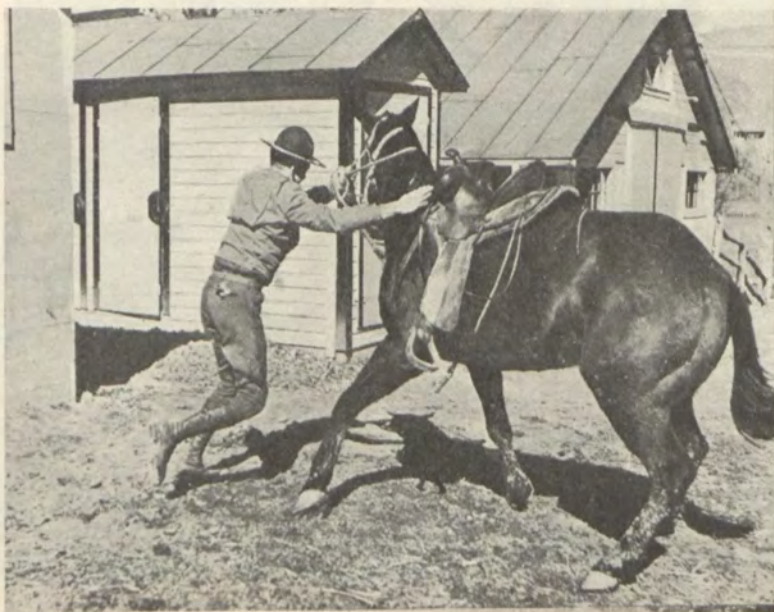


Escola de Cavalaria dos E. U. — Todos os cavalos novos têm instrução de transposição de obstáculos. A figura mostra uma fase dessa instrução.

Ensino de Cavalos nos E. U. A.



Uma vez passados os tests de aptidão física, os cavalos iniciam o ensino, começando por exercícios menos violentos. Um dos primeiros exercícios é habituar o cavalo a fugir ao laço. Este exercício fortalece o cavalo e torna-o vivo.



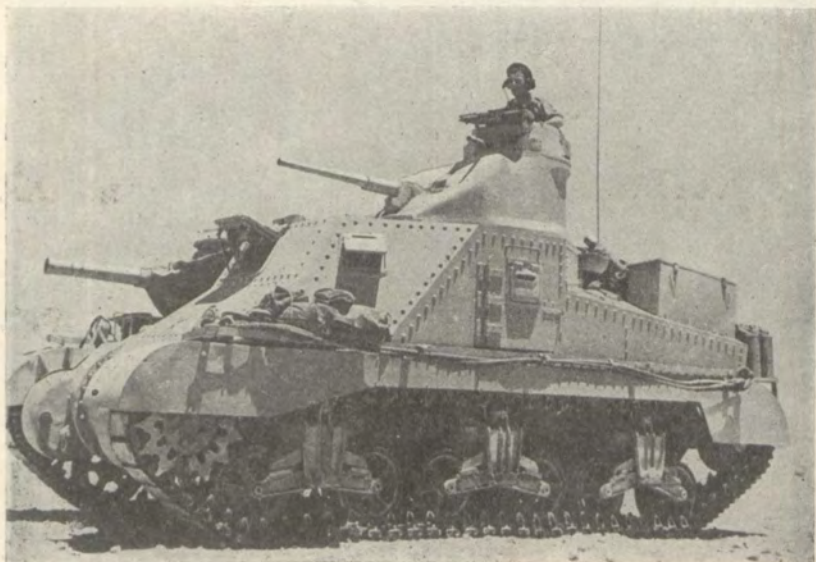
Treino de montar e desmontar, em todos os andamentos. — Um dos treinos consiste em o cavalo manter a imobilidade para se deixar montar, apesar do cavaleiro correr para ele.

Instrução eqüestre na Escola de Cavalaria Americana

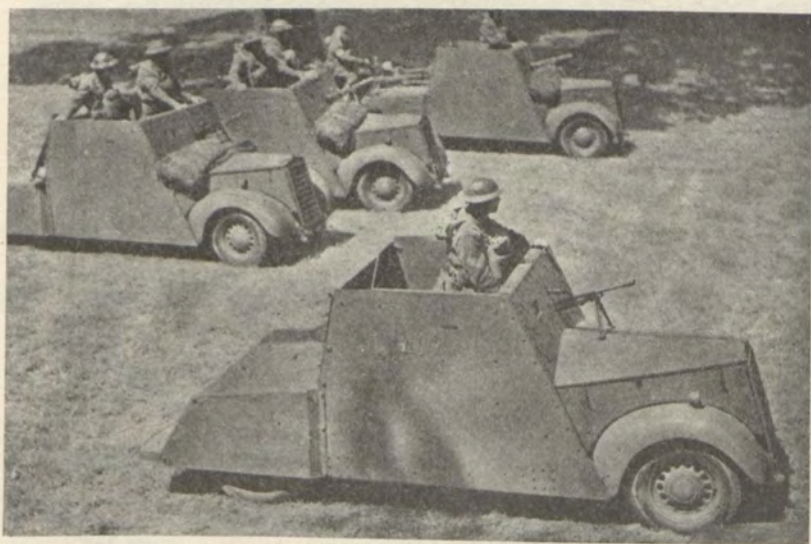


Oficiais candidatos à Escola de Cavalaria do Exército dos Estados Unidos, marcham através de uma floresta durante umas manobras de instrução.

A Mecanização no Exército Inglês



Carro de Combate «General Lee (U. S. A.)» de um Regimento de Hussars, na frente de Alamein.



Carros ligeiros de reconhecimento, utilizados pelo Exército Inglês.

Os Exércitos Aliados na Actual Luta



Soldados do Staf Fordsheve Regiment, na Irlanda Norte, praticam na travessia de rios. — A fotografia mostra o velho processo de atravessar um rio com a ajuda de uma corda.



ILHAS DE SALOMÃO — Artilheiro do Corpo de Infantaria de Marinha dos Estados Unidos, fazendo fogo com um canhão-metralhadora de calibre 50, da D. C. A. Americana, durante a batalha nas ilhas de Salomão.

Actualidades do Conflito Germano - Russo



FRENTE DO CAUCASO — *Artilharia de montanha alemã, defendendo um desfiladeiro no Caucaso.*



FRENTE LESTE — *Pequeno fortim russo, na cidade de Estalinegrado.*

O Exército Alemão no Cáucaso



FRENTE LESTE — *A travessia de uma linha férrea é facilitada por pranchas de madeira.*



Um carro de combate alemão chegado às primeiras colinas do Cáucaso é reabastecido de munições.

Carros de Combate Alemães



Infantaria protegida por carros de combate, avançando sôbre uma coluna dominante da frente leste.



Tripulação de um carro de combate num pequeno alto, na região de Orel.

Aspectos da Actual Guerra

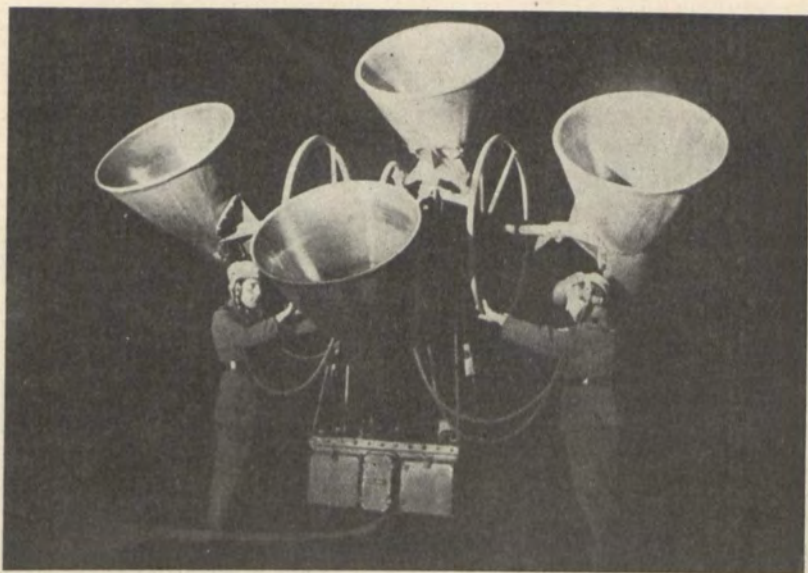


FRENTE DO CAUCASO — *Uma divisão «Panzer», toma um dispositivo para ataque.*

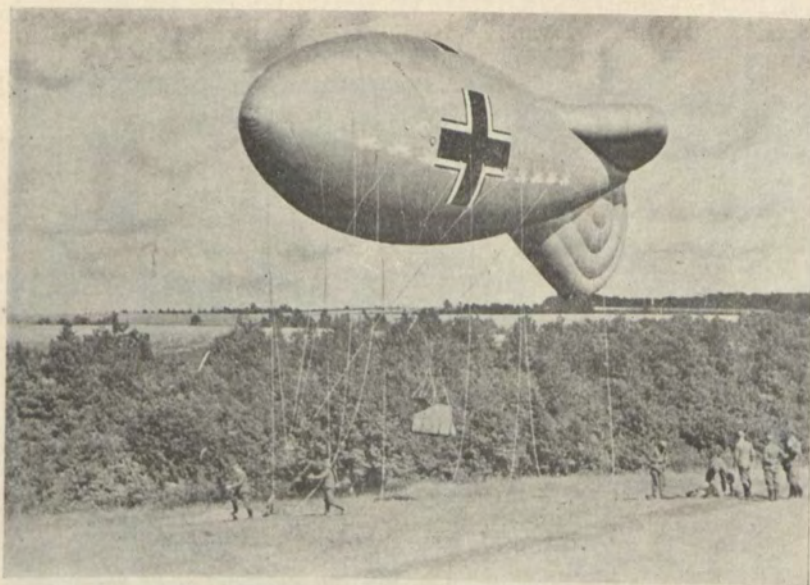


D. C. A. alemã atacando em tiro directo posições russas, em Novorossijsk.

Actualidades do Exército Alemão



Pôsto de Escuta da D. C. A. alemã, em acção na costa Atlântica Europeia.



Como se observa na figura, o balão de observação ainda é utilizado na actual guerra — A figura mostra a rendição de um observador de artilharia na frente leste.

Alguns Aspectos da Frente Leste



FRENTE LESTE — *Um bivaque alemão.*

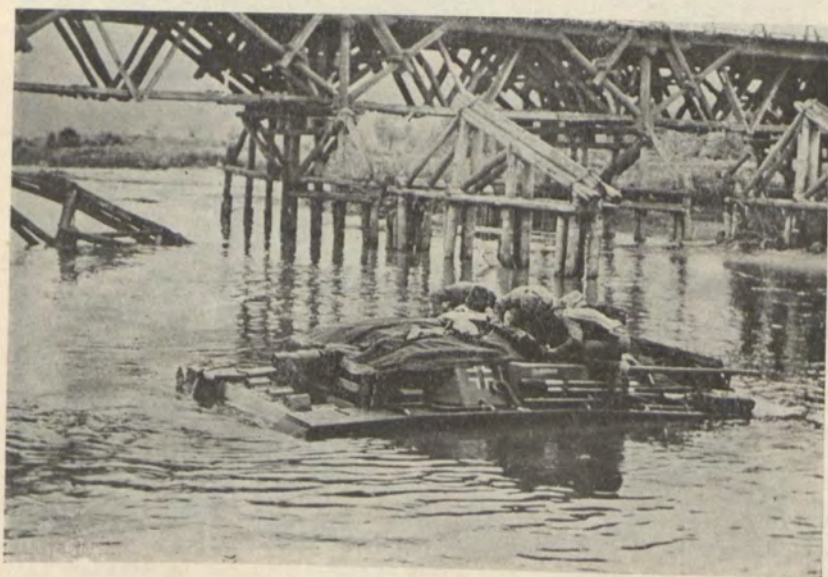


FRENTE LESTE — *Cavalaria alemã num pequeno alto.*

Travessia do Rio Don pelo Exército Alemão

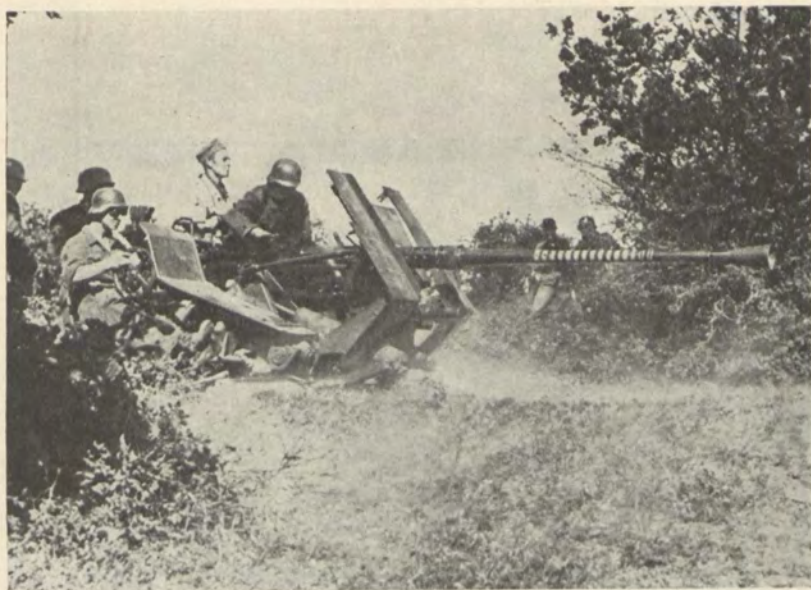


Tropas alemãs atravessando o Rio Don em barcos pneumáticos.



Material de guerra alemão atravessando o Rio Don.

A D. C. B. e a D. C. A. na Frente Leste



Canhão da D. C. A. alemã, tomando parte nos combates terrestres.



Bateria alemã de D. C. B., em acção num ponto culminante da cordilheira do Cáucaso.

Carros de Combate

Três exercícios de Pequena Unidade

Panzer-kampfwagenbuch
do Cap. Kurt Kauffman

Tema n.º 1

Uma secção de carros em vanguarda (tipo II, nota) ataca uma posição defendida por fogos de metralhadora e canhão anti-carro.

— Objectivo do exercício :

Dispositivo e conduta a seguir pela Secção citada e destruição das armas que defendem a posição.

— Situação :

A 1.^a Comp. do Regimento Blindado n.º 1 forma a guarda avançada de uma coluna em marcha que, vinda do S. se dirige para N. através da povoação Z.

A 1.^a Secção da 1.^a Comp. citada, constitui a vanguarda marchando uns 600^m à frente da Comp.

A exploração (elementos motorizados) assinalaram há duas horas a presença de veículos blindados inimigos perto doutra povoação, uns kms. ao N. de Z.

— Situação do inimigo :

O inimigo avança sob a protecção de veículos blindados de exploração e atiradores motociclistas com canhões anti-carro, que alcançaram a linha marcada pelas povoações W, Z, e T, com a missão de barrar as estradas e caminhos vindos do S.

A meio de Z está colocado um pelotão de metralhadoras com um canhão anti-carro para assegurar a eficácia de uma barricada constituída por carros de lavoura nas proximidades do cruzamento da estrada principal vinda do S. com a transversal de W a T.

— Desenvolvimento do exercício :

A Secção de vanguarda aproxima-se pela estrada da povoação Z com o 1.º Pelotão (2 carros) à frente. Quando o primeiro carro alcança a bifurcação de estradas, 300^m a S. da citada povoação Z, detem-se em posição para deixar passar o segundo carro, que avançará até Z apoiado pelo

Revista da Cavalaria

fogo do primeiro, se fôr necessário. Efectivamente o segundo carro, que avançou aproveitando a protecção do casario situado a O. da estrada, recebe tiros do anti-carro colocado no cruzamento de estradas da povoação, a uns 200^m de distância; felizmente não foi atingido, pelo que se detém respondendo com o seu fogo, enquanto o primeiro carro, que o protegia, abre fogo com granadas perforantes sobre o anti-carro descoberto.

O segundo grupo da Secção, com o carro de comando do seu oficial, e que a coberto do terreno marchava a uma certa distância do primeiro, uma vez reconhecida a situação pelo oficial e sob o comando directo d'este, sai da estrada principal e atravessando o terreno coberto a O. da estrada, ataca de flanco o anti-carro e armas inimigas, sob a protecção do fogo dos dois carros do primeiro Grupo, estabelecidos em posição.

Batidas e caladas as armas inimigas, o oficial informa do facto o seu Capitão, continuando a marcha para N. sem procurar destruir a barricada por não lho competir.

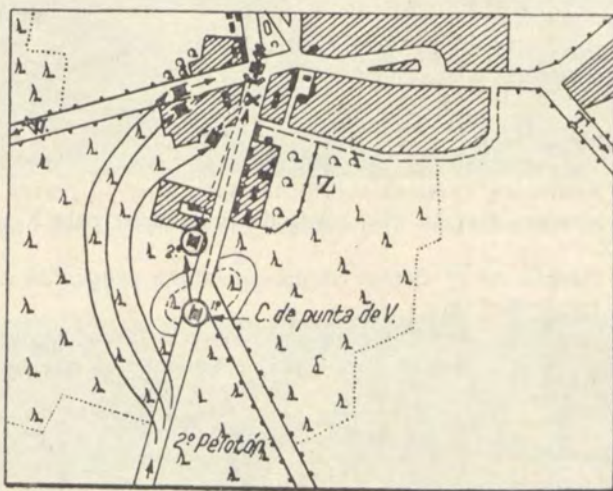


Gráfico do tema n.º 1

— Ensinamentos tirados :

1 — Contra inimigo previamente anunciado, avançar observando e com recíproca protecção, principalmente quando nos aproximamos de um ponto forte, orla de bosque, povoação, etc.

2 — Os primeiros veículos devem anunciar ao Chefe da Secção, pela arma com que fazem fogo, a classe ou natureza do inimigo com que se defrontam (aqui disparariam com a arma perforante, para indicar que lutavam contra inimigo sobre couraça ou protegido).

3 — O Chefe da Secção deve estar suficientemente atrasado dos primeiros elementos, para ter tempo de precisar a situação e ver o que convém ordenar ao resto da Secção que o segue. Antes de se lançar ao combate, deve determinar a manobra, dando as ordens correspondentes.

Revista da Cavalaria

- 4 — Não atacar resistências de frente, mas tornel-las.
- 5 — Aproveitar o terreno coberto para a aproximação e o ataque (pequenas alturas, casas, arbustos, etc.)
- 6 — Utilizar grande velocidade de ataque.
- 7 — Não desperdiçar tempo detendo-se para afastar o obstáculo de uma barricada. Essa é missão das unidades seguintes (perigo de minas).
- 8 — Anular a defesa da posição, continuar a marcha. A continuidade do avanço deve ser assegurada.
- 9 — Informar do sucedido o Comandante da vanguarda.

Tema n.º 2

Cooperação no combate entre uma Secção de carros do terceiro escalão e os seus atiradores.

— *Objectivo do exercicio :*

Eliminação de uma metralhadora que prejudica ou demora o avanço rápido dos atiradores ; depois, luta contra um canhão anti-carro.

— *Situação :*

Os primeiros escalões de um ataque de carros romperam a linha inimiga e profundaram o seu avanço para O. até à povoação de W.

O 1.º Batalhão do Regimento de Atiradores n.º 1, cujo eixo de marcha segue a direcção → S, cota 77,8 ocupa S, devendo continuar a sua marcha até à cota citada, 2 kms. a S. da povoação Z. É-lhe dada a 1.ª Secção do 1.º Regimento de Carros.

— *Posição inimiga :*

A linha de resistência inimiga encontra-se junto à orla do bosque a E. do gráfico 2. Esta linha foi rota pelo ataque das nossas forças procedentes de E., conservando no entanto uma metralhadora colocada na cota 77,8 e um canhão anti-carro que também susteve o ataque das primeiras vagas, 500^m a O. da citada metralhada a.

— *Desenvolvimento do exercicio :*

O 1.º Pelotão da Secção de Carros vigia em posição, 500^m a E. do ponto 77,8, o avanço da Comp. de Atiradores, enquanto o 2.º Pelotão sob o comando directo do Chefe da Secção de Carros se agarra à linha avançada da Infantaria, que protege, até chegar a uma prega favorável do terreno donde possa, por sua vez, estabelecer-se em posição, momento em que o 1.º Pelotão renova o avanço até chegar, como antes fizera o 2.º Pel., à linha avançada da Infantaria.

Revista da Cavalaria

O Chefe da Secção, observando com o binóculo da tórre do seu carro de comando, descobre a metralhadora inimiga na cota 77,8 e pela radio-telefonía dá ordem ao Chefe do 1.º Pel., agora em marcha, para avançar rapidamente até ao dito objectivo descoberto. Ao 2.º Pel. em posição dá ordem de fogo. Ele continuará até à cota 77,8, não tomando como objectivo a metralhadora inimiga, senão para conseguir observatório apropriado para observar o campo inimigo na direcção O., onde fica o seu objectivo : a povoação W.

Justamente quando o Pelotão atacante chega e encontra o objectivo ordenado, o Chefe da Secção observa um disparo inimigo a 500^m a O. da cota 77,8. O oficial da Secção aprecia a sua própria situação e como vê que o primeiro grupo luta para neutralizar a metralhadora em 77,8, toma uma decisão rápida, ordenando aos carros do primeiro grupo em posição que observem o seu próprio fogo ; seguidamente dispara com projectil perfurante sobre o anti-carro descoberto, e os dois carros citados, uma

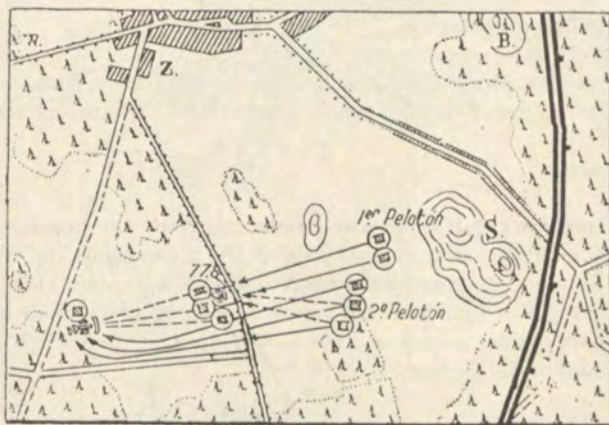


Gráfico do tema n.º 2

vez identificado o novo objectivo, disparam, por seu turno, sobre ele. Pelo rádio ordena ao segundo Grupo que avance até ele, observando entretanto os efeitos do fogo, e quando se lhe encorpora o 2.º Pel., põe-se à frente do mesmo e dá ordem de ataque sobre o anti-carro, enquanto o 1.º Pel. vigia em posição.

Com a maior velocidade possível, avançam os três carros sobre o anti-carro, batido entretanto pelo fogo do 2.º Pel., até chegarem junto dele, destruindo-o.

O Chefe da Secção estabelece-se de novo em posição para observar o campo inimigo, e não avança para O. sem que, destruída a metralhadora e o anti-carro, tenham desaparecido todos os vestígios de inimigo à retaguarda; restabelecido o contacto com os atiradores, aos quais tinha sido agregado, continua a progressão para O.

Revista da Cavalaria

— Ensinamentos tirados :

1 — Uma fracção da Secção deve conservar-se em posição, pronta a abrir fogo, protegendo o avanço da outra e da Infantaria. Antes de disparar deve certificar-se bem do objectivo, abrindo seguidamente fogo da boa plataforma que representa o carro parado.

2 — A Secção segue os atiradores com avanço metódico, alternando o movimento com a paragem, de posição em posição.

3 — As possibilidades de observação aumentarão desde que se abram a escotilha da torre e as janelas laterais do carro.

4 — O Chefe da Secção só participa no combate contra objectivos muito perigosos. Coordena os Pelotões da sua Secção, vigia a execução das suas ordens e observa o terreno do próximo avanço para evitar qualquer surpresa à sua Secção.

5 — Ao descobrir um anti-carro, abandonar de momento a missão recebida (protecção da Infantaria) e dirigir todos os seus esforços contra o perigoso objectivo recém-descoberto.

6 — Manter o terreno conquistado até que os atiradores se apoderem dele.

7 — Não interromper nunca a ligação com os atiradores. O êxito completo só será alcançado mediante uma estreita cooperação com aquêles.

8 — Destruir a fundo as armas inimigas por esmagamento, para evitar que atiradores desembaraçados inimigos possam pô-las de novo em acção, caso se apresentem circunstâncias favoráveis tão freqüentes nas contingências do combate.

Tema n.º 3

Assalto por uma Secção de Carros à linha principal de resistência inimiga. Ataque a um canhão anti-carro da defesa.

— Objectivo do exercício :

Destruição de uma peça anti-carro da defesa por meio de uma Secção à qual compete a protecção da Companhia contra a defesa anti-carro.

— Situação :

O inimigo defende-se na linha Z-Sch. prolongada para ambos os flancos.

A 1.^a Comp. do Regimento Blindado n.º 1 ataca em cunha (1.^a vaga, 1.^a Secção) desde B. (500^m a E. da povoação) até ao ponto de cota 77,8 a O. da estrada que vai de Z para S., dentro da posição de resistência inimiga, com o fim de facilitar o avanço da Infantaria atacante, livrando-a das armas pesadas da defesa.

Revista da Cavalaria

— Representação do inimigo :

O adversário tem destacada uma Secção anti-carro na linha Z-Sch. para protecção da Infantaria da sua L. P. R. (H. K. F. alemã). Está representado um canhão anti-carro na cota 79,1 a 1 km. a S. da povoação Z e sobre a linha de resistência dois ninhos de metralhadora, 500^m à frente da peça anti-carro.

— Desenvolvimento do exercicio :

A Secção atacante alcança e cruza a estrada Z a T, e descobre duas metralhadoras fazendo fogo. Os carros abrem fogo e só observam na frente, a fim de reconhecerem e destruírem, quanto antes, a defesa anti-carro. Todos os objectivos situados à frente do carro mais avançado, 20^m à direita e esquerda da sua direcção de ataque, devem ser aniquilados pelos carros.

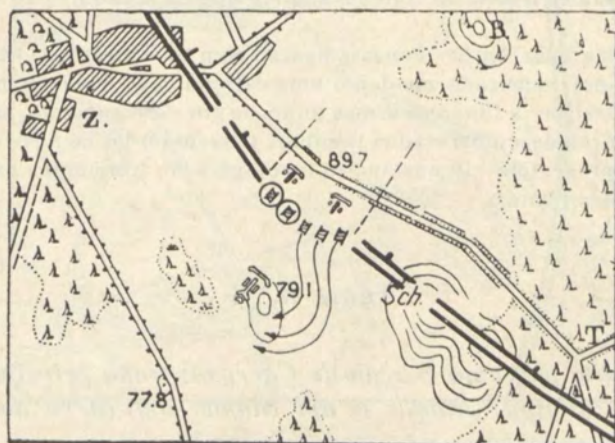


Gráfico do tema n.º 3

No decorrer do ataque recebe fogos, provenientes da defesa, sobre o grupo de carros da esquerda.

O Chefe da Secção dá a seguinte ordem ao grupo da direita (por rádio): «Em posição. Observe o meu fogo»; e ao grupo da esquerda: «Siga-me». Ataca a peça da cota 79,1 torneando-a pela esquerda.

Uma vez realizado o seu objectivo, dá novamente à Secção ordem de reunião e continua o ataque.

— Ensinaimentos tirados :

1 — Os Chefes de blindados não devem desviar a sua atenção disparando contra objectivos secundários (neste caso, metralhadoras), pois a

Revista da Cavalaria

missão recebida exige descobrir e anular, quanto antes, a defesa anti-carro.

2 — Princípios fundamentais para a Secção blindada :

Um grupo ou pelotão de carros «em posição» enquanto o outro ataca. Quanto mais depressa se abrir fogo com o carro parado, tanto melhor se impedirá a boa pontaria da peça anti-carro.

3 — O Chefe da Secção deve em seguida disparar por si mesmo, para abater quanto antes o objectivo perigoso. Antes, dá as ordens às suas meias Secções ou Grupos.

4 — Durante o ataque, aproveitar a velocidade, o fogo e a cobertura que ofereça o terreno.

5 — Depois do ataque reunir a Secção e continuar o avanço na direcção de ataque ordenada.

L. R.

Ejército — Julho, 1942.

Ten.-Cor. do E. M. H. Gallego Velasco



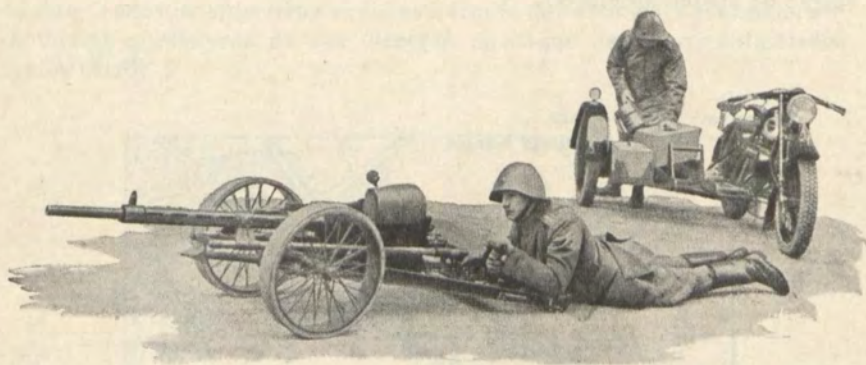
NOTA — O carro II leva um canhão de 20^{mm} e uma metralhadora de 7,92. O carro III leva um canhão de 50^{mm} e duas metralhadoras de 7,92.

Dansk Industri Syndikat

Material «Madsen»

Metralhadoras e Canhões Automáticos

Armas automáticas de pequeno e grande calibre para o Exército, Marinha, Aviação, Defesa contra Aeronaves e Defesa contra Carros de Assalto



O canhão automático **Madsen** de 20^{mm}, sobre «side-car», pode fazer fogo montado sobre este, ou no terreno, sobre o reparo a que está permanentemente ligado

A passagem do canhão da sua posição de transporte para a de tiro no terreno executa-se em menos de um minuto

REPRESENTANTES PARA PORTUGAL E COLÓNIAS:

Monteiro Gomes, Limitada

Rua Cascais (Alcântara), 47

L I S B O A

Avenida Palace Hotel

L I S B O A

Ao lado da Estação do Rossio

130 quartos, 80 com salas de banho privativas

Telefones em todos os quartos, ligados à rede internacional



Aquecimento central ❖ Excelente cozinha ❖ Magnífica Adega

O melhor serviço | Acordos especiais para famílias
ou estadias prolongadas | Preços moderados

TELE { FONES
GRAMAS

2 0 2 3 1 - 2 - 3 - 4
PALACE - LISBOA

PARA
MOBILAR

E
DECORAR

UMA
CASA

Consulte os nossos decoradores

MOBÍLIAS
MODERNAS
e em estilos clássicos

Companhia

Alcobia

14 — Rua Ivens, 14
Rua Capelo, 1 a 9

Joalharia, Ourivesaria
e Relojoaria

“Casa das Bengalas”

Rua da Prata, 87, 89, 91 — LISBOA

No centro do quartelão — Telef. 2 0 2 5 6

Não confundir, esta casa é a
que tem 2 taças expostas
num grande candieiro re-
clame colocado no passeio,
em frente do estabelecimento

Taças de Prata para
prêmios desportivos

Em exposição permanente mais de 1.200



BANACÃO

O MELHOR DOS
ALIMENTOS

Produto português
para os portugueses



O BANACÃO
é preferido para a 1.^a refeição

porque todos os que o tomam, se sentem mais confortados até à 2.^a refeição,

porque ao fim de poucos dias conhecem a diferença do seu vigor nos exercícios físicos, que normalmente fazem,

porque é mais agradável ao paladar.

OS PARECERES MÉDICOS

provam que é mais nutritivo,

provam que fornece mais calorias que qualquer outra refeição.

BANACÃO SEMPRE BANACÃO

*Tipografia
dos Combatentes*



*d a L i g a
da Grande Guerra*

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS

CALÇADA DOS CAETANOS, 18
Telefone 21450



Portuguesa S. A. R. L.

- » Automóveis de Turismo
- » Carros industriais
- » Auto-Bombas
- » Auto-Regadoras
- » Material de incêndios
- » Tractores agrícolas
- » Motores DIESEL e Semi-DIESEL
- » Motores marítimos
- » Aeroplanos civis e militares
- » Motores de aviação
- » Material ferroviário
- » Todos os veículos para a motorização das diversas armas

FIAT Portuguesa

LISBOA

AVENIDA DA LIBERDADE, 253

Telef. 4 1171

PÓRTO

AV. DOS ALIADOS, 173

Telef. 1094

B. B. C. A VOZ DE LONDRES B. B. C.

F A L A

E O MUNDO ACREDITA!

Emissões em LÍNGUA PORTUGUESA

Horas	Ondas curtas
11,45	$\left\{ \begin{array}{l} 24,92 \text{ m. (12,04 mc/s)} \\ 19,76 \text{ m. (15,18 mc/s)} \end{array} \right.$
13,15	$\left\{ \begin{array}{l} 31,75 \text{ m. (9,45 mc/s)} \\ 24,92 \text{ m. (12,04 mc/s)} \\ 19,76 \text{ m. (15,18 mc/s)} \end{array} \right.$
22,00 (*)	$\left\{ \begin{array}{l} 31,75 \text{ m. (9,45 mc/s)} \\ 40,98 \text{ m. (7,32 mc/s)} \\ 41,75 \text{ m. (7,18 mc/s)} \end{array} \right.$

(*) Estas emissões ouvem-se também em ondas médias de 261,1 metros (1,149 kc/s) e ondas compridas de 1.500 metros (200 kc/s).



Sociedade Revendedora de Papéis, Lda



Fornecedores de
papéis nacionais e estrangeiros
para Revistas, Livros, Jornais, Indús-
trias Gráficas, Litográficas e Congéneres

Telefone 21985 — Rua do Norte, 85 — LISBOA

Officinas Gerais de Material de Engenharia

Sede: Avenida da Índia — BELÉM

Manufatura de Material de Engenharia

Sapadores mineiros, sapadores
de caminhos de ferro, telegrafia
e telefonia por fios e sem fios,
:: pontoneiros, automobilistas ::

Mobiliária e utensílios

Trabalhos em ferro e madeira para
construção civil

Construção, reparação e pintura
de carroseries

Fundição, Vulcanização, Niquelagem, etc.

Fornecimento e fabricação
de sobresselentes para automó-
veis e motocicletas

Fornecimentos análogos para o público

CHÁ

NAMULI

Vende-se em todos os
bons estabelecimentos
do País

AGENTES NO SUL:

Est.ºs ALVES DINIZ & C.ª

FOTOGRAVURA

em uma, duas, três e quatro cores.
Reproduções de fotografias, quadros a óleo e desenhos.

TIPOGRAFIA

trabalhos tipográficos do mais simples ao mais luxuoso. Revisitas, jornais, livros, obras ilustradas, catálogos, etc.

OFFSET

cartazes, calendários, folhetos para propaganda comercial e de turismo, reproduções de quadros a óleo, aguarela e desenho.

BERTRAND IRMÃOS, Lda
TRAV. DA CONDESSA DO RIO, 27 - LISBOA
Telefones P B X 2 1368 - 2 1227





